REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

(*) Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 136 – TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 10/09/2012, para correção do número do diário.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)[3,4]
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)[1,5,6,7]
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,27)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49)
Lídice da Mata (29,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (22,27)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (26)
Lindbergh Farias (28)
Ana Rita (25)
Anibal Diniz (24)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (29,39)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,44)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Jayme Campos - DEM (23)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (7,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (35)
Paulo Bauer (6,31)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (6,31)
Flexa Ribeiro (7,33)

Líder do DEM - 5
José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (23)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6
Gim Argello

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 6
Blairo Maggi (19)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012 00004

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012 00016

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2012 00018

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012 00055

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2012 00082

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2012 00103

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2012 00114

1.1.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

Ata da 19ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2011 00125

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012 00163

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012 00176

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2012 00201

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2012 00218

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2012 00241

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2012 00259

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2012 00287

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2012 00331

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2012 00368

1.1.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher

Ata da 6ª Reunião, realizada em 28 de setembro de 2011 00374

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de junho de 2012 00391

1.1.7.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Ata da 20ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2011 00399

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Antonio Russo, Gim Argello e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e João Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 31ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 42 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 9.463.000,00 (nove milhões e quatrocentos e sessenta e três mil euros), entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo'", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Sérgio Souza e Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 43 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 70,275,000.00 (setenta milhões e duzentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa Águas de Sergipe'", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Mensagem (SF) nº 44 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, Da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 99,000,000.00 (noventa e nove milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Governo do Estado de Tocantins, cujos recursos destinam-se a financiar o 'Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Tocantins – PRODOESTE'", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Jayme Campos e Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nesta manhã, temos três itens na pauta desta reunião. Os três itens propõem financiamento a três Estados distintos e eu proponho a inversão da pauta para que possamos colocar o item 2 em primeiro lugar.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, iremos iniciar pelo item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$70,275,000.00 (setenta milhões e duzentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Águas de Sergipe".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria as Srªs Ângela Semíramis de Andrade Freitas, Analista de Finanças e Controle da Coordenação-Geral de Estados e Municípios; Cinthia de Fátima Rocha, Coordenadora da Coordenação-Geral de Estados e Municípios, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando, assim, o Tesouro Nacional; e o Sr. José de Oliveira Júnior, Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Sergipe.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel, para emitir seu parecer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Sergipe, por intermédio da Mensagem nº 43, de 2012, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Águas de Sergipe".

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o programa deverá contar com investimentos totais de US$117,125,000.00, sendo que o Estado aportará, como contrapartida, recursos da ordem de US$46,850,000.00, a serem desembolsados em cinco anos, originalmente previstos para os anos de 2012 a 2016.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA 614602.

A contratação se dará com base na taxa de juros vinculada à *Libor* semestral para o dólar norte-americano, acrescida de *spread* a ser determinado na data de assinatura do acordo de empréstimo. De acordo com cálculos da STN, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 3,97% a.a., flutuante conforme a variação da *Libor*.

Como destacado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o objetivo do referido Programa é promover o uso eficiente e sustentável da água da Bacia do rio Sergipe, através do fortalecimento do marco institucional e das políticas para a gestão integrada dos recursos hídricos e do meio ambiente no Estado de Sergipe.

II – Análise.

O pleito ora submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos vem instruído por pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A STN, nos termos do Parecer nº 645/2012 – COPEM/STN, de 3 de maio de 2012, informa que o Projeto Águas de Sergipe foi objeto de recomendação pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) de nº 1.074, de 2008, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Consta também a análise das condições financeiras e das exigências constitucionais e decorrentes da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de inclusão do programa no plano plurianual e de previsão orçamentária.

Ainda segundo a STN, verificou-se que o Estado de Sergipe encontra-se adimplente junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, não tem pendências referentes a financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela

honradas e que não está incluído no Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2011, há margem nos limites para a concessão da pleiteada garantia da União, conforme o estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Portanto, a operação financeira cumpre as condições e exigências estabelecidas pelas Resoluções nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007, que, além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe, dentre outras, as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

> **a**) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
>
> **b**) cumprimento, pelo tomador do empréstimo, dos compromissos tributários, financeiros e fiscais assumidos para com a União e entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Já a PGFN, por intermédio do Parecer PGFN/COF nº 957, de 2012, concluiu que as formalidades legais prévias à contratação da operação de crédito em tela foram obedecidas.

Foi indicado, também, que a capacidade de pagamento do Estado, conforme apurada pela STN, foi considerada insuficiente para o recebimento de garantia da União. Porém, as contragarantias apresentadas são mais que suficientes para cobrir eventual necessidade de a União honrar a garantia pleiteada. Assim, a operação pode ser excepcionalizada pelo Ministro da Fazenda, nos termos da Portaria MF nº 276, de 23 de janeiro de 1997.

Dessa forma, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional avaliou que o assunto estava em condições de ser submetido à consideração do Ministro da Fazenda para, uma vez autorizada a excepcionalização, fosse o pleito encaminhado para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição Federal, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, fosse verificada a situação de adimplência do Estado de Sergipe junto à União, bem como formalizado o contrato de contragarantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas nas Resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame. A operação de crédito atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 48, de 2007, todas do Senado Federal.

III – Voto

O pleito constante da Mensagem nº 43, de 2010, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº..., DE 2012

Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$70,275,000.00 (setenta milhões, duzentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Sergipe autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$70,275,000.00 (setenta milhões, duzentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Águas de Sergipe".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Sergipe;

II – credor: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$70,275,000.00 (setenta milhões, duzentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo margem fixa (*Fixed Spread Loan*);

VI – prazo de desembolso: até sessenta meses, contados a partir da data de vigência do contrato;

VII – amortização do saldo devedor: em quarenta parcelas semestrais, sucessivas e iguais, pagas no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2017 e a última em 15 de novembro de 2036, sendo cada parcela correspondente a 2,5% do valor total do empréstimo;

VIII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros *Libor*

semestral para o dólar norte-americano, acrescida de um *spread* a ser determinado pelo BIRD e fixado na data de assinatura do contrato;

IX – juros de mora: 0,5% a.a. acrescido aos juros devidos e ainda não pagos;

X – comissões: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitado na data em que o contrato entrar em efetividade;

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º – Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Sergipe na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º – O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado de Sergipe celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º – Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Sergipe quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º – O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador José Pimentel, pelo brilhante relatório.

Eu quero registrar, aqui, a presença do nosso querido Senador Albano Franco, sempre muito atento às questões do seu Estado de Sergipe.

Tenho a honra de passar a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para que possa, também, se pronunciar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de enfatizar o interesse e a presteza com que se houve, na apresentação do seu relatório, o Senador José Pimentel, sempre atento àquilo que é do interesse do Nordeste do Brasil, um amigo de Sergipe, que comprova, com essa rapidez, que ele mereceu o título de cidadão de Sergipe, cidadão honorário que é do meu querido Estado, concedido pela Assembleia Legislativa.

Aqui se encontram presentes, prestigiando este ato, o já anunciado ex-Senador e ex-Governador do Estado e ex-presidente da CNI, Dr. Albano Franco; José de Oliveira Júnior, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Sergipe; Pedro Lopes, que é Secretário do Governo na representação de Sergipe aqui em Brasília; Dr. Genival Nunes, Secretário do Meio Ambiente; Dr. Ailton Rocha, Subsecretário de Recursos Hídricos; e o ilustre Procurador Dr. André Meira, que é o Chefe da BSB em Sergipe.

Eu gostaria de registrar que esse empréstimo, que ultrapassa US$70 milhões, é uma parte de um projeto da iniciativa do Governo de Sergipe, do Governador Marcelo Deda, visando a dar apoio financeiro à execução do programa Águas de Sergipe, envolvendo ações as mais diversas voltadas para a distribuição de água e o saneamento básico, a exemplo das regiões do semiárido e do agreste, que serão objeto desse programa, como também da própria capital de Sergipe, Aracaju, cujo rio Sergipe, que está sofrendo um processo de degradação, vai ser totalmente revitalizado com a execução desse programa.

O Governo do Estado entrará com a contrapartida de mais de US$46 milhões, o que comprova que o Estado de Sergipe não só é adimplente com relação à sua condição perante a Secretaria do Tesouro, como assume uma responsabilidade imensa ao empreender investimentos de tal monta.

Por isso, eu gostaria de agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, pela forma como age em relação à colocação, para deliberação desta Comissão, desse projeto e, também, mais uma vez, agradecer ao nobre Relator José Pimentel e aos Senadores que se encontram presentes e que, certamente, votarão favoravelmente a um empreendimento tão importante de recursos hídricos para o pequenino mas valoroso Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador José Pimentel, e que Deus abençoe o Governo do seu Estado na utilização desses recursos, nessa missão tão nobre e digna que é a preservação de um dos grandes tesouros da Humanidade, que é a nossa água.

Parabéns ao Estado de Sergipe, que demonstra maturidade na valorização desse tema que está tão em moda e em discussão, inclusive, na Rio+20.

Então, parabéns ao Estado de Sergipe.

Passo, agora, ao item nº 1.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É preciso votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Ah, desculpe-me. (*Risos*.)

Não havendo mais quem queira discutir, e estando a matéria aberta à discussão, os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Então, para deleite de todos nós, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS que apresenta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, na forma regimental, peço urgência para a tramitação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Segundo o requerimento formalizado e apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, coloco em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

Vamos para o item 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até €9.463.000,00 (nove milhões e quatrocentos e sessenta e três mil euros), entre o Município de Toledo, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, as Srªs Ângela Semíramis de Andrade Freitas, Analista de Finanças e Controle, da Coordenação-Geral de Estados e Municípios; e Cinthia de Fátima Rocha, Coordenadora da Coordenação-Geral de Estados e Municípios, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando, assim, o Tesouro Nacional; e os Srs. José Carlos Schiavinato, Prefeito do Município de Toledo; Luiz Alberto Cipriano, Assessor Especial para Captação de Recursos; e Giovani Ferri, Promotor de Justiça.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, para emitir seu parecer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, registro, também, a presença do Deputado Dilceu Sperafico, que se faz presente nesta a audiência, nesta votação; também a do Prefeito José Carlos Schiavinato, de Toledo; a do Promotor de Justiça de Toledo, da área ambiental, Dr. Giovani Ferri; e a do Assessor de Captação de Recursos, Dr. Luiz Cipriano.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Toledo (PR), por intermédio da Mensagem nº 42, de 2012, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o programa deverá contar com investimentos totais de €20 milhões, sendo que o Município aportará, como contrapartida, recursos da ordem de €10,537 milhões, a serem desembolsados em cinco anos, originalmente previstos para os anos de 2012 a 2016.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA601047.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à Euribor, acrescida de *spread* 0,80% a.a. De acordo com cálculos da STN, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 3,49% a.a., flutuante conforme a variação da Euribor.

As taxas Euribor baseiam-se na média das taxas de juros praticadas em empréstimos interbancários em euros por diversos grandes bancos europeus.

Como destacado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o programa será implementado pela Prefeitura Municipal de Toledo e abrange obras e ações de desenvolvimento ambiental municipal que são reunidas em sete componentes principais, sendo eles: Estudos e Projetos; Conservação do Solo; Conservação de Recursos Hídricos; Resíduos Sólidos Urbanos; Ampliação/Valorização das Áreas Verdes Urbanas; Transporte Alternativo Limpo; e Educação Ambiental.

II – Análise.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Toledo (PR) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Eu entendo que não se faz necessária a leitura de toda a análise, Sr. Presidente, pois ela está à mesa para que possa ser apreciada pelos demais Senadores.

Eu encaminho, direto, o voto, Sr. Presidente.

III – Voto

O pleito encaminhado pelo Município de Toledo (PR) encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº..., DE 2012

Autoriza o Município de Toledo (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de até €9.463.000,00 (nove milhões e quatrocentos e sessenta e três mil euros).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo.

Art. 2º – A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Toledo (PR);

II – credor: Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até €9.463.000,00 (nove milhões e quatrocentos e sessenta e três mil euros);

V – prazo de desembolso: cinco anos, contados a partir da data de vigência do contrato;

VI – amortização do saldo devedor: em trinta parcelas semestrais e consecutivas, de valores, tanto quanto possível, iguais, pagas no dia 16 dos meses de maio e novembro de cada ano, vencendo-se a primeira após transcorridos cinco anos da data de assinatura do contrato de empréstimo;

VII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa semestral baseada na *Euribor* acrescida de *spread* de 0,80% a.a.;

VIII – juros de mora: 3,5% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos;

IX – taxas legais: até €8.000,00, que deverá ser paga ao credor até a primeira data de desembolso;

X – despesas com inspeção e supervisão gerais: até €7.000,00.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Toledo (PR) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Toledo (PR) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Toledo (PR) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o parecer.

Peço, Sr. Presidente, urgência para o plenário, para que possamos votar ainda hoje esta matéria.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

O Senador Sérgio Souza já havia pedido urgência e V. Exª, como Relator, também solicita.

Parabéns ao Município de Toledo.

A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passo, em primeiro lugar, ao Senador Sérgio Souza. Logo em seguida, passarei ao Senador Alvaro Dias.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, quero registrar a presença do Prefeito de Toledo José Carlos Schiavinato, desse importante Município do Paraná, meu Estado, como também a presença do Ministério Público daquela cidade.

Sejam todos bem-vindos ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, Toledo tem, como base de sua economia, a transformação de produto primário em produto final. O Senador Acir Gurgacz, cujo pai milita como empresário naquela região, conhece as reladidades da região, do Município.

No Brasil, Toledo é um dos Municípios que mais agrega valor ao produto primário. Ele tem, em sua base, uma produção de suinos em alta escala. Percebendo a importância de transformação de dejetos suínos em energia, Toledo avança a passos largos nesses projetos.

No entanto, falta financiamento para ações como esta, em defesa do meio ambiente, porque, ao mesmo, retira-se do meio ambiente algo que prejudica, tranformando isso em energia, capturando, inclusive, ou mitigando gases nocivos à camada de oxônio.

Então, eu gostaria de enealtecer o Prefeito, a Prefeitura, pelo brilhante projeto, e manifestar o meu apoio e solicitar aos meus colegas, a todos, apoiamento a esse projeto.

Como o Senador Gurgacz, eu também peço a urgência necessária, para que possamos incluir na pauta e votar a matéria ainda hoje no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB–MA) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, saudação especial ao Prefeito José Carlos Schiavinato, ao Deputado Federal Dilceu Sperafico, que acompanha esta reunião, ao Minsitério Público, que vem de Toledo, no Paraná.

Eu gostaria de destacar, Sr. Presidente, que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um avanço extraordinário, porque mudou o conceito de administração pública no País. Ela foi imprescindível para interromper um processo de irresponsabilidade administrativa no Brasil, que provocava um endividamento exorbitante, impulsionando a inflação, que consumia sonhos e esperanças do povo brasileiro de uma vida digna.

Àquela época, os empréstimos eram celebrados sem o necessário cuidado e sem a imprescindível responsabilidade. Não se procurava verificar a relação custo-benefício do investimento a ser feito com os empréstimos contraídos, provocando endividamento. Não se verificava, por exemplo, que retorno adviria da execução de um projeto consequente de um empréstimo, inclusive externo.

Hoje, é diferente. Hoje, há maior responsabilidade; existe responsabilidade fiscal. E um projeto dessa natureza tem de ser aplaudido, não só aprovado, tem de ser aplaudido, especialmente depois que tivemos um evento, no Rio de Janeiro, denominado Rio+20, que frustrou as expectativas brasileiras e internacionais, em razão de seus resultados pífios. Não só devemos aprovar projetos que guardam essa relação com a preocupação necessária que deve existir do administrador público com a preservação do meio ambiente, um cuidado com a qualidade de vida das pessoas, sobretudo com a saúde dessas pessoas, mas também aplaudido.

Toledo tem oferecido grandes exemplos. Considero uma administração exemplar. Apesar da presença do Prefeito aqui, ouso dizer que ele é um dos melhores Prefeitos deste País e, certamente, no Paraná podemos ter Prefeitos que chegam ao seu nível, mas não o superam.

Nós temos que enaltecer as boas gestões, porque o Brasil está cansado de gestões precárias, claudicantes, inseguras, confusas, incapazes. Quando temos uma gestão exemplar, temos que enaltecer e temos que propagar, para que o exemplo possa prosperar.

Eu visito Toledo sempre. Estive lá recentemente. Percorri alguns quilômetros, dos 205 de pavimentação rural que a Prefeitura executou em parceria com os agricultores. Esse projeto vai dar prosseguimento a esse programa. Vai cuidar, como disse o Senador Sérgio Souza, do tratamento de dejetos de suínos. Vai cuidar de uma melhor destinação do lixo urbano, ou seja, vai cuidar da preservação ambiental. Um Município, modelo admistrativamente, tem de ser também ser preservacionista, modelo em matéria de preservação ambiental.

Por isso, é claro, viemos aqui, Prefeito, eu saí lá da CPMI, corri até aqui, para participar deste momento e desta votação, Kátia, porque eu considero um momento que consagra a adminstração de Toledo, a já consagrada administração de Toledo, que dá mais um passo avante, adiante e se consagra como, certamente, a melhor administração que a cidade já teve e uma das melhores do Paraná.

Eu também compartilho com a solicitação do Senador Acir Gurgacz e do Senador Sérgio Souza, apoiando o pedido de urgência, para que possamos deliberar a matéria ainda hoje à tarde, no plenário do Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O Senador Alvaro Dias está absolutamente correto quando referencia que faz parte de nossa cultura sempre nos preocuparmos quanto à autorização de empréstimos a entes públicos, principalmente quando são empréstimos internacionais.

Não o conheço, Prefeito José Carlos Schiavinato, mas, depois desse depoimento, eu tenho a confiança de que V. Exª irá administrar da melhor forma possível os interesses de seus cidadãos.

Encerrada a discussão.

Passo à votação do relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o relatório.

Passo, agora, à votação do requerimento de urgência apresentado pelo Relator, pelo Senador Sérgio Souza e pelo Senador Alvaro Dias.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a urgência queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de pedido de urgência para a matéria.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$99,000,000.00 (noventa e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Governo do Estado de Tocantins, cujos recursos destinam-se a financiar o "Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Tocantins – PRODOESTE".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, as Srªs Ângela Semíramis de Andrade Freitas, Analista de Finanças e Controle da Coordenação-Geral de Estados e Municípios, e Cinthia de Fátima Rocha, Coordenadora da Coordenação-Geral de Estados e Municípios, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Flávio Rios Peixoto da Silveira, Secretário da Representação do Estado de Tocantins.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro, para emitir seu parecer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Srªs Senadores, Srs. Senadores, a Presidência da República, a Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Tocantins, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Tocantins – PRODOESTE", cujo objetivo é *proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população, usufruindo do potencial da região para viabilizar os projetos agroindustriais, de ampliação das reservas de água, do aumento da oferta de emprego em função das até três safras no ano que a perenização proporcionará*.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA602279. Será contratado sob a modalidade de Empréstimo do Mecanismo Unimonetário, com taxa de juros baseada na *Libor*.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,6 % a.a., flutuante conforme a variação da *Libor*, considerado aceitável por essa Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US$165 milhões, no período de 2012 a 2016, sendo que além do empréstimo pretendido estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US$66 milhões.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 813, de 15 de maio de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, nada há a opor à concessão da garantia pleiteada pelo Estado de Tocantins, desde que, previamente, sejam obedecidas as seguintes condicionalidades: (I) cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso do contrato; (II) verificação de adimplência do Estado; (III) formalização do contrato de contragarantia; e (IV) que o pleito seja excepcionalizado pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda nos termos da Portaria MF nº 276, de 23 de outubro de 1997.

Relativamente à excepcionalização, entende a Secretaria do Tesouro Nacional ser ela oportuna e pertinente, tendo em vista que: (i) o Estado ofereceu contragarantias suficientes e idôneas; (ii) o Projeto é considerado relevante para o Governo Federal; e (iii) o Estado indica que a Lei Estadual nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado em 2012 contempla contrapartida em valor suficiente.

A excepcionalização decorre de a capacidade de pagamento do Estado, conforme apuração da Secretaria do Tesouro Nacional, ter sido considerada insuficiente para o recebimento de garantia da União.

É de se notar que, em manifestação sobre situações análogas, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem enfatizado que a decisão quanto à concessão de excepcionalidade enquadra-se inteiramente no âmbito estrito de análise de conveniência, não cabendo seu pronunciamento quanto ao seu mérito. Ou seja, está no âmbito do poder discricionário do Ministro da Fazenda, mediante juízo de conveniência e oportunidade.

Quanto aos requisitos da Resolução nº 43, de 2001, e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Copem informou que o Estado atendeu aos requisitos mínimos para contratação.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da RCL, é decrescente até 2017, último ano da projeção realizada, quando atingirá reduzido valor (0,12%).

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Tocantins, a STN conclui que as contragarantias oferecidas são suficientes, caso a União venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conclui-se, nesses termos, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidas pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Tocantins para contratar a operação de crédito externo do Projeto de Resolução do Senado que apresento.

Sr. Presidente, quero dizer da honra em poder relatar o projeto que autoriza a contratação do projeto de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil entre o BID e o Governo do Tocantins e parabenizar o Governador Siqueira Campos pelo trabalho que vem realizando pelo seu Estado do Tocantins e também aos Senadores da Bancada do Tocantins, que desempenham um competente e determinado trabalho, aqui no Senado Federal, em prol do Estado que tão bem representam, Senadora Kátia Abreu, que se encontra presente a esta sessão da CAE; o Senador Vicentinho; e o Senador João Ribeiro, que, mesmo enfermo, licenciado do Senado Federal, fez-me uma ligação ontem, pedindo o apoio ao empréstimo do Senado Federal, que hoje tive a honra de relatar com o voto favorável.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Peço a aprovação do regime de urgência, para que possamos ainda, na tarde de hoje, aprovar no plenário do Senado o empréstimo para o Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, sempre muito competente na relatoria de seus projetos.

Quero registrar aqui, de forma redundante ao Senador Flexa Ribeiro, o envolvimento e o interesse absoluto da Senadora Kátia Abreu na matéria, que chegou, o que é raro, a apresentar também, de maneira formalizada, o requerimento de urgência nesta Comissão.

Quero registrar também a ligação do Senador e meu querido amigo João Ribeiro, que passa por momentos difíceis de saúde, mas que, mesmo assim, teve forças para ligar e demonstrar absoluto interesse também nessa matéria.

Abro a matéria à discussão e passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que nem a pediu, mas que, pelo olhar, já a recebeu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente. (*Risos*.)

É que estou feliz, Presidente, com esse projeto. Demais.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a V. Exª pela presteza da pauta da Comissão, para aprovar um projeto tão importante para o meu Estado, o Tocantins. Quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, sua relatoria, a aprovação, a dedicação à matéria, para que pudéssemos chegar até esta Comissão, no dia de hoje, com bastante velocidade, pois estamos num período eleitoral e sabemos que o recesso parlamentar, tudo isso, poderia atrasar a aprovação.

Muito obrigada, Flexa, pela sua relatoria.

Agradeço ao Senador Jayme Campos, que está aqui, do DEM de Mato Grosso, que também nos está apoiando e aqui presenciando essa aprovação da maior importância.

Registro, mais uma vez, Sr. Presidente, a presença do Secretário de Agricultura do Estado de Tocantins, Jaime Café, que é um produtor de soja, de milho, de arroz, lá de Lagoa da Confusão, e que nos tem dado muita alegria à frente da Secretaria de Agricultura do Estado de Tocantins. Sem ofender os demais secretários, digo que é um dos mais arrojados do Brasil, principalmente por conhecer o dia a dia, a prática e a lida da agricultura deste País, através das suas áreas no Tocantins.

E, também, o nosso Secretário de Representação do Tocantins aqui em Brasília, Flávio Peixoto, que é uma sumidade, uma experiência extraordinária, originário do Estado de Goiás; que veio colaborar com o Estado-irmão, Tocantins, e que vem desenvolvendo um trabalho extraordinário à frente dessa representação, pela sua lucidez, equilíbrio, inteligência e, acima de tudo, seu caráter.

Sr. Presidente, esse projeto é o Prodoeste. Eu estive nos Estados Unidos, em Washington, na sede do BID. E o BID disse-me lá que é o projeto que é a menina dos olhos daquele banco, o maior projeto do BID no Brasil, hoje, no Centro-Oeste brasileiro, no Centro-Oeste do cerrado brasileiro, que atinge os Municípios de Pium, Cristalândia e Lagoa da Confusão.

Nós teremos ali, nesse espaço, Sr. Presidente, a possibilidade de irrigar 36 mil hectares de produção nessa primeira etapa. O financiamento é de US$99 milhões, mas o Tocantins vai entrar com US$66 milhões, como contrapartida.

A grande novidade desse projeto é que as áreas não são desapropriadas. Ao contrário, nós estamos preparando e fornecendo água para produtores que estão lá ocupando as terras, titulados, com suas escrituras, produzindo uma lavoura de sequeiro.

Só de ter anunciado esse projeto, 10 mil hectares já estão sendo organizados e sistematizados pelos produtores. Então, a partir dessa retenção de água, a partir desse represamento, que vai significar 190 mil metros cúbicos de água, os produtores irão, então, fazer seu investimento pessoal e buscar essa irrigação para as suas áreas.

O importante é que todos saibam que, nessa mesma área de 36 mil hectares de sequeiro, poderíamos colher algo em torno de 800 mil sacas de soja. Em 36 mil hectares, 800 mil sacas de soja.

Com a irrigação, teremos três safras: uma de soja – apenas uma de soja representará um milhão de sacas –; uma de feijão, que representará 600 mil sacas; e uma de arroz, que representará dois milhões de sacas. Nós iremos trocar, com esse investimento, 3,6 milhões de sacas a troco de 800, que são retiradas, todo ano, pela ausência de irrigação.

Ainda quero lembrar que o Brasil tem possibilidade de irrigar 29 milhões de hectares de área, e nós só irrigamos cinco milhões no Brasil inteiro. Mas a Bacia do Araguaia e Tocantins, que atinge o meu Estado do Tocantins, o Estado de Goiás e o Estado de Mato Grosso, do Senador Jayme Campos, é a maior área contínua irrigável do mundo – 5,3 milhões hectares irrigáveis –, sendo que, apenas na margem direita, no Estado do Tocantins, desses 5,3 milhões, 4 milhões são do Estado do Tocantins, segundo a Agência Nacional da Água, a partir dos seus estudos de bacia do nosso Estado.

Hoje, nessas três cidades, já produzimos e somos o maior de produtor de melancia não do Brasil, mas do mundo, tudo da maior qualidade.

Só agora, nesta época, estamos tirando 300 caminhões de melancia por dia, apenas em Lagoa da Confusão. Além disso, hoje, nessas três cidades, têm acesso à água apenas 38% da população e 1% ao esgoto, e, em cinco anos, teremos como contrapartida a obrigatoriedade de instalar 90% de abastecimento de água e de esgoto para essa população, além de também fornecermos 11 mil empregos nessa região, que é o mais importante: é importante para o produtor, é importante para o Estado; porém, o mais importante são os empregos gerados naquela região, empregos diretos, no valor de 11 mil pessoas – pais de família, mulheres – trabalhando nas lavouras em todos os aspectos.

Por isso, peço o apoio de todos os colegas. E parabenizo o esforço e o empenho do Governador Siqueira Campos, que, com um ano e meio de gestão, tem trabalhado como um louco para aprovar os financiamentos externos, por conta de o nosso Estado estar em dificuldade financeira extrema, pela queda de arrecadação, pelos endividamentos irresponsáveis feitos no passado. E o Governador tem buscado esses recursos nos bancos internacionais, para que

possamos implementar todos os projetos e sonhos que temos comprometidos com o povo do Tocantins.

Portanto, com muita alegria, eu peço aos colegas, Senadores, a aprovação deste projeto, que é da maior importância para o Brasil e para o nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Tenho a honra de passar a palavra, também, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão Filho; valorosa e competente Senadora Kátia Abreu, que muito bem representa seu querido Estado de Tocantins aqui no Senado Federal; ilustre Relator da matéria, competente Senador Flexa Ribeiro; demais Senadores e Senadoras, quero apenas me associar à alegria da Senadora Kátia Abreu na aprovação, nesta Comissão, deste empréstimo pleiteado pelo Estado de Tocantins.

As boas referências já foram dadas ao seu Estado. Tocantins foi dividido lá atrás. Era um Estado uno Goiás/Tocantins, e a sua divisão foi feita lá atrás.

Muitos não acreditavam, Kátia, quando o Senador Siqueira Campos fez até aquela greve de fome, por vários dias aqui em frente ao Congresso Nacional, e não acreditavam que essa divisão iria dar certo, e hoje, indiscutivelmente, o seu Estado prospera todos os dias. Aqui, uma demonstração, com a sua fala, de que hoje é um dos maiores produtores de arroz do Brasil, o maior produtor de melancia do Brasil e do mundo. E melancia, soja, rebanho bovino. Em síntese, é um Estado promissor, porque acredito nas fertilidades da sua terra, mas, sobretudo, na perseverança daqueles brasileiros que ali fincaram, em pleno Norte deste País, uma nova civilização que, certamente, tem nos orgulhado a todos nós brasileiros.

Entretanto, Senadora Kátia Abreu, nós temos de travar não só a luta desses financiamentos para irrigação daquelas terras na produção da agricultura, mas temos de lutar também, e já está sendo encaminhada a integração do meu Estado de Mato Grosso com o seu Estado de Tocantins, através de uma passagem para a Transbananal, que seria uma redenção tanto para o Tocantins, para o Mato Grosso e, certamente, para o Estado de Goiás. Porque são regiões ricas, sobretudo pelo seu turismo, Senador Edison Lobão, através das belezas do rio Araguaia e, sobretudo, pela fertilidade de suas terras e até do Pantanal, que está nos dois Estados, naquela região, eu tenho certeza de que quando integrarmos de fato, através do transporte rodoviário, num primeiro instante, que será feito, eu tenho certeza de que será ali uma nova Califórnia brasileira, sobretudo pela competência dos nossos produtores, tanto na agricultura, em que se produz a soja, o arroz, o milho, mas também pela própria pecuária, porque, sem dúvida alguma, os nossos Estados juntos têm quase 40 milhões de cabeças. Mato Grosso hoje tem quase 30 milhões, e o Tocantins, 8 milhões. São quase 40 milhões de bovinos naquela região do Brasil.

De maneira, Kátia, que eu quero me associar... Até mesmo como ex-governador, tive uma luta incessante na busca efetiva da concretização dessa integração Mato Grosso e Tocantins, através da Ilha do Bananal.

Agora, é fundamental que chamemos a atenção aqui: Tocantins não está inserido nesse contexto de Estado da Região Centro-Oeste, que é contemplado através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Ali, existia, quando eu era governador, através da Secretaria Nacional de Irrigação, capitaneada por Carlos Wilson, ex-Senador, ex-Deputado – que inclusive já faleceu –, um fundo constitucional na aplicação de um projeto de irrigação. Eu tive a primazia, como governador, de conseguir um bom recurso e aplicar na região da baixada cuiabana alguns investimentos para irrigação da agricultura familiar, que havia naquela oportunidade.

Então, nós temos de lutar, primeiro, para que os recursos sejam liberados. O Ministério da Integração Regional não tem liberado nem para Mato Grosso, nem para Goiás, muito menos para Mato Grosso do Sul e para o Distrito Federal. Todavia, eu defendo a tese de que o Estado de Tocantins também seja inserido nesse processo, ou seja, nesse projeto, pelo fato de que os recursos são abundantes, Presidente Edison Lobão. Todavia, não há, me parece... O Tocantins até então estava levando um pedaço da fatia. Lá atrás eu tive conhecimento, pelo fato de o próprio Tribunal de Contas da União ter cobrado do Ministério da Integração a liberação de recursos, mas o Tocantins estava recebendo, porque tinha apresentado bons projetos.

De maneira que eu quero crer que esses investimentos que o Estado de Tocantins está recebendo são pequenos diante do enfrentamento que terão de ser feitos para tecnificar, melhorar e, sobretudo, ter uma agricultura auto-sustentável. Acho que o Governo Federal, em boa hora, teve o entendimento para liberação desses US$99 milhões. Eu, particularmente, queria que fossem pelo menos R$990 milhões, porque o dinheiro vai ser muito bem aplicado pelo competente, trabalhador, Senador e Governador atual Siqueira Campos. Eu conheço sua luta, e é um homem de valor. Aqui temos de reconhecer, na medida em que é um dos grandes brasileiros que acreditaram e acreditam, naturalmente, num Brasil mais próspero e desenvolvido.

De forma que eu quero me associar a V. Exª, Senadora Kátia Abreu, na sua alegria, no seu contentamento e na luta que tem feito aqui na defesa intransigente

de um Brasil próspero, mas, acima de tudo, um Brasil com mais justiça social. E só faremos justiça social, naturalmente, através de projetos como esse que nós estamos aprovando aqui, o da liberação de recursos para o seu Estado de Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria apenas de aqui também registrar o empenho e o esforço do Senador Vicentinho Alves e do Senador João Ribeiro, que não estão aqui neste momento, mas foram dois Senadores atuantes e importantes na aprovação deste projeto para o nosso Estado. Estou aqui representando os dois, porque trabalhamos juntos em prol do Tocantins.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito bem dito.

Obrigado, Senador Jayme Campos, do alto de sua experiência de grande produtor rural da agroindústria e da pecuária. Grande produtor.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, Relator da matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, pedi a palavra só para fazer mais um breve registro pela luta da Senadora Kátia Abreu.

Eu quero aqui dar o meu testemunho: a Senadora Kátia Abreu é uma guerreira aqui no Senado Federal, defendendo o agronegócio, como Presidente da CNA. Ela o faz em todo o Brasil. Sabemos nós que o agronegócio é um dos pilares de sustentação do nosso País, e ela tem essa representatividade em todos os cantos do Brasil.

E ela fez a defesa do projeto com tanta competência e vibrando tão positivamente pelo seu Estado que eu fiz questão de retomar, Senadora Kátia Abreu, a palavra novamente para dizer da admiração e respeito que tenho por V. Exª. V. Exª enche de orgulho a todos nós, seus companheiros aqui no Senado Federal, ainda mais quando aprovamos – e tive a honra, como disse, de ser Relator de um projeto que beneficia um Estado irmão do Pará. Nós somos ligados umbilicalmente lá no Bico do Papagaio; e quando Tocantins cresce, o Pará cresce. E vice-versa: quando o Pará cresce, o Tocantins cresce.

Então, o nosso trabalho é irmanado das duas bancadas aqui, no Senado Federal. E esse projeto, quis Deus que fosse numa área exatamente em que V. Exª tem comando, tem liderança, que é a dos projetos para agroindústria. E a perenização do atendimento das reservas de água vai propiciar, como diz aqui o relatório, três safras ao ano. Isso vai possibilitar maior produção para o Brasil, para que o Brasil venha a ser, Senador Edison Lobão... Já ocupa uma posição de destaque no cenário internacional e cada vez mais vai ter essa posição aumentada, apesar de todas as barreiras que os outros países querem impor, o mundo globalizado, ao agronegócio brasileiro.

Parabéns à Senadora Kátia Abreu pelo seu trabalho, como Senadora e como Presidente da CNA.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vejam que o Senador Flexa Ribeiro não se conteve só no relatório e teve de fazer um depoimento pessoal aqui. Parabéns, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra, com muita alegria, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Lobão Filho.

Senadora Kátia, é muito bom ver um Estado como o Tocantins ter uma Senadora tão atuante. Além de Senadora atuante, é uma brilhante Presidente da CNA. Nós que somos da mesma região – aliás, uma divisão do Estado que foi favorecida aos dois –, sabemos o que significa a geração de empregos: três safras a mais vão resultar em geração de empregos. A dificuldade que temos nos nossos Estados de gerar empregos é muito grande e, com essa sua luta, propiciou que o Estado, com essas três safras, mais uma vez, vá ter uma geração de empregos.

Parabéns pela sua atuação e pelo brilhantismo na CNA.

E parabéns também ao Senador Flexa Ribeiro, pela maneira e pela propriedade com que relatou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Senadora Kátia Abreu, perceba que, neste mês em que há discussão, tão presente no mundo todo, do meio ambiente, nós aqui do Senado, do Poder Legislativo brasileiro, estamos dando o nosso exemplo.

Na manhã de hoje, nossa Comissão aprova dois projetos de impacto muito forte no meio ambiente e um projeto de desenvolvimento sustentável, com uma preocupação muito forte também de meio ambiente.

Então, nós estamos fazendo a nossa parte, o nosso papel que é em defesa desse tema abordado hoje de forma mundial.

Encerradas as discussões, e não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o item 3 da pauta.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Coloco também em votação o regime de urgência, requerido pela Senadora Kátia Abreu e pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que concordam com o regime de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está também aprovado o regime de urgência.

Parabéns ao Relator, parabéns à Senadora e ao Governo do Estado de Tocantins.

Pediria aos Secretários Flávio Peixoto e Jaime Café que transmitissem o meu abraço fraternal ao Governador Siqueira Campos, meu amigo pessoal.

Tendo aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS que apresenta.

Antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de registrar uma correção de texto no Projeto de Resolução do Senado. No art. 2º, inciso VII, onde está escrito *Eurolibor*, na realidade, é *Euribor*. Por favor, peço as correções de praxe.

O erro está no projeto de Tocantins.

Declaro encerrada a 34ª Reunião.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2011, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Antonio Russo, Gim Argello e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, José Agripino, João Vicente Claudino e João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 34ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, dá início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 3/2012-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2013-PLDO/2013, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Cyro Miranda, que esclarece que foram apresentadas trinta e cinco emendas, apresentadas pelos Senadores Antonio Russo, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Romero Jucá e Vanessa Grazziotin. Dentre tais propostas, treze são propostas de emendas de texto e vinte e duas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2013. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 3/2012-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte – 2055 – Desenvolvimento Produtivo – 2374 – Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte – Projeto apoiado (unidade) – 5.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – 2055 – Desenvolvimento produtivo – 20R6 – Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e de Arranjos Produtivos Locais – Empresa apoiada (unidade) – 400; **Emenda nº 03** – CAE 3 – Capacitação de Micro e Pequenas Empresas, Empreendedores Individuais e Potenciais Empreendedores – 2047 – Micro e pequenas empresas – 2710 – Capacitação de Micro e Pequenas Empresas, Empreendedores Individuais e Potenciais Empreendedores – Pessoa capacitada (unidade) – 100.000; **Emenda nº 04** – CAE 4 – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal – 2047 – Micro e pequenas empresas – 2706 – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal – Evento realizado (unidade) – 1.000; **Emenda nº 05** – CAE 5 – (MDIC) Monitoramento de Instalação e Operação de ZPE – 2024 – Comércio exterior – 20CX – Monitoramento de Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPE – Zona de processamento de exportação monitorada (unidade) – 24; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 3/2012-CN: **Emenda nº 06** – CAE 6 – Art 105 e 106 – Capítulo XII – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 105; **Emenda nº 07** – CAE 7 – SUFRAMA – Aditiva – Anexo V – Inciso

I Item 66; **Emenda nº 08** – CAE 8 – SUFRAMA – Aditiva – Anexo V – Inciso I Item 66; **Emenda nº 09** – CAE 9 – Orçamento da Educação, Saúde e Ações Voltadas para a Infância – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 16; **Emenda nº 10** – CAE 10 – Art. 100 alterado – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 100; **Emenda nº 11** – CAE 11 – Art. 21 – Aquisição de Ativo com Entrega de Títulos da Dívida – Aditiva – Corpo da Lei – Art. 21; **Emenda nº 12** – CAE 12 – Anexo V – Aditiva – Anexo V – Inciso I item 66; **Emenda nº 13** – CAE 13 – Art. 4º – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 4; **Emenda nº 14** – CAE 14 – Artigo 55 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 55; **Emenda nº 15** – CAE 15 – Artigo 57 – § 2 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 57 Parágrafo 2; **Emenda nº 16** – CAE 16 – Regime Diferenciado de Contratação – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 109; **Emenda nº 17** – CAE 17 – Art. 87 – Financiamento para o Setor Pesqueiro – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 87 Inciso IV Alínea k; **Emenda nº 18** – CAE 18 – Art. 87 – Financiamento – Inovações Tecnológicas em Química Verde – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 87 Inciso IV Alínea e. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a Ata.

Esta reunião destina-se à discussão e votação de emendas desta Comissão ao PL nº 3, de 2012, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2013, que será apresentado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 35 emendas a esta Comissão.

Com a palavra o coordenador das emendas, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador, Presidente Lobão Filho, Srªs e Srs. Senadores.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN, *que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2013, e dá outras providências.*

Sr. Presidente, encontram-se em análise por esta Comissão, como já foi dito, 35 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Romero Jucá e Vanessa Grazziotin.

Dentre tais propostas, 13 são propostas de emendas de texto e 22 relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (LDO 2013).

Não existem limites ao número de emendas de texto, mas existe o limite de cinco emendas de Comissão ao Anexo de Metas e Prioridades.

II – Análise.

As emendas 25, 26 e 27, do Senador Eduardo Braga, não foram admitidas por serem de competência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. As demais emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais e legais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

III – Voto

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (LDO 2013) de números 21 (que engloba as emendas 02 e 07), 08 (que engloba as emendas 03,15, 17 e 33), 04 (que engloba a emenda 18), 05 (que engloba a emenda 19),16 (que engloba as emendas 06, 10 e 20), assim como das emendas de texto de números 11, 12, 13, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 34 e 35.

O total das emendas de metas são 16, englobando nas emendas já proferidas.

Esse é o nosso relatório e, em anexo, estão todos os tipos de emendas e aditivas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

As emendas do relatório do Senador Cyro Miranda estão em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas referidas no relatório.

Os Srs. Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Estão aprovadas as emendas, que serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Obrigado, Senador Cyro Miranda, pelo brilhante relatório.

Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia três de julho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Zezé Perrella, Marta Suplicy, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, João Ribeiro, Gim Argello, Blairo Maggi e Kátia Abreu, e, ainda, dos Senadores Sérgio Petecão e João Capiberibe. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho e Jayme Campos. A Presidência declara aberta a Reunião, comunicando aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 37 de 2012, de 20 de junho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.630/2011-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 12 de 2011. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, submete à Comissão a dispensa da leitura do parecer vencedor, elaborado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 593 de 2011, nos termos do artigo 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal. Aprovado. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da primeira parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 28 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2012, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 29 de março de 2012", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Pimentel Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) apresentado. Item 2– Projeto de Lei da Câmara nº 63 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que "altera a alínea 'c' e inclui a alínea 'e' no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich 'menos quatro horas' para o fuso horário Greenwich 'menos cinco horas'", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda e Sérgio Petecão. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 3– Projeto de Lei da Câmara nº 85 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, que "determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate", tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. Após

a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia e Waldemir Moka. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Item 4– Projeto de Lei da Câmara nº 20 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Vic Pires Franco, que "disciplina a comercialização de tintas embaladas em recipiente fechado capaz de emitir spray", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Ivo Cassol Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 76 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador João Capiberibe e outros, que "adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5° do art. 150 da Constituição Federal", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Cyro Miranda, João Capiberibe, Kátia Abreu, Armando Monteiro e Wellington Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 461 de 2009, Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CCT, na forma das Emendas nºs 3 e 4 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT, na forma das Emendas nºs 3-CAE e 4-CAE. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 164 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que 'institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências'", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia Relatora "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pela Relatora "ad hoc", é solicitada vista pelo Senador Wellington Dias. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Wellington Dias, nos termos regimentais. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 141 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinadas a execução de programas e projetos de construção e/ou reforma de habitação popular", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pelo encaminhamento de cópia do Projeto ao Ministro da Fazenda e ao Ministro das Cidades, para verificarem a viabilidade de sua adoção pelo Poder Executivo, e pelo posterior arquivamento da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Wellington Dias Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usa da palavra o Senador José Pimentel. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Nos termos do Parecer da CAE, será encaminhada cópia do Projeto ao Ministro da Fazenda e ao Ministro das Cidades, para que possam verificar a viabilidade de sua adoção pelo Poder Executivo. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº

nº 131 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais, quando destinados ao transporte escolar", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usam da palavra os Senadores Eunício Oliveira, Cristovam Buarque, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata e Blairo Maggi. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezoito votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção; e a Emenda nº 1-CAE por dezenove votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 410 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "eleva para cinqüenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, José Pimentel e Flexa Ribeiro. É solicitada vista pelos Senadores José Pimentel e Flexa Ribeiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01– CAS. Em 4/10/2011, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar fosse alterado para Projeto de Lei Ordinária. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 493 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador José Pimentel Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dez votos contrários, quatro favoráveis e nenhuma abstenção. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2006, terminativo, de autoria Senador Paulo Paim, que "acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física", e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008 com a Emenda nº 1 que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável a aprovação do PLS nº 375 de 2008, e pela rejeição dos PLS nº 340 de 2007 e PLS nº 92 de 2010. As Matérias são retiradas de pauta, a pedido do Relator. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 26, 27, 28 e 29 de 2012. O Requerimento n° 26 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel, requer a realização em conjunto com a Comissão de Serviços

de Infraestrutura da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 11 de 2012 – CAE (convida a Presidente da Petrobras para apresentar os planos da Empresa para os próximos anos). O Requerimento n° 27/2012, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer seja convidada a Senhora Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa. O Requerimento n° 28/2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, requer a realização de ciclo de audiências públicas para debater o Substitutivo, apresentado pelo Relator, Senador Francisco Dornelles, aos Projetos de Lei do Senado, que tramitam em conjunto, nºs 175, 229, 248 e 450 de 2009 – Complementares, com os seguintes convidados: Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Claudio Trinchão, Coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; e Sr. Alexandre Cialdini, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf. O Requerimento n° 29/2012, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, requer a realização de audiência pública destinada a propor Soluções Estruturais x Soluções de Curto Prazo para a Economia Brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com os seguintes convidados: Sr. Armínio Fraga, da Gávea Investimentos e ex-presidente do Bacen; Sr. Carlos Lessa, Ex-presidente do BNDES; Sr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES; Sr. João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento e presidente do Fórum Nacional; Sr. Edmar Bacha, presidente do Think Tank Casa das Graças, ex-presidente do IBGE e ex-presidente do BNDES; e Sr. Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação da matéria constante da segunda parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 45 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM", tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, a Presidência concede a palavra à sabatinada para que possa fazer sua exposição. Após a exposição da sabatinada, usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Relatora da Matéria, e Marta Suplicy e os Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner e Zezé Perrella. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Eduardo Suplicy e Zezé Perrella para atuarem como escrutinadores. Procedidos os escrutínios, a Comissão aprova a indicação da Senhora Ana Dolores Noura Carneiro de Novaes para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Imobiliários – CVM, por dezoito votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 36ª Reunião de Assuntos Econômicos.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento:

Aviso do Tribunal de Contas da União nº 37, de 20 de junho de 2012, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 032630/2011-5, bem como do relatório e do voto que fundamentam referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 12, de 2011.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Foi apresentado parecer vencedor, rejeição do projeto, elaborado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira ao Projeto de Lei do Senado nº 593, de 2011. Nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a dispensa da leitura desse parecer.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário para as devidas providências.

Na verdade, este Projeto de Lei do Senado 593, de 2011, terminativo, é sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habitação com recursos de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), para pessoas de baixa renda. É de autoria do Senador Clésio Andrade. Nós o votamos na penúltima reunião e venceu o parecer preparado e agora aprovado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Primeira parte:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2012
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2012, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 29 de março de 2012.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.

Com a palavra o Relator. Como o Senador Romero Jucá não se encontra presente, então indico o Senador José Pimentel Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nos termos do inciso I e II do art. 6º da lei acima citada, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo acima mencionado.

Como ressaltamos anteriormente, já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal.

Como resultado desse debate, foi aprovado no âmbito do Senado Federal, em 2008, o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, do Senador Paulo Hartung, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 4.121, de 2008), que prevê, nos termos do substitutivo, o envio do Relatório de Inflação à CAE, em substituição à Programação Monetária.

Também foi aprovado no âmbito da CAE, mas arquivado em 07 de janeiro de 2011, ao final da legislatura, pelo Senado Federal, o PLS nº 326, de 2003, do Senador Garibaldi Filho, que simplesmente revogava os dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária.

Com a adoção do Plano Real, mediante a Lei nº 9.069, de 1995, decorrente da Medida Provisória nº 542, de 1994, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Sr. Presidente, o parecer já foi distribuído, vou ler só a parte conclusiva, para que possamos ganhar tempo.

III – Voto

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o segundo trimestre de 2012, nos termos do seguinte:

"PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2012

Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2012.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2012, nos termos da Mensagem nº 28, de 2012, (nº 118, de 2012, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, e o teor do Decreto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador e Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador, *ad hoc*, Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo do Senado Federal apresentado.

Item 2.

Eu só queria lembrar a V. Exªs que, hoje, nós vamos ter também uma sabatina de um dirigente da CVM, hoje, na segunda parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a alínea "c" e inclui a alínea "e" no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich

"menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas".

Autoria: Deputado Pauderney Avelino.
Relatoria: Senador Cyro Miranda, de Goiás.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

Com a palavra o lídimo Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Excelência, Senador Delcídio do Amaral. Que prazer revê-lo! Estávamos saudosos. O senhor faz muita falta nesta Comissão, pela sua competência de sempre.

Srªs e Srs. Senadores, no Brasil existem, atualmente, quatro fusos horários distintos. O primeiro, caracterizado pela hora de Greenwich "menos duas horas", compreende o arquipélago de Fernando de Noronha e a ilha da Trindade; o segundo, hora de Greenwich "menos três horas", compreende todo o litoral e a maior parte dos Estados interiores; o terceiro, hora de Greenwich "menos quatro horas", compreende parte do Estado do Pará, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e parte do Estado do Amazonas; por fim, o quarto fuso horário, hora de Greenwich "menos quatro horas", compreende o Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas.

O PLC n° 63, de 2011, objetiva alterar o quarto fuso horário, do fuso Greenwich "menos quatro horas" para o fuso Greenwich "menos cinco horas" para o Acre e parte do Amazonas.

II – Análise

Nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno, compete a esta Comissão examinar a proposição sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Preliminarmente, não se verifica óbice de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa proposição por membro do Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal (CF).

Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa, a proposição também atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Por meio de referendo realizado em 31 de outubro de 2010, os acreanos se posicionaram contrariamente ao novo fuso trazido pela Lei nº 11.662, de 2008. Segundo resultado divulgado pelo TSE, a alteração do fuso foi rejeitada por 56,87% da população.

Com esse resultado, o horário oficial no Estado deve passar a ter duas horas a menos em relação a Brasília, e não uma hora, como passou a vigorar desde a vigência da lei de 2008.

Quando da tramitação do projeto de lei que deu origem à Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, o autor argumentou que a redução permanente de uma hora no fuso horário permitiria, nessa parte mais ocidental do Brasil, uma maior integração com o sistema financeiro do resto do País, facilitaria as comunicações e o transporte aéreo, e resultaria numa participação mais efetiva na vida econômica, política e cultural dos centros mais desenvolvidos.

Ainda que sejam argumentos economicamente sustentáveis, a rejeição da mudança por parcela tão significativa da população parece indicar que os eventuais benefícios da mudança do fuso horário não foram suficientes para compensar os transtornos causados na vida das pessoas.

Em suma, consideramos meritória a proposição e entendemos que o PLC nº 63, de 2011, atende aos anseios da população acreana.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 63, de 2011.

Esse era o nosso relatório competente, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, por mais esse relatório eficiente apresentado.

A matéria está em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu sou suspeito para falar desse negócio de fuso horário. Então, não vou falar nada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero falar, Sr. Presidente.

Essa questão do fuso horário atende, em princípio, a uma pressão muito grande do setor comercial – bancos, empresários. Isso é, no mínimo, controverso. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul, vira e mexe, há uma tentativa de mudar.

Com relação a essa questão do ato, em que pese... Eu tenho o maior respeito pelos irmãos Viana, mas essa é uma questão que a população já votou. O plebiscito foi muito claro: ela rejeitou isso. E até hoje no Congresso nós não conseguimos fazer com que a população tenha o seu desejo respeitado.

Então, Sr. Presidente, eu acho que mais do que nunca nós temos que aprovar isso, porque qual foi a finalidade do plebiscito? Exatamente esta: consultaram

a população e a população votou majoritariamente... E nós temos que entender que são 56% dos votos válidos. Quer dizer, na verdade é muito mais.

Então, eu sou favorável. Acho que discussão é uma discussão... Em que pese o transtorno criado pelo fuso horário, existem países em que se têm fusos horários muito maiores e eles convivem com isso. Acho que essa é uma questão que precisa ser...

Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda; depois o Senador Petecão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É só para fazer uma observação. Não foi plebiscito. Foi um referendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Referendo. Isso! No final dá a mesma coisa.

Senador Petecão, do Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, primeiramente quero agradecer a oportunidade da palavra e parabenizar... Eu não sou membro desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas V. Exª tem ... V. Exª é Senador, é do Acre; portanto, tem todo o direito de aqui...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – A minha companheira, Kátia Abreu, é que é membro titular desta Comissão.

Na verdade a minha vinda aqui foi para que pudesse fazer um relato dessa situação. Quero agradecer e parabenizar o Senador Cyro Miranda pela sua sensibilidade em dar um parecer favorável. Esse episódio começou, aqui no Senado, quando o então Senador Tião Viana... E até hoje – eu fui Deputado Federal e hoje estou aqui no Senado – eu nunca vi um projeto ser aprovado numa celeridade tão grande como foi essa mudança de horário no Acre. Lá no Acre nós temos essa diferença do horário de Brasília, diferença de duas horas, uma situação que nós vivemos há 100 anos no Acre. Essa questão de mudança do fuso horário para equiparar com o horário de Brasília é uma falácia. Se fosse assim, lá no Japão as pessoas não viveriam. O problema é que isso trouxe uma situação constrangedora para o povo acreano. Aquelas crianças... Às 6 horas lá no Acre ainda é noite. Aqui às 6 horas o sol... Lá no Acre aquelas pessoas que acordavam às 6 horas da manhã passaram a acordar às 5 horas. Agora imaginem o transtorno para aquelas crianças que têm que ir para a escola. E nós sabemos o que está por trás disso... Nós sabemos o que está por trás disso, dessa mudança que foi feita no Acre. Na verdade teria que ser feito um plebiscito para saber se o povo do Acre queria mudar de horário. Quem é que disse que o povo do Acre queria mudar de horário? Quem foi que disse que o povo do Acre queria mudar de horário? O povo do Acre não foi consultado e, de uma forma brusca, arbitrária, truculenta mudaram o nosso horário.

O Deputado Federal Flaviano Melo, que foi governador, Senador, atendendo ao pedido da população, pediu um referendo. A população do Acre foi às urnas de uma forma democrática. Não existe um instrumento mais democrático do que um referendo, porque nós, aqui, o povo nos dá aqui o mandato para que nós possamos representá-lo. O referendo é a democracia direta, é o povo indo à urna e dizendo "não, eu não quero isso, não".

A verdade é que o povo do Acre se manifestou através do voto e até hoje, até hoje esse referendo não foi cumprido. Isso é um absurdo! O referendo não tinha mais que tramitar aqui, não. Isso foi uma decisão. O TSE tinha só que homologar o resultado das eleições e fazer cumprir a vontade do povo. Esse é o entendimento da maioria dos Senadores aqui.

E agora, para nossa surpresa, esse processo está tramitando aqui. O Senador Aníbal fez com que esse projeto tramitasse em mais duas comissões, no sentido de protelar. Isso é uma afronta ao povo do Acre. O povo do Acre não aceita isso. Talvez vocês não tenham a dimensão do que representa isso para nós. Ora, se quer mudar o horário, mude para dez horas, vinte horas, mas tem que cumprir a vontade do povo. Houve um referendo, o povo se manifestou, vai ter que ser cumprida...

Senador Armando Monteiro, o maior absurdo: a Federação das Indústrias do meu Estado se prestou a recolher dez mil assinaturas, para dar uma satisfação para o Governo do Estado, dizendo que não concorda com a decisão que foi tomada no referendo. Dez mil assinaturas! Como arrumaram essas dez mil assinaturas? Esse ato foi feito agora, nesse final de semana, exatamente para poder interferir nessas decisões que estão sendo tomadas aqui no Senado. Olha, como é que a Federação das Indústrias, que é uma instituição que eu respeito e pela qual tenho o maior carinho, se presta a estar colhendo assinatura? O que a Federação das Indústrias tem que fazer é aceitar a decisão que foi tomada nas urnas. Então, no Acre existem umas situações muito complicadas. Se eu for fazer um relato aqui, vou passar o dia todo.

Quero agradecer, Presidente, por você ter me concedido a palavra e agradecer ao Senador Cyro Miranda por ter entendido a decisão do povo acreano e também agradecer, com certeza, a posição da maioria dos membros desta Comissão, que irão fazer valer a vontade do povo do Acre.

Obrigado, Sr. Presidente.

Desculpa aí porque essa decisão do Acre tem deixado a gente numa situação tão difícil que o senhor nem imagina.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o competente relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 85, DE 2011
– Não Terminativo –

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

Autoria: Deputado Ronaldo Caiado

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Com a palavra a competente Senadora Relatora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Delcídio do Amaral.

Eu queria dizer que essa observação de V. Exª – como não é terminativo aqui na CAE, será terminativo na Comissão de Agricultura –, seria conveniente dar alguma celeridade e aprová-lo aqui mesmo que o Poder Executivo não tenha se manifestado a respeito da matéria. Porém, para acelerar os trabalhos, seria conveniente fazer a aprovação. É a solicitação que eu faço aos demais colegas.

Esse Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2011, na verdade, busca oferecer algum instrumento para orientar e proteger comercialmente os produtores de bovinos de corte e suínos diante da imperfeição de um mercado com poucos compradores e – V. Exª sabe bem do que estou falando e também os demais Senadores aqui – inúmeros vendedores. Poucos compradores e muitos vendedores. A indústria frigorífica tende a se beneficiar, às vezes, pelo aviltamento dos preços pagos ao pecuarista, ao produtor, seja de gado bovino ou suíno.

Ao possibilitar uma maior disponibilidade de informações, essa proposta intervém na relação entre produtores e processadores de forma equilibrada e inteligente. Além disso, propicia melhores condições para a tomada de decisão pelos pecuaristas e suinocultores.

Dessa forma, Senador Delcídio do Amaral, no intuito de oferecer maior alcance às medidas propostas, entendemos que o escopo dessa proposição deva ser ampliado, para incluir todos os frigoríficos em operação no País, e não apenas aqueles com registro junto ao órgão federal de inspeção sanitária e fiscalização sanitária de produtos de origem animal.

Para simplificar, vou direto ao substitutivo que apresento a este Projeto de Lei da Câmara 85.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivos tornar mais transparentes as transações e aumentar a concorrência nos mercados de bovinos de corte e de suínos.

Art. 2º Ficam os frigoríficos obrigados a fornecer aos serviços federal, estaduais e municipais de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal as informações que seguem, sem prejuízo de outras que o regulamento especificar:

I – as condições de pagamento e o preço da arroba ou do quilo do animal vivo, de cada lote de animais adquirido, discriminados por sexo e idade, segundo a condição de rastreado ou não rastreado;

II – o peso médio dos animais do lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados;

III – o número de animais do lote, discriminados por sexo e idade, com distinção entre rastreados e não rastreados;

IV – a data da transação;

V – o nome, o endereço e o CPF, ou o CNPJ, do vendedor.

Parágrafo único. As informações serão fornecidas em até 5 (cinco) dias úteis após o abate, por meio eletrônico ou em formulário próprio, de papel, assinado pelo comprador.

Art. 3º As informações serão mantidas em sigilo, devendo os órgãos federal, estaduais e municipais responsáveis pelos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal divulgar dados agregados e análises realizadas com base nas informações recebidas, desde que seja impossível identificar os informantes por meio das informações publicadas.

Parágrafo único. O sigilo das informações só poderá ser quebrado mediante autorização escrita dos compradores e vendedores.

Art. 4° Na hipótese de descumprimento do disposto no art. 2º desta Lei, os infratores serão notificados para que prestem as informações no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput, sem o envio das informações, o frigorífico terá cancelado o registro para funcionamento.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Esse é o meu substitutivo, caro Senador Delcídio do Amaral, do Mato Grosso do Sul, Estado que vive muito este problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pela objetividade e habitual competência.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, depois de tomar conhecimento do judicioso voto da Senadora Ana Amélia, que, inclusive, apela para as luzes da Comissão de Agricultura para cabal instrução desta matéria, eu queria fazer uma sugestão à Relatora. A sugestão diz respeito, Senadora Ana Amélia, aos termos em que está redigido o § 2º do art. 195. Diz o texto do projeto:

> [depois de] autorizar a substituição dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e dos comprovantes dos lançamentos neles efetuados por "arquivos eletrônicos resultantes de digitalização autenticada, mediante certificação eletrônica notarial", preservada a eficácia probatória "para todos os efeitos jurídicos"

Eu queria sugerir a V. Exª a supressão do adjetivo notarial, porque...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, eu só queria ler...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria lhe explicar o que eu estou relatando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O som, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... o que eu estou relatando, Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... é o relativo às informações dos frigoríficos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esse é um outro projeto, e o meu projeto é um substitutivo que trata de informações sobre área de pecuária, entre bovinos e suínos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja V. Exª o quanto eu estou enganado. É o que dá chegar atrasado na Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não se preocupe, isso acontece com todos nós. Está absolvido *in limine*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peguei o bonde andando e peguei o bonde errado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes sempre tirou 10 aqui, não vamos mudar a nota.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não se preocupe, ele continua com 10.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio, só para V. Exª saber, para V. Exª não ficar constrangido com isso, nós já vimos aqui relator ler outro projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não se preocupe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peguei o bonde errado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Projeto do qual ele não era nem relator e leu por engano.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vai ser operado de apendicite e acaba sendo operado do fígado. Não tem cabimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa circunstância foi ótima, porque deu um alívio nesta omissão hoje de manhã.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o chamado "paguei um mico".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não é mico não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Faço penitência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Um pequeno mico, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... e agradeço a benevolência e o bom

humor tanto da Senadora Ana Amélia quanto de V. Exª, o bom humor com que acolheram essa escorregadela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – V. Exª pode fazer sempre. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, apenas e tão somente para parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo relatório, parabenizar o autor – meu amigo Ronaldo Caiado –, não é fácil você colocar um projeto desses. É um projeto que eu digo que regulamenta, essa é uma questão de desigualdade entre frigoríficos e produtores rurais; são fundamentais essas informações e isso vai equilibrar, vai dar condição para que o pecuarista tenha mais informações e eventualmente poder até esperar para fazer a oferta do seu produto.

Então, Senadora Ana Amélia, acho que o projeto é meritório e evidentemente nós votamos favoravelmente, porque acho que ele vai ajudar no equilíbrio das forças.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Relatora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer ao Senador Moka e explicar que o projeto original, por isso ele é um substitutivo, previa apenas a relação entre produtores de gado bovino e, por solicitação dos produtores de suínos, nós incluímos também não só os frigoríficos sifados, como se costuma dizer, que são submetidos ao sistema de inspeção federal, mas a todos os frigoríficos, para dar uma garantia também, Senador. E é bom entender: a maior parte da carne bovina e suína consumida no Brasil não é exportada, ela é consumida no mercado interno. Isso também ajuda a melhorar a qualidade do produto para evitar também as questões relacionadas a abates clandestinos e tudo o mais.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda de nº 1, da CAE– Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

A Senadora Lídice está aqui presente, e ela tem uma agenda também, ela é relatora de outra comissão. Se V. Exªs concordarem eu vou passar para o item 5, para liberá-la também, até em função de outras atribuições, e depois nós entraríamos na pauta terminativa, porque nós já temos quórum.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o procedimento.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 76, DE 2012
– Não Terminativo –

Adota medidas para informar os consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5° do art. 150 da Constituição Federal.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero agradecer a gentileza de seu encaminhamento e dizer que irei para a outra comissão e voltarei para relatar ainda outro projeto nesta mesma Comissão.

Mas, Sr. Presidente, esse projeto, que é de autoria do Senador Capiberibe e também dos Senadores Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner e Angela Portela, já demonstra, pelo número de Senadores que propõem esta medida, o quanto ela tem interesse para o Senado.

A proposição, conforme a ementa, adota medidas para informar aos consumidores acerca de tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal.

O *caput* do art. 1º remete ao contribuinte, dos tributos mencionados no projeto, a responsabilidade por fazer constar em nota o cupom fiscal, inclusive quando emitido por via eletrônica o valor líquido da operação, seguido pelo valor de cada um dos tributos indiretos incidentes sobre os produtos ali constantes, destacado do preço e em lugar visível.

O § 1º do art. 1º excetua da obrigatoriedade prevista no *caput* a microempresa com receita bruta anual inferior a R$360 mil e o microempreendedor individual, do que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O § 2º do mesmo artigo enfatiza que as informações descritas no *caput* não só devem constar da nota fiscal como também das peças publicitárias relacionadas aos produtos comercializados, bem como na exposição de mercadorias, em vitrines, gôndolas e demais espaços públicos utilizados para o mesmo fim.

O art. 2º lista os tributos cuja incidência deve ser informada ao consumidor:

> **a**) imposto sobre importação de produtos estrangeiros;
> **b**) importação de produtos industrializados;
> **c**) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide);
> **d**) Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
> **e**) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

O art. 3º estabelece punição para quem descumprir o disposto no projeto, nos termos do art. 66 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor e que prevê detenção de três a seis meses e multa, em caso de dolo, e detenção de um a seis meses por multa em caso de culpa.

O art. 4º é a cláusula de vigência da futura lei.

Na justificação, os autores lembram a importância de se oferecer ao consumidor informações precisas, ostensivas e em Língua Portuguesa a respeito da carga tributária incidente sobre os produtos e serviços oferecidos no mercado. Citam também que a mesma providência já foi tomada por outros países há décadas e que, no caso brasileiro, os dados são importantes tanto para se saber o real valor da mercadoria quanto para se estimar o peso de eventual sonegação praticada pelo vendedor em caso de não solicitação da nota fiscal.

Apresentado em março de 2012, o projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa.

II – Análise

Vou direto, Sr. Presidente.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre Direito tributário e sistema tributário, haja vista os dispostos no art. 24, inciso I, e 48, inciso I. Todos da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Casa.

No mérito, acreditamos não haver impedimento técnico-jurídico para a aprovação do PLS nº 76, de 2012, pelo Senado Federal. O texto é redigido com rigor e respeita os parâmetros da boa técnica legislativa. Ademais, a medida é meritória, não apenas por conferir transparência à composição dos preços de bens e serviços tributados, mas por também incentivar o consumidor contribuinte a exigir a nota ou o cupom fiscal.

É certo que não há reparos a fazer sobre o alcance do projeto, que obriga a divulgação inclusive dos valores relativos a tributos alheios à competência da União, como o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). Em favor da iniciativa, recorremos ao próprio § 5º do art. 150 da Constituição Federal, que reza que "a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços", não diferenciando, portanto, se os tributos pertencem à alçada federal, estadual, municipal ou distrital. Trata-se de norma referente ao Direito do Consumidor, de observância nacional, em nada impedindo o pleno e independente poder dos entes federativos de instituir e cobrar seus tributos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Entendimento diverso teria como consequência prática a perda de parte significativa da eficácia do projeto, pois o ICMS é, em regra, o imposto que mais onera as mercadorias em geral comercializadas no País. Para que o consumidor-contribuinte enxergue, de fato, o verdadeiro valor do produto que adquire, é fundamental que os principais tributos incidentes, ICMS e ISS inclusos, estejam discriminados na nota fiscal e na exibição ostensiva dos preços.

Como derradeira observação, ponderamos apenas que a palavra "indiretos", no final do art. 1º, pode gerar interpretação confusa se lida conjuntamente com a ementa, que faz referência a "tributos que incidem diretamente sobre bens e serviços". Embora tecnicamente os termos difiram, pois o tributo é indireto em relação ao consumidor final e direto na perspectiva do vendedor da mercadoria, consideramos adequado remover qualquer espaço para ambiguidades, motivo pelo qual sugerimos discreta alteração na ementa do projeto, o que não deve, salvo melhor juízo, prejudicar a ideia essencial expressa pelos autores.

Pelas razões expostas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice, só anunciar aqui a presença da Ministra Maria do Rosário, nossa grande amiga e companheira, Ministra competente da Presidenta Dilma...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Uma grande honra para esta Comissão receber essa grande amiga.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª está convidada a ficar aqui conosco, Ministra.

Obrigado, Ministra.

Desculpe, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Acho que restabeleceu um pouco a ordem no plenário também.

III – Voto

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

(ao PLS nº 76, de 2012)

A ementa do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Adota medidas para informar os consumidores acerca dos tributos indiretos que incidem sobre bens e serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal."

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente. Portanto, somos pela aprovação do projeto, que, creio, veio em boa hora, em socorro do direito do consumidor brasileiro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Senador Casildo Maldaner e, depois, Senador Cyro Miranda, Senador Wellington e Senador Capiberibe.

Meu caro Senador Casildo, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros colegas, eu até entendo que o primeiro a comentar esta proposta neste caso seria o Senador Capiberibe, que foi quem primeiro me procurou para que subscrevesse em companhia com o Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Angela Portela essa proposta de transparência em relação ao recolhimento desse tributo, que é o ICMS.

Põe-se ao conhecimento do consumidor brasileiro o quanto se paga quando se adquire um produto, um bem, um serviço em qualquer lugar no Brasil: no mercado, ou coisa que o valha. E temos a honra de ter como relatora dessa proposta a Senadora Lídice da Mata.

Por que eu estou comentando esse tema? Porque, no ano passado, eu apresentei uma proposta mais ou menos idêntica a esta que tramita na Casa. E, se não estou equivocado, quem está relatando é a Senadora Marta Suplicy.

Eu havia, já há mais tempo, como se diz, meditado sobre alguma coisa. E chegamos à conclusão de apresentar o projeto no ano passado. Fui procurado, no fim do ano passado e no começo deste ano, pelo eminente Senador Capiberibe, para que pudéssemos somar esforços e, quem sabe, reduzir algumas questões, para que pudéssemos equacionar e dar mobilidade, transparência e mais facilidade aos documentos oferecidos aos nossos consumidores do Brasil. Aquiesci logo: "Sem dúvida alguma, vamos subscrevê-lo em conjunto". De certo modo, eu estava sonhando sozinho, mas, agora, estou sonhando com mais colegas sobre essa proposta.

Quero, então, louvar o relatório da Senadora Lídice da Mata, porque vamos fazer com que o consumidor que hoje compra um produto por R$100,00 tenha o direito de saber que, nesse produto, há R$45,00 de impostos embutidos. Hoje, o consumidor não sabe disso. Geralmente, recolhem-se os impostos, e ele não sabe quanto é que custa o produto. Na hora em que o consumidor entender isso e souber o que está sendo recolhido pelo Governo estadual, pelo Governo municipal ou pelo Governo Federal, na hora em que ele souber desses encargos, ele vai dizer: "Minha Nossa Senhora, eu nem tinha noção disso!". Ele vai ser um fiscal para acompanhar isso, para investigar isso, para ver para onde vai todo esse dinheiro. Isso vai valorizar a fiscalização, vai fazer com que ele exija, cada vez mais, o documento fiscal. Isso vai fazer com que, sem dúvida alguma, aumente a arrecadação no País e a própria fiscalização.

Com isso, vamos poder baixar, inclusive, os tributos. O Governo poderá baixar a tributação dos bens e dos serviços, porque a arrecadação vai subir, não haverá mais coisas informais, porque o próprio consumidor vai exigir o documento e vai acompanhar e fiscalizar isso.

Essa é uma caminhada em que estamos juntos, buscando essa transparência. Há países que clareiam isso, que já dizem, logo no começo, quanto é que se paga de tributo. E o Brasil precisa entrar nessa. É uma grande caminhada, é uma grande contribuição que o Senado, o Congresso vai oferecer à sociedade.

Por isso, mais uma vez, ao Senador Capiberibe, aos que subscreveram o projeto, ao Senador Randolfe, à Senadora Angela Portela, expresso meus cumprimentos!

Também cumprimento a Senadora Lídice da Mata, por relatar essa matéria no dia de hoje.

São as observações que trago aqui, com grande interesse, meu grande Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na mesma linha do Senador Casildo Maldaner, quero parabenizar os autores do projeto, na pessoa do Senador João Capiberibe, que aqui se encontra presente, e dizer que esse projeto é uma luta das classes empresariais já há mais de oito anos, liderada pela Associação Comercial e Industrial do Estado de São Paulo, na pessoa do atual Vice-Governador do Estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.

Aqui, conversei, inclusive, com o Senador Blairo. Acho que a nota fiscal terá de ser tripla, para enumerar a quantidade de impostos pagos. A população vai levar um susto! Terá de haver uma lista à parte, porque, Sr. Presidente, o povo, o comprador tem a obrigação de ser informado do quanto custa o produto e do quanto ele está pagando de impostos. É um absurdo o que se paga! Ele, então, vai ser o maior fiscal do Governo, porque ele terá a noção real, inclusive, do aumento de carga tributária que vem sendo inserido ano a ano.

Então, quero parabenizar a Relatora Lídice da Mata pelo exímio relatório e pela dedicação que teve a esse relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Capiberibe, autor do projeto, juntamente com outros Senadores.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de tudo, eu gostaria de parabenizar a Senadora Lídice da Mata, que corrigiu as pequenas falhas, para que não houvesse ambiguidade.

Eu gostaria de esclarecer, neste momento, que vários Senadores apresentaram projeto na mesma direção, com o mesmo objetivo. Eu também, em 2003, apresentei projeto nesse sentido, para tornar os impostos às claras para a sociedade. No entanto, cometi uma falha também, porque incluí todos os impostos. E aí descobrimos que temos mais de 16 impostos e que seria impossível, de acordo com o relatório da Senadora Kátia Abreu, que foi a relatora naquele momento. Seria impossível, inexequível. O projeto seria inexequível. Todo mundo queria o projeto, mas seria inexequível. O Senador Renan Calheiros aprovou no Senado – conversei com ele – projeto na mesma direção, mas contemplando todos os projetos. Esse projeto está na Câmara e esbarra na mesma dificuldade.

Depois de muita discussão, conversando com meus Pares, com o Senador Casildo, com o Senador Randolfe, com a Senadora Angela Portela, chegamos à conclusão de que era necessário reduzir o número de impostos. Então, nós nos fixamos em cinco: três federais (IPI, Cide e Imposto sobre Produtos Importados), o estadual ICMS, e o ISS. São cinco.

Qual é o objetivo do projeto? Ele terá um valor pedagógico. Estabelecemos também que não apenas na nota fiscal, mas também nas ofertas das prateleiras de supermercados e na publicidade. Ninguém pode comprar imposto. Compramos o produto, o imposto vem depois. Então, nas ofertas publicitárias, ficará muito claro. E acho que o empresário, o comerciante deixa de ser o vilão do preço alto, porque a sociedade, quando descobrir a quantidade de imposto que paga por cada litro de combustível, realmente vai se assustar com os valores da carga tributária. O Brasil tem hoje uma carga tributária que se situa entre a da Alemanha e a do Canadá. E aí fica difícil explicar a exclusão desses países com tamanha carga tributária, sendo a sexta economia do mundo.

Portanto, eu acho que esse projeto vai complementar o avanço que demos, um avanço significativo, na transparência das ações públicas – não apenas dos gastos, mas de todas as ações públicas –, à Lei Complementar nº 131, à Lei da Transparência e à Lei de Acesso à Informação. E agora vamos completar, permitindo ao contribuinte, Senadora Lídice, tomar conhecimento dos impostos que paga e saber em que são gastos.

Era isso. Eu queria parabenizar a minha Líder, relatora deste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Depois, Senador Wellington, concluindo.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quero aqui parabenizar os autores e a Relatora deste projeto. Os autores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner e Angela Portela e a Relatora Lídice da Mata.

Sr. Presidente, no ano passado, 2011, protocolei o Código de Defesa do Contribuinte, que está em tramitação nesta Casa. O Relator é o Senador Armando Monteiro. O que pretendemos com esse Código de Defesa do Contribuinte? Ele não trata de aumento ou de diminuição de impostos, trata apenas da relação desigual do contribuinte com o Fisco. Estamos vivendo a democracia já há alguns anos neste País, com exceção do relacionamento com a Receita Federal. É um relacionamento autoritário, ditatorial e unilateral, em que a Receita tem direito a tudo e o contribuinte tem direito a nada, apenas deveres. Com o Estatuto, queremos apenas equilibrar essa relação tão desigual e tão injusta, diferente de todos os países do mundo. Por isso a Receita Federal é um sucesso-mor de ar-

recadação. Por sua intransigência e por suas ações ditatoriais, só arrecada, só arrecada; e o contribuinte tem direito a nada, direito a nada, a não ser o direito e o dever de pagar.

Eu gostaria muito que os colegas Senadores e Senadoras pudessem observar esse projeto, que está tramitando na CCJ. Estamos aguardando uma audiência pública há vários dias. Tenho certeza de que o Senador Presidente da Comissão, Eunício Oliveira, deverá marcar rapidamente essa audiência pública. E um dos pontos do Código de Defesa do Contribuinte contempla esse item. Já foi feita audiência pública e nós estamos esperando a pauta de votação desse projeto lá na CCJ. Além de tantas outras proteções e direitos equilibrados para o contribuinte, nós também exigimos a questão de clarificar, de publicar os valores dos impostos produtos.

Eu estive com minha assessoria em uma reunião de duas horas e meia com o chefe da Receita e toda sua equipe. Sua assessoria me respondeu, simplesmente, que é muito difícil colocar esses números no rótulo. Eu tenho certeza absoluta que, pela quantidade de impostos são (inclusive indiretos e em cascata), com certeza, muito difíceis de colocar. Mas isso é um problema de quem cobra. O direito do contribuinte é conhecer toda descrição daquilo que ele está pagando. Só no Brasil um contribuinte paga uma carga tributária desse tamanho e não sabe o que está tamanho, e a Receita se recusa a informar por conta das questões complexas que eles mesmos criaram.

Então, disse ao chefe da Receita, com todo respeito, isso é um problema do senhor, não é problema do contribuinte. O senhor que melhore seus padrões de TI, aqui dentro da Receita, para que, tão eficientemente como faz para arrecadar, que possa informar ao contribuinte o número de impostos que cada um de nós está pagando, até mesmo para que o contribuinte saiba que no pacote de arroz, feijão, manteiga e pão, tudo tem impostos, para que ele possa fazer sua defesa e reivindicar da classe política a mudança desse *status quo*. Muito obrigada. Parabéns, mais uma vez, aos Senadores e, em especial, à Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Muito rapidamente, me congratular com os autores do projeto, com a nobre Relatora, Senadora Lídice da Mata. Quero me somar à intervenção da Senadora Kátia Abreu, acrescentando um ponto: além de todo o Brasil ter essa estrutura complexa e de o cidadão não ter conhecimento da carga tributária que, no Brasil, é toda ela indireta, ou seja, há um peso de impostos que são embutidos no valor das mercadorias, o que é diferente da estrutura que prevalece em outros países, mais marcada por tributos diretos.

Mas há ainda uma questão que é muito lamentável na estrutura brasileira: as alíquotas são meramente nominais. Ainda que se explicite o percentual, a alíquota efetiva não é essa, porque o cálculo do imposto é feito por dentro, ou seja, a base é imposto sobre imposto, o que significa dizer que a alíquota efetiva é bem maior do que a alíquota nominal. Então, ainda há, minha cara Senadora Kátia Abreu, a lamentar o fato de que a alíquota real não é a alíquota nominal.

Era isso, Sr. Presidente. Eu o agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Último orador inscrito: Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, é só também para me congratular com a iniciativa dos parlamentares que apresentaram projetos nessa direção.

Eu creio que nós estamos dando aí – embora com alguns tributos, como foi lembrado – um passo decisivo para uma transparência em uma área que é muito especial para o consumidor. Então, tem nosso apoio e parabenizo a iniciativa e o relatório da Senadora Lídice da Mata. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queiram discutir, em votação o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Conforme já falamos anteriormente, nós temos quórum para as terminativas. Portanto, como todos concordaram, quando foi apresentada essa sugestão pela Mesa, vamos para o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do

Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços da venda de material de construção destinadas a execução de programas e projetos de construção e/ou reforma de habitação popular

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Wellington Dias

Relatório: Pelo encaminhamento de cópia do Projeto ao Ministro da Fazenda e ao Ministro das Cidades, para verificarem a viabilidade de sua adoção pelo Poder Executivo, e pelo posterior arquivamento da Matéria.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto.

Estão me informando aqui que o Senador Suplicy está chegando. Esse negócio de administrar a Comissão pelo gerúndio é difícil: está chegando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É porque eu queria saber... Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Wellington Dias, Relator *ad hoc*, item 8, com a brevidade possível.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pense no *ad hoc* esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª pode ser bastante objetivo, meu caro Senador. O tema desse projeto é bastante fácil de discorrer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Em exame, para deliberação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 141, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, que autoriza o Poder Executivo a reduzir e restaurar alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços e da venda de material de construção destinados à execução de programas e projetos de construção e/ou reforma de habitação popular.

Na análise, a matéria é de natureza tributária, enquadrando-se entre as que estão afetas à competência desta Comissão, nos termos do art. 99, IV, do Regimento Interno.

No que diz respeito à juridicidade, à legitimidade de iniciativa e à competência legiferante, nada milita contra a proposição. Relativamente à técnica legislativa, na ementa há a omissão da conjunção aditiva "e" entre as expressões "da prestação de serviços" e "da venda de material de construção". Nenhuma outra observação além.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o voto.

Considerando o exposto, voto, nos termos do art. 133, inciso V, item d, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo encaminhamento de cópia da presente proposição ao Ministro da Fazenda e ao Ministro das Cidades para verificarem a viabilidade de sua adoção pelo Poder Executivo e pelo posterior arquivamento dessa proposição.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Suplicy pelo seu parecer, porque se trata de um projeto autorizativo, e a nossa Constituição não permite projeto de lei autorizativo; permite requerimento. E o tratamento que ele está dando, encaminhando ao Ministério da Fazenda e ao Ministério das Cidades, atende o pleito do autor e, ao mesmo tempo, respeita a nossa Constituição.

Quero aqui registrar que o nosso Senador Eunício Oliveira, na Comissão de Constituição e Justiça, ajudou a construir um entendimento, em 2011, sobre a mesma matéria. E aqui atende, nosso Senador Eunício Oliveira, aquela proposição que V. Exª fez na CCJ e que foi aprovada por unanimidade.

Portanto, encaminhamos, Sr. Presidente, favorável ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Portanto, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto conhecido, Sr. Presidente: com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Aloysio Nunes Ferreira. "Não".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Não". Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, como vota? Voto conhecido: "não".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Wellington Dias por ter lido o meu relatório. Eu quero justificar que estava presente à cerimônia de homenagem ao ex-Senador e Governador Renato Casagrande, na CMA.

Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Voto conhecido: "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voto conhecido: "não".

Senador Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator: "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Dezesseis votos NÃO.

Nenhum voto SIM.

Portanto, a Comissão o rejeita, arquivando o projeto.

Informo que nos termos do Parecer desta Comissão, será encaminhada cópia desse projeto ao Ministro da Fazenda e ao Ministro das Cidades, para que verifiquem a viabilidade da sua adoção pelo Poder Executivo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 131, DE 2011
– Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos adquiridos por órgãos estaduais, distritais ou municipais, quando destinados ao transporte escolar.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao Projeto.

A Senadora Lídice da Mata está relatando outro projeto e eu vou indicar o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu sou o Relator do próximo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, do próximo. Então, eu indico o Senador Benedito de Lira como Relator *Ad Hoc* do Item 9.

Eu só gostaria de registrar que nós teremos uma sabatina, hoje, da nova Diretora da CVM. Portanto, vamos acelerar aqui a votação da pauta administrativa

para fazer a sabatina. Espero votar hoje, também, a nova Diretora da CVM.

Senador Benedito de Lira, por favor, com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Desculpe-me, Presidente. Quando o Presidente fala, ninguém tem obrigação de falar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Senadoras, é uma alegria muito grande ser Relator *Ad Hoc* do Projeto de Lei de autoria desse grande Senador do Ceará, meu querido amigo Eunício Oliveira.

A matéria, na Comissão de Assuntos Econômicos, é o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2011, do Senador Eunício Oliveira.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários e imposto sobre produtos industrializados, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, e 153, IV, da Constituição Federal.

A iniciativa Parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar em caráter terminativo sobre a proposição decorre do art. 99, IV combinado com o art. 91, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto está em plena conformidade com os ditames da técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

MÉRITO

Não há, de plano, impedimento técnico-jurídico para a aprovação do PLS nº 131, de 2011, pelo Senado Federal. O parecer emitido pela Comissão de Educação bem lembrou dois motivos que justificam a integração da nova norma ao ordenamento pátrio: a obrigatoriedade da educação básica para a faixa compreendida entre os 4 e os 17 anos de idade, conforme a Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos, entretanto, tecer algumas ponderações.

A primeira é acerca da especificação técnica do veículo passível de receber a isenção proposta. A posição 87.03 da Tipi abriga automóveis de passageiros, inclusive "peruas" (station wagons). É de se questionar a existência de peruas com capacidade para oito passageiros ou mais. Lembramos que as vans, micro-ônibus e ônibus são classificados na posição 87.02 da Tipi, que exige lotação mínima de dez passageiros, incluindo motorista.

A segunda observação é de caráter formal para que o projeto reste adequado à legislação em vigor.

O art. 1º faz referência ao Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, já revogado pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, que hoje normatiza a Tipi. Oferecemos, portanto, emenda para reformular o art. 1º do projeto de maneira que tanto a modificação de especificação dos veículos capazes de atrair o benefício fiscal quanto a referência ao Decreto nº 7.660, de 2011, constem no texto.

III – Voto

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei no Senado nº 130, de 2011, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º – Ficam isentos de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista, de fabricação nacional, classificado na Posição 87 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, quando adquiridos por órgãos da administração estadual, distrital ou municipal, para utilização específica em transporte escolar.

Esta é a emenda e este é o parecer e o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, pedindo desculpas à Senadora, porque sei que a Senadora Lídice da Mata está se dividindo de um lado para o outro, porque existem outras comissões funcionando e ela é autora do relatório. Quero demonstrar o nosso respeito pelo parecer, tão brilhantemente defendido pelo Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o nosso querido Senador Eunício Oliveira e depois Senador Cristovam, último orador inscrito.

Senador Pimentel, só pediria – e isso não é regimental, porque todo mundo pode falar o que quiser – agilidade nas falas, porque temos uma sabatina de uma diretora da CVM e quero acelerar a pauta administrativa, sem evidentemente tirar o mérito dos comentários e do debate na Comissão de Assuntos Econômicos.

Meu caríssimo Senador Eunício Oliveira, autor do projeto.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Sr. Presidente. Serei extremamente breve apenas para pedir o apoio dos meus pares.

Quem viu, há pouco tempo, na televisão brasileira uma reportagem onde crianças brasileiras, nordestinas, passando por enormes dificuldades para chegarem nas escolas nos chamados paus de arara, que já deveríamos ter abolido no Brasil.

Então, esse projeto recebeu uma emenda importante da Senadora Lídice da Mata, que foi a Relatora aqui, e agradeço a Senadora por aperfeiçoar esse projeto que beneficiará professores e alunos de es-

colas públicas do Brasil, especialmente do Nordeste, para que tenhamos oportunidade de banir de vez – e por isso peço o voto dos meus pares – a questão do transporte escolar em paus de arara, que ainda existem no nordeste brasileiro, principalmente nas cidades mais pobres.

Vemos todos os dias tantas isenções para que as empresas brasileiras possam continuar produzindo, que não podemos deixar de dar isenção para que o transporte escolar seja feito com dignidade e que possamos dar oportunidade às crianças pobres do Brasil, que estudam em escolas públicas, de terem pelo menos um transporte digno até suas escolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço encarecidamente aos meus pares o voto para essa matéria que entendo extremamente importante para a educação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eunício. Parabenizo-lhe pelo projeto.

Com a palavra o Senador Cristovam e, em seguida, Senador José Pimentel.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero inicialmente dizer da satisfação de ver esse projeto que espero seja aprovado e se transforme o mais rapidamente possível em instrumento de alto benefício para educação. Quero analisar também e rapidamente, como V. Exª pediu e V. Exª vai ver que vai ser rápido, pelo outro lado, pelo lado da indústria automobilística. Esse, Sr. Presidente, que é um dos caminhos que temos que seguir para reconversão da indústria automobilística brasileira.

Não há futuro, como já está sendo provado em outros países, para a indústria automobilística continuar por muito tempo por causa dos entraves que hoje nos temos ao transporte privado. Nós temos o entrave da infraestrutura urbana, do problema ecológico, do endividamento dos compradores. Mas a agente não pode achar que a indústria automobilística no Brasil entre em decadência como em outros países. Nós vamos precisar ter um programa de reconversão da indústria automobilística brasileira. E uma das formas dessa reconversão é aumentar a produção de veículos utilitários, não utilitário no sentido da forma do veículo, mas utilitário no sentido de transporte para estudante, no sentido de ambulâncias, no sentido de carros para a segurança, no sentido, na medida do possível, de transporte coletivo geral, de barateamento do valor dos táxis.

Por isso, Sr, Presidente, ao mesmo tempo em que eu apoio, voto contente neste projeto, quero sugerir – e vou lhe entregar por escrito –, que a gente faça uma audiência para discutir a reconversão da indústria automobilística brasileira, para que ela volte a ter a dinâmica que ela deve ter escapando dos problemas que já surgiram.

Vou dar entrada ao requerimento para a realização dessa audiência, obviamente na qual tem de estar o representante da Anfavea, tem de estar representantes de diversas outras instituições. Mas este é um passo na ideia da reconversão.

Por isso, o aprovo ao mesmo tempo em que fico satisfeito que vai ter um bom impacto na educação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente,…

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Com a palavra o Senador Pimentel. Depois o Senador Wellington concluindo, para que nós iniciemos as votações.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o autor pela iniciativa que nos ajuda a aposentar de vez o velho pau de arara.

Quero registrar que, na semana passada, a Presidenta Dilma lançou um programa de compras governamentais. E neste programa está previsto a aquisição de seis mil veículos para o transporte escolar dos ensinos infantil, fundamental e médio. Para tanto, o Ministério da Fazenda já isentou integralmente o IPI. Portanto, este projeto tem viabilidade financeira e orçamentária, mesmo porque, hoje, existem decretos nesse sentido

Exatamente por isso quero parabenizar o autor pela iniciativa, e ao mesmo tempo registrar que não terá nenhuma redução na arrecadação, porque hoje, por decreto, já não se cobra IPI.

Precisamos, Sr. Presidente, em seguida, fazer um debate com cada uma das 26 Assembleias Legislativas e o Distrito Federal, para que eles também isentem do ICMS como o Governo Federal faz hoje com relação ao IPI.

Aqui, nós poderíamos argumentar que ele teria um vício de iniciativa. Mas como o Executivo já não cobra, este item está sanado.

Por isso, encaminhamos o voto “sim” e parabenizamos também a Srª Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Wellington Dias; depois a Senadora Lídice da Mata.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr Presidente, esta é uma medida óbvia. Veja: é o Poder Publico pagando tributo para o poder público. E isso termina fazendo com que a parte mais frágil, que são os Municípios, como prejudicada.

Acredito que é uma medida que vai permitir a um Município que tinha condições de adquirir um ônibus,

vai poder adquirir um ônibus e meio; se ele tem condições de comprar 10, ele vai poder comprar 15 Quem ganha com isso? Estudantes, que serão transportados com maior conforto. A própria indústria, como lembrou o Senador Cristovam, de transporte de massa.

E, para mim, acho que é uma proposta das mais importantes que estamos trabalhando aqui.

Por esta razão, estou aqui defendo e pedindo que aprovemos esta proposta pela importância dela para a educação, para o incentivo, o estímulo ao maior conforto do transporte de alunos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata; depois o Senador Blairo Maggi.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as razões de minha aprovação ao projeto já estão no relatório.

Na verdade, quero pedir desculpas ao Senador Eunício, porque tive de me deslocar para uma tarefa que cumpri como Líder do meu partido, e tentei voltar a tempo para também agradecer o Presidente desta Comissão por haver colocado como Relator *ad hoc*, o meu Líder, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Senador Benedito de Lira, que me honra muito.

Portanto, quero agradecer, mais uma vez a V. Exª, pela delicadeza com que conduziu a minha participação nesta Comissão hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Muito obrigado pelas palavras à Senadora pelo nosso Estado da Bahia, Estado querido de todos nós, onde começou nossa história.

Meu caro Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, é um prazer estar de volta à Comissão depois de 15 dias meio no estaleiro. Então, estou retornando à Casa também.

E, sobre este projeto, Sr. Presidente, cumprimento o autor e, obviamente, vamos acompanhá-lo na votação, mas gostaria de deixar aqui uma pergunta e uma reflexão.

Acho que, claro, temos de criar condições para que se barateiem esses equipamentos onde os estudantes serão transportados, mas também acredito que devemos fazer um apelo aos administradores do Nordeste, para que também mudem a sua mentalidade, porque esse tipo de transporte, como pau de arara ou coisa parecida, por exemplo, no meu Estado, que não é um Estado rico, isso não existe há muitos e muitos anos. Quer dizer, nem o Poder Público exerce esse tipo de atividade, nem os órgãos de controle aceitam ou aceitariam qualquer tipo de transporte desse tipo no meu Estado. Quer dizer, há muitos e muitos anos, todos os alunos são transportados em ônibus escolares. E, claro, agora nos últimos anos, o Governo Federal acabou criando alguns programas de incentivo, e tanto as prefeituras quanto os Estados puderam adquirir novos veículos, mudar e modernizar a sua frota, inclusive já com ar condicionado.

Eu gostaria de deixar aqui uma reflexão: nós estamos mudando uma lei para facilitar, mas, se não mudarmos o procedimento também daqueles que são administradores, muito provavelmente essa mudança de imposto continuará, ou melhor, essa mudança de imposto não mudará a situação fática do transporte escolar nessa região do Brasil.

Então, espero que, daqui a alguns anos, não vejamos mais pau de arara transportando alunos. Aliás, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia, em Mato Grosso do Sul, do Senador Russo, que me acompanha aqui, lado a lado, não vemos sequer o transporte de trabalhadores em cima de paus de arara; do contrário, o pau pega na cabeça do empresário e de todos aqueles que fazem isso.

Muito obrigado e parabéns à autora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado e bem-vindo, Senador Blairo, depois desses 15 dias em grande recuperação, já zero-bala – 15 dias de estaleiro.

Portanto, não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir, consulto o plenário se podemos fazer uma só votação? *(Pausa.)*

Em votação o projeto e a Emenda nº 1, sendo que é importante registrar que o autor do projeto, Senador Eunício, não vota em relação ao projeto, por razões óbvias, mas vota em relação à Emenda nº 1.

O Senador Eunício já falou que é favor da emenda.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sou a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vai ganhar aqui de mamana à caducana.

Portanto, em votação o projeto e a Emenda nº 1. O Senador Eunício já se posicionou que é a favor da Emenda nº 1.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, sim. Quem vota com a Relatora vota "sim".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice.

Bom, aqui, corrigindo, relator *ad hoc,* o Senador Benedito de Lira. O politburo continua aqui incansável no dia a dia das atividades.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – "Sim", acompanhando a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim". Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – "Sim" à emenda, Presidente, já que não posso votar no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim" à emenda. Perfeitamente, Senador Eunício.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Benedito de Lira, voto conhecido já. Ele é o Relator *ad hoc*.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Aloysio...

Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Portanto, 18 votos "SIM" ao projeto e 19 votos "SIM" pela Emenda nº 1.

Quero parabenizar o nosso querido Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por mais essa iniciativa – competente iniciativa.

Portanto, o projeto está aprovado. A Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1 da CAE.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 410, DE 2009
– Terminativo –

Eleva para cinquenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo

negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3, que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator...

Queria pedir aos Senadores e às Senadoras, àqueles que estão nos gabinetes: há várias votações nominais e a sabatina da Diretora da CVM. Portanto, ainda temos muita coisa pela frente, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos e precisamos de frequência forte na Comissão de Assuntos Econômicos até o final dos trabalhos.

Com a palavra, o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nobre autor, o Senador Francisco Dornelles, na justificativa do projeto, traz argumentos que nos parecem muito convincentes, entre os quais o fato de que o maior aproveitamento do estoque de prejuízo fiscal reduz ainda mais o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a serem apurados nos anos abrangidos pelo benefício proposto, diminuindo o montante do tributo a ser pago e, consequentemente, poupando as empresas de uma sangria no seu capital de giro.

Quanto aos aspectos da jurisdicidade e da constitucionalidade, o projeto atende perfeitamente a esses requisitos.

Quanto ao mérito, gostaria de acrescentar que a Lei nº 9.065 impôs, desde 1º de janeiro de 1996, restrição no aproveitamento de prejuízos acumulados nos exercícios anteriores, para o fim de abater o lucro apurado no exercício corrente.

Por meio da chamada trava dos 30%, a pessoa jurídica foi autorizada a utilizar o estoque de prejuízos acumulados, para abater não mais do que 30% do lucro apurado no exercício, tendo assim de oferecer à tributação pelo menos 70% do lucro corrente.

A mesma trava na compensação foi imposta ao aproveitamento de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A iniciativa legislativa em análise, para os anos-calendário 2010, 2011 e 2012, autoriza o aproveitamento do prejuízo fiscal, para abater metade, ou seja, 50% em vez do atual percentual de 30% do lucro apurado no exercício corrente. Foi proposta à época, para proteger, em certa medida, as empresas brasileiras dos efeitos danosos da crise econômica mundial de 2008.

Embora o Brasil tenha suportado, de forma satisfatória, o período que sucedeu tal crise, o projeto reveste-se agora de atualidade, na medida em que há uma preocupação com essa persistente crise internacional e os focos de turbulência dela derivados, especialmente na chamada Zona do Euro, que ainda ameaçam a estabilidade econômica dos países emergentes, entre eles o Brasil.

Não demais lembrar também que o custo Brasil continua elevado, prejudicando a competitividade dos produtos nacionais em face da concorrência, e que grande parte desse desajuste se deve à nossa elevadíssima carga tributária. Qualquer movimento no sentido da desoneração é bem-vindo, ainda que sob a forma de aceleração na compensação de prejuízos.

Sugerimos apenas a atualização do texto, para que os efeitos pretendidos se materializem nos anos de 2012, 2013 e 2014, e não mais no triênio anterior, ou seja, 2010-2012.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2009, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE
(ao PLS nº 410, de 2009)

A ementa do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Eleva para cinquenta por cento, nos anos-calendário de 2012, 2013 e 2014, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido."

EMENDA Nº – CAE
(ao PLS nº 410, de 2009)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2009, a seguinte redação:

> **"**Art. 1º Nos anos-calendário de 2012, 2013 e 2014, fica elevado para 50% (cinquenta por cento) o limite máximo para compensação previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995."

EMENDA Nº – CAE
(ao PLS nº 410, de 2009)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2009, a seguinte redação:

> "Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Este é um projeto muito importante. Há muito tempo é aguardado pela própria Confederação Nacional da Indústria. Já foi motivo de muitas discussões com o Presidente Robson.

Passo agora a palavra ao Senador Dornelles, autor do projeto. Depois, ao Senador Pimentel, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Flexa, ao Senador Cristovam.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Imposto de Renda tem como fato gerador o lucro, mas, no Brasil, tributa-se o prejuízo. Então, qual é a situação hoje?Em termos práticos, 70% do prejuízo é tributado. É totalmente inconstitucional a tributação do prejuízo. O que o projeto faz? Não corrige tudo. Passa para 50%. Somente 50% do prejuízo vai ser tributado, ou seja, corrige, atenua um pouco essa distorção que existe de tributação do prejuízo. Hoje, 70% do prejuízo pode ser tributado. Nós estamos dizendo o seguinte: somente 50% do prejuízo vai ser tributado, corrigindo aos poucos.

Por esse motivo, peço a aprovação do projeto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, é difícil. Se eu explicasse isto para minhas filhas – cobrar imposto de prejuízo –, seria complicado elas entenderem.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT– CE) – Sr. Presidente, por orientação do Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, vou pedir vistas. Ele só saiu da reunião porque eu assumi esse compromisso. Portanto, em nome do Líder do Governo, estou pedindo vistas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pedido de vistas do Senador Pimentel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vistas coletivas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Pimentel, se o Senador Armando Monteiro estivesse de acordo – aqui fala nos anos-calendário 12, 13 e 14 –, se V. Exª concordaria que ficasse 13, 14 e 15. Porque, realmente, é uma brutalidade que está ocorrendo na área, tributar prejuízo. O Brasil é o único País do mundo onde o prejuízo é tributado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Senador Pimentel mantém o pedido de vistas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT– CE) – Foi um pedido do Líder.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A despeito das ponderações do Senador Dornelles.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT– CE) – E, na próxima terça-feira, a gente vota com tranquilidade.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, votamos na próxima terça-feira. Se os demais Senadores que estão inscritos entenderem, nós deixamos esta discussão para a próxima terça-feira.

Portanto, pedido de vista coletiva para o item 10, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Item 11.

A relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, solicitou a retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 432, DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01– CAS;

2. Em 4/10/2011, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar seja alterado para Projeto de Lei Ordinária.)

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 493, DE 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como o Senador Raupp não se encontra, eu nomeio o Senador Pimentel Relator *ad hoc* do projeto.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, mais especificamente o art. 99, é da competência da Comissão de Assuntos Econômicos analisar os aspectos financeiros e econômicos da matéria.

Neste caso, após a aprovação da Comissão de Assuntos Sociais, a CAE, em decisão terminativa, deverá pronunciar-se também quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

O projeto de lei não apresenta vícios quanto à constitucionalidade e à juridicidade. Com relação à técnica legislativa, ele cumpre as determinações e os procedimentos para a elaboração normativa expressos na Lei Complementar nº 95.

Como destacado pelo autor da proposição, o projeto de lei em questão objetiva, em síntese, impedir a aplicação de penalidade administrativa ao contribuinte individual, quando não atingido o valor mínimo de recolhimento mensal aceito pelo INSS em decorrência de arrecadação.

O Relator, Sr. Presidente, faz toda uma fundamentação e conclui: isso posto, com as devidas escusas ao eminente autor e com fundamento na argumentação supra, posicionamo-nos contrários à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2007.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 493, de 2007, Sr. Presidente.

É esse o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto, votação nominal.

Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Pimentel, voto conhecido.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)* "Não".

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o parecer do Relator é contra a aprovação?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É pela rejeição.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, "não".

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Dez votos NÃO; e quatro votos SIM.

Portanto, o relatório é aprovado.

A Comissão rejeita o projeto.

Item 13, o Senador Alvaro Dias solicitou a retirada de pauta para reavaliação.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 298, DE 2006
– Terminativo –

Acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

Entramos, agora, no item 14. O Relator também solicitou a retirada de pauta, o Senador Vital do Rêgo.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 14

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 340, DE 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Autoria: Senador Papaléo Paes

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 375, DE 2008
– Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 92, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008 com a Emenda nº 1 que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010.

Observações:

1. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável a aprovação do PLS nº 375 de 2008, e pela rejeição dos PLS nº 340 de 2007 e PLS nº 92 de 2010.)

Para encerrar – nós pulamos do item 5 para os terminativos –, agora, o item 4, que é não terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 20, DE 2009
– Não Terminativo –

Disciplina a comercialização de tintas embaladas em recipiente fechado capaz de emitir spray.

Autoria: Deputado Vic Pires Franco
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto.

Indico como Relator *ad hoc* o Senador Cassol. Ivo Cassol Senador *ad hoc*, item 4 da pauta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ok, Sr. Presidente, item 4 da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª pode ser...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só o voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... objetivo como sempre V. Exª o é.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza. Vamos lá.

Da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2009 (PL nº 4.400, de 1998, na origem), do Deputado Vic Pires Franco, que disciplina a comercialização de tintas embaladas em recipiente fechado capaz de emitir 'spray'.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador e Senadora que queiram discutir, em votação o relatório do Senador... Perdão, o relatório do Senador Cassol. É o item 4 da pauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

Partimos agora para o item 6 da pauta.

O Senador Armando Monteiro foi assinar lá.

Vou entrar no item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 164, DE 2010
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências".

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

– A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto;

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Como o Senador Randolfe não se encontra presente, eu indico a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc* do item 7.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

Volto a repetir que nós teremos agora uma sabatina da Diretora da CVM. Portanto, solicito aos Senadores... Nós vamos ter votação nominal. Portanto, os Senadores que estiverem nos seus gabinetes ou em outras Comissões... Eu pediria às assessorias dos Senadores e das Senadoras que os alertassem, porque vamos iniciar daqui a pouco a sabatina da Diretora da CVM.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia. Item 7.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Delcídio, o texto da lei estabelece que esse Plano Nacional prevê a redução de emissões de gases de efeito estufa no Brasil entre 36,1% a 38,9% com base nas projeções até 2020.

Entretanto, malgrado haver essa compreensível preocupação com a COP-15, bem como as controvérsias que marcam o tema dos desequilíbrios climáticos que assolam o planeta, é notável que o Brasil tenha uma legislação específica associada ao tema, ao contrário das nações que não demonstraram interesse em reduzir as emissões atmosféricas de origem fóssil.

A nossa Lei, embora avançada e digna de admiração por parte de outros países, precisa ser efetivamente aplicada, sem descontinuidades, o que, efetivamente, somente ocorrerá com o estímulo ao desenvolvimento e uso de tecnologias limpas. Isso implica, não há dúvida, optar pelo gradativo abandono do uso de mecanismos de utilização da energia de origem fóssil.

Nesse sentido, o PLS nº 164, de 2010, recupera a essência do debate intenso e intensivo ocorrido no Congresso Nacional, durante a tramitação da proposição nas duas Casas. Devemos apontar, apenas, algumas pequenas imperfeições na redação do PLS, as quais as emendas que apresentamos pretendem corrigir.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 164, de 2010, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 2º do PLS nº 164, de 2010:

"Art. 2º A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

....."

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do PLS nº 164, de 2010:

"Art. 3º Ficam revogados o inciso VIII do art. 4º e o art. 9º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009."

Este é o voto, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, competente e dinâmica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão.

Vista do Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu gostaria de dar uma examinada com mais cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, com isso encerramos a pauta deliberativa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Item 6, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O relatório já havia sido lido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 6. Perdão Senador Armando Monteiro.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 461, DE 2009 – COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –

Altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CCT na forma das Emendas nºs 3 e 4 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT.

Com a palavra o Senador Relator Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, já havia sido lido o relatório e fizemos uma alteração em função de uma observação muito pertinente do Senador Aloysio Nunes de modo a substituir aqui a certificação em registro público, ou seja, notarial, pelo processo de certificação de livros e lançamentos contábeis digitalizados no âmbito da infraestrutura de chaves públicas, o ICP-Brasil.

Portanto, fizemos na Emenda nº 4 uma alteração no inciso I do art. 195 para fazer essa alteração, ficando, portanto, em sua forma original e-mail eletrônico, assinado digitalmente, exigida a certificação eletrônica emitida no âmbito da infraestrutura de chaves públicas brasileiras.

Portanto, acolhemos a sugestão que havia trazida pelo nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Diga-se de passagem, um projeto extremamente pertinente.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ-CCT, na forma das Emendas nºs 3 e 4 da CAE.

Gostaria de, antes de entrar na segunda parte, que é a sabatina, solicitar aos Senadores e Senadoras que permaneçam na CAE, porque temos uma sabatina agora da Diretora da CVM.

São quatro requerimentos que não poderia deixar de destacar. Vou fazer a leitura dos requerimentos e vou aprovar na próxima semana, na terça-feira, como exigem os atos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos.

O primeiro requerimento é de autoria do Senador José Pimentel.

REQUERIMENTO N° 26, DE 2012

Requer a realização em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 11 de 2012 – CAE (convida a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, para apresentar os planos da Empresa para os próximos anos.

Em princípio, essa audiência pública está marcada para a próxima terça-feira. Portanto, aprovamos o requerimento antes da audiência para obedecer os atos.

Da mesma maneira, requerimento do Senador Ferraço, do Espírito Santo.

REQUERIMENTO N° 27, DE 2012

Requer seja convidada a Senhora Presidente da Petrobras, Maria das Graças Fos-

ter, para comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa.

O Senador Ferraço já aprovou esse requerimento na Comissão de Infraestrutura também. Vamos fazer uma audiência pública com as duas comissões.

É muito pertinente essa proposta, tanto à Comissão de Assuntos Econômicos como à de Infraestrutura.

Outro requerimento, também do Senador Francisco Dornelles.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas qual é o escopo do Requerimento, Sr. Presidente? O senhor não falou o escopo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O escopo do Requerimento do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O escopo é a apresentação do Plano e Investimentos – 236 bilhões de dólares da empresa, além de expor quanto vai ser investido em cada área de produção petroleira. A Presidenta apontou que a estatal vinha divulgando metas que eram descumpridas com frequência. Indicou ainda que a empresa convivia com falta de planejamento, controles insuficientes e ineficiência operacional.

Segundo a Presidente, as antigas projeções contavam com a sorte para serem atingidas. Havia falta de planejamento, uma vez que a Companhia adquiria antecipadamente equipamentos e projetos que ainda não estavam aprovados na sua totalidade.

Em razão do exposto nos parágrafos anteriores, da enorme importância da Petrobras para o Brasil, e ainda a sua capacidade de influir em decisões governamentais, cujo exemplo mais significativo foi a recente iniciativa do Governo Federal no sentido de estabelecer um marco regulatório da exploração petrolífera no País, amplamente benéfico aos interesses da empresa, se torne importantíssimo conhecer as medidas de planejamento que serão adotadas na estatal no sentido da preservação da competitividade real da empresa e ainda a sua capacidade de proporcionar dividendos materiais ou não ao Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, tendo em vista a convergência do escopo do Requerimento do eminente Senador Pimentel com o meu, eu requeiro a V. Sª o apensamento desses dois requerimentos para que possamos constar como autores deste Requerimento para a próxima audiência com a Presidenta Graça Foster.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Serão devidamente apensados e de autoria dos dois Senadores, Senador Ferraço e Senador Pimentel. Acho que seria excelente esta oportunidade para a Presidenta Graça fazer uma exposição sobre o novo plano de negócio da Petrobras, assunto que vem sendo debatido intensamente aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, na mídia nacional. Portanto, este é o foro adequado e não tenho dúvida de que teremos uma grande audiência pública porque a Presidenta Graça é extremamente competente e não tenho dúvida nenhuma de que fará uma exposição bastante aprofundada e esclarecedora com relação ao novo plano de negócio.

Temos aqui também um Requerimento do Senador Francisco Dornelles.

REQUERIMENTO N° 28, DE 2012

Requer a realização de ciclo de audiências públicas para debater o Substitutivo, apresentado pelo Relator, Senador Francisco Dornelles, aos Projetos de Lei do Senado, que tramitam em conjunto, nºs 175, 229, 248 e 450 de 2009 – Complementares, com os seguintes convidados: Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Claudio Trinchão, Coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; e Sr. Alexandre Cialdini, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf.

Senador Dornelles, com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...dos Estados e dos Municípios. Como é uma matéria de muita profundidade, eu pediria a V. Sª. que não fosse colocado em pauta antes desse ciclo de audiências com os Ministros e com pessoas que indicarem, porque é um assunto que merece amplo debate antes de ser submetido à votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Na próxima reunião, nós votaremos a matéria e aguardaremos. Vamos promover a audiência pública para depois tramitar esse substitutivo de V. Sª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por último também, mas não menos importante, um Requerimento do Senador Cristovam Buarque.

REQUERIMENTO N° 29, DE 2012

Requer a realização de audiência pública destinada a propor Soluções Estruturais x Soluções de Curto Prazo para a Economia Brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com os seguintes convidados: Sr. Armínio Fraga, da Gávea Investimentos e ex-presidente do Bacen; Sr. Carlos Lessa, Ex-presidente do BNDES; Sr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES; Sr. João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento e presidente do Fórum Nacional; Sr. Edmar Bacha, presidente do Think Tank Casa das Graças, ex-presidente do IBGE e ex-presidente do BNDES; e Sr. Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

Nós aprovaremos, dentro do que os atos da CAE determinam, este requerimento na próxima terça-feira, Senador Cristovam.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para chamar atenção da importância desse assunto, não apenas para o futuro social das famílias brasileiras, mas para o futuro econômico no Brasil. E, por isso... Se for possível, que tenhamos, caso aprovado, uma audiência marcada dentro de um prazo satisfatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Portanto, está encerrada a primeira parte da pauta, pauta deliberativa.

Começaremos agora.

Mensagem do Senado Federal nº 45. Estamos começamos a sabatina, Senador Casildo Maldaner.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

A indicada já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a secretaria a conduza ao plenário da Comissão.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para que proceda à leitura de seu relatório sobre a indicada. Finda a leitura, passarei a palavra à Srª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, para que faça uma breve exposição. Encerrada a exposição, passaremos à arguição pelos Srs. Senadores e Senadoras, que obedecerá à ordem de inscrição, tendo cada Senador e Senadora três minutos para as perguntas.

Volto a pedir aos Senadores e Senadoras que estão em outras Comissões, que estão em outros gabinetes, nós teremos votação nominal aqui. Portanto, é muito importante que a gente tenha quórum.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Delcídio do Amaral; cara Drª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, candidata indicada pela Presidente Dilma Rousseff para compor o Conselho da Comissão de Valores Mobiliários.

Para mim, foi uma deferência importante conseguir a relatoria dessa indicação, não só pela condição de mulher, pois se trata de uma profissional e executiva de grande...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... grande aplicação nas missões e nos desafios que teve profissionalmente.

Um detalhe que me chamou atenção ontem, quando conversei longamente com a candidata, Senador Delcídio, apenas como registro de curiosidade e pelo empoderamento das mulheres em postos-chaves da administração pública, não só política, como é o caso da própria Presidente da República, e agora há pouco V. Exª nomeou a Presidente da Petrobras, que está fazendo um trabalho digno do nosso reconhecimento pelo rigor na gestão da maior estatal do País.

A composição do colegiado da CVM é de cinco pessoas. Das cinco, duas são mulheres, hoje, Presidente. Inclusive, a Presidente da CVM é uma mulher: Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana. Espero que esta relatoria confirme a indicação da Drª Ana Dolores e, então, será a maioria a composição do colegiado por mulheres na CVM, o que prova que vai continuar funcionando muito bem.

Eu passo então à leitura do relatório da indicação.

O cargo para o qual a candidata foi indicada é de grande importância para o mercado de capitais brasileiro e, consequentemente, para a economia, considerando que a Comissão de Valores Mobiliários, uma agência reguladora, é a principal autoridade nor-

matizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

Acompanha – é claro – a mensagem um currículo da candidata, que é brasileira, nascida em Pernambuco, em 23 de janeiro de 1962, bacharel em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, desde 1983; mestre em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1986; doutora em economia pela Universidade do Estado Americano da Califórnia, desde 1990; Analista Financeira, certificada pela Associação para Pesquisa da Administração e do Investimento dos Estados Unidos da América, desde 1998; bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 2008; e conselheira certificada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria silêncio, por favor, às assessorias, para nós ouvirmos a Senadora Ana Amélia, que é a relatora do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O currículo da candidata é preciso que seja conhecido das pessoas e dos Senadores que irão votar, para mostrar exatamente a sua habilitação para essa missão desafiadora, a que acaba de ser indicada pela Presidenta da República.

A Drª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes iniciou a sua longa experiência profissional como professora de macroeconomia do curso de pós-graduação em economia da Universidade Federal de Pernambuco, de fevereiro de 1991 a setembro daquele ano. Foi economista do Banco Mundial em Washington, DC, nos Estados Unidos da América, de outubro de 1991 a janeiro de 1995; analista de investimentos do Banco de Investimentos Garantia, de fevereiro de 1995 a julho de 1997; diretora de investimentos da Pictet Modal Asset Management S.A., de janeiro de 1998 a fevereiro de 2003; professora de macroeconomia do departamento de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, até o primeiro semestre de 2003; consultora do comitê de auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de agosto de 2005 a julho de 2011; conselheira da DataSul, de abril de 2006 a agosto de 2008; e sócia da Galanto Consultoria Ltda, de janeiro de 2008 a dezembro de 2010.

Atualmente, a candidata à diretoria da CVM é conselheira das empresas CCR, CPFL Energia, Metalfrio e Condor Indústria Químicas S.A; participa do comitê de auditoria e do comitê financeiro do conselho de administração da CCR; e é sócia da TNA Agentes Autônomos de Investimentos Ltda e da Oitis Consultoria Econômica e Financeira Ltda.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica da indicada, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação da senhora Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes ao cargo de diretora da CVM.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações e eu gostaria apenas de acrescentar, Senador Delcídio, temos algumas identidades. Quando eu comecei a minha carreira como jornalista, comecei exatamente nos anos 70 – e lá vai tempo! O seu cabelo ainda era preto naquela época, o Senador não sei se era nascido em 70 –, mas o fato é que quando eu comecei a carreira eu entrei exatamente fazendo cobertura do mercado de capitais, exatamente no que se convencionou chamar, à época, o *boom* da bolsa de valores. Dediquei-me muito a entender o complexo mercado mobiliário e o mercado de ações. O percurso que eu trilhei não foi o mesmo, certamente, da Drª Dolores, que é uma acadêmica, uma profissional dedicada a essa área, com formação no Brasil e no exterior e também bolsista, como eu, para chegar aonde chegou. E chegou com a disposição de colaborar intensamente nessa matéria.

Então eu penso que a Presidente Dilma acertou em fazer essa indicação e eu fico muito grata por ter o privilégio de fazer a relatoria dessa indicação da Drª Ana Dolores.

Esse é o meu voto, favorável à indicação do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

É, sem dúvida nenhuma, uma excepcional indicação pela experiência, pela competência, portanto, eu não tenho dúvida nenhuma de que os Senadores, até em função do relatório de V. Exª, que avaliza essa indicação, de que todos os Senadores, no meu ponto de vista, têm o mesmo entendimento com relação à qualidade profissional e pessoal da Drª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes.

Eu passo, agora, a palavra para a Srª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, para que faça uma breve exposição.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – Nobre Presidente, bom dia a V. Exªs, bom dia, senhoras e senhores. É uma grande honra estar nesta Casa hoje, Casa a que meu avó Novaes Filho serviu por 16 anos como Senador eleito pelo meu Estado natal, Pernambuco. Como eu não tive a sorte

de herdar as habilidades políticas dele, espero poder servir o Brasil em um órgão eminentemente técnico.

Gostaria, inicialmente, de agradecer à Senadora Ana Amélia pelo seu relatório e aos demais Senadores desta Comissão pela oportunidade de me apresentar a V. Exªs.

Esse convite muito me honrou. Minha vida profissional foi feita predominantemente no setor privado, então, está na hora de dar uma contribuição, colocar a minha experiência, o meu conhecimento técnico a serviço da CVM e do mercado de capitais, se V. Exªs assim também entenderem correto.

Desde cedo, tive interesses no mercado de capitais. Quando terminei a graduação em economia, na Universidade Federal de Pernambuco, fui fazer o mestrado na PUC do Rio, onde escrevi uma tese sobre as empresas estatais e o mercado acionário. Em seguida, fui fazer meu doutorado em economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, paga pelo Governo brasileiro. Recebi uma bolsa sem a qual não poderia ter feito este curso. Depois de uma breve passagem em Pernambuco, ensinando macroeconomia, conforme mencionado pela Senadora, fui trabalhar no Banco Mundial em Washington. Lá, acabei indo trabalhar na África francófona, em países muito difíceis, no Senegal, Burkina Faso, em Gâmbia, países que sofrem uma diversidade muito grande, não muito diferente das adversidades que conheci na minha infância no Nordeste brasileiro. E, naquela experiência, percebi rapidamente que é muito difícil alavancar o crescimento econômico sem ter um sistema bancário e um mercado de capitais minimamente desenvolvidos. Contudo, não queria morar no estrangeiro. Assim que houve uma oportunidade de voltar para o Brasil, voltei e fui trabalhar no Banco Garantia, em São Paulo, onde eu cuidava do setor de telecomunicações. Eu era analista, então, recomendava as pessoas compra e venda das ações do setor de telecomunicações e cuidava, em particular, da Telebrás, que, naquela época, era 2/3 da Bolsa de Valores do Brasil. Então, foi uma experiência muito rica para conhecer os investidores.

Depois de três anos no Garantia, voltei para o Rio de Janeiro, onde recebi um convite para ser administradora de recursos de fundos de pensões, de pessoas físicas e investidores institucionais. E, como diretor da instituição, tinha que atender à regulação da CVM, à regulação dos fundos de pensão, lidar com corretores, com custodiantes, e essa experiência, acho que foi muito rica para este cargo que pretendo ocupar se V. Exªs assim julgarem adequado.

Depois de oito anos no mercado financeiro, estava na hora de mudar de ares. Resolvi voltar aos bancos escolares e fui estudar direito na PUC do Rio de Janeiro, tornei-me advogada em 2008, e, na mesma época lá, em 2002, 2003, tive a satisfação de ser convidada pela Companhia de Concessões Rodoviárias, que foi a primeira Companhia a ser listada no novo mercado da Bovespa, um marco na boa governança corporativa aqui, no Brasil, e tornei-me a primeira Conselheira independente do novo mercado da Bovespa. E, desde lá, nos últimos 10 anos, tenho pautado a minha vida profissional na busca de trabalhar boa governança das companhias às quais estou ligada. E V. Exªs sabem muito bem o que pode acontecer quando a governança não vai bem: é o caso da Enron, o escândalo da Enron, que deu origem à Sarbanes-Oxley, é um caso recente da Olympus no Japão.

Bom, nosso mercado de capitais cresceu muito nos últimos anos com a estabilidade macroeconômica. Nos últimos seis anos, as empresas captaram mais de R$800 bilhões no mercado de capitais, na forma de ações, debêntures, em notas promissórias. Isso equivale a 23% da formação bruta e de capital de todo investimento bruto no Brasil dos últimos seis anos. Nossa Bolsa de Valores, hoje, já está entre as 10 maiores do mundo, seja em valor de mercado, seja em captação de recursos e, com a nossa estabilidade econômica alcançada nestes últimos 20 anos e com a queda da taxa de juros real do Brasil que se aproxima das economias mais desenvolvidas, esse mercado vai crescer muito mais.

Se V. Exªs concordarem, eu gostaria de dar minha contribuição para que o nosso mercado continue florescendo e fomentando a criação de emprego e o crescimento econômico brasileiro, que é o nosso objetivo final. Eu gostaria de me colocar à disposição, Sr. Presidente, V. Exªs, para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Drª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, depois, Senador Dornelles.

Se V. Exªs concordarem, poderíamos abrir já o processo de votação?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

É uma pessoa extremamente competente e preparada. A despeito dos questionamentos, eu acho que é uma coisa razoável essa proposta de se abrir já a votação.

Então, nós consideramos aberta a votação já da sabatina.

Com a palavra, primeiro, a Senadora Ana Amélia; depois o Senador Dornelles; depois o Senador Eduardo Suplicy.

Está aberta a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era exatamente essa a primeira solicitação que eu ia fazer a V. Exª; ou seja, abrir o processo de votação, porque essa é uma prática recorrente e que nós usamos na Comissão de Relações Exteriores, da qual eu sou membro titular.

Eu tenho apenas poucas questões à Drª Ana Dolores. O mercado de capitais é uma área de risco. Investir em bolsa de valores, em mercado de capitais é risco. Com a ocorrência de crise que nós estamos vivendo, crise internacional, e que é, digamos, internalizada no Brasil, eu queria saber da senhora como neste momento está o mercado de capitais brasileiro, do ponto de vista da sua solidez, do seu regramento e da sua segurança para os investidores, sejam os pequenos investidores.sejam os maiores. Isso porque todos os dias a gente vê uma notícia: hoje a empresa tal caiu, perdeu tantos por cento do seu valor de mercado.

Então, com relação a essa crise, que precauções o investidor brasileiro deve tomar quanto a isso, sob esse aspecto.

A segunda questão... Eu não sei também, Drª Ana, porque o Presidente às vezes tem um sistema, na Presidência, para agilizar: eu faço as três perguntas, os outros fazem as outras perguntas, e a senhora responde tudo em bloco para agilizar o trabalho. Eu imagino que essa é a forma que o Presidente vai utilizar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É exatamente isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, eu estou apenas me antecipando.

A outra questão é: há um grande questionamento sobre a questão da autonomia das agências reguladoras. Eu queria saber da senhora, pelo conhecimento que tem, por trabalhar, qual a é a avaliação que a senhora faz da autonomia da CVM como agência reguladora na área do mercado de capitais. E se ela vem funcionando adequadamente dentro dos parâmetros internacionais de regulação e de defesa dos setores.

E, finalmente, eu pergunto apenas para transparência: no seu currículo a senhora está vinculada a algumas empresas; quando a senhora deixou essas empresas para habilitar-se, então, de forma independente, a assumir essa diretoria da CVM?

Essas são as minhas questões, cara Drª Ana Dolores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Como têm poucos inscritos, nós vamos fazendo ... Até para aguardar, inclusive, Senadora, a vinda . Isso porque têm outros Senadores já votando em outras Comissões. Então, nós vamos ...

V. Sª com a palavra.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – Muito obrigada a V. Exª pela oportunidade de poder responder a essas perguntas tão relevantes.

A primeira é sobre o mercado de capitais, sobre a segurança. Eu acho que nós estamos vivendo uma crise muito profunda nos mercados, fora, e que começou em dezembro de 2007, nos Estados Unidos, mas que se estende hoje pela Europa, e é muito forte. Eu acho que nós podemos dizer que o nosso mercado, o nosso sistema financeiro, tanto o setor bancário quanto o de mercado de capitais, está mostrando a sua solidez. Não houve nenhum problema como o que ocorreu com os derivativos nos Estados Unidos, nem estamos enfrentando, graças às nossas finanças públicas seguras, não estamos enfrentando nenhum problema de crise soberana, como nos países europeus. Como economista, dez anos atrás, ninguém poderia imaginar que nós estaríamos vendo países desenvolvidos recebendo rebaixamento nas suas dívidas. E isso é seriíssimo, é muito sério.

Então, acho que nós estamos muito bem. A regulação do Banco Central.... O Banco Central atuou com muita eficiência, e a CVM também, para que assegurássemos a transparência e a integridade de nosso sistema financeiro.

Quanto à autonomia da CVM, a razão mesmo de estar nesta audiência aqui é justamente para assegurar que você tenha autonomia e que os investidores brasileiros e estrangeiros percebam que as pessoas que estão lá foram colocadas pelo seu preparo, pela sua experiência de vida e que eles estejam a serviço desse mercado para proteger a sua transparência e a integridade.

Então, eu acho que isso é muito importante e nesse sentido a razão desta audiência.

Em relação aos conselhos de administração, realmente, tendo feito a minha vida no setor privado, é razoável que tenham alguns conflitos aparentes.

Aliás, V. Exª comentou, em seu relatório, que eu sou sócia da TNA, mas já me desliguei, porque essa entidade que é, inclusive, regulada pela CVM e não seria possível.

Quanto aos conselhos de administração, estou esperando, digamos, o sinal verde de V. Exªs, porque esse é o meu ganha-pão. Então, se os senhores não concordarem comigo, preciso voltar para ele. Mas assim que o Senado, V. Exªs me aprovem, imediatamente me desligarei de todos esses conselhos. Inclusive,

jamais a Presidente da CVM poderia me dar posse eu sendo conselheira de uma empresa listada em Bolsa.

Agradeço muito a V. Exª pela pergunta, porque, assim, pude esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Drª Ana Dolores de Novaes.

Com a palavra o Senador Dornelles. Depois, falará o Senador Suplicy e, em seguida, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff pela indicação da Drª Ana Dolores de Novaes para a Diretoria da CVM.

Uma das lembranças que me traz grande satisfação na minha carreira foi ter participado da elaboração da legislação da CVM e da Lei GSA, o autor dessas leis foi o Jurista José Luiz Bulhões Pedreira e elas foram relatadas, no Senado, pelo Senador Luiz Viana Neto e Tancredo Neves. Eu era Procurador-Geral da Fazenda e participei ativamente dos debates dessa importante lei.

Naquela época, o Dr. José Luiz Bulhões Pedreira imagina e falava que, no campo econômico, nós devíamos pensar em a economia Brasil ser uma sociedade aberta, em que todos fossem proprietários de tudo e o Estado não fosse proprietário de nada.

Esta é a grande missão da CVM: permitir uma abertura do capital das empresas, para que maior número de brasileiros possa participar do crescimento econômico, dos seus resultados.

De modo que as minhas palavras são para cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff e desejar à senhora muito sucesso à frente da CVM , o que vai ocorrer, pela sua competência, pela sua experiência, pela sua vivência em um setor de tão grande importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra a Drª Ana Dolores de Novaes, se quiser fazer alguma observação sobre o que disse o Senador Dornelles. Depois, passaremos a palavra ao Senador Suplicy e, em seguida, para o Senador Casildo Maldaner.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – Eu só gostaria de agradecer as palavras gentis de V. Exª. Espero poder corresponder à sua expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srª professora Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, quero cumprimentá-la pelo currículo de excepcional qualidade.

Fiquei um pouco curioso. Tanto no currículo quanto no parecer da Senadora Ana Amélia têm-se que a senhora nasceu em 23 de janeiro de 1962. Fez o curso na Universidade Federal de Pernambuco, em 1983. Eu fiquei pensando, pelo seu sotaque, se a senhora seria pernambucana, mas não há aqui o registro de onde nasceu. Então, se puder informar, eu agradeço. Nasceu em Pernambuco. Em Recife mesmo.

Mas o que notei em seu currículo algo muito interessante. A senhora passou, provavelmente, a infância e foi educada em Pernambuco, no Nordeste. Depois, veio para o Rio de Janeiro, onde fez mestrado em economia, na PUC.

Em seguida, foi fazer o doutoramento na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Depois teve inúmeras atividades, mas resolveu – e vejo muito mérito nisso – estudar Direito na Universidade Católica, formando-se em 2008.

V. Sª teve uma diversidade de atividades profissionais muito interessantes, que lhe dão um conjunto de informações que nos transmite muita segurança quanto ao seu conhecimento, inclusive na área de mercado de capitais, tendo em conta que V. Sª fará parte da CVM – acredito – e com muito mérito.

Feliz é o Brasil de ter uma pessoa com a sua formação ao lado dos quatro outros colegas, homens e mulheres, que estão na CVM, porque certamente dará uma contribuição muito significativa, conforme já reiteraram os que me antecederam.

Quero pedir uma opinião de V. Sª a respeito de algo que me pareceu muito interessante, de alguma forma até relacionado às questões da Senadora Ana Amélia.

O economista e professor Luiz Gonzaga Belluzzo, em seu artigo do *Valor Econômico* de hoje, "Os Conhecimentos e os Interesses", relata situações em que, às vezes, professores eminentes, acadêmicos, acabaram se tornando consultores de grandes empresas e de grandes corporações, inclusive no mercado financeiro, e, por vezes, fizeram análises e declarações que não consistiram com o que era mais verdadeiro e mais adequado, como que voltados para os interesses daqueles contratos das empresas as quais serviam.

Diante de episódios como esse, o professor Belluzzo relata que, "depois da exibição do documentário *Inside Job*, a Universidade de Columbia passou a exigir de seus professores a revelação das empresas as quais prestam serviços de consultoria ou assessoria de qualquer natureza. Não se trata de proibir a atividade profissional dos docentes e pesquisadores, mas de obrigar o esclarecimento do público sobre o conflito de interesses quando os participantes do debate estiverem envolvidos em relações comerciais".

Agradeço se V. Sª puder fazer um comentário sobre essa decisão, que me parece saudável, hoje tratada pelo professor Belluzzo.

Há poucos dias, uma dessas agências de avaliação de crédito internacional baixou a qualificação de inúmeros bancos brasileiros, tanto os públicos quanto os privados. Como V. Sª acompanha bem o noticiário a respeito, apreciaria seu comentário sobre a avaliação da qualificação dessa agência, tendo em conta – conforme suas próprias palavras – que considera que a economia brasileira vem sendo administrada pelos responsáveis pela política econômica e monetária, inclusive pelas autoridades do Banco Central que regulamentam o mercado de capitais, de uma maneira bastante saudável e positiva. Pelo que li e ouvi, a decisão foi tomada em razão de que os dados macroeconômicos da economia brasileira não estariam tão saudáveis até recentemente, em função da crise internacional que, de alguma maneira, afeta. Mas eu agradeço se puder nos dar a sua opinião a respeito.

Finalmente, gostaria de dar-lhe o meu livro, que não trata tanto da questão de mercado de capitais, *Renda de Cidadania – A saída é pela porta*, um trabalho que apresentei, ainda no último dia 12 em Paris, na conferência sobre o projeto No Poor, para erradicação da pobreza no mundo. Gostaria de saber a sua opinião, dada sua excelente formação em economia, em macroeconomia, e porque acompanha há muito tempo o comportamento das empresas brasileiras.

A minha questão é a seguinte: avalio que nós, brasileiros, precisamos nos dar conta dos processos de transferência de renda que existem nos países desenvolvidos. Como a senhora viveu nos Estados Unidos, acredito que conheça bem um instrumento de transferência de renda existente ali denominado Earned Income Tax Credit, que, no ano passado, por exemplo, beneficiou mais de 26 milhões de famílias às quais foram pagos mais de US$3 mil por ano, às vezes, até US$5 mil, US$6 mil. São pessoas que, embora trabalhando, não alcançam determinado patamar de renda e daí têm direito a esse crédito fiscal por remuneração recebida. Vou-lhe perguntar o que acha da minha opinião de que nós, brasileiros, precisamos estar cientes desses mecanismos que existem em países como os Estados Unidos, o Reino Unido e outros, precisamos estar conscientes de que isso torna suas empresas mais competitivas em relação às nossas se não adotarmos mecanismos semelhantes ou ainda melhores.

A minha avaliação é que melhor do que esse instrumento será a instituição de uma renda básica incondicional para toda e qualquer pessoa. Agradeceria se pudesse dizer sua opinião. Aliás, esse instrumento é objeto de lei aprovada pelo Congresso, sancionada pelo Presidente, que, um dia, vai acontecer ainda no Brasil, basta a Srª Ana Dolores, por exemplo, recomendar à Presidenta Dilma, dizer que está na hora, que é uma boa ideia e poderemos, em breve, adotá-lo. Se não ocorrer, ficará para 2013, para 2014, mas isso fica por conta de sua recomendação. Muito obrigado. Parabéns por sua trajetória, que dará grande contribuição à CVM.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra a Drª Ana Dolores.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – Obrigada a V. Exªs por suas colocações.

Quanto ao primeiro ponto, conflito de interesses, o senhor não poderia estar mais certo. Acho que todas as pessoas que exercem determinado cargo devem deixar muito claro quais são seus conflitos em particular quando estão em atividades que não são aquelas ligadas diretamente ao exercício de sua profissão. Então, se um professor está dando determinada consultoria para determinado fundo mútuo, por exemplo – nos Estados Unidos, isso é uma coisa comum –, isso deveria ficar claro em seu *site*. Não poderia concordar mais com a colocação que o senhor fez.

Quanto às agências de crédito e aos bancos brasileiros, as agências de crédito, em termos de nosso mercado de capitais, são muito importantes porque são consideradas um dos vigias juntamente com os auditores, os analistas e os advogados, que garantem a integridade do nosso mercado. Estamos vendo um momento muito difícil na Europa, onde os países estão sendo rebaixados e os bancos também. Não posso falar especificamente do caso dos bancos que o senhor mencionou, porque, para isso, eu teria que ter visto o relatório da agência para entender as razões pelas quais esse banco foi rebaixado. Talvez tenha sido por questão de inadimplência que está aumentando, é natural que isso ocorra quando o crédito aumenta, mas não tenho como opinar exatamente. Mas acho que estou fazendo o trabalho deles. Se eles acharam que um determinado banco já não está mais tão seguro, é o trabalho deles justamente fazer isso. Então, isso está me mostrando que o nosso mercado está sendo bem vigiado por aqueles que devem vigiá-lo.

Quanto aos programas de transferência de renda, acho que o Brasil tem programas reconhecidos pela ONU como um dos mais efetivos. Então, os programas de redução de pobreza...Sou nordestina e conheci uma pobreza, na minha infância, difícil, chego a me emocionar, pois é uma situação muito difícil. E vejo o Brasil hoje sem mais aquelas cenas de subnutrição. Então, acho que os programas de transferência de renda, quando bem feitos e, em particular, ajudam as

pessoas a saírem de sua pobreza e não precisarem mais desses programas de renda, só merecem meu aplauso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, quero agradecer muito à Srª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes as respostas e informar que estou de acordo com suas opiniões, mas quero aprofundar sobre o que irá acontecer com respeito à perspectiva da renda básica de cidadania, mas faremos isso depois.

Sr. Presidente, quero assinalar a ilustre presença entre nós do Sr. Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, presidente do Santos Futebol Clube, que acaba de visitar o Presidente José Sarney, a Senadora Marta Suplicy. Eu e a Marta somos amigos dele desde a adolescência. Aliás, fui seu contemporâneo no Colégio São Luís, no clube que frequentávamos, a Sociedade Harmonia de Tênis. Ao longo desses anos todos, havia uma época no Colégio São Luís em que praticamente só nós dois, na classe, é que torcíamos para o Santos. Hoje, a torcida do Santos está espalhada por toda São Paulo, por todo o Brasil. Neste período em que o Luis Álvaro tem sido o presidente do Santos o time tem tido uma trajetória brilhante, foi campeão, não agora – estaremos torcendo amanhã pelo Corinthians –, mas foi campeão da Libertadores, foi campeão paulista algumas vezes, tricampeão paulista. O Luis Álvaro tem sido uma pessoa tão especial no seu empenho para que jogadores como Neymar e Ganso estejam presentes no Brasil. Como ele veio me entregar uma lembrança do Santos Futebol Clube pelos seus cem anos, fiz questão de que ele pudesse estar aqui para nós darmos um abraço nele, Sr. Presidente. Então, desculpe-me por esta interrupção esportiva. V. Exª, salvo engano, torce pelo São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E estudei no São Luís também. Na minha época, só tinha são-paulino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu acho que eu falo por todos se dissermos que, amanhã, estaremos torcendo pelo time brasileiro que é o Corinthians, contra o Boca Juniors.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ninguém é perfeito, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com todo respeito pelos argentinos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar, Senador Suplicy, o Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro. Quero parabenizá-lo, Luis, pelo trabalho que tem feito no Santos. Esse time espetacular que foi construído com muito trabalho, não só seu, mas de toda sua diretoria, da torcida santista. Ao mesmo tempo, quero parabenizá-lo pela maneira profissional como você tem conduzido o Santos Futebol Clube. Esse é o futebol do futuro. Futebol não é para amador. Futebol é para gente séria, gente profissional. Acho que o Santos está nesse caminho, principalmente, sem nenhum demérito aos demais presidentes, mas você foi um divisor de águas, inegavelmente, na gestão do Santos Futebol Clube. Quero cumprimentá-lo aqui, um são-paulino, pelo seu trabalho e pela honra que nos dá aqui com sua presença.

O SR. LUIS ÁLVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO – Posso falar um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pode, excepcionalmente.

O SR. LUIS ÁLVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO – Senador, sinto-me muito orgulhoso por estar aqui.

O Santos fez 100 anos agora, recentemente. Nós entendíamos que era nossa missão homenagear os poderes da República. Vim a Brasília ontem e estive no Palácio do Planalto levando uma caixa como esta para a Presidenta Dilma, com uma dedicatória especial do Neymar para ela. A ideia era homenagear os poderes. Estivemos com o Presidente Sarney agora, há pouco. Estivemos ontem com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto. Estivemos com a Presidenta Dilma e, agora, na hora do almoço, vou estar com o Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia.

Aproveitei para homenagear alguns santistas ilustres que estão aqui, em Brasília, como o Senador Eduardo Suplicy. Ontem, estive com o Senador Aloizio Mercadante. Estive com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, que é santista também. Agora, de manhã, estive com o Ministro Aldo Rebelo, que, embora palmeirense, é uma pessoa muito identificada e ligada ao futebol – e há muita coisa por fazer.

Agora, eu me sinto honrado de ter tido oportunidade de vir à comissão de economia. Eu tive um pedaço da minha vida muito ligado ao Senado e à comissão de economia: eu fui chefe de gabinete do Ministro da Fazenda Bresser em priscas eras e fui diretor do Banco Central também.

Eu só faria uma referência de que eu me sinto mais à vontade ainda por ter protagonizado um ato de cidadania. Eu me senti um Simón Bolívar do século XXI ao me recusar a vender o Neymar para os espanhóis. As propostas eram próximas da indecente – €60 milhões, mostrando um cheque na minha mão -, mas me bateu um espírito nacionalista, achando que o Neymar tinha de ficar no Brasil, pelo menos até 2014. Era um ato de cidadania e de amor-próprio nacional. No Brasil, que progride a olhos vistos no setor econômico, em todos os setores, no setor de política internacional, exemplo de democracia, nós tínhamos de dar exemplo de que

não somos mais exportadores de matéria-prima. Os jogadores merecem jogar aqui, para que os brasileiros vejam o talento dos nossos meninos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Luís Álvaro de Oliveira Ribeiro. Em nome de todos os Senadores e Senadoras, parabéns pelos 100 anos do Santos Futebol Clube, um time que tem uma grande história.

O SR. LUÍS ÁLVARO DE OLIVEIRA RIBEIRO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma hora tê-lo aqui.

Eu passo agora a palavra ao Senador Casildo Maldaner e, depois, fechando os oradores inscritos, à Senadora Marta Suplicy.

Senador Casildo Maldaner, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Drª Ana Dolores, caros colegas, caro Presidente do Santos que aqui vem, eu vou apenas fechar com um comentário agora, depois dessa vinda.

O Eduardo Suplicy é extraordinário. Praticamente, as suas teses em relação às consultorias, aos levantamentos, às ideias da Ana Dolores na CVM que vai desenvolver, em função do artigo hoje no jornal que ele levantou... Eu praticamente entrava nessa linha, mas comungo com aquilo que o Eduardo Suplicy trouxe aqui. Ele aproveitou e viu que a ilustre Drª Ana Dolores está se desincompatibilizando de algumas funções após essa aprovação, para exercer essas funções da CVM... Também quero aproveitar para cumprimentá-la, porque, em função da relatoria da Senadora Ana Amélia – ela é durona nessas questões todas, eu a conheço, não de hoje -, eu quero subscrever também o relatório dela. Quero aproveitar a carona... Não tem jeito: o Senador Eduardo Suplicy aproveitou a renda mínima e concluiu dizendo que, se a Ana Dolores fosse até a Presidente Dilma, com certeza, as coisas avançam. Ele já encarregou a ilustre Ana Dolores, com funções outras, para levar à Presidente da República as teses do Senador Eduardo Suplicy. Ele culmina ainda trazendo o Presidente do Santos a esta Comissão – vindo aqui com a Senadora Marta, que é mais corintiana, mas que foi também da... – por causa do centenário do Santos, que é um time conhecido no Brasil inteiro e no mundo... Nós, catarinenses, também temos muitos torcedores.

Eu quero concluir com os cumprimentos, sem dúvida alguma, à Ana Dolores, aqui, com o Presidente do Santos e com todos nós reunidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Só registrar mais esta virtude do Presidente do Santos: é "aloiziano". É importante.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero dizer também da minha alegria. Eu acompanhei o Presidente do Santos, Luís Álvaro, amigo de longa data, na visita ao Presidente Sarney, mas, agora, o que está acontecendo é que, na Comissão, está entrando gente para cumprimentar o Presidente do Santos. Eu acho que, na próxima vez que tivermos uma terminativa, Delcídio, você chama...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, eu vou trazer o Juvenal Juvêncio, Presidente do meu São Paulo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, mas quero dizer da minha alegria, Luís Álvaro, de você estar aqui também. E, em relação a todas as palavras que foram ditas, eu assino embaixo de todas, porque, realmente, você está dando um novo panorama para o futebol, um novo padrão de excelência.

Agora, vamos à nossa...

(Falha na gravação.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) –... apreciação do nome da Srª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes.

Eu tenho duas questões para a senhora.

Primeiro, eu sou relatora da subcomissão do Senado que visa rever a legislação do FGTS e que tem como um dos principais objetivos aumentar a remuneração que os trabalhadores recebem nas suas contas do fundo, hoje limitada à TR mais 3% ao ano. Em 2007, foi criado o FI-FGTS com objetivo de permitir a utilização de recursos do fundo para investimento em infraestrutura, como a senhora deve estar lembrada. A legislação permitiu também que o trabalhador utilizasse até 30% do seu saldo para aplicar em cotas do FI-FGTS, o que, todavia, ainda aguarda regulamentação da CVM. Eu gostaria de saber o porquê dessa demora, em especial considerando que o trabalhador vem tendo uma perda considerável nos últimos quatro anos e a oportunidade de receber a remuneração do FI-FGTS, que é próximo de 6% ao ano, portanto, superior ao cerca de 4% efetivamente recebidos pelos trabalhadores. Por que isso não é agilizado?

A outra questão é sobre a concorrência no mercado de capitais. Na última década, o Brasil observou um espetacular crescimento do seu mercado de capitais, não só do mercado de ações, com muitas empresas que abriram o seu capital em bolsas, mas principalmente dos derivativos e também dos títulos privados. Nesse mesmo período, a Bolsa do Rio de Janeiro praticamente fechou. E a Bovespa uniu-se à BM&F, formando a instituição que hoje domina esse

mercado. Eu gostaria de saber se essa primazia da BM&F com a Bovespa não preocupa à CVM em relação à inexistência de concorrência nesse mercado e que risco isso poderia trazer à nossa economia.

Eram essas as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Drª Ana Dolores.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – Obrigada a V. Exª pelas suas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encerrada a fala da Drª Ana Dolores, eu vou dar por encerrada a votação.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – Em relação ao FGTS, eu confesso a V. Exª que, como não estou na CVM ainda, eu não tenho muito como opinar, mas espero que... Se a senhora desejar, eu posso me informar e voltar a V. Exª sobre esse assunto. Aliás, para falar a verdade, eu pensava que isso já tinha sido regulamentado. Então, tem que verificar.

Quando à concorrência do mercado de capitais e à possibilidade de termos outra bolsa, isso é um assunto que está em estudo na CVM. Aliás, saiu nos jornais que, na sexta-feira, houve um seminário de dia inteiro na CVM em que aqueles que pretendem oferecer serviços de estabelecer uma bolsa no Brasil puderam apresentar o seu ponto de vista. Lá, estavam também a Cetip, a Bovespa, as pessoas que provêm também de CVs, as corretoras, investidores. Foi um seminário aberto transmitido pela Internet.

Do ponto de vista da CVM, o importante é que asseguremos a integridade e a segurança do nosso mercado. Aliás, o que aconteceu lá fora, especialmente quando o Lehman Brothers quebrou, são coisas que, provavelmente, não ocorreriam no Brasil por causa de questões de custódia. Aqui, no Brasil, por exemplo, temos três aspectos que têm de ser respeitados. A liquidação, quando você compra uma ação e vende uma ação, é feita no âmbito do investidor final e não existem contas-ônibus das corretoras. Isso dá uma segurança muito grande. A segunda coisa é a formação dos preços. Quando está na Bolsa de Valores, você vê as ofertas de compra e venda de preços, dando transparência. No Brasil, não são permitidas as chamadas *dark pools*, negociações obscuras, em que não se sabe quem é o comitente nem quais são os preços da negociação, exceto depois.

A terceira coisa é que há mecanismos, quando o preço na bolsa varia muito, para haver um leilão. Então, é um mecanismo com muita transparência.

Nós já tivemos oito bolsas no passado, mas, por motivos que não cabe aqui registrar – como eu também era muito nova nem posso lembrar –, elas foram consolidadas. Então, abrir um setor tão sensível de nosso mercado de capitais sem o devido estudo e cuidado seria, na minha opinião, um ato irresponsável.

Portanto, esse é um assunto que está sendo devidamente estudado com muito cuidado, com muita transparência, com todas as partes dando a sua opinião. Se, no final, a CVM julgar que é para o bem do mercado de capitais haver outra bolsa, acredito que assim será feito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – V. Exª foi muito claro ao dizer que iria encerrar a sabatina.

Eu queria, aproveitando a presença do Presidente do Santos Futebol Clube, dizer que a minha vocação de jornalista não se separa da minha atividade como Senadora.

Quis que esta sabatina da Drª Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes para a CVM ocorresse num momento de pura tietagem dos santistas aqui presentes, como o nosso grande Senador Eduardo Suplicy, que trouxe o dirigente do Santos, que tem a ver com o setor, já que foi diretor do Banco Central.

O mais importante – espero que não esteja fazendo nenhuma confidência – é dizer que o Santos Futebol Clube – aí está a minha veia jornalística; o senhor caiu na minha mão numa hora errada; azar o dele – será o primeiro clube de futebol profissional brasileiro a ter um fundo especial, que vai ser submetido à Comissão de Valores Mobiliários, para financiar um projeto de estímulo a novos atletas no Brasil inteiro.

Eu queria dizer que foi uma feliz coincidência ter acontecido isso, e, seguramente, a Drª Ana Dolores vai apreciar essa solicitação, esse processo.

Antecipadamente, eu quero cumprimentá-lo, Luís Álvaro, pela iniciativa, que é um exemplo para o futebol brasileiro no País do futebol. Isso se chama profissionalismo e investimento no futuro. Vamos ter duas Copas e não podemos fazer feio nestes dois eventos: em 2013, Copa das Confederações; e, em 2014, Copa do Mundo.

Então, parabéns!

Agora, como Senadora, avalio que essa iniciativa de vocês é extremamente relevante em todos os aspectos.

Parabéns!

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora.

Senador Zezé Perrella.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu não poderia deixar de cumprimentar o meu amigo Luís Álvaro. Cumprimento também a Drª Ana Dolores.

Luís Álvaro é meu amigo de longa data. Como ex-Presidente do Cruzeiro, eu fiquei 17 anos à frente do Cruzeiro. Saí em dezembro, como todos sabem, e tive o prazer de conviver com o Luís Álvaro por um bom período.

Quero parabenizar o Santos Futebol Clube, um dos clubes mais tradicionais do Brasil. Eu tive a honra de conviver durante um bom período com o Luís Álvaro, que vem fazendo um trabalho extraordinário à frente do Santos. Já tivemos grandes jogos entre Cruzeiro e Santos, e o Cruzeiro é tão tradicional quanto o Santos, não é, Luís?

Quero realmente parabenizar o Santos. Tenho a honra de ser santista também, porque torço pelo Santos em São Paulo.

Parabéns ao Santos! Parabéns a você pelo trabalho maravilhoso! Um grande abraço.

É uma honra ter você aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Zezé Perrella. V. Exª deve estar de cabeça inchada, porque o meu tricolor foi a Belo Horizonte e ganhou de três a dois, mesmo perdendo um pênalti o nosso centroavante Luis Fabiano. Então, é um Senador de cabeça inchada hoje em função do meu São Paulão.

Senadora Marta, só pediria a V. Exª que votasse, se a sua intenção é votar, porque eu vou encerrar a votação.

Peço ao Senador santista, Eduardo Suplicy, e ao Senador Zezé Perrella que façam aqui o escrutínio da sabatina da Drª Ana Dolores de Novaes, provavelmente futura Diretora da CVM.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós estamos agora caminhando para o término. Estamos nos finalmentes desta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Suplicy e o Senador Zezé Perrella... Já, já vai encaminhar, automaticamente, por acordo de lideranças, para o Plenário.

O Senador Eduardo Suplicy vai proferir o resultado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, 18 votos, todos "sim".

Por consenso, por unanimidade, foi aprovada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, 18 votos "sim".

Aprovada por unanimidade a Drª Ana Dolores de Novaes.

De imediato, segundo o que a Secretaria me orientou, Senadora Ana Amélia, o processo segue hoje mesmo para a votação, no plenário, da Drª Ana Dolores de Novaes.

Quero aproveitar também para agradecer a todos os Senadores e às Senadoras por esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Houve quórum, votamos, inclusive, as matérias de caráter terminativo e as não terminativas também.

Concluímos a sabatina de uma profissional de extrema qualidade, como a Drª Ana Dolores de Novaes. Evidentemente, Drª Ana Dolores, nós vamos votar a matéria hoje no plenário, e não tenho dúvida de que os Senadores e as Senadoras vão votar favoravelmente, como os Senadores e as Senadoras da própria Comissão de Assuntos Econômicos fizeram hoje.

Espero que, o Plenário do Senado aprovando o nome de V. Sª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi requerido urgência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já. Já foi requerido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu desejo a senhora todo o sucesso do mundo. Que a senhora continue prestando um excepcional serviço ao País, agora com mais responsabilidade ainda, depois dessa larga experiência no setor privado, na Comissão de Valores Mobiliários.

Quero cumprimentar, em nome da senhora, todos os dirigentes, todos os diretores da CVM, uma diretoria hoje predominantemente de mulheres.

A SRª ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES – A V. Exª, muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sucesso sempre.

A reunião está encerrada.

Realizaremos reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na próxima terça-feira e vamos confirmar se a Drª Graça Foster virá na próxima terça-feira ou vamos marcar outra data.

A todos, o meu muito obrigado.

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatro minutos do dia dez de julho do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Assis Gurgacz, Lídice da Mata, Walter Pinheiro, Marta Suplicy, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, João Ribeiro e Blairo Maggi, e, ainda, do Senador Paulo Paim e do Sr. Maguito Vilela, Prefeito do Município de Aparecida de Goiânia. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 36ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 38 de 2012, de 28 de junho de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de maio de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 39 de 2012, de 27 de junho de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 40 de 2012, de 27 de junho de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-000.052/2012-4, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 26 de 2011. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 51 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 40,431,000.00 (quarenta milhões, quatrocentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Tocantins e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o 'Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins (PMF-TO) (PROFISCO – TO)'", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cyro Miranda Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usa da palavra o Senador João Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 52 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 130,556,650.00 (cento e trinta e milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados ao financiamento parcial do 'Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE – Pró Energia RS'", tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Humberto Costa Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Paim. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Mensagem (SF) nº 53 de

2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 480,000,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do 'Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – PROREDES RS' (SWAp to Strengthen Public Investment Project) de abordagem setorial ampla (SWAp)", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 4– Mensagem (SF) nº 54 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar adicionalmente o 'Programa Estadual de Transporte 2 – PET 2'", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Braga. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 5– Mensagem (SF) nº 55 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até ¥ 16.411.000.000,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e onze milhões de ienes japoneses), entre o Estado do Pará e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), destinada a financiar parcialmente o 'Projeto Ação Metrópole – 2ª Etapa'", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Braga. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 6– Mensagem (SF) nº 56 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Reestruturação Viária da Bacia de Ribeirão de Santo Antônio de Aparecida de Goiânia'", tendo como Relator o Senador Eunício Oliveira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador João Vicente Claudino Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Em seguida, a Presidência concede a palavra, ainda, ao Prefeito do Município de Aparecida de Goiânia, Sr. Maguito Vilela. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 164 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que 'institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências'", tendo como Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Em 3/7/2012, foi concedida Vista ao Senador Wellington Dias. Em 3/7/2012, o Presidente da Comissão designou a Senadora Ana Amélia Relatora "ad hoc" em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora "ad hoc" da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE,

favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 127 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Russo Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 10– Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que "regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providencias, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do PLC nº 89 de 2007 e do PLS nº 156 de 2007. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao PLC nº 89 de 2007 – Complementar e favorável ao PLS nº 156 de 2007 – Complementar. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", é solicitada vista pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2006, terminativo, de autoria Senador Paulo Paim, que "acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Cyro Miranda Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01– CAS. Em 4/10/2011, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar fosse alterado para Projeto de Lei Ordinária. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 410 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "eleva para cinqüenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Em 3/7/2012, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Relator da Matéria, Eduardo Braga e Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção e aprova as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica", que tramita em

conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física", e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008 com a Emenda nº 1 que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao PLS nº 375 de 2008, e contrário ao PLS nº 340 de 2007 e ao PLS nº 92 de 2010. As Matérias são retiradas de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 15– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 26 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel, que "requer seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura a audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 11 de 2012 – CAE, que convida a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, para apresentar os planos da Empresa para os próximos anos". Em 3/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 26 de 2012-CAE. Item 16– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 27 de 2012, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja convidada a Senhora Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa". Em 3/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 27 de 2012-CAE. Item 17– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 28 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que "requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas para debater o Substitutivo, apresentado pelo Relator, Senador Francisco Dornelles, aos Projetos de Lei do Senado, que tramitam em conjunto, nºs 175, 229, 248 e 450 de 2009 – Complementares, com os seguintes convidados: Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Claudio Trinchão, Coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; Sr. Alexandre Cialdini, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf; e representante da Confederação Nacional dos Municípios – CNM". Em 3/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 28 de 2012-CAE. Item 18– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 29 de 2012, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a propor Soluções Estruturais x Soluções de Curto Prazo para a Economia Brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com os seguintes convidados: Sr. Armínio Fraga, da Gávea Investimentos e ex-presidente do Bacen; Sr. Carlos Lessa, Ex-presidente do BNDES; Sr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES; Sr. João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento e presidente do Fórum Nacional; Sr. Edmar Bacha, presidente do Think Tank Casa das Graças, ex-presidente do IBGE e ex-presidente do BNDES; e Sr. Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda". Em 3/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 29 de 2012-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 30 e 31 de 2012. O Requerimento nº 30 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a dispensa de realização da segunda parte da audiência pública solicitada por meio do RQE nº 10/2012. O Requerimento nº 31 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, requer a inclusão de um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC entre os convidados da audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 113 de 2005, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, em razão da relevância da matéria para o setor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, Secretário-Adjunto, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental, decla-

ro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 36ª Reunião. As Sras e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovadas.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*

Comunico aos membros, para seu conhecimento, que a Comissão recebeu os seguintes documentos:

Aviso do Banco Central nº 38, de 2012, de 28 de junho de 2012. Encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso do Ministério da Fazenda, nº 39, de 2012, de 27 de junho de 2012. Encaminha, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de maio de 2012, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Aviso do Tribunal de Contas da União, nº 40, de 2012, de 27 de junho de 2012. Encaminha cópia do Acórdão nº 1637, de 2012, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo TC 000.052/2013-14 bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 26, de 2011.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Meu caro Deputado Júlio, aqui presente, Secretário do nosso querido Estado do Rio de Janeiro; seja muito bem-vindo, e quero cumprimentá-lo em nome de todos, do Governador Sérgio Cabral, do Vice Pezão, enfim, de todos aqueles que fazem esse competente Estado do Rio de Janeiro, se todos estiverem de acordo – a Senadora Marta Suplicy tem uma agenda daqui a pouco – eu começaria pelo item 3 da pauta. Estou vendo aqui também o Gerson Carrion, nosso grande amigo do Rio Grande do Sul, aqui presente, também Secretário do Governador Tarso Genro. Muito bem-vindo, Gerson, meu grande amigo, companheiro do setor elétrico.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 480.000,000.00 (quatrocentos e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do "Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – PROREDES RS".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, gerente de responsabilidades financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. João Motta, Secretário do Planejamento de Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul.

Quero cumprimentá-lo também e cumprimentar a população do Rio Grande do Sul.

Com a palavra a Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Delcídio.

Trata-se da Mensagem nº 53, de 2012, submetida pela Presidência da República à apreciação do Senado Federal e que dispõe sobre solicitação do Estado do Rio Grande do Sul para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Mundial.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o "Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – PROREDES RS". Os recursos totais a serem alocados no programa alcançam US$ 903,5 milhões, no período de 2012 a 2016, sendo que, além do empréstimo pretendido de US$480 milhões, estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US$ 423,5 milhões.

Vale dizer que o Programa objetiva viabilizar a retomada do desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul por meio de projetos voltados, primeiro, à melhoria da estrutura de funciona-

mento do Estado, seu apoio aos Municípios. Segundo, à produção local. Terceiro, à construção da rede gaúcha de tecnologia. Quarto, à mobilidade aos acessos urbanos de regiões deprimidas. Quinto, pacto gaúcho pela educação. Sexto, recuperação da malha viária do Estado do Rio Grande.

O empréstimo de US$480 milhões junto ao Banco Mundial tem prazo total de pagamento de 29 anos, sendo prevista carência inicial de quatro anos, com juros calculados pela taxa LIBOR, adicionada de um *spread* determinado anualmente pelo Banco Mundial.

Os recursos serão disponibilizados ao Rio Grande do Sul ao longo de cinco anos.

Análise.

A análise da presente operação de crédito visa verificar o cumprimento das normas que regulam os limites e as condições para a contratação de operações de crédito externas e internas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de Governo.

De acordo com o Parecer nº 725 da COPEM da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a análise dos resultados fiscais do Estado do Rio Grande resultou em classificação na categoria "C", insuficiente para o recebimento de garantia da União, nos termos da Portaria nº 89, de 1997.

Todavia, foi possível o exame da concessão de garantia da União por parte do Senhor Ministro da Fazenda, em caráter excepcional do Ministério da Fazenda, visto que o Estado ofereceu contragarantias suficientes e idôneas. O Programa é considerado relevante pelo Governo Federal, e há uma contrapartida estadual ao longo do período de quatro anos de liberação.

Informou ainda a STN que o Estado do Rio Grande cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução do Senado nº 43, de 2001, e que a operação de crédito em questão não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV, art. 5º, da citada Resolução.

Ademais, quanto aos limites e às condições para a contratação da operação de crédito externo pelo Estado, aquela Secretaria declarou terem sido cumpridas as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e suas alterações, e que foram atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A propósito das contragarantias oferecidas, a STN posicionou-se no sentido de que tais garantias são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta tenha que honrar compromisso em nome do Estado.

Informa ainda que exista margem para a concessão da pleiteada garantia da União dentro dos limites estabelecidos pelo Senado, nos termos da Resolução nº 48, de 2007, conforme atesta o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2011.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação e considerou que as condições contratuais são as usuais estipuladas pelo BIRD em suas operações financeiras. Concluiu, por fim, que foi cumprido o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos. A propósito, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul também se manifestou pela regularidade da contratação, informando que ela foi autorizada pela Assembleia Legislativa, por meio das Leis estaduais 13.700 e 13.770, de 2011.

O Banco Central do Brasil e a Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consultados, também se posicionaram favoravelmente à operação.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e as condições para a prestação de garantia pela União contidas no art. 40.

Quanto ao mérito do PROREDES RS, parece-nos inequívoca a sua importância. O Programa tem como objetivo estimular a retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul, por meio de execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, incluindo a gestão ambiental de desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes, com manutenção e recuperação da malha rodoviária.

O PROREDES BIRD complementa ações a serem desenvolvidas com recursos do Tesouro do Estado e com financiamento junto ao BNDES. Busca, sim, ampliar os investimentos públicos, contribuindo com o desenvolvimento sustentável do Estado.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito externo, nos termos do Projeto de Resolução do Senado constante do relatório.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

A matéria está em discussão.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Senadora Marta pelo relatório e dizer que sou Senadora do Rio Grande do Sul e tenho compromisso com a defesa dos interesses do meu Estado, a despeito das divergências políticas que tenhamos com o Governador do Estado, Sr. Tarso Genro. Aqui, está em causa uma solicitação de empréstimo para uma área necessária de investimentos.

A única recomendação – e aproveito a presença do Secretário de Planejamento, João Motta, nesta reunião, Senador Delcídio do Amaral, que já fez menção à presença dele, e eu também o saúdo – é que haja, de parte do Governo do Estado, ao receber esse volume de recursos do Banco Mundial, um rigor, uma celeridade, uma eficácia na aplicação desse recurso, para o fim específico para que ele está sendo contratado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o assunto, em votação o relatório da Senadora Marta Suplicy.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

Quero aqui dizer que esse projeto segue hoje já para o plenário do Senado Federal, para que votemos hoje ainda o empréstimo do Rio Grande do Sul.

Parabenizo, através do Secretário João Motta, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e os Parlamentares do Rio Grande do Sul, aqui representados pela Senadora Ana Amélia. Também cumprimento o povo gaúcho, valoroso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu também sou embaixador do Rio Grande do Sul e as minhas filhas estão namorando gaúchos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Inacreditável.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bem de genro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência... Não precisa mais de urgência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para empréstimo, precisa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, aqui,a Adriana me orienta de um jeito...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Faço questão de subscrever esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E a assessoria de outro.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Faço questão de subscrever esse requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, requerimento de urgência proposto pela Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Mais uma vez, parabéns ao Estado do Rio Grande do Sul.

Vou passar aqui, por solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que chegou aqui cedo – ao amanhecer, ele já estava aqui estudando as matérias todas de que estamos tratando –, ao item 5.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até ¥16.411.000.000,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e onze milhões de ienes japoneses), entre o Estado do Pará – também um Estado pelo qual tenho um carinho especial, porque lá vivi muitos anos – e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), destinada a financiar parcialmente o Projeto Ação Metrópole – 2ª Etapa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional. Aqui, registro a presença também do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Manoel Pioneiro. Muito

bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Flexa Ribeiro está insistindo muito aqui para que eu saudasse V. Exa. e saudasse também a Deputada Ana Cunha, Deputada Estadual do Pará, os dois do PSDB. Muito bem-vindos à Comissão de Assuntos Econômicos. O Pará é muito bem representado por seus três Senadores, especialmente pelo meu amigo Senador Flexa Ribeiro, homem competente, que honra o Estado do Pará.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de resolução cuja epígrafe já foi lida por V. Exª destina-se a obter autorização do Senado para a operação de crédito destinada a financiar o projeto Ação Metrópole – segunda etapa, visando enfrentar os problemas de desestruturação de trânsito e do agravamento das condições de circulação da região metropolitana de Belém.

Os pormenores deste projeto já me foram esclarecidos pelo Senador Flexa Ribeiro, sentado aqui ao meu lado, que resultarão em maior mobilidade, inclusão social, conforto e agilidade para o transporte coletivo de passageiros da região metropolitana de Belém.

A análise da presente operação de crédito, Sr. Presidente, veio acompanhada do Parecer nº 178, de 12 de março de 2012, da Coordenação Geral das Operações de Crédito dos Estados e Municípios – Copem, da Secretaria do Tesouro Nacional. E, segundo esse parecer, o Estado do Pará cumpre todas as condições e requisitos exigidos para a concretização dessa operação, especialmente aqueles referidos na Resolução nº 43 e na Resolução nº 40, do Senado Federal, e também na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Estado do Pará já fez constar do Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015 esse programa de que trata uma lei estadual de 2011. E também há no orçamento previsto para o exercício financeiro de 2012 dotações que contemplam o objeto dessa operação.

O Estado do Pará está perfeitamente adimplente junto à União e as contragarantias autorizadas pela Assembleia Legislativa cujo Presidente se encontra aqui presente foram consideradas suficientes, além do que não há registros de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Pará nos últimos anos em decorrência de eventuais insuficiências de garantias.

Esse financiamento cumpre também as metas e compromissos assumidos pelo programa de ajuste e reestruturação fiscal a que o Estado do Pará vem se adequando e cujas obrigações vem cumprindo pontualmente, apesar de todo o imenso sacrifício que isso lhe custa.

O Ministro da Fazenda concedeu excepcionalidade ao pleito, tendo em vista as condições referidas anteriormente por mim.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não vê nenhum óbice de natureza jurídica à concretização desse acordo.

Diante disso o meu voto é pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Pará para contratar a operação de crédito externo nos termos detalhados no texto do projeto de resolução que se encontra à disposição dos Senadores no avulso que todos receberam.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, competente Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria está em discussão.

Acredito que o Senador Flexa não vai fazer nenhum comentário, nenhum reparo ao relatório do estudioso Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, reparo nenhum, apenas elogios à competência e à presteza do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu sempre digo que o Senador Aloysio Nunes Ferreira é, sem sombra de dúvida, um brilhante Senador que defende aqui o Estado de São Paulo diuturnamente. Ele é o quarto Senador do Estado do Pará, que tem uma ligação muito próxima não geograficamente, mas de traços de amizade, de relações entre o Governador Alckmin e o Governador Simão Jatene. Como digo, agradeço ao Senador Aloysio e a V. Exa., Senador Delcídio do Amaral. Quando eu liguei para V. Exa., na semana passada, tratando do empréstimo, V. Exa., de pronto, atendeu nosso pedido, pautou, distribuiu para o Senador Aloysio o pedido que fizemos e que hoje, com dois, três dias úteis, estamos aprovando o empréstimo. Peço o apoio dos meus pares. Esse empréstimo, Senador Delcídio, é da maior importância para o Estado do Pará porque ele vem, como disse o Senador Aloysio, no seu parecer, ao encontro da necessidade de resolver um problema que é de quase todas as capitais do Brasil, que é a questão da mobilidade. Não chegamos, ainda, à questão da necessidade de um metrô; nós estamos aqui no transporte por ônibus, no BRT, para a área metropolitana de Belém. É um projeto da Jaika, com empréstimo da ordem de 16 bilhões, 411 milhões de yenes japoneses, o que dá alguma coisa em torno de 300 e poucos milhões de reais. Isso vai possibilitar ao Governo Simão Jatene realizar o BRT nos municípios da área metropolitana de Belém, de Benevides, Marituba, Viana, Ananindeua,

encontrando, então, com o que está sendo feito na cidade de Belém.

Quero agradecer e registrar, mais uma vez, que o Estado do Pará tem a honra de tê-lo representado aqui representado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Manoel Pioneiro, que será nas próximas eleições o futuro prefeito da cidade de Ananindeua, cidade vizinha a Belém, e a Deputada Ana Cunha.

Eu peço a V. Exa. e o apoio dos meus Pares para a aprovação do projeto de empréstimo, dizendo que o Pará, Senador Delcídio, é um dos Estados do Brasil que tem suas finanças mais equilibradas: menor nível de endividamento, está dentro de todos os parâmetros da Secretaria do Tesouro Nacional e tem a gestão competente do Governador Simão Jatene.

Peço também o encaminhamento que fiz à Mesa de tramitação em regime de urgência para o plenário hoje à tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, se o Pará está com as finanças equilibradas, a Cefem, lá da Vale do Rio Doce, está num nível razoável, quer dizer, não precisa mudar nada lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio, as finanças estão equilibradas, mas o povo do Pará tem um dos índices de desenvolvimento humano menores do Brasil. A renda *per capita* é uma da piores do Brasil. A questão da Cefem é uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Levam as nossas riquezas, que são finitas, como é o petróleo, porque, extraído o minério, fica o buraco, como se extraindo o petróleo deve ficar o buraco, mas ninguém vê, porque está lá embaixo. V. Exa. Entende bem disso.

Então, o que precisamos é rever o Código de Mineração, de tal forma que essa riqueza, que é necessária para o equilíbrio das contas brasileiras, dê aos paraenses o retorno e melhores condições de vida para nossa população.

É só isso. Nós queremos partilhar com a população o resultado econômico da riqueza dos minérios. Deus foi generoso para com o Estado do Pará e a União não entende isso, quer dizer, Deus foi generoso e a União age como madrasta do Estado do Pará, mas ela vai rever – tenho certeza absoluta – essa questão.

O SR. PRESIDENTE(Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas quero prestar minha solidariedade amazônica ao nosso querido Senador Flexa Ribeiro. Em que pesem as boas contas do Estado do Pará, é muito importante que não se permita que haja extração dos recursos naturais não renováveis sem a devida compensação ao glorioso e bravo povo do Estado do Pará.

Agora eu pergunto: se as contas estão tão equilibradas, por que empréstimo, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque as contas estão equilibradas, Senador Eduardo Braga, para que possa ter a contrapartida para os empréstimos. Não há condições...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ah! Portanto, em função da argumentação de V. Exª irei encaminhar votação favorável ao empréstimo do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª sabe que o vosso Estado, o Estado do Amazonas, com todo o potencial por intermédio da Zona Franca, também não tem condições, com os recursos próprios do Tesouro, de fazer os investimentos necessários. É preciso que, com esses recursos próprios, sirva de contrapartida para alavancar os empréstimos. É isso que o Governador Simão Jatene está fazendo com competência desde que recebeu o Governo, em 2010, totalmente desestruturado.

Passou 2011 arrumando a casa e, em 2012, está voltando a investir, para colocar o Pará no caminho do desenvolvimento junto com o Amazonas, que V. Exª deixou organizado – os amazonenses tiveram mais sorte do que os paraenses.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir – senão o Senador Flexa vai continuar defendendo o projeto...

Em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

Cumprimentar, mais uma vez, o Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia, e a Deputada Ana Cunha aqui presentes, muito bem-vindos, e mais do que nunca cumprimentar o povo do Pará, aquele querido povo paraense que eu tanto admiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª, Senador Delcídio, que conviveu conosco por vários anos em Tucuruí, foi um dos pioneiros da Barragem de Tucuruí, e hoje é relator da subcomissão de

implantação de Belo Monte, é um paraense honorário e, como eu sempre digo, V. Exª tem raízes profundas no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Encerrou a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encerrou a discussão, votação. Estou esperando que algum Senador peça urgência. Ah, o Senador Flexa pediu?

Portanto, em votação a apresentação do requerimento proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria, que segue para o Plenário do Senado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Senadora Ana Amélia havia pedido pela ordem.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pedir a V. Exª, porque foi passado o Item 2, porque o relator não estava, que V. Exª designasse um relator *ad hoc*, porque é um empréstimo também do Rio Grande do Sul. Se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com certeza.

Eu vou fazer o Item 1, até porque o Senador João Ribeiro precisa também se deslocar, e aí nós fazemos o item 2, do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Maravilha. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voltamos ao início da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$40.431.000,00 (quarenta milhões, quatrocentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Tocantins e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins (PMF–TO) (PROFISCO – TO)".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Flávio Rios Peixoto da Silveira – muito bem-vindo –, Secretário de Representação do Estado do Tocantins – e, especialmente aqui, estou sendo ladeado pelo Senador João Ribeiro, que honra o Estado do Tocantins, e o Senador Vicentinho também estava aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, pessoas que, mais do que nunca, honra esse querido Estado.

Portanto, eu passo, como o Senador Alvaro Dias não se encontra presente, porque está na CPI, eu indico como relator *ad hoc* o Senador Cyro Miranda, de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, competentíssimo Presidente desta Comissão. Saúdo o Senador Ribeiro, pela sua volta, e quero também saudar aqui o secretário Flavio Peixoto, como também o meu conterrâneo e ex-Senador da República Maguito Vilela, hoje Prefeito da cidade da Aparecida.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins, que objetiva melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado do Tocantins, visando a: incrementar as receitas próprias do Estado; aumentar a eficiência e a eficácia do gasto público e melhorar seu controle; e prover melhores serviços aos cidadãos.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,12% ao ano, flutuante, conforme a variação da *libor*, considerado aceitável por essa Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US$45,012 milhões, no período de 2012 a 2016, sendo que além do empréstimo pretendido estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US$4,581 milhões.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de Governo.

De acordo com os Pareceres nºs 794, de 14 de maio de 2012, e 889, de 23 de junho de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da STN, o Estado do Tocantins cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Tocantins, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Segundo o estudo, a margem disponível apurada é sempre positiva, compreendendo os anos de 2010 a 2020.

Sr. Presidente, em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Tocantins apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em exame e fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União nas concessões de garantias solidarias manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, assim, que o Estado de Tocantins atende aos limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como observa as exigências e demais condicionantes para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Tocantins para contratar a operação de crédito externo nos termos já ditos.

Sendo aprovado, Sr. Presidente, aproveito e peço urgência para esta aprovação em plenário ainda hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, expedito Senador Cyro Miranda.

Com a palavra, o Senador João Ribeiro, do Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, agradeço a liberdade de me sentar aqui na frente, até porque tenho audiência agora ao meio dia no Palácio, ainda vou passar para dar um abraço em meu amigo Ministro Aloísio Mercadante, que está aqui na Comissão de Educação.

Quero apenas dizer aos companheiros de comissão, Sr. Presidente, que, graças a Deus, eu estou recuperando minha saúde, o tratamento está indo bem. Para os colegas que não sabem eu realmente tenho uma síndrome mielodisplásica com fibrose na minha medula. Uma doença rara, difícil de ser tratada, mas, na minha vida, Senador Delcídio, eu tenho dito sempre às pessoas, e algumas pessoas aqui conhecem, que houve um milagre na minha casa. Eu tenho um filho de quatro anos e meio que teve um problema grave. Eu o entreguei a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, e ele conseguiu ser curado, depois de desenganado pelos médicos, em São Paulo.

Eu passei 40 dias no Círio. Mandei a biópsia para os Estados Unidos. Eles mandaram e conseguiram descobrir, depois de várias negativas, que eu tinha esse problema de saúde.

Então, eu apenas queria justificar para a Casa e para os colegas, porque, às vezes, muitos não entenderam a minha ausência na Casa. De minha parte, eu tenho feito tudo, dado tudo de mim para que consigamos sair vencedores de mais esse problema na minha vida. Agradeço as orações dos Senadores, daqueles que ligaram, de tantos que torceram por minha recuperação. Eu estou me recuperando aos poucos, mas estou vindo, assim que posso, ao trabalho.

Mas não poderia deixar, Sr. Presidente, de estar presente neste momento, quando da apreciação desse empréstimo para o meu querido Estado de Tocantins. Está aqui o Secretário Flávio Peixoto, que é o Secretário da Representação de Tocantins, que foi Ministro e Secretário de Estado por várias vezes, um ilustre brasileiro que veio recentemente representar o Tocantins aqui em Brasília.

Devo dizer do meu apoio integral a esse empréstimo, porque o Tocantins precisa se modernizar, é um Estado jovem, o mais novo da Federação. Em momento algum da minha vida, independentemente da minha posição político partidária – espero que não chegue a ter qualquer posição contrária -, mas, mesmo que eu fosse contrário ao Governo – e não sou, sou aliado -, eu estaria apoiando qualquer tipo de empréstimo, qualquer iniciativa do Governo do Tocantins, porque precisamos modernizar a nossa máquina estatal. Nós, Senadores, representantes do Tocantins, não podemos ser contra empréstimos realizados para obras, para benefícios para a população.

Então, quero agradecer ao Senador Cyro pelo relatório, ao Senador Alvaro Dias, e dizer que tenho certeza de que a máquina estatal de arrecadação do

Estado, de receita estadual precisa ser modernizada, para melhorar a arrecadação, os recursos de que Tocantins dispõe e que precisam ser aumentados. A população, aqueles que pagam impostos precisam ver o retorno desses recursos em benefícios para a população.

Por isso, esse empréstimo é extremamente importante e peço apoio das Srªs e dos Srs. Senadores, para que possamos realmente aprová-lo e ter esse empréstimo nas mãos do Governo de Tocantins. Ele já conta com o apoio do Governo Federal.

Agradeço ao Senador Cyro. Também apoio o pedido de urgência, para que possamos aprová-lo, ainda hoje, no plenário do Senado Federal.

Agradeço, Senador Delcídio, pela oportunidade. Desculpe-me pela emoção, mas, às vezes, falamos de certos assuntos e ficamos emocionados. Mas o carinho que esta Casa sempre teve por mim e continua tendo como também todas as vezes que as pessoas têm sido solidárias comigo jamais esquecerei.

Acho que Deus está em primeiro lugar em tudo na nossa vida.

Obrigado, Sr. Presidente, por este momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Devo dizer que, sem dúvida nenhuma, todos nós estamos orando para que V. Exª se recupere rapidamente. Eu conheci seu filho. Ficamos felizes de vê-lo recuperado, graças a Deus. Não temos dúvida nenhuma de que o mesmo vai acontecer com V. Exª, que é uma pessoa querida, muito respeitada e que representa com dignidade e espírito público o nosso Estado do Tocantins.

Portanto, é muito importante tê-lo aqui conosco e em uma votação importante, de um projeto importante que contempla a questão fiscal no Estado do Tocantins, e por temos a honra de tê-lo aqui. Também o Senador Vicentinho esteve presente. Quero também cumprimentar o Governador Siqueira Campos, do Tocantins, amigo.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos PRS apresentado.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador João Ribeiro e Cyro Miranda.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

Quero parabenizar mais uma vez a população de Tocantins e cumprimentar também o Secretário Flávio Rios Peixoto da Silveira, Secretário de representação do Estado de Tocantins.

Passamos agora para o item 2 da pauta. Novamente o Rio Grande do Sul, Senador Paim e Senadora Ana Amélia.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 130,556,650.00 (cento e trinta e milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE – Pró Energia RS".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Estou vendo o Gerson Carrion aqui e agora entendi porque ele está aqui; porque falou em CEEE falou em Gerson Carrion.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, gerente de responsabilidades financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e os Srs. Gerson Carrion de Oliveira, Diretor Financeiro do Grupo CEEE, e Alexandre Camacho Escobar, assistente executivo do Diretor de Distribuição do Grupo CEEE.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Humberto Costa.

Cumprimento o Deputado Pedro Eugênio aqui presente também, desse Estado espetacular de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, subme-

te-se a esta Comissão a Mensagem nº 52, de 2012, da Presidente da República, que encaminha pleito da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D que solicita ao Senado Federal a autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos oriundos do empréstimo serão destinados a financiar, parcialmente, o "Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE – Pró-Energia RS". O custo total do Programa foi estimado em US$218.014.636,00, dos quais US$ 130.556.650,00 (cento e trinta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinquenta dólares norte americanos) serão provenientes do empréstimo do BID e os recursos da contrapartida da CEEE-D, de US$ 87.457.986,00, correspondendo a cerca de 40% do total, serão obtidos por meio da aquisição de crédito externo junto à Agence Française de Development – AFD.

A operação de crédito externo pretendida já tem suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o registro n° TA609550.

De acordo com estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio desse empréstimo será de 3,44% ao ano, considerado aceitável, em face da atual curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

Análise.

A operação de crédito externo em exame encontra-se submetida às normas do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, assim como às das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal.

São normas que disciplinam os limites e condições para as operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantias, no âmbito dos três níveis de governo.

Cabe observar que a concessão de garantia da União é disciplinada nos arts. 9º e 10 da Resolução nº 48, de 2007. O montante das garantias concedidas pela União não poderá ultrapassar a 60% de sua receita corrente líquida e o ente garantido deve estar adimplente para com a União e suas entidades controladas e oferecer contragarantia suficiente para ressarcir integralmente os custos financeiros de possível inadimplemento. Ademais, a ação deve estar incluída no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do Estado.

A STN, por meio do Parecer nº 998/2012 da GERFI/COPEM/SURIN, informa que, conforme declaração do Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, as ações do programa foram incluídas no Plano Plurianual para o período 2012/2015, constante da Lei nº 18.808, de 18.10.2011, bem como na Lei Estadual nº 13.844, de 7 de dezembro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio Grande do Sul para 2012.

Após examinar o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2011, a Secretaria do Tesouro Nacional atesta que a União dispõe de margem para a concessão da garantia pleiteada.

A CEEE-D, sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por se tratar de empresa estatal não dependente, não se sujeita à observância dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal. Entretanto, a avaliação de sua situação financeira e de sua capacidade de pagamento é fundamental para a concessão ou não de garantia por parte da União.

A STN concluiu que a CEEE-D possui capacidade de pagamento para a operação de crédito externo sob exame, uma vez que apresentou, no período considerado (2007-2010), um retorno médio sobre seus investimentos de 18,61% a.a., superior, portanto, ao custo de captação do empréstimo em tela, demonstrando boa capacidade de geração operacional de caixa e confortável situação econômico-financeira.

Conforme as Atas nºs 89 e 101 do Conselho de Administração da CEEE-D, de 10 de outubro de 2010, e 2 de maio de 2012, respectivamente, a contratação da referida operação de crédito foi aprovada, como também o oferecimento pela empresa de contragarantias à União, mediante cessão de seus recebíveis.

Quanto aos limites para a concessão de contragarantia pelo Estado do Rio Grande do Sul, a Coordenação-Geral de Operações de crédito de Estados e Municípios – COPEM, indicou a existência de margem para garantir a referida operação.

Entende a STN que a CEEE-D terá recursos para cobrir eventual dívida com a União, se esta tiver que honrar a garantia. Informa, ainda, que a Lei Estadual nº 13.804, de 6 de outubro de 2011, autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a oferecer, em contragarantia adicional, direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União.

Nesse contexto, como o governo do Estado do Rio Grande do Sul é co-garantidor da operação, a STN elaborou estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, comprovando que as contragarantias oferecidas são suficientes para ressarcir a União.

Com relação à situação de adimplência, a STN atesta que consulta realizada por meio eletrônico no

Cadin e no Sisbacen não indicou a existência de débitos em nome da CEEE-D para com a União ou suas entidades controladas.

Foram ainda apresentadas as certidões requeridas pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

O Parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional PGFN/COF nº 1.104, de 12 de junho de 2012, considerou atendidas as condições para a aprovação da operação, inclusive no que se refere às cláusulas contratuais, que são as usuais das operações de crédito celebradas com o BID.

Quanto ao seu objetivo, destaque-se que os recursos do empréstimo serão destinados à expansão e modernização do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica na área de concessão do Estado do Rio Grande do Sul, que inclui a região metropolitana de Porto Alegre, e a implantação de um novo sistema de gestão empresarial. O Programa visa instalar a infraestrutura elétrica necessária para responder ao crescimento da demanda, incluindo a expectativa de forte aumento durante a Copa de 2014, na qual Porto Alegre será uma das cidades sede.

III – Voto

Em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do Projeto de Resolução que se segue e que está nas mãos de todos os Senadores. Ao mesmo tempo em que peço urgência para o encaminhamento dessa proposta ao Plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Humberto Costa, futuro prefeito de Recife, pelo brilhante relatório apresentado. Senador Humberto Costa, futuro prefeito de Recife.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, quero também enfatizar os cumprimentos ao Senador Humberto Costa pela relatoria ad hoc desse pedido de empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Companhia Estadual de Energia Elétrica. Pelos mesmos motivos e saudando também o Dr. Gerson Carrion de Oliveira, que representa a empresa de energia elétrica do nosso Estado, dizer que a relevância desse empréstimo se deve também ao fato de que grande parte dos investimentos serão na região metropolitana em áreas onde haverá realização dos jogos da Copa das Confederações de 2013 e, em 2014, Copa do Mundo da FIFA. Então, a relevância disso também se dá nessa medida e, claro, em primeiro lugar, pela população da região metropolitana de Porto Alegre.

Por isso, sou favorável a esse projeto, renovando os cumprimentos ao Senador Humberto Costa pelo trabalho e também apoiando integralmente o pedido de urgência para a votação desse pedido de empréstimo.

Era isso, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Senador Delcídio do Amaral, embora não sendo desta Comissão, agradeço a V. Exª por me ter passado a palavra.

Não vou falar muito, inclusive porque para esses dois empréstimos fiz a defesa ontem em plenário, com as devidas justificativas. Eu queria apenas que o requerimento de urgência tanto deste como do outro, já lido pela Senadora Marta Suplicy, sejam em nome também dos três Senadores do Rio Grande; o Senador Pedro Simon só não está aqui porque fez ontem uma série de exames e nos pediu que o justificasse.

Quero também cumprimentar muito o trabalho do Gerson, seu colega, que me deu aqui um belo subsídio. Eu poderia falar aqui uma hora para justificar esse empréstimo. Mas, permita-me que eu cite só rapidamente, em um minuto, por exemplo, justificativa que recebi do Gerson que entendo superprocedente: crescimento da demanda de energia em função dos índices de crescimento econômico do País – todos nós sabemos que o País está crescendo e isso é bom; necessidade de infraestrutura adequada para a realização da Copa do Mundo de 2014; expansão de oferta de energia, elevando o porte de recursos próprios e de terceiros para sustentar o crescimento do Rio Grande; beneficiados – aí eu termino – 1,41 milhões de clientes da CEEE, a população do Rio Grande do Sul: 10,73 milhões de habitantes e as demais concessionárias de distribuição e de geração do Estado do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez ele enfatiza os visitantes que irão ao Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo.

Termina dizendo: distribuição, área de concessão representa cerca de um terço do território do Rio Grande do Sul, presentes em 72 Municípios gaúchos e fornece energia a mais de 4,3 milhões de pessoas.

A região metropolitana de Porto Alegre representa 65% do consumo; a Região Sul, 30%, e o litoral, 5%.

Essas são as justificativas que eu apresento rapidamente, que o Diretor Financeiro Gerson me passou, a quem cumprimento pelo trabalho; foi o mesmo trabalho que eu usei para fazer a defesa em plenário.

Mais uma vez, agradeço a todos os Senadores, especificamente os relatores da matéria, inclusive Humberto Costa, relator *ad hoc*, substituindo aqui o nosso querido Líder Walter Pinheiro e a nossa Vice-Presidente da Casa Senadora Marta Suplicy.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

Em votação também, apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa, pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Pedro Simon, aqui representado pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Quero parabenizar aqui o Gerson Carrion, Diretor Financeiro da CEEE, e o Alexandre Camacho Escobar, Assistente Executivo do Diretor de Distribuição do Grupo CEEE.

Quero registrar também que conheço o Gerson Carrion há quase 20 anos, quando era secretário executivo do Ministério de Minas e Energia e fomos discutir com a Presidenta Dilma, que era Secretária de Estado no Rio Grande do Sul e com o nosso cardeal, que é diretor da Eletrobrás, as dívidas da CEEE. E o Gerson Carrion sempre se pautou... Não só é um homem muito competente, entende do babado, entende da matéria, e é um financeiro muito duro, que defende com unhas e dentes o interesse da empresa que ele representa e o povo do Rio Grande do Sul. Eu não podia deixar aqui de fazer esse registro porque conheço o Gerson há muito tempo e sei da sua competência e sua dignidade.

Portanto, mais uma vez, ficamos muito felizes, Gerson, de tê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos agora para o item 4 – finalmente o Estado do Rio de Janeiro. Chegou o Secretário Júlio Lopes, aqui presente, o nosso querido Secretário dos Transportes do Rio de Janeiro. Senador Dornelles estava já angustiado com a colocação em votação do item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar adicionalmente o "Programa Estadual de Transporte 2 – PET 2".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O Senador Luiz Henrique está numa reunião fora, discutindo o Código Florestal. Portanto, vou indicar aqui o Senador Casildo Maldaner como relator *ad hoc*.

De acordo com a Resolução de nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Júlio Lopes, nosso grande amigo, Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro; e a Srª Rebeca Villagra – muito bem-vinda aqui à Comissão de Assuntos Econômicos! – Subsecretária da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Relator Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, quero fazer uma referência ao Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, à Subsecretária Rebeca, que aqui também comparece, e não poderia deixar de saudar o Senador Dornelles, que está aqui representando o Estado do Rio.

Eu gostaria também de fazer uma menção a um grande amigo de outro mandato nesta Casa, o nosso ex-Senador e ex-Governador de Goiás, hoje prefeito da grande cidade de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, que aqui vejo com muita alegria. Hoje, Aparecida equilibra quase que com a capital. Quero cumprimentá-lo.

Sr. Presidente, os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa Estadual de Transporte 2 – PET 2", que tem por objetivo melhorar a qualidade dos serviços de transporte urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, mediante suporte ao desenvolvimento de um sistema integrado de transportes urbanos.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil.

O Relator traz aqui a análise e aprovação geral da Fazenda Nacional, preenche os dados junto à Secretaria do Tesouro Nacional; enquadra-se também

no relatório, dentro das exigências da Lei da Responsabilidade Fiscal.

O Senador Luiz Henrique fez o trabalho que relatou e minuciosamente discorreu sobre todos esses itens, para que a resolução do Senado fosse entendida no seu todo.

Conclui-se assim, Sr. Presidente e nobres Colegas, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, como diz o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelo relatório do Senador Luiz Henrique, o empréstimo começa a ser amortizado no ano de 2017 e vai até 2041, mais ou menos a média dos juros é de 3% ao ano. Quem faz o empréstimo é o BIRD, um banco internacional de crédito, e como satisfaz todas as exigências e o Estado do Rio de Janeiro pretende dar sequência ao PET II, esse grande programa de mobilidade urbana, que envolve os transportes urbanos, nós aqui concluímos da seguinte forma: ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo no valor de US$600 milhões.

Sr. Presidente, esse é o voto que tenho a honra de apresentar, como Relator *ad hoc*, em substituição ao nosso eminente colega catarinense, Senador Luiz Henrique da Silveira. E ainda: caso aprovado – e sei que o Senador Luiz Henrique o faria o faria –, também requeiro urgência para esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelo competente relatório.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

O Senador Dornelles não vai...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria simplesmente cumprimentar o Senador Casildo Maldaner pelo brilhante parecer. O Rio fica honrado de ter a sua operação de crédito aprovada com o parecer de um Senador tão ilustre, a par do que essa operação é extremamente importante para o serviço de transporte do Rio.

Quero aqui fazer uma saudação ao Deputado Júlio Lopes, Secretário de Transporte, e agradecer aos Senadores presentes a compreensão e o apoio de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, representante do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro para cumprimentar o nosso Relator a respeito dessa matéria tão importante para o Estado do Rio de Janeiro. Quero cumprimentar, obviamente, nosso brilhante Senador, ministro, presidente e companheiro, Senador Dornelles, e cumprimentar também o Secretário Júlio Lopes aqui presente. Tenho certeza da importância desse investimento para a cidade e para o Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, eu queria, Sr. Presidente, destacar a importância da pauta do dia de hoje. Exatamente no momento em que estamos buscando acelerar os investimentos públicos, a pauta da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, no dia de hoje, meu caro Líder José Agripino, representa a aprovação de nada mais, nada menos do que US$1 bilhão em investimentos por diversos Estados brasileiros, em um dia em que o Brasil faz, por decisão do Governo e por decisão da Presidenta Dilma, a liberação da maior quota de restituição de Imposto de Renda da Pessoa Física de todos os tempos, pela nossa Receita Federal – R$2,6 bilhões estão retornando à economia brasileira –, o que vai, obviamente somado a todos esses esforços, fazer com que o Brasil tenha mais instrumentos no enfrentamento da crise e nesse enfrentamento, inclusive, da inadimplência que existe hoje na economia brasileira.

Portanto, eu queria destacar a importância da pauta elaborada por V. Exa., Presidente Delcídio, cumprimentá-lo pela pertinência e pela oportunidade da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova, no dia de hoje, nada mais nada menos do que uma alavancagem de US$1 bilhão para investimentos em projetos importantes nos diversos Estados da Federação. São projetos de energia para o Rio Grande do Sul; são projetos de transporte para o Rio de Janeiro; são projetos importantes na área do PET II, o Programa Estadual de Transporte, também para o Estado do Rio de Janeiro, como foi dito. Portanto, temos aqui uma série de projetos importantes para a infraestrutura e que vão, efetivamente, ajudar o Brasil a fazer o enfrentamento dessa crise, tudo isso somado à importante liberação, repito, da segunda etapa de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, no dia de hoje, no montante de R$2,6 bilhões, para que os brasileiros possam recolocar esse montante de recursos na economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o relatório, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, apresentado.

Em votação a apresentação do Requerimento de Urgência proposto pelo Senador Casildo Maldaner, pelo Senador Pimentel, que acabou de me solicitar aqui também.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do Requerimento de Urgência, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a apresentação do Requerimento de Urgência para a matéria.

Portanto, essa matéria segue diretamente ao Plenário de hoje.

O Senador Pimentel acabou de me dizer aqui que a reunião do Congresso foi jogada mais para a frente, um pouco, para 19 horas, exatamente para que a gente vote todos esses empréstimos que estamos apreciando, hoje, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

E quero também, Secretário Júlio Lopes, cumprimentá-lo, cumprimentar a equipe do Governador Sérgio Cabral, do Vice-Governador Pezão, o povo do Rio de Janeiro. E eu falei ontem com o Vice-Governador Pezão; parece que o Rio de Janeiro tem outros empréstimos também, e nós, muito possivelmente, só teremos mais uma reunião da CAE, se der quorum, na terça-feira que vem. Portanto, o Estado do Rio precisa se articular porque isso precisa ser lido na Mesa Diretora do Senado para, depois, vir aqui para a Comissão. E eu expliquei isso ao Vice-Governador Pezão. E dar os parabéns a V. Exªs pelo grande trabalho feito pelo nosso querido Estado do Rio de Janeiro, Estado de todos os brasileiros.

Vamos agora para o Item 6 da pauta.

Senador Maguito Vilela, o Prefeito angustiado com a votação. Finalmente chegamos e é um prazer muito grande ter o Senador Maguito Vilela, o nosso Prefeito. O Maguito deixou grandes amigos aqui; um grande companheiro, um Senador querido, competente e que sempre representou com galhardia e dignidade o Estado de Goiás. Então, mais uma vez, é uma grande alegria tê-lo aqui; é uma honra para nós tê-lo aqui.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária da Bacia de Ribeirão de Santo Antônio de Aparecida de Goiânia".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O Senador Eunício Oliveira também está ocupado com a Comissão, com a CPI.

Portanto, eu vou indicar o Senador João Vicente Claudino como relator da matéria.

De acordo com a Resolução de nº 4301 do Senado Federal, encontra-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godar, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional – acho que vou nomear o Eduardo Godar como membro permanente da Comissão de Assuntos Econômicos –, e os Srs. Maguito Vilela, Prefeito do Município de Aparecida de Goiânia, e Carlos Eduardo de Paula Rodrigues, Secretário de Fazenda – o Carlos Eduardo de Paulo Rodrigues ali presente; seja muito bem-vindo à CAE –, do Município de Aparecida de Goiânia.

Com a palavra o Relator, Senador João Vicente Claudino, do Piauí.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores, quero cumprimentar também o ex-Senador e Prefeito, Senador Maguito Vilela.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Aparecida de Goiânia (GO), por intermédio da Mensagem nº 56, de 2012, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 35 milhões.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Reestruturação Viária da Bacia de Ribeirão de Santo Antônio de Aparecida de Goiânia. Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o programa levará a contar com investimentos totais de US$70 milhões, sendo que o Município aportará como contrapartida recursos também da ordem de US$35 milhões, a serem desembolsados em três anos, originalmente previstos entre 2011 e 2014.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no sistema de Registro de Operações Finan-

ceiras do Banco Central do Brasil, sob o nº TA 618202. Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à Libor Semestral, acrescida de *spread,* estimada de 2,65% ao ano. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, deverá apresentar custos efetivos da ordem de 4,75% ao ano, flutuantes conforme a variação da Libor.

Como destacado pela STN, o programa tem por finalidade a implantação de ações de pavimentação de ruas estruturantes e residenciais, a ampliação do sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, além da implantação de um centro tecnológico que vai constituir um ambiente de inovação para a criação de empresas intensivas de conhecimento.

II – Análise.

Na análise, de imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Aparecida de Goiânia comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo. Como ressaltado nos pareceres da STN, anexa à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Aparecida de Goiânia atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

O Município não apresenta endividamento consolidado excessivo, sendo que sua dívida total corresponde tão somente a 30% de sua receita corrente, valor significativamente inferior ao limite permitido pelo Senado Federal de 120%. Essa operação implica, para o Município de Aparecida de Goiânia, dispêndio médio, com serviço de sua dívida consolidada, correspondente a 2,27% de sua receita corrente líquida, não ultrapassando, assim, o valor máximo permitido de 11,5% da referida receita, conforme prevê a Resolução nº 36, de 2009.

Mas, ainda de acordo com a Coordenação-Geral da Análise Financeira de Estados e Municípios da STN, em sua Nota nº 805, de 16 de setembro de 2011, também anexa ao processado, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, inclusive os da operação de crédito pleiteada.

Por fim, relativamente às exigências de adimplência, fica destacado, no processado, que o Município de Aparecida de Goiânia não possui débito com a União e suas entidades controladas, nem apresenta pendências relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União. Nesse aspecto, estão sendo cumpridas as exigências definidas pelos §§ 1 e 2 do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. De qualquer forma, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a verificação dessa adimplência poderá ser feita por ocasião da assinatura do contrato.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar autorização do Senado ao pleito em exame. Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município indicado, Aparecida de Goiânia. Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto às exigências e condições para a apresentação de garantia por parte da União, o pleito encaminhado pelo Município de Aparecida de Goiânia encontra-se de acordo com o que preceitua as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida.

III – Voto

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação nas condições de empréstimo que segue o projeto de resolução que define o empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador João Claudino.

A matéria está em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O laborioso Senador!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A exemplo dos outros projetos que foram aprovados, dos outros Estados e Municípios, eu queria pedir, ao aprová-lo, já encaminhado para a aprovação, a urgência também para o plenário hoje.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria subscrever também...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A urgência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria pedir um detalhe: nós temos número suficiente de Senadores para votar terminativamente. Então, eu pediria que aguardassem. São poucos os itens terminativos, até para a gente limpar a pauta hoje também, porque os outros itens são não terminativos.

Senador Maguito, se V. Exª pudesse... V. Exª tem a palavra, se V. Exª, como da Casa, um homem...

O SR. MAGUITO VILELA – Apenas para agradecer a V. Exª, Presidente Delcídio do Amaral, e a todos

os Srs. Senadores que estão aqui presentes, figuras mais ilustres deste País. Agradeço a aprovação e parabenizo a Comissão por tão expressivos Senadores e por ser tão bem-presidida por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Maguito.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

Apenas para agradecer ao Senador João Vicente Claudino pela eficiência do relatório e dizer da importância desse projeto para o Município de Aparecida.

A matéria destina-se à implantação de ações de pavimentação de vias estruturantes em residências, ampliação do sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água e implantação de um centro tecnológico.

Essa cidade tem sido muito bem gerenciada e planejada pelo então Prefeito Maguito Vilela, o que nos dá uma confiança total de que esses recursos serão extremamente bem-aplicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, senador Cyro Miranda.

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador João Claudino.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Já vou, de imediato, entrar no Item 11 da pauta.

Perdão, faltou a urgência. Foi feito pedido de urgência pelo Senador Cyro e pelo Senador Raupp.

Portanto, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Raupp e pelo Senador Cyro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Senador Casildo Maldaner, eu só pediria a V. Exª que permanecesse aqui.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Aproveita e abrace o Maguito em nome de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2006, terminativo.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 298, DE 2006
– Terminativo –

Acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: pela aprovação do projeto.

Indico como Senador *ad hoc* do Item 11 o atento Senador Cyro Miranda.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador atento, Cyro Miranda.

Só quero dizer que nós vamos começar a adotar os *tablets* aqui.

O Castelo estava aqui presente, que é da Cibrazem. Então, o Prof. Castelo está à nossa disposição. Se algum dos Senadores ou das Senadoras tiver qualquer dúvida, o nosso Prof. Castelo, competente, está à disposição dos Senadores e das Senadoras .

Com a palavra o organizado e atencioso Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor não havia combinado isso comigo, não é, Presidente?! Precisamos combinar o jogo!

Mas, muito obrigado. É um prazer relatar, como *ad hoc*, um relatório do Senador Alvaro Dias.

O PLS em questão propõe que a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passe a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 48-A. Instituição financeira poderá quitar, em nome do mutuário, saldo devedor de contrato de financiamento imobiliário de qualquer espécie, com simultânea celebração de novo contrato de financiamento imobiliário em que o mutuário e a instituição pagadora sejam devedor e credor respectivamente.

Parágrafo único. O saldo da operação de crédito relativo ao refinanciamento concedido pela nova instituição credora, quando esta for integrante do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), desde que o contrato satisfaça as condições previstas na legislação específica, inclusive a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, será considerado para

efeito de direcionamento obrigatório dos recursos de depósitos de poupança.

Da análise, Sr. Presidente.

Preliminarmente, destaque-se que não há óbices de natureza constitucional, legal ou regimental em relação ao projeto.

Quanto ao mérito, concordamos integralmente com as considerações apresentadas na justificação. Trata-se de uma medida que pode reduzir os riscos envolvidos nas operações de crédito imobiliário e, ao mesmo tempo, incentivar a competição entre agentes financeiros. Não só os custos financeiros podem ser teoricamente reduzidos como também os prazos podem ser dilatados. Trata-se, portanto, de uma medida que pode, ao mesmo tempo, facilitar a vida dos mutuários e reduzir o risco de insolvência.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2006.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda bem que o Senador Cassol chegou!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o projeto.

Quem vota com o Relator, Senador Cyro Miranda, vota "sim" ao projeto.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, com o Relator.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Cyro Miranda, voto conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador João Claudino. (*Pausa*.)

Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Armando Monteiro. Já sabendo, veio especialmente para votar essa matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com absoluta convicção, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, Senador Armando Monteiro.

São 15 votos "sim". Portanto, aprovado.

A Comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 298, de autoria do Senador Paim.

Quero cumprimentar o Senador Paim pelo projeto.

O Item 12 foi retirado de pauta pela Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 432, DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1– CAS;

2. Em 4/10/2011, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar seja alterado para Projeto de Lei Ordinária.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 410, DE 2009
– Terminativo –

Eleva para cinquenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Autoria: Senador Francisco Dornelles – um projeto importantíssimo.

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.

Observações: em 3/7/2012, foi concedida vista coletiva.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 36ª Reunião, realizada em 3 de julho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Armando Monteiro, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Só para, mais uma vez, reafirmar a importância desse projeto.

Esse projeto foi concebido à época da crise de 2008, para que se pudesse oferecer às empresas a possibilidade de ampliar a utilização do estoque de prejuízos para a compensação e, consequentemente, diminuição do lucro, como forma de preservar um pouco o próprio capital de giro das empresas. E esse projeto se revela mais oportuno ainda na medida em que estamos vivendo um contexto de dificuldades. Portanto, nada mais razoável do que ainda considerá-lo um projeto muito importante, que tem um caráter até anticíclico e que pode ajudar enormemente as empresas nesse atual contexto econômico.

Portanto, mais uma vez, eu me congratulo com o autor, o nobre Senador Francisco Dornelles, e creio que precisamos apenas, como a emenda sugeriu, ajustar em relação ao próximo triênio. Quer dizer, o projeto, originalmente, contemplava dois e dez, dois e onze e dois e doze, e agora teríamos então 2012, 2013 e 2014.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento junto ao relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para um esclarecimento, Senador Armando Monteiro, do que V. Exª está propondo: é para que o período da compensação seja não por três anos, mas por seis anos?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Por três anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Por três. Só que em vez de ser retroativo é para frente. Ou seja, não haverá retroatividade. Porque nós estamos falando de algo como 1,5 bilhão de renúncia fiscal. Nós, inclusive, em função da argumentação do relator e do próprio autor do projeto, não estamos fazendo encaminhamento contrário, porque entendemos que vivemos um momento em que é necessário efetivamente haver mais investimento do setor público, do setor privado, para que nós possamos alavancar. Mas é preciso ficar claro que a intenção da emenda é fazer com que isso seja para frente e não retroativo para 2010.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – É esse exatamente o sentido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, fica esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, é esse exatamente o sentido.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as Emendas, como citadas aqui pelo Senador Eduardo Braga, nºs 1, 2 e 3, Senador Armando Monteiro.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3.

Quem vota com o Relator, Senador Armando Monteiro, vota "sim" ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3.

Apenas registro que o autor, Senador Dornelles, não vota o projeto, mas vota as emendas. E pelo que entendo, o Senador Dornelles está de acordo com as três emendas. Portanto, o voto "sim" do Senador Dornelles às Emendas nºs 1, 2 e 3.

Em votação o projeto, junto com as Emendas nºs 1, 2 e 3.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a proposta acordada agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando o autor e o relator, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro, voto conhecido.

Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Treze votos "sim" para o projeto. Catorze votos "sim" para as emendas. Deu uma diferença de um voto porque o Senador Dornelles só vota as emendas.

Este é um projeto importante, um projeto que foi discutido e está na pauta de uma série de matérias debatidas, Senador Armando Monteiro, com a Confederação Nacional da Indústria, com o Presidente Robson.

Portanto, o projeto foi considerado aprovado. A Comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE.

O item 14, o relator pediu o reexame.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero agradecer à CAE a aprovação deste projeto. Na realidade, o imposto de renda tem como fato gerador o lucro, e nós aqui temos uma sistemática que permite a tributação do prejuízo. Então, se uma empresa tem um prejuízo de cem num ano e um lucro de cem no outro, ela só abate 30% do prejuízo, o que significa que 70% do prejuízo é tributado como lucro.

Este projeto corrige uma parte dessa anomalia. Agora só 50% do prejuízo é que vai ser tributado. Nós vamos chegar a zero. Mas já é um passo à frente diminuir, reduzir a tributação de prejuízo, que é uma das distorções que existem hoje na legislação do imposto de renda no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É quase surreal, Senador Dornelles, o que V. Exª acabou de relatar. Ninguém acredita, mas é verdade.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Dornelles, competente, eficiente e dinâmico.

O item 14 da pauta foi retirado pelo relator, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 14

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 340, DE 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Autoria: Senador Papaléo Paes

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 375, DE 2008
– Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 92, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008 com a Emenda nº 1 que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010.
Observações:
1. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao PLS nº 375 de 2008 e contrários aos PLS nº 340 de 2007 e PLS nº 92 de 2010.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero entrar nos requerimentos, já que estamos no item 14.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, DE 2012

Requer que seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura a audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 11 de 2012 – CAE, que convida a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, para apresentar os planos da Empresa para os próximos anos.

Autoria: Senador José Pimentel
Observações:
1. Em 3/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 27, DE 2012

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja convidada a Senhora Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Observações:
1. Em 3/7/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Portanto, coloco em votação os dois requerimentos.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 26, de autoria do Senador Pimentel, e de nº 27, de autoria do Senador Ferraço.

O item 17, também, em 4 de julho de 2012 foi apresentado um novo requerimento pelo Senador Francisco Dornelles, para alterar a fundamentação legal. É o Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 28.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 28, DE 2012

Requer, nos termos dos arts. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas para debater o Substitutivo, apresentado pelo Relator, Senador Francisco Dornelles,

aos Projetos de Lei do Senado, que tramitam em conjunto, nºs 175, 229, 248 e 450 de 2009 – Complementares, com os seguintes convidados: Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Sra. Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Claudio Trinchão, Coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; e Sr. Alexandre Cialdini, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf.

Foi lido o requerimento no dia 3, dentre os atos aprovados aqui na Comissão.

Se o autor do requerimento, Senador Dornelles, não quer fazer nenhum comentário, coloco em votação. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, antes da votação, eu queria saber se há possibilidade de propor oralmente a inclusão do nome de um representante da Confederação Nacional dos Municípios, que foi solicitado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Um representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo... *(Pausa.)*

Portanto, incluído...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não, já é o terceiro. É um requerimento de autoria do Senador Dornelles sobre os Projetos 175, 229, 248 e 450, que são complementares.

Portanto, os que estiverem de acordo com a proposta do Senador Cyro Miranda permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 28, de 2012, da CAE.

Voltando agora para os não terminativos, para a gente...

Perdão. Falta um.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29, DE 2012

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a propor Soluções Estruturais x Soluções de Curto Prazo para a Economia Brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com os seguintes convidados: Sr. Armínio Fraga, da Gávea Investimentos e ex-presidente do Bacen; Sr. Carlos Lessa, Ex-presidente do BNDES; Sr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES; Sr. João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento e presidente do Fórum Nacional; Sr. Edmar Bacha, presidente do Think Tank Casa das Graças, ex-presidente do IBGE e ex-presidente do BNDES; e Sr. Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

O requerimento já foi lido em 3 de julho.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 29, de 2012.

Vou ler:

> "Nos termos do art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa da realização da segunda parte da audiência pública solicitada através da aprovação do Requerimento nº 10, de 2012."

Os esclarecimentos trazidos na primeira etapa da audiência pública pelo Ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge se mostraram suficientes para a instrução da matéria e conhecimento dos membros desta Comissão.

Autora: Senadora Ana Amélia.

E também:

> "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 12/2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para incluir entre os convidados o representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC, na audiência pública destinada a debater o PLC 113/2005, que trata de trabalho dos farmacêuticos em razão da relevância da matéria para o setor."

Nós só lemos esses requerimentos, que vão ser apreciados na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Para concluir a pauta...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria que V. Exª, já que está antecipando a pauta da próxima reunião, na terça-feira, incluísse o PLC 11, da Câmara Federal, na pauta de votações da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente. A assessoria já tomou nota da solicitação da Senadora Ana Amélia, se tivermos quórum.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se tivermos quórum, Senador Eduardo Braga, na terça-feira.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Teremos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 164, DE 2010
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências".

Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto.

2. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

3. Em 3/7/2012, foi concedido vista ao Senador Wellington Dias.

O relatório já foi lido pela relatora *ad hoc* na 36ª reunião, realizada em 3 de julho, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Wellington Dias.

Pergunto à Relatora, Senadora Ana Amélia, se deseja fazer uso da palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas, Senador, como não é terminativa esta matéria e não foi oferecida, no pedido de vista, nenhuma emenda, e como ela vai ser submetida a outra comissão, que seja aprovada, que isso seja processado e depois, na próxima comissão, terminativamente, seja apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação do relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Eu queria parabenizar a Relatora, Senadora Ana Amélia.

Item 8, retirado de pauta pela relatora, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 181, DE 2010
– Não Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.
Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 127, DE 2012
– Não Terminativo –

Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o relator.

Indico o Senador Antonio Russo como relator do item 9 da pauta.

Eu gostaria que o Senador...

Eu não vi o ágil Senador Dornelles indicar...

Com a palavra o Senador Antonio Russo, Relator do item 9.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela surpresa. *(Risos.)*

Passo ao relatório:

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 127, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 7.783, de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências, para estabelecer que os serviços bancários de qualquer natureza, especialmente o atendimento ao público, serão considerados essenciais.

Conclui a justificativa afirmando que o direito de greve, embora assegurado por preceito constitucional, deve ser exercido dentro dos limites razoáveis. Acrescenta que é possível salvaguardar o interesse maior da coletividade de acesso aos serviços bancários e, concomitantemente, garantir o direito de greve previsto na Lei nº 7.783, de 1989, e no art. 9º da Constituição Federal.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à CAS a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Podemos passar para o voto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pode.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo, pela objetividade e habitual competência.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Antonio Russo, do nosso querido Estado do Mato Grosso do Sul.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2007 – COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providencias, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Deputado Roberto Gouveia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 156, DE 2007 – COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela prejudicialidade do PLC nº 89 de 2007 e do PLS nº 156 de 2007.

Observações:

1. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao PLC nº 89 de 2007 – Complementar e favorável ao PLS nº 156 de 2007 – Complementar;

2. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

Indico o Senador Dornelles como relator *ad hoc.*

O relatório é pela prejudicialidade do PLC nº 89, de 2007, e do PLS nº 156, de 2007.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho a intenção de pedir vista. Seria oportuno neste momento ou esperaremos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, somente o Senador Dornelles con-

densadamente apresentar o relatório e depois V. Exa. pode pedir.

Com a palavra o Relator o experiente Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, e o Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Marconi Perillo dispõem, assim, sobre os limites mínimos de gastos com saúde nas três esferas de governo, bem como sobre as regras relativas a repasses, aplicação e fiscalização dos recursos.

A Relatora, Senadora Marta Suplicy, em conformidade com o que dispõe o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 133, III, votou pela prejudicialidade e arquivamento dos referidos projetos.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O relatório do Senador Francisco Dornelles não foi um relatório, foi um telegrama.

O SR. O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E contém tudo, contém essência, a essência da mensagem. Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vistas do Senador Aloysio Nunes.

Portanto, com esse item dou por encerrada a Comissão de Assuntos Econômicos hoje, parabenizando as Senadoras e os Senadores.

Meu caro Vice-Presidente Lobão Filho, aqui presente, demos quórum. Votamos as matérias todas e espero que, na terça-feira, tenhamos reunião da CAE, às 10 horas.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pelo visto só o Senador Eduardo Braga estará aqui .

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com quórum para votar projetos terminativos.

Senador Dornelles com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes do Senador Dornelles, Senador Eduardo Braga.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pergunto a V. Exa. se não haveria a possibilidade, em vez de esperarmos a terça-feira, tentarmos fazer uma extra na quinta-feira, para enfrentarmos esses projetos, principalmente de operação de crédito que estão chegando nesta Casa.

V. Exa. vê alguma possibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, Senador Dornelles. Se os projetos forem encaminhados e lidos pela Mesa Diretora do Senado, nós faremos uma reunião extraordinária, sem problema nenhum.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga com a palavra, como último orador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para dizer apenas que V. Exª estará e os últimos serão os primeiros sempre, Sr. Presidente. Como tenho certeza de que, na próxima terça-feira, V. Exa. estará aqui no horário regimental para abrir a nossa sessão da próxima semana, quero dizer para o nosso Vice-Presidente Edison Lobão Filho que também tenho certeza que, como Vice-Presidente atuante, não deixará de estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já confirmou a presença.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Confirmou antecipadamente a presença. Quero dizer que estarei religiosamente, no horário regimental, prestando solidariedade e, mais do que isso, prestando satisfação ao povo brasileiro pelo trabalho brilhante da Comissão de Assuntos Econômicos, tão bem presidido e dirigido por V. Exª;

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Queria propor que V. Exa. homenageasse o Senador Eduardo Braga deixando-o presidir a sessão de terça-feira por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós aqui, o Senador Lobão e eu, não abrimos mão do nosso espaço e vamos mudar o Regimento para concorrer à reeleição da CAE. Queremos a reeleição.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, queria saber o que aconteceu de ontem para hoje para o Senador Eduardo Braga ter vindo tão *light,* tão alegre. Gostaria de ter inúmeros projetos na pauta para que ele pudesse votar favoravelmente hoje, mesmo contra a orientação da Presidenta Dilma, porque parece que hoje ele está no paraíso.

Senador Eduardo Braga, permaneça assim durante todos os dias porque V. Exa. vai conseguir o apoio de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que ele está mais leve porque ele ia disputar a Prefeitura de Manaus. Então, ele está mais tranquilo aqui. O homem ia disputar a Prefeitura de Manaus.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB – MA) – Sempre, como Senador mais velho, ele tem a prerrogativa de presidir depois da gente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas estaremos presentes e tenho certeza de que todos os outros Senadores também estarão.

Portanto, dou por encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinqüenta e nove minutos, do dia quatro de julho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy e Paulo Bauer, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Registra a presença o Senador Gim Argello. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – AVISO Nº 76, de 2011 – Não Terminativo –** *Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).* **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador José Pimentel (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador João Durval. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador João Durval, que lê o Relatório em substituição ao Senador José Pimentel. Aprovado Parecer que conclui pelo arquivamento do Aviso nº 76, de 2011. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2008 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.* **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008, das três Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Romero Jucá. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2009 – Terminativo –** *Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2009. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, de 2009 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.* **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Resultado:** Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2010 – Terminativo –** *Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2011 – Terminativo –** *Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a*

promoção da saúde mental. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Davim, que lê o Relatório em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583, de 2011** – **Terminativo –** *Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a contagem no período de carência para a aposentadoria por tempo de contribuição do tempo de serviço como segurado especial, até o limite de vinte cinco anos para a mulher e trinta anos para o homem.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011 e das duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011 e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 752, de 2011 – Terminativo –** *Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Aécio Neves e outros. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2012 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para dispor acerca da técnica de reconstrução imediata da mama por meio de cirurgia plástica reparadora.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2012.

Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2012 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar.* **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senadora Angela Portela (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Rita, que lê o Relatório em substituição à Senadora Ângela Portela. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012. **ITEM 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2012 – Terminativo -***Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de avaliação, acreditação e certificação da qualidade de hospitais.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo.**Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 15 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 2012 – Terminativo –** *Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores rurais desempregados, contratados por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2012 e das 4

(quatro) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Cyro Miranda, e as Senadoras Ana Amélia e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Há expediente que passo a ler.

Sr. Presidente, nos termos regimentais, comunico a V. Exª a indicação do meu nome como titular em vaga extinta da Comissão de Assuntos Sociais. Na oportunidade, renovo a V. Exª o voto de apreço e consideração. Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

O Senador Renan Calheiros comunica a esta Comissão que, a partir de hoje, já está como membro titular desta Comissão. É uma honra muito grande termos aqui o Líder do PMDB também como membro desta Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Itens nºs 1 a 15, conforme pauta previamente divulgada, sendo um item não terminativo e catorze terminativos.

Ocorre que temos alguns pedidos de retirada de pauta. Entretanto, são matérias que já foram lidas, aqui, nesta Comissão. E, se tivermos o quórum qualificado, é regimentalmente possível e natural designarmos o relator *ad hoc* para aproveitarmos o quórum, e essas matérias entrarem em pauta. Repito, se tivermos quórum qualificado.

Todavia, vamos deixar, aqui, registrado os pedidos feitos pela Senadora Vanessa Grazziotin, Itens nºs 2, 5, 7, e os feitos pela Senadora Angela Portela, Itens nºs 3, 12, 13 e 14.

Agora, não há impeditivo algum, ou seja, impedimento legal, regimental, de que, na medida em que tenhamos quórum, aqui, Senadora Ana Amélia, possamos votar, pelo fato de serem matérias oportunas e, sobretudo, matérias que já foram lidas, aqui, pela própria Relatora. Todavia, como não há a presença da Relatora nesta reunião, podemos designar outro Senador ou Senadora para que essa matéria possa ser votada.

É só um esclarecimento que tenho que prestar para que não paire dúvida alguma sobre a forma regimental como atua esta Comissão.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, muito obrigada.

A propósito dessa explicação de V. Exª, gostaria de manifestar a minha surpresa, porque percebi críticas do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ao ritmo de tramitação do Projeto de Lei nº 606, já relatado nesta Comissão de Assuntos Sociais. Gostaria de dizer que eu esperava de S. Exª o Sr. Presidente, pelo menos, pelo menos, o reconhecimento de que esta Comissão fez o dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fizemos uma audiência pública da maior relevância, trazendo, aqui, não só o Presidente, cuja presença até agradeço, o Presidente da OAB, o Presidente da Anamatra, representantes das Centrais Sindicais de Trabalhadores, de Empregadores, foi um momento de grande relevância para a Comissão de Assuntos Sociais, e V. Exª é testemunha disso, um tratamento de uma matéria complexa como esta.

Também o trabalho exemplar da Consultoria Legislativa do Senado Federal, que exaustivamente examinou ponto por ponto todo o trabalho. A Bárbara Sales, que cuida do meu gabinete nesta Comissão, junto com a consultoria legislativa liderada pelo José Pinto, especialista em direito do trabalho. Tudo que podíamos ter feito em matéria de agilidade foi feito pela Comissão. Agora, não podemos romper o rito da tramitação de matérias.

O rito dá direito aos Senadores a pedidos de vistas, a solicitação de apensamento, a vários procedimentos regimentais que são igualmente democráticos. Então, o nosso trabalho aqui foi feito com muito esforço. Agora, nada disso foi reconhecido; pelo contrário, que nós estamos demorando para fazer a tramitação. Então considero necessário este esclarecimento para não parecer que nós aqui nada fizemos em favor desse projeto que é extremamente relevante.

Aqui também ouvimos algumas realidades mostradas pela OAB em relação a essa questão.

Quero fazer esse registro para não parecer que nós não estamos cumprindo com a nossa obrigação, caro Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda razão. É pertinente a sua fala pelo fato de que cabe – e é regimental – naturalmente o pedido de vista e, depois, naturalmente, os requerimentos propostos pelos demais pares, na

medida em que o próprio Senador Armando Monteiro entrou com requerimento no plenário pedindo que a matéria tramitasse também na CCJ. E o pedido veio também do próprio Presidente.

De fato, neste caso, particularmente, ele vai ser encaminhado à CCJ.

Então o que tem que entender o nosso Presidente do TST é que aqui existe um rito, existe um procedimento que é regimental e, sobretudo, democrático. Se não fosse democrático, muito bem. Todavia, V. Exª fez um belo relatório, todos nós aqui entendemos que o relatório de V. Exª foi oportuno, agora tem que se respeitar também aqui o rito, a tramitação, que certamente é o mínimo que o Senador oferece aos nossos demais Senadores que não foram relatores desta matéria.

De maneira que quero cumprimentar a senhora, dizer que me associo a sua fala, diante do fato de que o Presidente do TST não gostou. Ora, não é que ele vai gostar. A Casa aqui é independente, ela é soberana. E aqui estamos discutindo um projeto relevante, que tem que ter a maior amplitude possível, em que os segmentos têm que ser ouvidos e que seja dado o direito naturalmente de os demais Senadores também manifestarem as suas opiniões.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, aproveitando o tema em debate, que é de interesse de todos, de empregados e de empregadores, eu quero primeiro elogiar o trabalho feito pela Senadora, pelo Senador Romero Jucá, que é o autor do projeto original, a construção coletiva que todos nós acabamos fazendo em cima desse tema tão importante para acelerar a votação dos projetos junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Entendo que há, claro, num projeto complexo e amplo como este, algumas divergências. E é natural que esse ou aquele Senador, dentro do que manda o Regimento, faça pedido de vista. Eu mesmo tentei naquele dia da votação que não houvesse a vista. E já que tinha a votação em segundo turno que quem quisesse fazer emenda fizesse em segundo turno. É claro que eu quero acelerar o processo. Então é natural que tenha setores dentro do Senado que não querem acelerar o processo. Eu sou daqueles que quer acelerar o processo. Eu tenho uma briga com o fator previdenciário...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas V. Exª concorda que é regimental, é democrático, é saudável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É regimental, é democrático e é saudável.

Eu tenho uma briga com o fator previdenciário, e V. Exª sabe que eu quero acelerar, e está há doze anos em debate. Há seis anos o Senado aprovou um projeto nosso, e agora jogaram para depois do recesso. Era para ser votado no dia 10, lá na Câmara, e jogaram para agosto. Espero que a votação aconteça.

Entendo também, Sr. Presidente, que aqueles que querem acelerar o processo pela importância do projeto que vai permitir que o trabalhador, de forma mais célere, de forma mais rápida, receba o que ele tem de direito, façam também os seus movimentos.

Vejo a Anamatra, vejo a OAB, agora as Centrais Sindicais se envolvendo para que... A pressão democrática é legítima dos dois lados, cada um vai usar os instrumentos do Regimento.

Tenho uma relação pessoal muito boa com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e entendo que ele, legitimamente, veio aqui mostrar o seu lado, a visão que ele tem, como é legítimo e correto que os Senadores que entendem que o projeto, na visão deles, não está exatamente como eles gostariam digam que vão seguir todo o rito, como, às vezes, numa Proposta de Emenda Constitucional, nós seguimos o rito e às vezes votamos. Fizemos cinco ou seis votações numa noite, quando há o acordo. Por isso que esta Casa é de diálogo, de entendimento. Espero que com essa conversa com o Presidente do TST e com os Senadores que pensam diferente do relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia, a gente consiga construir um entendimento o mais rápido possível, que a matéria seja votada e o TST passe com mais rapidez a decidir sobre as ações trabalhistas, que vão beneficiar milhares e milhares de trabalhadores.

A minha fala não é questionando, em nenhum momento, o procedimento regimental, que é legítimo, como é legítimo o movimento – não soa muito bem, mas vou ter de repetir – que os movimentos sociais estão já se preparando para fazer, pedindo que o projeto seja votado com rapidez. Essa rapidez pode ser um mês, dois meses, e, como digo, o fator previdenciário... Há doze anos que estou brigando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo. Com a palavra, na ordem de inscrição, para discutir a matéria que foi levantada pela Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas, dada a manifestação do Senador Paulo Paim, em nenhum momento o que eu disse na abertura desta sessão, Senador Jayme Campos, foi para questionar o direito do TST de fazer qualquer tipo de pressão.

Considerei um ato de injustiça, até de incompreensão, de certo modo de não ter sido reconhecido o que foi feito nesta Comissão, apenas isso. Ele tem todo o direito de pressionar. Ontem, esteve com o Presidente do Senado Federal, mobilizou todos os

Tribunais Regionais. Tudo isso é direito, faz parte do processo democrático, nada disso está fora do padrão democrático. Não, ao contrário, ele tem de fazer isso, cada um tem de defender a sua demanda, não é isso o que está em causa, é não reconhecer o que esta Comissão fez, porque temos uma consultoria do Senado que trabalhou intensamente. É essa consultoria que também estou defendendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, só me permita, por uma questão de justiça com a Senhora, quero dizer que o pessoal do TST e da Anamatra derramou elogios, na conversa comigo, ao relatório de V. Exª. Eu e V. Exª estamos no mesmo lado, eu estou defendendo o seu relatório e V. Exª, legitimamente, quer que se reconheça o que foi feito. Quero dar este depoimento: tanto a Anamatra, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, como o pessoal da OAB e do TST, tanto reconhecem o trabalho do seu substitutivo que querem que se vote logo. Então, que fique bem claro que o nosso diálogo é pelo respeito, que V. Exª sabe que tenho por seu trabalho, por sua história. Estou elogiando o seu trabalho e entendo aqueles Senadores que pensam diferentemente do seu relatório, que, legitimamente, estão pedindo vistas e pedindo a outras Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Paulo Davim, para comentar e debater a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não é bem para debater a matéria. Cabe aqui a minha solidariedade à Senadora Ana Amélia, que foi brilhantemente defendida por ela própria e pelo Senador Paulo Paim.

Informo a V. Exª que, na quarta-feira passada, eu estava ausente nesta Comissão porque estava num Seminário sobre saúde, fruto de um requerimento nosso, desta Comissão, um Seminário conjunto, Senado e Câmara Federal. Foi extremamente prestigiado esse Seminário, professores conhecedores da temática e nós discutimos o dia inteiro a questão do Revalida, do financiamento da saúde pública e a carreira de Estado para profissionais da saúde. Foram profícuos os debates. Nós saímos, ao final de todos os debates e painéis apresentados, acrescidos de conhecimentos nessa temática tão importante para o Brasil.

Dizer, também, Sr. Presidente, que ontem eu recebi, e debatemos por algumas horas, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a Associação Médica Brasileira, representantes do Conselho Federal de Medicina e alguns profissionais da área de psiquiatria e discutimos o Projeto nº 106, do qual fui Relator. Chegamos à conclusão de que o relatório apresentado nesta comissão por mim, é, sim, um relatório que vem ao encontro dos anseios e interesses dos profissionais da área.

Portanto, o projeto apresentado não traz benefício para o paciente com transtorno mental. Pelo contrário, cria alguns equívocos e traz alguns problemas, não só no avanço do atendimento ao paciente com o transtorno mental, mas também gera uma grande confusão na legislação que regulamenta a atividade que vem beneficiar esses pacientes. Portanto, o relatório está mantido, foi pedido vista pelo Senador Cyro Miranda, eu até fui a favor porque nós havíamos marcado essa reunião. Saímos da reunião convencidos de que o relatório atende às instituições representativas da categoria e a rejeição do projeto vem fortalecer a política de atendimento aos portadores de transtornos mentais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu até tive a honra presidir uma parte daquela audiência pública, com o Ministro Dalazen e o Presidente da OAB, que despertou interesse extraordinário.

Quero dizer que esse relatório da Senadora Ana Amélia discutido, que gerou e que foi pedido para que vá a outras comissões, deve ir à CCJ, despertou movimento nacional. Esse relatório despertou no Brasil inteiro.

Acho que o debate democrático é fundamental, mas, como diz o Senador Paim, na verdade, derramaram-se elogios ao trabalho meticuloso que a Senadora Ana Amélia exarou em função disso, mas que despertou discórdia em alguns lugares, questionamentos. Acho que foi o Senador Monteiro que pediu que vá à CCJ e outras comissões, o debate democrático é fundamental, mas despertou.

Essa comissão mexeu com a coisa. Eu sei que eu tive que, em determinado momento em que V. Exª não pôde estar aqui, presidir. Mexeu com o Brasil, eu sei. Até no meu Estado levantou-se. "Olha, estão questionando, a coisa está indo, a proposta que veio do próprio TST." Essa comissão se dedicou, debateu e levou avante o relatório. Ana Amélia passou alguns fins de semana se dedicando ao relatório. Acho que o debate foi muito forte e que vamos chegar a um entendimento, sem dúvida alguma. É obrigado a chegar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Quero apenas fazer aqui um comentário. V. Exª deve ter acompanhado ontem uma matéria do Jornal Nacional em relação as nossas operadoras de planos de saúde.

Lamentavelmente, é crítica, a situação é precária pelo fato de que o cumprimento, ou seja, a obrigação das operadoras não tem sido cumpridas. Vi o testemunho, o depoimento de uma senhora que precisava retirar um nódulo na garganta ou no pulmão e, infeliz-

mente, a mulher até se emocionou ao dizer que pagou a vida inteira e no momento mais difícil da sua vida, na questão da saúde, ela não consegue. Ela pagou a vida inteira e, quando, um dia, precisou... Infelizmente, os planos de saúde não lhe atendem na altura como deveriam atender.

E não bastasse o que me chama muita atenção também é que 100 operadoras estão na marca do pênalti. O Brasil tem 1.000 operadoras; dessas, no mínimo 200 são, desculpe-me o termo chulo, meia-boca. Estão aí só para fazer o caixa e não atendem à população brasileira. São providências que a ANS têm de tomar rapidamente, sob pena de estar prejudicando a população brasileira, muitos dos trabalhadores, que pagam com dificuldade a sua mensalidade todos os meses e, infelizmente, quando recorrem a esse serviço, o atendimento atrasa, o cidadão chega a ir a óbito e fica tudo como está. Então, esta Comissão tem a obrigação de, naturalmente, fazer um comunicado, um expediente, ao Presidente da ANS para que tome medidas duras, severas.

Aquelas operadoras que de fato têm compromisso, que prestam um bom serviço, continuam no mercado. Aquelas que não estão cumprindo com as suas obrigações, têm de ser excluídas. Nós não podemos brincar com a vida e, na verdade, na escala de valores, duas coisas são importantes, Senador Vicentinho Alves. Em primeiro está Deus; em segundo, a vida. Parece-me que as nossas operadoras não estão com essa visão, muito pelo contrário, querem apenas ganhar dinheiro e não prestar um bom serviço ao nosso povo.

Quero comunicar também à Senadora Ana Amélia, que está promovendo um seminário no mês de setembro, que ontem entramos com um projeto de lei no Senado Federal que obriga que todos os semáforos sejam temporizadores, aqueles que vão dar os minutos e segundos, pelo fato de que as cidades que têm esses temporizadores reduziram sobremaneira os índices de acidentes não só de automóveis, como também de moto. Acho que esse projeto é meritório. Com isso, estamos fazendo uma complementação naqueles debates. Isso, certamente, poderá ser discutido também nesse Seminário que V. Exª solicitou aqui, através de seu requerimento, para ser promovido no mês de setembro. Acho que todos os dados estatísticos feitos pelas universidades do nosso país deixaram claro que os temporizadores colocados nas vias urbanas das cidades brasileiras diminuíram sobremaneira o aumento de acidentes.

Quero registrar aqui a presença do Senador Paulo Davim, da Senadora Ana Amélia, do Senador Casildo, do Senador Paulo Paim, do meu caro amigo, Senador João Durval, do Senador Vicentinho Alves, valoroso e competente segundo vice-presidente da Casa, Senador Waldemir Moka.

Tendo em vista que o relator da matéria, Senador José Pimentel, não se encontra, mas temos o Senador Casildo Maldaner, vamos para o Item 8. É um projeto do Senador Paulo Paim, que tem como relator o Senador Casildo Maldaner. (Página 205). Decisão terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 493, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011.
Observações:
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório.

Com a devida vênia de V. Exª, o segundo vice-presidente da Casa me pede um minuto para fazer algum esclarecimento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nós temos de, com certeza, render todas as homenagens a ele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, apenas um minuto. Hoje, às 9h30min, lá no hall da Câmara dos Deputados, a OCB, a Organização das Cooperativas Brasileiras, está lançando uma exposição sobre o Ano Internacional do Cooperativismo. Estou fazendo o convite em nome da OCB, mas, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Vamos criar um dispositivo para que os parlamentares possam gravar alguma mensagem, porque isso será exibido em vários Estados brasileiros, onde temos essas cooperativas. Acho que seria importante, se os Senadores quisessem e pudessem, prestigiar. É um evento importante, porque marca o Ano Internacional do Cooperativismo. Peço vênia ao Presidente e justifico a minha ausência hoje, excepcionalmente, na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Moka, pelo convite que faz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria acrescentar ao convite que o Senador Moka, que é o líder da Frente Parlamentar do Cooperativismo nesta Casa, dessa exposição, dar uma modesta contribuição, lembrando que, na sexta-feira, às 14h, haverá uma sessão conjunta entre o Senado e a Câmara para celebrar o Ano Internacional das Cooperativas. Como é um dia atípico, uma sexta-feira, faço o lembrete, Senador Moka, em sua homenagem, pelo grande trabalho, com brilho, que vem fazendo em favor do cooperativismo em nosso País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia é a autora do requerimento que propôs essa sessão solene, Sr. Presidente. Só por uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns a V. Exª, que muito bem representa não só o cooperativismo quanto a Frente Parlamentar do Cooperativismo.

V. Exª é grande exemplo de Senador da República, de Deputado Federal e tem demonstrado aqui a sua capacidade e, sobretudo, a sua habilidade nas grandes negociações dos projetos, principalmente do Código Florestal brasileiro.

Está de parabéns, Senador Waldemir Moka!

Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner, para relatar a matéria, que é o item 8.

A V. Exª está assegurada a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Homenagem ao cooperativismo, a que o Senador Moka se referiu, e a Senadora Ana Amélia é a autora de um projeto que prevê que as cooperativas do Brasil consigam receber recursos do FAT. Eu tive a honra de relatar também a matéria nesta Comissão. O projeto está na Câmara, e esperamos que a Câmara, em homenagem ao Ano Internacional das Cooperativas... Que, por sinal, no Sul é muito forte, no meu Estado de Santa Catarina e nos demais Estados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só fazendo um adendo à sua fala, Senador Casildo, ontem, a Senadora Kátia Abreu deu uma notícia alvissareira em relação, naturalmente, à nova política agrícola do nosso País. Aumentou o seguro, ou seja, nós tínhamos R$250 milhões disponibilizados, e, agora, a Presidente Dilma e o próprio Ministro da Agricultura estenderam o valor, e o recurso foi para a faixa de R$400 milhões.

Aos poucos, está melhorando. Um dos problemas do Brasil é essa questão do seguro, safra, tendo em vista que o seu Estado, o Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, no próprio Sul do País, há uma seca, no outro é chuva demais, e nós não tínhamos quase nada para dar garantia à nossa produção. Lamentavelmente, algumas pessoas que tinham situação até certo ponto privilegiada, em questão financeira, da noite para o dia viram-se pobres, pelo fato de que não havia nenhuma garantia à sua produção.

De maneira que, aqui, devemos louvar sobretudo a iniciativa da Presidente Dilma, no sentido de dar o valor devido que merecem os nossos produtores. Não só os grandes, mas os médios e, principalmente, o pequeno produtor brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu estou louco para que se vote o meu projeto, que venha alguém me pedir vista. Noventa por cento pedem vista.

Eu ainda quero falar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, só quero elogiar o pronunciamento feito ontem pela Senadora Kátia Abreu em plenário. Um belo pronunciamento. Um pronunciamento de uma estadista, fazendo a mediação com o agronegócio, fez a mediação com os pequenos produtores e elogiou muito o projeto do Governo.

Naquele momento, senti que estamos vivendo um grande momento aqui, no Senado da República, a partir de pronunciamentos como aquele, que ela fez ontem. Fui cumprimentá-la.

Só esse registro que eu queira fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – As mulheres estão se entendendo bem ultimamente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em relação ao lançamento do Plano Safra, na semana passada, a Senadora Kátia Abreu disse que fazia anos que não ia ao Palácio do Planalto no lançamento do Plano Safra. E foi um entendimento extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas acho que ela já está frequentando, há algum tempo, o Palácio, até pelo fato de que ela...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas ela mesma disse que quase não ia ao Palácio nos últimos lançamentos do Plano Safra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E tem sido muito oportuno, sobretudo porque ela tem discutido, e a Presidente Dilma tem atendido, naturalmente.

É uma mulher de visão, preparada e que conhece o assunto, indiscutivelmente, em relação à agricultura, à pecuária, à questão do transporte hidroviário, fluvial. Em síntese, é uma das Senadoras mais – desculpem-me, mas sem subestimar meus prezados pares – competentes. Eu, particularmente, tenho a maior admiração e respeito pela Senadora Kátia Abreu.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Inclusive foi cogitada para ser candidata à vice nas últimas eleições. Da República.

Vamos lá.

O relatório em relação a essa proposta do eminente Senador Paulo Paim permite que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou de deficiência física, seja acrescido de 25%.

Relatório.

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Senador Paulo Paim, propõe alteração ao art. 45 da Lei nº 8.213, de 1991, para acrescer, em 25%, o valor da aposentadoria de qualquer segurado que, em função de doença ou deficiência física, necessite da assistência permanente de outra pessoa. A única exceção seria o caso da aposentadoria do segurado especial.

Atualmente, o acréscimo em questão é devido apenas ao segurado que se aposenta por invalidez.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais à regular tramitação da proposta. A iniciativa legislativa, em temas dessa natureza, é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência para legislar é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo Texto Constitucional. Houve, além disso, observância das normas de técnica legislativa apropriadas.

No relatório, citamos a legislação e fazemos uma análise.

Afora tais argumentos, verifica-se que a proposição segue a evolução da legislação brasileira, nas últimas décadas, no que tange à proteção social e jurídica a segmentos específicos mais vulneráveis, como idoso e portador de deficiência.

Assim, conclui-se que a proposição corrige, de fato, a injustiça ressaltada pelo ilustre Senador Paulo Paim.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011.

O voto, Sr. Presidente, caros Colegas, é pela aprovação do Projeto.

O que diz a legislação hoje? Hoje, o aposentado por invalidez, se tiver um ano de trabalho e se for declarada a sua invalidez permanente, aposenta-se com 25%. Muito bem! Ele tem esse direito. Aposenta-se com um, dois ou três anos de trabalho por invalidez. Isso já existe.

A proposta do Senador Paulo Paim, para buscar corrigir alguma distorção, trata daquele que trabalha por 30 ou 35 anos e que, no tempo hábil, aposentou-se pela Seguridade Social, pelo Regime Geral. Se, por uma razão ou outra, houve problemas, se ele está ao desamparo, se ele está sozinho, se ele não tem mais a guarida de filhos ou de alguém que o acompanhe e se ele foi acometido por alguma deficiência, como algum problema de locomoção, paralisia ou qualquer outro problema, ele precisará de alguém que o ajude. Ele não se aposentou por invalidez durante o seu tempo de trabalho, mas está sozinho, precisando de alguém que o ajude. O Senador Paulo Paim buscou uma solução para esse caso específico, depois de fazer uma análise, verificando o critério. Quem vai dizer que, de fato, ele sofreu um derrame ou foi acometido por alguma deficiência? Se é preciso que haja um acompanhamento, ele vai ter o direito, nesse caso, de mais 25%. Se ele ganhar R$600,00, ele terá o acréscimo de mais 25%, ou seja, de pouco mais de R$100,00.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Para pagar algum ajudante para acompanhá-lo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se ele ganhar R$1 mil, ele terá o acréscimo de mais R$250,00, para contratar um acompanhante.

Acho que foi uma grande saída, na questão social, a proposta do Senador Paulo Paim.

Concluo nessa direção, Sr. Presidente e nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O projeto é maravilhoso, é meritório, mas quero fazer aqui uma pequena observação. Serão R$250,00, ou serão 25% daquilo que o cidadão recebe? Vamos imaginar que o cidadão receba R$1 mil. Se acontecer alguma tragédia com o cidadão, ele receberá mais 25%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele ganhará mais R$250,00.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso! Se ele ganhar R$600,00, ele vai receber um acréscimo de pouco mais de R$100,00.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É maravilhoso o seu projeto, Senador Paulo

Paim. Como sempre, é um campeão, é um craque. V. Exª sempre apresenta um bom projeto.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero elogiar a iniciativa do Senador Paulo Paim, mas trago uma preocupação. Sabemos que a própria senilidade, em alguns casos, exige que haja um cuidador, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Inclusive, essa foi uma matéria que passou aqui, uma matéria sobre cuidador de idosos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Foi uma matéria da Senadora Marta Suplicy, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Perfeito! Era uma matéria da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, a minha dúvida, Senador Paim – eu gostaria de um esclarecimento de V. Exª ou do Senador Casildo Maldaner –, é se esse projeto de sua autoria especifica o tipo de deficiência, ou seja, se terão direito aqueles segurados que, depois de aposentados, desenvolverem patologias consideradas invalidantes, com as quais o paciente seria aposentado. Ou seja, teria direito se desenvolvesse as mesmas patologias que levam à aposentadoria por invalidez. Fui claro?

Então, essa é minha dúvida. Porque isso deixa muito aberto esse leque, de forma que o paciente, até mesmo pela senilidade, possa vir a necessitar de uma terceira pessoa, de um cuidador, e pleiteie esses 25%, sem que essa dificuldade esteja no rol das patologias consideradas invalidantes. Essa é minha dúvida, Senador Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PT – RS) – Senador, claro que essa é uma lei que será regulamentada de forma correspondente. O que nós estamos colocando é que, em qualquer aposentadoria por invalidez, sem limite, nem que o cara tenha trabalhado um ano, como foi muito bem dito aqui, ele já passa a ter direito a 25% a mais. O que nós queremos nesse projeto? Quando, comprovadamente, a pessoa se aposentar, for deficiente ou tiver uma doença degenerativa, pode ser esse termo – os que são médicos aí –, e ele precisar, necessariamente, de um acompanhante, que seja garantido a ele pelo menos mais 25% para ele pagar esse momento da sua vida, de abandono total. E, na regulamentação, o Governo...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não, eu concordo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim, tem que ser na regulamentação da lei. Aí nós vamos ter. A patologia...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É meritória a iniciativa. Agora, eu vejo necessidade de regulamentação, para que se venha a utilizar o mesmo critério que leva o segurado à aposentadoria por invalidez.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o relatório do Senador Casildo Maldaner ao projeto do Senador Paulo Paim por seu alcance social, até porque clareia quanto à excepcionalidade. Isso vale apenas para a aposentadoria do INSS, excetuando-se a aposentadoria especial. Porque a natureza da aposentadoria especial já é para proteger a pessoa portadora de alguma deficiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aproveitando o gancho de V. Exª, porque eu não tinha nem falado, V. Exª foi muito feliz, a especial não pega fator e tem a integralidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Então, está fora do projeto. Portanto, o alcance dele se configura. Também concordo que, na regulamentação da lei, será possível fazer aquilo que o Senador Paulo Davim levanta, com muita propriedade, o clareamento, a clareza total do texto, ao alcance de todos. Quais as patologias, quais as doenças, se é um Alzheimer, se é uma dificuldade de locomoção, essas doenças que estão agora, digamos, aumentando a incidência e que exigem que haja, junto com o aposentado, uma pessoa para dele cuidar.

Então, eu queria apoiar a proposta do Senador Paim e a relatoria do Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como não há mais quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e aguardar. Se ainda houver quórum, vamos entrar em processo de votação, já que a matéria já foi relatada. Aguardamos quórum qualificado para entrar em processo de votação.

Vamos ao Item 9, página 214, também em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De tanto que eu chorei outro dia, V. Exª agora está colocando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Prometo não reclamar mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está bem.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 583, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a contagem no período de carência para a aposentadoria por tempo de contribuição do tempo de serviço como segurado especial, até o limite de vinte cinco anos para a mulher e trinta anos para o homem.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011 e das duas Emendas que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal.*

Senador Paulo Paim, na verdade, eu particularmente nunca vi um projeto de V. Exª que não fosse pela aprovação. São projetos com quase toda a maioria absoluta. Pode ter um ou outro, mas os demais todos são pela aprovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De V. Exª não tenho queixa nenhuma. É que normalmente pedem para tirar de pauta e pedem vista. Aí vão empurrando o projeto para trás. Chega uma hora em que acaba havendo 10, 12 projetos de minha autoria. Temos que votar. Estou cumprimentando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Mas são todos pela aprovação. É sinal de que são bons os projetos de V. Exª, eu quero fazer esse adendo.

Comunico que a votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre e valoroso Senador goiano, Cyro Miranda, para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Nobre Presidente, Senador Jayme Campos, a quem cumprimento mais uma vez pela condução dos nossos trabalhos, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, é um prazer muito grande relatar mais um projeto do Senador Paulo Paim, que não é só campeão em projetos, mas é campeão em bons projetos. E esse é mais um deles.

O projeto do Senador Paulo Paim estabelece a contagem no período de carência para a aposentadoria por tempo de serviço do segurado especial, até o limite de 25 anos para a mulher e 30 anos para o homem.

Segundo o autor, o trabalhador sai do campo e vem para a cidade. É justo que traga na bagagem o tempo de serviço como segurado especial.

O que ocorre, na realidade, o segurado especial que deixa essa condição e passa a contribuir como empregado, como contribuinte individual, dificilmente terá recursos para indenizar a Previdência Social. Assim, na prática, o rurícola que trabalhou 10, 20, 30 anos no campo, terá dificuldades para utilizar seu tempo de serviço como segurado especial para se aposentar por tempo de contribuição.

Com a presente iniciativa, ganha o trabalhador rural, mas principalmente a seguridade social, eis que a medida representa, para o futuro, um grande passo na sustentação da renda e no combate à pobreza entre os idosos. Com efeito, a expansão da cobertura é, hoje, o principal desafio tanto para a saúde financeira do sistema previdenciário brasileiro quanto para a continuidade da política de sustentação de renda dos idosos. Não atentar para esse aspecto poderá acarretar altos custos sociais no futuro, já que esses trabalhadores deverão ficar à mercê dos programas assistenciais do Estado ou da ajuda dos familiares, que terão suas rendas comprometidas e, consequentemente, uma piora de suas condições de vida.

Para tentar melhorar o texto, que já está muito bem feito, propomos duas emendas de mérito:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011, a seguinte redação:

"Altera o art. 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que o tempo de serviço como segurado especial será considerado como tempo de contribuição para fins de aposentadoria por tempo de contribuição, na forma que especifica."

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O artigo 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

'Art. 39. .....

.....

§ 2º O tempo de serviço como segurado especial será considerado como tempo de contribuição para fins de aposentadoria por tempo de contribuição, até o limite de vinte e cinco anos para a mulher e trinta anos para o ho-

mem, limitado o benefício ao valor de um salário mínimo.' (NR) "

Portanto, pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei, com as emendas já lidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Em discussão o projeto do Senador Paulo Paim, cuja relatoria foi do Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só um esclarecimento rápido. Na justificativa eu coloco e o Senador Cyro, de forma muito clara, também em seu relatório aponta. É só para garantir que o trabalhador rural, que ficou lá 10, 15, 20 anos... A Senadora Ana Amélia é especialista nessa área, permita-me dizer. Eu dizia isto outro dia. Não é que a senhora só trabalhe na área rural – eu dizia da tribuna do Senado –, V. Exª trabalha em todas as áreas, mas conhece muito bem a questão rural. Ele fica trabalhando lá 10, 15 anos. Vem para a cidade, trabalha mais 10, 15, 20 anos, e não pode averbar tempo. Criam problemas para ele averbar mesmo que seja para ganhar um salário mínimo. Aí ele tem que trabalhar... Digamos que trabalhou 15, na cidade, mais 20, depois mais 15 ainda, para ter direito a um salário mínimo. É uma questão de justiça. Percebo que o próprio Governo está estudando a matéria – não diz que é contra. Eu não vejo mais nenhum motivo, depois do ajuste feito pelo Senado Cyro Miranda, para que não se vote a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, caro companheiro, Senador Paulo Paim, como sempre muito preocupado com a vida dos nossos trabalhadores e das nossas trabalhadoras, inclusive, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, tem se empenhado muito para assegurar direitos fundamentais, principalmente para a população que ainda sofre por não ter acesso aos benefícios públicos.

Eu, particularmente, tenho a maior simpatia e concordo plenamente com o projeto aqui apresentado, até porque ele vai atender os trabalhadores, pessoas mais idosas, principalmente as pessoas do campo. Mas gostaria de fazer uma ponderação, se o nosso querido companheiro me permite.

Eu fui informada que, agora, no mês de agosto, virá para o Senado a minirreforma previdenciária. Então, gostaria de sugerir analisarmos se não é prudente aguardar a chegada dessa minirreforma, que vai tratar, inclusive, de tempo de serviço, da idade mínima. Poderíamos proceder como agimos com relação a alguns projetos de lei que tratavam da questão da mulher. Como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar a violência contra a Mulher está em andamento, e vamos propor mudanças na legislação, solicitamos que todos os projetos referentes a essa área ficassem sobrestados, para que pudéssemos concluir os trabalhos da CPMI e, depois, faríamos uma análise conjunta.

Não seria prudente agirmos da mesma forma com relação à questão da Previdência? Discutiríamos tudo no coletivo, no conjunto.

Faço essa ponderação ao nosso companheiro, amigo, Senador Paulo Paim. Com isso, não quero prejudicar o projeto, de forma alguma, pois o considero extremamente importante e necessário, mas faço essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem da inscrição para discutir a matéria, com a palavra o Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria fazer um apelo à Senadora Ana Rita.

Concordo, haverá realmente uma minirreforma, mas essa reforma é demorada. Com isso, estaremos prejudicando esses trabalhadores, porque esse projeto é muito simples. Ele não inova em nada, apenas dá o direito àquele que trabalhou no campo somar o seu período na cidade.

Então, o projeto do Senador Paulo Paim, como a Senadora falou, é extremamente importante, e a reforma não vai começar em agosto.

Este ano será muito difícil haver quórum para as discussões, em função de ser um ano eleitoral. E, ao final iremos terminar o ano, e esses trabalhadores serão prejudicados.

Então, faço esse apelo à nobre Senadora, para que votemos esse projeto. O Senador Paulo Paim merece. É como ele disse: "ou retiram, ou pedem vista". Mas acho que dessa vez...

Portanto, estou apelando para que votemos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, Senador Cyro, está apelando no bom sentido. É força de expressão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está defendendo um projeto meritório do Senador Paulo Paim, que, de fato, tem toda a razão. Quando se apresenta um projeto como esse, se aguardamos – de fato, V. Exª também tem razão, Senadora Ana Rita –, o encaminhamento da matéria, ou seja, a minirreforma, se ela vier... É aquela velha história, não podemos acredita em Papai Noel. O Natal só será em dezembro.

De qualquer maneira, acho que V. Exª, Senador Paulo Paim, tem toda a razão. Mas V. Exª também tem o direito, Senadora Ana Rita, de fazer essa manifestação – ninguém desconhece -, até porque ela é prudente.

Mas esse debate é saudável, louvável, para que possamos aprimorar, discutir com maior amplitude possível um projeto de relevância como esse.

Asseguro a palavra a V. Exª, autor do projeto, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dirijo-me rapidamente à Senadora Ana Rita.

Aqui na justificativa, notamos que, corretamente, os trabalhadores rurais têm entrado na Justiça e estão ganhando. Só que é aquela luta permanente, até que seja criada a devida jurisprudência. Eles estão ganhando, mas não há ainda uma decisão final do Supremo Tribunal Federal.

Quero me somar à preocupação da Senadora Ana Rita. Mas a votação não prejudica em nada, porque sabemos que essa proposta de minirreforma vai começar pela Câmara. Que bom que esse projeto vai estar lá e quem sabe vai ser apensado a essa proposta maior com essa preocupação que nós todos demonstramos, inclusive V. Exª e, principalmente, o Relator, quando faz uma emenda que deixa bem claro o alcance da medida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para discutir novamente, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Neste sentido, Senador, tenho plena concordância porque, na verdade, ao discutir a minirreforma, todas essas matérias e com certeza essa também irão para a Câmara, poderá, no conjunto, ter o projeto com uma contribuição à minirreforma política, à minirreforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não tendo mais ninguém para discutir, vamos encerrar a discussão desse projeto, aguardando apenas o quórum qualificado para entrar em processo de votação.

Está encerrada a discussão do Projeto nº 583, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria do Senador Cyro Miranda.

Encerrada a discussão.

Vamos passar para o Item 1.

Decisão não-terminativa, página 16

ITEM 1

AVISO Nº 76, DE 2011

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Observações: A matéria foi distribuída para exame simultâneo das Comissões: CI, CAS, CMA, CE e CAE;

– Votação simbólica.

Convido o Senador João Durval para ser Relator desta matéria, à página 16, Item 1, relatório pelo conhecimento do Aviso nº 76, de 2011 e posterior arquivamento da matéria.

A matéria foi distribuída para exame simultâneo das Comissões: CI, CAS, CMA, CE e CAE.

A votação será simbólica e temos quórum para a votação simbólica.

Quero comunicar que não estando presente o Senador José Pimentel, convido o valoroso Senador baiano João Durval para relatar a matéria ou, se V. Exª quiser resumir, pode ir também na fase, ou seja, pelo voto.

V. Exª está com a palavra Senador João Durval.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero dar uma contribuição para o Senador João Durval.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É quase um livro o relatório e termina pelo arquivamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia pela ordem.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fui Relatora *ad hoc* dessa matéria na CAE e a pedido do Senador e queria colaborar também com o Senador João Durval e com a Presidência. Fiz a relatoria *ad hoc* e, por solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, fizemos uma audiência pública na CAE com o Ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge que apresentou a situação da realidade das sete agências reguladoras e foi extremamente didático para entender a mecânica de funcionamento.

Das sete agências reguladoras, só cinco não funcionam nos padrões determinados para uma agência reguladora, duas apenas funcionam nos padrões internacionais, a Aneel e Anatel. As demais estão deficitárias ou não têm autonomia financeira, com uma séria de problemas, de dependências e ele sugeriu,

entre outras coisas, que fôssemos mais rigorosos nas sabatinas para os representantes, porque nem sempre as indicações são técnicas, conforme deveriam ser, e sim políticas. Essa foi uma das sugestões.

A outra: ao dizer que não há autonomia orçamentária e financeira dessas agências já propus, fiz uma emenda à LDO para livrar do contingenciamento os recursos que são para as agências reguladoras. Então, na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos discutimos exaustivamente a matéria. Acho que foi uma boa contribuição para ver a realidade das agências reguladoras e foi, depois de feito isso, determinado o arquivamento da proposta, da fiscalização feita pelo Tribunal de Contas da União. É uma contribuição modesta, porque já apreciamos isso na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª pelas observações que faz com razão, pois precisamos descentralizar os recursos, ser independente, e sobretudo as indicações têm que ser mais técnicas do que políticas.

Infelizmente, toda a vez que participo na CI, na CAE e em outras comissões, o que se percebe com muita evidência é que as indicações são mais políticas do que técnicas. Tem alguns que não sabem nem o que está fazendo e o que vai fazer. Isso é muito ruim e prejudica sobremaneira o papel que tem que ser cumprido pelas nossas agências reguladoras.

Com a palavra o Senador João Durval, Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Sr. Presidente, vou fazer uma síntese, já que todos sabemos que é a matéria será arquivada.

Item 10. Com fundamento no art. 14, item IV, da Resolução TSU nº 215, de 2008, declarar integralmente atendida a presente solicitação do Congresso Nacional.

Item 11. Arquivar os presentes autos.

Trata-se de uma auditoria operacional da maior importância, cujas conclusões muito contribuirão para o trabalho do Senado Federal.

Em face da matéria procedendo-se em seguida ao arquivamento do processo.

(São os seguintes os itens arquivados:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 740, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para determinar que a divulgação de matérias jornalísticas relacionadas a medicamentos e terapias seja objeto de regulação.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011.
Observações:
– Em 23.05.2012, lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria;
– Votação nominal.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 752, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 27.06.2012, lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;
– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;
– Votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador João Durval.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o parecer que conclui pelo arquivamento do Aviso nº 76, de 2011.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Aviso nº 76. de 2011.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 164, DE 2012
– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores rurais desempregados, contratados por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2012 e das 4 (quatro) Emendas que apresenta.

A votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é um belíssimo projeto apresentado pelo Senador Carlos Valadares que vai garantir o seguro-desemprego para os trabalhadores rurais desempregados, contratados por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado.

Com isso, vou diretamente à análise do projeto do Senador Valadares.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Proposições destinadas à regulamentação do seguro-desemprego inserem-se no campo do Direito do Trabalho e da Seguridade Social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

O Autor tem razão em propor a reflexão sobre este tema e, por certo, a experiência e o conhecimento que detém como representante do Estado de Sergipe, que integra a região nordeste do nosso País, é de grande relevância, principalmente quando aduz o seguinte:

"A possibilidade de o Programa do Seguro-Desemprego cobrir, pelo menos parcialmente, o período de inatividade do trabalhador rural é salutar para se preencher essa lacuna assistencial. A concessão desse suporte financeiro parece-nos mais apropriada, em muitos aspectos, do que outros benefícios de programas sociais, pois vincula o seguro ao trabalho, desestimulando a ociosidade."

Sr. Presidente, como percebo que já devemos ter quórum...Já temos quórum, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, é importante salientar que, além de oferecer um apoio temporário, a concessão do seguro-desemprego nos moldes propostos pode servir de estímulo à formalização dos contratos, com reflexos positivos na inclusão previdenciária e na construção da cidadania da nossa gente e do nosso povo.

Em resumo, o projeto fixa o valor do benefício em um salário mínimo, concedido a cada vinte e quatro meses, desde que o trabalhador comprove ter sido contratado, por pequeno prazo, por safra ou por prazo determinado.

Ressalte-se, também, que caberá ao Poder Executivo a regulamentação do projeto. Estou sintetizando.

Assim, somente os trabalhadores rurais que efetivamente estiverem engajados e fixados no campo é que terão esse direito.

Termino dizendo que, a única observação que fazemos é da técnica legislativa, pois como a proposição trata da instituição do seguro-desemprego para os trabalhadores rurais desempregados, contratados por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado, é recomendável que a matéria esteja inserida no bojo da Lei nº 7.998, de 1990, uma vez que esta lei é a que define as fontes.

Mediante o fato, Sr. Presidente, sou pela aprovação do projeto com as emendas que apresentei.

Parabéns, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprindo rito, temos quórum para votar todas as matérias terminativas. Por sinal, vários projetos já foram lidos e discutidos.

Solicito a permanência do valoroso e competente Senador Humberto Costa, para iniciarmos o processo de votação.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2012, ressalvadas as emendas oferecidas pelo Relator.

Como vota o Senador Paulo Paim? O voto é conhecido e é "sim"?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa? V. Exª vota com o Relator?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para quatro emendas do Relator?

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2012 e as Emendas 1, 2 3 e 4 CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federa para ciência do plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Está matéria também já foi encerrada a discussão que é o Projeto nº 493, de 2011.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 493, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa,por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011.

Vou entrar em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator e Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado: Aprovado Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Plenário do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 9. Pela ordem Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Item 9 também é terminativo. Estou com o Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em seguida votaremos também.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Projeto de Lei do Senado nº 583

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 583, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a contagem no período de carência para a aposentadoria por tempo de contribuição do tempo de serviço como segurado especial, até o limite de vinte cinco anos para a mulher e trinta anos para o homem.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011 e das duas Emendas que apresenta.

Acabou de ser lido e discutido e está encerrada a discussão.

Vamos entrar em processo de votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente, com suas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não poderia ser diferente também. Autor do projeto; por sinal, foi campeão de projeto hoje nesta Comissão.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bastante conhecido, por ser o Relator da matéria.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) **–** Com o autor e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? Senadora simpática, baiana, que muito bem representa o seu Estado da Bahia aqui nesta Casa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (*Fora do microfone.*) Obrigada. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para duas emendas do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2011, e as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – A pedido do autor da matéria, o Senador Paulo Bauer, solicito que seja colocado em votação o item nº 13, cuja relatora é a Senadora Angela Portela, que não está presente. Mas ele me pediu que a relatasse *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Será atendido na forma regimental.

Aguardamos apenas a votação dessas matérias que já foram lidas. Depois, entraremos na fase de ler

os nossos relatórios aqui, atendendo ao pedido feito pelo Senador Paulo Bauer. E V. Exª será designada relatora *ad hoc* dessa matéria.

Pág. 232, que foi o Item 11, matéria que já foi lida e discutida.

A discussão e a votação foram adiadas.

Consulto o Plenário se alguém quer discutir essa matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Está em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011, que tem preferência regimental.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (*Fora do microfone.*) Com o Substitutivo da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) **–** Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Nós temos o item 10...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer os votos dos Parlamentares e também aos autores desse projeto, que são os Senadores Lindbergh Farias e Aécio Neves, que trata de adoção e é uma matéria muito relevante. Então, queria fazer esse registro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Temos o item nº 10. Para essa matéria, temos a presença honrosa do Senador Vicentinho Alves, que foi o relator. É um projeto do Senador Marcelo Crivella. O relatório já foi lido e encerrada a discussão, que tinha sido adiada; entretanto, já foi no dia 23/05.

Consulto se alguém dos Srs. Senadores, sobretudo o Sr. Relator, se quer fazer alguma observação em relação à matéria. (*Pausa.*)

Como não tem ninguém que queira se manifestar, entraremos em processo de votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Apesar de uma brilhante iniciativa do nosso Ministro Crivella, vou acompanhar o Relator, porque sei que o Relator dialogou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?:

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – O Senador Vicentinho Alves, voto já conhecido.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2011. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

Há matéria que já foi lida e cujo relatório inclusive já foi lido. Fica adiada a discussão e votação da matéria.

Temos aqui a presença do Relator da matéria, o competente Senador Eduardo Suplicy. A matéria está na página 141, Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 563, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Observações:

– Em 23.08.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo);

– Em 27.06.2012, lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Lido o relatório, ficou adiada a discussão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, vamos entrar em fase de votação.

Nos termos do art. 282, combinado com art. 92, se for aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar.

Em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o Relator. Senador Eduardo Suplicy.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?:

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – O Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy, voto conhecido? Já é conhecido o voto de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

A SRª. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1 CE/CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009. A matéria vai a turno suplementar nos termos do art 282, combinado com art. 92. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Vamos para o Item 13, por solicitação do Senador Paulo Bauer, autor da matéria. Vale registrar que a relatoria seria – melhor dizendo, é – da Senadora Ângela Portela. Entretanto, ela será muito bem representada aqui, *ad hoc,* pela competente Senadora pelo Estado do Espírito Santo, Senadora Ana Rita.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 44, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012.

Observações:

Em 03.05.2012, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto.

Como não está presente a Senadora Angela Portela, indago a Senadora Ana Rita se S. Exª concorda em ser relatora *ad hoc*. Concorda.

Comunico aos Sr. e Srªs Senadoras que a votação será nominal.

Concedo a palavra A Senadora Ana Rita para proferir o relatório.

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou ler apenas a análise do projeto porque é, a meu ver, o suficiente para que tenhamos a compreensão da sua importância.

Não identificamos vícios na proposição sobre a perspectiva de sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa. Reconhecemos o mérito da proposição que está que está assentada sobre a premissa de que, na nossa cultura, a mulher tem papel destacado na preservação da família e na promoção do bem-estar dos filhos. Esses valores ecoam alguns dos objetivos da assistência social, expostos no art. 203, inciso I, da Constituição de 1988 e no art. 2º, inciso I, da LOAS (Lei orgânica da Assistência Social): a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A propósito, encontramos dispositivo legal com o mesmo teor do que ora discutimos no § 14 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, determinando que o pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família seja feito preferencialmente à mulher.

Convém esclarecer que a proposição não veda o pagamento de benefícios ao homem, limitando-se a determinar a preferência do pagamento à mulher. Essa alteração, aliada a políticas de superação da miséria e da pobreza, valoriza o papel da mulher no sustento e na preservação da família.

Finalmente, é importante registrar que a medida proposta não acarreta qualquer custo ou ônus para a assistência social.

Voto.

Em razão do que foi exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito que o Senador Cyro Miranda permaneça um pouquinho mais, para nós votarmos a matéria.

Está em discussão a matéria. Para discutir. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com as relatoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acompanho a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto conhecido, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ela foi nomeada *ad hoc*, voto já conhecido.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a Senadora Ana Rita e também pela Senadora Angela Portela pela diligente providência de relatar a matéria positivamente, também me manifesto favorável, porque sou o autor da matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não poderia ser diferente, Senador Paulo Bauer, que é autor do projeto, e sobretudo bem relatada pela Senadora Angela Portela e aqui *ad hoc* a Senadora Ana Rita.

Está de parabéns V. Exª.

Aprovado o Projeto de lei do Senado nº 44, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Vamos votar. Há várias matérias para serem votadas. Hoje limpamos a pauta aqui, Senador Paulo.

Temos quórum suficiente, está bombando hoje aqui.

Vamos para decisão, ou seja, que é o Item 7.

Item 7, página 195.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar;

– Votação nominal.

Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, passa para mim. Senadora Ana Rita, esse aqui eu já vou direto ao voto *ad hoc*, para substituir a Vanessa, se me permitir, e elas poderiam votar nesse aí. Estou querendo ajudar â Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria, ainda não havia sido lido o relatório, não é? Não foi lido, mas, de qualquer forma, vamos ler a matéria, porque vamos rápido – pelo menos esse.

Há quórum sim, está aguardando apenas V. Exª aqui. O Humberto está aqui, nós temos quórum.

Repito: Nos termos do art. 282 com o art. 92 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar; a votação será nominal.

Solicito ao Senador Paulo Davim para relatar *ad hoc* a matéria, na pág. 195. V. Exª pode ir para a fase da análise ou para o voto, porque a matéria já é de conhecimento de todos os ilustres Senadores e Senadoras.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, Relator *ad hoc* do Projeto nº 412.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, vou direto à análise, porque todos nós conhecemos a matéria.

Tem razão o Senador Eduardo Amorim quanto à importância médica, sanitária e econômica que a

doença de Alzheimer já representa para o nosso País e sobre as sombrias perspectivas que os estudos e estimativas epidemiológicas nos apontam para as próximas décadas em relação a ela.

Nesse sentido, tem mérito a proposição quanto à necessidade de o nosso sistema público de saúde incluir, no seu campo de atuação, políticas para o seu enfrentamento. Dar sede legal a essa matéria deverá, a nosso ver, favorecer a formulação de política de saúde que considere e financie as atividades correspondentes.

Por conseguinte, entendemos que, melhor do que obrigar a realização de campanhas de comunicação social, seria instituir um sistema de informação que permita ao SUS conhecer e monitorar a magnitude e as tendências epidemiológicas desse agravo em nosso País, para orientar a formulação de políticas públicas a respeito da doença de Alzheimer.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que alterar a Lei Orgânica da Saúde não é a melhor solução. A nosso ver, no texto de uma norma que regula ações e serviços de saúde de forma geral e a organização e o funcionamento do SUS, não cabe tratar de uma política específica relativa a uma doença determinada.

Julgamos que a norma a ser alterada é a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Entendemos que se alcançará o mesmo desiderato com a alteração do art. 3º da supramencionada lei – que determina ser responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental e a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais –, para acrescentar-lhe um parágrafo com as determinações que aqui se deseja instituir.

Quanto à constitucionalidade, não vemos óbice no projeto, uma vez que a matéria se insere na competência da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde e sobre seguridade social, nesta incluída a saúde, em sentido amplo, e o SUS (Constituição Federal, arts. 22, inciso XIII; 24, inciso XII; e 196 a 200).

Da mesma maneira, não há o que opor quanto à juridicidade e à regimentalidade do projeto.

Voto.

Por seu mérito, constitucionalidade e juridicidade, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Solicito à Senadora Marta Suplicy que, pelo menos, permaneça na Comissão por cinco minutos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É a CCJ, mas ficarei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas vai dar tempo de votarmos a matéria. Mais o Senador Gim Argello, que nos honra também com sua presença no dia de hoje.

Já temos quórum. Temos quórum para votar mais esta matéria aqui.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011, que tem preferência regimental.

Consulto se temos quórum. Temos sim. Senador Paulo Bauer, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e mais o Senador Humberto Costa, que solicito à assessoria que ele esteja aqui.

Vamos entrar em processo de votação, aguardando só o Senador Humberto chegar ao recinto da Comissão, porque está aqui, na secretaria, para iniciarmos a votação.

Solicito a V. Exª, caro e ilustre Prefeito de Recife, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ajudar, dizer que há um grande entendimento, inclusive com o Governo, em relação a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Já temos o voto do Senador Humberto Costa.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Voto conhecido. S. Exª já declarou.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ela fica preocupada com o voto de V. Exª, porque o seu voto é todo especial. Isso a deixa sempre assim. Ela fica preocupada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dulcídia. É bom ter uma vigilante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ela é uma das primeiras que chegam à Comissão. A primeira era você; agora é ela.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1 – CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92.

Poderão ser oferecidas emendas em turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Votamos tudo aqui, por incrível que pareça. Votamos todos os projetos de caráter terminativo e também os não terminativos. *(Palmas.)* Toda a pauta foi votada literalmente. Eram 15 itens. Dos 15 itens, se não me falha a memória, nove foram terminativos. Eu acho que é um dia de glória aqui nesta Comissão do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos os dias são dias de glória.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos, do dia onze de julho de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcante, Vicentinho Alves e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao ITEM 1– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011. Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 537, de 2011. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 2– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2012. Revoga o Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2012. Resultado: Retirado de Pauta para atender Requerimento do Autor, Senador Paulo Davim, de retirada definitiva da matéria, de acordo com o art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AOPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, de 2009. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.Autoria do Projeto: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria do Projeto: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo

(Emenda nº 1-CE-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 4– Terminativo -TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AOPROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, de 2011. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.Autoria do Projeto: Senador Eduardo Amorim. Relatoria do Projeto: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Davim. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011, é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 5 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 752, de 2011. Ementa do Projeto: Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Aécio Neves e outros. Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia. Resultado: Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 1.340, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. ITEM 8– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado º 286, de 2007 e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 1.342, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. ITEM 9– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 2008. Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Romero Jucá (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, nos termos da Emenda nº2-CDR (Substitutivo). Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador João Durval, que lê o Relatório em substituição ao Senador Romero Jucá. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 14– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2012. Altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, para dispor sobre a prorrogação da concessão de licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela caberia à mãe, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2012 e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 1.340, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. ITEM 15– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2012. Altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências, 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, e 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade médica, odontológica e de enfermagem. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2012. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. EXTRAPAUTA – ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2012. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a situação dos planos de saúde no Brasil. A lista de convidados será enviada posteriormente para a secretaria da Comissão.Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 18– REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, de 2012. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre os Planos de Previdência Complementar das entidades fechadas– Fundos de Pensão. A lista de convidados será enviada posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. Usa da palavra o Senador Waldemir Moka, Paulo Davim, João Durval,

Paulo Paim e a Senadora Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Bom dia, Senador Moka.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada. Dois itens são não terminativos e catorze terminativos.

Esta Presidência comunica, tem a grande satisfação de apresentar às Sras. e aos Srs. Senadores um breve levantamento sobre atividades desenvolvidas no âmbito desta Comissão no decorrer do 1º semestre de 2012.

Foram realizadas 32 reuniões, sendo 23 deliberativas e 9 audiências públicas que tratam de temas de interesse público relevante e que instruíram matérias sob a apreciação desta Comissão.

Das 23 reuniões deliberativas, meus caros Senadores Moka e Paulo Davim, aprovamos 42 matérias terminativas e 39 matérias não terminativas.

Foram ainda aprovados 49 requerimentos de iniciativa dos ilustres membros deste colegiado. Dentre as matérias deliberadas na Comissão de Assuntos Sociais, destaca a aprovação de quatro matérias que regulamentam as posições de comerciários, geofísico, técnico de radiologia e compositor.

Nesta Comissão encontram-se ativas as Subcomissões: a CASDEF, CASSAUDE, CASEMP e CASFGTS, sob as presidências dos ilustres Senadores Lindbergh Farias, Humberto Costa, Paulo Paim e Ciro Miranda.

Quero comunicar também a V. Exªs que foram expedidos 134 ofícios por esta Presidência, com vista a garantir a celeridade do processo legislativo.

De maneira que acho que a Comissão foi altamente produtiva neste primeiro semestre, estaremos entrando em recesso neste próximo dia 17. Entretanto, pelos números aqui que nós estamos levando ao conhecimento de V. Exas., imagino que foi uma das Comissões que mais produziu neste ano de 2012. De maneira que, antes de mais nada, quero agradecer a participação, sobretudo o desempenho de cada Senador e de cada Senadora, que sem sombra de dúvidas, no compromisso de têm de aprovarmos boas leis estiveram presentes aqui. Entretanto, temos aqui hoje algumas matérias que estão sendo retiradas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que, realmente, sou titular de quatro Comissões, é uma ginástica, V. Exª sabe disso.

Mas eu quero dizer que esta Comissão realmente tem um desempenho muito grande. Esta é uma das Comissões que têm a freqüência, eu observo por estar nas outras quatro. Comissão que também tem vários projetos aprovados, audiências públicas importantes. Mas quero dizer que o mérito desta frequência, dessa atividade e dessa eficiência muito se deve a V. Exa., como Presidente, como Senador que sempre age de forma a convergir. Nós não tivemos – pelo menos, não que eu me lembre – nenhum tipo de dificuldade, absoluta tranquilidade e equilíbrio. De forma que eu quero parabenizar V. Exa., os funcionários, e a Secretaria da Comissão. Para mim foi uma honra e um aprendizado muito grande nesse praticamente semestre em que estamos aqui nesta Comissão.

Parabéns a V. Exa.

Quero estender isso a todos os funcionários, servidores da Casa, em especial desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka. De fato, tudo aconteceu de forma propositiva e positiva nesta Comissão, na medida em que contamos com o apoio de V. Exas., que, sem sombra de dúvidas, tiveram presença aqui e colaboraram não só com bons projetos e também com relatórios, mas acima de tudo com a presença. O sucesso da Comissão é a presença dos senhores. Imaginem se não tivesse tido o quórum que tivemos! Por incrível que pareça, não teve nenhuma sessão sem quórum para deliberarmos. Isso é fantástico, é fundamental.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Agradeço as suas palavras. E o mérito é meu e de todos nós, Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais.

Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu me somo às palavras do Senador Moka. Eu já havia dito alguns dias atrás do desempenho desta Comissão, da eficácia do nosso trabalho aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Evidentemente, haveria de ter um timoneiro capaz de aglutinar, capaz de manter esse grupo motivado, para que pudéssemos, ao final do semestre, apresentar um balanço absolutamente convincente dos trabalhos realizados nesta Comissão. Quero parabenizar V. Exª pela capacidade não só de aglutinar, mas de manter este grupo motivado em discussões sobre temas tão importantes como os que foram apreciados aqui nesse semestre.

Evidentemente, Sr. Presidente, isso não se faz sozinho; nenhum sucesso se consegue só. Eu tenho convicção de que os funcionários da Comissão, os funcionários da Casa são corresponsáveis por esse sucesso, pelo sucesso desta Comissão.

Não tenho dúvidas de que esta Comissão, se fizermos um comparativo entre o que se produziu nas demais Comissões – com todo respeito aos companheiros das outras Comissões e considerando que cada Comissão tem as suas particularidades, haveremos de observar isso também –, tenho absoluta certeza de que esta Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, foi, sem sombra de dúvidas a Comissão que mais produziu no Senado Federal no primeiro semestre, além de ter sido a Comissão que apresentou o maior número de reuniões com quórum qualificado para votação de matérias terminativas. Portanto, o senhor encerra esse semestre coroado de êxito nas funções e no trabalho que se dispôs a fazer à frente desta importante Comissão do Senado Federal.

Parabéns a V. Exª, parabéns a todos servidores da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

Antes de mais nada, quero fazer os meus efusivos cumprimentos aos membros e aos servidores que trabalham nesta Comissão, que, sem sombra de dúvida, fizeram um trabalho operoso, competente e, acima de tudo, ético. O sucesso é de todos que trabalham aqui, como relatei, das matérias aprovadas, das audiências públicas. Acho que, quanto aos números, como V. Exª bem disse, em relação às demais Comissões, não perdemos para nenhuma. Muito pelo contrário; o que pode ocorrer, no mínimo, é empatarmos. Caso contrário, nós tivemos um desempenho, talvez, bem melhor. Mas isso é fruto, naturalmente, da participação de cada Senador ou Senadora que esteve conosco nesse semestre de 2012.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin, nossa futura Prefeita no nosso querido Estado do Amazonas.

Eu só não vou transferir o meu título para lá, porque a minha mulher é candidata a Prefeita em Várzea Grande. Caso contrário, eu transferiria meu título para lá para votar em V. Exa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Se Deus quiser, tudo vai dar certo, tanto no Mato Grosso quanto no Amazonas, Senador.

Eu ouvi atentamente o que falava o nosso companheiro querido Senador Davim a respeito do desenrolar dos fatos desta Comissão durante o primeiro semestre. Mas eu quero que o senhor divida com todos nós esse mérito, Presidente. Esse mérito só é possível por conta da sua capacidade de organização. Presidente, eu já disse isso. Dissemos isso no final do ano passado, quando concluímos o nosso primeiro ano de atividades.

Eu sou estreante aqui neste Senado, apesar de ser parlamentar por mais de 20 anos; ao Senado é a primeira vez que chego.

Quero lhe dizer também que, de todas as Comissões, aquela que nos traz com maior alegria é esta, não só pela pauta, porque é uma pauta vinculada à mulher, ao trabalhador. É exatamente aqui que nós travamos os debates que tocam de forma mais profunda o povo brasileiro. É aqui, não em outra comissão. É exatamente aqui. Esta Comissão nos traz aqui com alegria, porque a gente tem um Presidente que trata todos de forma igual, todos, os Senadoras e os Senadores.

Nós estamos concluindo este semestre e teremos um calendário especial durante o período eleitoral. Quero dizer a V. Exa., já prestando contas, que estarei aqui de acordo com esse calendário. Se V. Exa. convocar reunião da Comissão, pode contar comigo que aqui estarei, mesmo diante da batalha eleitoral. O Senado responsável que é, o Parlamento, o Presidente Sarney, primeiro com o futuro político do País, porque eleição municipal é uma eleição que interessa aos Senadores e a todos. E nós fazemos política, nós é quem determinamos o destino do País; então, não seria correto ficarmos apartados desse processo eleitoral, sendo ou não candidatos. Então, o Presidente soube tratar com muito cuidado a nossa participação, das Senadoras e dos Senadores, nesse processo político importante, mas também dando oportunidade para que Senado continue os seus trabalhos. Então, teremos algumas semanas durante esse período eleitoral. Tenho certeza de que V. Exa. nos convocará, e eu me antecipo para dizer que, mesmo candidata a Prefeita da minha querida cidade de Manaus, eu atenderei o convite e estarei aqui para lhe ajudar a dar continuidade aos nossos trabalhos.

Parabéns e muito obrigada. Obrigada mesmo. Conviver com o senhor, Senador Jayme Campos, tem sido uma gratificação.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Aliás, aqui neste Senado só tenho grandes amigos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Isso é muito bom.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque o tempo nos dá esse amadurecimento, e o amadurecimento mostra que, cada vez mais, a gente tem muito a aprender. E a gente aprende exatamente com aqueles que estão ao nosso redor.

Parabéns pela equipe de trabalho, sempre tão solícita a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Obrigado, Senadora Vanessa. Como sempre, generosa e bondosa na sua fala. A sua participação foi muito ativa e efetiva nesta Comissão. São palavras como essas que nos motivam muito mais a realmente fazer esse trabalho em conjunto os senhores e as senhoras, na certeza de que estamos dando nossa contribuição ao Brasil, principalmente com esses projetos que, como a senhora bem disse, mexem com a vida das pessoas. Às vezes, há projetos que não mexem com a vida, mas projetos que mexem com a vida das pessoas nos tocam profundamente.

Eu, particularmente, sempre tive respeito pelo povo. Tive cinco mandatos: três de Prefeito, um de Governador e o de Senador atualmente. E, agora, botaram até minha velha. Imagina! Até a minha velha foi disputar uma eleição em função de que, circunstancialmente, temos políticas para a cidade. Temos um compromisso com a cidade, que tem 300 mil habitantes e que, lamentavelmente, vai de mal a pior. Tivemos de recorrer a ela. Fiz um apelo em nome do povo mais sofrido, principalmente os mais humildes. E ela, que fez um trabalho competente por três vezes como primeira dama da cidade, depois como primeira dama do Estado, está nessa luta, mas com uma missão nobre.

Acho que o exercício democrático quando se vai disputar uma eleição é fantástico, agora, para aquelas pessoas que gostam de fazer política. Há alguns que saem candidatos por serem candidatos, achando que participar de um processo político é comprar um penduricalho, alguma coisa na prateleira de um estabelecimento comercial. E não é verdade. Acho que a política e, sobretudo, o exercício do cargo são importantes. O cidadão, se fizer uma reflexão mais aprofundada, perceberá que não tem coisa mais importante do que ser o gestor do seu Município e fazer um trabalho que, ao findar o mandato, permitirá sair de cabeça erguida, com o moral elevado, certo do seu dever cumprido. Por isso, fiz um apelo a minha esposa: "Vai lá. Nós temos também de dar a nossa contribuição.", em que pese eu estar com sessenta e poucos anos e a mulher com quase sessenta. "Vamos dar nossa contribuição uma vez mais para a cidade."

Torço para você, Vanessa. Sei que você será uma grande Prefeita em Manaus. Não tenho dúvida alguma pela sua experiência, sobretudo pelo seu compromisso cívico de construir ou de resgatar – eventualmente, se não houver expressões de cidadania no seu Município –, de fazer um trabalho principalmente na educação, pensando o futuro das nossas crianças, das futuras gerações, de fazer um trabalho na saúde pública em que o cidadão mais humilde possa ter acesso a um serviço público de boa qualidade, de fazer trabalhos sociais.

Eu, particularmente, tenho a seguinte tese: um Governo não se realiza só por suas belas obras. Muitas vezes é uma obra faraônica que enche as vistas, mas não afaga o coração do cidadão. Hoje, temos um compromisso, socialmente falando, com o povo. Ou seja, eu particularmente tenho a sensação de que você tem que atender de perto o cidadão, ou seja, fazer asfalto, praças públicas, tudo isso é obrigação e não favor. Quando você atende uma demanda reprimida, sobretudo em áreas sociais, e beneficia o cidadão, ele, particularmente, na medida em que temos que melhorar as posições principalmente daqueles que estão abaixo da linha da miséria e ainda temos um bom contingente no Brasil, em que pese o Governo Federal, através da Presidente Dilma, do Presidente Lula, do próprio FHC, que fizeram um bom trabalho e já minimizamos naturalmente – temos acompanhado – aquele índice alarmante que tínhamos no Brasil.

Temos que melhorar a questão da educação, o nível de ensino brasileiro e ninguém pode desconhecer que não é dos melhores e já tem algumas pessoas que não têm nenhum grau de escolaridade, são analfabetos e um país com 500 anos como o nosso, que têm um potencial fantástico, que é a sexta ou oitava economia do mundo, não pode conviver com esse tipo de situação que certamente só envergonharão o nosso País e nosso povo. De maneira que, estou torcendo pela senhora que vai ser uma grande prefeita.

Tenho percebido a sua sensibilidade nesta Casa, sempre procurando aprovar bons projetos que vão atender o povo, principalmente classes de pessoas que precisam de projetos que venham contemplar uma grande parcela das pessoas que estão à margem naturalmente de uma sociedade mais justa.

De forma que, torço e espero que povo de Manaus, um povo inteligente, sábio lhe dê essa opor-

tunidade ímpar de ser a primeira mulher de Manaus prefeita daquela cidade pujante que, sem sombra de dúvida, o povo brasileiro se orgulha da sua cidade e do seu Estado.

Vamos aqui ao Item 2, página 30, decisão não terminativa. Autoria do Senador Paulo Davim e Relatoria da Senadora Grazziotin.

A proposição foi retirada de pauta para atender requerimento do autor de retirada definitiva da matéria, de acordo com o art. 256 do Regimento Interno do Senado.

De maneira que, Senadora Vanessa, o Senador Paulo Davim solicitou a retirada de pauta.

Temos também aqui o Item 5, página 88, decisão terminativa, turno suplementar da discussão do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 752, de 2011.

A matéria é retirada de pauta para atender solicitação da Mesa, constante do Ofício nº 1.340, de 2011 da lavra do Presidente do Senado Federal.

Temos também o Item 8, página 129, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007.

A matéria é retirada de pauta para atender solicitação da Mesa, constante ofício 1.342, de 2012, da lavra do Presidente do Senado Federal.

Temos também o Item 14. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2012. A matéria é retirada de pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 1.340, de 2012, da lavra do Presidente do Senado Federal.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 137, DE 2012
– Não Terminativo –

Revoga o Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2012.
Observações:
– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa;
– Votação simbólica.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 752, DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta o parágrafo 6º no art. 392A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera o caput do art. 71A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Aécio Neves e outros
Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia
Observações:
– Em 04.07.2012, aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 752, de 2011.
– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;
– Nos termos do art. 284 do RISF, não sendo oferecidas Emendas durante o Turno Suplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 286, DE 2007
– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado º 286, de 2007 e da Emenda que apresenta.
Observações:
– Em 23.05.2012, lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria;
– Votação nominal.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 69, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, para dispor sobre a prorrogação da

concessão de licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela caberia à mãe, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2012 e da Emenda que apresenta.
Observações:
– Votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. DEM – MT) – Item 4, p.78. Turno suplementar. Quero registrar com muita alegria a presença do valoroso Senador baiano, meu caro amigo particular, Senador João Durval, que nos honra com a sua presença nesta comissão.

Turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde.

A organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para incluir

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas à promoção da saúde mental.

Autoria do Projeto: Senador Eduardo Amorim
Relatoria do Projeto: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por A*d Hoc*)
Relatoria A*d Hoc*: Senador Paulo Davim.
Observações:
– Em 04.07.2012, aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao
Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011.
– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão,vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;
– Nos termos do art. 284 do RISF, não sendo oferecidas Emendas durante o turnosuplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.
Em discussão a matéria. *(Pausa.)*
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, não tendo sido oferecidas emendas.
Discussão suplementar. O substitutivo da Emenda nº 1 – CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 412 de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.
Será comunicada decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, DE 2009
– Terminativo –

Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senadora Rosalba Ciarlini
Relatoria do Projeto: Senador Eduardo Suplicy
Observações:
– Em 04.07.2012, aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009.
– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;
– Nos termos do art. 284 do RISF, não sendo oferecidas Emendas durante o turno suplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.
Está em discussão a matéria.
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, não tendo sido oferecidas emendas.
Discussão suplementar ao substitutivo da Emenda nº 1 – CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.
Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008
– Terminativo –

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, nos termos da Emenda nº2--CDR (Substitutivo).

– Em 11.05.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) ao Projeto;

– Em 06.12.2011, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CDR(Substitutivo);nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 se for aprovado o substitutivo será submetido a turno suplementar.

– Votação nominal.

Quero indagar se o Senador João Durval pode relatar *ad hoc* a matéria.

Convido V. Exª para relatar *ad hoc* o Item 9, página 138.

Senador João Durval para relatar *ad hoc* a matéria.

V. Exª pode entrar na fase de análise para relatar a respectiva matéria pelo fato da matéria já estar à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores e todos têm conhecimento da mesma.

Se V. Exª quiser entrar na fase de análise, V. Exª tem toda autoridade.

Com a palavra o Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, bem como sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria.

O PLS nº 142, de 2008, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, não havendo óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição.

Além disso, a proposta atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis. Portanto, sob esse prisma, não vislumbramos óbices à aprovação da proposta.

Em relação ao mérito, é importante destacar que, de acordo com o art. 239 da Constituição Federal, a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS e para o Pasep dirige-se ao financiamento do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e dos programas de desenvolvimento econômico a cargo do Bndes. Neste último caso, os recursos correspondem a, no mínimo, 40% da arrecadação total e são aplicados de acordo com planejamento exclusivo do Bndes, a quem cabe o risco de crédito.

Em 2011, o Bndes apresentou desembolsos da ordem de R$ 139 bilhões, sendo que apenas 14% desse montante foram destinados a projetos da Região Nordeste, 8% para a Região Norte e 8% para a Região Centro-Oeste. Por sua vez, a Região Sudeste recebeu 49% do total e a Região Sul, 21%.

Nesse contexto, o projeto visa minimizar esse quadro de disparidade na aplicação de recursos administrados por esse banco, ao estipular critérios para o financiamento dos programas a cargo do Bndes decorrentes dos recursos do FAT, privilegiando a alocação de recursos em áreas com menor IDH e estimulando o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Conforme apontado no parecer da CAE, esses arranjos são hoje considerados excelentes áreas de aplicação de recursos, na medida em que levam em conta as vocações regionais e locais, além de estarem focados nas inter-relações empresariais, na cooperação, nas menores empresas, na capacidade inovadora e tecnológica e no acesso a novos mercados. Possuem, pois, expressivo potencial multiplicador e competitivo, tendendo a gerar substancial desenvolvimento econômico e social nas respectivas localidades.

Com efeito, a prioridade aos APL e às áreas mais carentes em termos humanos e sociais é compatível com os objetivos de um fundo destinado a amparar o trabalhador, na medida em que tende a resultar em maior geração de emprego e renda do que outros investimentos que não vislumbrem tais prioridades.

Em termos de proposta, o substitutivo aprovado na CDR nos parece mais apropriado, por melhor definir o critério de distribuição dos recursos e prever ressalva no caso de não haver demanda suficiente por parte dos municípios de menor IDH–M, de forma a que os recursos restantes possam ser aplicados em projetos de outros Municípios, evitando, assim, que tais recursos fiquem ociosos.

Em síntese, pelo potencial de geração de emprego e renda, e seus impactos sobre a melhora no desenvolvimento econômico e social dos Municípios mais carentes do País, julgamos que a proposta consubstanciada no PLS nº 142, de 2008, merece ser apoiada.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, na forma do substitutivo aprovado na CDR.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador João Durval, que relatou *ad hoc* o Projeto de Lei nº 142.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se querem discutir o Item 9, Projeto de Lei do Senado nº 142, de autoria do Senador Renan Calheiros, relatado *ad hoc* pelo Senador João Durval, entretanto a relatoria era do Senador Romero Jucá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, para cumprimentar V. Exª, Senador Jayme Campos, e o Senador João Durval como relator *ad hoc.* Segundo, para cumprimentar o Senador Renan Calheiros pela iniciativa, mas dizer que eu sei, é claro, que é terminativo, não vai encerrar a discussão.

O Senador Romero Jucá gostaria muito de estar aqui – informa aqui a assessoria dele –, e, na próxima reunião, se hoje não tivermos número suficiente, ele gostaria também de comentar a matéria pela importância do tema.

É só isso, Sr. Presidente. Parabéns ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Exª. Neste caso, nós vamos suspender a discussão e, na próxima, nós voltaremos à pauta a matéria, para ser discutida, e até mesmo, como V. Exª manifestou, com a presença do próprio Senador Romero Jucá.

Item 15, decisão terminativa, pág. 246.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 70, DE 2012
– Terminativo –

Altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências, 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, e 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade médica, odontológica e de enfermagem.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2012.

Observações:

– Votação nominal.

Comunico que a votação será nominal.

Concedo a palavra ao valoroso e competente Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o relatório é pequeno.

Eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Paulo Davim. O projeto, vindo desse Senador, não tenho nenhuma dúvida de que é do interesse de toda a sociedade. Fiquei orgulhoso por V. Exª ter me indicado como relator desse belo projeto.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 70, de 2012, de autoria do nosso querido Senador Paulo Davim.

A proposição revoga o Decreto-Lei nº 4.113, de 14 de fevereiro de 1942, que regula a propaganda de médicos, cirurgiões dentistas, parteiras, massagistas, enfermeiros, de casas de saúde e de estabelecimentos congêneres, e a de preparados farmacêuticos. Além disso, atribui aos códigos de deontologia médica, odontologia e da enfermagem, a responsabilidade pela regulação da publicidade e propaganda referentes ao exercício profissional, bem como das relações do profissional para com a comunidade, o paciente e o outro profissional.

O autor argumenta que essas medidas contribuirão para modernizar as regras que regem a publicidade e a propaganda de médicos, cirurgiões-dentistas e enfermeiros, proporcionando maior proteção ao consumidor e compatibilidade com os usos e costumes atuais.

O projeto será apreciado apenas por esta Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

A proposição não foi objeto de emendas.

De acordo com o art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, bem como sobre condições para o exercício de profissões.

Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei está circunscrita à temática desta Comissão, vez que dispõe sobre a regulação da publicidade e propaganda de profissionais da área de saúde.

É bom lembrar que o Senador Paulo Davim é médico; então, é da área.

Ademais, no caso presente, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe igualmente a esta Comissão examinar a sua constitucionalidade e juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Inicialmente, cabe ressaltar a oportunidade da medida instituída pela proposição sob análise do nobre Senador. Os trechos do Decreto-Lei nº 4.103, de 14 de fevereiro de 42, que permanecem atuais, já foram devidamente incorporados por normas que regulam o exercício profissional das categorias por ele atingidas. Porém, outra parte do decreto-lei que se tornaram obsoletas ou que apenas representam atualmente exemplos do caráter autoritário instituído pela ditadura, ainda na época de Vargas, na Administração Pública, continuam a assombrar o ordenamento jurídico pátrio, haja vista não existir revogação expressa da norma.

Aí diz o nobre Senador: No que tange ao tema do Decreto-Lei em questão, Regulação da Propaganda e do Exercício Profissional da Profissão de Saúde, o projeto de lei vem em boa hora. Exemplo disso é a edição de recente resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1974, de 9 de agosto de 2011, que estabelece os critérios norteadores da propaganda em Medicina, conceituando os anúncios, a divulgação dos assuntos médicos, o sensacionalismo e as proibições referentes à matéria, que substituiu a Resolução nº 1701, de 2003.

De acordo com o Conselho Federal de Medicina, nas palavras do seu presidente, Roberto Luiz d'Avila, a necessidade de informar o paciente e a sociedade sobre os avanços científicos e tecnológicos, bem como o direito de divulgar a habilitação e a capacitação para o trabalho não podem ultrapassar os limites éticos. As regras que regem o tema, contudo, precisam ser constantemente atualizadas para que acompanhem a evolução da moral contemporânea, os novos hábitos e costumes, assim como proporcionar instrumentos efetivos que embasem as ações de fiscalização.

Assim, a mencionada resolução vem preencher lacuna na legislação médica, cujas normas que tratam da publicidade, contudo, são notadamente anacrônicas.

Depreende-se do exemplo mencionado que são os conselhos de fiscalização do exercício profissional as entidades que devem regular a propaganda em suas respectivas áreas de atuação. Isso já acontece atualmente e prevê uma regulação ágil, tempestiva e condizente com o dinamismo técnico-científico da área da saúde, bem como o avanço das tecnologias de comunicações,de seus veículos e modificações sociais.

Sr. Presidente, é isso que o projeto de lei em comento reitera, ao introduzir nas respectivas leis de criação dos conselhos profissionais dispositivo que especifica as atribuições desses conselhos quanto à regulação da publicidade e propaganda médica, odontológica e de enfermagem.

Por fim, não se vislumbra inconstitucionalidade de iniciativa, pois, nos termos do art. 22, inciso XVI, legislar sobre a matéria do projeto, condições para o exercício da profissão é de competência da União.

Portanto, é facultado aos Parlamentares apresentar proposições sobre o assunto, nos termos do *caput* do art. 161 da Carta Magna. Tampouco existem óbices jurídicos, regimentais ou de técnica legislativa à tramitação da matéria.

Voto.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 70, do nobre Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, o ilustre Relator, autor da matéria, o Senador Paulo Davim, que está com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero agradecer e elogiar o brilhante relatório feito pelo também brilhante Senador Paulo Paim. Foi realmente perfeito o relatório dele.

Na verdade, estamos legalizando o que já existe porque o Decreto 4.113, de 14 de fevereiro de 1942, ainda na época Vargas, está anacrônico, como bem escreveu o Senador Paulo Paim. Então, são 70 anos, esse *gap* de 70 anos no avanço científico na prática médica, odontológica, farmacêutica, de enfermagem. Muitas técnicas novas surgiram. Muitos procedimentos novos surgiram. A tecnologia avançou. Não podemos mais ficar presos a uma legislação de 70 anos atrás. Isso na prática já existe.

Os conselhos regionais já orientam e fiscalizam a propaganda das atividades em saúde. Seja médica, odontológica, enfermagem e farmacêutica já fazem isso, mas não têm o respaldo legal. O que nós estamos fazendo é uma adequação. O que existe de fato passar a vigorar do ponto de vista legal. Portanto, para isso apresentamos esse projeto de lei nulificando esse decreto, porque é um decreto anacrônico. Teve sua importância à época, mas hoje já não tem mais nenhum sentido ficarmos sob a égide de uma legislação que já não corresponde mais à realidade. Cria até dificuldades legais em algumas situações.

Portanto, quero apenas agradecer mais uma vez o brilhante relatório do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira mais discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Paulo Paim, para fazer algumas observações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu queria no relatório fazer uma pequena homenagem ao Dr. Roberto Luiz D'Avila, que foi meu médico numa oportunidade. Se não fosse ele, eu teria tido problemas gravíssimos para a minha saúde. Sem entrar em detalhes, quero aqui reconhecer todo o trabalho desse especialista, Dr. Roberto D'Ávila, e pelo trabalho que eu sei que ele faz, inclusive, no campo social.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que bom. Quero me associar a V. Exa., que aqui presta essa homenagem pelo fato de ser um grande profissional. Além de competente, é um homem muito ético. Nesse caso, quando V. Exª homenageia é sinal que ele tem prestado bons e relevantes serviços também na área social para o povo brasileiro.

Continua em discussão.

Se ninguém quer mais discutir, vamos encerrar a discussão. Na próxima reunião voltamos a colocar em pauta a matéria – não é isso?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – O senhor encerrou os trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu não encerrei. Eu imagino que é uma matéria tão importante, vamos adiar a discussão. Não vamos encerrar, vamos adiar a discussão.

Nesse caso, pelo fato de que as matérias que se encontram na pauta da comissão são todas em caráter terminativo e como não há quórum suficiente, quórum qualificado, vamos ter que encerrar a reunião, até por que no dia de hoje, daqui a pouco, iniciaremos no plenário da Casa a Ordem do Dia, a votação que vamos ter no dia de hoje.

Nesse caso, acho que não teríamos mais nada a tratar. Mas, antes de encerrar, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu e V. Exª, tenho certeza, e compete a esta comissão e, no meu entendimento, é também uma questão de direitos humanos, eu vi ontem à noite um anúncio importante, responsável, mas mostra a gravidade da situação dos planos de saúde. Por isso, eu queria, se V. Exª entender, se não me engano, mais de 300...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Duzentos e sessenta e oito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Duzentos e sessenta e oito...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Operadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Duzentos e sessenta e oito operadoras tiveram sustados seus trabalhos pela irregularidade de procedimentos não seguindo as orientações. Se V. Exª concordar poderíamos fazer uma audiência pública conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Comissão de Direitos Humanos em uma data que os senhores entenderem adequada para a gente ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A proposta de V. Exª é exitosa e, por sinal, já havíamos feito esse comentário há dias, aqui, em relação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Eu ouvi V. Exª falar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em relação à precariedade do atendimento que tem sido ofertados àqueles que têm seus planos de saúde.

A sua proposta é meritória e quero crer que é só agendarmos a CDH e a Comissão de Assuntos Sociais e fazermos uma audiência pública conjunta e convidar naturalmente as pessoas não só da própria Agência Nacional de Saúde, sobretudo as pessoas envolvidas. Acho o fato grave, sério tem que ser feita alguma coisa. Valeu até a pena, na medida em que, na semana passada, fizemos alguns comentários e a agência tomou algumas providências tirando de circulação essas operadoras que deixarão de existir.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu ia abordar esse assunto e quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa e pedir permissão para subscrever esse requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É uma iniciativa coletiva, de todos nós.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E quero parabenizar, Sr. Presidente, a ANS – Agência Nacional de Saúde na pessoa do Dr. Maurício Sesquin e do Ministro Padilha. Isso demonstra uma responsabilidade muito grande com a saúde da população até porque 268 planos de saúde que estão comercializados por 37 operadoras não estão atendendo às necessidades da sociedade.

Na verdade, desde novembro do ano passado, que a Agência Nacional de Saúde estabeleceu um prazo de marcação e atendimento de consultas nas especialidades básicas de sete dias, ou seja, clínica geral, pediatria, cardiologia, são clínicas básicas. Deu um prazo de sete dias para que as operadoras atendessem as solicitações de seus usuários. Catorze dias para outras especialidades e vinte e um dias para procedimentos e três dias para exames.

Pois bem! Nesse balanço do primeiro trimestre chegamos a 268 planos de saúde que não estão cumprindo essa determinação. Imagine, Sr. Presidente, Senador Paim, um paciente que está precisando ser atendido por um cardiologias e, evidentemente, quem está com problema de coração é diferente de um problema de dermatologia. E, em sete dias, não consegue um atendimento? Isso é um desrespeito.

Essas operadoras não estão tendo responsabilidade com os produtos que estão colocando a venda

para a sociedade. Portanto, acho a medida pedagógica, uma medida que demonstra a responsabilidade do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde com a sociedade e moralizadora também porque, se as operadoras têm produtos que querem colocar a venda no mercado, eles precisam prezar pelo produto e pelo cumprimento do que oferecem nos contratos.

Quero elogiar aqui essa medida e acho oportuno o debate que travaremos aqui com a audiência proposta pelo Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar o Senador Paulo Davim que, como disse, é da área, do setor e, mais do que ninguém, fez a defesa da ideia de discutirmos a questão dos planos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – agradeço a V. Exª. Na verdade, essas providências teriam que ser tomadas lá trás. Há muitos picaretas no mercado. Muito picareta! Você imagina aqui... Não apenas uma medida, ou seja, 268 planos. É muita coisa, é coisa de marginal. E a ANS tem que atuar mais no interior do Brasil. Estão colocando plano de saúde no interior, lá distante...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só recolhem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só recolhem. É uma vergonha. Eu vi um cidadão que tem uma funerária e montou um plano de saúde para ele no interior. Ele faz em conjunto o plano de saúde e já tem a funerária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ganha no início e ganha no fim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Isso não é...É um fato que eu vi e não posso acreditar. Tem até um pessoal que não gosta dele e me disse: "Sabe como ele faz? Ele faz o planozinho dele aqui, tem a funerária e, quando o cidadão vai a óbito, ele dá o caixão. Depois de quarenta e oito horas ele vai lá e tira o mesmo caixão e vende para outro".

Esse é o Brasil, um País de dimensões continentais. Não é fácil. Tem de tudo. Não é brincadeira!

Acho que é louvável. Temos de, naturalmente, cumprimentar o Maurício por essas providências, o próprio Ministro Padilha. Acho que é dessa maneira que nós vamos melhorar os serviços ofertados ao povo brasileiro.

Agradeço a todos. Agradeço a presença e o empenho de todos os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Assuntos Sociais que garantiram o ritmo. Foi intenso o trabalho neste primeiro semestre.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, antes que V. Exª encerre, recebi orientação da assessoria no sentido de que poderia fazer oralmente um pedido de duas audiências públicas. Uma delas seria essa, a dos planos de saúde. Depois, nós a assinaríamos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu entregaria com a assinatura de todos, se assim V. Exª entender.

Queria ver se nós poderíamos ter, também – porque esta é a comissão correspondente e porque, inclusive, por indicação de V. Exª, coordeno a Subcomissão de Trabalho e Previdência –, uma audiência sobre os fundos de pensão. Há uma preocupação muito grande com tudo o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª já tem algum subscrevente? É fundamental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Exª concordar, oralmente, consultaria sobre a aprovação para os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto se V. Exªs concordam. Senador Paulo Davim, Senadora Vanessa, Senador João Durval, V. Exªs concordam com a proposta dos dois requerimentos de autoria do Senador Paulo Paim?

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

V. Exª quer, daqui a pouco...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou pegar a assinatura dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 57 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia oito de agosto de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João

Durval, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Registra presença o Senador Pedro Taques. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2012.** Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Cyro Miranda, que lê o Relatório em substituição ao Senador Vital do Rêgo. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2009.** Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009 com a Emenda nº 1-Plenário. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, com a Emenda nº 1-PLEN. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2010.** Autoria: Deputado Ciro Pedrosa. Relatoria *Ad Hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010 e da Emenda nº 1-CI. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Mozarildo Cavalcanti, que lê o Relatório em substituição ao Senador João Vicente Claudino. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2011.** Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 735, de 2011.** Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 735, de 2011 e das 6 (seis) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 16 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2012.** Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: Itens 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14 e 15.

EXTRAPAUTA – ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, de 2012. *Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir recente medida tomada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de suspender a venda de 268 planos de saúde. Para tanto, recomendo a presença do presidente da ANS, senhor Maurício Ceschin.* Autoria: Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Ricardo Ferraço, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques e as Senadoras Ana Amélia, Ângela Portela e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.– Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 16, conforme pauta previamente divulgada, sendo 2 itens não terminativos e 14 terminativos.

Eu gostaria de comunicar aos senhores membros desta Comissão que teremos, no dia de amanhã, uma audiência pública da CAS para debater o PLS nº 246, de 2009, que dispõe sobre o trabalho do músico, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2012, da CAS, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

Também teremos, no dia 30, aqui, às 11h30, audiência pública da Subcomissão CASFGTS, destinada a discutir o papel do FGTS como poupança do trabalhador, aprovada no dia 25 de abril de 2012, no terceiro plano de trabalho. É uma matéria muito importante, Senador Paulo Paim, o FGTS, a poupança dos nossos trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já que o senhor falou no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quero dizer que ontem, de fato, foi uma sessão histórica aqui no Senado da República, mostrando à opinião pública que nós trabalhamos, inclusive, neste período eleitoral. Votamos uma série de matérias de fundamental importância, entre elas essa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A partir do projeto aprovado ontem, o empregador não precisará mais pagar aquela multa de 10%, que não ia para o trabalhador, ficava também no governo, e isso diminuía o chamado custo Brasil. Eu achei interessante porque foi aprovado por unanimidade e no painel. Foram 60 votos, todos a favor de que o empregador não pague mais a partir da sanção da lei, que eu acredito que vai acontecer em seguida, esses 10%, porque não há mais motivo. Na época, o empregador pagava para ajudar a pagar uma dívida que o governo da época tinha com os trabalhadores. Paga a dívida, não há por que o empregador ficar com essa penalidade.

Então, eu queria cumprimentar o Senado por essa decisão, e pela decisão também de, de uma vez por todas, aprovar o dever do jornalista de ter o chamado diploma universitário de jornalista, que foi também uma grande decisão; a aposentadoria dos garçons, por unanimidade também, a regulamentação para garantir a aposentadoria especial para os garçons, projeto do Senador Gim Argello; e também aprovou-se a política de cotas, Sr. Presidente.

Eu queria, se V. Exª me permitisse, só fazer um pequeno esclarecimento. Claro que foi uma sessão tensa, havia muita preocupação em relação ao texto final, mas, por fim, o projeto foi aprovado praticamente por unanimidade. Quero só esclarecer a opinião pública – estamos ao vivo neste momento – que o que nós fortalecemos aqui, a Câmara e o Senado, com decisão do Supremo, enfim, com universidades já adotando, é a escola pública. Cinquenta por cento das vagas da universidade pública federal serão de alunos de escola pública, brancos, negros, índios e pardos, porque passou a impressão, um dos jornais aí – e eu tive que dar a explicação – que só era para negro. Não tem nada a ver. Cinquenta por cento das vagas são para...

Eu disse o seguinte: não é justo que o filho do milionário vá para a federal e o filho do pobre vá para a estadual, e alguém disse que eu queria, então, que só os filhos dos negros tivessem acesso à federal. Isso é uma bobagem, uma maldade, inclusive, que fazem aqueles que procuram distorcer um projeto muito bem-intencionado, que não é nem de minha autoria. Foi, na época, da Senadora Nice Lobão, que é do seu partido. Na época em que ela apresentou e foi feito um substitutivo que mediou a posição que nós tínhamos aqui no Senado, já aprovada, de um projeto da época da Senadora e hoje Ministra Ideli Salvatti, do qual fui, inclusive relator, aprovado na Comissão de Educação. Vai para a Câmara e a Câmara faz o corte social e racial dos 50% das vagas nas federais, 25% é para pobres – e aí o corte é de 1,5 salário mínimo – e os outros 25% ficam para negros, pardos e índios.

Eu quero, mais uma vez, se me permitirem, deixar muito claro para quem está assistindo a TV Senado que eu acho fundamental esse projeto, é uma revolução no ensino público. Teve um dado que coloquei para o Plenário e alguns Senadores me perguntaram se era verdadeiro. O dado é do IBGE. Noventa por cento da juventude brasileira estuda em escola pública, e somente 10% estão na escola privada. Noventa por cento! Então, não é justo que esses 10%, assim mesmo, fiquem com 50% das vagas. Eu digo, em tese, não tão justo, mas é justo que os 90% fiquem também com 50%, que aí serão divididos entre brancos, negros, pobres e índios.

Então, que fique bem claro, Sr. Presidente, que quando eu usei o termo, eu disse: "não é justo que um filho de milionário – usei este termo – vá para a federal, e o filho do pobre, seja branco ou negro, fique trabalhando durante o dia e pague uma particular à noite. Ele entrega praticamente todo o seu salário para cursar uma particular à noite.

Eu, se fosse um milionário – eu falo a verdade, eu, como Senador posso pagar a faculdade dos meus filhos, mas os meus filhos – porque já tenho neto – eles estão todos na escola pública e estão pleiteando, porque não podem pagar. Eu sou um Senador, tenho o meu salário e posso pagar para eles a federal. Agora eles, por sua vez, têm que manter os filhos na escola pública, porque tem que ter a sua independência e a sua autonomia.

Dia desses alguém me deu uma frase: Quer criar um filho de forma errada e equivocada? Dê tudo o que ele pedir e não o faça ir à luta. Acho que é isso, ou mais ou menos isso: ele tem que ir à luta para conquistar o seu espaço.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Inclusive, para ir ao encontro desse projeto que foi extremamente bem defendido pelo Senador Paulo Paim, ele tira – talvez V. Exa. tenha se esquecido – ele tira

uma preocupação nossa, ele dá um tempo para dez anos, porque se nós não melhorarmos o ensino fundamental e básico públicos isso vai criar sempre uma dificuldade. Mas não é possível...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É uma lei transitória. Correto!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente! É uma lei transitória. Não é possível esperar dez anos para que o ensino público se torne extremamente atrativo para que coloque os alunos nas federais, e enquanto isso esses alunos não têm a menor oportunidade. Em paralelo a isso, eu faço também uma comparação com o que está acontecendo nessas Olimpíadas, com relação ao esporte. Por que nós não estamos ranqueados de uma maneira satisfatória no quadro de medalhas? Porque também as escolas públicas não oferecem a oportunidade de esportes para esses alunos. Então, só o filho daquele que pode, da classe média alta, que pode pagar uma escola de natação, uma escola de judô, daí por diante. Então, esse projeto vem contemplar, fazer justiça. E também em relação ao projeto do Fundo de Garantia, que eu também me empenhei muito. Desde de 2009 que já foi contemplado o Plano Verão, as distorções dos Planos Collor e Verão, e no entanto estava sendo onerado – isso é um custo Brasil, é um custo para o empresariado, que não beneficia... Se estivesse beneficiando os funcionários, os empregados, ótimo. Mas não. Isso ia para um caixa do governo e desde 2009 que ele não tem a menor participação. Então, esses 10%, essa desoneração vem diminuir o custo Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exas. Têm toda a razão em relação às cotas, acho que é muito importante. É uma questão de isonomia, como muito bem disse aqui o Senador Paulo Paim. O cidadão não tem condições de pagar uma escola particular, os pobres, os menos afortunados, e a competição é muito grande; fica sendo um jogo desigual. Acho o projeto louvável, meritório, nós temos que aprová-lo, tendo em vista que o Brasil... Particularmente, eu conheço muito a questão da educação no Mato Grosso. Ainda precisa avançar muito a educação pública em nosso País; ela ainda é de péssima qualidade. Em alguns Estados se destaca.

Há poucos dias recebi uma matéria em relação a alguns Municípios do Rio Grande do Sul. Se não me falha a memória, saiu no Fantástico, no Jornal Nacional, mostrando a disparidade, a distância entre determinados Municípios lá do Rio Grande do Sul em relação a alguns Municípios do Maranhão, por exemplo. Há uma distância muito grande. Tem alguns que se aprimoraram, fizeram com que de fato a educação fosse de boa qualidade. Todavia, nós não podemos pegar isso aí como se fosse uma amostra globalizada...

Por favor, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sabe o que é, Senador Presidente Jayme Campos, Senador Paulo Paim, a disparidade, o *gap*, a distância entre e a escola privada e a escola pública é abissal, é muito grande.

Então, não está havendo, na prática, quando se disputa uma vaga numa faculdade pública, ou numa escola técnica, não está havendo igualdade de oportunidade; as pessoas estão disputando de forma desigual.

Se em algum momento, e nós precisamos nos esforçar muito para isso, houver paridade na qualidade entre a escola pública e a privada aí não haverá mais a necessidade da cota social para ingresso nas escolas técnicas e nas universidades. Mas essa não é a nossa realidade. Por isso, votei e votei com convicção na direção do caminho certo, que é o caminho de resgatar uma extraordinária dívida que o Estado brasileiro tem com os segmentos menos favorecidos da sociedade. Portanto, votei com convicção e botei a minha cabeça no travesseiro e dormi em paz, como graças a Deus gosto de fazer diariamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Senador Paulo Paim, porque mesmo não sendo eventualmente o autor da proposta...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas conhece.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Lembrando aqui a questão e aquela célebre frase do Deng Xiaoping: "Não importa a cor do gato, o importante é que o gato cace o rato." Nesse sentido, o Senado da República fez justiça, reparando uma dívida que tem com o conjunto muito grande de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exa., Senador Ricardo Ferraço.

Pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também, Sr. Presidente, chegando aqui e ouvindo um debate tão importante instalado, de votações importantes e históricas que o plenário do Senado teve ontem, eu não poderia me furtar de deixar de falar, mesmo que em poucas palavras, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que ontem foi algo muito educativo para o povo brasileiro. Pena, Senador Paim, que foi um pouco tarde; que a gente não pode, dentro do próprio plenário, debater com mais profundidade a matéria.

Entretanto, essas matérias foram muito debatidas aqui, muito debatidas em outras comissões da Casa e no próprio plenário.

Mas Presidente, primeiro, a questão do diploma de jornalista. Se não há necessidade, por que o curso? Será que não há a necessidade de historiador? As pessoas não podem se dedicar ao estudo da História? Da Geografia?

Em relação às cotas, dizer que tudo bem, é preciso, mas temos que entender que a universidade é o lugar do ensino, da pesquisa... Isso todos nós sabemos, ninguém precisa nos dizer isso. Mas o que nós sabemos também é que nós precisamos dar acesso às pessoas que lá não chegam, não por falta de capacidade intelectual. É porque não têm condições materiais, objetivas. E essa é a diferença do Brasil de hoje para o Brasil de ontem.

Quero dizer que quando eu era Deputada, o meu primeiro mandato, em 1998, eu ia à tribuna todos os dias com um jornal; todos os dias, à época do Ministro da Educação, que disse a seguinte pérola: "Que colocar recursos para pesquisa, para ciência e tecnologia, no Norte e Nordeste do país, era a mesma coisa que dar pasto para cavalo comer, era dinheiro posto fora." Então, é a mesma concepção, nenhuma diferença, nenhuma diferença.

Mas, o que feliz ao ver ontem é uma grande maioria, não uma unanimidade, mas uma grande maioria no plenário do Senado Federal defendendo essas posições, que são as mais corretas, que são as mais avançadas – e cientificamente também, as mais corretas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até vou usar o dado que o Senador Paulo Paim citou aqui, Senadora Vanessa Grazziotin. Noventa por cento dos alunos que vão para as universidades vêm das escolas públicas. Então, em tese até, acho que teria que ser muito mais, partindo dessa premissa. Ora, se 90% dos alunos que vão ingressar nas universidades federais são oriundos de onde? Das escolas públicas? Deveria ser na mesma proporção, mas, todavia, ficou em 50% e está de bom tamanho, eu acho...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero cumprimentar o Senador Paim, Sr. Presidente, porque acho que toda a nossa Comissão, V. Exa., pelo papel que tem cumprido na Casa, porque esta Comissão que debate essas questões. E ontem foi uma bela vitória. Levaram o projeto novamente ao Senado, que foi aprovado com uma margem muito expressiva de votos.

Então, parabéns, Senador Paim. Parabéns a V. Exa. também, Presidente Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu queria indagar a V. Exa. sobre a possibilidade de nós invertermos a pauta. Há um requerimento de minha autoria que me parece absolutamente necessário que a Comissão de Assuntos Sociais possa debater.

Em 10 de julho, a Agência Nacional de Saúde Suplementar anunciou a suspensão da venda de 268 planos de saúde de 37 operadoras, que atendem e contemplam a um conjunto de 3,5 milhões de beneficiários em todo o País.

Acho que seria de bom tom que convidássemos o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Dr. Maurício Ceschin, para que comparecesse a esta Comissão, para que pudéssemos aprofundar o debate e sabermos o que está acontecendo com o conjunto do sistema dos planos de saúde no País.

É a solicitação que faço a V. Exa. e o apoio que peço aos nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exa. será atendido.

Consulto o Plenário se tem alguma objeção a fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na mesma linha do nobre Senador Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que, há um tempo atrás, apresentamos requerimento semelhante. Então, eu não vejo problema algum de nós aprovarmos o do Senador Ricardo Ferraço, que me parece mais amplo, mas peço que seja apensado, para fazermos uma única audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E existe algum requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Existe. Eu peço que aprovemos o dele e que seja apensado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E a gente trabalha junto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há algo, de fato, muito estranho, as incertezas são muito grandes para o cidadão brasileiro, para o usuário brasileiro em relação aos planos de saúde.

Portanto, podíamos fazer uma audiência em conjunto para diagnosticarmos, e me parece ser essa uma tarefa da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

Extrapauta

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, DE 2012

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos

Sociais (CAS), para discutir recente medida tomada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de suspender a venda de 268 planos de saúde. Para tanto, recomendo a presença do presidente da ANS, senhor Maurício Ceschin.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, se V. Exa. quiser fazer o encaminhamento da matéria, até porque V. Exa. já fez aqui praticamente o encaminhamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É verdade. Apenas gostaria de solicitar a V. Exa. que, se possível for, a gente aproveitasse o esforço concentrado já na semana de 28 de agosto para que – quem sabe? – pudéssemos trazer aqui a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

É a solicitação que faço a V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós queremos comunicar a V. Exa....

Primeiro vamos colocar em votação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu comunico a V. Exa., Senador Ricardo Ferraço, que, no dia 28, dentro do esforço concentrado, nós vamos tentar, ou seja, solicitar ao convidado que esteja aqui nessa data.

V. Exa. tem toda a razão, e eu imagino que será possível que o Dr. Maurício compareça aqui no dia 28, no esforço concentrado marcado aqui para os dias 28, 29 e 30 de agosto.

Já está agendado. Comunico a V. Exa..

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero só comunicar também...

Este é o Requerimento nº 50, Senador Paulo Paim, que foi de V. Exa. Diz o seguinte:

Com fundamento no disposto no art. 93, II do RISF, requeiro a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a situação dos planos de saúde no Brasil. A lista de convidados será enviada posteriormente para a Secretaria desta Comissão.

Então, vamos apensar, e vamos fazer apenas uma audiência.

Ela é em conjunto com a CDH neste caso aqui. V. Exa. tem alguma objeção a fazer?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se não tem objeção, vamos apensar e realizar uma audiência pública só.

Quero registrar também a presença do Senador Pedro Taques, que nos honra aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita só, desculpe-me voltar ao assunto, mas o pronunciamento do Senador Pedro Taques ontem em plenário foi brilhante. Foi técnico, foi jurídico, foi social e foi político.

Então, eu tenho que dar este depoimento. Impecável! Inatacável! Tanto que ninguém, ninguém fez nenhum comentário em relação ao seu pronunciamento, a não ser o pronunciamento positivo.

Então, meus cumprimentos, e eu agradeço em nome dos brancos, negros e índios, porque aqui nós fortalecemos para todos as escolas públicas e a universidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já discutimos inclusive a matéria aqui hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esta comissão é democrática, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, tenho certeza. Conduzida por V. Exa., não poderia dar exemplo maior do que esse.

Agradeço o Senador Paulo Paim, mas o esforço é todo de V. Exa., que é uma luta de toda uma vida.

Parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o turismo rural e seu tratamento tributário, previdenciário e trabalhista, altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

Autoria: Senador Lauro Antonio.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

– Votação simbólica.

Indago ao Senador João Durval se S. Exa. pode relatar como Senador *ad hoc*. *(Pausa.)*

Consulto o Senador Cyro Miranda. V. Exa. pode relatar *ad hoc*? *(Pausa.)*

Trata-se do Item 1, pág. 17.

Convido o Senador Cyro Miranda para relatar *ad hoc* a matéria.

V. Exa. está com a palavra.

Relator *ad hoc* do Item 1. Projeto de Lei do Senado 45, de 2012.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Com muito prazer o faço.

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012. A iniciativa pretende disciplinar o tratamento tributário, previdenciário e trabalhista dado ao turismo rural. Além de definir as atividades vinculadas a essa espécie de turismo, a proposta pretende conceder a essa atividade o mesmo tratamento concedido aos produtores rurais.

Na justificação à iniciativa, o autor afirma ter como objetivo "suprir a ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o turismo rural como segmento turístico". As sugestões estão fundamentadas, segundo o proponente, nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, do Ministério do Turismo, nos estudos do Idestur – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural, e em projetos já apresentados por ex-deputados.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

As alterações legislativas pretendidas tratam da concessão de tratamento tributário, previdenciário e trabalhista adequado ao turismo rural. Não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais referentes à iniciativa e competência para legislar.

A proposta está relacionada com as relações de trabalho e de emprego, com o enquadramento do turismo rural entre as atividades sujeitas ao regime do trabalho rural (Lei nº 5.889, de 1973). Modifica-se, também, dispositivo sobre as contribuições previdenciárias, permitindo a utilização da receita bruta como base para os recolhimentos. Tudo isso justifica a participação desta Comissão na análise da matéria, pois, nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre essa temática.

No mérito, a proposta merece ser acolhida. O turismo rural representa uma alternativa sustentável de exploração das riquezas naturais e culturais do País. O estímulo a essa atividade permitirá o acesso de mais pessoas ao lazer, aproximando os cidadãos, de médios e pequenos municípios, das estruturas, serviços e oportunidades turísticas.

Considerando que a exploração do turismo rural pode ser utilizada como complementação de renda, nada mais justo, como quer o projeto, que seja permitida a administração dos meios de hospedagem, tanto por pessoas físicas como jurídicas, permitindo-se, assim, que os pequenos proprietários rurais possam atuar nesse ramo econômico, preservando os sítios e suas condições ecológicas. Com isso, serão criados empregos rurais, mantendo o homem no campo, longe da insalubridade e periculosidade dos grandes aglomerados econômicos.

Em relação ao mérito, as modificações são apropriadas. E, no que se refere aos aspectos técnicos, não vemos, tampouco, impropriedades capazes de depor contra a aprovação da matéria.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – agradeço a V. Exa., Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 368, DE 2009
– Não Terminativo –

Regula o exercício da profissão de historiador e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, com a Emenda nº1–Plenário.

Observações:

– Em 12.04.2010, o Senador Alvaro Dias, apresenta Emenda nº 1-PLEN ao Projeto;

– Em 02.03.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-PLEN;

– Em 05.07.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-PLEN;

– A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro quero mais uma vez cumprimentar o Senador Paulo Paim pela bela iniciativa. Os historiadores, a categoria dos historiadores é muito importante não só na formação, mas em diversas outras áreas, conforme coloco aqui no relatório.

Quero destacar que penso nunca ser demais a vigilância do Senador Paim em relação ao direito dos trabalhadores todos. Às vezes, Senador, eu fico pensando por que eu não dei entrada nesse projeto, tão importante ele é. Uma das minhas assessoras, no gabinete, é historiadora e ficou encantada com esse projeto, como está toda a categoria.

Durante esse período de "recesso" – trabalhamos muito –, fui procurada por vários grupos de professores da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Estadual e de várias outras universidades, pedindo que eu apresentasse rapidamente este relatório, Presidente Jayme e Senador Paim.

Portanto vou passar já à análise do mérito.

É inegável que os historiadores não estão mais restritos, em seu trabalho, às salas de aula. São necessários e imprescindíveis em museus, centros culturais, empresas de publicidade e de turismo e são demandados, com frequência, na produção cinematográfica e nos meios de comunicação.

Essa regulamentação, objeto do Projeto de Lei do Senador Paim, vai tornar os cursos de História mais atraentes, melhorando o perfil dos candidatos ao exercício desta profissão. E irá facilitar o acesso dos formandos ao mercado de trabalho, abrindo horizontes e espaços profissionais para os historiadores. Em última instância, a norma servirá ao interesse coletivo, melhorando o nível dos produtos artísticos e culturais e colaborando para a preservação de nosso patrimônio histórico.

Estamos instituindo, com a aprovação desta proposta, uma identidade legal para os profissionais da História. Com isso queremos dar impulso à qualidade e à excelência na produção de bens e serviços históricoculturais, difundindo a consciência da responsabilidade social do historiador entre aqueles que se dedicam a esta atividade. Com certeza um fator a mais na construção da cidadania.

Quanto à Emenda nº 01 – PLEN, entendemos necessário acatá-la, tendo em vista que ela confere maior clareza e precisão ao dispositivo modificado, aperfeiçoando a técnica legislativa.

Voto.

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, com acolhimento da Emenda nº 01 de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exa., Senadora Vanessa. Também cumprimento o autor do Projeto, o Senador Paulo Paim.

V. Exa., para encaminhar a matéria, discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De forma muito rápida, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, que foi a fundo na questão, dialogou com todo o setor.

Este Projeto já foi inclusive aprovado. Houve uma emenda de plenário e ele volta para cá. A emenda, de fato, tem fundamento. É, se não me engano, do Senador Alvaro Dias e tem também o apoiamento de todos os historiadores.

Até um tempo atrás – permita-me, Senadora Vanessa, que é muito mais conhecedora do assunto do que eu –, fazia-se História... Por que você fez História? Porque vou ser professora de História. E aqui nós estamos abrindo o leque, de forma muito mais ampla, com a profissão, então, de historiador.

Por isso, quero cumprimentar todos os historiadores do País e, naturalmente, a nobre Senadora pelo relatório que apresenta e que inclui a emenda apresentada em Plenário, se não me engano, pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, e à Emenda nº 01.

As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2009, com a Emenda nº 01... *(Pausa.)*

É um no Plenário.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 408, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

– Em 06.03.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 01-CDH (Substitutivo);

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado, o Substitutivo será ele submetido a turno suplementar;

– Votação será nominal.

Registro a presença do valoroso Senador Benedito de Lira, do Estado do Alagoas, grande e valoroso homem público do Nordeste brasileiro.

Concedo a palavra à valorosa Senadora gaúcha, Ana Amélia, que bem representa o seu Estado aqui no Congresso Nacional.

Com a palavra V. Exª.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada Presidente Senador Jayme Campos.

Senadores e Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, eu vou direto à análise dessa matéria.

Como bem assinalou o Relator que nos antecedeu no exame desse tema tão relevante, o abuso de drogas lícitas e ilícitas é um verdadeiro flagelo social, que atinge cruelmente os adolescentes e, de forma ainda mais trágica e estarrecedora, as crianças.

Como enfatizou o Senador Magno Malta, a Constituição Federal garante proteção especial a crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes e drogas afins, prevendo, no seu art. 227, § 3º, inciso VII, o direito a programas de prevenção e atendimento especializado.

Por isso, também consideramos que o PLS nº 408, de 2011, representa uma contribuição meritória para enfrentar o grave problema da dependência de drogas, em atendimento ao comando constitucional.

Da mesma forma, entendemos apropriada a mudança de redação que ampliou o objeto do art. 14-A a ser inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que passa a garantir a assistência ali prevista a todas as crianças e os adolescentes "dependentes químicos ou com problemas decorrentes do uso indevido de drogas".

Ressalvamos apenas a necessidade de nova ampliação no escopo da assistência ali prevista. A Constituição Federal menciona "programas de prevenção e atendimento especializado". A nosso ver, tal atendimento, para ser considerado completo, necessita abranger mais do que a assistência prestada por médicos e psicólogos. É necessário que a lei permita também o atendimento por assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e profissionais que possam proporcionar às crianças e aos jovens dependentes experiências e alternativas de vida atrativas, a exemplo dos profissionais ligados ao aprendizado de artes, esportes e ciências, entre outras atividades.

Assinalamos, por fim, que não vislumbramos óbices constitucionais ou jurídicos à aprovação do PLS nº 408, de 2011.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2011, nos termos da emenda substitutiva adiante formulada, e pela rejeição da Emenda nº 01 – CDH (SUBSTITUTIVO):

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir assistência integral e multiprofissional à criança e ao adolescente dependentes químicos ou com problemas decorrentes do uso indevido de drogas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo I do Título II da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 14-A:

Art. 14-A. Incumbe ao poder público proporcionar assistência integral e multiprofissional à criança e ao adolescente dependentes químicos ou com problemas decorrentes do uso indevido de drogas, com vistas à proteção de sua saúde física e mental e de seu bem-estar social, e promover campanhas de prevenção e combate a esse uso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Este é o voto, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Vamos adiar a discussão pelo fato de nós não termos ainda quorum qualificado para discutir a matéria, tendo em vista que a votação é em caráter terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 735, DE 2011
– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem e a propaganda de alimentos contendo nutrientes e substâncias com efeito nutricional ou fisiológico menos seguro e de refeições rápidas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 735, de 2011, e das 6 (seis) emendas que apresenta.

Observações:

– Em 24.04.2012, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer contrário ao projeto;

– Votação nominal.

A matéria é retirada de pauta a pedido da relatora.

Consulto V. Exª se é confirmado o pedido. *(Pausa.)*

Item 16, também que é a página 03, o projeto...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) **–** Mantém o item 16 na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – BA) **–** A Senadora Angela Portela também afirma que há pedido de retirada da pauta, que é o item 16. Também estamos retirando de pauta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) **–** É para manter. O item 16 é para manter na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – BA) – A matéria é retirada a pedido da Relatora. A senhora não quer retirar?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Não, eu mantenho a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – BA) – Perfeito. Está confirmado.

Pela ordem, Senador Paulo, por favor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu solicito, Sr. Presidente, para que possamos apreciar item por item...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – BA) **–** Essa matéria, Senador Paulo Davim, já foi lida. Foi pedido vista pelo Senador Cyro Miranda. Além disso, para votar, nós precisamos do quorum.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) **–** Ah, o quórum! Está certo. Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – BA) – Nós não temos ainda o quorum qualificado. Se fosse uma matéria sem quorum qualificado, poderia ser colocada em votação, mas não é.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 121 DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção de trombose venosa profunda.

Autoria: Deputado Ciro Pedrosa

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010, e da Emenda nº 1-CI.

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI;

– Votação nominal.

Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se V. Exª pode relatar *ad hoc*. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, convidado para ser relator *ad hoc* desta matéria. Esta com a palavra V. Exª, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) **–** Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma dupla honra para mim relatar essa matéria: o relator é um colega de Partido, Senador Claudino, e, ao mesmo tempo, trata-se de um assunto médico.

Como diz a análise do relatório:

No mérito, concordamos com o propositor quanto ao entendimento de que a imobilidade prolongada em viagens é um fator de risco para a ocorrência da trombose venosa profunda, ampliando-se com a duração da viagem, a ausência de paradas e a falta de condições para a movimentação dos passageiros durante a viagem.

Concordamos, também, com o reconhecimento de que algumas medidas simples são efetivas para reduzir o risco da ocorrência daqueles eventos e que a informação sobre elas pode e deve constituir orientações a serem transmitidas aos passageiros pelas empresas transportadoras e, com isso, reduzir o ris-

co da ocorrência daqueles danos, se adotadas pelos passageiros.

Nesse sentido, a solução proposta pela CI, que nos antecedeu no estudo da matéria, é, a nosso ver, adequada.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010, e da Emenda nº 1 – CI.

É o relatório preparado pelo Senador João Vicente Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Essa matéria, como também é terminativa, vamos adiar a sua discussão, até termos quórum qualificado aqui, na nossa Comissão. É uma matéria muito importante, mas temos que retirá-la.

Eu gostaria apenas de comunicar também, aqui, para os Srs. e as Sras. Senadoras da Comissão de Assuntos Sociais e aos que nos assistem pela TV Senado, o resultado, divulgado pela Agência Senado, de enquete realizada pelo *Data Senado*, Senador Paulo Paim, por telefone, com 1.227 pessoas de 16 anos ou mais, em 123 Municípios, entre os dias 10 e 24 de julho. A saúde apareceu como preocupação dos brasileiros, conforme declarado por 34% de cidadãos ouvidos. A corrupção aparece em segundo lugar, com 20%. Mas o que me chama mais atenção é que – e nesse caso, particularmente, foi nacional, em 123 Municípios –, por incrível que pareça, em alguns Municípios brasileiros, chega a 68%, ou seja, há uma dicotomia bem distanciada entre uma região do Brasil e outra. Trinta e quatro por cento é o índice nacional, mas, em algumas Regiões, chega a 68% a reclamação, ou seja, a insatisfação com a questão da saúde pública em nosso Brasil. A corrupção, 20%.

Para a maioria dos entrevistados, para 75%, o Senado pode ajudar a resolver essas questões. Isso é muito importante, na medida em que entendo que, neste caso, a sociedade ainda acredita no Congresso Nacional. Setenta e cinco por cento da população brasileira ainda acredita que o Congresso Nacional – imagino, as duas Casas – poderá resolver, naturalmente, os problemas da saúde, da corrupção e de outras áreas e outras mazelas que, eventualmente, tenhamos o desprazer de estar conviver todos os dias em nosso País.

Consulto se V. Exª tem alguma observação a fazer, pelo fato de que a maioria absoluta das matérias que se encontra na pauta da Ordem do Dia de hoje, são terminativas.

Quero comunicar a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que já foram encaminhados todos os Expedientes para as autoridades que serão convidadas para o grande seminário que será realizado no mês de setembro, dia 13, Seminário sobre Acidentes de Motos. Todas as autoridades recomendadas por V. Exª e solicitadas já foram oficializadas. Espero que essas pessoas compareçam porque é um seminário muito importante em relação ao número de acidentes de motos em nosso Brasil. Estou comunicando a V. Exª que assinamos todos eles no dia de hoje.

Com a palavra Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer todas as providências, especialmente à zelosa, dedicada e competente Assessoria desta Comissão, a nossa Dulcídia.

Queria também dizer que, nessa data, a importância do seminário equivale à importância do dia 13 de setembro, que é o aniversário do nosso Presidente. Então, para todos nós, será um momento muito importante. Acho que todos os membros desta Comissão acompanharam aquela primeira audiência pública que aqui fizemos e que teve uma repercussão nacional, com mais de 400 ligações telefônicas do Brasil inteiro. Então, penso que esse seminário pode balizar bem.

Espero também que os Ministros, especialmente o Ministro da Saúde, que tem tanto envolvimento com essa área, possa comparecer. Vou fazer um convite pessoal, reforçando a correspondência que V. Exª enviou a ele, para que esteja presente. Também renovo o convite a todos os colegas Senadores e Senadoras para trazerem a contribuição valiosa a esse seminário que será no Auditório Petrônio Portella, dada a relevância da matéria e o número de interessados em debater.

É inacreditável o aumento das mortes e dos acidentes envolvendo motocicletas. Isso tem vários aspectos: de saúde; de Previdência Social, cujos gastos estão aumentando violentamente; de mobilidade urbana.

Os aspectos da Previdência são muito graves, porque a principal vítima desses acidentes está na faixa entre 18 e 24 anos, ou seja, na fase mais importante da vida profissional e ativa.

Também essa questão da mobilidade urbana é fundamental, porque com a qualidade baixa do transporte coletivo urbano e o preço mais alto, hoje é muito mais barato uma pessoa comprar uma moto, que com um litro de gasolina que custa dois reais e poucos centavos faz 30 quilômetros. E não demora como o ônibus, que vai parando nas suas paradas. Então, isso está criando um problema adicional.

Agora, também o próprio Denatran fez algumas modificações, mas só para se ter uma ideia das distorções nisso, hoje, para uma habilitação de motociclista é preciso 30 horas de treinamento. Das 30 horas, 25 horas são para teoria e apenas cinco horas de práti-

ca. Quer dizer, está tudo invertido. E é isso que nós queremos discutir.

Então, agradeço muito ao Presidente pelas providências tomadas e renovo o convite a todos os Senadores para este grande evento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

O que é mais importante e nós chamamos atenção nesse seminário é que nós temos também de nos aprofundar mais não só em número dos índices estatísticos, que são muito exagerados, até pelo fato de que a cada dia que passa estão aumentando, mas para a questão da mobilidade urbana no Brasil, que é gravíssima. Muito grave.

Eu estou vendo, no Mato Grosso, que é um Estado bem interiorano do Brasil, como aumentou o número de motos e o número de automóveis. Não é só lá, mas no Nordeste, no Sul, no Sudeste. Entretanto, pouco ou quase nada se está fazendo para a melhoria da questão da mobilidade urbana. E quando se pretende fazer algo, há uma dificuldade imensa, sobretudo pela questão das concorrências públicas, a questão ambiental, dos impactos ambientais que eventualmente podem surgir. Há enorme interferência dos tribunais de contas dos Estados, do próprio TCU e do Ministério Público.

Hoje mesmo, em Mato Grosso, Senador Paulo Paim, há a proposta de se introduzir um VLT. Parece-me que o dinheiro está alocado, no total da ordem de R$ 1,400 bilhões. A licitação já está pronta e também a RDC. Agora, o Ministério Público, tanto Federal quanto Estadual, foram lá e entraram com uma ação. O juiz concedeu uma liminar e a obra vai parar.

Já tem dificuldade pelo fato de que os prazos foram exaurindo. Essa obra é pela Copa do Mundo. Não vai dar tempo! E depois que passar a Copa do Mundo, eu pergunto: essa concorrência vai prevalecer? Porque a lei é clara: são obras para atender à demanda de obras da Copa do Mundo! E como fica?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas a segurança jurídica diz.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, segurança jurídica. É grave, sério. Eu acho que nós temos um papel preponderante, agora, nessa discussão da questão da mobilidade urbana.

Vai chegar um momento, Senador Mozarildo Cavalcanti, que não vai ser possível andar no Brasil, não! Lá de Roraima, Amapá, Cuiabá, o Brasil inteiro vai ficar parado, vai engessar. Então, vamos ter de fazer rodízio de carro, bicicleta, moto, etc, se não melhorarmos as nossas vias públicas.

A nossa malha urbana está totalmente precária, como também as nossas rodovias federais, estaduais. Há a questão de logística do Brasil, que está horrível. Basta qualquer movimentação de caminhoneiros para nós pararmos o trânsito de todo território nacional.

Então, é grave, sério. Nós temos que discutir com a maior amplitude possível. É óbvio e evidente que há comissões que têm mais vínculo com o assunto, como a Comissão de Infraestrutura. Contudo, nós não podemos passar despercebidos, pelo fato de que há envolvimento, principalmente na questão...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do trânsito nosso, das mortes causadas pelo trânsito brasileiro.

São preocupações que eu trago, pelo fato de estar vendo a necessidade de que algo seja feito. Todos nós sabemos, mas quase pouco ou nada se está fazendo para melhorar a questão do trânsito, da mobilidade urbana em nosso País.

Eu consulto se alguém quer se manifestar, pelo fato de todas as matérias que se encontram à mesa serem em caráter terminativo.

Eu quero agradecer a V. Exas: Senadora Angela Portela, Senador Mozarildo, Senador Paulo Davim, Senador Paulo Paim, valoroso e grande Senador baiano João Durval e a Senadora Ana Amélia. Entretanto, pelo fato de que essas matérias são terminativas, eu quero declarar encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 51 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 19ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos, do dia doze de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença do Senador Vicentinho Alves e da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Deixam de comparecer os

demais membros. A Presidência registra a presença do Senhor Havila da Nóbrega, Assessor de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para debater "os trabalhos desta Subcomissão em 2011 e a Campanha Nacional em Defesa da CLT", em atendimento ao Requerimento nº 66, de 2011-CAS de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: José de Lima Pereira, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT; Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; José Da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC; Sérgio Luiz da Costa, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás; Sérgio Miranda, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais – FST/MG. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente Senador Paulo Paim propõe a dispensa de leitura e aprovação da Ata da presente Reunião (19ª Reunião de 2011), que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 18ª reunião de 2011 e sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutirmos os trabalhos desta Subcomissão e debatermos a Campanha Nacional em Defesa da CLT, promovida pelo movimento sindical. Essa iniciativa é desta Presidência.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará a seguinte norma: os convidados farão a exposição de dez minutos com mais cinco, com a devida tolerância. Depois, a palavra voltará ao Plenário.

Para esta audiência pública, convidamos o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores; o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que, juntamente com o Fórum, está liderando essa campanha nacional em defesa da CLT. Eu mesmo participei de dois ou três eventos nos Estados, inclusive da abertura.

Tenho aqui um balanço, que depois apresentarei, dos trabalhos desta Comissão, o que aconteceu de mais importante, no meu entendimento.

Mas também gostaria de comentar, antes de iniciar nosso debate, uma decisão que foi tomada sobre a repercussão geral do instituto da desaposentação. Acho que foi uma decisão muito importante. Sou um Parlamentar que tem trabalhado muito nesta ideia de garantir o direito à desaponsentadoria para o trabalhador do Regime Geral da Previdência. Por isso, permitam-me fazer uma pequena introdução com esse tema.

Srªs e Srs. Convidados, Telespectadores da TV Senado, já que estamos ao vivo para todo o Brasil, queria, neste momento, tecer elogios aos Ministros do Supremo Tribunal Federal pelo reconhecimento da repercussão geral do instituto da desaposentação.

Esse instituto, para mim, é o principal instrumento, a principal ferramenta, porque nós, que temos compromisso com os trabalhadores do Regime Geral da Previdência, temos de enfrentar o tal do fator previdenciário. Todos vocês sabem – e o movimento sindical tem apoiado, hoje é unânime no movimento sindical – que temos de combater o fator previdenciário, porque ele confisca dos mais pobres a metade do salário no ato da aposentadoria. E o instituto da desaposentadoria faz com que esse trabalhador do Regime Geral da Previdência que se aposenta pelo fator e perde a metade do salário e volta a trabalhar possa somar o tempo de contribuição e a idade, para que passe a ter mais anos de trabalho para fazer o recálculo devido ao fator previdenciário, que vai garantir para ele, no meu entendimento, o princípio da integralidade, como existe hoje para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário.

Por isso, quero aqui começar esta audiência pública, já que tenho um projeto que garante exata-

mente o direito à desaposentação, como também o Deputado Cleber Verde tem na Câmara um projeto no mesmo sentido.

Uma rápida introdução para iniciarmos nosso debate.

A repercussão geral é uma análise preliminar realizada sobre o mérito da questão a ser posteriormente discutida. A decisão proveniente dessa análise será aplicada pelas instâncias inferiores em casos idênticos, com efeito *erga omnes*, para todos.

A preliminar da repercussão geral é analisada pelo Plenário do Supremo, por meio de um sistema informatizado, com votação eletrônica, ou seja, sem necessidade de reunião física dos membros do tribunal.

Para recusar a análise de um recurso são necessários pelo menos oito votos, caso contrário, o tema deverá ser julgado pela Corte.

Para ser reconhecida a repercussão geral, é necessário que o tema tenha relevância do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, ou seja, que tenham interesse para toda a sociedade.

Se aprovada – aí entra o mérito – a desaposentação, o segurado do Regime Geral poderá converter a sua atual aposentadoria por outra mais vantajosa, mediante a renúncia ao primeiro benefício e o recálculo das contribuições recolhidas após esse período. Calcula-se que existam no Brasil aproximadamente 500 mil aposentados que voltaram a trabalhar e contribuem para o INSS. A matéria já havia sido discutida pelo Supremo em outro recurso que ingressou na Corte antes do instituto da repercussão geral, de nº 381.367. A decisão está pendente de decisão pelo pedido de vista, mas o Ministro Marco Aurélio, relator da matéria, entende que é possível, juridicamente, o direito à desaposentação.

Entendo que o reconhecimento da repercussão geral é importante e oportuno, pois todos os recursos pendentes de julgamento nas instâncias inferiores seguirão o entendimento fixado pela Corte, empregando celeridade aos demais pedidos, ou seja, tão logo a matéria seja julgada pelo Supremo, os demais tribunais terão o norte para suas decisões.

Por fim, alinho-me ao entendimento do Ministro Marco Aurélio de que, dentro do arcabouço jurídico brasileiro, é perfeitamente possível a aplicação do instituto da desaposentação.

Espero sinceramente que a matéria seja julgada com brevidade e faça justiça aos inúmeros aposentados que contribuem para a Previdência sem nada receberem em troca. Digo isso porque existem dois projetos sobre o assunto tramitando no Congresso: um no Senado, de minha autoria, que é o de nº 91, de 2010, e um da Câmara, de nº 2.682, de 2007, do Deputado Cleber Verde, que buscam esse direito.

Se o Congresso não aprecia os projetos, que bom que o Supremo decida juridicamente o assunto, que vai ser, repito, uma forma de exigir que o Executivo se pronuncie sobre o famigerado fator previdenciário.

Fiquei muito feliz com essa decisão porque, recentemente, estive num debate em Porto Alegre, com alguns analistas e juristas que tratam do tema, e todos me davam já como favas contadas que perderíamos no Supremo. Eu disse que sou daqueles que são otimistas por natureza, porque o pessimista já perde por antecipação, e defendi lá que eu ainda acreditava que o Supremo ia fazer justiça. Lembro-me como se fosse hoje, e dizia que, se na área pública é permitida a desaposentação e não tem fator, por que no Regime Geral também não vai ser permitido.

Enfim, parece que o bom senso prevalece ainda neste País e que bom que o Supremo está tomando medidas quando o Congresso não toma. Se o Congresso não toma, que bom que o Supremo toma. Foi assim já no aviso prévio proporcional, é bom lembrarmos. Só teve o aviso prévio proporcional porque o Supremo deixou claro que ele ia decidir e em cima de um projeto que tínhamos apresentado, em que o ganho seria maior. Aí o setor econômico se assustou e concordou em votar rapidamente o aviso prévio proporcional.

Neste momento aqui da desaposentação, estou com a mesma visão, se o Supremo mantiver essa posição, caminharemos rapidamente para acabar com o fator previdenciário, que é o interesse de milhares e milhares de brasileiros.

Então, mais uma vez, meus parabéns ao Supremo, vamos torcer para que a decisão final seja exatamente essa e que possamos, quem sabe, o mais rápido possível, nesta Comissão, celebrar o fim do fator e a garantia da desaposentadoria.

Por que está ligada uma coisa à outra, rapidamente, para as pessoas que estão nos assistindo? O que o cidadão faz, quando sabe que vai se aposentar, e o salário dele vai para a metade? Ele vai dizer o seguinte: tudo bem, eu me aposento, ganho a metade, mas continuo trabalhando. Então, ele ganhava dois, passa a ganhar três, e continua pagando sobre o seu vencimento máximo, ou seja, os R$2 mil, e, lá na frente, com um número maior de anos de vida e um número maior de anos de contribuição, ele vai atingir o que eles chamam acima do índice 1 e, consequentemente, vai se aposentar integralmente. Então, ele ficou ganhando R$3 mil e, lá na frente, vai se aposentar com R$2 mil. Se não fosse isso, ele ia se aposentar com um e mais nada, porque seria sem o fator.

Alertei o Ministério da Previdência há muito tempo que esse seria o caminho natural, se não houvesse uma resposta ao fator. E, mais uma vez, parece que, felizmente, estávamos certos, e acredito que o Supremo vai manter essa posição.

Vamos começar, aqui, o nosso debate.

Eu convido os nossos convidados presentes para que se dirijam à Mesa. Convido o José Augusto, do Fórum Sindical de Trabalhadores, para que ele venha à Mesa; convido o Lourenço Ferreira do Prado, que é o Presidente da Contec; o José Calixto Ramos, que é da Nova Central, e o representante do Ministério Público do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira.

Sejam bem-vindos.

A intenção nossa no dia de hoje é falarmos um pouco sobre a importância da defesa dos direitos dos trabalhadores. E, quando falo direitos dos trabalhadores, claro, estou pegando todo o leque: trabalhador, aposentado, pensionista, enfim, aqueles que estão desempregados, e a defesa, naturalmente, da nossa CLT.

Tenho dito que tanto a Comissão de Direitos Humanos quanto esta Subcomissão em Defesa do Trabalho e da Previdência acabaram se tornando espaços aqui de um debate permanente em defesa dos interesses, principalmente, dos assalariados deste País. Por isso, saiu uma manchete dizendo que a Comissão é trincheira dos movimentos sociais. E sinto-me muito orgulhoso dessa frase que acabei dizendo que acabou repercutindo na mídia aqui, do Congresso Nacional.

Ainda sobre o tema, hoje, aqui, na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vamos debater as ações em defesa da CLT e avaliar o que temos que fazer nos próximos anos, para garantir o direito dos trabalhadores e dos aposentados.

Hoje, realizamos a 19ª audiência aqui, na Casemp. Os trabalhos foram instalados em 29 de março, data em que também fomos escolhidos para presidir esta Comissão. No comando desta Comissão também, como Vice-Presidenta, está a Senadora Lídice da Mata, uma lutadora, uma guerreira, que tem sido fundamental para a construção de soluções e de demandas que aqui chegam.

No dia 5 de abril, após a definição dos planos de trabalho e dos temas que constariam da pauta da Comissão para 2011, ocorreu a primeira audiência pública. Iniciou-se, na ocasião, o ciclo de debates sobre defesa do emprego e da previdência. Lembro-me, aqui, de que o primeiro assunto foi o Fundo de Pensão Aerus, que até hoje estamos lutando para que eles tenham direito a voltar a receber uma aposentadoria decente. Está também no Supremo e estamos em negociação com a Casa Civil e AGU, visando a garantir que os aposentados e pensionistas do Aerus tenham o direito a receber seus vencimentos, de acordo com aquilo que pagaram.

Quando falo do Aerus, é especificamente dos aposentados da Varig, Transbrasil e Vasp, que, quando faliram, deixaram um fundo de pensão e não houve a fiscalização devida dos responsáveis na época. Eles se apropriaram do dinheiro e desviaram o dinheiro dos aposentados. Calculem: um comandante que deveria estar ganhando hoje R$15 mil ganha um salário mínimo, mais ou menos isso. Então, fizemos todo um movimento para vermos se recuperamos o direito à aposentadoria com o mínimo de decência, já que o que eles recebem hoje é um vencimento que eu consideraria indecente.

Fizemos também um bom debate aqui sobre a questão do ensino técnico. Depois do debate do ensino técnico, fundado inclusive no Fundep, um projeto de nossa autoria que está em debate no Senado e que geraria em torno de R$9 bilhões para investimento na formação técnica do nosso povo, surgiu o Pronatec, que é uma bela iniciativa da Presidenta Dilma.

O Pronatec hoje é um dos principais programas do Governo, que tem como objetivo principalmente investimentos no ensino técnico para todo o nosso povo. Enfim, não vou fazer, neste momento, a leitura de todo o trabalho da Comissão, só quis destacar algumas coisas. Outros tantos vamos debater depois aqui. Fizemos o ciclo de debates também sobre a previdência; fizemos o ciclo de debates sobre o trabalho de homens e mulheres chamados mais experientes, de onde surgiu um cadastro nacional que garantiu o emprego para aqueles que estavam afastados das mais variadas áreas. Fizemos um bom debate sobre a situação dos vigilantes das empresas privadas. O eixo principal foi que até hoje eles não recebem sequer o adicional de periculosidade, embora atuem em áreas de alto risco.

Continuarei falando, no desenrolar dos nossos trabalhos, de algumas audiências públicas.

Neste momento, vou passar a palavra, para a fala de introdução, ao José Augusto da Silva Filho.

José Augusto, não é que você tenha sido sorteado, mas, na lista, você é o primeiro mesmo. Então, José Augusto da Silva Filho, Coordenador do Fórum Sindical de Trabalhadores, para que faça as suas considerações.

Os outros convidados, na medida em que forem chegando, participarão de uma segunda Mesa, para que todos possam participar do debate.

José Augusto com a palavra.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom-dia a todos. Presidente, Senador Paulo Paim, companheiro José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, Sr. Lourenço Ferreira Prado, Presidente da Contec e

companheiro da coordenação do Fórum Sindical dos Trabalhadores; e Dr. José Ramos Pereira, do Ministério Público do Trabalho.

Primeiramente, Paulo Paim, agradeço pelo convite formulado ao Fórum e às demais entidades que o compõem. Hoje nós estamos com 18 confederações nacionais de trabalhadores dentro do Fórum e quatro centrais sindicais, mais a Cobap, do nosso amigo e companheiro Warley.

Então, em nome de todas essas entidades, agradecemos o espaço para fazer uma avaliação dessa atividade nossa e dar uma satisfação para todo o povo brasileiro, aos telespectadores, aos Senadores desta Casa e demais dirigentes do movimento sindical brasileiro, sobre o porquê dessa iniciativa e alguns resultados, dentro dessa proposta de avaliação que está prevista aqui nesta audiência pública, juntamente com a avaliação dos trabalhos da própria Comissão. O Paulo Paim já citou alguns e, durante a reunião, provavelmente apresentará os demais.

E vou iniciar, Paulo Paim, dizendo o seguinte: um conjunto de fatores que estão sincronizados aqui dentro da Casa... E é gozado porque a sociedade se manifesta, como o senhor diz, faz a pressão, e o Congresso se manifesta por meio de audiências públicas, proposições e daí por diante.

O que está acontecendo, José Ramos? Misteriosamente, está acontecendo o contrário. Forças ocultas e que não são oriundas do conjunto do movimento sindical brasileiro andam promovendo o Diap. Inclusive saiu, no último boletim, o vice-presidente do Diap, que fala: "Amor sindical em ebulição". Uma nota feita pela diretoria do Diap, que não é a pauta do movimento sindical brasileiro. O movimento sindical brasileiro tem uma pauta que prioriza um conjunto que não são essas demandas como a PEC 369, do extinto e falido Fórum Nacional do Trabalho, que se enforcou por si próprio, por falta de adesão do próprio governo no movimento sindical, não é, Calixto? Naquela oportunidade, já tentava fazer uma manobra forçada, sem nenhum tipo de apoio do movimento sindical, contrariando o princípio constitucional da honestidade sindical, desrespeitando as deliberações das plenárias regionais, onde prevaleceu a Constituição Federal, ou seja, o princípio da honestidade. E foram simplesmente manipuladas essas decisões numa total truculência, falta de democracia e de respeito com quem participou das conferências.

Nós colocamos mais de 30 mil pessoas aqui em Brasília, pressão dentro do Congresso Nacional e, logo depois, a fênix simplesmente ressurgiu das cinzas, sem demanda nossa, Dr. José Ramos. Não temos interesse nisso, em discutir isso agora. Nós queremos discutir a redução de jornada. Por que nós vamos discutir a redução de jornada no Senado e na Câmara e fazer com que haja um empenho? Nós queremos também, Dr. José Ramos Pereira, do Ministério Público do Trabalho, pôr, enfim, as práticas sindicais, tanto é que o Ministério Público criou uma coordenadoria.

Então, o movimento sindical tem uma pauta definida por parte das centrais sindicais – e aí o presidente de uma delas está à Mesa, que é o Calixto e que vai dizer quais são –, do conjunto das centrais. E nós, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, temos também uma pauta prioritária e que não são essas que estão praticando aí nas nossas costas. Nós fomos obrigados a tomar uma iniciativa, com o apoio desta Casa, do Senado, que sempre nos atendeu. Paulo Paim deu uma iniciativa e nós lançamos essa ideia da campanha nacional em defesa da CLT e dos direitos trabalhistas sociais, no auditório Petrônio Portella, no dia 28 de agosto. Sob a presidência do Senador Paulo Paim, lotamos praticamente aquele auditório. E é nossa meta, como está ocorrendo, fazer esse trabalho nas assembleias legislativas dos Estados, na câmara dos vereadores, junto com a sociedade civil organizada, junto com o movimento sindical brasileiro e, depois, vamos atuar aqui dentro de novo, com o resultado dos Estados, junto aos parlamentares, para sentirem realmente o que pensam o movimento sindical brasileiro e a sociedade.

Não é com truculência, na marra, no supetão que se vão resolver as coisas aqui no Legislativo, não. Porque nós vamos resistir, com essa força que nós temos através de quatro centrais sindicais, que é a UGT, Nova Central, CTB, CGTB e dezoito confederações. E, juntamente com os companheiros da Cobap, nós vamos resistir. Nós vamos dar uma trabalheira, como diz o Lourenço, danada aqui dentro.

Eu me lembro de uma frase do Paulo Paim – deixei até em negrito aqui, Paulo Paim –: "Se bobear, passa aqui no Congresso a flexibilização da CLT. É inaceitável que se tenha que negociar o que está assegurado na CLT". Duas frases importantíssimas.

Então, já se vem com esse papo de 369, vem com o papo de uma contribuição sindical... Não quero discutir contribuição sindical, não. O que nós queremos discutir aqui, dentro do Congresso Nacional, é contribuição assistencial, que é um projeto do Senador Paulo Paim, que nós passamos em três Comissões aqui, democraticamente, e no plenário do Senado, mas ela se encontra emperrada na mão do empresário, na Comissão do Trabalho – o PLnº 6.708, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim.

E nós queremos resolver essa questão da contribuição assistencial para não termos esse conflito no Ministério Público, não termos problema com auditor fiscal do Ministério do Trabalho. É isso que a gente quer

discutir. Contribuição sindical a gente não quer discutir, não. Essa aqui, sim. Essa aqui vai para assembleia, direito de oposição – não é, doutor? –, aquela coisa toda. A Conalis soltou até uma regra sugestiva. Agora, Código do Trabalho, Calixto, o que é isso? O Código do Trabalho desmonta a CLT. E por muito menos nós brigamos aqui contra o governo Fernando Henrique – e conseguimos, saímos vitoriosos – com a tentativa de detonar a Consolidação das Leis do Trabalho.

Então, a campanha nacional em defesa da CLT, dos direitos sociais e trabalhistas engloba vários itens, várias proposições: algumas de nosso interesse, na defesa, e outras, que não foram de nossa iniciativa, de forma autoritária, antidemocrática. Não consultaram o movimento sindical; conversinha paralela, conversinha com segmento isolado do movimento sindical, que não representa o conjunto da classe trabalhadora. E nós não admitimos isso. Nós temos força e temos presença. Olha, e respeitem as confederações, que são as legítimas representantes do movimento sindical brasileiro, que tem o seu espaço legal e constitucional.

Por favor, não vai fazer com que o Calixto, o Lourenço e eu pratiquemos o mesmo gesto que o Senador Paim praticou na época em que era Deputado: pegar a Constituição e sentar em cima de quem não obedece, como aconteceu uma vez em um ato inesquecível nesta Casa. Quiseram até levar o companheiro, nosso amigo Paulo Paim, para a Comissão de Ética, mas não conseguiram nada, não avançou em nada. São atos de indignação. Então, tem que respeitar o movimento sindical brasileiro.

E, em último caso, como sempre, é rua, é pressão, é Supremo Tribunal Federal. Nós estamos com uma cacetada de ações lá dentro contra esses tipos de iniciativa, inclusive uma portaria famigerada, a de nº 186, do Ministério do Trabalho, em que praticamente todas as confederações entraram com uma ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal. O Relator é o Ayres Britto. Estamos torcendo para que o Ayres Britto faça o relatório e coloque isso na pauta para votar, porque está demais. O tempo está passando, a proliferação de sindicato está crescendo demais e se agravando.

A Convenção nº 87 está na pauta do movimento sindical? Tem até relator favorável aqui, no Senado Federal, o companheiro Senador Ricardo Ferraço. Não está na pauta. Não há interesse em discutir isso aí.

Então, quer discutir a pauta dos trabalhadores ou de quem representa, legítima e constitucionalmente, os trabalhadores? Consulta o movimento sindical brasileiro, chama para o debate, venha para uma audiência como esta debater conosco.

Na sequência, Paulo Paim, a primeira campanha aconteceu em Goiás, com a fundação também do Fórum Sindical dos Trabalhadores de Goiás, com o companheiro Patrocínio lá, representando como coordenador, juntamente com o Movimento Sindical do Estado de Goiás. Houve um encontro dentro do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário, com a presença do Lourenço, que, na época, era coordenador interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Estamos retomando novamente a coordenação a partir deste mês.

Em Osasco, estivemos também com o Presidente da Câmara, Aluísio, no dia 19/10, em uma audiência pública bastante concorrida, com mais de 40 sindicatos da base de Osasco, Barueri, Carapicuíba, Jandira, Alphaville, bastante representativa. Quero parabenizar o Vereador Aluísio, do PT de São Paulo, por estar solidário também com essa nossa luta. É uma base lá, como todos sabem, do João Paulo Cunha, Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados.

Em Curitiba, realizamos, no dia 31 de outubro, também uma audiência na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o Vicente da Silva, Vice-Presidente da CNTC, um dos coordenadores do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Paraná. Com bastante responsabilidade e competência, realizaram esse evento também marcante. Vários sindicatos e federações do Estado do Paraná, por meio da coordenação federativa dos trabalhadores do Paraná, participaram intensamente, também, dessa audiência em Curitiba.

No Rio Grande do Sul, no dia 11/11, realizou-se um seminário sobre a campanha no auditório da Superintendência Regional do Trabalho, pelo FST gaúcho, sob a coordenação do companheiro Guiomar Vidor, também Diretor da CNTC, com a presença, inclusive, do Senador Paulo Paim, do Deputado Federal Assis Melo e também do Deputado Estadual Raul Carrion. Quero agradecer novamente aqui, ao vivo, ao Senador Paulo Paim, mais uma vez solidário, que participou da abertura, no lançamento, no dia 22 de agosto, no Petrônio Portella, e também no seu Estado, no Rio Grande do Sul, no dia 11 de novembro, juntamente com Assis Melo e o Deputado Raul Carrion.

Em São Paulo, no dia 24/11, ocorreu a audiência pública do Fórum no Auditório André Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, organizada pelo FST/SP, com Chico Bezerra, Góis, Luiz Arraes; o Góis, por meio do Conselho Intersindical de Seguridade e Saúde de Osasco e Região, um fórum que existe há mais de 18 anos. Também foi um evento bastante significativo, bastante concorrido. Agradecemos também a Marcos Martins, do PT/SP, por ter feito o requerimento e ter aprovado a realização dessa audiência.

No dia 28 de novembro, foi realizado um café da manhã, Senador Paulo Paim, em Carapicuíba, com o movimento sindical também do Estado de São Paulo, da região de Osasco e Barueri, com o Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, promovido pela Cisor, esse conselho intersindical de que é coordenador José Elias de Góis, e pelo FST nacional. Esteve presente o Lourenço, em cuja fala tenho certeza que irá mencionar esse café com o João Paulo Cunha e o que estamos pretendendo: segurar algumas barras naquela CCJ, que não são interessantes para ninguém, discutir uma 369 diante de uma crise econômica; discutir sustentação financeira numa baita crise financeira. A gente nem sabe o que vai acontecer no Brasil ano que vem! Como Paulo Paim disse, ele é otimista, eu também sou. Acredito que o Brasil vai, junto com a Presidente Dilma e seu Ministério, avançar. Nós acreditamos, e todo o povo brasileiro deve ser otimista também e acreditar em dias melhores, numa recuperação econômica. Agora, ficar mexendo, brincando com sustentação financeira de sindicato, com organização sindical nessa atual conjuntura, Senador Paulo Paim? Ah, para com isso, gente! Vamos discutir outra coisa! Vamos discutir política tributária, vamos discutir a reforma política! Vamos discutir o fim do fator previdenciário, a fim de parar com esse massacre em cima dos trabalhadores do Brasil! Vamos discutir a regulamentação da lei de greve e a extinção do interdito proibitório, que é outro autoritarismo, fazer greve a 10km da fábrica. As coisas mudaram. A gente pagava uma contribuição assistencial; na época, eu trabalhava na Villares, no ABC paulista, era uma coisa automática, a gente registrava em cartório, fazia greve, tinha liberdade de fazer greve dentro de um regime militar, companheiros! O pau cantava, a borracha comia, mas não tinha esse negócio de interdito proibitório não! A gente nem sabia o que era isso na época. A gente tinha liberdade para se manifestar. É antidemocrático, e nós precisamos discutir isso aqui.

Precisamos discutir o massacre que são os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais. São três mil mortes por ano, gente! São três mil trabalhadores irmãos que morrem no trabalho! São mais de 430 mil acidentes e doenças ocupacionais que ocorrem. Vamos discutir segurança do trabalho, Senador Paim.

Para encerrar, companheiros, eu gostaria de deixar a carta de Brasília para ser comentada pelo Sérgio Miranda e pelo Lourenço. O Dr. Sérgio, ex-Deputado, acabou de chegar, nosso companheiro de Belo Horizonte, está vindo representar a coordenação do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais.

Para encerrar, se o senhor me permitir, Senador Paulo Paim, eu gostaria de fazer uma leitura rápida, e deixo a outra para o Lourenço, da Campanha Nacional em Defesa da CLT e da Organização Sindical, a carta de Porto Alegre, deliberada por todo o movimento sindical praticamente, os mais representativos do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive com a presença de V. Exª, do Assis Melo, que é outro companheiro que nos ajuda muito e está colaborando muito com os nossos trabalhos na Câmara dos Deputados e também o Raul, sempre receptivo, amigo, companheiro mesmo, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

> O Neoliberalismo vem demonstrando a cada dia que nada tem a oferecer de bom aos trabalhadores do Brasil e do mundo. Primeiro, veio a globalização; depois, a flexibilização de direitos; agora, a crise financeira mundial, que projeta recessão e desemprego mundo afora. Nesse contexto, o Brasil, inicialmente com o governo Lula e agora com Dilma, tem conseguido responder à crise com mais desenvoltura que os países desenvolvidos, ampliando os investimentos do Estado nas áreas econômica e social e apostando no fortalecimento do mercado interno com a implantação de uma política de valorização do salário mínimo. Precisamos avançar mais. A taxa de juros ainda é a mais alta do mundo. O superávit primário precisa ser reduzido para que o Estado invista mais em infraestrutura, saúde e educação. A desvalorização da moeda, para estancar o processo de desindustrialização em curso no País.
>
> Os trabalhadores querem um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, com soberania e mais democracia. Liberdade de imprensa para todos e não apenas para os grandes meios de comunicação. Queremos um momento sindical cada vez mais forte e combativo, com direito à organização por local de trabalho e preservação da unicidade sindical.
>
> Para tanto, desencadeamos este movimento aqui, em nosso Estado, para reforçar a luta nacional em defesa da CLT e da Organização Sindical.
>
> Precisamos intensificar a nossa mobilização para que, unidos, avancemos rumo a novas conquistas para a classe trabalhadora, na qual queremos contar com o apoio dos Deputados e Senadores de nosso Estado.
>
> – Por uma política permanente de valorização do salário mínimo regional (RS);
>
> – Pela rejeição do atual PL nº 1.463, de 2011, que cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas;

– Pela redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais;
– Pela estabilidade para os dirigentes sindicais e membros eleitos da Cipa – PL nº 6.706, de 2009, [que é de autoria também do Senador Paulo Paim,] e pelo direito de organização no local de trabalho;
– Contra a PEC 369, de 2005, a famigerada, e a Convenção 87, da OIT (pluraridade sindical);
– Pela aprovação da Convenção 158, da OIT;
– Pelo fim do Fator Previdenciário;
– Pela valorização das aposentadorias;
– Pela regulamentação da Lei de Greve e pela extinção do Interdito Proibitório;
– Pela regulamentação da Contribuição Assistencial – PL nº 6.708, de 2009, [aquele que eu disse que foi aprovado em três comissões, no plenário aqui e está lá na Comissão de Trabalho, que é de autoria também do Senador Paulo Paim];
– Pela manutenção da Contribuição Sindical;
– Pela revogação do §2º do art. 114 da Constituição Federal (Comum Acordo DC.). [Também existe um trabalho que estamos fazendo através do Fórum e do movimento sindical e as centrais junto ao Supremo Tribunal Federal];
– Pela regulamentação da terceirização. Não à precarização;
– Pelo fortalecimento do Ministério do Trabalho e Emprego.
Porto Alegre, 11 de novembro de 2011.
Fórum Sindical dos Trabalhadores Gaúchos

Paim, muito obrigado pela tolerância. Vamos continuar realizando essas campanhas em todos os Estados do Brasil. Combinamos também, junto com o pessoal da coordenação, quando encerrar todo esse trabalho em âmbito nacional, iremos trabalhar com o conjunto de ideias e propostas, como essa gaúcha, como a de Minas, que vai ser lida também aqui, com o apoio inclusive da sociedade civil, não só do movimento sindical. Vamos trazer isso aqui para dentro do Congresso Nacional, junto aos Deputados Federais e Senadores.

Obrigado pela oportunidade.

Nossa saudação a todos os telespectadores da TV Câmara, aos convidados e aos demais membros da Mesa.

Muito obrigado, Senador Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o José Augusto da Silva Filho, que fez uma análise rápida, de 15 a 20 minutos, sobre a situação do movimento sindical e dos trabalhadores.

Permita-me, José Augusto, dizer que foi importante o movimento que fizemos para que seja regulamentada a profissão de comerciário, que é a sua área. Foi um trabalho muito bem-feito pelos comerciários articulados com esta Comissão e com a Comissão de Direitos Humanos e também com os empresários. Provavelmente, neste ano ainda aprovaremos o projeto, porque há o acordo já com ambos os setores, inclusive, com a representação do setor empregador.

Permita só que eu jogue no debate com vocês e vamos ouvir em seguida. Há uma série de questões que nos preocupam muito, anotei aqui rapidamente. As obras da Copa e o número de acidentes no trabalho, tanto na Copa quanto nas usinas. Seja na de Belo Monte ou nas outras, o número de trabalhadores que estão se acidentando me preocupa muito.

E, claro, você já falou e quero aqui também destacar que dei a minha posição na tribuna. Foi enxertado numa medida provisória que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço vai poder ser usado agora com a desculpa de Copa e usinas para fazer hotéis e pontos de comércio. Esse não é o objetivo do Fundo de Garantia, para fazer hotéis e comércio. É algo que tenho contestado. Felizmente, na Caixa, o seu Presidente tem a mesma posição que nós temos. Mas há um ou outro lá dentro que tem posição divergente com esse enxerto que fizeram numa medida provisória que vai desvirtuar a questão do Fundo de Garantia. Espero que a Presidenta Dilma vete este artigo que não veio da Presidenta e que foi colocado na Câmara e aqui no Senado não conseguimos retirar.

Quero também deixar claro para o debate que acho um equívoco, com todo respeito. Não é uma questão de ser contra ou a favor do imposto sindical – num momento como este, de uma crise internacional, em que todos nós sabemos, eu sinto aqui no Senado e se sente na Câmara, é só ver lá como a Comissão de Trabalho está funcionando – nós estarmos debatendo imposto sindical. Quer dizer, sai do foco principal, que é o direito dos trabalhadores. Falo com a maior tranquilidade, não é uma questão aqui de estar do lado de quem é contra ou a favor. Temos que debater a pauta que interessa ao conjunto da população deste País. Se é para debater, vamos debater a contribuição assistencial, exatamente. Vamos resolver este problema para depois resolvermos o outro. Mas, não, parece que estão invertendo o debate. Em vez de debatermos o emprego, os acidentes, as demissões até de sindicalistas, as condições de trabalho, a saúde do trabalhador, vamos debater o imposto sindical e não debatemos a contribuição assistencial, que é um problema grave que está acontecendo pela posição do Ministério Público do Trabalho, inclusive. Não tem como a gente não colocar isso, porque é real. Se existe o problema, vamos tentar achar a solução. E a solução passa pela contribuição

assistencial. Então, em vez de fazermos esse debate, não, estamos fazendo o debate do imposto sindical e, nesse aspecto não há, inclusive, divergências profundas quanto à aplicação. Existem aqueles que pensam a favor ou contra.

Eu também quero que a gente consiga, quem sabe neste ano que entra, discutir o Fundo de Garantia com outro enfoque. Eu sempre defendi e entendo que o Fundo de Garantia é uma poupança do trabalhador. Estou falando dos mais pobres, que só os mais pobres têm direito ao Fundo de Garantia, aqueles que ficam na Previdência com o máximo de R$3.750, que são os do Regime Geral, os celetistas. Eu defendi que deveriam ter uma correção, no mínimo, igual à da poupança, mas há medidas que encarecem a casa própria. Só que o dinheiro do Fundo de Garantia não está indo muito para a casa própria e está indo mais para as grandes obras, seja das Olimpíadas, seja da Copa do Mundo, seja de usina, enfim. Bom, se é que vão fazer grandes investimentos, que nos paguem pelo menos como se eu tivesse o dinheiro aplicado na poupança. Mas, já que não é assim, pelo menos vamos fazer esse debate para que parte do lucro da aplicação do fundo reverta para o trabalhador. Eu digo, fazer o debate.

Votamos a DRU porque sabemos que a DRU, neste momento, até devido à crise, não poderíamos derrubar. Agora, a DRU ainda quero discutir, nem que seja para o ano que vem, por que ela é aplicada sobre a seguridade. Ora, se sabemos que a saúde, a assistência e a Previdência têm problemas de falta de verba, por isso não se reajustam os aposentados – essa é a desculpa dada –, como eu retiro 20%, com a DRU, desses recursos, algo em torno de R$45 bilhões? Aí não há dinheiro para pagar o aposentado, falta dinheiro para a saúde e, naturalmente, para a assistência social.

Então, vamos ter de debater com profundidade também, mas não neste momento, porque sabemos que agora não é possível, não daria para a DRU cair. Por isso, votamos a favor e faremos o mesmo na semana que vem, se for o caso, quanto à questão da DRU. Mas temos que ter essa missão.

Assim como a DRU não incide na educação – foi um movimento feito pela sociedade organizada –, que ela não incida também sobre a seguridade.

Por fim, a titulo de comentário, eu queria que chegássemos ainda a uma campanha nacional para acabar com o maldito voto secreto. Não tem lógica, dentro do Parlamento, votarmos secretamente. Eu vou pegar o exemplo do veto que eu sempre dou. Mais de cinco mil vetos foram apreciados no período em que estou aqui. Eu não me lembro de um veto derrubado sem o acerto do Executivo.

Que independência é essa do Legislativo em que tudo que é vetado é mantido? É mantido porque o voto é secreto. Quando o voto é aberto, aprovam-se inúmeras questões por unanimidade. Digo que 90% são por unanimidade. É vetado, vem para cá, o voto é secreto, mantém-se. Digo que alguém está mentindo para alguém.

Eu prefiro posições claras. Por exemplo, com todos os problemas que eu possa ter, quando foi discutida a Emenda nº 29, eu votei pelos 10% e assumo a responsabilidade. Inclusive ouvi pessoas dizerem: "Olha, Paim, não é por aí". Está bom, você argumenta da sua parte, eu, da minha, porque eu acho que a saúde é fundamental.

Sofro as consequências do meu ato, mas prefiro isso e não votar escondido. O Palácio tem de saber que não pode contar com o Paim quanto à questão dos 10% da saúde e pronto. Não é melhor para o Palácio e para mim também?

O ruim é dizer: "Contem comigo" e, sendo a questão secreta, eu voto diferente. Aí não dá, é falta de caráter, é irresponsabilidade. Responsabilidade é assumir o seu voto de forma transparente e com as consequências do seu voto.

Por isso, não vejo motivo nenhum em mantê-lo, inclusive para escolha de autoridade. Para mim, teríamos de votar abertamente. Não tem essa. Ora, o cara vai ser Ministro do Supremo. Sim, e daí? Se algum dia houver uma votação e alguém me disser que há um processo meu, que eu votei contra ele. Mas e daí? Você votou com a sua consciência e tem de esperar que ele também vote. Não será consequência da retaliação. Como também não acho retaliação do Executivo com relação a um voto ou outro desse ou daquele Senador que assuma suas posições.

Não sou convidado. Estou aqui para coordenar os trabalhos.

Portanto, passo a palavra ao Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito.

Depois, teremos uma segunda Mesa, na qual estará o nosso querido Sérgio Miranda – permita-me que eu diga assim –, um lutador pelas causas sociais. Ele dá sua vida por essas questões. Um grande Deputado Federal, que, no momento, está cumprindo outro papel perante a história, sempre defendendo os trabalhadores, enfim, os aposentados.

Também estaremos com o Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

Tive a alegria de coordenar uma audiência pública aqui e depois assistir ao resultado e votar favoravelmente no plenário.

Também daremos a palavra ao Sérgio Luiz da Costa, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás e do Fórum Sindical e Social de Goiás.

Também presente – não sei se vai querer usar a palavra, se quiser poderá fazê-lo –, Ávila da Nóbrega, da Assessoria de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

Então, passamos a palavra neste momento para o Lourenço.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminente Senador Paulo Paim, Presidente desta Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e também Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, eminente Dr. José de Lima Pereira, que, neste ato, representa o Ministério Público do Trabalho; companheiro José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores e também Presidente da CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; e companheiro José Augusto da Silva Filho, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST e também 1º Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC.

Também avisto no plenário pessoas do meu conhecimento e de amizade de muitos anos: o meu permanente Deputado Sérgio Miranda, de Minas Gerais, meu Estado, e o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado de Goiás, companheiro Sérgio Costa, que também é Presidente do Sindicato dos Bancários daquele Estado.

Senhoras e senhores telespectadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao nosso eminente, combativo e atuante Senador Paulo Paim, que tem, neste Senado da República, mantido a sua visão de verdadeiro estadista, olhando para os grandes problemas do País, para os grandes problemas da Nação e, em caráter específico e especial, de forma muito prudente e equilibrada, para os direitos dos trabalhadores, para os seus direitos trabalhistas em si e, especialmente, especificamente, para os direitos que envolvem a Previdência Social e os direitos previdenciários dos trabalhadores.

Devo dizer que, nessa também avaliação dos trabalhos que foram desenvolvidos nesta Subcomissão, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e também na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, devo dizer que participamos, com muita honra, como coordenador, respondendo pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, o FST, participando dessa jornada cívica que teve início no Senado da República, no dia 22 de agosto, quando foi lançada, então, a campanha em defesa da CLT e dos direitos trabalhistas e previdenciários como um todo, onde tivemos a oportunidade de assistir a desde um pronunciamento, com fita gravada, evidentemente, do Ministro Arnaldo Lopes Süssekind, que, naquela oportunidade, dada a sua idade, de certa forma, mais ou menos avançada, com pouco mais de noventa anos de idade, aqui não pode comparecer, mas mandou uma gravação que foi muito relevante, muito importante para os trabalhos, que se iniciavam naquele momento, de defesa da Consolidação das Leis do Trabalho.

Tivemos também outros pronunciamentos muito importantes naquela abertura dos trabalhos da Campanha Nacional em Defesa da CLT. Lá estavam todos os companheiros que estão aqui na Mesa, o companheiro José Calixto Ramos, o companheiro José Augusto, todos os companheiros e companheiras que realmente comungam desse ideário de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Repetimos que, nessa caminhada, nós tivemos a oportunidade de andar um pouco pelo País, desde o Rio Grande do Sul, onde houve um evento muito importante no dia 11 de novembro, até o último evento, que foi realizado em Minas Gerais, na Assembleia Legislativa do Estado, que também foi muito relevante e muito importante.

O primeiro Estado que visitamos – até por uma questão de proximidade, de lógica, de racionalização de deslocamento – foi Goiás. Comparecemos a Goiás no dia 7 de outubro e foi muito importante, com a presença de Parlamentares, de dirigentes sindicais como um todo e da sociedade civil também.

O restante do desdobramento de todos esses eventos o José Augusto já, de certa forma, elencou aqui de forma brilhante, com detalhamento, que foi em 19 de outubro, na Câmara Municipal de Osasco, no período da noite. Foi muito relevante esse debate, com todos os Parlamentares daquela Câmara Municipal ali. Na verdade, tem ali um fórum que realmente passa por cima dos partidos, passa por cima de centrais, etc. É um fórum de entidades sindicais que defendem os direitos trabalhistas independentemente de coloração partidária, de tendência política ou sindical, de central. Eles estão ali realmente na defesa dos direitos trabalhistas, na defesa dos direitos previdenciários e da saúde, que é uma coisa muito importante para toda sociedade em qualquer parte do mundo.

Depois, na Assembleia Legislativa do Paraná, também foi um evento muito importante. Nós também lá estivemos. Em Porto Alegre, foi um evento onde a Nova Central Sindical de Trabalhadores e também a Central Sindical dos Trabalhadores, a CTB, desenvolveram ali um trabalho muito importante, através do companheiro Guiomar Vidor, que é o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores naquele Estado,

que, na verdade, então, deu sequência ao andamento da nossa marcha pelo País como um todo.

No dia 24 de novembro, foi no Estado de São Paulo, na Assembleia Legislativa do Estado. Também foi um evento muito relevante, muito significativo, muito importante, onde realçamos, mais uma vez, a necessidade de percorrer o País inteiro justamente para defender a CLT, numa época em que entendemos que essa crise que está assolando não só o nosso continente, mas também o Estado grande lá do Norte, o poderoso, os Estados Unidos da América, e os demais países do mundo, de todos os continentes, especialmente na Europa, onde as questões financeira, tributária e de ajustes fiscais, esses desacertos que ali estão ocorrendo, estão fazendo com que os direitos trabalhistas e previdenciários estejam praticamente derretendo devido à questão do dinheiro, que não está sendo devida e corretamente administrada.

Em 28 de novembro, estivemos na Câmara Municipal de Carapicuíba, no Estado de São Paulo, na Grande São Paulo, também dentro desse mesmo princípio de participar, inicialmente, já que estamos nesse processo de encerramento das atividades deste ano de 2011. Em Carapicuíba, foi um também evento muito importante, com a participação de Deputados Estaduais, de Deputados Federais, de Senadores. A presença principal foi a do Deputado João Paulo Cunha, que tem base eleitoral naquele Município, naquela região da Grande São Paulo, pelo fato de ele exercer hoje o cargo estratégico de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, onde tramitam essas PECs que nos infernizam, que nos atrapalham, que nos atormentam, que nos criam dificuldades e problemas muito sérios. Falo especialmente da PEC nº 369, que é do final do primeiro mandato do governo Lula, de 2005, que altera fundamentalmente o art. 8º da Constituição, estabelecendo ali a pluralidade sindical, extinguindo a unicidade, estabelecendo a contribuição financeira espontânea, extinguindo a contribuição pecuniária obrigatória, porque nós já temos a contribuição sindical, o imposto sindical. E essa PEC nº 369 tira completamente a feição do art. 8º da Constituição da República do Brasil.

Então, ali esteve também, no dia 28 de novembro, o Deputado João Paulo Cunha, que fez esse compromisso com o movimento sindical. Fez o compromisso com todos nós de, no ano de 2012, ali na Comissão de Constituição e Justiça, realizar uma audiência pública, não um seminário, porque seminário é muito limitado, onde todos os companheiros e companheiras e autoridades ali compareçam para prestarem o seu depoimento e fazerem o debate com os representantes da sociedade que ali comparecerem.

E, por último, no dia 30 de novembro, foi Minas Gerais. Lá estava um evento muito bem organizado, com a participação representativa da Nova Central Sindical de Trabalhadores, companheiro Calixto, bastantes representantes ali. Os companheiros da CTB foram um fator de muita importância na organização e realização desse evento na Assembléia Legislativa de Minas. O Fórum Sindical dos Trabalhadores lá estava presente. O Chico Bezerra, que é um companheiro que tem permanentemente nos ajudado muito nessa fase de organização dos eventos em todos os Estados e na fase de interinidade em que ali compareci, em que eu fiquei à frente do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Sempre contei com o trabalho muito profícuo, muito eficiente, muito eficaz do companheiro Chico Bezerra, do Fórum Sindical dos Trabalhadores de São Paulo.

Mas por que a defesa da CLT? A CLT corre perigo? É claro que corre perigo. Corre perigo muito grave, muito sério. Talvez não tanto nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados, sim. E nós fazemos a seguinte pergunta. A base aliada robusta, muito grande, muito relevante, muito importante, de mais de dois terços da Câmara dos Deputados, essa base aliada, essa grande maioria de que o Governo dispõe ali, não vale, infelizmente, para as questões trabalhistas e previdenciárias.

Eu não tenho lá grande inteligência, mas a pouca inteligência que eu tenho não me faz captar essa questão. Sinceramente, essa base aliada não serve para resolver nossos problemas nas questões trabalhistas e previdenciárias na Câmara dos Deputados. Ali, a questão da terceirização é um desastre. Na verdade, a terceirização, esse projeto que está passando, não interessa aos trabalhadores. Pode interessar a uma parcela muito pequena dos trabalhadores. A prova disso é que não há consenso entre as centrais sindicais sobre a questão relativa à terceirização.

Outro ponto: estabilidade de dirigentes sindicais. Todos sabem muito bem que, a partir de 1993, as decisões da Justiça especializada do trabalho passaram a ser no sentido de que diversos cargos de dirigentes sindicais, especialmente do conselho fiscal das entidades sindicais, em qualquer nível, federação, confederação, sindicatos, simplesmente não detenham estabilidade; não tenham estabilidade provisória para exercer o seu mandato e outros cargos mais.

E, finalmente, chegou a um ponto em que o STF liberou, listou, nivelou e manteve um número x. Reduziu, portanto, para um número muito pequeno aqueles dirigentes sindicais que detêm estabilidade. E esse projeto de lei aprovado neste Senado e que tramita na Câmara dos Deputados ali não anda. E, se anda, nós corremos o risco de perder.

Outro ponto que não interessa para o empresário, interessa só para o trabalhador: o desconto assistencial, o desconto da taxa negocial. Ali está paralisado, e simplesmente um eminente Deputado pega para si esse projeto, fica com ele em seu poder, não o relata, engaveta-o e pronto. E pega também com ele a parte relativa à estabilidade dos dirigentes e também à estabilidade de dirigentes sindicais.

Então, dois projetos fundamentais, que justamente são a parte do suspiro financeiro e do suspiro político para as entidades sindicais estão paralisados completamente na Câmara dos Deputados. Nós não entendemos, sinceramente, esse tipo de lógica, esse tipo de encaminhamento na Câmara dos Deputados.

E, finalmente, a questão da redução da jornada de trabalho. Será que nós teremos alguma esperança neste ano de 2011 ainda de ser pautada para votação a questão da redução da jornada de trabalho? Sinceramente, eu sou um cidadão otimista. Eu estava discutindo com o Calixto e ele falava...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí é otimismo demais achar que vai ser votado este ano. Eu também concordo com você. Somos otimistas, mas nem tanto.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – O Calixto já me dizia: "Eu acho que, na verdade, o pessimista já começa perdendo de três a zero." Eu procuro ser otimista, mas não sou otimista maluco, louco, de pensar que avião, porque voa, talvez bote ovo, qualquer coisa. Não chegaria a esse ponto.

Eu espero que a redução da jornada passe, porque todos os nossos países vizinhos têm jornada inferior a 40 horas. Se a gente vai para a Europa, para a Ásia, até para a África, nós vamos encontrar muitos e muitos países com jornada inferior a 40 horas. Nós também temos que ter isso aqui.

E, por último, quero dizer que a Portaria nº 186 está na Câmara dos Deputados e não anda. É um projeto de decreto legislativo em que a gente procura tirar os efeitos da Portaria nº 186, do Ministro Lupi, que é de 2008. Esse projeto de decreto legislativo também não anda. Infelizmente, um Deputado, inclusive sindicalista, esteve com esse projeto durante muito tempo e não o relatou; está lá paralisado.

A Portaria nº 186 tem uma Adin no Supremo Tribunal Federal. Todas as entidades estão combatendo. As confederações patronais e as confederações dos trabalhadores, todos querem vê-la fora do efeito, porque o que está se produzindo de coisas ruins, pelos malefícios que está causando ao movimento sindical a Portaria nº 186 do Ministro Lupi, do Trabalho. E essa portaria não é julgada no Supremo Tribunal Federal e na Câmara dos Deputados foi sepultada, foi engavetada espetacularmente.

Na verdade, outro projeto não anda dentro do Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados... Eu estou falando da Câmara dos Deputados, fazendo essa referência, não como desdouro ou crítica, mas simplesmente como uma constatação e um registro. Porque ali nós não temos cem dirigentes sindicais que sejam Deputados identificados com a causa dos trabalhadores. Nós temos menos do que isso. E, com as causas dos empresários, dos patrões, existem mais de 200 eminentes Deputados e Deputadas. Então, essa é a nossa preocupação.

Outro projeto, então, repetindo, que por ali não caminha é a questão do reajustamento dos valores do Fundo de Garantia. Esse fundo antigo, do ano de 1967, 1968, que veio para substituir a estabilidade do trabalhador, não rende nem o que rende a poupança, que constitui um dos rendimentos de quantitativo mais conservador que possa existir. Nem como a poupança o fundo de garantia rende. E os projetos de lei que tramitam ali, na Câmara dos Deputados, são vários também e não andam.

Então, nesta avaliação, nesta palavra de final de ano aqui, nesta importante e relevantíssima Comissão, há um desabafo, uma inquietação, uma preocupação muito grande que nós, do movimento sindical, temos para registrar.

Por último, quero dizer que, na última reunião que realizamos – eu ainda estava na coordenação interina do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o FST, e fiquei muito satisfeito porque o companheiro José Augusto reassumiu agora em dezembro –, realmente foi aprovada uma carta de Minas Gerais cujo título é "CLT é direito: em direito, não se mexe!". Mas eu, por uma questão ética e até para não tirar o assunto de quem poderá falar com mais propriedade do que eu, não vou lê-la. Talvez o faça o companheiro Sérgio Miranda. Certamente, ele vai falar aqui sobre ela.

Mas, na verdade, devo dizer para todos aqui presentes e também para os eminentes telespectadores que essa carta de 30 de novembro, Carta de Minas Gerais "CLT é direito: em direito não se mexe!" é assinada por: CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Central Sindical e Popular – CSP – Conlutas; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTEE; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – Contec; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Federação Interestadual dos Trabalhadores na Educação – Fitee; Força Sindi-

cal; Fórum Sindical dos Trabalhadores; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; União Geral dos Trabalhadores – UGT; e Via Campesina.

Esse documento representa a síntese do que foi debatido na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para a defesa da CLT. E, dentro dos direitos trabalhistas como um todo, eu acho que realmente era isso que poderíamos trazer, nesta manhã, a título de uma avaliação do que foram os trabalhos desta Comissão como um todo e, em caráter especial e específico, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que está percorrendo o País, e vai continuar fazendo essa tarefa, em dezembro ainda e no ano de 2012. Posteriormente, retornaremos a esse processo dialético de comparecer às bases, para, finalmente, voltar à cúpula do Poder Legislativo da República, que é justamente o Senado Federal e também a Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – Contec, que fez o seu pronunciamento, fazendo um balanço dos trabalhos e da caminhada do movimento sindical.

Concordo com você: para quem é otimista, na última semana, não há a mínima chance de votarmos as 40 horas. Essa é uma batalha para o ano que vem.

Outra questão que você levanta e que eu acho também importantíssima, cujo debate vamos ter que aprofundar nesta Casa, é o engavetamento de projeto. Há parlamentar que fica com projeto na mão durante um, dois, três anos. Isso não é possível! E o pior é que tenho que reconhecer de público que é verdade. É uma loucura o camarada ficar com projeto na mão! Se não quer se posicionar, devolva. Para mim, o limite máximo deveria de ser três meses. Em três meses, estude, discuta, analise, mas depois devolva o projeto, com posição ou sem posição. E, se não devolveu, no meu entendimento, o Presidente da Comissão deveria ter o direito de chamar o projeto para si e indicar outro relator.

A Lei de Greve, por exemplo, está tramitando na Casa – é de minha autoria – há 20 anos. Há 20 anos tramita! E continua tramitando. Joga pra cá, joga pra lá, joga pra cá, joga pra lá.

O aviso prévio proporcional eu apresentei há mais de 15 anos; mais de 15 anos, não, foi exatamente quando saí da Constituinte que eu o apresentei. Joga pra cá, joga pra lá, e só virou lei, eu dizia antes, por causa do Supremo, senão não haveria lei. Assustaram-se com o Supremo e deixaram votar. Enfim, é um debate bom que você provoca sobre essa questão de engavetar projeto.

Passamos a palavra, neste momento, ao nosso amigo José Calixto Ramos, que é o Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Caro Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, permitam-me não repetir os nomes, e não levem isso como uma indelicadeza, mas é uma questão um pouco de racionalidade processual, pois já foram citados brilhantemente por todos, e eu me proponho a não citá-los novamente.

Minhas companheiras e meus companheiros que compõem este Plenário, assessores, eu queria dizer, primeiramente, da minha satisfação em estar presente nesta reunião para fazer um pouco a nossa avaliação do trabalho aqui desenvolvido durante todo o exercício de 2011.

Eu sou também daqueles que preferem ser otimistas, como o Senador Paim falou no início, até porque o pessimista praticamente não existe, ele já nasceu morto. Então, nós temos de ser otimistas.

Vivendo o movimento sindical há muito tempo e convivendo, especialmente nestas duas Casas do Legislativo, Câmara e Senado, eu poderia afirmar que termino o exercício com o mesmo otimismo com que comecei, e diria até um pouco lisonjeado, se assim me permitem; lisonjeado, porque, em primeiro plano, nós fomos reconhecidos, pela graça de Deus, de estarmos ainda todos nós com saúde e participando de todas essas atividades que envolvem o movimento sindical brasileiro e que envolvem os Poderes da República. Isso, para nós, já é de uma importância fundamental e nos dá alegria. Nós tivemos essa capacidade por conta de uma graça divina, talvez, especialmente no meu caso, que, posso dizer, já estou no ocaso da vida.

Então, eu fico, no final do ano, alegre. E quero que os meus companheiros e as minhas companheiras também fiquem alegres. Eu quero lhes transmitir essa alegria. Até porque tudo que nós passamos decorre exatamente do compromisso que nós assumimos com o movimento sindical brasileiro e, em consequência, com os trabalhadores, com a sociedade e com a Nação. Então, prefiro não ficar só reclamando, só chorando mágoas; prefiro continuar combatendo, e com alegria, que nos dá até um pouco mais de facilidade para trabalhar. Se eu venho a uma reunião especificamente desse tipo cheio de rancor, cheio de ódio, eu acho que eu não contribuo. Então, eu queira inclusive deixar isso como um chamamento aos meus colegas para manterem as suas condições de dirigentes sindicais, trabalhando permanentemente alegres e enfrentando todas as dificuldades que encontramos.

Eu tive um companheiro no Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Guimarães Falcão, que me dizia uma coisa interessante, e vocês vão me permitir repe-

tir. A gente tinha uma aproximação muito grande. Ele dizia: "Calixto, isso aqui não é melzinho na chupeta, não". Realmente, reconheci que é verdade. Então, a nossa atividade não é melzinho na chupeta. A nossa atividade é de combate permanente. Então, temos que ter muita consciência disso.

Em todas as atividades realizadas nesta Comissão, com a participação especialíssima do Senador Paulo Paim, nós tivemos uma participação, muitas vezes, pessoalmente e, outras vezes, por companheiros nossos que representam a Nova Central Sindical de Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

No que se refere às reivindicações pontuais dos trabalhadores e do movimento sindical brasileiro, ficou muito a desejar. Nós não conseguimos vencer as barreiras que, a nosso juízo, também são naturais dentro desta Casa, dentro do Congresso Nacional. Nós temos posições, o empresário tem posições, o Governo tem posições. Então, é uma batalha permanente; não conseguimos superá-las, mas não paramos de trabalhar. E uma das coisas que entendo muito importante também é que nós chegamos a uma situação em que, se você mantiver, como mantivemos, as nossas conquistas, nós já estaremos prestando um excelente serviço à classe trabalhadora. E eu acho que nós conseguimos fazer isso. Não avançamos no que queríamos, mas também não recuamos.

Então, agora, vamos continuar uma pauta muito grande. Se você elencar todos os pontos da nossa pauta, há trabalho para mais um ano, dois anos, e assim sucessivamente; e trabalho até de forma permanente.

Então, eu citaria, só para exemplificar aqui: redução da jornada de trabalho; terceirização; fator previdenciário; questões de gênero; trabalho escravo, trabalho do menor; estabilidade sindical; contribuições; artigo 8º; Portaria nº 86; e por aí afora; CLT; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Então, poucos pontos, mas isso daí trabalho que a gente não sabe quando vai terminar.

Muito bem. Agora, sair daqui tristonho, cabisbaixo; ah, não consegui... Não, eu vou ter que levantar a cabeça e lá fora dizer: "Meu pessoal, meus companheiros, vamos continuar lutando".

E é como um provérbio citado pelo Presidente Lula: "Companheiros, a luta continua!". Nós não podemos abrir mão disso, não é?

Claro que nos ressentimos muito, porque o outro lado que nos combate está sempre querendo regulamentar as coisas ou para reduzir ou para eliminar direitos. É uma regulamentação meio às avessas. Regulamenta, mas, quando você mexe aqui, reduz um pouquinho ou retira. Evidentemente que nós levamos essa diferença, talvez até essa desvantagem, porque o Governo, por um lado, consegue massificar um apoio nas duas Casas do Congresso, onde é muito difícil penetrarmos, até porque os nossos verdadeiros representantes, tirados da classe trabalhadora, é um numero insignificativo.

Nós, trabalhadores, ainda não tivemos a capacidade de eleger os nossos representantes. Lamentavelmente, ainda se vota muito por amizade, por um favor prestado, sem se levar em conta quem é a pessoa, qual é o seu propósito, para poder levá-lo para representar a classe trabalhadora.

Então, nós temos aqueles poucos que representam e outros tantos que dizem que representam, mas nunca nem passaram na porta de uma entidade sindical, e têm aqueles outros, talvez numa maioria, que são contrários.

Vejam que a nossa luta é sempre desigual, mas é uma luta gostosa, é uma luta que tem um sabor. Um passinho que você dá tem um sabor todo especial.

Então, nós chegamos agora, mais recentemente, e as coisas correm muito rápido quando vêm contra a classe trabalhadora.

Veja essa questão da CLT. Ora, nós fizemos um trabalho enorme para manter a CLT e agora surge um projeto, vejam bem, o Projeto nº 1.463, de 2011, do nobre Deputado Silvio Costa, que foi apresentado no dia 26/05/2011 e já está aí num avanço enorme e, se nós não cuidássemos, ele iria para plenário, para votação.

Bom, eu lido com um pouco de precaução em tudo isso, até porque já vivi muito todas as adversidades do movimento sindical. O tempo que tenho na atividade sindical, sem medo de errar, talvez seja igual à idade de cada um de vocês aqui no plenário e aqui na Mesa Diretora dos trabalhos.

Então, eu tenho vivido isso diuturnamente, e nós chegamos à conclusão de que, em determinadas situações ou em quase todas, nós temos que ter um pouco de precaução. Por exemplo, você pega e lê esse projeto. Na minha ótica, eu não posso condená-lo todo, absolutamente todo. Pega o que não serve e joga fora. Não, eu não posso fazer, até porque depois vem o contraponto em cima da gente e nós temos de ter resposta para o contraponto.

A nossa grande dificuldade do movimento sindical não é dizer não a esse projeto, é dizer o que nós podemos levar, porque vão pedir para nós e nós vamos dizer que não queremos nada, isso aqui não serve e deixa lá. Aí, perdemos tudo.

Então, esse cuidado que nós devemos ter é imprescindível em todas essas discussões.

Esse projeto, permitam-me a franqueza, não é de todo desprezível; em muitas coisas, ele repete a CLT e, em outras, altera. Ali é que nós vamos ter de

nos concentrar para, na hora do embate, nós estarmos juntos. Isso aqui, não! Isso aqui nós não admitimos, e vai por aí afora.

É uma questão um pouco de precaução. Isso porque o rolo compressor organizado de forma muito estratégica pela própria Presidente da República passa por cima de todos nós sem lágrimas. Ele passa com um sorriso nos lábios.

Quero transmitir aos meus colegas que não vamos desanimar. Vamos sorrir e tocar o barco para frente.

Vocês vejam que, com tudo isso, com toda essa vigilância com que nós trabalhamos, de vez em quando vem alguma coisa como, por exemplo, o art. 8º da Constituição. Ainda não regulamentamos o art. 8º e ali está muito claro: "(...) vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical". É vedado ao Estado, mas o Estado está interferindo.

Está aqui Portaria nº 186.

Em alguns casos, permita-me o representante do Ministério Público, o Ministério Público interfere e a lei está dizendo que é vedada ao Estado a interferência e a intervenção no movimento sindical brasileiro. Ora, deixe que nós decidamos sobre as nossas questões, porque, internamente, nós também vamos ter debate e é o que acontece quando se trata das centrais sindicais.

Nós temos, nessa situação específica, quatro centrais que ainda se dizem, não posso afirmar categoricamente, pois não tenho essa certeza, contra a posição que está sendo adotada pelo nosso colega da Central Única dos Trabalhadores.

Nós temos de combater, e combater levando à sociedade uma explicação de todos esses fatores, pois não é para explorar trabalhadores, nem o povo nem a sociedade. Ele é para nós garantirmos um sindicalismo forte, respeitoso, unido, combativo, e só se faz isso com recurso.

Muito bem. Então, nós nos surpreendemos com tudo isso e vem uma portaria que já foi citada e que terminou criando um verdadeiro carnaval na estrutura sindical brasileira. Criou um carnaval. Está aqui a Portaria nº 186.

Bom, qual era a nossa obrigação? Se nós temos convicção de que essa portaria ela não serve à estrutura sindical como um todo, nós só temos um caminho, que é o Supremo Tribunal Federal, o próprio Congresso Nacional, um projeto de decreto legislativo, que também não andou.

Fiquem certos todos de que a decisão do Supremo virá primeiro do que a do decreto legislativo.

Nós tivemos há poucos dias uma reunião com o Ministro Ayres Britto, que mostrou conhecimento de causa e foi buscar na sua assessoria o trabalho que já havia realizado. Ele pretende retomar o estudo da unicidade sindical, tem um trabalho feito nesse sentido, e se comprometeu conosco de, em pouco tempo, colocá-lo em pauta para votação. Não sabemos o resultado, se vai tornar inconstitucional a portaria ou dizer que ela é constitucional.

Se for julgada inconstitucional, nós ainda vamos ter um problema muito grande. Se o Supremo admitir que todos os atos praticados com base nela são nulos, aí nós vamos ter, como dizemos lá no interior, uma briga de foice no escuro, porque o tanto que foi criado de entidades sindicais paralelas ao arrepio da própria Constituição está fora do comum.

Não sabemos. Nós vamos ter de enfrentar tudo isso.

Quem sabe o Supremo julgue, dizendo que tem validade a sua decisão a partir daquele momento. Aí, o que aconteceu, aconteceu. Se for o contrário, se disser que é inconstitucional, nós vamos ter, quem sabe, que aumentar muito mais o nosso ritmo de trabalho. Não é?

Então, minha gente, tem essa questão da contribuição. É uma questão que eu diria até de princípios ou bandeiras, digamos assim. O sistema sindical, permitam-me meus colegas aqui, mais conservador acha que tem de haver uma contribuição compulsória, como existe em praticamente todos os países do mundo. Por que não no Brasil?

E, muitas vezes, chamamos atenção para as contribuições, que são determinadas pelos conselhos regionais. Digam-me algo, sinceramente: por que a Ordem dos Advogados do Brasil é essa fábula que é? Eles admitiram uma contribuição obrigatória. Se o advogado não pagar aquela anuidade, não pode advogar, não pode exercer sua própria atividade profissional. E assim são os demais conselhos.

Vou contar um caso que senti na minha pele. A minha filha fez fisioterapia e num certo dia me pediu dinheiro para pagar a anuidade. Eu disse: "Ô, minha filha, você não está trabalhando ainda, como vai pagar?" Ela disse: "Se eu não pagar, aí que não trabalho mesmo". Eu respondi: "Está aqui o dinheiro. Vai pagar, porque eu quero que pague também".

Agora, essa pressão é só em cima da classe trabalhadora? Dizem: "Não, o trabalhador é um coitado e tal". Não é nada disso. O trabalhador precisa ter alguém que pelo menos seja como uma trincheira para defender seus direitos, acompanhar seus passos e assim sucessivamente.

Então, eu quero terminar tecendo aqui um comentário muito elogioso ao Senador Paulo Paim, porque, sem demérito dos demais Senadores, foi o Senador quem abriu, na verdade, essas portas, mesmo tendo suas posições ideológico-partidárias. Ele nunca desprezou a discussão que é também da sua consciência

e sabe que é do interesse da classe trabalhadora de um modo geral.

Essa ressalva, Senador, tem que ser feita. Não é pela presença, mas pela sua luta. É pela amizade respeitosa, reciprocamente, que nós conseguimos desenvolver ao longo desse tempo. Há Senadores que nos acompanham, mas quem puxa esse carro é o Senador Paim.

Então, temos que deixar aqui os nossos mais sinceros elogios e dizer, mais uma vez, que terminamos este ano felizes e alegres, por termos trabalhado e mantido as velhas conquistas e algumas mais novas que tivemos ao longo de uma vida sindical da qual tivemos oportunidade de participar.

Eu comecei antes do que quase todos vocês. Tenho uma experiência de tempos; ainda do tempo em que o dirigente sindical não podia entrar no escritório de uma empresa e tomar um cafezinho, porque os colegas o olhavam com maus olhos. Hoje, não. Você toma café, almoça junto, porque é o sistema moderno, de parceria.

Mas não podemos nos curvar na hora em que tivermos de defender nossos ideais. E, genericamente falando, nossos ideais são os que atingem diretamente a classe trabalhadora como um todo, não só o bancário, o metalúrgico ou o da construção. E nós trabalhamos também em benefício da Nação, da sociedade, com a consciência de que essa estrutura sindical brasileira que defendemos não cria obstáculo para a governabilidade do País. Ao contrário, nós ajudamos.

Quando queremos que não mexam nos direitos dos trabalhadores, estamos ajudando a Nação, a governabilidade, o País. Então, é uma estrutura que não cria óbices para a governabilidade do País e por isso sempre a defendemos.

Com relação à CLT, vamos defendê-la até onde for possível, com aquela preocupação de que precisaremos de uma reserva, porque o contraponto vem. E, quando nos pedirem alguma contribuição, se não tivermos nada para oferecer, a situação será muito pior do que está ocorrendo agora.

Senador, eu agradeço por este convite. Peço escusas pelo tempo que tomei e também às minhas companheiras e aos meus companheiros que compõem este Plenário.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos, que ficou dentro do tempo.

Digo algo de que talvez nem o Calixto se lembre. Quando me elegi pela primeira vez Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, o meu primeiro discurso em nível nacional foi na sua presença. V. Exª era Presidente da CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; e eu tinha sido indicado como delegado naquele grande encontro. Lembro-me de que depois que falei, V. Exª me disse: "Vamos nos encontrar muito no caminho da vida, meu jovem sindicalista". Naquele tempo, eu era jovem e ele um líder do movimento.

Eu me lembro porque estava iniciando e V. Exª presidia a comissão. E, no andar da carruagem, nos tornamos amigos e parceiros de luta.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Exato. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma alegria enorme ver o seu depoimento hoje aqui.

Isso foi há mais ou menos 30 anos, pois estou com 26 anos de Parlamento. Eu fiquei quatro ou cinco anos no movimento.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – É. Vamos ficar nos 30 anos só, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu reafirmo que, na segunda Mesa, além dos já citados, teremos também o Warley Gonçalves, Presidente da Cobap, que vem acompanhado do Moacir Meirelles, Vice-Presidente da Cobap, que representa muito bem o Rio Grande do Sul. Inúmeras vezes, ele me representa em atividades nas quais não posso estar. Ele fala: "Senador, eu estou aqui. Posso representá-lo?" Eu respondo: "Deve me representar". Muito obrigado, Moacir, por tudo.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. José de Lima Ramos Pereira, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, representando o Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os integrantes da Mesa. Eu agradeço, em nome do Ministério Público do Trabalho, o convite.

O primeiro ponto positivo é que a Mesa é bem otimista. Então, não vou deixar de sê-lo, para não ficar diferente, mas precisamos estar preocupados porque a CLT, que tem hoje 68 anos, vem sempre incomodando. Essa é a grande realidade. E perguntamos: a CLT atende, hoje, aos trabalhadores e aos próprios empregadores? A CLT não é somente para os empregados, mas para todos. A relação de trabalho é feita pelo menos de capital e trabalho. E eu diria que vem atendendo. Inclusive, ela sempre foi de vanguarda e hoje precisa apenas ser atualizada.

Nós tivemos o PL nº 1.987, de 2007, que trouxe uma nova roupagem material do Direito do Trabalho, ou tentou trazer a nova CLT. Inclusive, o nome CLT é muito forte, tanto que esse projeto era CLMT e me lembro de que foi feito um pedido de várias instituições para que se mantivesse o nome CLT, porque o trabalhador entende bem o que é CLT. Ele diz: "Olha, a CLT me dá esse direito". Pode não ter lido, mas sabe que a CLT o protege.

O Código, com esse novel Projeto de Lei nº 1.463, de 2011, realmente muito novo e bem adiantado, pelas experiências que encontramos nas casas legislativas, está bem rápido. Esse é um problema e uma preocupação, porque precisa ter maior discussão na sociedade, como o Dr. José Calixto Ramos falou.

Não é possível algo tão rápido de uma coisa tão complexa, que exige tanta discussão. É para exigir discussão, sim. Então, portanto, acredito que ali também, no projeto, eu entendo que ele não é de todo ruim, mas, da forma em que está, alguns vácuos ficam. O Processo do Trabalho como fica? Porque a CLT não tem somente normas de direito material, tem normas de Direito Processual e algumas centenas de direitos que foram sendo retirados nos vários artigos da CLT, que são centenas. E como ficam? Será que aqueles direitos que estavam ali estabelecidos serão perdidos?

Eu me lembro de que estava discutindo no Congresso quando ouvi o Ministro Maurício Godinho, do TST, dizer que havia o receio de que o direito que já estava na CLT, sacramentado, pacificado – não é a discussão de ser ou não retirado o artigo com recolocação –, ele possa ser entendido como se não existisse mais. Então, tem de ter muita cautela hoje em dia.

A legislação precisa, qualquer que seja ela, privilegiar o quê: o princípio da proteção no Direito do Trabalho – e eu estou falando em legislação social, legislação trabalhista. O princípio da proteção que proteja o trabalho porque ele é a parte economicamente mais fraca –, e a constitucionalização dos direitos fundamentais.

O que é essa constitucionalização? É a proteção e valorização dos direitos fundamentais, através do que a doutrina chama Conteúdo Ético do Trabalho, por intermédio de dois princípios: dignidade da pessoa humana ou Fundamento da República e valor Social do Trabalho.

Isso tudo para buscar efetividade na cidadania. Olhem bem: dignidade da pessoa humana, valor social do trabalho e cidadania.

Nós sabemos que o homem sem trabalho se perde, porque deixa de poder sustentar-se a si mesmo e à sua família, ou na ordem mais prioritária para o homem: à sua família e a si mesmo. Então, o trabalho é importantíssimo, tanto que é um direito social, um direito fundamental. Então, toda legislação tem de proteger, senão vai ser uma péssima legislação, não vai ser uma boa legislação. Nós devemos perceber que a Constituição nos oferece os instrumentos em vários direitos, por exemplo: Princípio da Solidariedade, art. 3º, é objetivo fundamental: "Construção de uma sociedade livre, justa e solidária." O Código Civil, em seu art. 187, demonstra a função social da empresa. A empresa que excede a seu exercício e direito de livre iniciativa comete um ato ilícito. E esse ato ilícito, sim, tem de ser combatido. E o Ministério Público do Trabalho combate o ato ilícito. Aí eu me lembro – só para fazer o registro, porque várias vezes citaram o Ministério do Trabalho: Senador Paulo Paim e o Dr. José Calixto Ramos –, quanto à atuação do Ministério do Trabalho em relação aos sindicatos. Nós atuamos, realmente, apenas naquelas hipóteses em que a ordem jurídica está se tornando precária ou violada ou, no mínimo, ameaçada. Só isso. Então, a gente não tem nenhum problema em relação a sindicato. Ao contrário, há uma parceria muito forte. Não estou falando minha, não; estou falando da instituição: Ministério Público do Trabalho com os sindicatos e o movimento sindical. Por quê? Porque a gente sempre recebe denúncias dos sindicatos e sempre atuamos. Então, apenas a atuação em relação a algumas situações em que alguns sindicatos realmente vão no caminho inverso da lei, até porque em todo o lugar tem pessoas que andam certo e pessoas que andam errado. E também a questão de andar errado às vezes é subjetiva, não é?

O que nós estamos hoje aqui discutindo? O Código do Trabalho. Eu acho, talvez, a maior ameaça. Você tem sempre de verificar em planejamento estratégico – e o nosso foi feito recentemente – ameaças e oportunidades. O que está ameaçando hoje a CLT? O Código de Trabalho? É ameaça? Cito dois pontos desse Código do Trabalho para não ficar cansativo: flexibilização dos direitos trabalhistas, garantindo os direitos mínimos como tendência mundial de afastamento do intervencionismo e protecionismo do Estado, fortalecendo a composição entre as partes. Está lá como justificativa do projeto. Ele vem para isso. Essa é a ideia. É certo isso? Flexibilizar direitos trabalhistas para evitar que o Estado seja excessivamente protecionista? É um equívoco. Por que é um equívoco? Quando você flexibiliza, tirando a dignidade, tirando o valor social do trabalho, você tende a ser uma legislação deficitária. Outra coisa, e estou aqui com autoridades máximas do máximas do movimento sindical brasileiro: o movimento sindical brasileiro hoje pode ficar em condições iguais em uma negociação com os empregadores, em termos econômicos? Eu diria que não. Por que não?

Há um bom tempo, o movimento sindical busca proteger o trabalho. Antigamente, até um tempo atrás, nos dissídios coletivos, você buscava melhores condições e havia sempre aquela cláusula de aumento real. Hoje ninguém nem mesmo discute mais aumento real, mas reposição inflacionária, perdas inflacionárias de 6%, 7%, 5%. Então, na realidade, por que isso? Porque o poder econômico do empregador é maior.

Há dificuldade para deixar duas partes de diferentes condições negociarem? Há, claro. São evidentes as dificuldades. Então, essa flexibilização inclusive está prevista na Constituição em três situações: no art. 7º, incisos VI, XIII e XIV. Aí, cito um exemplo: é possível reduzir salário? Aí tem lá: irredutibilidade salarial, salvo convenção ou acordo coletivo. Tem de ter a participação do sindicato. É possível? Na situação em que o sindicato verificar. Porque se entende que o sindicato tem o dever de proteger seus integrantes de categoria. Aí eu pergunto: fora isso, é possível então flexibilizar? Entendo que é inconstitucional qualquer pensamento de flexibilizar tirando aqueles direitos mínimos que estão ali estabelecidos. No art. 7º, *caput*, da Constituição, está claro: "São direitos dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". É uma cláusula geral positiva. Ou seja, no mínimo, aqueles direitos estão ali. Então, não há como flexibilizar.

Outro ponto que entendo importante, aquele em que ele fala no projeto que a proteção do direito do trabalho hoje, da legislação, é muito exagerada e é óbice do dinamismo do mercado de trabalho, contribuindo para reduzir a entrada no mercado de trabalho de trabalhadores discriminados: mulheres, jovens e idosos. Está também como justificativa. Outro equívoco.

A legislação trabalhista, em função de ser uma legislação protetora, tutelando esses trabalhadores e essas condições de fragilidade, tem umas situações mais frágeis que as outras. Por exemplo, a mulher, para amamentar, precisa de algo diferente do homem? Sim. E aí há uma diferenciação, uma discriminação? Não. Tem de ter uma diferença porque ela tem que ter o período de amamentação. O jovem e o idoso têm a mesma situação que o adulto? Não. Então, temos de preservar nossa juventude e proteger nossos idosos, porque a juventude precisa de horário para estudar. Então, isso tem de ser valorizado. As férias podem ser divididas, inclusive.

Então, o que a gente vê nessas legislações, e eu pude analisar, presidindo uma comissão com sete procuradores de todo o País, o PL nº 1.987, de 2007, também não o considero de todo ruim. Eu entendo que tem de trazer uma legislação, sim, atualizada. Fazer tal qual o CPC – Código de Processo Civil, que vem sempre sendo atualizado, pontualmente, e vem mostrando resultados excelentes: antecipação da tutela, tutela específica. Então, são instrumentos que existem e inclusive hoje são importadores para o Direito Processual do Trabalho.

Então, o que vejo, e já foi bem discutido, sobre a questão da terceirização, que foi trazida também pelo Dr. Lourenço Prado, é que o Projeto de Terceirização preocupa demais. A terceirização, hoje em dia, está sendo usada como uma forma, inicialmente, de modernidade, como um instrumento de modernidade, mas que está tornando precário o direito dos trabalhadores. Isso é uma realidade. Eu vou dar um exemplo a vocês. O Projeto Alta Tensão, que é da Conafret, da qual sou coordenador, tem o objetivo de combater a terceirização ilícita no segmento elétrico. Nessas ações que já ajuizamos, verificamos que em todo o Brasil há uma tendência muito grande de acidentes fatais de trabalhadores terceirizados. Isso é uma coincidência? Não, não é uma coincidência. Porque a terceirização envolve várias coisas, quais sejam: há deficiência na qualificação dos trabalhadores terceirizados; não há fiscalização de EPIs; há redução salarial, perda de direitos conquistados pelos sindicatos. Na hora em que se muda de categoria, passa-se para outra categoria, aí começa a discussão, aquele direito não acompanhou o terceirizado.

Então, hoje em dia, nós temos também, Senador Paulo Paim, o Projeto Construir com Dignidade, que, de todas as coordenadorias nacionais, nós somos oito coordenadorias, trata exatamente das obras da Copa do Mundo, das Olimpíadas e do PAC. E nós estamos também atuando com a preocupação para que os direitos trabalhistas, nessas situações em que você encontra canteiros de obras com 15 mil empregados, milhares de empregados, então, várias empresas terceirizadas, eles têm que ser protegidos. Então, nós estamos atuando à frente disso.

Essa terceirização de que tanto se fala e que tanto está se verificando, está vindo contra, principalmente, os direitos trabalhistas conquistados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Das usinas também? Belo Monte, essas outras?

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA – Também. Tudo. Jirau também; começamos com Jirau. Digo que os colegas que estiveram em Jirau, além da dimensão enorme, muito grande, dificulta inclusive a fiscalização de qualquer esfera, preocupa demais, porque, atualmente, há uma deficiência muito grande nos órgãos de chegar a certos locais que são de difícil acesso.

O que propusemos, o Ministério do Trabalho, é basicamente que alguns pontos da terceirização, a responsabilidade solidária, que já está prevista no Có-

digo Civil, quando terceiros se juntam e fazem alguma negociação, eles são responsáveis solidariamente. A igualdade de direitos que têm a OJ nº 383, do TST, que fala que os direitos terceirizados são iguais, e já está tendo uma repercussão geral do Supremo também com o Ministro Marco Aurélio, na Repercussão 635546.

Então, na realidade, o que nós estamos buscando em termos de Ministério Público do Trabalho é que essas situações que estão ocorrendo nesses anos de desgaste da proteção do trabalho não vinguem ou pelo menos sejam debatidas. Se você não conseguir debater com a sociedade... Isso aqui, esta audiência, eu parabenizo, porque é uma iniciativa. Não é fácil estarmos, numa segunda-feira de manhã, conversando, debatendo sobre a CLT. A quem interessa isso? Há pessoas que podem pensar que isso vai ser conversa jogada fora. Mas não. Isso aqui é uma coisa bem séria, porque, no momento em que sai uma legislação tirando direitos trabalhistas, aí, sim, todo mundo vai reclamar; não vai às ruas porque o brasileiro não é de sair às ruas, mas vai haver uma movimentação. Por quê? Porque vai verificar que perdeu seus direitos. Então, a gente não pode fazer muita coisa, o que a gente tem que fazer é o preventivo. Esse é um trabalho promocional, preventivo. Temos que evitar que o mal aconteça.

Então, eu acredito que a melhor forma agora seria uma discussão maior da sociedade. Eu li na mídia que esse projeto ia ser votado em fevereiro. Vi isso na Internet. Sinceramente, não vejo momento, condição de fazer um projeto dessa dimensão sem haver uma discussão maior, porque nós temos uma CLT hoje que funciona e vem funcionando. Precisa atualizar? Precisa, realmente, tanto no direito material quanto no direito processual. Tem uma peculiaridade no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho: nós utilizamos como subsidiariedade as normas do Direito comum. A antecipação da tutela veio junto, veio para o Processo do Trabalho e outros institutos. Então, temos como já manusear esses institutos. Então, não precisa ter essa pressa tão grande, porque, se apressar muito, a coisa não vai sair bem feita.

Acredito que a intenção do Deputado seja boa, porque eu sou também otimista, entendo que as pessoas tenham boas intenções, mas nós devemos ter cuidado, porque, por outro lado, um projeto desse tem um efeito danoso muito grande se não for bem discutido.

Quero também dizer, finalizando a minha fala, que o Ministério Público do Trabalho, Senador Paulo Paim, está à disposição. Acredito que a discussão vai vingar em todo o Brasil. Temos em todo o Brasil atuação e podemos dizer que a atuação sempre será pautada na cautela e nos estritos poderes que temos como fiscais da lei. Nós não temos intenção nenhuma de ultrapassar ninguém nem fazer combate contra ninguém. Nosso mister é apenas fiscalizar se a legislação está sendo aplicada e bem cumprida.

Agora, que o direito do trabalhador precisa ser protegido, precisa. A CLT hoje em dia precisa ser atualizada? Precisa. Ninguém está dizendo aqui que ela seja uma CLT perfeita. Não. Ela tem bastante vácuo, há até expressões que nem existem mais. Ela precisa só ser atualizada. Eu diria até que dá mais trabalho fazer o que está sendo feito, em menos de um ano já discutir um Código do Trabalho. Vejo que, tudo bem, também não precisa exagerar, o Código Civil passou vários anos aqui para sair. Não precisa ser tão longo, mas também não tão curto. Então, eu diria, como Henry Ford, que pelo menos a gente está começando bem, porque, apesar de ser um empresário, ele sempre teve essa visão e ele traduz nesta frase: "Reunir é um começo, manter-se juntos é um progresso e trabalhar juntos é um sucesso". Ou seja, se a gente conseguir trabalhar juntos, tendo esse início de discussão com várias instituições, e eu vejo que tem aqui vários parceiros que irão usar da palavra, e dizer que o que nos preocupa hoje é usar a legislação trabalhista contra direitos já conquistados. Nenhum juiz do trabalho, tenho certeza, vai retirar esses direitos se eles ainda estiverem numa legislação. Agora, se tirarem a legislação, quantos direitos, no mínimo, ficarão duvidosos? Ah, não tem mais a CLT... E o próprio trabalhador se vincula muito: perdi minha CLT, como vai ser? Ele tem o Código do Trabalho, vai ter que explicar que vai ter um Código do Trabalho. Então, a CLT, até mesmo simbolicamente, é muito importante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Presidente, Paim, permita-me quebrar um pouco o protocolo, já que a reunião é tão tranquila. Eu quero fazer um apelo aqui público ao nobre representante do Ministério Público. Eu já fiz isso com o Britto, quando estava à frente da Procuradoria, mas não logrei muito êxito pela independência que cada um dos senhores tem na sua prestação de serviço. Mas eu queria publicamente pedir uma trégua ao Ministério Público, pedir uma trégua. Porque nós estamos tão apertados, com tanta pressão de todos os lados. É uma trégua não para apoiar aquilo que estiver errado de fato. Nós não aceitamos de maneira nenhuma, sabemos que existem aproveitadores no nosso meio. Existem aproveitadores e nós vamos combatê-los juntamente com vocês. Leva esse apelo ao nosso Procurador-Geral, para dar trégua ao movimento sindical, para que nos convide para uma conversa e tal, e chegaremos a um denominador comum. Nós queremos acertar, nós queremos estar na

mídia, mas acertando e não como estamos vendo os exemplos mais negativos possíveis.

Está feito o apelo publicamente nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é quebrar protocolo, é um direito. Ele fez uma pergunta e um questionamento.

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA – Obrigado.

Primeiro, dizer que realmente o Ministério Público, não só o Ministério Público do Trabalho, como todo o Ministério Público Nacional, possui, graças a Deus, a independência funcional. Se nós não tivéssemos a independência funcional, nada conseguiria andar, porque investigamos, às vezes, pessoas que têm uma certa condição e órgãos, mesmo empresas. Então, a gente precisa ter independência funcional, para não sofrer exatamente pressões.

Na realidade, a questão do movimento sindical é tão importante para o Ministério Público do Trabalho que foi criada uma coordenadoria, a Conalis, Coordenadoria Nacional, que exatamente tem essa previsão da liberdade sindical. E essa liberdade sindical é preocupante, evidentemente. Agora, quando existe uma atuação nossa, acredito que deve ser atuação em relação à questão da contribuição. É isso?

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Interdito.

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA – Nós não somos favoráveis ao interdito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que é mais a contribuição assistencial.

O SR. JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA – Não, mas em relação ao Ministério Público do Trabalho, nós somos contrários à utilização de qualquer instrumento processual, ainda mais sendo um instrumento vindo do Direito comum, que não se aplica em nada na questão de greve. Mas o advogado é pago para pensar, ser criativo e trazer soluções para seus clientes, e trouxeram a questão do interdito proibitório e alguns juízes deram. Primeiro, nós somos contra o interdito proibitório ser utilizado na questão de greve, porque realmente não exista nenhum interesse, acredito, dos grevistas em invadir permanentemente uma empresa.

Devemos apenas deixar o registro de que é importante a discussão, antes de qualquer ação. Não conheço, porque o Brasil é muito grande, não vou dizer ao senhor que conheço tudo, longe de mim, mas o Ministério Público do Trabalho é formado tanto por mulheres quanto por homens que são muito conscienciosos do seu mister. Eles trabalham bem, e eu tenho certeza de que, se algum sindicato tiver algum inquérito contra, se for ao procurador, o procurador irá atendê-lo e a conversa é um bom caminho. Agora, o problema é que, às vezes, você conversa, vascaíno e flamenguista, vocês têm conversas e não tem como chegar. Então, em algumas horas você tem que ir ao Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pediria aos meus quatro convidados que retornem à primeira fila, na primeira bancada.

Convidaríamos, neste momento, o Sérgio Miranda, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais; convidaria o Warley, que é Presidente da Cobap; e convidaria também o Sr. Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; por fim, Sérgio Luiz da Costa, Presidente do Sindicato dos Bancários, para que participassem da segunda Mesa. Depois, teremos ainda um espaço para debate com os nossos convidados. Se os quatro convidados pudessem ficar na primeira fila, facilitaria no momento em que formos iniciar o debate.

O Sérgio Miranda assistiu desde o início. Vou iniciar a segunda Mesa passando a palavra ao Sérgio Miranda, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais, ex-Deputado Federal, com quem tive a alegria de trabalhar quando estava na Câmara dos Deputados.

O SR. SÉRGIO MIRANDA DE MATOS BRITO – Obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente desta Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais. Srs. Membros da Mesa, Srs. Membros do Plenário, essa campanha em defesa da CLT se justifica principalmente pelo momento que estamos vivendo no mundo de hoje. A crise internacional do capitalismo, que é geral, semelhante a outras como a de 29 e a de 1873, neste período tem uma marca de desmonte de direitos. Se ela atinge, inicialmente, os países centrais, os países capitalistas mais desenvolvidos, Europa, Estados Unidos, ela sem dúvida vai repercutir no mundo todo.

É preciso que nós tenhamos clareza de que os direitos sociais e trabalhistas têm uma visão histórica. Os direitos trabalhistas não são inerentes ao capitalismo. Pelo contrário, eles são conquistados contra o capitalismo. Há um trabalho clássico de Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra no século XIX, que é algo fundamental. Mostra a superexploração do trabalho, jornada de 16 horas, trabalho infantil e toda uma série de mazelas. A campanha para a conquista de uma jornada de trabalho fixa de 8 horas implicou enormes sacrifícios para os trabalhadores.

Podemos dizer que o século XX é marcado pela conquista desses direitos sociais. Foi feita em 1917 uma revolução dos trabalhadores. Construiu-se uma alternativa ao capitalismo, que foi o Estado socialista da União Soviética. E esse contraponto entre sistemas é que permitiu que no capitalismo houvesse a

construção de direitos trabalhistas. A marca principal disso está, logo após a Segunda Guerra Mundial, na legislação inglesa, criada por Lord Beveridge, dos direitos sociais universais: direito à saúde, à educação, à proteção contra o desemprego.

A construção desse processo todo foi abalada pelo desmonte da União Soviética, em 1991. De lá para cá, vemos progressivamente uma campanha contra os direitos. O que ocorre hoje na Europa deve servir de alerta para nós. A marca da Europa hoje é o desmonte do estado de bem-estar social, a restrição orçamentária a políticas universais nas áreas de saúde e educação e aos direitos trabalhistas. Redução de salário, redução de salário mínimo na Irlanda e na Grécia.

Então, toda essa situação deve servir de alerta para nós, brasileiros. Nós nos encontramos em uma situação também peculiar, Senador Paulo Paim. Se é verdade que, principalmente por iniciativa de entidades empresariais e de Deputados individualmente, apresentando propostas que se contrapõem aos direitos dos trabalhadores, mas também nos encontramos, Senador, em uma enorme omissão do Governo. Este Governo foi eleito com o voto, com o apoio das centrais sindicais.

Quando se argumenta sobre a redução da jornada a Presidente diz: "Não, esse é um problema de negociação entre trabalhador e patrão." Falácia! Porque negociar salário, negociar condições de trabalho, em uma convenção, em um acordo coletivo é uma tarefa de trabalhador e do patrão, mas a decisão sobre a jornada se dá institucionalmente em um órgão essencialmente político, que é o Congresso Nacional.

Se o Governo, como aqui foi afirmado, tem maioria de dois terços em sua base de apoio parlamentar, ele pode se omitir em relação a uma questão dessas? E o próprio Governo, o anterior e o atual, que se colocaram em contraposição ao ideário neoliberal, nada daquilo que foi desmontado no governo Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito ao trabalho, ao contrato, à jornada, foi revertido no atual Governo. Mesmo na questão em que conseguimos uma enorme vitória, devido ao empenho de alguns Parlamentares como o Senador Paulo Paim. A questão do fim do fator previdenciário, que é um assalto ao bolso do trabalhador, nós aprovamos no Congresso e foi vetado pelo Poder Executivo. Mesmo agora, Sr. Senador, a MP nº 540 faz um ataque indireto à Previdência Social, quando desonera a folha de salários sem que haja uma compensação através do aumento da contribuição sobre o faturamento de outras empresas.

E, agora, os Deputados tiveram a ousadia de ampliar esse buraco na Previdência, incluindo setores que não têm nada a ver: transporte coletivo urbano; trabalhadores de telemarketing, as empresas de telemarketing foram desoneradas da contribuição sobre a folha.

Meus amigos, isso vai gerar um prejuízo enorme à Previdência Social e, ao invés da experiência de dois anos, estão propondo quatro anos para essa desoneração. E vai-se a cada ano dizer que o déficit da Previdência aumentou, que é preciso reforma, retirar direitos, dificultar obtenção de benefício.

Eu acho, Senador Paulo Paim, que essa campanha contra a CLT parte de uma visão liberal, o liberalismo que regia as relações de trabalho no Brasil durante a República Velha, quando não havia direito dos trabalhadores.

Dizia-se que a relação entre o empresário e o trabalhador era uma relação do Código Civil. Era uma relação entre iguais. A concepção liberal de que o Estado não pode intervir na relação de trabalho foi superada historicamente com toda carta de direitos conquistados pela sociedade e pelo movimento dos trabalhadores, pelo movimento sindical. Essa concepção liberal é que se contrapõe à CLT e à organização sindical. O Estado não pode intervir nos sindicatos, como diz a nossa Constituição, mas a existência do sindicato tem de ser garantida pelo Estado. E é garantida na nossa Constituição em seu art. 8º.

Então, considero que devemos nos precaver. Devemos ter uma visão clara do que está ocorrendo no mundo e sentir que a repercussão desses fatos no Brasil é inevitável.

Esse é o sentido da carta laçada em Minas Gerais, em uma realização do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que convocou todas as centrais, inclusive a CSP – Conlutas, que participaram e assinaram em conjunto uma carta aos trabalhadores brasileiros, cujo lema é "CLT é direito: em direito não se mexe!". E faz essa análise, Senador Paulo Paim, a partir da crise e dos reflexos que isso vai trazer para o País:

Há muito tempo vem se falando em crise mundial. (...) As organizações internacionais – como a ONU e o FMI – não procuram mais esconder [e são unânimes em falar sobre] a gravidade da situação. As explicações simplistas já não dão mais conta de mascarar a verdade: a crise é do capitalismo como um todo, afeta o mundo inteiro, é profunda, é estrutural e de longa duração.

E vai às explicações das consequências dessa crise para os trabalhadores. E chega à questão nacional.

Se num primeiro momento existiu quem acreditasse que a crise não afetaria o Brasil, hoje a realidade é bem outra. Sua profundidade e seus efeitos já são reconhecidos pela sociedade e pelo próprio Governo. Agora, o que está em jogo são as medidas que precisam ser tomadas para enfrentar a crise e minimizar os seus efeitos no País.

Se, para o Brasil sair bem da crise, tem de se fortalecer o seu mercado interno, proteger-se de uma disputa comercial acirrada que vai se dar para invadir de produtos o nosso mercado, temos de pensar em fortalecer os direitos dos trabalhadores, porque isso é fortalecer o mercado interno, e não o contrário, e não retirar direitos. E faz um comentário rápido: "O Orçamento da União já foi cortado em R$50 bilhões". Não são propriamente R$50 bilhões; são R$60 bilhões, porque foram os 50 e mais 10, o que significa redução de investimentos e dificuldades para o funcionalismo.

Já o capital financeiro quer transferir o ônus da crise para o nosso povo: quer pagar menos impostos, reduzir os salários, acabar com os direitos trabalhistas e restringir os direitos de greve.

É isso que se está vendo. O Governo tem sido, de certa forma, Senador Paulo Paim, generoso com o capital, tem desonerado o capital. Mas e em relação ao mundo do trabalho? Podemos citar uma iniciativa que favoreça o mundo do trabalho? O Senador foi preciso. Houve agora a regulamentação do aviso prévio proporcional, mas por iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Iniciativa do Supremo, que obrigou o Congresso Nacional a se pronunciar.

Vou encerrando minhas palavras, citando os parágrafos finais da nossa nota.

A CLT é o principal instrumento de regulação das relações entre capital e trabalho para proteger os trabalhadores. Se alguém quer atualizar a CLT é para ampliar direitos e fortalecer a organização sindical. Quanto mais hoje, quando os patrões querem jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise.

Enquanto durar a exploração do trabalho, a CLT não estará ultrapassada. Ultrapassado é largar os trabalhadores à mercê dos patrões; ultrapassado é atacar as entidades sindicais; ultrapassadas são as tentativas de dividir os trabalhadores para enfraquecê-los; ultrapassados são os acordos para estrangular financeiramente as entidades que lutam por direitos sociais.

E, por fim, agora, para impedir o avanço do capital sobre o trabalho, é preciso unidade, mobilização e luta das classes e camadas populares. Sendo assim, convocamos todos os brasileiros comprometidos com as causas democráticas, as entidades da sociedade civil – sindicais ou não – e as instituições públicas e privadas para se engajarem na campanha em defesa da CLT e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo.

CLT é direito: em direito não se mexe!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sérgio Miranda, Coordenador do Fórum Sindical de Minas Gerais, ex-Deputado Federal.

Sérgio, penso muito parecido com você, e isso me dá alguns problemas. E eu expresso, como você expressa. Tenho também o mesmo entendimento. Está havendo um ataque à nossa Previdência. A Anfip divulgou um dado que foi assustador: mais de cem bilhões de renúncias em sete anos. E houve um dado que saiu recentemente de que as renúncias fiscais do Município, do Estado e da União, tudo alegando a crise, só que a crise passa e os direitos não voltam. Os direitos não voltam. Por isso, tenho usado essa expressão também. Para o assalariado, para o mundo do trabalho, o que nós avançamos? Quando digo nós, não é só o Executivo, é inclusive o Congresso. O que o Legislativo fez para o mundo do trabalho nesses últimos 5, 10, 15 anos? Só houve retrocesso. Para o mundo do trabalho, só houve retrocesso. Eu não sei onde está o avanço na relação, de fato, entre empregado e empregador. Eu estou procurando. Eu tenho lá as minhas preocupações. E só o debate é que vai apontar se houve, efetivamente, avanços no mundo do trabalho.

Muito bem. Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Exmº Sr. Presidente desta douta Comissão de Assuntos Sociais, Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, Senador Paulo Paim, a quem eu gostaria de cumprimentar, tanto os demais membros desta Mesa como os da Mesa anterior, os demais colegas Defensores Federais e demais autoridades e pessoas presentes, senhoras e senhores, o tema não pode deixar de ter uma relação com o próprio trabalho do Senador Paim, durante todo o tempo de lutas sociais e de defesa das minorias e, no caso aqui, dos trabalhadores.

Por muito tempo, eu, particularmente, venho acompanhando o trabalho de V. Exª, não só como Presidente da Associação dos Defensores, mas também como cidadão, assistindo à TV Senado e verificando uma comunhão entre as aspirações minhas, pessoais, mas também agora a dos Defensores Públicos Federais, que são similares, com as de V. Exª. Isso, na proteção dos menos favorecidos, dos trabalhadores, que têm uma função especial e essencial na construção do nosso Estado e na própria estruturação do nosso Estado, e também no tocante à Previdência Social, que é a segunda etapa da vida do trabalhador, que é quando o trabalhador vai, após contribuir a sua vida toda, gozar da sua aposentadoria ou do seu benefício previdenciário.

O Deputado Sérgio Miranda colocava, muito propriamente, essa relação entre capital e Estado. O Estado, de fato, fortaleceu-se não só quando das garantias

dos direitos individuais, na época da Revolução Francesa, mas, em especial, com a garantia dos direitos sociais. O Estado, de fato, sempre foi um regulador da selvageria existente na relação entre os seres humanos, e aí estão todos os códigos, estão todas as normas, em especial as normas trabalhistas e as normas previdenciárias.

Por certo, também, Senador – e V. Exª ratificou o que o Dr. Sérgio colocou –, é que nós passamos por um momento infeliz de supressão de direitos das minorias. O que se está discutindo hoje é a redução dos direitos previdenciários. O que se está discutindo hoje é que uma pensionista não tenha mais a sua pensão durante todo o período da sua sobrevivência, e sim apenas durante cinco anos após a morte do seu esposo trabalhador. O que se está discutindo hoje é tanto a diminuição de direitos previdenciários quanto a flexibilização de normas trabalhistas.

E aí eu relembro que, desde 1988, enfim, esse processo todo foi um processo de aumento, sim, de direitos. Houve uma evolução social, e certamente hoje nós temos um arcabouço jurídico que permite a proteção dos mais fracos. Nós vivemos, sem dúvida alguma, em uma era de direitos. O que nós temos agora que trabalhar – e eu acho que é o desafio – é a era de efetivação desses direitos. Nós temos ainda muitos direitos que estão previstos e que ainda sequer foram implementados. E aí eu cito um exemplo: ainda que se possa falar que não haja uma relação com a CLT, mas o servidor público é um trabalhador também, e o seu direito de greve não está regulamentado, a revisão geral ou anual não está regulamentada. O que o Governo pretende, agora, regulamentar é a previdência complementar, que é uma emenda vinda, é uma conquista social, na realidade uma restrição estatal, que veio posteriormente até mesmo à revisão geral.

E há outros problemas que ainda temos que resolver – e o Ministério Público do Trabalho é um parceiro nesse ponto –, como o trabalho escravo. O trabalho escravo tem ressurgido. O Estado de São Paulo é um exemplo. A terceirização é extremamente maléfica. O que se está vendo no Estado de São Paulo, por exemplo, com indústrias têxteis, que foi amplamente noticiado, é a terceirização, a quarteirização, a quinteirização do trabalho, o que não faz só a iniciativa privada; faz o setor público também.

Ainda ontem à noite, tive a infeliz satisfação de ver um ex-estagiário meu, que era terceirizado da própria Defensoria Pública da União, achincalhando a Instituição, achincalhando o Estado brasileiro porque a terceirização não lhe pagou os seus direitos mínimos trabalhistas quando se rescindiu o contrato, quando, na realidade, o Estado brasileiro devia ter lá um servidor concursado e não terceirizado. Isso é uma forma de diminuição dos direitos trabalhistas. E vivemos isso e lutamos contra isso cotidianamente. Nós precisamos ter instrumentos – e a luta de V. Exª vai nesse sentido –, inclusive instrumentos no próprio Estado para que consigamos fazer a implementação do que já se tem e não perder aquilo que se conquistou em termos de direitos.

Complementando, além do ressurgimento do trabalho escravo, nós temos ainda o desafio de tirar da informalidade diversos trabalhadores. Ainda temos diversos trabalhadores trabalhando na informalidade, sem proteção, em especial, securitária da Previdência Social.

Na Previdência Social, que é uma matéria bastante afeta à Defensoria Pública da União, Senador Paim, quando discutimos os assuntos desta Subcomissão da Previdência Social, não posso deixar de registrar que é uma preocupação dos defensores públicos também o malfadado fator previdenciário, que vem, a bem da verdade, não desprestigiar, mas violar a equipolência entre a contribuição, entre o equilíbrio atuarial da contribuição do cidadão e de seu benefício previdenciário. Aquele que acaba contribuindo mais durante mais tempo fica com um benefício previdenciário maior. Isso é um verdadeiro absurdo sob o aspecto até atuarial.

Outro problema que vivemos constantemente na Previdência Social é a tal e malfadada, também digo, alta programada, em que o cidadão é idealizado, curado da sua doença em determinada época, quando a Lei nº 8.213 prevê que o sujeito só vai deixar de ficar incapaz quando deixar de ficar incapaz mesmo. E essa incapacidade vai ser verificada, única e exclusivamente, através de uma nova perícia, e não através de uma data pré-fixada.

Por fim, registraria também na parte da Previdência outra preocupação nossa, Senador, que diz respeito à atualização dos benefícios previdenciários nos mesmos índices do salário mínimo. Infelizmente, o que vemos hoje é um reajuste real do salário mínimo. No entanto, há pessoas aposentadas que não conseguem compreender por que se aposentaram com dez salários mínimos e hoje ganham apenas um salário mínimo. A bem da verdade, o que temos visto é uma evolução do salário mínimo, sim, mas uma permanência, uma manutenção que me parece injusta com os aposentados, porque se perde o poder aquisitivo do não reajuste com o aumento real dos benefícios previdenciários.

E, nesse processo de lutas por direitos sociais, a Defensoria Pública da União, com o Ministério Público do Trabalho e com o Ministério Público Federal, atua constantemente na área previdenciária. Estamos,

agora, entrando também na área trabalhista. Existe uma lei, cujo número não estou me recordando agora, que impõe aos sindicatos a assistência judiciária, o Estado obrigando os sindicatos a prestarem assistência judiciária. No entanto, é uma lei de 1970, e a Constituição de 88, no inciso LXXIV do art. 5º, dispôs ser direito individual de cada cidadão ter assistência jurídica, que é mais ampla do que a judiciária, que é a única destinada ao Poder Judiciário, a jurídica, que envolve assessoramento, envolve educação, envolve resolução extrajudicial, envolve o Judiciário também. A Constituição dispôs nesse inciso LXXIV ser direito individual, fundamental de cada cidadão a assistência jurídica prestada pelo Estado, isso em 1988. Então, no ponto específico da obrigatoriedade da assistência judiciária pelos sindicatos, há algum juiz trabalhista já entendendo pela inconstitucionalidade desse dispositivo. E, nesse sentido, a Defensoria Pública da União tem-se esforçado para iniciar os seus trabalhos na área trabalhista.

Há pouco tempo, discutimos nesta Comissão também, sob a batuta do Senador Paulo Paim, as deficiências estruturais da Defensoria Pública da União, onde hoje somos apenas 470 defensores federais litigando num universo com 8 mil advogados públicos, 1.800 membros do Ministério Público da União como um todo, 3 mil juízes trabalhistas e 2 mil juízes federais.

Não obstante, já em algumas unidades, temos atuado na área trabalhista, especialmente para aqueles que não sindicalizados. E aqui, no Distrito Federal, inclusive, com os nossos colegas do projeto piloto que se está fazendo, nós criamos uma estrutura especial para se trabalhar com o Direito do Trabalho. Nós temos mantido um contato permanente com os sindicatos. Estivemos com sindicatos de empregadas domésticas, com sindicatos dos trabalhadores, dos motoristas de ônibus e alguns outros sindicatos, onde estamos tendo um trabalho bastante proveitoso, verificando a necessidade social de se ter assistência jurídica estatal para o trabalhador pobre, para aquele em que mil, dois mil, três mil da sua verba rescisória de R$5 mil vai fazer a diferença. O trabalhador que tem condições de pagar advogado deve pagar advogado. Para o trabalhador que não tem condições de pagar advogado, o Estado deve lhe prestar assistência jurídica.

E, nessa linha, nós colocamos... Aqui eu falo como Presidente da Associação, mas meus colegas se colocam à disposição, a Defensoria Pública da União e a Associação também, não só para se debaterem CLT, direitos trabalhistas, direitos sociais e direitos previdenciários, mas também se colocam à disposição para prestação de serviços na área trabalhista e também à disposição dos presidentes das centrais sindicais, dos sindicatos, das federações, enfim, para que, estreitando-se esse trabalho, possamos vir a somar esforços na manutenção dos direitos que já temos, na implementação desses direitos que temos previstos e que ainda não foram implementados e na conquista de demais direitos sociais.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente Gabriel Faria Oliveira, da Associação Nacional dos Defensores Púbicos Federais, que comunga conosco de uma série de preocupações que a Mesa já demonstrou, na questão do fundo de garantia, na questão da Previdência, na questão dos direitos dos trabalhadores, porque nós aqui, neste debate desta manhã, estamos debatendo exatamente isto: os direitos dos trabalhadores e, naturalmente, dos aposentados.

Tivemos alguns avanços na linha daqueles que não chegam sequer a ter o direito de ser assalariados. Nós queremos que esses avanços continuem, mas, por outro lado, nós não podemos abrir mão de direitos mínimos para os trabalhadores, já que o grande capital não abre mão de nada. Mais uma vez, quem paga a conta – todas as vezes que temos uma crise é isso –, é principalmente a Previdência – inclusive, pedimos estudo nesse sentido.

Às vezes, em palestras que faço, digo: quando vocês veem no jornal, na televisão ou no rádio que houve uma desoneração – PIS, Cofins, folha de pagamento – alguém está pagando, não existe Papai Noel. Alguém já disse: "Parem de dizer para seus filhos que existe Papai Noel". Cada vez que o dinheiro deixa de entrar, alguém vai deixar de receber, e quem deixa de receber são principalmente os aposentados e pensionistas. Historicamente, nós ouvimos o discurso de que não dá para pagá-los, porque vai quebrar a Previdência. Só que a Previdência nunca quebra, e eles continuam retirando dinheiro da Previdência – e estamos falando de bilhões, não se está falando aqui em milhões. São bilhões que a Previdência deixa de arrecadar a cada ano.

Acho que, se voltássemos à época da Constituinte – eu fui Constituinte –, veríamos que o que nós colocamos ali – e se passaram, então, digamos, dois anos no máximo –, se arrecadado e trazido aos dias de hoje, daria mais de 500 bilhões de renúncia. E a Previdência continua viva apesar disso tudo!

Warley, presidente da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Boa tarde. Na pessoa do Senador Paim, cumprimento a Mesa.

Eu queria falar primeiro, Paim, sobre esta Comissão de Assuntos Sociais que V. Exª preside. Na minha opinião, é uma das melhores comissões que existem no Senado, é uma comissão que recebe sempre tanto os trabalhadores quanto os aposentados e os deficientes. Então, V. Exª está de parabéns pelos trabalhos desta Comissão hoje.

Falando da CLT, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Cobap, apoia as centrais sindicais, que defendem rigorosamente a CLT. Agora, sobre a Previdência Social, o que nós achamos hoje é que o nosso movimento, tanto dos aposentados quanto dos sindicatos nacionais, amoleceu muito. O movimento do trabalhador acabou. Não sei se é o trabalhador que não é comunicado, não sei o que está acontecendo. Se não houver um movimento, governo nenhum vai fazer alguma coisa, vai continuar fazendo aquilo que ele quer.

Hoje está complicado. No Senado e na Câmara, eu ainda falo: hoje mudou muito, aqueles que eram esquerda viraram direita e os que eram direita viraram esquerda. É tão fácil... O que acontece? Acontece que os Deputados e Senadores que sempre foram da direita não estão sabendo ser esquerda, eles nunca vão aprender a ser esquerda como o eram da esquerda aqueles que hoje estão na direita. Então, hoje ficou complicado para nós, dirigentes de entidades, procurarmos o pessoal que era da nossa turma, que nós ajudamos a eleger. Eu até ouvi o nosso amigo Calixto falando: "Nós elegemos, sim, a Presidente Dilma e o Lula, mas hoje o trabalhador e o aposentado estão sendo crucificados".

Nós estamos sendo crucificados porque hoje não temos direitos. Para os aposentados, até agora, não abriram as portas para que negociemos um aumento acima da inflação, mas já tiraram de nós a desoneração da folha. Nós estamos sabendo que vem vindo aí... A preocupação nossa também é: será que não vai sair dinheiro da Previdência para a Copa do Mundo? Não há dinheiro para a Copa do Mundo. De onde vão tirar? E a Previdência, nós mesmos já falamos, está dando lucro de 18 bilhões – quer dizer que há o dinheiro. Será que, em vez de dar o dinheiro para quem deve recebê-lo, que são os aposentados, não vão investir na Copa do Mundo? Não é a Previdência, de novo, que vai salvar a situação? Vão tirar nosso dinheiro? Nós estamos preocupados – e a Cobap está aí se mobilizando, vamos nos mobilizar agora até o Natal –, porque nós queremos que o Governo cumpra o que nos prometeu: dar os 80% do PIB. Mas não abrem a negociação. Nós vamos ter uma reunião no próximo dia 13 com o Ministro Garibaldi. Chega lá, o Ministro fala: "O Governo não tem proposta para os aposentados que ganham acima do salário mínimo".

Então, a nossa preocupação – e faço um apelo agora – é que, além dessas centrais que estão aqui, centrais que lutam e estão no movimento... Eu gostaria que as outras duas centrais também, a CUT e a Força, estivessem aqui, porque eles também têm de se preocupar com o nosso movimento. Hoje poderíamos fazer um debate muito importante para nós. Acho que as centrais sindicais e os sindicatos têm de discutir em suas convenções a Previdência Social, antes que aconteça o que está acontecendo na Europa. Nós não podemos ficar de braços cruzados, principalmente os sindicatos que estão na base, quando, como o Deputado acabou de falar, estão tirando pensão da gente, das nossas pensionistas.

Aliás, acho gozado eles falarem: "Olha, nós não podemos deixar o idoso casar com meninas novas ou as idosas casarem com meninos novos..." Mas nós temos aí vários políticos casados com várias meninas novas – lembro particularmente o nosso Vice-Presidente, que se casou com uma menina nova, bonita. Não sou contra, sou a favor, eu acho que cada um cuida da sua vida. Se quer casar com menina nova e tem condição, que case, não é a aposentadoria dele que vai atrapalhar a vida.

Então, nós estamos preocupados com isso. Acho, Senador Paim, que a gente tem de arrumar é a solução, porque a gente já está cansado de saber. Agora nós temos de fazer alguma coisa, principalmente as nossas centrais.

As centrais que estão aqui estão de parabéns, principalmente o Calixto, que é um defensor dos aposentados. Sempre que nós precisamos, ele nos recebe de portas abertas. Parabenizo também o Fórum Sindical, com o Lourenço e o José Augusto. Então, a gente está trabalhando.

Agora, a Cobap hoje está muito mudada. Nós estamos levando os aposentados às ruas para se defenderem. Nós fizemos vários movimentos, mas os aposentados sozinhos não vão chegar a lugar algum. Aliás, eu sempre falo nos meus discursos que fico cheio de ciúme de uma categoria que está aí engolindo todo mundo, todo o movimento, que são os *gays*. Eles levam seis milhões de *gays* para a Avenida Paulista, e eles não têm central nenhuma para ajudá-los. Agora, nós, com as várias centrais que temos, não conseguimos colocar um milhão de trabalhadores nas ruas! Como é que nós vamos conseguir defender os nossos movimentos? Quando nós fazemos um movimento aqui em Brasília, com as centrais todas, no máximo, colocamos cem mil. Nesse último movimento que houve das

centrais, a marcha, tinha quantos? Cem mil, e estavam presentes seis centrais sindicais, Senador!

Então, a gente peca nisso. Nós tínhamos que trazer dez milhões de trabalhadores. Aí sim, mexeríamos com o Governo. Por que os *gays* estão conseguindo tudo? Porque eles estão indo para as ruas, estão levando o movimento, estão casando homem com homem, mulher com mulher, mas estão aí. Eles têm seus direitos. Por quê? Porque eles vão para as ruas, fazem movimento. Está brigando a Igreja Católica, está brigando a Igreja Evangélica, que são contra, mas eles estão indo à luta. É isso, eles mostram que nós temos de voltar às ruas. Se não fizermos isso, vamos perder todos os direitos que temos – já estamos perdendo. Falta, de novo, nós voltarmos ao movimento.

Estava aqui o companheiro da Procuradoria do Trabalho. Ele estava falando que não pode ser contra isso e aquilo... Nós sempre soubemos que não podíamos, mas nós sempre fazíamos. Hoje você vê pouco movimento. Se não voltar o movimento, Deputado e Senador, não adianta, ainda mais com o Governo que temos aí, que tem hoje 1/3 do Congresso e 1/3 da Câmara, 2/3. Nós não vamos aprovar nada se não pusermos o trabalhador e o aposentado na rua. Desculpe-me se ofendi alguém, Senador, mas eu tinha que falar. Não dá mais para aguentarmos. Os aposentados e os trabalhadores estão cansados, a liderança tem que fazer alguma coisa. Nós estamos sabendo que o Governo quer prejudicar, mas não estamos fazendo nada para ele fazer isso. Temos que voltar às ruas, temos que mobilizar os trabalhadores, mobilizar os aposentados. As companheiras também, as jovens de hoje. Fiquem de olho, porque vocês vão perder a pensão amanhã. Então, tem que ajudar, vocês têm que ajudar, principalmente os aposentados de hoje, porque não temos dinheiro para mobilizar os aposentados, porque nós não vivemos de contribuição, nós vivemos de mensalidade. Se tivéssemos, iríamos mobilizar, porque é fácil trazer os aposentados. Eles querem vir, mas não temos dinheiro para trazê-los e nunca vamos ter, porque no dia em que tivermos dinheiro vai ser a pedra na sola do sapato do Governo, porque os aposentados querem se mobilizar, querem vir, mas precisamos de dinheiro para trazê-los.

Eu queria contar uma passagem do nosso Senador Paim. Nós fizemos, em 2009, um ato dentro da Câmara em que tínhamos que pousar lá com 300 aposentados. Às oito horas da noite fecharam toda a Câmara, desligaram o ar condicionado, fecharam o banheiro e nós com um monte de aposentado aplicando injeção porque tinham diabetes e nós não tínhamos água, não tínhamos nada. Eu falei: "Agora vamos ter que achar uma solução para isso". Aí eu falei: "Vou ligar para o Senador". A única vantagem que a gente tinha era o Senador. Liguei para o Senador e ele falou: "Warley, estou na Presidência aqui, mas assim que acabar eu vou". Eu não sei o que aconteceu; demorou cinco minutos e o Senador estava lá. Foi lá, o Senador saiu. Em 15 minutos – vocês não acreditam –, a gente tinha até lanche para comermos a noite inteira lá dentro da Câmara. Vocês veem, este é o Senador Paulo Paim. Por isso que nós, aposentados e pensionistas, adoramos o Senador e gostamos dele.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Warley, Presidente da Cobap, falando da importância da mobilização e da pressão.

Outra coisa, Warley, se a gente não fala, apanha. Pelo menos vamos apanhar falando, reclamando, porque, se não abrirmos a boca, os direitos vão deslizando, como diz o outro. Toda água do rio acaba indo na direção do mar. Os direitos vão correndo em direção ao mar. Pelo menos vamos nadar, vamos gritar, vamos falar para que esse *tsunami*, que para mim pode dar o discurso da crise internacional, vai acabar atingindo sempre o trabalhador e o aposentado. Digo às vezes e vou repetir aqui, mas é na linha que você falou, Sérgio. A crise é econômica, mas ninguém fala da crise social. Só falam da questão econômica, mas da crise social que está instalada aí e vai se aprofundando ninguém fala.

Eu estava lá num evento, Calixto, lembrei-me aqui agora, só de falar isso. Acho que foi da Nova Central, num evento em que eu estava. Não sei se foi da Nova Central. Não, foi na posse do Artur, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação, não é? Lá no centro de treinamento. Daí, Sérgio, vi que o Plenário ficou meio assim. Falei o seguinte. Sou totalmente favorável a você dar uma cobrada e uma penalizada como nos carros importados, como foi feito. O que custava a gente, naquele momento... Porque, se você penalizou mais, vai vender mais aqui, ou seja, e está acontecendo, os carros importados efetivamente estão entrando em menor quantidade e fortalece quem? O mercado interno. Consequentemente, claro que é bom, porque gera emprego. Agora, já que vou fortalecer o mercado interno, que vai vender muito mais, poderíamos ter feito um acordozinho mínimo na ótica do trabalhador. Vai ter uma garantia no emprego nesse período? Vai ter uma participação nos lucros, se os lucros efetivamente aumentarem? Mas não, só se olhou um lado, o de que tinha que, naquele momento, fortalecer o empresariado internacional. Também quero fortalecer e vou fortalecer sempre o empresariado nacional, porque gera emprego aqui dentro.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Não existe nenhuma contrapartida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra é essa. Mas por que não uma pequena contrapartida que fosse olhando para o trabalhador? Por que não? Quando digo que vão desonerar a folha, como estão desonerando, em 20%, é problema. Se dizem que a Previdência está quebrada – e não está, nós sabemos que não está – quem é que vai garantir que dá para desonerar? Fortalecem-se esses setores, mas qual contrapartida vai haver para o trabalhador? Nenhuma. Nós vamos desonerar, mas o Tesouro tem como sustentar essa diferença de 1,5 sobre o faturamento dos 22 ou dos 20 que eram pagos, alguns chegam a ser de 22, mas, neste período, vamos fortalecer também o aposentado. Diga lá para o aposentado que os 80% estão garantidos. Mas não, a Previdência perde; alguém vai ter que pagar aquela diferença que houve, mas para o aposentado não: "para você não tem". Sobre essas coisas quero dialogar mais, debater e quero ter o direito de falar livremente, sem ter medo de falar. Noto que uns têm medo de falar. Medo de falar, não. Não sou daqueles que não têm medo de nada, mas medo de falar, pelo menos isso não dá para ter. Mas vamos lá.

Sérgio Luiz da Costa, Presidente do Sindicato dos Bancários.

O SR. SÉRGIO LUIZ DA COSTA – Senador Paulo Paim, por intermédio de quem cumprimento esta atual Mesa e a Mesa anterior, para nós é uma satisfação grata estarmos aqui representando o FST de Goiás, que se iniciou em 7/10. Na oportunidade, quero parabenizar o companheiro Lourenço, até em nome do José Augusto, que interinamente dirigiu muito bem o FST nacional na coordenadoria. Em Goiás, foi no dia 7 de outubro, com a presença de vários parlamentares, tanto federais, quanto estaduais e municipais também.

Estamos imbuídos também da defesa dos outros fóruns do FST, também junto com as outras centrais sindicais, na defesa das 40 horas semanais, contra o fator previdenciário. Como o companheiro do Cobap disse, às vezes os trabalhadores da ativa pensam que estão imunes a essas questões do fator previdenciário, sendo que o futuro nosso está vindo daí, da luta dos aposentados na atualidade. Eles que estão lutando hoje por um direito que vamos ter amanhã. Deveria haver uma contrapartida maior dos trabalhadores da ativa em terem a responsabilidade também de ajudar os companheiros aposentados e abraçarem essas causas.

Nós temos, com certeza, todos os dias companheiros na fila da Previdência para puxar a sua aposentadoria. Chegando lá, ele vai ver a diferença do que ele está ganhando hoje na ativa para o que ele ganhará a partir de amanhã, a partir do mês que vem, quando vai se aposentar. Isso às vezes o inibe de pedir aposentadoria, ou não. Às vezes, ele vai, aposenta e, com o instituto da desaposentação, passa três ou quatro anos, continua trabalhando, recebendo a Previdência, vai, desaposenta e pega aposentadoria integral. Então, por isso que o Governo hoje quer implementar outro tipo de fator previdenciário, fator 85, 95 e até 105 está-se dizendo por aí.

É uma preocupação nossa, dos trabalhadores da ativa também, defender os companheiros aposentados, porque o Senador Paim, lembro-me muito bem, no mês passado, em Santa Catarina, falou que, ainda mais com o reajuste salarial do salário mínimo, agora, a partir de janeiro, para R$622, grande parte dos aposentados vai passar a receber apenas salário mínimo, porque não têm correção integral, justa, aqueles que ganham acima de um salário mínimo. Então, daqui a algum tempo, se não houver mudança, todos nós receberemos salário mínimo.

Essa é uma luta constante. O Senador Paulo Paim está de parabéns por abraçar essa causa, que não é só dos trabalhadores da ativa, mas dos próprios trabalhadores aposentados.

Lembro que, quando fizemos o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) em Goiás, estávamos atravessando uma das maiores greves no Sistema Financeiro Nacional. Lembrou muito bem o José Augusto. Estávamos atravessando essa greve, e o sistema financeiro tinha praticamente grandes mobilizações em nível nacional, porque nós ainda temos uma convenção forte, mas nós nos esbarramos muito naquilo que você disse, na questão do interdito proibitório. As instituições financeiras insistem ainda em usar a Justiça do Trabalho, a Justiça Comum para buscar os interditos proibitórios, a fim de enfraquecer as lutas dos trabalhadores. E, hoje, estamos vivenciando isso. Em cada convenção que passa, em cada data base da categoria dos trabalhadores, está melhorando um pouco. Antes, nós tínhamos um interdito vergonhoso: antes mesmo de a categoria decretar uma greve, já chegava o oficial de justiça, dizendo: "O interdito está aqui. Vocês não podem fazer isso, isso e isso". Aos poucos, isso está mudando, mas ainda está muito forte essa questão do interdito em cima da classe trabalhadora. Hoje, eles respeitam pelo menos o início da greve. Antes, eles já davam o interdito. Na assembleia já havia o resultado, que não se poderia fazer greve naquela fábrica, porque já havia o interdito. Isso é uma vergonha! Nós não podemos admitir isso.

Lembro também que no FST em Goiás tivemos a participação tanto da UGT quanto da CTB, da Nova Central Sindical e da Força. Debatemos vários temas.

Houve até mesmo uma palestra do companheiro William Alves da Rocha, que foi Desembargador do TRT.

Agora, a questão da CLT.

A flexibilização da CLT através do Código do Trabalhador, como disse nosso companheiro do Ministério Público do Trabalho, é algo bastante preocupante. Hoje, diz-se que a CLT está velha e, em nome da modernidade, nós vamos modificar ou até mesmo extinguir a CLT, enterrá-la, e uma nova está por vir, que vai ser o Código do Trabalhador, mas, infelizmente, nele já existe algo que não agrada à classe trabalhadora; já existe a flexibilização, como disse bem.

A relação do capital é bem mais forte do que a relação do trabalho. Nós temos isso até mesmo dentro da visão governista. Os companheiros dos Correios, nos meses de setembro e outubro, também estavam em greve, na mesma época dos bancários e, através de julgamento no TST e *lobby* do Governo, conseguiram fazer um péssimo acordo para os trabalhadores dos Correios. E pior ainda: inclusive cortando o ponto dos dias paralisados, sendo que nós entendemos que a culpa do movimento de greve não é só dos trabalhadores. Os trabalhadores não fazem greve porque acham bonito e porque querem. Fazem greve porque há a necessidade de serem ouvidos pelos patrões; há uma necessidade a partir do momento em que queremos priorizar, como disse o companheiro Calixto, as negociações. Queremos nos sentar à mesa dos patrões, e não baixar a cabeça. Você disse muito bem. Tratar com seriedade as causas das nossas convenções coletivas e buscar nessa convenção algo que venha a favorecer a nossa classe trabalhadora, os nossos representados. E, muitas vezes, eles impõem cláusulas que os trabalhadores não querem que estejam na convenção coletiva, mas eles obrigam os trabalhadores por meio de chantagem: "Se você não colocar isso aqui nessa cláusula, vocês vão deixar de 'perder' alguma coisa aqui".

Então, por isso essa flexibilização é muito complexa, complicada. Já, anteriormente, tentaram fazer isso. Graças à mobilização e ao movimento da classe trabalhadora, conseguimos barrar essa primeira investida, e agora está havendo mais investidas ainda com esse novo código, que está bastante avançado no Congresso.

A preocupação tem que dobrar. Temos que ter plena consciência de que a luta é permanente mesmo. Terminando o ano, a luta para o ano que vem já está delineada; ela já está pontuada para as nossas atuações, tanto em relação aos nossos companheiros aposentados quanto a nós, que estamos na ativa. Já está delineada a luta para 2012, 2013, 2014, porque são vários os temas das discussões.

Temos que ter a coragem mesmo de defender sem medo os nossos representados, defender sem medo os trabalhadores, porque, hoje, com a implementação dessa precarização do trabalho através da terceirização, todos os setores da economia brasileira serão atingidos. Não os patrões. Vão ser atingidos os empregados, porque eles estão terceirizando tudo, para tirar aquilo que todos aqui já sabemos: os direitos dos trabalhadores. Então, não podemos permitir que isso ocorra. Nós temos que ficar atentos.

Até mesmo já se chegou a cogitar terceirizar caixa de banco, caixa de supermercado. Estão querendo terceirizar tudo na nossa sociedade. Então, temos que tomar cuidado com essa terceirização. Vão tirar para quê? Para acumular mais capital na mão dos empresários? Terceirizar para quê? Temos que ter isso aí bem claro. Terceirizar, com certeza, não é para dar mais dinheiro para os trabalhadores, não. Se fosse terceirizar para dar mais dinheiro para os trabalhadores, nós deveríamos ser a favor, sim. Mas, a partir do momento em que se está terceirizando para tirar os minguados recursos da classe trabalhadora, temos que nos posicionar contrariamente. Temos que demonstrar para toda a sociedade brasileira que somos contra essa precarização, essa terceirização, porque ela está tirando dinheiro da classe trabalhadora.

Só para finalizar, Senador, eu gostaria de me solidarizar com os companheiros do Basa, Banco da Amazônia. Hoje, às 13 horas, vai haver o julgamento do seu dissídio coletivo, da maior greve da história dos bancários em todo o País. Já dura desde 28 de setembro – até hoje eles estão em greve –, e, hoje, teremos o julgamento no TST.

Espero que, mais uma vez, a classe trabalhadora não saia perdendo nesse julgamento. Que Deus ilumine os julgadores para que cheguem a um consenso, a um acordo, a fim de que pelo menos os empregados desse banco não saiam no prejuízo.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás, Sérgio Luiz da Costa, que expressou com muita clareza e firmeza o seu ponto de vista. Vamos torcer também para que o julgamento de hoje dos bancários não traga prejuízo para os trabalhadores.

Agora, vamos para as considerações finais.

Eu vou começar com o Plenário, cinco minutos para cada um; depois, no final, vou fazer a leitura dos principais trabalhos da Comissão, para que fiquem nos Anais, mas os senhores podem esperar ou não; estarão liberados.

Passo a palavra a Lourenço do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Mais uma vez, muito obrigado, eminente Senador Paulo Paim.

Companheiros que participaram da primeira bancada de debates nesta manhã do dia 12 de dezembro, quero dizer o seguinte: estamos, na verdade, nas vicissitudes e lutas do movimento sindicato operário no Brasil.

Quem me precedeu no debate, o companheiro José Calixto Ramos, deu um tom de que estaríamos, de certa forma, meio amargurados, meio pessimistas e tal, mas, na verdade, não é isso. Na verdade, a gente vem aqui falar sem medo e sem ódio. Ouviu, Calixto?

A propósito disso, havia em Pernambuco um Senador, que já não está aqui entre nós, o Senador Marcos Freire, que, em certa oportunidade, no interior de Pernambuco, como era da oposição naquela época dos governos militares, ele fazia o discurso e o começava: "Sem ódio e sem medo"... Aí cortaram a luz do palanque. Ele disse: "Eu estou aqui hoje sem ódio, sem medo e sem luz".

Sem luz nós não estamos, mas estamos sem ódio e sem medo.

Bom, a campanha de defesa da CLT por si só se explica, se justifica. Na verdade, as iniciativas dentro do Congresso Nacional hoje são no sentido de retirar direitos, flexibilizar direitos. Dentro dessa linha, que é uma marcha incansável do neoliberalismo no mundo todo, de retirar e flexibilizar direitos e entender que trabalhadores e empregadores são iguais, o que, realmente, é uma falácia, é uma mentira.

Então, por isso, nós estamos defendendo a CLT e, defendendo a CLT, nós entendemos que estamos defendendo os trabalhadores como um todo, os seus direitos que estão aí. A CLT não representa um teto de direito; ela representa apenas um piso. Daí para frente é a luta, é a negociação, que realmente vai ditar o que vai acontecer nas relações entre capital e trabalho.

Em todos os códigos, não só o código do Deputado Silvio Costa, do PTB de Pernambuco – ele retira direitos –, também há um código em tramitação no Congresso Nacional, que é um código de trabalho de autoria do Deputado Cândido Vaccarezza, do PT, de São Paulo, que é mais antigo; é de 2007. Certamente não deve estar com uma tramitação tão célere quanto esse do Deputado Silvio Costa.

Esse código do trabalho... Por que somos contra ele?

Não vou dizer aqui que há coisas razoáveis dentro do código, porque são... Aquilo que está na Constituição, que está registrado na Constituição, evidentemente, ninguém vai ter autonomia para retirar da Constituição por meio de um código, por iniciativa de lei ordinária ou lei complementar, mas, na verdade, quanto ao restante retira tudo. Se todos esses códigos retiram do art. 1º ao art. 642, retiram, consequentemente, toda a estrutura sindical. E esse código do trabalho do eminente Deputado Silvio Costa retira até, extingue até a lei do repouso semanal remunerado, que é de 1949.

De forma, Senador Paim, que é isso que eu gostaria de abordar aqui e também agradecer, mais uma vez o convite.

Todos os trabalhadores da ativa e aposentados têm de estar juntos, têm de estar solidários, têm de estar unidos nessa luta. Na verdade, o trabalhador que está na ativa hoje será o aposentado de amanhã e o aposentado de amanhã tem de ter esse reflexo de isonomia de tratamento e de trabalho unitário na defesa de tudo isso aí. A Previdência serve para qualquer tipo de discurso.

Eu me lembro de que o Senador Paim colocou aqui, com muita propriedade, que nos últimos sete anos houve uma desoneração de R$100 bilhões para a Previdência Social, quer dizer, R$100 bilhões deixaram de ser arrecadados porque houve desoneração.

Nós temos também... Sempre gosto de falar... Estou encerrando, Senador Paim, sem abusar do tempo.

Houve a Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, de 2008. Essa Súmula Vinculante diz que os arts. 45 e 46 da Lei de Custeio da Previdência Social eram inconstitucionais. Por quê? Porque eles previam uma decadência e uma prescrição de dez anos, e o Supremo declarou e decidiu na Súmula Vinculante nº 8 que é de cinco anos. O que aconteceu com isso? É simples explicar: simplesmente aqueles devedores da Previdência Social que tinham débitos para serem cobrados pela Previdência, pela Procuradoria, de algo em torno de R$100 bilhões, simplesmente, não vão mais pagar. E não houve nenhuma iniciativa nem do Governo nem da Oposição no Congresso que procurasse reparar esse prejuízo, que não tem mais jeito de resolver. E acho que é isso aí.

Temos que tomar cuidado também com a questão dos fundos de pensão. O que acontece com a Aerus, de que comandantes, pessoal de voo e pessoal de terra tinham aposentadorias importantes, hoje estão recebendo um salário mínimo. É terrível! O pessoal da Vasp. Tenho um irmão que é aposentado da Vasp. Houve uma época em que ele recebia praticamente dois do INSS e oito da Vasp. Hoje ele deve receber dois do INSS e zero da Vasp.

Então, é isso que acontece com fundo de pensão. Fundo de pensão tem que ser administrado com prudência, com temperança. Na verdade, se o fundo de pensão é mal administrado, aplica na bolsa de valores, que tem uma renda variável, que é importante para a

sustentação dos fundos de pensão. Essa aplicação é daninha, é desonesta, é inadequada, é incompetente, simplesmente os trabalhadores e trabalhadoras no futuro, quando estiverem aposentados, não vão ter dinheiro para receber. Não vou dizer que houve desonestidade, mas talvez não tenha havido prudência adequada quando foram geridos recursos dos fundos tanto da Aerus, dos empregados da Varig, quanto do pessoal da Vasp.

Por último, quero dizer que o art. 192 da Constituição da República dispõe que eram vários os incisos que estavam ali que cuidam do sistema financeiro nacional. Na época, nós fizemos um projeto de lei para regulamentar esse art. 8º, mas, depois, todos os incisos que estavam ali inscritos foram retirados, inclusive aquele inciso que previa o juro dos bancos de 12% ao ano, e simplesmente ele desapareceu. Então, eu acho que, nesta época em que os governos do mundo inteiro estão correndo para atender a questão relativa aos ajustes fiscais, que são pesados, se acontece na Europa, se acontece nos Estados Unidos, certamente, vai chegar aqui com mais intensidade do que está ocorrendo no momento. Temos que ter atenção para isso, temos que ver essa questão do sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está acontecendo. O tal do ajuste fiscal aqui já está acontecendo.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Ajuste fiscal aqui também está acontecendo. A questão dos cortes de que o Deputado Sérgio Miranda falou, não são R$50 bilhões; são R$60 bilhões. Isso é muito dinheiro. De maneira que essa questão do sistema financeiro tem que ser olhada, tem que ser regulamentada, e não temos que simplesmente retirar incisos que previam coisas importantes para a sociedade como um todo.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Lourenço, nas suas considerações finais, o Presidente da Contec. *(Palmas.)*

Com a palavra o José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, por cinco minutos, para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Primeiramente, Senador Paim, quero agradecer por mais este espaço. O Fórum Sindical dos Trabalhadores tomou essa iniciativa juntamente com as 18 confederações nacionais dos trabalhadores, as quatro centrais sindicais que o compõem: a Nova Central, a CTB, UGT, CGTB e a Cobap, e agradecemos em nome de todas as afiliadas o espaço concedido para nós aqui.

Outro ponto que gostaria de abordar bem rapidamente é sobre as palavras da Defensoria Pública. Precisamos de vocês também na luta. O Ministério Público, eu acho que também está levando o recado de trégua do Calixto, pelo interdito e pela contribuição assistencial. É um absurdo, doutor! Pediram as cinco últimas contribuições do sindicato. Para devolver para quem? O trabalhador não vai ver a cor desse dinheiro, vai? O Ministério Público vai mandar esse dinheiro para quem? Para a União? É um absurdo! Não há sentido nisso, Sérgio! E isso que estou falando não é ficção; é realidade. Estão cobrando as últimas cinco contribuições assistenciais para devolver para quem? Para a União, Paulo Paim? Não foi a União que pagou isso para o sindicato. Quem pagou foi o trabalhador. E como vai pagar ao trabalhador? Como é que chega esse dinheiro às mãos do trabalhador? Foi ele quem recolheu. Então, são uns absurdos! É um absurdo; eu acho que tem que haver sensibilidade. Nós temos que pensar no País, no crescimento do País, no crescimento social e não só econômico. A gente está indo bem com a Presidente Dilma, sim, com toda boa intenção, apesar dos pesares. Mas temos que pensar no País como um todo, no desenvolvimento social, econômico, com condições boas de saúde. Não é, Lourenço? E condições boas de trabalho também.

Outra, Paim: tem que respeitar a gente, respeitar a pauta dos trabalhadores. Os trabalhadores se reuniram, existe uma pauta. Não existe, Sérgio? Não é, Calixto? E as nossas prioridades estão sendo atropeladas! Nós não vamos aceitar essa provocação. Eu estou avisando desde já. Nós vamos partir para cima; nós nunca tivemos medo, não é, Warley? Não vamos aceitar provocação, de jeito algum. E não vamos aceitar essas aventuras que estão propondo, em substituir a CLT por um pseudocódigo do trabalho cheio de defeitos, cheio de deformidades e cheio de tentativas de retirar direitos. Como também a PEC nº 369, que já foi discutida na Nova Central recentemente. O Chico Bezerra estava lá nos representando, eu e o Lourenço, que estávamos numa reunião de trabalho, de planejamento, justamente para cuidar disso aqui para o ano que vem.

Amanhã, vai haver reunião do Fórum, Paulo Paim, lá na CNTC e nós estávamos fazendo essa reunião de planejamento primeiro. E aí, Sérgio, há a opção do seu projeto – o de nº 4.554, não é? –, que é um projeto do Fórum, Paulo Paim. Alternativas, sim. Nós temos proposta. Ninguém aqui está só xingando, jogando pedra, fazendo papel de moleque, não. Nem guardando mágoa de ninguém. Nós temos alternativas. O Fórum sempre teve, e o Calixto sabe disso.

O Fórum nasceu dentro da CNTI, com todo o apoio do Calixto, da Nova Central, e continua tendo. E nós temos alternativa, que é o projeto do Sérgio Miranda, que está aqui à Mesa. Nós queremos discutir, sim; viu, doutor? Nós queremos discutir, mas não em cima disso aqui.

O segundo, Paim, que acho que é um orgulho para todos nós, e para o senhor também, que é o relator do projeto, é a esperança de regulamentar a profissão dos comerciários. A grande bandeira do Sr. Secretário-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sou autor de um; o Simon do outro, e o Ricardo Ferraço é o Relator. E está disposto a relatar ainda este ano e votar neste ano também.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Exatamente. E lá na reunião da diretoria, o Levi nos informou que existe essa grande possibilidade dessa aprovação. Da mesma forma, a solidariedade aos companheiros motoristas rodoviários, que também estão numa situação similar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ser votado este ano também.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – E, para fechar, Paim, como disse o Sérgio, a luta já foi delineada para os próximos anos, sim, Sérgio, com a participação e com a presença das 18 confederações nacionais dos trabalhadores, a Cobap – não é, Warley? –, que nunca nos deixou sós, sempre esteve junto. Essa aproximação nossa foi boa demais. Essa parceria, essa lealdade, esse companheirismo, tanto seu, dos seus funcionários, do Richard, da Lívia, enfim, de toda a diretoria sua, tanto da nacional quanto dos Estados.

Então, Paim, quero aqui registrar que nós vamos resistir até a última gota. Se alguém pensa que vai ser brincadeira aprovar isso aqui, não vai ser, não.

Nós temos que agradecer também a participação do Diap, que está colaborando demais com a gente, com seus técnicos, jornalistas. E nós vamos montar uma verdadeira trincheira neste Congresso Nacional. E, em vez de ficar só colocando gente na rua, fazendo pressão externa, vamos fazer pressão interna. A ideia é colocar aqui cinco mil, seis mil, sete mil pessoas, dirigentes sindicais nas bases dos Deputados e dentro do Congresso Nacional, visitando os gabinetes todo dia, falando com os Senadores, com os Deputados e seus assessores.

Então, vai ser uma queda de braço boa.

E a credibilidade, Paim, em torno do Fórum Sindical dos Trabalhadores está cada vez crescendo mais. Goiás é uma prova disso, e está do seu lado. E uma credibilidade espetacular, uma lealdade dos nossos afiliados nessas centrais sindicais e uma esperança muito grande que eles depositam na nossa entidade e, com o meu retorno agora, Paulo Paim, à coordenação nacional, espero nunca decepcioná-los.

Muito obrigado e até uma próxima oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o José Augusto da Silva Filho, que é o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Vou ser rápido, Senador. E, como disse o Lourenço: "Sem ódio, sem medo e com muita luz". Exatamente.

É muito bom estarmos reunidos para um debate, considerando que o regime democrático prima pelo debate.

A questão do Código do Trabalho, eu lembro que, há anos, se tentou extinguir definitivamente a CLT e criaram duas comissões, aliás, uma comissão de renomados estudiosos do Direito. Essa comissão criaria o Código do Trabalho e o Código de Processo do Trabalho. Eram iluminados, na verdade. E deu em nada. E deu em nada, evidentemente, pela pressão externa que começou a surgir quando se falava na extinção da CLT. Só que, neste caso agora, ele veio não sei por que porta, para nós, meio transversal, que chegou com uma rapidez enorme.

E vejam bem, quando se fala no Código do Trabalho, para modernizar ou substituir, a primeira coisa que você nota é que ele já cria condições que podem ser alteradas por meio de acordo ou convenção coletiva.

Ora, hoje, vamos dizer que a situação do emprego está razoavelmente boa. Mas nós tivemos épocas em que era um terror até. E aí os sindicatos se viram, muitas vezes, obrigados a fazer acordos que nem sempre eram os que eles desejavam fazer. E quando o próprio código, que vai substituir a CLT, já permite – e está dizendo aqui logo –, no parágrafo único do art. 2º, em que já diz que "as condições de trabalho previstas neste código podem ser alteradas por meio de: convenção ou acordo coletivo de trabalho". Ou acordo individual. Só diz que é desde que ele perceba salário mensal igual ou superior a dez vezes o limite máximo do salário de contribuição previdenciária. Quer dizer, já se estão criando outras condições laterais, que não são favoráveis a nós.

Fala-se em acordo coletivo de trabalho, é tudo muito bom, mas nem sempre são favoráveis. Então, o perigo disso tudo e a celeridade do processo é que são 280 artigos que revogam 28 leis e 3 decretos. E analisar cada uma dessas demanda tempo. E não dá para

jogar para discussão, conforme foi posto, a partir do mês de maio deste ano. Então, temos que estar atentos.

Quando eu me pronunciei dizendo que nós deveríamos ter também a cautela de nos preparar para um contraponto, insisto nisso. Porque, se nós ficarmos presos só na nossa posição, nós poderemos ser surpreendidos com um rolo compressor. Por isso é que estou chamando a atenção de meus colegas, exatamente para isso.

Então, Senador, este momento para a gente é de uma importância significativa. Pode parecer uma audiência pública simplória, mas é de um valor significativo muito especial. Quem não veio não veio, mas quem está aqui está exatamente para defender princípios, defender interesses gerais. E nós não estamos aqui defendendo apenas uma categoria ou um grupo, nós estamos defendendo interesses gerais, das categorias profissionais como um todo, dos trabalhadores, da sociedade, da Nação. Nós não queremos o pior para a governabilidade da Presidente Dilma. Ao contrário, nós queremos ajudar. Agora, tem que ter um pouco de ajuda do outro lado também. Uma ajudinha de cima é sempre boa.

Então, eu queria agradecer pela oportunidade, parabenizar, mais uma vez, V. Exª pelo trabalho que vem prestando e prestou durante o ano de 2011 e desejar a todos nós um Natal de paz e um Ano Novo cheio de novas realizações.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. José de Lima Pereira, Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

O SR. JOSÉ DE LIMA PEREIRA – As palavras serão rápidas. O que foi dito aqui por todos, apesar de em alguns momentos não parecer que estamos no mesmo caminho, mas todos estão no mesmo objetivo, que é fortalecer a CLT e, mais ainda, os direitos trabalhistas, que estão com possibilidades... Se houvesse um interdito proibitório, seria agora, realmente, pois estão sendo ameaçados na sua existência.

É preocupante, como falou o Dr. José Calixto, que hoje tenhamos a previsão de que um acordo coletivo, uma convenção coletiva, tire, extraia ou ignore uma legislação de direitos trabalhistas que já estão postos. Não estou falando de direitos que não existem, estou falando daqueles que já estão postos historicamente. Retirar uma legislação sobre repouso semanal remunerado, por exemplo, é inconcebível, até porque o repouso semanal está na Constituição. Devemos perceber que isso ainda pode ser pior. Pode ser pior? Pode. A própria legislação prevê acordo individual, sem sequer ter o sindicato. Contra o que a Constituição prevê, que é o art. 8º, que o sindicato é imprescindível nas negociações coletivas. E não é de graça, não. O sindicato existe para fortalecer, para dar um tom de impessoalidade aos trabalhadores, que nos procuram e nos consultam sobre o que fazer. Ora, procurem o seu sindicato. Porque o sindicato denunciando é uma entidade que está denunciando, não é o trabalhador. Se só o trabalhador denunciar, ele sofre retaliação ou fica a possibilidade de sofrê-la.

Em relação à questão que o Dr. José Augusto falou, de uma ação nossa em relação à contribuição, na realidade, quando há algumas ações que realmente pedem o retorno dos anos dessas contribuições, temos que lembrar qual é o fundamento que o TST entende e o próprio Supremo Tribunal Federal também, porque as contribuições não podem ser cobradas de não associados. Só para deixar claro que são essas situações, que eu me lembre, que são constantes nas nossas ações. E volto a dizer: sempre o diálogo é importante. Podem procurar que, tenho certeza, em qualquer lugar do Brasil, um membro do Ministério Público do Trabalho estará à disposição. Não tenho dúvida nenhuma. Até porque nós estamos aí para isso. Agora, quando não se chega a um entendimento, realmente, vai para o Poder Judiciário.

Para finalizar, Senador Paulo Paim, parabenizo V. Exª, primeiro, pela conduta na audiência. V. Exª demonstra que conhece realmente os pontos de que todos aqui estão falando. V. Exª não caiu aqui de paraquedas, V. Exª está no local certo. Eu o parabenizo, em nome do Ministério Público do Trabalho. Acreditamos que um trabalho de formiguinha pode ser inicialmente ignorado, mas tem um fortalecimento no futuro. Acredito também que hoje estamos em um momento diferente, em um momento em que a crise mundial é de fora para dentro, e isso está sendo usado para muita coisa. Podem perceber: "Não, não posso porque a crise mundial está aí". Nós estamos mesmo sem subsídios, buscando há anos subsídios, tanto os membros do Ministério Público quanto a Magistratura, aqui no Congresso Nacional, e nós estamos com dificuldades porque agora estão alegando a crise mundial, e estamos há muito tempo sem receber esses subsídios.

Estou dizendo que a crise mundial passa a ser um grande fundamento para tudo. Agora vamos flexibilizar porque, modernamente, o mundo está flexibilizando. O mundo não é igual. As peculiaridades brasileiras são totalmente diferentes das peculiaridades dos Estados Unidos, da França, da Europa em geral, assim como da África. Na realidade, nós temos que perceber que

nem sempre o que é bom para lá é bom para cá. Vários institutos, como contrato de tempo parcial, deram certo lá, mas não deram certo aqui.

O problema que eu vejo é que toda vez em que querem mexer na legislação trabalhista, eu ainda não vi uma legislação melhorada. Eu não vi ainda ninguém se reunir para dizer: "Puxa, melhorou!". Estou vendo é tirar direitos, e tirar direitos que já estão consolidados. Vamos nos preocupar, sim, até porque, volto a dizer, todos aqui têm o mesmo pensamento. Está muito rápido, está certo? Está muito rápido. Ninguém tira 400, 500 artigos assim de uma CLT e pronto, acabou. Ainda tem a questão do processo de trabalho. Volto a dizer: a CLT é muito importante. E acredito que o movimento sindical brasileiro vai estar sempre junto nisso. E podem contar com o Ministério Público do Trabalho como parceiro, sem ódio, sem medo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. José de Lima Pereira falou pelo Ministério Público do Trabalho.

Antes de passar a palavra ao Warley, eu quero pegar sua última frase, da qual também sou fã. Toda vez que falam de reforma, eu me assusto. Porque não vi uma reforma trazer benefício ao assalariado, ao trabalhador, seja da área pública, seja da área privada, seja na Previdência. Eu não vi. E estou aqui dentro do Congresso desde a Constituinte, sem sair. Estou até hoje. Um saiu para ser governador, outro para ser presidente da República ou secretário de Estado. Eu nunca saí. E não me lembro de ouvir uma única vez: "Olha, vai ter reforma em tal setor. Mas isso, Paim, fique tranquilo, que é para trazer benefício ao trabalhador". Nunca me disseram porque não tinham coragem de dizer, porque sabem que eu não iria acreditar. Quero destacar essa sua frase final porque concordo com ela, na íntegra.

Warley Gonçalles, Presidente da Cobap.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Senador, eu queria agradecer pelo convite e falar para o meu amigo dos bancários que, se o Governo mantiver só a inflação para os aposentados, a parte econômica da Cobap fez um levantamento, são mais de dois milhões de aposentados e pensionistas que ganham acima do salário e passam a ganhar salário mínimo no ano que vem. Então, para você ver, a cada aumento do salário mínimo, nós temos a impressão de que milhões de aposentados passam a ganhar salário mínimo. Isso é ruim.

Hoje, 85% dos aposentados que ganham acima do salário mínimo ganham até dois salários. Não é uma categoria que ganha muito dinheiro. Não ganha. Hoje, apenas 15% ganham um pouco mais do que dois salários mínimos. Eu venho brincando com alguns Parlamentares: "Já que o Governo quer que todo mundo ganhe salário mínimo, por que então não fazer um projeto de lei em que todo mundo pague um salário mínimo?" Pronto, acabou. Aí nós concordamos que vamos aposentar com salário mínimo. Porque aí eu tenho que fazer alguma coisa, Senador, para repor esse dinheiro. Agora, eu pago dez, sete, oito, e depois vou aposentar com um, isso eu chamo de roubo a mão armada que fazem conosco, aposentados e pensionistas, e com o trabalhador que vai aposentar. Não é possível nós concordarmos com um absurdo desse. Você paga uma quantidade e se aposenta com outra quantidade.

Além disso, hoje ficou pior ainda para o trabalhador da ativa. Porque, quando ele vai se aposentar, em primeiro lugar, ele cai no fator. A mulher perde de 40% a 50% e o homem de 30% a 40%. Aí, depois, todo ano, aquele restante que ele ganhou, vai tirando. Na hora que vai ver, ele está ganhando um salário mínimo. Mas ele não pagou o salário mínimo. É essa a preocupação. Então, já que querem que todo mundo ganhe salário mínimo, por que não pagar, todo mundo, um salário mínimo? Isso aí ninguém quer fazer, o Governo não aceita, ninguém quer. Por quê? Porque vai mexer com os cofres da Previdência, não é? Mas, para dar o aumento necessário para nós que estamos aposentados, não tem.

E o fator previdenciário hoje é muito complicado. O fator está aí. O Governo ficou de chamar as centrais, não chamou. Dia desses, eu falei em uma reunião: "O negócio é o seguinte: vocês vão chamar ou não vão?" "Não." Então, nós vamos começar a mobilizar de novo, igual a Cobap fez. Nós vamos mobilizar para ver se volta a negociação do fator, porque não é possível o fator estar parado aí, e nós aceitando. Todo mundo fala que o fator não vai, mas nós temos que fazer alguma coisa. O Governo tem que chamar. Se o Governo quer 107%, vamos conversar com as centrais para ver se as centrais querem ou não. Fala com a imprensa, mas, com as centrais e com a Cobap, nunca negociou, não tem proposta nenhuma. Se ele quer 95% ou 85%, então vamos negociar. Mas também não vem negociar. Quer dizer, o Governo faz o que quer, na hora que quer, quando quer. E nós ficamos olhando para o Governo. Nós estamos aí esperando uma negociação. Isso é ruim para o nosso movimento. Nossa liderança fica aguardando a reunião com o Governo, e o Governo não chama.

Eu acabei de receber um telefonema. O Ministro Garibaldi quer conversar com a Cobap sobre o aumento do salário mínimo amanhã. Eu falei para ele que nós vamos. Nós não estamos correndo da negociação. Nós

queremos negociar um aumento acima da inflação. Nós éramos 15 milhões de aposentados e pensionistas que ganhávamos acima do salário mínimo. Hoje, somos 8,5 milhões. Olha só a quantidade, como vem abaixando, Senador! Ano a ano. É isso que nós não queremos. Nós queremos colocar um basta nisso. É uma veia que está vazando e nós queremos tampá-la. Por isso nós falamos que queremos um aumento igual ao do salário mínimo. Aí nós paramos de perder e continuamos na luta para recuperar 87% que já temos, de 91 até agora.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Warley Gonçalles, Presidente da Cobap, informando ao Brasil, que está assistindo, ao vivo, a esta nossa audiência pública, que amanhã o Ministro Garibaldi está convocando a Cobap, e tenho certeza que outros segmentos também, para discutir o aumento real para os aposentados acima do salário mínimo. Ou seja, para aqueles que têm uma aposentadoria, um benefício que corresponde a um valor maior do que o salário mínimo. Até porque está previsto um reajuste em torno de 15%. E, para o aposentado, se nada acontecer, vai ser de 6,2%.

Passo a palavra neste momento ao ex-Deputado e Coordenador do Fórum Sindical de Minas, Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA DE MATOS BRITO – Eu queria chamar a atenção, Warley, para o fato de que existe essa tendência, na Previdência, de que o teto se iguale ao piso. Esse foi um plano bem articulado. Na reforma da Previdência de 98, quando se acabou com a vinculação do teto ao salário mínimo – porque era o piso, um salário mínimo; e o teto, dez salários mínimos – e se determinou um valor nominal ao teto, o que estamos vendo? O salário mínimo tem sido reajustado em uma velocidade maior do que o teto. E a tendência é o teto se igualar ao piso. Isso foi uma privatização a longo prazo da Previdência. Por quê? Qualquer jovem que entra no mercado de trabalho hoje sabe que, agora, com essa alteração do salário mínimo, vai ser um pouco mais de cinco, de seis salários mínimos o teto. Daqui a dez anos, o teto vai ser o piso. E qualquer pessoa vai ser obrigada a se filiar a um fundo de pensão privado para complementar a sua previdência. É lógico que é para privatizar, para obrigar as pessoas a irem para o fundo privado. Quando o Banco Mundial determinou, nas reformas da Previdência, os chamados três pilares – o pilar público, que era restrito de um a três salários; o pilar privado, o primeiro, obrigatório – eles querem obrigar as pessoas a irem para o fundo; e o terceiro pilar, que era a previdência facultativa.

Senador Paulo Paim, essa concepção que está materializada nessa proposta de código, também no tempo do Fernando Henrique Cardoso se procurou viabilizar isso, primeiro alterando o *caput* do art. 7º, colocando que a negociação poderia superar aquelas determinações. A emenda constitucional exige um quórum qualificado. Depois, tentou-se alterar a CLT – se não me engano, o art. 618, que fala dos acordos coletivos. Diz que é a concepção de que o negociado prevalece sobre o legislado. Isso não foi aprovado e, agora, retorna mais uma vez. Mais uma vez.

Considero que esse é um tema relevante. Muitas pessoas dizem que isso é um projeto de um Deputado e que não vai ser aprovado nunca. Olha, é bom ter as barbas de molho, porque, nesse processo de crise, às vezes as forças interessadas – porque esse Deputado não faz um projeto tão complexo como esse, da sua assessoria, da sua cabeça; alguém fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. SÉRGIO MIRANDA DE MATOS BRITO – A tendência é a Confederação Nacional da Indústria, que tem sua pauta legislativa muito bem articulada, viabilizar essa alteração fundamental nas relações de trabalho no nosso País.

Então, era preciso que nós – nisso, o Calixto tem razão – explorássemos com detalhes essa proposta de código para fazer a denúncia na sociedade. Quais são os pontos relevantes desse projeto?

Então, considero que esta reunião pode jogar esse papel, Senador, de abrir para a sociedade esse debate sobre as alterações legais para retirada de direitos, seguindo na mesma senda aberta pela Europa, recomendações do FMI, de alteração do estado de bem-estar social, alteração de direitos sociais e de direitos trabalhistas. E a crise que se avoluma na Europa vai ter seus reflexos no Brasil. Isso é evidente. E um dos aspectos centrais disso são essas questões que dizem respeito aos direitos sociais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sérgio Miranda, com muita clareza, como sempre, demonstrando que ninguém tenha dúvida de que, a longo prazo – aliás, a médio prazo; não digo nem longo prazo –, significa não dar reajuste para quem ganha mais que o salário mínimo; a privatização da Previdência, eu concordo, é natural que as pessoas vão todas correr, obrigatoriamente, para um fundo, para não ficarem com o benefício correspondente a um salário mínimo.

Bom, vamos lá. Vamos ao Sindicato dos Bancários de Goiás, Sérgio Luiz da Costa, Presidente.

O SR. SÉRGIO LUIZ DA COSTA – Minhas considerações serão breves. Vou bater mais uma vez numa tecla que o José Augusto tocou, que é a questão do desconto assistencial. Quando, numa categoria, não há o desconto assistencial, nós acreditamos que se está favorecendo, sim, o capital, principalmente quando se tem uma categoria bastante organizada e ela decreta um movimento de greve. Aí, precisamos de recursos para manter uma greve, porque contribuição assistencial nada mais é do que, digamos assim, injetar dinheiro no trabalhador para que ele possa fazer seu movimento de greve mais organizado, poder comprar panfletos, alugar carro de som. Isso tudo é voltado para o trabalhador. A partir do momento em que se retiram esses recursos, nós nos tornamos mais fracos para defender os trabalhadores.

Acho que deveríamos criar um mecanismo em que o desconto assistencial não seja somente para os associados, porque os associados serão apenados, acredito, duas vezes: pagando a mensalidade e também o desconto assistencial, financiando aquele terceiro que não paga nem mensalidade nem o desconto assistencial e tem os mesmos benefícios daquele que paga rigorosamente em dia as suas mensalidades nos seus sindicatos.

Essa é uma questão que devemos colocar em pauta. Alguns mecanismos já foram criados, mas, infelizmente, houve denúncias de que não era legal. Criaram-se, na convenção coletiva, alguns benefícios a que somente os associados teriam direito. Aqueles que não eram associados já reclamaram no Ministério Público, dizendo também terem direito a esse benefício. Mas eles não pagam contribuição assistencial e reclamam por não terem um benefício conquistado para os associados, e não para toda a categoria, mesmo se sabendo que os sindicatos representam toda a categoria. Se estão representando toda a categoria, o desconto deveria ser para todos, pois o benefício é para todos.

Num julgado em São Paulo, foi dito que alguns benefícios da convenção não se aplicariam aos não associados, e deve ter tido recurso e, até reformado, mas temos de criar juntos algum mecanismo em que possamos trazer todos para se associarem aos sindicatos, sabendo-se que ninguém é obrigado a sindicalizar-se ou manter-se associado a nenhuma entidade. Mas temos de criar mecanismos, sim, em defesa da própria sobrevivência da luta dos trabalhadores, porque o desconto assistencial é a sobrevivência dos sindicatos também. O sindicato tem de ser combativo e precisa ter recursos para combater. Não se vai combater sem recursos. Estamos vivendo no sistema capitalista. Temos de encarar essa realidade e só podemos combater hoje com recursos financeiros, sim, para enfrentar o capital, que tem muito mais do que os minguados descontos assistenciais da classe trabalhadora, mas que ajuda bastante as entidades sindicais a se organizarem e a fazerem os movimentos de reivindicações justos, porque enfrentamos também, como foi dito antes, os interditos proibitórios que também cabem, levando muitos gastos para a classe trabalhadora manter o seu direito de greve.

Então, nós queremos até abrir um debate futuro com o próprio Ministério do Trabalho, para que possamos criar algum mecanismo que venha a proteger aqueles trabalhadores que são sindicalizados, para terem alguma coisa diferente daqueles que não o são e que não querem pagar os sindicatos, nem com mensalidade nem com contribuição assistencial.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sérgio Luiz da Costa, do Sindicato dos Bancários.

Quero só dizer, Sérgio, que, quando começaram a usar o interdito proibitório, há mais ou menos cinco anos, calculo, entrei com um projeto para acabar com o interdito proibitório por lei. Sabe em quantas comissões ele já transitou? Nenhuma. Está engavetado na primeira ainda. Engavetado. Não tem nem parecer do primeiro relator, para vocês verem como a coisa aqui também não é fácil. Por mais que a gente brigue, não é fácil. Está engavetado na primeira; jogam para um relator, o relator segura por um ano; depois, joga de volta e diz que não quer dar parecer; daí, joga para outro, que também não quer dar parecer, segura mais dois ou três anos e nem parecer tem. Como o aviso prévio proporcional, não tem parecer até hoje. Já virou lei, por pressão do Supremo.

Mas o projeto que apresentei até hoje não tem nem parecer. São 20 anos, e não tem parecer sobre aviso prévio.

Mas é a vida. Tenho de falar isso, porque esse é o mundo real. Mundo real.

Vamos agora, então, ao presidente Gabriel Faria Oliveira, da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Brevemente, Senador, telespectadores, demais participantes da Mesa, só para renovar o compromisso dos defensores públicos federais com os direitos trabalhistas e, em especial também, com o direito previdenciário, que são dois ramos do Direito interligados e objeto da atuação dos defensores públicos federais. Dizer que o nosso objetivo é, sim, passar a atuar com uma frequência maior na área trabalhista, onde já estamos instalados, trabalhando. Já conseguimos, inclusive, algumas so-

luções extrajudiciais de litígio. Eu, particularmente, já fiz também.

Acho que a atuação da Defensoria Pública da União em todo órgão trabalhista e federal é indispensável. Nós lutamos para que o número de defensores seja aumentado, para que a gente possa lutar, juntamente com a população que chamamos de hipossuficiente – termo técnico –, mas para o trabalhador pobre, para o beneficiário pobre de assistência da Previdência Social também gozar de serviços da Defensoria Pública da União, que nada mais é do que a garantia de você ter direito aos direitos. De nada adianta nós termos direitos trabalhistas, direitos sociais, direitos previdenciários se não tivermos um instrumento jurídico de fazer valer esse instrumento. Às pessoas vulneráveis, pobres, hipossuficientes, o Estado tem o dever de dar essa assistência, por meio da Defensoria Pública da União. Os defensores federais estão à disposição, colocam-se à disposição, firmam e reafirmam o compromisso de lutar pelos direitos sociais, seja no campo jurídico, nossa atividade-fim, seja no campo político também, em participação, como na presente Comissão.

Senador Paim, estamos absolutamente à disposição para trazer a todo momento que V. Exª precisar... Não duvido de que, pela atividade de V. Exª aqui, talvez nós pudéssemos ser chamados a todas as reuniões, por causa da temática. Mas, nas temáticas apropriadas, estamos inteiramente à disposição, para colaborar com o debate, nessa luta de implementarmos o que já está positivado e ainda não conseguimos implementar, passar da era dos direitos para a era da efetivação dos direitos, para se evitar a perda de direitos sociais e também para que a gente avance no sentido de conquistar novos direitos sociais em conjunto.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Pode crer, Presidente Gabriel, da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, que, de fato, se os senhores pudessem, eu os convocaria para todas as minhas reuniões, porque sei da responsabilidade com o social que têm. Por isso, fiquei muito bem impressionado naquela audiência pública, pelo relato que fizeram da luta em defesa dos que mais precisam em todo o Brasil. E que bom que avançamos um pouco a partir daquele projeto, aprovado na Câmara e no Senado. Mas temos de avançar mais.

Parabéns pelo trabalho realizado pelos defensores públicos federais.

Quero deixar todos muito à vontade. Vou ter de fazer aqui o encerramento do trabalho da Comissão neste ano. Então, os que tiverem compromissos estão liberados. Vou ter de fazer algumas leituras aqui, mas a nossa audiência em si está terminada.

Muito obrigado a todos.

Eu não vou encerrar a audiência pública, porque tenho de fazer alguns encaminhamentos, mas os convidados estão liberados se assim entenderem. Fiquem bem à vontade. *(Pausa.)*

Enfim, continuando o relato dos trabalhos da Comissão.

Em junho, ainda, no ciclo de debate em defesa do emprego e da Previdência Social, recebemos aqui especialistas do mundo da saúde do trabalhador para discutir o tema Trabalho Decente. Foi um grande debate. Cumprimento a todos. Todos os que participaram do evento estão relacionados no documento que considero, na íntegra, como lido.

Após aquela audiência, dada a gravidade das reclamações dos participantes, tivemos reunião com o então Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e o Ministro do Transporte à época, o Senador Alfredo Nascimento.

Ao final do primeiro semestre, em julho, debatemos a situação dos trabalhadores das fábricas administradas por eles. O objetivo nosso com aquela reunião foi ouvir as demandas dos trabalhadores que procuram garantir a regularização e a sobrevivência das fábricas que administram. Muitas entidades fabris passaram a ser autoadministradas por funcionários após a decretação de falência por parte dos proprietários. Participou da reunião, além de Paul Singer, uma relação extensa de convidados.

Relembro aqui também que iniciamos o nosso segundo semestre letivo em 1º de agosto, em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, a qual também tenho a grata satisfação de presidir. Discutimos sobre a redução da jornada de trabalho e os encargos sobre a folha de pagamento, assunto polêmico que atenta contra os direitos sociais e o bem-estar dos trabalhadores. Nesse sentido, não me canso de ressaltar, em caixa alta, em letras garrafais, que a Previdência Social brasileira é superavitária. Além disso, o fator previdenciário foi considerado por todos o maior inimigo dos trabalhadores de todos os tempos. Confisca mais da metade do vencimento, principalmente da trabalhadora, que perde mais de 51%; o homem perde em torno de 40%. Ficam aqui os nomes de todos que participaram.

No dia 2 de agosto, esta Comissão iniciou o ciclo de debates sobre a Integração da América do Sul. A ótica daquela reunião foi a defesa do emprego no contexto da crise mundial e o fortalecimento da distribuição de renda. O articulador desse movimento, o economista José Carlos de Assis, que tem contribuído

muito para esse debate, disse: "Um mero exportador de *commodities* – e, com isso, deixar de gerar empregos de qualidade e não conseguir obter avanços para a população – é o que seremos se não tivermos a integração da América do Sul." Alertou, ainda, sobre a possibilidade de o parque industrial do nosso País ir decaindo cada vez mais. Salientou, ainda, que o debate foi muito produtivo. Alertamos, por meio de análises de dados, informações e considerações relevantes dos especialistas da América do Sul, que é preciso que o Brasil desenvolva políticas de crescimento para toda a América do Sul e incentivos aos empreendimentos econômicos e sociais que favoreçam a concisão do bloco dos países sul-americanos.

Nesse sentido, lembro que há no Senado o PLS nº 232, de 2011, de nossa autoria, que trata da concessão de benefícios para projetos que favoreçam a integração regional, econômica e social.

Ao final da comissão, aprovamos um requerimento para discutir, sob a percepção do setor patronal também, os avanços que devem ser repassados ao setor laboral, principalmente melhorando a vida dos trabalhadores. Aqui está a relação de todos que participaram desse importante ciclo de debates.

Em 15 de agosto, promovemos a audiência pública em que foi debatido o tema da regulamentação do aviso prévio proporcional. Eu lembrava na oportunidade que havia um projeto tramitando na Câmara e outro no Senado, mas que, até o momento, nem sequer relator havia sido indicado. Enfim, posso resumir do debate dessa audiência pública que o Supremo acabou se pronunciando com rapidez e, com isso, a Casa acabou votando. Assim, temos hoje a regulamentação do aviso prévio proporcional. Aqui está a lista de todos que participaram dessas audiências públicas, tanto no início do ano, como alguns que participaram na Câmara dos Deputados e os que participaram da redação final aqui no Senado.

Lembro que, em agosto, realizamos, conjuntamente com a CDH, audiência pública para debater a redução da jornada de trabalho e os encargos sobre a folha. Foi a segunda audiência pública. Nós sabemos que são muitos os encargos que incidem sobre nossos salários e, muitas vezes, os tributos não são utilizados da maneira prevista pelos órgãos arrecadadores. Para os empregadores, os prejuízos também são significativos, o que encarece o custo da contratação. Para vocês terem uma ideia, hoje os custos sobre a folha estão diminuindo, mas isso não significou aumento de emprego nem melhor distribuição de renda. Enfim, a proposta de redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais é uma reivindicação antiga de todas as centrais e de todas as confederações de trabalhadores. O projeto que está em debate no Congresso Nacional é de autoria do Senador Inácio Arruda e minha, quando ainda éramos Deputados Federais. Aqui está a relação de todos que participaram também dessa audiência pública.

Em 30 de agosto, a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social destacou a autonomia da Defensoria Pública Federal. As demandas dos advogados públicos são muitas; uma delas é a melhoria da remuneração, além de mais funcionários, tanto para advogar como para a estrutura desse importante setor da sociedade que tem como eixo a defesa dos mais pobres. O interesse em defender o País está na mão de toda Advocacia Pública, mas é preciso que sejam garantidas condições adequadas de funcionamento laboral. Foi o que eles pediram na época. Felizmente, o projeto, depois da audiência, acabou sendo aprovado pelos Plenários do Senado e da Câmara dos Deputados. A Advocacia Pública garante controle dos gastos públicos e dos recursos públicos; sem esse apoio efetivo e condições adequadas de funcionamento da nossa Advocacia, nossa máquina pública, o patrimônio público e os direitos líquidos e certos do povo brasileiro vão se tornando, cada vez mais, vulneráveis e ameaçados. É preciso que o nosso País tenha advogados fortes e atuantes que garantam tudo aquilo que é plenamente constitucional. Esse é o papel da Advocacia Pública. Por isso, aqui foi fortalecida. Aqui está a relação de todos que participaram.

Em setembro, discutimos a inclusão do carvão na matriz energética e a situação dos trabalhadores em decorrência do Leilão A-5. O objetivo daquela audiência foi viabilizar a inclusão do carvão mineral no Leilão A-5, que promove o comércio de fontes energéticas futuras produzidas no Brasil.

O termo A-5 indica que, daqui a cinco anos, isto é, em 2016, novos empreendimentos produtores de energia elétrica deverão estar em funcionamento no nosso País. Significa que o prazo máximo para o início das operações com novas fontes alternativas de produção de energia é 1º de janeiro daquele ano. O Governo Federal fixou o prazo para cadastramento de empreendedores interessados em participar do leilão de venda de energia, mas, segundo a portaria do Ministério de Minas e Energia, de 26 de agosto de 2011, no leilão que vai ocorrer em 20 de dezembro só serão contemplados empreendimentos de geração a partir da fonte eólica e de termelétricas a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado. Estiveram presentes naquela audiência principalmente líderes do setor de carvão, empresários e trabalhadores da Região Sul, os quais estão citados aqui.

Também no mês de setembro, ainda no ciclo de debates em defesa do emprego e da Previdência Social, tratamos da questão das cotas para os negros e pessoas com deficiências e pobres no mercado do trabalho. Aqui está a relação de todos que participaram do debate, dos quais destacamos o Frei David.

Ainda em setembro, continuamos com o ciclo de debates sobre a integração da América do Sul, quando ouvimos as perspectivas dos empresários no contexto da crise mundial. Participaram da reunião João Carlos Nogueira e outros empresários.

Fizemos um debate também sobre a falta de independência funcional dos advogados públicos, que foi aprofundado, e avançamos para uma proposta que acabou sendo fortalecida no projeto que eu já havia apresentado aqui. Essa foi a segunda audiência pública, no mesmo sentido. Mas é preciso que elas sejam garantidas, com o adequado funcionamento laboral. É inaceitável que haja tantas disparidades financeiras e não haja locais adequados ao desenvolvimento das atividades. Estou na luta por essa causa dos advogados, promotores e defensores. Acredito na função essencial ao Estado desenvolvida por eles. Sem eles, sem o apoio necessário de tantos na defesa do País, há uma clara abertura de várias brechas à fragilidade do nosso território e do nosso cidadão. Os oradores presentes que lutam amplamente pelo fortalecimento da coisa pública foram aqui citados, desde Fernando Luiz Albuquerque Faria e tantos outros. Lembro também Evandro de Castro Bastos, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.

Debatemos ainda em novembro aqui, na Casemp, sobre a desaposentação, que hoje acabei de novo comentando. Em resumo, a desaposentadoria vai permitir que o trabalhador possa encaminhar seu pedido de desaposentadoria porque está em nova função e, então, com mais anos de vida trabalhando e contribuindo e aumentando a idade, ele terá então condição de se aposentar com salário integral, apesar do fator previdenciário. Fiquei feliz, na audiência de hoje, de poder anunciar que essa é a visão que está prevalecendo no Supremo Tribunal Federal. Vai ser fundamental, para acabar com o fator previdenciário, para que o Supremo Tribunal Federal decida positivamente para o fim do fator, a garantia da desaposentadoria. É bom lembrar que isso já existe para o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Eu me lembro de um documento que recebi aqui do próprio Advogado-Geral da União, Luís Adams, em que ele diz que é totalmente favorável ao instituto da desaposentadoria.

Quero lembrar ainda que, em relação ao reajuste para os aposentados e pensionistas, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos verbas que vão para a LDO, buscando garantir o reajuste de aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo. Nessa reunião, além do Warley, destaco as presenças de representantes de todas as centrais sindicais, como também do Deputado Federal Cleber Verde; além do Antônio Queiroz, do Diap. Enfim, nossos aposentados e pensionistas necessitam de apoio e estratégias que os fortaleçam. O fim do fator e políticas de valorização dos benefícios daqueles que ganham mais que o salário mínimo é obrigação de todos nós. Foi assim que encerrei aquela audiência pública.

Os temas, como vocês devem ter percebido, são de interesse de toda a população brasileira. É com muita alegria que posso dizer para os senhores e senhoras que as reuniões têm atendido ao interesse da nossa sociedade. Aqui, repito, é um espaço democrático que visa a buscar alternativas para tantas desigualdades que ferem os princípios democráticos individuais. Este foi um ano em que a emoção tomou conta de cada um; um ano em que sonhos e lutas se fundiram com o objetivo principal de ajudar o próximo a conquistar vitórias e viver e envelhecer com dignidade. Ouvimos e fomos ouvidos; sorrimos, nos indignamos, aplaudimos, discutimos, buscamos soluções, analisamos propostas, alinhavamos nossos sonhos e expusemos nossas idéias e as causas que defendemos. Renovamos nossas esperanças por condições mais dignas para aposentados, pensionistas, trabalhadores, jovens, deficientes, adultos, idosos, índios, ciganos, mulheres, crianças, enfim, para toda a nossa gente, para todo o nosso povo.

O ano de 2011 foi certamente um ano que marcou não só a alma do nosso povo, da nossa gente, marcou também a minha alma e fez meu coração palpitar mais forte, num ritmo diferenciado. Foram toques que refletiram o meu mais profundo desejo de apoiar nossa gente, de encontrar caminhos para satisfazer quem pediu mudanças. Quem se encontrou, em algum momento, frágil, desamparado, quem lutou e não foi recompensado como queria não perca a esperança, não desista, seja sempre um otimista. Mas quem não desistiu e continua com a chama da resistência e do buril acesas saiba que seus caminhos serão sempre iluminados.

Quero deixar aqui o meu muito obrigado a todos vocês que acompanharam o nosso trabalho. Quando digo nosso não é só o meu, mas o trabalho dos lutadores pelas causas sociais do Brasil e do mundo; aqueles que apoiaram e ajudaram a manter a vontade incansável de sempre lutar e jamais, jamais, por qualquer motivo, desistir de nossos objetivos, de nossas conquistas, de pôr fim a tudo aquilo que nos incomoda e que nos atinge, que fere o próximo. E sempre lembrar que, se

você desejar o melhor para o próximo, você terá também o melhor para você. Lembre sempre que quem ama será amado; quem não ama nunca será amado.

Quero enfatizar – e aqui eu termino – que presidir esta Comissão e ter o apoio de vocês é uma das maiores alegrias que eu tive ao longo da minha vida.

Fico com o improviso que aqui eu fiz. Li um pouco e um pouco improvisei. A moçada que fez o resumo sabe que eu fico com esta palavra que aqui improvisei: Ame. Ame muito. Nunca esqueça: se você não amar, você não será amado.

Está encerrado o trabalho da nossa Subcomissão de Trabalho e Previdência para este ano.

Antes de encerrar os trabalhos, eu quero só fazer esta leitura, conforme a orientação da nossa equipe, a quem eu agradeço muito, que nos assessorou, com muita competência, durante todo o ano.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, 18ª Reunião, de 2011, e da presente reunião, 19ª Reunião, de 2011.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço à equipe de funcionários da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Direitos Humanos e aos funcionários da Casa. Agradeço, agradeço muito a todos vocês!

Sei que o papel de vocês aqui é nos assessorar tecnicamente, mas percebo que, no dia a dia dos nossos trabalhos, vocês nos assessoram emocionalmente e com a razão, sempre pensando em fazer o bem não interessando a quem.

Palmas a vocês! (*Palmas.*)

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e vinte e três minutos, do dia dez de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, José Agripino, Gim Argello e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2012** . **Não Terminativo**. Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO). **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 47, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2012 Não Terminativo**. Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Aécio Neves (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 48, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2012** . **Não Terminativo**. Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Aprovado o Requerimento nº 49, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **ITEM 7) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, de 2011**. **Não Terminativo**. Dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS). **Autoria:** Comissão Diretora. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Pedro Simon, Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. **ITEM 8) REQUERIMENTO DA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 47, de 2012. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2012. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 48, de 2012**. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2012. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 49, de 2012**. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012. **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2012 – COMPLEMENTAR; ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2011 Tramita e Conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2011 Tramita em Conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SEANDO Nº 405, DE 2009; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Eunício Oliveira,** residente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes e iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a deliberação dos itens de 1 a 5.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal precisa prestar contas um pouco à sociedade brasileira e dizer do trabalho aqui realizado no primeiro semestre de 2012, que corresponde à primeira parte da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, até o dia 6 de julho de 2012, 33 (trinta e três) reuniões.

Nessas reuniões foram apreciadas 217 (duzentos e dezessete) matérias, assim discriminadas: 9 (nove) Projetos de Lei do Senado em caráter terminativo; 6 (seis) Projetos de Lei do Senado em caráter não terminativo; 11 (onze) Propostas de Emenda à Constituição; 1 (um) Projeto de Lei da Câmara em caráter terminativo; 25 (vinte e cinco) Projetos de Lei da Câmara em caráter não terminativo; 2 (duas) Mensagens ao Senado Federal; 1 (um) Requerimento "SF", em caráter não terminativo; 5 (cinco) Projetos de Resolução "SF" em caráter não terminativo; 3 (três) Ofícios "S"; 2 (dois) Turnos Suplementares em caráter terminativo; 2 (dois) Substitutivos da Câmara a Projeto de Lei do Senado Federal; 74 (setenta e quatro) Emendas – CCJ; 19 (dezenove) Emendas de Plenário; 45 (quarenta e cinco) Requerimentos CCJ; 10 (dez) Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (LDO); 1 (um) Requerimento como conclusão de Relatório; 1 (um) Parecer do Conselho de Ética.

Dentre as proposições apreciadas ao longo do período, algumas mereceram maior atenção e tiveram maior repercussão em face de seu evidente impacto quanto ao normal funcionamento das instituições democráticas e quanto ao atendimento dos anseios dos cidadãos.

Destaco, pelo que representa à imagem do Senado Federal no combate aos atos que mitigam o decoro e a ética parlamentar e que violam a moralidade pública em sentido lato, a apreciação pela CCJ da Representação nº 1, aqui relatada pelo Senador Pedro Taques, oriunda do Conselho de Ética do Senado Federal.

O Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é submetido à apreciação da CCJ, para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do artigo 17-O, § 2º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993.

A análise efetuada pela CCJ concluiu, à unanimidade, pela inexistência de vícios, conforme relatório, repito, do Senador Pedro Taques.

Tomando-se em conta essa circunstância de nosso ordenamento jurídico e cotejando-a com as competências regimentais da CCJ, chega-se à constatação de que esta Comissão se manifesta sobre a constitucionalidade e a juridicidade de um plexo bastante numeroso de assuntos.

Passo a destacar, Senador Pedro Taques, Senadores e Senadoras, por área temática, as mais importantes matérias analisadas ao longo do primeiro semestre de 2012.

No campo da fiscalização e controle, a CCJ aprovou proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre as atividades do sistema de controle interno, detalhando-as no texto constitucional.

No campo tributário, atenta à necessidade de se alcançar o equilíbrio federativo, a CCJ aprovou o Projeto de Resolução que Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, com o objetivo de eliminar, ou, ao menos, minimizar a chamada guerra dos portos.

Ainda no campo tributário, e tendo em vista a necessidade de aprimorar o pacto federativo, a CCJ aprovou substitutivo às propostas de emenda à Constituição que almejavam modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, de modo a permitir que os Estados de origem e de destino pudessem igualmente se beneficiar com o vertiginoso crescimento das operações não presenciais, com especial destaque para o comércio eletrônico.

Há que se destacar, também, no campo tributário, com evidentes reflexos sobre o debate federativo, a proposta de emenda à Constituição aprovada pela CCJ que institui imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil – a chamada PEC da Música – contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Na área ambiental, a CCJ aprovou projeto de lei do Senado que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Na área de saúde, a CCJ aprovou o projeto de lei do Senado, com algumas alterações, que dispõe sobre o exercício da medicina. Trata-se de matéria complexa, que impacta os interesses de diversas categorias de profissionais que atuam na área médica e possui grande repercussão social.

Ainda na área de saúde, dois importantes projetos de lei do Senado Federal foram aprovados: o que Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária e o que Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.

Destaque-se, também, numa zona de convergência entre a área da saúde e o Direito Penal, o projeto de lei que altera o Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia (caução) e dá outras providências.

No campo da proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso, há que se referir à aprovação do projeto de lei da Câmara dos Deputados que Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Ainda tendo em vista a necessidade de proteção das crianças e dos adolescentes de nosso país, registre-se a aprovação pela CCJ do projeto de lei do Senado que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na área da educação o destaque vai para o importante projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado na CCJ, que Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, que estabelece cotas para os egressos de escolas públicas e para negros, em sintonia com o que decidido pelo Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das cotas raciais.

No campo da segurança pública, há que se destacar a aprovação da proposta de emenda à Constituição que Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.

No campo do Direito Penal e Processual Penal, há que se conferir destaque à aprovação do projeto de lei da Câmara que Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas. Trata-se de importante medida de proteção à vida e à integridade física dos magistrados que atuam no combate às organizações criminosas.

Ainda no campo penal, destaque-se a aprovação do substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que objetiva tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

No campo político eleitoral merece igualmente registro a aprovação da emenda de Plenário ao projeto de lei do Senado que prevê a perda de mandato parlamentar por desfiliação partidária sem justa causa.

No campo do Direito Civil e Processual Civil, destaque-se a aprovação do projeto de lei do Senado que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

No que concerne aos servidores públicos e à organização do Estado, merece registro a aprovação do projeto de lei da Câmara que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, uma para o Poder Executivo, uma para o Legislativo e uma para o Judiciário.

Há que se consignar, também, a aprovação dos projetos que criam cargos necessários ao efetivo desempenho de atividades típicas do Estado como, por exemplo, os cargos de professores de ensino superior e médio, juízes federais, advogados da União e de cargos no Ministério Público Militar.

Destaquem-se, também, os projetos de lei da Câmara, aprovados na CCJ, que criam varas da Justiça trabalhista e estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais federais.

Não há como deixar de mencionar a aprovação, na CCJ, das propostas de emenda à Constituição que fixam requisitos adicionais, na esteira do que aprovado na Lei da Ficha Limpa, para provimento dos cargos efetivos e em comissão, em homenagem ao princípio da moralidade administrativa.

A CCJ realizou, ao longo deste primeiro semestre de 2012, 6 (seis) audiências públicas que contaram com a presença de membros de Tribunais Superiores, de Parlamentares, de Governadores de Estado, de representantes do Governo Federal, de representantes dos Governos Estaduais, representantes sindicais dos empregadores e dos trabalhadores, entidades representativas da sociedade civil, renomados juristas, especialistas e outros.

As audiências públicas, que são espaços democráticos de aprofundamento do debate por congregarem a manifestação de diversos pontos de vista sobre uma mesma questão, têm-se demonstrado extremamente úteis ao aperfeiçoamento e à transparência do processo legislativo.

Nesse sentido, discutiram-se, nas audiências públicas, as dívidas dos Estados, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e tantos outros itens que teria que enumerar aqui durante essas discussões.

Discutiu-se, também, o Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS) nº 72 de 2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, posteriormente aprovado na CCJ, no âmbito da chamada "guerra dos portos".

Foi alvo, ainda, do interesse da CCJ, nesse debate federativo, o impacto a ser causado na Zona Franca de Manaus com a Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011, que acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Foram debatidos, também, nas audiências públicas, o chamado "Código de Defesa do Contribuinte" e o papel da Corregedoria-Geral do Conselho Nacional de Justiça em face das Corregedorias Estaduais.

Foram realizadas, ainda, 5 (cinco) sabatinas de autoridades, conforme o que estabelece o art. 52, inciso III, da Constituição Federal, assim discriminadas: uma indicada ao cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ); dois indicados ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e dois indicados ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Destaque-se, quanto a esse ponto, o esforço que vem sendo empreendido, de forma específica, pela Comissão de Constituição e Justiça, e, de forma geral, pelo Senado Federal, no sentido de ser conferida cada vez mais atenção e rigor às sabatinas de autoridades de modo a assegurar o cumprimento efetivo dessa competência constitucional do Senado Federal, graças a uma questão de ordem levantada pelo ilustre Senador Pedro Taques, que tem dado grande contribuição a esta Comissão, ao Senado e ao Brasil.

Trata-se, sem dúvida, de uma das mais importantes manifestações do mecanismo de freios e contrapesos previstos na Constituição Federal, com vistas ao necessário equilíbrio entre os Poderes, princípio fundamental de nossa Carta Magna.

A Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) foram as balizas seguras para um tranquilo ordenamento e direção dos trabalhos pela Presidência da CCJ, de acordo com o que estabelece o art. 89, inciso I, do RISF.

Ademais, os acordos políticos firmados pelos membros da Comissão e pela Presidência da CCJ sempre foram respeitados, propiciando um ambiente de confiança, participação, cooperação e harmonia.

Registre-se, por fim, que, fortalecida pela diversidade partidária e ideológica de sua composição e ancorada no profundo conhecimento técnico e na experiência política e administrativa de seus membros, a CCJ prestou relevantes serviços ao Senado da República e ao Brasil, na deliberação de importantes matérias para o Estado e para a sociedade brasileira.

Eu tenho o privilégio de poder ter feito todas as sabatinas, ter feito todas as reuniões, e em todas elas, em momentos até muito difíceis nesta Comissão, nós tivemos sempre um plenário lotada em audiência, uma audiência muito grande pela TV Senado e Rádio Senado, pela Internet e, obviamente, pela presença sempre constante dos Srs. Senadores.

Portanto, ao encerrar esse meio período da legislatura, eu quero mais uma vez agradecer aos membros desta Comissão pela efetiva participação nos debates, pelo respeito ao companheiro no debate, mas sempre pautados pelos interesses maiores do povo brasileiro. Portanto, mais uma vez, os meus agradecimentos, hoje, num dia extraordinário.

Amanhã, pelo que nos informaram, todas as comissões do Senado Federal deverão ter o seu funcionamento suspenso. Portanto, Senador Ricardo Ferraço, tomamos a iniciativa de fazer esta reunião, Senador Aníbal Diniz, para que pudéssemos fazer este registro, registro este de agradecimento aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aqui vieram todas as quartas-feiras e em todas as audiências ou reuniões extraordinárias a que foram chamados.

Portanto, mais uma vez, este registro de agradecimento.

Vamos dar início à pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem V. Exa. A palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para cumprimentar V. Exa. E os demais Senadores membros desta Comissão, não somente pela quantidade de projetos aprovados, já muito bem elencados por V. Exa., mas, sobretudo, pela qualidade dos projetos que por aqui passaram. E eu não poderia deixar de ressaltar a importância do apoio de V. Exa. no tocante à Comissão Especial de Juristas, que pensou e apresentou, no dia 27 último, o anteprojeto do Código Penal, que agora já é um projeto apresentado pela Presidência do Senado. Eu quero cumprimentá-lo e a todos pelo trabalho. Aqui se trabalhou não somente com a quantidade, mas, também, com a qualidade.

E peço escusas, Sr. Presidente, porque fui chamado para uma reunião na Presidência do Senado, a reunião do Colégio de Líderes para decidir os procedimentos de amanhã, e eu vou ter que fazer parte. Eu seria relator *ad hoc* deste projeto do Item 1 da pauta, mas eu peço se seria possível determinar que outro Senador pudesse fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, eu só tenho a agradecer a V. Exa.

O Item 1 da pauta, o Senador Dornelles está doente e me pediu-me que eu fizesse a retirada de pauta, de ofício, do Item 1, porque não iria ter condições de estar presente, além de estar fazendo um entendimento em torno desse projeto.

O Item 2 da pauta, Senador Gim Argello, é a chamada PEC 2. O Senador Gim Argello também pediu-me para que essa matéria fosse retirada de ofício. Então, faço a retirada de ofício, tendo em vista a solicitação do Senador Gim Argello. Essa PEC 2 tramita em conjunto com a PEC nº5, de 2011, e com a PEC nº 68.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 32, DE 2012 – COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –

Modifica a Lista de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Autoria: *Deputado Antonio Carlos Mendes Thame*
Relatoria: *Senador Francisco Dornelles*
Relatório: *Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta.*
Observações:
A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2011
– Não Terminativo –

Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do ministério público e dá outras providências pertinentes.

Autoria: *Senador Gilvam Borges e outros*

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2011
– Não Terminativo –

Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras da magistratura, do ministério público, da advocacia e da defensoria públicas e dá outras providências pertinentes.

Autoria: *Senador Gilvam Borges e outros*

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica.

Autoria: *Senador Humberto Costa e outros*
Relatoria: *Senador Gim Argello*
Relatório: *Pela aprovação da PEC nº 68, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição das PEC's nºs 2 e 5, de 2011.*
Observações:
– Em 03/07/2012, foi concedida vista aos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Suplicy e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais.
– Em 10/07/2012, foram recebidos Relatório reformulado pelo Senador Gim Argello, e Voto em Separado do Senador Eduardo Suplicy.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu conversei há pouco com o Senador Gim Argello, assim como conversei com membros da MP, e fiz um compromisso de que essa matéria, se retirada hoje, voltaria na primeira reunião a ser estabelecida por esta Comissão.

Portanto, como os líderes estão todos neste momento reunidos na Presidência do Senado, há uma solicitação do Senador Gim Argello e da Liderança do Governo para que a gente faça um entendimento em relação ao texto apresentado pelo Senador Gim Argello. Confesso que tenho o maior interesse nessa matéria. Tenho, inclusive, um compromisso firmado em relação a discutir este texto e trazê-lo na primeira reunião ordinária desta Comissão.

Portanto, os que têm interesse no acompanhamento desta matéria, não fiquem decepcionados, porque há esse compromisso da Presidência em trazê-lo na primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O Item 3 da pauta. Vamos a ele.

Eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro para ficar ao Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO).

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Como a Senadora Lúcia Vânia não está presente, vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro para que seja o Relator *ad hoc* nesta Comissão.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. aceita a incumbência de ser o Relator, substituindo a Senadora Lúcia Vânia?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – com muita honra, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exa. tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como relator *ad hoc*, vou ler o relatório subscrito pela Senadora Lúcia Vânia.

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia (GO), 226 cargos de provimento efetivo, sendo cento e setenta e um de Analista Judiciário na Área Judiciária, e cinquenta e cinco de Técnico Judiciário, na Área Administrativa, constantes do Anexo da Lei que se quer aprovar.

O § 1º do dispositivo determina que a criação dos cargos mencionados condiciona-se "a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal". Mas se a autorização e os recursos forem suficientes apenas para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações constarão do anexo da lei orçamentária que corresponder ao exercício em que forem considerados criados e providos (§ 2º).

O art. 2º do Projeto determina que as despesas decorrentes da execução da Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal no orçamento geral da União.

A justificação menciona que a iniciativa foi analisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, na Sessão de 5 de julho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001919-68.2011.2.00.0000.

Ressalta também que o TRT da 18ª Região defende a criação dos cargos pela necessidade de adequar seu quadro permanente ao disposto na Resolução nº 60, de 2010, do Conselho Superior de Justiça, bem como atender a determinações do Tribunal de Contas da União.

Em seguida, menciona que indicadores estatísticos da área técnica do Tribunal Superior do Trabalho, para o ano de 2009, demonstram que o TRT da 18ª Região teve a maior média mensal do País de pro-

cessos recebidos por servidor nas Varas do Trabalho, sendo que dados extraídos do Relatório anual "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça, apontavam o referido tribunal como o terceiro com o maior percentual de servidores requisitados de outros órgãos.

O Tribunal deverá devolver os servidores requisitados para seus órgãos de origem, cujo número já ultrapassou o máximo permitido pelo art. 3º da Resolução CSJT nº 63/2010, o que gerará dificuldades na manutenção da adequada prestação jurisdicional. O projeto, assim, resultou de cuidadosa análise quanto à necessidade de mais funcionários nas áreas constantes do seu Anexo, em consideração, também, a iminente implantação do Processo Judicial Eletrônico por aquela instituição.

O projeto veio acompanhado do Parecer do Conselho Nacional de Justiça, que julgou demonstrada a necessidade da criação dos mencionados cargos, concluindo por parecer favorável à solicitação.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e, com emenda, da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

II – Análise.

O Projeto se ampara no art. 96 da Lei Maior, que na letra "b" do seu inciso II confere privativamente aos tribunais superiores a competência para a criação e a extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Na sua preocupação em dotar o Tribunal de servidores efetivos em quantidade ideal para atender eficazmente as demandas cada vez mais crescentes na área trabalhista, a iniciativa mostra-se plenamente afinada com o teor do princípio fundamental encerrado no inciso LXXVIII do art. 5º da CF, que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a celeridade processual.

Conforme explanado na justificação, os servidores requisitados do TRT da 18ª Região deverão retornar aos seus órgãos de origem, o que resultará em carência de elementos humanos nas áreas de Analista e Técnico Judiciário. Caso não sejam criados os cargos solicitados, haverá certamente grave comprometimento na eficaz prestação judicial e na razoável duração do processo, direitos do cidadão cuja seriedade levou o legislador a consagrá-los em dimensão constitucional, na condição de cláusulas pétreas.

Informamos, por fim, que a autorização relativa à criação dos cargos de Juiz e de servidores efetivos objeto do projeto sob estudo e para o provimento de parte deles no presente exercício encontra-se prevista no Anexo V da Lei Orçamentária Anual para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2012.

É o parecer da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto e o relatório ao projeto, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável à matéria.

A matéria vai ao plenário.

Item 4 é do Senador Aécio Neves. (*Pausa*.)

O Senador Aécio Neves está ausente.

Retirado de pauta pela ausência do Senador Aécio Neves.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Aécio Neves solicitou-me, em face da impossibilidade de ele estar presente à reunião de hoje, que V. Exa. pudesse nomear um relator *ad hoc* para que pudesse ser aprovado. Também é um projeto semelhante ao anterior, de provimentos de cargos para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que é a do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em homenagem ao Senador Aécio Neves e à presença do Deputado Eduardo Azeredo aqui na Comissão, eu vou ao Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 39, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Aécio Neves, favorável ao projeto.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para o seu brevíssimo relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sra. Senadora, Srs. Senadores, também vou, como relator *ad hoc*, fazer a leitura do parecer do Senador Aécio Neves.

Relatório.

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), noventa e seis cargos de provimento efetivo, sendo sessenta de Analista Judiciário na Área de Apoio Especializado (Especialidade Tecnologia da Informação), e trinta e seis de Técnico Judiciário, na Área Apoio Especializado (Especialidade Tecnologia de Informação), constantes do Anexo da Lei que se quer aprovar.

O § 1º do dispositivo determina que a criação dos cargos mencionados condiciona-se "a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal." Mas se a autorização e os recursos forem suficientes apenas para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações constarão do anexo da lei orçamentária que corresponder ao exercício em que forem considerados criados e providos (§ 2º).

O art. 2º do Projeto determina que as despesas decorrentes da execução da Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal no orçamento geral da União.

A justificação menciona que a iniciativa foi analisada e aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, na Sessão de 21 de junho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001903-17.2011.2.00.0000.

II – Análise.

O Projeto encontra apoio nos preceitos constitucionais concernentes ao funcionamento do Poder Judiciário, especialmente no art. 96 da Lei Maior, que na letra "b" do seu inciso II confere privativamente aos tribunais superiores a competência para a *criação e a extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.*

Na sua substância, a proposição se ampara no inciso LXXVIII do art. 5º da CF, princípio fundamental que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a celeridade processual, legitimando, dessa forma, todo e qualquer aprimoramento, na estrutura dos tribunais, que tencione viabilizar a razoável duração do processo.

Nesse sentido, o projeto homenageia o princípio ao buscar dotar o tribunal de elementos humanos capazes de conferir maior eficácia à tramitação dos processos, numa área da maior relevância no mundo atual.

O aumento da população, ao lado da maior facilidade de acesso ao Poder Judiciário gerou crescimento das demandas trabalhistas, que hoje em dia só podem ter respostas satisfatórias se houver suficiente implementação do processo eletrônico, capaz de atender a contento a demanda dos jurisdicionados. Sem essa deliberação, a celeridade processual e a razoável duração dos processos figurarão como exigências constitucionais sem condições de se efetivarem.

Informamos, por fim, que a autorização relativa à criação dos cargos de Juiz e de servidores efetivos objeto do projeto sob estudo e para o provimento de parte deles no presente exercício encontra-se prevista no Anexo V da Lei Orçamentária Anual para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

III – Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2012.

Este é o parecer, do nobre Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs, Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Tenho ainda o item 5, que é terminativo.

Um dia atípico o dia de hoje. Não teremos *quorum* físico – Senador Azeredo, permaneça na Comissão, será um prazer. *(Pausa.)*

Não. No papel, nós temos... Mas os Senadores estão em outras Comissões. Portanto, vou retirar, Senador Ricardo Ferraço, o item 5 da pauta, tentando fazer aqui dois itens extrapauta. É uma solicitação da Senadora Marta Suplicy.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 405, DE 2009
– Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 566 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Có-

digo Civil), para limitar a solidariedade do locador às hipóteses de dolo ou culpa.

Autoria: *Senador Renato Casagrande*

Relatoria: *Senador Ricardo Ferraço*

Relatório: *Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.*

Observações:

Votação nominal.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu sou relator do Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2012, do nobre Senador Lobão Filho, que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona e dá outras providências.

Esse projeto, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lamentavelmente, ele é terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu não vou pedir extrapauta hoje. Eu só vou pedir a V. Exª que, no retorno do recesso, V. Exª possa pautá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está pronto para pauta, Senador. Está aqui. Eu ia colocar extrapauta, mas não temos *quorum* para colocá-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – As pessoas interessadas estão vindo, todas as semanas, aqui, nos corredores, solicitando que ele seja colocado em pauta.

Então, vim fazer este apelo a V. Exª, que V. Exª possa pautá-lo no esforço concentrado da segunda semana de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, senhor.

Vou pedir a V. Exª que permaneça aqui no plenário. Temos duas matérias extrapauta que não são terminativas.

Vou pedir ao Senador Ricardo Ferraço para assumir aqui a Presidência, porque um extrapauta eu não posso fazer porque eu sou o relator. Então, V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, sente-se aqui.

Nós temos duas matérias extrapauta: um projeto de lei da Câmara e o extrapauta solicitado pela Senadora Marta Suplicy. Tem um projeto de resolução da Senadora Marta Suplicy, que, em seguida, vou colocar em pauta e peço a presença de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eunício, eu só me retirarei, e o Senador Eduardo Azeredo, após, V. Exª também se retirar. Só irei depois de V. Exª sair.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a deferência de V. EXª.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) –

EXTRAPAUTA

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 61, DE 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Passo a palavra a S. Exª o Relator Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou direto a análise, para não tomar mais tempos dos senhores.

Análise.

Compete a esta Comissão a análise da proposta à luz do que estabelece o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que determina ser este colegiado competente para opinar sobre os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das propostas a ele submetidas.

A proposição aperfeiçoa o ordenamento jurídico. A proposta garante respeito ao direito à individualização da pena, previsto no art.5º, XLVI da Constituição Federal. Ademais, assegura aos presos o respeito à sua integridade moral, consoante art. 5º, XLIX da Constituição, constituindo vulneração do preceito a manutenção indevida do sentenciado em regime inferior.

O sistema de acompanhamento da execução vem a aperfeiçoar a prestação jurisdicional acarretando, inclusive, o cumprimento de preceito constitucional que assegura ao cidadão direito de acesso à Justiça, com razoável duração do processo.

Dessa forma, a presente proposição está conforme os preceitos de nossa Carta Magna, garantindo a efetividade dos direitos fundamentais da população carcerária, buscando evitar o prolongamento indevido das penas, prisão cautelar e das medidas de segurança.

Por fim, é imprescindível a implementação do sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança para o efetivo cumprimento da execução penal, que se dará, principalmente, através do aviso eletrônico automático

as autoridades competentes da ocorrência de eventos que podem ensejar benéficos à pessoa presa ou custodiada. Tal medida possibilitará a toda pessoa presa e submetida à medida de segurança o efetivo acesso a Justiça, assegurando o direito à soltura ou concessão de outros benefícios legais.

Conforme bem salientando na Exposição de Motivos: "A lentidão da justiça criminal em razão do grande número de processos acaba por resultar no aumento desnecessário do gasto público com a manutenção de pessoas custodiadas que já cumpriram suas penas e, inexplicavelmente, permanecem presas. Além do aumento do custo para o Estado, a superlotação do sistema prisional pode gerar quadros de crises, como o ocorrido no presídio de Urso Branco, em Rondônia, que culminou na condenação do Brasil perante a OEA.

A presente iniciativa vai ao encontro dos inúmeros esforços de todos aqueles que compõem o sistema de justiça criminal para atenuar os efeitos da demora na prestação jurisdicional. Dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça no 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, realizado em 2010, na cidade de Salvador (BA) apontam que entre agosto de 2008 e abril de 2010, 20 mil pessoas que estavam injustamente presas foram colocadas em liberdade pela campanha do mutirão carcerário.

Não obstante, a proposta demanda pequenos ajustes.

Importante observar que o projeto trata de matéria compreendida no âmbito da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do DF, de acordo com o que estabelece o art. 24, inciso XI, da Constituição Federal. Nos termos do § 1º do art. 24 da Constituição, no âmbito da legislação concorrente a competência da União deve limitar-se a estabelecer *normas gerais*. Não é fácil definir o que seja uma "norma geral". Nem sequer o Supremo Tribunal Federal definiu o termo. Não obstante, é possível determinar o que seja uma norma geral pelo ângulo negativo, com base no próprio texto constitucional. A Constituição reserva aos Estados e ao DF a competência para legislar de acordo com suas necessidades e peculiaridades regionais. Nesse sentido, deixa de ser geral qualquer norma proveniente da União que limite essa liberdade legislativa concedida a esses entes federativos.

Em dois pontos, salvo melhor juízo, o Projeto deixa o campo da norma geral para se imiscuir em questões que poderiam ser melhor tratadas pelos Estados e DF, com base em suas realidades locais: por exemplo, o tipo de *software* (se aberto ou fechado) e autoridades que devem alimentar o sistema com que tipo de informação.

O PLC sob exame de fato estabelece uma norma geral em seu artigo 1º: estabelece que todas as informações relativas à detenção de uma pessoa (a execução penal dos presos condenados, a prisão cautelar dos presos provisórios e as medidas de segurança para os inimputáveis ou semi-imputáveis) deverão ser disponibilizadas em sistemas informatizados, para acompanhamento do próprio preso, do juiz, do membro do Ministério Público e do defensor. Todavia, em seguida, o PLC exige que o programa seja um *software* livre, ou seja, aberto: um programa de computador cujo código-fonte permita a interferência do seu comprador, para uso, cópia, pesquisa, alteração etc. O conceito de livre ou aberto se opõe ao conceito de software restritivo (*software* proprietário). Várias consequências podem ser vislumbradas. Por exemplo: e se um determinado Estado não possuir pessoal técnico preparado para manusear esse tipo de *software*, já que, em regra, a Administração Pública usa *softwares* fechados? Se a União apoiará os Estados e o DF na implementação de sistemas que permitam o interoperacionalidade, o que fazer caso se verifique que o *software* fechado facilita esse trabalho? E se um Estado fizer alterações em seu programa que inviabilizem a inter operacionalidade?

O mais adequado, a nosso juízo, seria que a lei não descesse a esse nível de detalhamento.

O art. 3º da proposta, por sua vez, informa quais autoridades deverão alimentar quais tipos de informação no novo sistema deva receber.

Portando, as emendas que propomos buscam fazer esses ajustes. No mais, a proposta é importante e merece, a meu juízo, a aprovação desta Casa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012, com o oferecimento de duas emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Suprimam-se os §§ 1º e 2º do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012, renumerando-se os atuais §§ 3º e 4º como §§ 1º e 2º, respectivamente.

EMENDA Nº – CCJ

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012, renumerando-se os artigos seguintes.

Sala da Comissão, de 2012. – Relator – Senador **Eunício Oliveira.**

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Eunício Oliveira, Relator do Projeto de Lei da Câmara de nº 61.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu pediria urgência para um projeto de extrema relevância, se poderíamos encaminhar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Precisamos, primeiro, discutir e votar. Em seguida, posso atender o requerimento de V. Exª.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu só quero parabenizar o relator pela excelente relatoria de um projeto extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos.

Em votação.

Os Srs. Senadores que votarem favoravelmente permaneça como estão. *(Pausa.)*

Aprovado a unanimidade.

Agora posso conceder a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Devido à relevância do projeto, eu gostaria que fosse encaminhada uma urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em votação o requerimento da Senadora Marta Suplicy que solicita urgência para o projeto em tela, que acabamos de votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Também peço a V. Exª que coloque em apreciação pedido de urgência para o PLC nº 41, de 2012, e o PLC nº 39, de 2012, que foram aprovados anteriormente, cargos no Tribunal Regional do Trabalho em Goiás e em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Para economia processual, nós vamos colocar em votação os três processos em regime de urgência.

Os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável aos projetos, às emendas.

A matéria vai ao Plenário.

Vou devolver a Presidência ao Exmº Sr. Senador Eunicio de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunicio de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senador Ferraço.

Último item da pauta.

Item extrapauta, por solicitação da Senadora Marta Suplicy

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 55, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

Autoria: Comissão Diretora
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy para o seu breve relatório para votação em seguida.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eunício.

O Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2011, de autoria da Comissão Diretora, tem por objetivo instituir novo regulamento para o Sistema Integrado de Saúde, o SIS, que presta assistência médica aos servidores do Senado e seus dependentes.

O novo regulamento tem por objetivo modernizar as regras de funcionamento do SIS, com vistas a manter tanto a cobertura satisfatória no atendimento quanto preservar o equilíbrio financeiro do plano de assistência à saúde.

O atual regulamento do SIS está contido na Resolução do Senado nº 86, de 91, e está defasado em diversos aspectos como, por exemplo, no que diz respeito ao rol de procedimentos e eventos em saúde, que a Agência Nacional de Saúde estipula como cobertura básica dos planos privados de assistência. Ademais, o regulamento atual foi alterado diversas vezes por atos da Comissão Diretora, do Presidente do Senado, do Conselho de Supervisão, do Diretor-Geral. Merece, portanto, um trabalho de consolidação que torna as regras mais transparentes para os usuários de gestores do SIS. Há, ainda, que considerar as inovações do Código Civil Brasileiro que estipulou novas relações de dependência familiar que precisam ser consideradas para fins de definição de titulares e dependentes de planos de saúde.

O projeto também leva em conta a necessidade de lidar com os custos crescentes da assistência médica cada vez mais baseada em novas tecnologias e novos medicamentos de alto custo.

É enorme, estou já resumindo um pouco.

Utilizaram-se como fonte de pesquisa para elaboração do novo regulamento a Lei 9.656, de 98, que regula os planos privados de saúde, a Resolução Normativa 167 da ANS, que atualiza o rol de procedimentos e eventos em saúde e os regulamentos de planos de autogestão similares ao SIS, com destaque para os planos do STF, do TST, do TJDFT e do MPU.

O regulamento está composto por 73 artigos distribuídos em quatro títulos que contêm 10 capítulos.

No título 1º, que trata das disposições preliminares, são definidas a natureza e finalidade do SIS: proporcionar aos servidores assistência à saúde, mediante modelo associativo fechado de caráter social sem fins lucrativos sob modalidade de autogestão. Em seguida, definem-se quem são os beneficiários do plano, as regras de inscrição, os prazos de carência, desligamento, reinscrição dos beneficiados.

Os beneficiários são classificados em duas espécies, os titulares e os dependentes. Somente poderão ser inscrito no SIS como beneficiários titulares servidores regularmente cadastrados na Secretaria de Recursos Humanos do Senado, na qualidade de servidores ativos, inativos e pensionistas titulares de pensões por morte.

Para definição do conjunto de pessoas que podem ser inscritas como dependentes o regulamento lança mão de dois critérios, o critério moral e o critério de verificabilidade. Pelo critério moral, considera-se dependentes as pessoas que não possam trabalhar e não tenham renda própria: crianças, jovens, inválidos, idosos, estudantes universitários até 21 anos. Pelo critério de verificabilidade, estipula-se que, para ser dependente do beneficiário titular no SIS, a pessoa tem que ser também dependente para fins de imposto de renda, obviamente, o cônjuge ou companheiro não se inclui nas regras acima. Todavia, se o cônjuge ou companheiro for servidor do Senado não poderá ser inscrito como dependente, devendo, se desejar, inscrevê-los como beneficiário titular pagando a respectiva contribuição.

Os prazos de carência a que estão sujeitos os beneficiários estão descritos no art. 13 e seguem o padrão das normas da ANS.

Cabe destacar, nessa parte do projeto, que as modalidades de assistência à saúde oferecidas são: primeiro, serviços prestados diretamente pela Secretaria de Assistência Médica do Senado, sem ônus para o servidor; segundo, serviços prestados por instituições públicas e privadas credenciadas pelo SIS; terceiro, serviços prestados por profissionais liberais e instituições públicas ou privada de livre escolha do beneficiário, não credenciados pelo SIS, caso em que o beneficiário receberá reembolso no limite dos valores das tabelas de pagamento aos credenciados; e, por último, serviço de internação domiciliar.

O plano de assistência à saúde adotará tabelas aprovadas pelo Conselho de Supervisão, contendo a discriminação de todos os procedimentos e serviços cobertos pelo SIS, com os respectivos preços.

É vedado à Secretaria do SIS credenciar instituição que tenha servidor do Senado ou prestador de serviço contratado pelo Senado como proprietário, acionista ou sócio.

As próteses e órteses necessárias ao ato cirúrgico, em geral de alto custo, serão previamente autorizadas pela perícia médica do SIS.

Não serão cobertos pelo plano de saúde: tratamentos ilícitos ou antiéticos, tratamentos experimentais, procedimentos com finalidade estética, spas, procedimentos não incluídos nas tabelas utilizadas pelo SIS, mamoplastia (exceto aquelas definidas em Instrução Normativa do Conselho de Supervisão), cirurgias para mudança de sexo, recanalização do canal deferente ou das trompas de falópio, internação em asilo para idosos, tratamentos fora do País, entre outros procedimentos listados exaustivamente no art. 38.

É facultado ao beneficiário do SIS utilizar serviços prestados por profissionais liberais e instituições de sua livre escolha, não credenciados pelo SIS, sendo assegurado ao beneficiário-titular o reembolso parcial da despesa, nos valores das tabelas adotadas pelo SIS.

O plano de assistência à saúde será financiado por contribuição dos beneficiários ao Fundo de Reserva e por recursos da União, devendo o Senado destinar, anualmente, a essa finalidade o equivalente a pelo menos 3,5% da despesa com pessoal e encargos sociais.

Os recursos do Fundo de Reserva serão aplicados exclusivamente na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, restringida sua aplicação a: certificados de depósitos bancários, caderneta de poupança, cotas de fundos de investimento de renda fixa lastreados unicamente em títulos do Tesouro Nacional.

A contribuição financeira devida por todos os beneficiários será composta de: 1º) contribuição mensal, independente do uso dos serviços do SIS e 2º) participação percentual nas despesas realizadas em seu benefício (coparticipação).

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como, ressalvadas as competências das demais Comissões, pronunciar-se acerca do mérito.

O Projeto está em consonância com o art. 52, inciso XIII, da Constituição, que estabelece como competência privativa do Senado dispor sobre sua organização e seu funcionamento.

A Comissão Diretora tem respaldo para apresentar esse tipo de proposição, com base no art. 98, inciso III, do Regimento Interno, que estipula entre as competências da referida Comissão propor ao Senado

projeto de resolução dispondo sobre sua organização e funcionamento.

O projeto está redigido em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95.

No que tange ao mérito, considero este projeto como um bem-sucedido esforço do Conselho de Supervisão do SIS, o qual tenho a honra de presidir, no sentido de atualizar as regras de funcionamento e promover condições para a estabilidade financeira e a manutenção da qualidade do serviço prestado.

Medidas importantes já foram tomadas em antecipação à aprovação deste regulamento. Refiro-me ao Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2011, que modificou o sistema de contribuição e restringiu o universo de beneficiários dependentes. Antes deste Ato, as contribuições eram feitas por unidade familiar, não importando quantas pessoas havia em cada família.

Então, havia pessoas com 30 anos de idade e 40 anos de idade que estavam dependendo só de um beneficiário e usufruindo desse benefício sem dar nenhum aporte.

Assim, contribuintes com poucos dependentes acabavam subsidiando aqueles com muitos dependentes. Além disso, as contribuições não guardavam correspondência com a faixa etária dos beneficiários, de modo que os mais novos (que tendem a demandar menos serviços médicos) acabavam por subsidiar os mais velhos.

Com o novo Ato, as contribuições passaram a ser individualizadas por beneficiário, conforme a respectiva idade. Também houve recuperação no valor real das contribuições, que estava defasado e muito abaixo dos valores cobrados por planos similares.

Além disso, o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2011, cuidou de excluir do Plano os dependentes que não encontram correspondência na regra de dependência válida para o Imposto de Renda, em consonância com o que está sendo proposto no regulamento em exame. Vale dizer, foram excluídos os filhos e os enteados não estudantes com idade superior a 21 anos. A manutenção de tais dependentes não apenas era questionável do ponto de vista legal, mas muito pouco justificável pelo critério moral, como também representava ônus financeiro ao sistema.

Não obstante esses avanços na busca de equidade e equilíbrio financeiro no SIS, é preciso avançar na modernização das regras e na gestão do plano. O SIS tem aproximadamente 15 mil beneficiários, que são servidores efetivos, comissionados e seus dependentes; é financiado por recursos do orçamento da Casa e por contribuição dos beneficiários; é administrado por autogestão, a forma de organização da quase totalidade dos sistema de saúde dos servidores do setor público federal no Poder Judiciário, no Ministério Público e no Poder Executivo, inclusive das Forças Armadas e empresas estatais.

O SIS tem-se defrontado com o crescimento das despesas, que decorre dos custos crescentes dos procedimentos médicos, cada vez mais associados a novas tecnologias e a medicamentos de alto custo. Também tem sofrido com aumento da idade média dos beneficiários.

O novo regulamento pode melhorar a eficiência e a equidade do SIS, uma vez que define quem pode ser considerado beneficiário e dependente, com base em critério de moralidade e verificabilidade; obriga o pagamento de contribuição mensal e de coparticipação nas despesas de todos os beneficiários, de modo que quem usar mais o sistema pagará mais; enumera e define, claramente, os procedimentos que são cobertos e os que não estão amparados pelo plano, evitando decisões *ad hoc*, mediante solicitações individuais ao Conselho de Supervisão, ao mesmo tempo em que o outorga ao Conselho de Supervisão autoridade para definir regulamento de forma genérica e pessoal os detalhes de funcionamento do plano; aperfeiçoa a estrutura administrativa do SIS, conferindo mais transparência e controle, com destaque para a criação do Conselho Fiscal do Fundo de Reserva, que terá autoridade para fiscalizar, em detalhes, o uso dos recursos.

Certamente o novo regulamento não irá conseguir sozinho promover a modernização e a eficiência do SIS, mas constitui condição necessária para que a administração da Casa possa tomar iniciativas administrativas que venham aperfeiçoar o sistema, em linha com os progressos obtidos, como já me referi, do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2001.

Frente ao exposto, voto pela aprovação do PRS nº 55.

Sr. Presidente, este trabalho foi um trabalho exaustivo que, na função de Vice-Presidência me cabia. Demorou mais ou menos seis ou oito meses para conseguirmos, junto com os servidores da Casa, encaminhá-lo. Eu acredito que foi mais uma moralização do que estava acontecendo e, a partir daqui, foram estabelecidos critérios de qualquer plano privado. Acredito que isso irá gerar bastante economia aqui para o nosso Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy, pelas duas coisas: pela relatoria desse projeto importante e porque V. Exa. apresenta um projeto que irá, como disse V. Exa., economizar dinheiro público e moralizar o sistema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pedem a palavra o Senador Pedro Simon e o Senador Ricardo Ferraço.

Senador Pedro Simon tem a palavra para discussão da matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Senador Pedro Simon sempre tem a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra ao Senador Pedro Simon, registro, com prazer, a presença do nosso Deputado Luis Alberto Ponte, que é um cearense ilustre radicado no Rio Grande do Sul.

Senador Pedro Simon, tem a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ele está aqui para falar com V. Exa. depois.

Presidente, perdoe-me, mas eu recebi um telefonema urgente do Senador Suplicy, que não poderá estar presente e que pediu para que eu, em nome dele, pedisse vista do projeto, porque ele quer estudar o projeto. Se a Senadora Marta não se importar, eu peço; se ela se importar, eu não peço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro que ela se importa!

Senadora Marta...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não achei nenhuma graça de ele não estar aqui e mandar V. Exa. fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Marta...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu também não achei graça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Simon, ou V. Exa. pede vista do projeto, que é regimental, ou a procuração do Senador Suplicy, pela ausência, está cassada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se o Senador Simon declinar, eu peço vista.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu sabia que ele para ele falar primeiro. O que eu tinha de me meter?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, tentei colaborar com o Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, trata-se de um tema relevante, importante, mas não temos a disponibilidade do relatório apresentado pela eminente Senadora Marta Suplicy, que teve o tempo adequado e pertinente para fazer avaliação e estudo da matéria. Não considero que possa ser razoável que estejamos votando uma matéria como essa sem conhecê-la. Por isso, estou insistindo, ratificando o pedido de vista coletiva para que, na próxima quarta-feira, possamos ter tempo, emitindo juízo de valor, para que possamos oferecer o nosso voto e a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A vista de V. Exa., embora seja dupla, é individual, porque pediu o Senador Flexa Ribeiro no complemento e a vista foi pedida por V. Exa. em primeiro lugar. O Senador Pedro Simon declinou da procuração passada pelo Senador Eduardo Suplicy e, pela ausência dele, a Mesa declinou de acatar a procuração por ele encaminhada.

Senador Pedro Simon tem a palavra antes de encerrarmos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador Luiz Henrique pediu para avisar que está entregando o parecer dele sobre o Projeto de Lei nº 199, de 2006, que permite porte de arma de fogo aos integrantes da carreira do Instituto de Criminalística e de Identificação de Medicina Legal.

Pelo menos, estou entregando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está recebido o relatório. Como é terminativo e temos 9 Senadores, e precisaríamos de pelo menos 12, fica para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia dez de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Kátia Abreu, Anibal Diniz, Antonio Carlos Va-

ladares, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Russo e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Magno Malta. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a presidência faz a leitura do seguinte Comunicado: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a criação, no âmbito desta Comissão, do Grupo de Trabalho, composto pelos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, com a finalidade de realizar estudos, para análise e posterior sugestões, referentes ao 'Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa'". Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 7/2011-CE, de autoria da Senhora Senadora Kátia Abreu, e ao Ofício nº 732/2012-GM/MEC, de autoria do gabinete do Ministro (art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal), destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, sobre "Os assuntos de relevância do Ministério, dentre eles, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD". Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete ao Plenário, proposta no sentido de franquear a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão para suas interpelações, antes de conceder o uso da palavra ao Ministro, com o intuito de dar celeridade à reunião. A proposta é aprovada. Usam da palavra a Senhora Senadora Kátia Abreu (autora do Requerimento) e os Senhores Senadores Ana Amélia, Eduardo Suplicy (não membro), Paulo Bauer, Paulo Paim ,Cyro Miranda, Benedito de Lira, Ana Rita, Ângela Portela, Anibal Diniz, Armando Monteiro e Cristovam Buarque. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão para exercerem o direito de réplica. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy (não membro) e Paulo Bauer. Logo após, como últimos inscritos, usam da palavra os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares e Wellington Dias. Após as considerações finais do Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura de ata da reunião anterior.

Os Srs. e Srªs Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em primeiro lugar, quero comunicar aos Srs. e Srªs Senadores a criação, no âmbito desta Comissão, do grupo de trabalho composto pelos Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia com a finalidade de realizar estudos para análise e posterior sugestões referentes ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. São os dois linguistas mais notórios que nós temos aqui na Comissão e, por isso, foram elevados à condição de sensores da língua, do Lácio, da "última flor do Lácio, inculta e bela".

A audiência de hoje, requerida pela Senadora Kátia Abreu, será realizada para uma conversa com o nosso Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Por sugestão de alguns Senadores e conversando com o Ministro, eu coloco à apreciação dos senhores um formato novo para dar mais agilidade e consequência aos trabalhos da reunião de hoje. A ideia é que inicialmente ofereçamos aos Srs. e Srªs Senadores a possibilidade de, em um minuto, não mais que um minuto, abordarem o que desejariam que fosse tratado pelo Ministro na Mesa, na sua exposição. Nós estaremos dando mais agilidade e facilitando o trabalho de alguns Senadores e Senadoras que estão nesta e em outras comissões, inclusive na CPI.

Coloco em discussão essa proposta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Acho que foi pertinente o que tínhamos suscitado antes da chegada do Ministro Aloizio Mercadante, a quem agradecemos antecipadamente a presença aqui e, em especial, o trabalho sobre a questão das universidades comunitárias, no caso das vagas trocadas pelos débitos existentes, o que foi importante. Não há nem necessidade de V. Exª comentar o assunto, apenas estou lhe agradecendo em nome das instituições do Rio Grande do Sul essa iniciativa importante.

Presidente Requião, o Ministro Aloizio Mercadante foi Senador e conhece bem, hoje nós estamos vivendo sobre o impacto da CPI. A Comissão de Assuntos Econômicos tem empréstimos do Rio Grande do Sul, o Senador Paim e eu temos compromisso com isso, é às 11 horas. A minha sugestão é que o Ministro já responda ou a gente faça as perguntas diretamente, porque os temas o Ministro tem todos eles, digamos, de profundo conhecimento. Penso que talvez a dinâmica fosse esta: fazer as perguntas para o Ministro responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas daí não funcionaria, com perdão e as desculpas sobre a sua proposta, porque nós alongaríamos isso e os Senadores e Senadoras que devem deixar a Comissão não teriam oportunidade de fazê-las. A ideia é dar um minuto para cada um, o Ministro anota e na sua abordagem ele inclui as respostas. Essa é a proposta da Mesa, que é uma proposta mais viável. Senão, teremos uma ou duas perguntas, os Senadores terão que se retirar da Comissão e não farão as suas perguntas.

Continua em discussão.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – A proposta da Senadora Ana Amélia é bastante objetiva, eu até gosto muito dela, mas acho que, pelo tempo dos Senadores, se todos pudessem indicar a orientação como V. Exª propõe, mesmo que nós não estejamos presentes, a nossa assessoria toda estará aqui. Eu sou autoria deste requerimento e também sou autora do requerimento da CPI, que já começou há dois minutos, e eu sou a primeira a falar. Então, se nós pudéssemos, Senadora Ana Amélia, direcionar a fala do Ministro, acho que seria bastante interessante e nós todos assistiríamos, em nossos gabinetes, com a nossa assessoria e o pessoal aqui presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Ministro Aloizio Mercadante, sou totalmente favorável. Tenho uma pergunta que quero efetivamente fazer. Gostaria muito de ouvir a resposta do Ministro e, em um minuto, eu farei a pergunta, seguindo a orientação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um minuto *flex*, não é? Um minuto, um minuto e trinta, mas com a máxima preocupação.

Se todos estão de acordo, nós iniciamos pela autora do requerimento. Em seguida, está inscrita a Senadora Ana Amélia; posteriormente, o nosso líder da oposição aqui na Comissão, o ilustre Senador Paulo Bauer.

Senador Benedito com a palavra. De acordo?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sim. Quero apenas que V. Exª me inscreva para fazer minhas formulações ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim.

Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero dar as boas-vindas ao Sr. Ministro da Educação, Mercadante, e deixar os pontos... Eu irei, mas posteriormente voltarei para o debate, mas eu gostaria muito de ouvir de V. Exª os detalhes da avaliação do livro didático. Quero aqui dizer que não estou discutindo a sua importância, o quanto avançou durante todos esses anos, principalmente agora no último edital, conversei longamente com o Vice-Ministro, Secretário Executivo Paim, e sei dos avanços, mas quanto mais avançarmos melhor para o Brasil, melhor para o Ministério.

Ponto um: gostaria de ouvir com relação à escolha e à transparência da comissão que avalia o livro didático. Não há nenhuma dúvida pessoal a ninguém. Apenas acho que é um direito que aqueles que estão concorrendo merecem ter de saber quem avaliou, por que avaliou negativamente, por que avaliou positivamente.

A outra questão é com relação ao uso da mesma coleção no mesmo período do ensino fundamental e do ensino médio. Por que a interrupção de uma coleção? Gostaria de saber se existe algum fundamento técnico ou uma "desimportância" em não manter a mesma coleção. Nós ouvimos aqui Senadores dizerem, inclusive o Senador Luiz Henrique, que ele usou a mesma coleção, os filhos, os netos; quer dizer, que isso pudesse ser justificado. Por que essa avaliação a cada três anos, e não ao final de cada coleção?

Os valores também estão sendo questionados por alguns. Na iniciativa privada, os valores são menores do que estão sendo praticados hoje pelo Ministério não só agora, mas sempre, e a questão do currículo desses avaliadores. O questionamento é que são currículos maravilhosos, doutorados, mestrados, pessoas preparadas, mas não com experiência na docência da educação básica. Há uma diferença muito grande entre um doutorando na área de psicologia, como tem aqui um caso especificamente de uma tese, mas que não tem nada a ver com sala de aula... Então, respeitando esses currículos, sabemos da importância, da dedicação desses universitários, desses professores, desses acadêmicos, mas há dissonância entre a sala

de aula e o que na vida real é importante para que o aluno tire maior proveito desses livros.

São essas as minhas questões iniciais: excessivamente acadêmico o currículo dessas pessoas, a coleção poder ser aplicada em todo o mesmo período, um controle externo dessa avaliação, a possibilidade de ter um controle externo da avaliação pelo próprio MEC, pela própria comissão do MEC e a publicidade. Eu não acredito que um avaliador não saiba de quem é a coleção. É uma coisa natural se conhecer os autores da coleção. Então por que manter esse anonimato? O Ministério Público, os juízes, todos declaram os seus votos – agora, mesmo no Senado, todos os nossos votos são abertos –, então por que não dar publicidade a esse avaliador? Até o direito que eu tenha de contestar caso eu suspeite que o avaliador seja parente, amigo, muito próximo de uma determinada editora. Então são esses os meus pontos.

Eu peço licença para ir até a CPI e volto rapidamente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Licença concedida, Senadora Kátia.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Roberto Requião, caro Ministro Aloizio Mercadante, a primeira questão para o senhor é a da greve das universidades federais e quais são as medidas do Governo – soubemos que o senhor teve um encontro com a Presidente Dilma Rousseff –, se o Governo já tem uma posição a respeito disso, o que esperarmos dessa paralisação, que é uma das mais prolongadas no ensino superior, não só dos professores, mas daqueles que trabalham nas universidades.

A outra questão está na linha do que falou a Senadora Kátia Abreu. Nós ouvimos aqui, em uma audiência pública, o Prof. Francisco de Arruda Sampaio. Eu fiquei muito impressionada com o que ele trouxe, primeiro, pela honestidade pessoal, profissional desse autor de livros didáticos. Ele informou, entre outras coisas, Ministro Aloizio Mercadante, que os erros de avaliação do Plano Nacional do Livro Didático têm sido denunciados há anos, seja pela Associação dos Autores, a Abrale, seja por autores individuais e até em livros que documentam erros primários em detalhe. Quais as medidas que o MEC adotou para coibir erros grosseiros como os que foram demonstrados? Como se explica a manutenção da equipe de coordenação e da maioria dos trabalhadores diante de tantos erros primários.

E ainda no âmbito do programa do livro didático, eu recebi uma visita da indústria gráfica, que estão alarmados, estão demitindo pessoas porque, no ano passado, o programa comprou R$1 bilhão em livros didáticos – todos do exterior. E a justificativa é que o Brasil está perdendo total competitividade, seja por tributação, que é o peso maior – antes era o câmbio, mas agora ficou um pouco menos impactante –, mas a tributação, comparativamente, com os livros que importamos, especialmente da China e de outros mercados fornecedores. Isso está também, no caso do livro didático, desestimulando.

E a indústria gráfica não entrou no Mais Brasil, o programa que o Governo lançou, e eles estão demitindo e empresas que iriam fazer investimentos também deixaram em função da falta de condições porque o Governo, como Programa Nacional do Livro Didático, é o maior cliente na compra dessas indústrias gráficas.

São essas as minhas questões, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exercitando agora sua excepcional e conhecida capacidade de síntese, meu velho amigo e excepcional Senador Eduardo Suplicy. Um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Roberto Requião, prezado Ministro Aloizio Mercadante, eu agradeceria muito se puder nos informar a respeito dos diálogos que o Ministério da Educação, juntamente com o Ministério do Planejamento e outros segmentos estão tendo para superar o impasse ocorrido com as universidades federais e os professores, uma vez que a greve perdura. E, em especial, agradeço se puder nos informar também do diálogo que manteve na última sexta-feira... V. Exa. havia me informado que teria um encontro com o reitor da Universidade de São Paulo, como Prefeito de Guarulhos, para que também possam ser superados os problemas ali havidos com os estudantes e professores.

E agradeço também se puder me informar. Tive a oportunidade de ter mantido um diálogo com o Secretário da área de livros didáticos, o Prof. César Callegari, Deputado Federal que hoje colabora com V. Exa. Gostaria, tendo em conta as observações das Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia, que V. Exa. possa nos informar a respeito dos critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático. Já encaminhei ao Sr. César Callegari, mas gostaria aqui de também oficialmente lhe encaminhar em mão a contribuição feita pelo Sr. Francisco de Arruda Sampaio, já mencionado em diálogo que manteve com V. Exa. sobre os critérios de aperfeiçoamento do sistema de avaliação na compra de livros didáticos e dicionários.

É isso, Sr. Presidente. Espero ter mantido a meta traçado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exemplarmente, Senador Suplicy.

Com a palavra, agora, o nosso elegante Líder da oposição, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero apenas registrar, Sr. Ministro, que, no ano passado, seu antecessor na chefia do Ministério aqui esteve para informar a esta Comissão a respeito de todas aquelas questões relacionadas àquilo que se chamou de equívoco e de fatos políticos que estavam presentes na distribuição do livro didático.

Na ocasião o Ministro nos informou que existia apenas um decreto regulamentando a matéria, ou seja, o programa. E ele próprio falou que seria muito bem-vinda uma lei que pudesse organizar essa ação do Ministério – uma ação, sem dúvida nenhuma, positiva, uma ação que eu sei que não é deste Governo, é de muitos governos, uma ação que é inédita no mundo. Como ex-Secretário de Educação do meu Estado, posso dizer que não faço nenhum reparo ao programa em si; ele deve continuar, ele bom, é necessário. E eu acho que já faz parte da cultura brasileira, cultura do serviço público brasileiro e do próprio Ministério mantê-lo e desenvolvê-lo ainda mais.

Por isso, na ocasião, eu apresentei, aqui no Senado, o Projeto de Lei nº 415, que tem oito artigos e, portanto, fala apenas do programa em si, não entra em minúcias, não entra em detalhes, foi aprovado por unanimidade nesta Comissão, em caráter terminativo, em dezembro, e está na Câmara dos Deputados; o relator é o Deputado Alex Canziani, e a ele foi apensado um projeto de lei da Deputada Sandra Rosado, que é um projeto minucioso. Ele vai a vinte e tantos artigos, inclusive dando competências administrativas a órgãos do Ministério – coisa que não é adequado nem cabível do ponto de vista constitucional.

Queria saber se V. Exa. conhece o projeto e conhece o trâmite desse projeto de lei e, se conhece, naturalmente, pode se informar a respeito, e eu queria saber se V. Exa. apoia a aprovação desse projeto e se pode contribuir para que efetivamente ele tramite e transforme o programa num fato legal, que esteja coberto por toda a legislação e que não possa sofrer, por isso mesmo, no futuro, novos problemas. Aliás, a própria manifestação da Senadora Kátia Abreu e outras que a gente ouve são exatamente pelas inseguranças e dúvidas que gera o programa, já que ele é apenas um programa que está sustentado e baseado em decisões administrativas e não propriamente em uma legislação e em uma pauta estabelecida em lei.

Eu apenas queria informar V. Exa. da existência do projeto e, naturalmente, pedir que V. Exa. contribua para que ele chegue ao final e seja finalmente aprovado e adotado, porque ele não fere, de maneira alguma, nenhuma diretriz, nenhuma iniciativa, nenhuma ação que o Ministério tenha desenvolvido até agora dentro do que se convenciona como adequado e útil para o ensino brasileiro e da nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Temos inscritos ainda.

Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Benedito de Lira e Senadora Ana Rita.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Roberto Requião, Ministro Aloizio Mercadante, eu vou direto a uma pergunta: nós estamos debatendo, aqui no Congresso, há mais de duas décadas, a política de cotas para pobres, negros e índios. A desculpa que sempre foi dada é que, enquanto o Supremo não dissesse se é constitucional ou não, não daria para votar.

Enfim, o Supremo decidiu, por unanimidade, que as cotas são constitucionais. Mediante isso, nós aprovamos já na CCJ, na Comissão de Direitos Humanos, o PL 180. O meu querido Presidente Roberto Requião me indicou como relator nesta Comissão em plenário. E essa matéria será votada hoje à tarde: 50% das vagas nas federais e nas escolas técnicas seriam para alunos oriundos das escolas públicas, deixando bem claro que 25% se dará o corte étnico-racial. Os outros 25% serão o corte social.

Ministro, quando aprovamos aqui o próprio Estatuto da Igualdade Racial, pediram-me que não colocasse ali e que no PL 180 nós aprovaríamos. Mediante os fatos, eu gostaria muito de ouvir a posição de V. Exa., sei que V. Exa. é sensível, e muito, a esse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente Roberto Requião.

Ministro Aloizio Mercadante, é um prazer tê-lo na Casa outra vez.

Tenho duas perguntas rápidas: como o senhor avalia em que termos pedagógicos seja justificável o modelo atual de renovação dos livros didáticos a cada três anos? Essa periodicidade não cria dificuldades para que os alunos utilizem a mesma coleção de obras, além de aumentar o custo do programa?

Não seria recomendável ampliar isso para cinco anos?

Eu lembro que, no passado, era mais até do que cinco anos. Isso era...Eu acho que não há uma mudança tão drástica para que se justifique isso.

E a outra, Ministro, é em relação aos 10% do PIB no investimento na educação. O senhor já se posicionou. Hoje nós deveríamos estar investindo 7,5% e estamos ainda com 5,1%.

Fiz parte, no ano passado, da Comissão Mista de Orçamento – fui relator da educação e, para surpresa, extremamente baixos os nossos recursos. Quando o senhor diz – concordo – que não temos espaço para a criação de impostos, quero lembrar que, quando nós acabamos com a CPMF, nós já arrecadamos hoje duas vezes o que se arrecadaria com a CPMF, e nem por causa disso temos um sistema de saúde, ainda, chegando perto do bom.

Na educação, se não me engano, o primeiro ministro chinês esteve aqui e disse como fizeram a revolução na educação na China: investindo, com investimento maciço. Não vejo outra maneira. Acho que temos, sim, chance de relocar esses recursos, mas parece-me que o Governo não está dando a devida prioridade ao ponto básico e crucial nosso: educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, o assunto que eu ia tratar já foi abordado aqui pela Senadora Ana Amélia, a respeito exatamente desse movimento grevista que tem atingido mais de 50 universidades federais do País. Eu sei perfeitamente das dificuldades, mas gostaria de saber de S. Exª, Ministro, quais são as ações desenvolvidas pelo Governo para que possamos dar um basta nesse crescendo de greves, no ensino superior especialmente.

Em segundo lugar, Ministro, queria aproveitar essa oportunidade para agradecer a V. Exª e ao secretário da sua equipe, Dr. Messias, que, no processo em que o senhor determinou celeridade, a migração dos cursos de nível superior do Centro de Estudos Superiores de Maceió, já foi concluído naquela secretaria. Aproveito este momento para agradecer a V. Exª, uma vez que já tivemos duas oportunidades de conversar, e é muito bom quando a gente vai pedir, mas também é bom agradecer. E quero fazer este registro aqui na Comissão de Educação.

Sei perfeitamente que V. Exª está tocando o Ministério da Educação com muita responsabilidade e cobrando de todos a eficiência para dar as respostas que a sociedade brasileira cobra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inscritos ainda Senadora Ana Rita, Angela Portela, Aníbal Diniz e o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Ministro, rapidamente, gostaria que o senhor pudesse fazer uma exposição sobre os principais programas que o Ministério vem desenvolvendo, em particular o Pró-Infância, o Mais Educação, quadras esportivas, creches, transporte escolar, ampliação do curso de Medicina, Pronatec, mas eu gostaria que o senhor se detivesse também no Pronacampo e Escola em Tempo Integral. Eu gostaria que o senhor se pronunciasse um pouco mais sobre isso, considerando que alguns Municípios do interior do Estado estão fechando algumas escolas mais distantes e tentando aglutiná-las por causa do tempo integral.

Gostaria de saber se isso é uma orientação do Ministério.

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Aloizio Mercadante, eu gostaria que o senhor fizesse uma breve exposição a respeito do plano de expansão de creches no País, visando o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação, que é universalizar o atendimento às crianças de 4 a 5 anos até 2016, e atender 50% da demanda de crianças de zero a três anos em creches.

O outro programa sobre o qual eu gostaria que o senhor falasse um pouco aqui para nós é o Brasil Carinhoso. Nós fizemos a aprovação do relatório da medida provisória que cria o Brasil Carinhoso, a Medida Provisória nº 570, de que sou relatora-revisora, um programa que combate a extrema pobreza nas famílias que têm crianças de zero a seis anos. Gostaria que o senhor fizesse uma exposição aqui sobre esse programa de extrema importância para as famílias mais carentes do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, Sr. Ministro Mercadante, primeiro, de associar-me à Senadora Angela Portela, para que pudéssemos aprofundar a respeito do programa Brasil Carinhoso, tendo em vista a preocupação central posta, que é a atenção às crianças até seis anos, que constitui a base central para determinar o sucesso dessa criança durante toda a vida.

Então, gostaria de ouvir esses programas estratégicos, principalmente o Brasil Carinhoso. Também, gostaria pudesse mencionar como está o Ciência Sem Fronteiras e a outra ação importantíssima para nós do Norte, que foi a ampliação das vagas de Medicina para o Norte e Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu queria colocar duas questões muito rapidamente. A primeira é ouvir o Ministro sobre a necessidade de adoção do chamado cadastro do currículo básico nacional. Qual é a opinião do Ministro, tendo em vista que os países que se têm desenvolvido mais nessa área têm promovido revisões e atualizações dos seus currículos. Portanto, há de se aprender com essa experiência, e creio que a adoção do currículo básico nacional pode ser um caminho para o País.

O outro tema é o Pronatec. Qual é a avaliação que o Ministro faz do andamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico. Como anda o programa?

Eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A última intervenção desta preliminar que orientará o Ministro na sua exposição será feita pelo Senador Cristovam Buarque.

Senador, nós acordamos que essas intervenções iniciais dariam a orientação para a exposição do Ministro e estabelecemos que daríamos um minuto para cada intervenção, prorrogável por mais um e, provavelmente, depois da exposição, podemos reabrir esse diálogo.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, fico em dúvida sobre a pergunta, porque gosto de me ater, primeiro, à razão da convocação, que era o livro didático. Segundo, eu me lembro de quando o Ministro Mercadante veio uma vez aqui, e começaram a fazer perguntas sobre problemas conjunturais. Eu protestei achando que nós deveríamos concentrar as perguntas em questões mais permanentes e estruturais.

Entretanto, eu me sinto na contingência de fazer, primeiro, uma pergunta sobre o PNE – Plano Nacional de Educação. Mas faço a pergunta dando uma pequena posição: eu acho que o PNE tem dois erros graves. Primeiro, criar o ícone dos 10%, quando deveríamos saber quanto vai custar. E o plano não tem uma planilha que indique como chegaram a esses R$425 bilhões. Esse número eu estou dizendo, porque lá só está escrito 10%. Eu é que estou fazendo o cálculo. Não tem planilha alguma.

Segundo, é um plano só de intenções. Não tem metas instrumentais. Eu gostaria de saber se o Ministério vai insistir na aprovação como está ou vai permitir um debate mais amplo, para que a gente mude tudo isso, inclusive essa ideia da percentagem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Segundo, lamento – sei que o tempo é curto –, mas quero tocar neste assunto conjuntural da greve. Eu creio que – ontem eu falei – um país que tem 60 dias de greve de universidade é um país que não entrou ainda no séc. XXI, embora estejamos vivendo greves iguais no Canadá e eu acho que na França. E, pelo menos no Canadá, já está mais longa do que a nossa.

Eu quero saber, Ministro, o que nós, desta Comissão, podemos fazer para ajudar a resolver o impasse, se é que podemos.

E, segundo, dizer que talvez uma greve como esta seja o momento de o Governo abrir-se para atender, mas exigir mudanças da universidade. Colocar mais dinheiro sem algumas mudanças na estrutura, no funcionamento, é colocar dinheiro sem aumentar a eficiência da universidade, o papel dela.

Eu creio que, daqui para frente, precisávamos transformar essas greves trágicas em algo positivo, e algo positivo é uma negociação em que se diga o que a universidade vai dar ao País também. E não só o que o País, através do Governo, vai dar para os professores.

E quero saber em que podemos ajudar, obviamente, sob a liderança do nosso Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Que seja essa a última manifestação do Plenário. Esta é uma reunião da Comissão de Educação. A presença de vocês aqui é bem-vinda, mas eu não admitirei outra manifestação.

Como vocês viram, eu acho que esse novo formato que demos à audiência do Ministro está sendo bem-sucedido. Nós orientamos a exposição do Ministro com as indagações que seriam feitas pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Nós podemos, se necessário, continuar com o diálogo posteriormente à exposição.

Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro, eu queria agradecer. Eu acho que esse formato também permite mais objetividade. Espero que a gente consiga explorar todas as questões que são muito relevantes. Peço desculpas pelo meu breve atraso, mas eu estava numa reunião na Presidência. Informamos ao Senador Requião. É sempre um prazer voltar a esta Casa e acompanhar uma reflexão tão qualificada como essa que nós recebemos

Eu vou começar pelo tema do livro didático, que foi a primeira menção. Alguns Senadores mencionaram – a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Ana, o Senador Paulo Bauer. Então, vamos iniciar por isso.

Aquilo ali é um pouco o fluxograma do Programa Nacional do Livro Didático. O MEC estabelece o programa, a Secretaria de Ensino Básico coordena todo o processo, recebe a avaliação e os recursos interpostos

pelas editoras e elabora o Guia do Plano Nacional do Livro Didático. Então, como é que funciona?

O edital fixa prazos, diretrizes e normas, qual é a legislação que sustenta o edital, quais são os procedimentos gerais, os critérios de avaliação e as disposições gerais.

O IPT faz o recebimento e verificação dos documentos e dos volumes das obras inscritas, a verificação das especificações técnicas das obras e sempre descaracterizada, ou seja, não recebe o nome de editora nem do autor. Ele recebe como é que a obra será publicada para verificar se, tecnicamente, ela está dentro das exigências estabelecidas no edital.

Faço o primeiro comentário sobre o problema de importação de livros. A estimativa que o MEC tem é da ordem de 3% a 5%. Nós não importamos livros. As editoras que vencem o concurso, às vezes, imprimem parte da sua edição fora do Brasil.

Como é que nós estamos buscar evitar isso e estimular o poder de compra do Brasil para fortalecer o emprego e a nossa indústria gráfica, que eu acho que é um objetivo estratégico? Exatamente através da certificação do IPT. O IPT, ao certificar, vai certificar também o papel utilizado. E, hoje, nós estamos certificando desde o momento da impressão. Portanto, o MEC passa a ter um controle, assegurando que, de fato, o papel utilizado para impressão seja feito nas gráficas brasileiras. Então, esse é um problema que acho que está equacionado. A partir deste ano, teremos uma boa resposta em relação a esse tema.

Aproveito também para mencionar que não tem nenhuma procedência esta afirmação de que os livros didáticos saem mais caro que no setor privado. O preço médio do livro didático no Brasil é R$6,00. Ao contrário, exatamente pela escala, pela economicidade, por ser uma licitação extremamente concorrida, seja das editoras, seja das gráficas, o preço é muito inferior ao preço praticado em outros níveis.

Como é feita a avaliação? Foi perguntado às equipes. As equipes são sempre formadas pelas universidades públicas, que têm profissionais altamente qualificados e pesquisadores da área, com competência e currículo para dar os respectivos pareceres. É uma rede de universidades, sempre coordenada pela universidade que tem melhor excelência na área, seja Matemática, seja Ciências, seja Português, enfim, o critério é esse. Então, tem uma equipe de coordenação, um coordenador institucional e dois avaliadores pareceristas, que são avaliadores independentes. Eles dão pareceres sem um saber que o outro está dando. Depois, o coordenador faz uma compatibilização dos pareceres, há o direito, ao recurso. Se houver recurso, vai para uma banca de três doutores. Em geral são todos doutores, que não participaram da primeira fase, para dar o parecer terminativo. Então, esse é o modelo de avaliação que nós temos.

Como é feita a escolha? Depois que os livros são selecionados, eles vão para o Guia do Livro Didático. Para cada coleção, tem o sumário da publicação, as especificações. Isso é distribuído para todos os professores da rede, que vão fazer a escolha por escola. Portanto, é absolutamente democrático o procedimento de escola.

O que é que o Brasil evitou? Evitou o dirigismo estatal. Evitou que o MEC impusesse uma Lina editorial ideológica ou teórica à Rede. Com esse mecanismo aberto e democrático de licitação, nós expressamos a pluralidade e a riqueza do debate cultural, do debate teórico, do debate político que deve existir em cada disciplina. Então, nós não repetimos erros de outros países. Por isso o padrão do Brasil é reconhecidamente avançado e, desse ponto de vista, essencial. Quer dizer, respeitar a diversidade das ideias, a universalidade das ideias, a pluralidade do debate teórico no campo da formação docente. A escolha, portanto, é totalmente livre.

Com esse mecanismo – nós temos 200 mil escolas –, você também impede que as escolas façam *lobby* ou *marketing* direto para tentar impor as suas publicações. Isso é vedado e a escolha dos professores e da rede é absolutamente livre.

Ali, na parte das universidades, cada coleção é descaracterizada. Editora e autor. O avaliador não sabe qual é o autor e a editora. É feita a avaliação individualmente e os recursos, como eu disse, depois vão para uma banca.

Próximo.

Nós publicamos em torno de 162 milhões de livros didáticos, entre livros, reposições e acervos para a biblioteca. No edital de 2013, foram 52 milhões de novos livros. Essa publicação é para os três anos do ensino fundamental e é renovada a cada dois anos, porque para essa faixa etária, que é a faixa do aprendizado da leitura – é uma grande prioridade do MEC, falarei disso depois –, o livro é de consumo individual. O aluno fica com o livro. Ele leva o livro para casa e o livro lhe pertence, para que ele estimule a leitura, para que ele faça o exercício das primeiras contas, para que ele se aprofunde na bibliografia.

Nas outras fases do aprendizado, o livro é da escola. Nessa faixa, o livro é próprio do aluno. O livro, portanto, fica com o estudante. E são coleções. Por que coleções? Exatamente para que, nessa faixa de seis, sete anos, ele tenha continuidade didática, que ele tenha um conteúdo estruturado e que ele possa aprender.

Quais foram os dados gerais? Tivemos 368 propostas; excluídas, 111; condicionadas à correção e aprovadas, 132. Essa é uma novidade do último edital. No próprio edital, estão definidos quais são os erros que podem ser corrigidos. São erros de formalidade, erros de digitação. Erros de conteúdo inviabilizam a obra e ela é excluída do processo.

Quantas foram selecionadas? 257. Portanto, em torno de 70% das obras são selecionadas; condicionadas à correção, em torno de 35.9%; excluídas, 30%.

De 368 obras, tivemos trinta recursos. Um foi deferido, 29 foram indeferidos. Portanto, menos de 10% de recursos, em torno de 7%, 8% de recursos, e apenas um foi deferido, quando recorre à banca que faz a análise final do texto.

Por que há rigor na avaliação? Para impedir episódios que nós conhecemos na história recente do País. Nós já tivemos, por exemplo, o mapa com dois países. Evidente que era um erro – o estrago do ponto de vista da imagem foi muito grande – e não era nem do MEC aquela publicação. Já tivemos erros não de livros didáticos, mas de material didático – portanto, não faz parte desse universo–, erros, por exemplo, em uma pequena operação aritmética e, também, um questionamento público absolutamente rigoroso. Então, os avaliadores são muito rigorosos, do ponto de vista da avaliação, especialmente naquilo que se refere a conteúdo.

Por que há editais recorrentes? Porque se pressupõe que a ciência está sempre evoluindo, que você tem novas possibilidades, mais pesquisa, você está sempre aprimorando o processo de produção do conhecimento. Por isso você não fica com a mesma obra vinte, trinta anos. Há uma alternância para permitir que a evolução do conhecimento, a pesquisa, cada vez mais veloz, com Internet, com integração do conhecimento, com a melhora da qualidade do ensino, possa ser expressa na produção do livro didático.

Apesar de dito tudo isso, eu tenho grande interesse no esforço que a Comissão está fazendo. Seria muito oportuno, Senador, que fossem organizadas essas recomendações por parte da Comissão, ou uma subcomissão, como o Presidente achar que é o melhor caminho, para que possamos aprimorar. O nosso objetivo é aprimorar, é dar a maior transparência possível, maior eficiência possível ao sistema. Todas as recomendações serão analisadas com muita atenção e poderemos voltar depois para verificar o que podemos aprender.

Agora, essa é uma síntese de uma história longa em que esse programa vem sendo aperfeiçoado. Não tivemos em todo esse processo até agora nenhum tipo de recurso na Justiça – todos foram esgotados na esfera administrativa –, mas tem uma dificuldade, que é o prazo, por quê?

Imaginem o que é rodar 52 milhões de livros, na realidade 162 milhões de livros. Tudo isso tem um prazo definido, porque as gráficas não dão conta de imprimir. Então, o prazo é uma condição essencial. Não podemos ter um edital que não tenha um ritmo de produção que assegure, na ponta, que o aluno receberá o livro, porque, se os recursos ou os obstáculos que surgirem impedirem esse ritmo de processo de produção, teremos dificuldades sistêmicas e, portanto, não poderemos permitir, não há viabilidade. Então, de qualquer forma, estamos dispostos a aprimorar todas as sugestões.

A Senadora Kátia falou de algumas sugestões que me parecem muito interessante aprofundar, por exemplo, se, em vez de 3 anos, prorrogarmos para 4 ou 5 anos as coleções, podemos estudar essa possibilidade. Vamos fazer audiência pública – o que é uma inovação para o próximo edital –, assim que for lançado o edital, para que todos possam comentar, sugerir e aprimorar com toda transparência possível no processo.

Quanto à divulgação dos avaliadores, em geral, os avaliadores não são divulgados em nenhuma instância. Por exemplo, não se sabe quem é o avaliador de um projeto de pesquisa, quando se encaminha um projeto do CNPq à Capes, por quê? Em geral, na mesma área, são pessoas que se conhecem, são profissionais que têm relação pessoal. É para ter impessoalidade. Essa é uma condição preservada aqui e no mundo inteiro. Em quase todos os países essa condição, essa regra é preservada. De qualquer forma, estamos abertos e é importante ouvir a comunidade científica, a Academia Brasileira de Ciências, SBPC, e outras instituições sobre a modelagem de avaliação.

Em relação às greves. Quando cheguei ao Ministério, havia um acordo com os professores universitários docentes, de agosto do ano passado, baseado em três pontos: um reajuste de 4% nos salários neste ano, a partir de março; a incorporação das gratificações, a partir de março; e apresentação de uma proposta de reestruturação da carreira docente, a partir de março.

Tivemos o primeiro problema quando o negociador do Governo, Dr. Duvanier, faleceu, e é um cargo incrível, porque nenhum partido disputa. Não há disputa. Não é fácil encontrar alguém que se disponha a receber um DAS-5 e a ser um negociador nas condições em que ele enfrenta para negociar a carreira. Por sinal, como os senhores sabem, o Dr. Duvanier morreu de enfarte, numa madrugada. É negro e foi precariamente atendido na rede de saúde, que ele tanto ajudou nos acordos que fez ao longo de sua história. De qualquer forma, tivemos problemas para escolher um

negociador que tivesse experiência. Sérgio Mendonça foi diretor do Dieese, tem uma longa experiência sindical e, portanto, vivência e acúmulo nessa função extremamente complexa.

Segundo problema. Havia dois projetos de lei. Um deles cria cargos, porque para expansão das universidades precisamos de autorização do Legislativo para criar cargos. Esse projeto ficou quase um ano parado na Câmara dos Deputados. Empenhei-me pessoalmente muito fortemente para que a criação de cargos fosse aprovada na Câmara e quero agradecer publicamente aqui, especialmente, ao Senador Requião e a esta Comissão, que, no prazo de praticamente de uma semana, aprovou a matéria, e à Comissão de Constituição e Justiça, do Senador Eunício, que também, no prazo de praticamente uma semana, aprovou. O Senado teve muita parceria e sabe da importância de se ter direito ao concurso. Como se pode ampliar, se não puder fazer concurso? E não podíamos fazer concurso. Então, a autorização foi dada há 15 dias. Agora, faremos os concursos públicos para ajustar na ampliação a qualidade do ensino.

Segunda questão: o projeto de lei que fazia o reajuste de 3% incorporava as gratificações. Foram colocadas 200 emendas no projeto, que não andava na Câmara. O tempo ia passando, o compromisso era março e falei com a Presidenta que o acordo precisava ser cumprido. A única chance que temos é medida provisória. Tudo que estava a meu alcance eu já tentei na Câmara, e o projeto não vai andar. A Presidenta editou uma medida provisória retroativa a março. Os docentes tiveram os 4% e incorporadas as gratificações. Na quinta-feira, conversei com o Proifes e com a Andes e disse que, na sexta-feira, a Presidenta assinaria a medida provisória, como assinou, e que, na segunda-feira, estaria publicada, dia 11 de maio. Esperava que com esse gesto ganhássemos o tempo que precisávamos para discutir a carreira, dado que demoramos para substituir o negociador, que era o Duvanier, pelo Sérgio Mendonça, que tinha que se sentar à mesa, recuperar uma memória, que não é simples, porque às vezes a negociação é de quem está lá vivendo, de todas as categorias do setor público. No entanto, a resposta que tivemos foi uma greve no dia seguinte. Eu disse que era uma greve precipitada. Uma greve em maio para quê, se tudo que dizia respeito a 2012 estava cumprido em relação aos docentes? Tudo estava cumprido, e estávamos negociando carreira para 2013. Para que uma greve em maio de 2012 se a carreira é para 2013 e o orçamento só vai para o Congresso em agosto? Havia um compromisso de negociação: a negociação seria feita até 31 de julho. Apesar disso, propusemos ao movimento docente uma trégua de 20 dias para sentarmos e concluirmos a negociação até final de junho, porque carreira é uma discussão complexa, e não estaríamos discutindo reajuste, mas uma concepção de carreira docente. Não se dispuseram a fazer a trégua. Mantiveram a greve e quem negocia não é o MEC, que nessa questão ajuda, contribui, busca viabilizar, mas a área econômica, basicamente o Ministério do Planejamento, e aí tivemos o impasse que perdurou até agora.

O Governo teve e tem compromisso de reestruturar a carreira docente. Se não tivéssemos tido esse processo, acho que já teríamos concluído essa negociação. Acho que mais dificultou, não acelerou, como disse que não aceleraria, e não alterou o calendário, como não poderia alterar. Por que não poderia alterar? Porque enfrentamos uma grave crise econômica internacional. Se olharmos para o resto do mundo, a economia mundial toda desacelera ou entra em recessão. Em países desenvolvidos na Europa, os trabalhadores estão negociando a redução de direitos, desemprego, corte de salários. Essa é a agenda de rebaixamento de direito dos trabalhadores, que não é a situação do Brasil. Estamos mantendo o nível de emprego, num esforço muito grande de fazer política anticíclica, que é desonerar impostos, acelerar compras públicas, acelerar investimentos e políticas sociais, por quê? Porque isso é que mantém o emprego para quem não tem estabilidade, para quem não é servidor público. O setor privado, o trabalhador só vai manter o emprego se o País crescer, e a responsabilidade primeira do Governo é manter o nível de emprego, porque a Ásia está desacelerando, os Estados Unidos não se recuperam e só podemos crescer para dentro. O que mantém a produção do Brasil é muito mais o mercado interno do que qualquer outra variável. Então, o Governo conseguiu ajustar a taxa de câmbio, reduziu fortemente a taxa de juros, fez uma política agressiva de compras públicas e precisa de tempo para saber qual o espaço fiscal que tem, como é que a crise internacional evoluirá, porque não está no controle do Governo, para saber qual é a possibilidade concreta, dentro do Orçamento, de contemplar as demandas, que hoje são de R$92 bilhões, do conjunto dos servidores. Entre os servidores, haverá prioridades, e a educação é uma prioridade e a carreira docente é uma prioridade. Portanto, haverá uma proposta do governo de reestruturação da carreira docente.

Qual é a concepção que o MEC defende para reestruturação dessa carreira? Valorizar titulação e valorizar dedicação exclusiva. A universidade que nós queremos é uma universidade em que o docente se dedique fundamentalmente à docência e que se valorize a titulação, especialmente o doutorado, Prof. Cris-

tovam. Essa é uma exigência fundamental da carreira. A prioridade do MEC não é o professor auxiliar, que só tem a graduação, que ganha 20 horas.

Também não é verdade – é só abrir os dados na internet – que um professor universitário ganha R$530,00, como foi dito várias vezes por dirigentes sindicais. Não é. O menor salário de um professor de 20 horas que só tem a graduação, e o debate relevante não é esse, porque só são 120 professores em 70 mil... São 120 em 70 mil, portanto, não é essa a discussão, e não são R$530,00, como foi dito. Todas as gratificações foram incorporadas. Um salário de dedicação exclusiva para quem só tem a graduação – são 221 professores – é de R$2.872,85. Para 20 horas, para quem só tem a graduação – são 180 professores –, R$1.597,92.

Então, qual é a prioridade do Governo? É dedicação exclusiva e titulação. É essa a universidade que nós precisamos construir. Gente que tem pesquisa, gente que pesquisou, que produziu, que se titulou e que vai ter um compromisso prioritário com a universidade.

Nós queremos melhorar o salário do professor titular, que termina a carreira com R$12 mil. Isso é uma sinalização de estímulo à carreira.

Nós queremos melhorar o salário dos doutores, que está em torno de R$7 mil, quando ele está no início do processo, porque são esses que vão fazer o futuro e a qualidade do ensino.

Portanto, essa é a proposta que o Executivo apresentará, e nós já poderíamos ter avançado muito se não tivesse tido esse impasse.

Eu considero que é muito importante que a gente estenda, também, algum tipo – e isso é uma negociação com a área econômica e não é uma negociação que está concluída e nem definida –, algum benefício para os técnicos administrativos, especialmente porque há um problema hoje.

Nos técnicos administrativos titulados, de melhor qualificação, e a qualificação do técnico administrativo não pode ser só a titulação... Por exemplo, se você tem um profissional excelente num laboratório, não é porque ele fez mestrado ou doutorado, é porque ele é excelente.

Então, tem de ter uma discussão de certificação e titulação, como é o caso de institutos federais. É a mesma carreira docente, mas não pode ter os mesmos critérios, porque quem forma, do ponto de vista técnico e profissional, tem de ter também o critério da certificação.

Então, nós precisamos... Especialmente esses profissionais, nós estamos perdendo nas universidades, porque o salário está abaixo do mercado.

Não vale para todos os níveis, mas vale para esse nível. Vale para esse nível.

Então, esse é um tema. Não há, ainda, um compromisso da área econômica.

Eu diria que, para os docentes universitários, há um compromisso, compromisso que foi formalizado e que será totalmente assegurado.

O MEC lutará para que a gente consiga, também, garantir um benefício para o conjunto dos servidores, sabendo que a prioridade, hoje, é a reestruturação de carreira docente nessa negociação, dadas as severas restrições fiscais que nós estamos enfrentando.

Em relação à proposta do Senador Paulo Bauer, de uma lei para o plano nacional de livro didático, nós vamos a estudar a Lei 415 com profundidade, convidar V. Exª para uma discussão, acompanhar o projeto que foi anexado no Senado e, também, aguardar o trabalho da Comissão. Pelo que eu vi, há vários Senadores interessados em aprimorar essa legislação e a contribuição pode ser enriquecedora, mas, de qualquer forma, nós vamos aprofundar e estamos totalmente abertos a tudo que venha no sentido de dar mais transparência, mais eficiência, mais segurança ao Programa Nacional do Livro Didático, que é indispensável para a qualidade de ensino no País.

Em relação ao Senador Paim, a demanda de cotas, que deverá ser votada hoje, foi uma iniciativa do Executivo, prevê 50% das vagas em até quatro anos para as universidades públicas, estudantes de origem das escolas públicas, com critério de renda e o critério de raça indígena ou afrodescendentes.

É uma decisão que cabe, agora, ao Plenário do Senado Federal. Nós estamos acompanhando atentamente e vem reforçar essa visão de políticas de inclusão social.

Em relação aos 10% do PNL, que foi apresentado pelo Senador Cyro Miranda, eu tenho um defeito... Vários, e um deles é ser Ministro da Economia tendo estudado Economia, porque, às vezes, a gente começa muito cedo na vida pública e o pessoal não vai à aula de Matemática, mas quem fez Economia trabalha com os grandes agregados, um pouco o cálculo que foi feito, aqui, pelo Senador Cristovam.

A discussão não é se eu sou cinco, ou sete, ou dez. É o que isso representa em valores na sociedade. Quando eu falo em 10% do PIB, eu estou falando em R$425 bilhões.

Primeiro, o MEC está muito confortável nesse debate, porque nós estamos discutindo aumento de recursos para a Educação.

Segundo, o País precisa aumentar os recursos para a Educação, porque não basta definir metas estratégicas, e todo mundo reconhece que a Educação

é o desafio mais estratégico deste País – Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós precisamos aumentar os recursos para a Educação.

Agora, o que o Congresso precisa claramente definir é quais são as fontes, principalmente recursos. Porque dizer o seguinte: "Nós vamos passar de 5% do PIB para 10% do PIB", *grosso modo*, representa o quê? Dobrar os recursos.

Então, se nós estamos falando de R$200 bilhões a mais – é mais ou menos $200 bilhões, um pouco mais R$210, R$212 bilhões a mais, vamos deixar na casa dos R$200 –, nós estamos falando de cinco CPMFs. Cinco. De quatro a cinco CPMFs. O Congresso vai criar quatro a cinco CPMFs para financiar o sistema nacionalmente ou vai criar um imposto para financiar parte dos recursos federais e os Estados e Municípios vão aumentar o ISS, o ICMS, o IPTU, ITR? Há espaço para aumentar a carga tributária significativamente no Brasil nessa conjuntura econômica que nós estamos enfrentando? Eu, particularmente, acho que não há. Por quê? Porque nós temos um problema de competitividade, nós temos um problema de eficiência, nós temos um problema de rebaixamento de custos no mundo inteiro, de uma concorrência predatória com países que têm a sua economia toda voltada para fora e hoje não tem onde caminhar. Então, se não é aumento de carga, significa aumentar a participação dentro do orçamento.

O que nós estamos discutindo? O prefeito, hoje, tem de gastar 25% do orçamento em educação. Se ele tem de dobrar, se *ceteris paribus*, ou seja, de 10 anos após nos trouxéssemos para hoje e o Congresso tivesse de decidir, o prefeito tem de passar de 25 para 50% do orçamento para educação. É isso que está sendo decidido. O Governo do Estado tem de passar de 25 para 50% da educação e a União tem de colocar um MEC dentro MEC. Tem de achar R$85 bilhões e colocar dentro do orçamento do MEC. Esta é a decisão que vocês estão tomando.

O MEC, vou repetir, está confortável. Porque se trata de mais recursos e nós queremos mais recursos na educação.

Agora, o que eu acho que seja a discussão mais verdadeira? E aí sim a discussão pega e é está que resolve, me digam qual é a fonte. Por exemplo, por que não se estabelece a vinculação dos *royalties* do petróleo com a educação em todos os níveis – prefeito, Governo de Estado e Governo Federal? Porque aí é para valer! Se os royalties vão para educação, nós vamos ter mais recursos na próxima década. Menos do que definir um valor no papel e depois dizer, e mais: como o PNE prevê uma lei de responsabilidade do gestor, depois o gestor vai ser cobrado de ter cumprido aquela meta. E quais são os instrumentos para ele cumprir essas metas? Um prefeito vai fazer o quê? Ele vai tirar dinheiro da saúde? O governador vai tirar dinheiro da segurança, da saúde, do transporte público para financiar? Como? Nessa escala que nós debatendo.

Volto a insistir: eu não sou mais Senador. Como Ministro da Educação, quanto mais recursos tiver para a educação tanto melhor pra o futuro do Brasil, eu acredito nisso, e do Ministério precisa de mais recursos, mas o que nós precisamos debater mesmo são quais as fontes de financiamento. Porque senão não é para valer. Agora, se tiver fonte de financiamento é para valer. E para ter fonte de financiamento tem de abrir o debate: ou que despesa vai cortar, ou que investimento vai fazer. Há um argumento que é o seguinte: "Não resolve isso para a taxa de juros". Não, por favor! A taxa de juros não é uma variável que a gente possa controlar em um período de 10 anos. Se a inflação for baixa você pode reduzir, se sua dívida pública cai, você pode reduzir, como o Brasil está reduzindo significativamente. O nosso *spread* internacional é menor do que a Itália e Espanha, coisa que nós nunca imaginávamos que seria. Estamos pagando 6%, 7% de taxa de juros para rolar a sua divida, nós pagamos 1%, 1,5% lá fora. E a nossa taxa vem caindo. VOCÊ tira a inflação, nós estamos com 8,5% – amanhã tem reunião do Copom -, enfim, com essa trajetória de queda que nós estamos a nossa taxa de juros está chegando em um nível de 2,5% a 3% do real, que é um nível que gera eficiência macroeconômica, mas é um cenário especifico. A inflação do mês passado foi 0,05. Eu não sei qual será a do ano que vem ou daqui a dois. três anos. E o Banco central, como tem de cumprir uma meta de inflação, ele vai aumentar os juros se a inflação tiver um choque externo, tiver uma pressão de demanda, porque é uma variável de regulação.

Então, você não resolve isso de forma simplificada; tem de ter uma fonte de financiamento segura.

Eu espero que o Senado abra esse debate e defina qual é a fonte de financiamento. Eu acho que os *royalties* são a coisa mais promissora para o futuro deste País. Primeiro porque é uma riqueza não renovável. Não haverá petróleo para as futuras gerações. Que Brasil nós vamos deixar pós-petróleo pós-pré-sal que mude a matriz energética e que dê competitividade? É uma economia do conhecimento. É uma economia da ciência e da tecnologia. É uma economia da inovação. Por isso usar essa riqueza, que nós estamos antecipando das futuras gerações e que as anteriores não tiveram, para criar o Brasil do século XXI, e o Brasil do século XXI tem de ter como eixo estruturante educação, ciência, tecnologia e inovação.

Então, essa é a visão sincera do nosso Ministério, ou a nossa visão desse problema. Portanto, nós queremos mais verba. Estamos confortáveis com 10%, mas realmente esperamos que o Senado defina qual a fonte de financiamento, porque é isso que vai assegurar recursos reais. Esse é o grande desafio.

Senador Benedito, eu agradeço muito o comentário do setor, em todo o processo de reconhecimento, de avaliação. Nós estamos buscando modernizar ao máximo essa estrutura. Vou falar rapidamente sobre isso. Aí, vou entrar um pouco...

A Senadora Ana Rita pediu para fazer uma avaliação de vários programas. Eu vou muito rapidamente tocar neles.

Toca para mim, para frente.

Olha, primeiro sobre as creches. Vocês vejam que nós tínhamos, em 2000, 9,4% das creches... Das crianças de zero a três anos – o primeiro gráfico à esquerda, em cima – estavam na creche; hoje são 23,6%. Só que dos 20% mais pobres são somente 2,2%.

Quando olhamos aquela linha da pobreza, vemos que quanto mais jovem, mais pobre. Bolsa Família, benefícios da Previdência foram erradicando a pobreza ou diminuindo a população exposta abaixo da linha da pobreza. No entanto, a população infantil, não.

Qual foi a decisão do Governo? A Presidenta mudou o Bolsa Família. Toda família que tenha criança até sete anos recebe um aumento de recursos, pelo Ministério do Desenvolvimento. Nós aumentamos em 66,7% o valor da alimentação e tivemos um acréscimo de 50%, no Fundeb, para crianças de zero a três anos, quando a família está no Bolsa Família.

Então, é estimular o prefeito a buscar as crianças mais pobres e colocar na creche. Por quê? Porque a formação não cognitiva da criança se dá exatamente nessa faixa etária. Quer dizer: estabilidade emocional, disciplina para o trabalho, trabalho coletivo. Todos esses valores são formados nessa faixa etária de zero a três anos, quando a criança está descobrindo os sentimentos e todos os sentimentos da vida. A lógica e a racionalidade, a abstração ela vai desenvolver ao longo da vida escolar, mas se não tiver aquelas habilidades, terá dificuldade na vida escolar e profissional. Então, se há estudos científicos que mostram isso, nós estamos priorizando as creches. E estamos construindo 5.562 creches.

Põe no painel da creche para mim, só pra mostrar como nós acompanhamos.

Aí estão as creches. Nós estamos construindo 5.556. Ali em cima, no primeiro gráfico, vistoria. Quando o prefeito não informou a cada 45 dias, ele recebe uma mensagem no celular. Começa às 10 horas da manhã, depois às 9, às 8, às 7; e todo dia às 7 horas ele recebe uma mensagem dizendo: "Você não prestou contas". Quando ele entra no amarelo, que é de 45 a 60 dias ou mais de 60 dias, aí ele começa a ter problema de repasse.

Então, nós estamos fiscalizando todas as obras. Concluídas estão lá: 520. Em execução: 411. Mais de 80%. De 0% a 80%: 1.762. Paralisadas: 136. Em licitação: 485. Então, nós estamos construindo. Ali do lado tem as fotos todas de cada creche, de como ela está.

Abre uma qualquer para a gente ver. Passa para ver a creche, rapidamente. Então, são creches de excelente qualidade, só para vocês terem uma ideia básica.

Podemos ir embora. Vamos tocar, porque temos muita coisa.

Então, esse é um programa que eu acho que realmente vai fazer a diferença. E fará a diferença para outro programa que é a prioridade do Ministério para este ano. Nós vamos lançá-lo no início do semestre letivo, que é o projeto de como vamos melhorar o ensino fundamental e o Ideb. Nós aumentamos o acesso, estamos melhorando o Ideb e estamos lançando um grande pacto pela alfabetização na idade certa.

O próximo.

Qual é a situação hoje? Por exemplo, no Paraná – quero aqui mais uma vez parabenizar o Senador Requião – apenas 4,9% das crianças não aprendem a ler e escrever com oito anos de idade. Em Santa Catarina: 5,1%.

Quando vamos para o Nordeste, a média é de 28%. Parabéns, Senador Paulo, que foi Secretário ainda.

Então, quando vamos para o Nordeste é 28%. Alagoas: 35%. Maranhão: 34%. Pará: 32%.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro, só uma observação. Se o Paraná fosse perder para Santa Catarina, iria ganhar de quem?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Então, há um quadro dramático nas regiões Norte e Nordeste.

Nós estamos fazendo um projeto. A média, no Brasil, é de que 15% das crianças não aprendem a ler e escrever, pelos indicadores que nós temos hoje. Então, é um programa em que vamos formar 315 mil formadores alfabetizadores no País. Vamos dar uma bolsa de estudos, uma ajuda de custo para eles. Então, vamos fazer a formação material, avaliação, mobilização, comunicação, gestão. Estamos fazendo um programa bem integrado.

Vamos fazer avaliação externa, que é a Provinha Brasil, para sete anos de idade, para ver se estão aprendendo a ler a e escrever, e depois para oito anos de idade, uma avaliação final.

Vamos desenvolver tecnologias educacionais digitais, para ajudar os professores.

Todo esse material didático está sendo bem encaminhado.

Estamos fazendo uma parceria com todos os Secretários de Educação do Brasil, suprapartidária, unificada, com todos os Municípios. Vou até dizer uma coisa aqui que eu acho que vai ser muito interessante historicamente: vocês vão ver que pegamos as personalidades mais polarizadas da vida pública que estão defendendo o programa na comunicação, na televisão. Então, vamos mostrar que é um pacto para valer, para, realmente, o Brasil focar na alfabetização, porque, se a criança aprender ler, escrever e as primeiras contas até 8 anos, ela tem futuro na vida escolar. Se não resolver isso, nós vamos ver os indicadores cada vez mais comprometidos. Não há outra solução para revertermos esse quadro. Então, é a prioridade das prioridades do MEC. A creche, a pré-escola é para fazer esse programa. Estamos mobilizando todas as universidades que têm acúmulo nessa área. Vamos dar uma bolsa de ajuda de custo para 315 mil professores fazerem, todo sábado, uma avaliação e um processo de formação. Vamos certificá-los, vamos acompanhar, vamos monitorar. Temos todo o interesse em transformar isso numa grande prioridade nacional.

Aí é uma coisa que eu falo e que falei com o pessoal dos sindicatos docentes que precisam entender esta questão – e os funcionários das universidades também. Há dez anos, 80% do orçamento do MEC eram universidades e hoje é a metade. Agora, quando fazem uma proposta de folha de pagamento de R$27 bilhões, isso significa, no limite, tirar um quarto do orçamento. Como não posso tirar da universidade, porque estou dando para a universidade, eu tenho de tirar do ensino básico. Agora, eu nunca vi uma criança analfabeta ir ao MEC se manifestar para dizer: "Eu preciso aprender a ler e a escrever". Eu nunca vi e não vou ver. Não vou ver o pai dessas crianças. Agora, é muito mais fácil cedermos a algumas pressões imediatas e perdermos qual o sentido deste País. Se nós não resolvermos essas questões básicas, não vai ter distribuição de renda neste País, não tem chance de essas crianças competirem, não tem chance de elas saírem da situação de pobreza. Como o Senador Cristovam escreveu no seu livro sobre a revolução da educação, a desigualdade está no berço e o berço da desigualdade é a educação. É o único caminho para criarmos um país mais igualitário e mais oportunidade para as pessoas. Então, nós vamos lutar para melhorar, cada vez mais, as universidades, os institutos federais. Isso é fundamental, mas tem de se entender o que é sentar naquela cadeira e olhar o Brasil real em que vivemos. O Nordeste tem 27% da população e 13% do PIB. Como é que o Nordeste vai diminuir a assimetria? É via educação. Com esses indicadores, não adianta simplesmente transferir recursos do orçamento. O que vai mudar a história do Nordeste é formar uma geração que tenha todas as condições de disputar com o Sul maravilha a sua formação escolar. Esse é o compromisso do Ministério, essa é a nossa prioridade. Então, essa negociação tem de ter um sentido de Brasil, um sentido histórico, um sentido para aonde estamos indo. E, realmente, criarmos um diálogo que possa dar um salto de qualidade.

Próximo, por favor.

Ensino integral. Ainda não é uma educação integral, mas caminha em direção a isso: é o Mais Educação, porque nem toda escola pode ficar tempo integral, porque não tem escola para botar todas as crianças. Então, tem de se usar parcerias com clubes, com equipamentos, com outros instrumentos. A nossa meta era de 32 mil escolas em 2014 e já cumprimos neste ano. Já passamos da meta: 32.284 escolas em 3.454 Municípios que estão indo para o Mais Educação.

Tenho visto muitos governadores, Senador Cristovam, que sempre defendeu essa política também, fazendo projetos de escola integral de excelente qualidade. Excelente qualidade. Pernambuco é um exemplo. Eu vi o projeto de Tocantins. Vários, vários, vários. Manaus, Amazonas. Vários governadores avançando. Aí o professor é dedicação exclusiva, tempo integral, ele é educador 24 horas por dia. Aquela criança tem toda uma formação integral: técnico profissionalizante, cultural, cidadania, direitos humanos, ciências básicas, matemática, português. Então, esse é um programa para que olhamos com muito carinho também.

Próximo.

Esse é um tema que também está no PNE, que eu gostaria que a Comissão discutisse. Nós fizemos um esforço muito grande para ter uma visão republicana de como tratar a pessoa com deficiência, ou seja, nós não podemos fazer uma apartação na sociedade. Nós não podemos tratar a pessoa deficiente num gueto, no qual ela vai a uma escola só para pessoas com deficiência. É fundamental que ele se integre, primeiro, para que os outros possam ter o privilégio de conviver com alguém que tenha deficiência e aprenda a conviver e, depois, porque, quando eles convivem com pessoas que não têm as mesmas deficiências, eles têm um estímulo pedagógico para se desenvolver.

Então, o que aconteceu? Olha as matrículas. Em 1998, só 43 mil dos deficientes do Brasil estavam na rede pública. Hoje, são 558 mil. E as entidades perderam matrícula. O que o Viver Sem Limites fez? Fez o seguinte: a prioridade é colocar na escola pública, mas você tem direito à segunda matrícula e o Fundeb paga a segunda matrícula. Ou seja, não como alter-

nativa, mas como complementação. Por exemplo, uma criança surda tem que ir para a escola, mas ela precisa ter um momento para dialogar com os seus, em que todos falem em libra, em que ela converse, em que ela tenha uma sociabilidade própria, específica. Então, isso é absolutamente fundamental. O que não é fundamental? Você condenar uma criança, porque tem deficiência auditiva, a conviver só com os seus e não conviver com os outros. Os outros não vão aprender, e na vida real ela vai ter que conviver com isso. Então, tem que colocar na escola pública.

Agora, vejam, pelos dados, se não está correta essa política. Dos 1.632 estudantes que fizeram Enem em 2010 e que entraram no ensino superior no Sisu, só quatorze vieram do ensino médio especial. Todos vieram da escola pública. Eu vim aqui na cerimônia de Down em março e havia 18 crianças com Down, jovens, que entraram na universidade pública. Dezoito, que passaram no vestibular. Eles passariam no vestibular se não tivessem ido para a escola pública, se não tivessem os estímulos, não tivessem todo esse processo de interação? Então, a escola tem que se preparar para recebê-los, mas não apartá-los. E, na minha visão, o PNE não pode retroceder nisso, não pode voltar à visão de que é uma coisa ou outra. Não! É na escola pública e, e não ou, nas escolas especializadas. E a dupla matrícula permite isso.

Próximo.

O Pronacampo. Tem um tema muito importante. Nós estamos... As metas vocês já conhecem: construir três mil escolas, reformar trinta mil, universalizar a energia elétrica, porque, hoje, onze mil escolas ainda não têm energia elétrica. Eram 36 mil e nós estamos reduzindo fortemente isso. Ônibus. Nós fizemos um esforço muito grande agora. Compramos mais ônibus do que toda a história do MEC, com recursos próprios, para ajudar na política anticíclica. O grosso vai exatamente para as escolas do campo. São ônibus quatro por quatro, com toda condição de infraestrutura, GPS, limitador de velocidade, com toda segurança. E é republicano a criança chegar – como a gente vê em alguns países, aquele ônibus amarelinho – todos chegarem nas mesmas condições na escola.

Agora, para acelerar a construção, nós precisamos do RDC na MP nº 570, e eu espero que vocês ajudem nisso. Por quê? Porque, se deixar só para o Prefeito, nesses pequenos Municípios rurais, construir uma escola rural, não há agilidade, não há eficiência, por causa da escala, não há como facilitar esse processo. Se nós centralizarmos, fizermos licitações nacionais, os preços vão ser muito mais eficientes, a construção vai ser muito mais ágil e a resposta vai ser muito melhor. E aí é uma opção da Prefeitura fazer um ou outro, mas nós teríamos muito mais agilidade para fazer as creches e fazer as escolas no campo. A creche está demorando em torno de dois anos, dois anos e meio, para ficar pronta, porque não há velocidade, não há gestão na ponta para a gente reverter.

Próximo.

Bom, o ensino médio é um grande problema. Cinquenta por cento dos jovens estão com a idade de série defasada. Nós estamos tentando mudar o currículo com esse programa Ensino Médio Inovador, fizemos parceria com a instituição Unibanco, vários Estados fizeram a parceria e nós temos apoiado. O Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação também, que é a escola em tempo integral, tem feito um excelente trabalho. Então, nós temos feito um esforço muito grande e o mais importante é o Pronatec.

Próximo.

Deixe-me só parar um pouquinho aí porque esse é um tema que continua muito sensível, que é a discussão da informatização das escolas.

Nós distribuímos laboratórios, lousas digitais, e eu vou insistir aqui: os professores precisam ter acesso à *Internet*. Um *tablet,* hoje, que nós licitamos custa R$230,00, gente! Duzentos e trinta reais! E é um instrumento que pode usar dois ou três anos. Por que ele precisa? Porque ele precisa para entrar no *Google*. Ele precisa fazer pesquisa na *Internet* para a aula que ele vai fazer. Se ele só aprender a escrever a palavra *Google* e perguntar o que ele precisa, ele já vai ter uma massa de informações que nunca teve. Todos os nossos *tablets* terão todos os livros didáticos, porque hoje ele escolhe uma coleção. O professor vai ter, em PDF – agradeço publicamente às editoras –, todos os livros didáticos no *tablet* dele. Todos! Ele vai poder pesquisar qualquer um.

O Khan Academy, física, matemática, biologia e química, ele vai todas as aulas do Professor Khan, que é aquela grande referência internacional de didática. São aulas de dez minutos. Por que isso? Porque 170 – vou repetir aqui –, 170 mil professores do ensino médio não têm formação em matemática, em física e em química. E nós não vamos resolver isso num curto prazo porque não tem disponível para viabilizar. Então, nós precisamos melhorar, modernizar, estimular os professores que nós temos com novas ferramentas. A *Internet* é uma delas. Todos vão aprender a usar? Eu acho que não. Mas muitos vão usar bem. E nós temos que ajudar. Inclusive, nós vamos contratar um aluno monitor, certificado pelas empresas de TI, para apoiar o professor na preparação da sua aula. Então, ele vai poder pesquisar na *Internet* o que ele tem de melhor e a lousa interativa ele vai jogar uma lousa interativa na sala de aula.

Então, os Governos dos Estados estão totalmente favoráveis a isso. Quatrocentos e nove mil *tablets* foram encomendados pelos Governadores, pelas Secretarias de Educação dos Estados ao MEC. Então, há, realmente, uma grande visão: começar pelo professor e avançar. Lembro que, no Uruguai – o Senador Requião, Presidente do Parlamento do Mercosul, sabe disto –, todos os alunos já estão com um *laptop* na mão. Todos! A avaliação lá já é *online*. O professor tem na hora a avaliação de todos os alunos. As informações de qualquer exercício que ele faça são bem mais avançadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Só me permita uma observação.

Todos os alunos no Uruguai é mais ou menos o número de alunos de Campinas ou de Curitiba. O Uruguai tem 3,7 milhões de habitantes. O Uruguai tem 1.200 presos no País e tem 500 menores infratores. Então, a escala é completamente diferente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É totalmente diferente a escala.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Todos os alunos do Uruguai devem ser 3% dos alunos de Curitiba.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Seguramente, nosso desafio é muito maior. É só olhar o tamanho do Brasil.

Mas eu ouvi uma conversa boa do Presidente Mujica com a Presidenta Dilma. O Presidente Mujica falou assim: "Olha, Dilma, eu não tenho culpa de o Uruguai ser tão pequeno e vocês tão grande. Eu não tenho culpa de o Uruguai ter tão poucos recursos naturais e vocês terem tantos. A única chance de eu poder conviver e competir com vocês é investindo na inteligência do meu povo. Então nós estamos priorizando a educação e a informatização para que eles tenham competitividade e condições de entrar no mercado brasileiro, porque nós não temos outro caminho".

Eu acho que é uma visão muito própria, porque o orçamento dele também é proporcional ao tamanho do país e da economia dele. É um país que não tem energia, que não tem petróleo, que tem uma série de outras dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São 34 bilhões contra 2,7 trilhões.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É, o deles é 34 bi. O orçamento do país é menor do que o orçamento do MEC, do orçamento total da educação que o MEC gere, não o investimento direto.

De qualquer forma, eu acho que esse é um caminho promissor.

Nós estamos assumindo agora a Presidência do Mercosul. Fizemos um acordo com todos os Ministros da região de articular o conteúdo digital e disponibilizar para todos os países. Estamos junto todo o conteúdo digital disponibilizado na região para a gente colocar disponibilizado.

O movimento Todos pela Educação vai fazer, no ano que vem, um concurso, Melhores Aulas do Brasil, para a gente colocar na *Internet* e disponibilizar para os professores.

Então, eu acho que essa vai ser uma ferramenta promissora em médio prazo.

Próximo.

Bom, isso aí são as licitações que nós fizemos. São 6.736 ônibus, que já estão contratados, três milhões de mobiliários e equipamentos e já tem 1.298 quadras poliesportivas contratadas de três mil.

Então, nós estamos fazendo um grande esforço. Nós tivemos, no ano passado, investimento, até julho, de R$3,2 milhões no MEC. Este ano já estamos com R$5,4 milhões.

Portanto, o MEC está fazendo uma política anticíclica, estimulando os investimentos, para ajudar a economia a reativar e manter o emprego.

Próximo.

Bom, a formação de professores é um grande desafio. Nós estamos com vários programas. Talvez o mais interessante, o Universidade Aberta, está ajudando muito. São mais de 350 mil professores se qualificando. É o Pibid, aquele programa de iniciação à docência que nós estamos fazendo.

Próximo.

Bom, sobre o Pronatec, Senador Armando, nós já estamos com 1,4 milhão de matrículas realizadas até junho.

A expansão dos institutos federais... Nós queremos chegar a seiscentos mil estudantes até o final de 2014. Chegarmos a 562 institutos federais de educação. Essa é uma grande prioridade.

Paralelamente, o Senai fez uma parceria com o BNDES – é financiamento, é crédito – de R$1,5 bilhão e o Senai está investindo mais R$500 milhões. São 61 institutos de inovação e institutos tecnológicos, 23 institutos de inovação e 38 institutos tecnológicos e mais alguns que estão fazendo em parceria.

Acho que é um projeto muito importante, o MEC tem muito interesse. A nossa ideia é mandar mil professores dessa rede para fazer doutorado e mestrado na Fundação Fraunhofer, para a gente ter centros de excelência nas principais cadeias produtivas.

Nós estamos também fazendo um acordo MIT, com essa rede, para ajudar – o Rafael está trabalhando muito; fez um excelente trabalho – a modernização da rede. Fizemos também um acordo MIT – estamos ainda numa fase de estudo – em que eles mandaram

agora onze especialistas ao Brasil com o ITA. Vamos triplicar as vagas do ITA e fazer do ITA uma grande escola de engenharia. E estamos negociando mais uma parceria com MIT que vai ser uma surpresa boa para o Brasil, em médio prazo. Não concluímos. Estamos numa fase de estudos e prospecção.

O MIT só tem mil professores e não aumenta o número de professores. Para eles virem para o Brasil, nós temos que ter projetos que interessem a eles, que motivem. O projeto do SENAI motivou, o projeto do ITA motivou, e nós estamos ampliando um projeto mais forte nessa área.

Próximo.

No Enem nós tivemos este ano já matriculados 5,7 milhões. É o segundo maior concurso do planeta. Em 2011, precisamos de 400 mil profissionais no dia, 140 mil salas de aulas, 304 mil quilômetros percorridos para fazer o exame, 72 batalhões do Exército, Polícia Militar, Federal. Neste ano vamos precisar mais do que isso. Nós tínhamos 1.200 pontos de atenção de *checklist* e passamos para 3.439. Aumentamos, fortemente, o banco de itens e estamos aperfeiçoando o sistema de avaliação das redações.

Próximo.

Era o seguinte: em 2011, nós tínhamos dois avaliadores independentes. Se a dispersão da nota, em mil, fosse mais de 300 pontos, ia para um terceiro, que fazia arbitragem. O que é em 2012? Dois independentes. Se a dispersão for 200 pontos, vai para um terceiro. Definimos cinco competências: domínio da redação, domínio do conteúdo da redação, enfim. Se a dispersão, em cada um desses itens, que vale 200 pontos, for mais de 80, vai para um terceiro corretor independente. Então, é por conteúdo, por discrepância e, no geral, da redação. Além disso, se mantiver a discrepância, vai para uma banca de três Doutores, o que não havia no sistema anterior. Então, é um sistema de correção muito mais rigoroso para dar mais segurança e objetividade, porque redação sempre tem uma subjetividade. Vamos disponibilizar a prova para os alunos – isso é uma coisa de transparência – e permitir um debate sobre os critérios pedagógicos. Aumentamos em 40% os avaliadores e eles vão também receber um treinamento assim que sair a redação do exame.

Próximo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não. Por exemplo, se um avaliador deu nota sete e o outro deu nota cinco, hoje vai para um terceiro corrigir e arbitrar: ou é sete ou é cinco. Ele não sabe das notas. Nunca um sabe do outro, nem o terceiro. Ele vai fazer uma correção. Se ele se aproxima de um ou de outro, resolve o problema; se ele não se aproxima, o que acontece? Vai para uma banca de três, na nota total. Agora, além disso, cada corretor, além de dar a nota global, tem que analisar cada uma das competências.

Nós estamos publicando um edital com as competências, com o que se espera de cada uma delas, com os melhores exemplos de redação, para que os alunos tenham total segurança do que se espera da redação que eles vão fazer. Com esse mecanismo reduzindo a discrepância, converge mais a nota e dá mais objetividade. Então, a ideia é basicamente essa.

Próximo.

Isso foi construído junto com a Sociedade Brasileira de Avaliação.

Em relação ao Sisu, nós tivemos, no primeiro semestre, 108 mil vagas, 1,754 milhão inscritos e, agora, no 2º semestre, temos bem menos vagas. São 30 mil vagas e 642 mil inscritos. Terminamos a primeira fase de inscrição e vamos ter a segunda e, depois, a terceira, uma lista de espera, para fechar.

O Fies, que é uma coisa bem interessante, envolve 250 mil alunos, novos contratos, até junho. São juros de 3,4% ao ano, sem correção monetária. Tem um ano e meio de carência e é pago em 16 meses. O Fies é um programa que cresceu muito.

No Enem, temos um milhão de bolsistas, 90 mil já nesse segundo semestre.

Próximo.

Obras nas universidades, só para se ter uma ideia do tamanho do esforço que estamos fazendo, de 2008 para cá, mais de 4,5 milhões de metros quadrados construídos e mais de R$9 bilhões investidos.

Essa tabela era importante se a imprensa pudesse publicar, porque a gente pega às vezes a árvore e não vê a floresta.

Concluídas, 61%; em execução, 27%; paralisadas, 1,4%; contratos cancelados – a empreiteira não cumpriu a metragem ou abandou a obra –, 2,8%; em licitação, 7,5%. Então, há problemas de gestão, há problemas nas empresas, mas é um problema relativamente pequeno dentro do tamanho do esforço de construção.

Qual é a prioridade do MEC hoje? Consolidar a qualidade da expansão, resolver os problemas pendentes, porque foi a maior expansão que nós tivemos na história. Nesses últimos anos, foram mais de 250 mil vagas. Nós tivemos aí 14 novas universidades, 126 novos *campus*.

Agora, tem uma crítica que é a seguinte: seria bom, seria mais fácil se as universidades fossem nos grandes centros. Essa é a história do Brasil. Onde elas estavam? Estavam na Região Sudeste, na Região Sul. Só que eu vou repetir, o Nordeste tem 27% da população e 13% do PIB. É muito mais difícil fazer uma universidade no interior do Nordeste, levar um profissional

concursado para lá do que se você for fazer num bairro chique da cidade do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Agora, como é que nós vamos desenvolver o Brasil como uma Nação se esse esforço não for feito? Então, é muito mais difícil, mas é estratégico que isso aconteça, porque é isso que vai atrair investimentos para essa região. Isso vai alavancar as cadeias produtivas. Isso vai gerar desenvolvimento.

Vejam a história de São Paulo. Por exemplo, Sorocaba era uma região muito mais rica, nos anos 40, do que a região de Campinas. Hoje Campinas não tem nem comparação com a região de Sorocaba. Por quê? A Unicamp, o Centro da Telebrás de pesquisa que estava lá, o CTI , grandes centros tecnológicos que atraíram empresas modernas que fizeram um salto extraordinário naquela região. Isso vale para uma nação.

Então, o esforço do Governo é levar investimentos estruturantes para as regiões mais carentes, Norte, Nordeste, para as periferias das grandes cidades.

Então, Senador Suplicy, fazer uma universidade no Bairro dos Pimentas é muito difícil. Agora, o que foi feito? Nós alugamos uma fábrica lá disponível, uma fábrica de produtos de dermatologia. Está-se concluindo o contrato. É uma área muito grande. Cabe todos os alunos. Acho que são 2800, 3800 alunos. Cabem todos lá, acomodados, para dar tempo de concluir a reforma do prédio, porque tem que ser feita uma reforma no prédio. Foram recuperados todos os equipamentos que nós tínhamos lá. Nós colocamos um ônibus, aquele da Orca, a cada oito minutos do *campus*, levando para o metrô. Então, acabou o problema de transporte dos alunos. O restaurante atende a uma parte dos alunos. Quem não é atendido recebe vale-refeição. E temos restaurantes nipônicos que foram cadastrados.

Então, estão sendo feitos esforços muito grandes.

Agora, eu quero lembrar que quando eu entrei na USP, em 73, fazia dois anos que o *campus* da USP tinha mudado para a cidade universitária, não era mais lá na Rua Maranhão. Por exemplo, a Economia era um bloco de concreto; a Geologia, a Veterinária, as Ciências Sociais – você sabe disso – eram barracos; durante décadas foram barracos de madeira e teto de zinco, que era a área de humanidades e que era menos valorizada. A Economia ainda se preservou um pouco. A Poli já era um prédio um pouco melhor.

Olhem o *campus* da USP hoje, quarenta anos depois. É um *campus* extremamente moderno, consolidado. Agora, a minha geração ia esperar concluir tudo para eu poder entrar na universidade? Não.

Então, o esforço que está sendo feito em termos de compra de equipamento, expansão do *campus* é muito grande e é necessária ao Brasil essa expansão. Com tudo isso, só 25% do ensino é público no Brasil; 75% é privado. Com toda essa expansão, 75%...A demanda do ensino superior é brutal e é muito positiva. É só olhar o Fies, o ProUni, olhar o que está acontecendo no País.

O próximo

Bom, sobre vagas na Medicina.

Está ali a tabele da Organização Mundial de Saúde, 2009. Nós tínhamos 1,8 médicos; Estados Unidos, 2.4; Reino Unido, 2.7; Alemanha, 3.6; França, 3.5; Uruguai; 3.7; Espanha 4; Portugal, 3.9; Cuba exporta 60 mil médicos, 6.4. – médicos para cada 1000 habitantes.

Então, o Brasil, olhando para os países com uma renda *per capita* semelhante, países da região como Uruguai e Argentina, nós estamos muito abaixo do padrão que devemos ter em termos de oferta de médico. Alguns dizem: não, o problema é a fixação do médico. É verdade. Tem problema de fixação. As prefeituras têm dificuldades, o governo do Estado tem dificuldades, o SUS tem dificuldades de colocar médicos nas regiões pobres e nas periferias. Mas também é porque o salário é muito alto e não há recursos públicos às vezes para você contratar. Hoje, por exemplo, não têm pediatras. Você não consegue contratar um anestesista, porque há um problema de oferta de médicos. Então, há um problema de fixação e há um problema de oferta de médicos, como há um problema de oferta de engenheiros. Nós temos 6 engenheiros para 1.000 habitantes. A Coreia do Sul tem 80. Nós não queremos ser uma Coreia do Sul, mas nós não podemos ficar nesse nível. Nós temos que aumentar a formação de engenheiros e médicos, porque isso decorre de 20 anos de recessão, em que se desestimulou a Engenharia. Então, nós estamos expandindo os cursos de Medicina. Nas universidades federais nos estamos expandindo o que já existe. São 365 vagas e criamos 1.260 vagas novas. Serão 1.615 vagas. Das instituições de ensino superior, todas com competência 4 e 5, 800 vagas. São 2.415, o que não nos assegura a chegar, em 2020, em 2,5 médicos ainda. Portanto, ainda é abaixo da meta a que nos precisamos chegar.

Agora, estamos preservando o quê? A qualidade da expansão, seja no setor privado, seja no setor público. Então, os reitores só estarão autorizados – são só universidades federais – quando todas as condições do curso estiverem plenas. Só pode abrir onde há cinco leitos do SUS para cada vaga. Então, foi feito um estudo onde há demanda, onde há equipamentos do SUS para poder sustentar a ampliação da oferta dentro de uma visão e priorizar os Estados que têm baixa oferta. Há Estados onde a oferta de médicos, de vagas, é muito pequena. Há uma concentração de ofertas e de médicos também. Então, o Governo, nas universidades públicas, está tentando desconcentrar. Vocês podem

dizer que, praticamente, nós não criamos quase nada. Muito pouco na Região Sudeste e muito pouco na Região Sul. É mais Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que é a visão de desconcentração, mas olhando para que haja cinco leitos do SUS e condições de ter o curso.

Por último, para encerrar, vou falar do Ciência Sem Fronteiras. Estamos mandando agora mais 12 mil estudantes em 1º de setembro, os melhores estudantes do Brasil, com mais de 600 pontos no Enem, para Austrália, Bélgica, Holanda, Coreia do Sul, Portugal e Espanha. Já havíamos mandado para os Estados Unidos, a França, a Itália, o Reino Unido e a Alemanha. Os Estados Unidos nos ofereceram 20 mil vagas; a França, 10 mil; a Itália, 6 mil; o Reino Unido, 10 mil; a Alemanha, 10,2 mil vagas. A China, agora, ofereceu 5 mil vagas e 250 bolsas, a Austrália, a Bélgica, a Holanda, a Coreia, Portugal e Espanha. Vamos, agora, lançar o terceiro edital com 21 países, todos esses e mais alguns que não estão aí. Há coisas interessantes. Por exemplo, na Coreia do Sul, a Hyundai, aos estudantes que vão para lá, está oferecendo US$500 mil por ano para os estudantes do Ciência Sem Fronteiras, na Coreia. Grandes empresas estão oferecendo estágios. A China deu 250 bolsas e 5 mil vagas.

Então, o esforço é muito grande nesse programa que, acho, fará muita diferença em longo prazo, integrando o Brasil aos principais centros de pesquisa e formação. O aluno tem um ano de curso, nove meses na sala de aula e três meses de estágio em empresa, e pode ir seis meses antes, se não tem proficiência na língua, para aprender o Inglês e até oito meses, se é Alemão, Chinês, línguas mais complexas, se ele já tem alguma familiaridade.

Outra coisa, explodiu a demanda por línguas. Os estudantes querem aprender línguas para ir para o Ciência Sem Fronteiras. Então, nós estamos ampliando a oferta de cursos. O British Council nos deu 2 mil bolsas para a formação em línguas. Estamos fazendo várias parcerias para atender à demanda pelo estudo de línguas.

Por último, muitos pesquisadores e doutores estão vindo para o Brasil, bem como muitos pesquisadores de alto nível. Isso também é uma coisa positiva. O Brasil, hoje, é o grande pólo de atração.

Então, agradeço por dar uma avaliação completa desses pontos todos. Acho que preencho todas as condições em que foram apresentados.

Concordo, Senador Cristovam, sobre fazer um grande debate sobre o PNE. É evidente que nós temos pressa porque é importante que haja uma lei, mas acho que devemos fazer um grande debate sobre quais são os instrumentos, sobre quais são as fontes de financiamento, quais são as políticas. O MEC está totalmente aberto a contribuir em tudo o que for necessário nessa direção.

Desculpe-me, Senador Armando, estamos fazendo dois movimentos. Primeiro, desenvolvendo o conceito de direito de aprendizagem. Quer dizer, qual é o direito que cada jovem tem em cada etapa do processo. Por exemplo, o direito de aprender a ler e escrever até os oito anos. Estamos modernizando as diretrizes curriculares. Elas são muito importantes e já foram feitas há 12 anos. Então, nós a estamos modernizando. A avaliação externa, como o Enem, por exemplo, ajuda a organizar a disciplina do currículo. Como nós estamos aumentando os mecanismos de avaliação externa, a gente espera com isso melhorar o Enade – e estamos aperfeiçoando o Enade, o Prova Brasil e outros. Mas esse é um tema. Nós temos de entrar nesse debate curricular no Brasil.

Quero, terminando, agradecer a presença do César Galigari, que era do Conselho Nacional de Educação, tem uma longa militância na área educacional e é nosso Secretário de Educação Básica. Agradeço também a Amaro Lins, que é o Secretário da Sesu, ensino superior, e foi reitor, por dois mandatos, da Universidade Federal de Pernambuco.

O Binho Marques é o nosso Secretário de Articulação Institucional. Foi Secretário de Educação Municipal, Estadual e Governador do Acre. Tem uma longa vivência nisso.

A Cláudia Dutra cuida da Secad, que é a Secretaria que cuida de toda a agenda da diversidade.

O Freitas é o Presidente do FNDE. Nós ficamos muito orgulhosos de ver o Transparência Brasil elogiando o FNDE como padrão de licitação: os pregões eletrônicos, a eficiência, a forma como nós contratamos e gastamos com eficiência, o gasto público. Foram vários elogios e prêmios.

Hoje toda a prestação de contas é *on-line*. Toda a contratação é *on-line*. Todos esses ônibus são contratação *on-line*. Não tem um papel. Até a assinatura do Prefeito é *on-line*. E toda a prestação de contas é *on-line*. Portanto, a gente pode intervir na hora, diante de qualquer indício de irregularidade e com mecanismos e ferramentas bem mais modernas para esse esforço.

Quero também saudar o Marco Antônio Oliveira, que é o Coordenador do Pronatec e foi Secretário Executivo do Ministério do Trabalho; o Wolff, que está lá atrás, nosso Assessor Parlamentar; o Tiago, que cuida da parte da questão das políticas raciais e toda a política de ação afirmativa. Enfim, tem uma equipe que está ali. A Cacá, que foi muitos anos aqui do Senado, está lá nos ajudando. O Luiz também estava aqui até agora. O Paim está lá na reunião. Eu saí para continuar as discussões.

Então, essa é um pouco a visão geral do MEC.

Espero que a gente consiga superar esses impasses, que são conjunturais, repactuar valorizando os servidores nesse esforço e consolidar esses programas que acho que apontam para uma melhora da qualidade sistêmica no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu pediria só um acréscimo no detalhamento do resultado da reunião havida sobre a Universidade Federal de Guarulhos, a que o Ministro Aloizio Mercadante já se referiu, e também do esforço sobre a alfabetização dos adultos no Brasil. Foi mencionada a proporção de analfabetos adultos, mas agradeceria se pudesse apenas dizer as iniciativas de esforço para...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Suplicy, nós vamos abrir a palavra para réplica, e faremos isso segundo a ordem de inscrição, e para as considerações finais de cada Senador sobre a audiência, que, a meu ver, foi excepcional, tanto pela objetividade dos Senadores como pela objetividade e a clareza das respostas do Ministro.

O primeiro inscrito, e vamos estabelecer um limite razoável de tempo, é o Senador Cristovam Buarque, para o qual eu passo a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Requião, eu gostaria de me inscrever, Senador Requião, uma vez que eu não fiz parte da primeira... Gostaria, se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É possível, embora fosse desejar uma penalidade para quem não apareceu no começo. *(Risos.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É penalidade plenamente justificável, uma vez que me encontrava em outra Comissão, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu quero a minha inclusão, Sr. Presidente, nesta assinatura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

Os outros inscritos, Suplicy...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Ministro, primeiro, um apelo. Nós estamos fazendo amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PM DB – PR) – ... Senador Moka...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...uma audiência nesta Comissão para discutir o problema da educação e o federalismo no Brasil. Já temos confirmado o representante do Tesouro Nacional, da Secretaria de Macroavaliação, o Ministro do TCU, o professor da Fundação Getúlio Vargas, Fernando Antônio. O representante do MEC, por razões de saúde, disse que não vem. Eu gostaria de solicitar que envie alguém, porque sem uma presença de alguém do MEC não se justifica esta audiência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Nós vamos encaminhar o Binho Marques, porque ele foi Presidente da Undime. É um membro permanente do Consed. Foi gestor municipal, gestor estadual, Governador de Estado sempre focado na Educação e hoje está no Governo Federal. Então, ele tem uma visão, eu acho, muito aprofundada sobre o pacto federativo e como aprimorar o pacto federativo, o regime de colaboração, para contribuir com a Comissão. Binho Marques.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem. Eu agradeço. Talvez até melhor do que o próprio professor Antônio de Corrêa Neto, que é o Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios. Então, eu fico satisfeito. A audiência é amanhã às 10h, nesta sala.

Segundo, sobre o Ciência Sem Fronteiras, eu gostaria de perguntar se não há planos para, além de mandar estudantes nossos para fora, trazer professores que venham para cá e, de preferência, que fiquem radicados. Essa é uma ideia muito defendida pelo Professor Nicolelis. E eu acho que a gente precisa aproveitar isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Ora, o programa prevê já dois níveis: jovens doutores talentos...

Abre lá para mim, Ciência sem Fronteiras, por favor.

Jovens talentos doutores. Mas acho que já temos mais de 800 inscritos – não sei exatamente de cabeça – e professores seniores visitantes. Nós também já temos mais de 400. Temos, inclusive, Prêmio Nobel já contratado; temos diretora da NASA, que vão vir para o Brasil pesquisar durante três anos *part time*. Então, são pesquisadores de alto nível, que estão vindo, e jovens doutores.

Alguns concursos que foram feitos, o resultado foi excepcional, Cristovam. A Unicamp fez um edital para professores em nível titular, com estágio de dois anos, no mínimo; duzentos inscritos. Acho que já selecionaram nove. O professor vem, faz uma aula, apresenta o seu projeto de pesquisa, o departamento analisa e contrata.

O Inpe também, na Matemática, fez um concurso internacional. A disputa foi excepcional, com gente do mundo inteiro. É o quinto melhor centro de Matemática do mundo. Então, o resultado de atração, hoje, é muito forte, e estamos trazendo esses centros, como é o caso de MIT, Fraunhofer. A China está fazendo um centro no Brasil. A Alemanha fez centro inovação, por-

que, exatamente, o Brasil hoje é um pólo de atração de inteligência e de pesquisa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem. Agora, duas perguntas minhas que não foram respondidas, Ministro, talvez porque era muita coisa. Primeiro, é que o senhor está muito preocupado – e eu também – com as fontes de financiamento. Mas essa é uma tarefa que já tem demais para se preocupar no Ministério da Fazenda. O que eu realmente me preocupo é que se esse dinheiro for aprovado, onde é que a gente vai colocar? Se chover dinheiro em um quintal de uma escola, vira lama na primeira chuva. E o MEC, a meu ver, não dispõe dos instrumentos para aplicar esse dinheiro uma vez que a educação ainda é muito municipalizada e federalizada. Então, o MEC está estudando onde poderia investir esse dinheiro já que o PNE não fez esse trabalho que deveria ter feito?

Eu temo que muito mais dinheiro para o atual sistema educacional se jogar dinheiro fora e não apenas que gastar isso tenha uma pressão inflacionária, embora isso também me preocupe. E outra é que eu perguntei o que o senhor acha que a gente podia fazer, se é podemos, o senhor pode dizer que nada, em relação ao fim da greve, se a gente pode ajudar. Mas a outra coisa é como a gente transforma um custo de uma coisa que termina levando a um suicídio da universidade, que são as greves repetitivas, em um instrumento positivo, fazendo com que a partir dela haja uma negociação e que eles, os professores, pedem mais recursos, e nós, as autoridades nacionais que representamos o Brasil, pedimos mais dedicação nas universidades, mais resultados, e em que área a gente quer isso?

Então como é que podemos ajudar para quebrar esse impasse que existe? Como transformar a greve em uma coisa positiva ao levar à comunidade acadêmica quais são as nossas reivindicações como representantes da sociedade brasileira?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom, em relação ao PNE, eu acho que a fonte de financiamento é a preocupação do Governo, e deve ser do Senado, não só da Fazenda, porque de onde vem a fonte de financiamento vamos estabelecer metas que não... O PNE, as 20 metas macrometas são muito concretas. Por exemplo, 100% de creche dos jovens de cinco, seis anos; universalizar o ensino fundamental; 50% de creche para crianças de zero a três anos; escola tempo integral. Há uma série de metas que estão lá estabelecidas e algumas estratégias para alcançar essas metas. Acho que podemos aprimorar as metas, melhorar as estratégias, e acho que esse debate é muito bem-vindo. A Câmara fez o seu papel, o Senado é uma Casa Revisora e nós, do MEC, estamos dispostos a discutir tudo que for necessário, todas as informações, todos os subsídios.

Hoje nós sabemos onde o Estado brasileiro precisa colocar mais recursos. Por exemplo, desde a educação infantil, que eu mencionei, da escola tempo integral, do programa de ensino técnico profissionalizante, da expansão das universidades, da melhora de salário dos professores desde o ensino básico, dos servidores públicos da educação, que é uma demanda que vai desde a rede municipal até as universidades. Então nós sabemos exatamente quais são as necessidades. Agora, se o PNE trouxer novas propostas que aprimorem o sistema educacional de uma forma estruturante, serão bem-vidas e nós queremos participar e discutir a fundo essas questões.

Em relação à greve, o Coordenador Amaro Lins tem feito reuniões periódicas com as entidades. Recebi ontem a Fasubra. Achei muito positivo o diálogo. O projeto inicial deles, que é de 17 bilhões, eu falei que não tem a menor viabilidade. Eles estão fazendo uma lista de argumentações justificando a necessidade do reajuste e estão abertos a negociar novas propostas. Acho que é um gesto importante para construirmos.

Do ponto de vista do ensino superior, a trégua não foi possível. O Governo tem propostas para o ensino superior e a nossa expectativa é que a negociação vai acontecer. Vamos superar esse impasse. Acredito que nisso. Eu vi a Flávia aqui dizendo que a greve atrapalhou a negociação, mas eu estou falando mais do que isso, Flávia, bem mais do que isso. Estou dizendo que nós temos propostas para o ensino universitário, para os docentes, qual é o caminho da reestruturação da carreira, o que representa a proposta que nós vamos fazer. Disse que a greve foi precipitada no caso dos professores docentes. Disse isso desde o início. Não precisaria começar uma greve em maio para uma negociação que estava prevista acontecer até o final de julho, ainda assim antecipamos para junho, e não foi possível. Vamos tentar concluir a negociação. Acho que a área econômica está definindo aí à estratégia geral do Governo. O Sinasefe está lá também desejando a sua negociação. Nós temos reunião marcada para amanhã.

Então, o MEC tem mantido o diálogo com todas as entidades, com ritmos diferentes à medida da negociação. A carreira docente dos Ifes está associada à carreira docente dos professores universitários. Então, é uma única carreira, mas tem especificidade, que é a certificação, senão você não consegue fechar essa equação, mas acho que isso vai caminhar bem. Temos mais dificuldades exatamente nos técnicos administrativos. E é importante que consigamos construir um caminho, e nós vamos nos empenhar para isso. Nesse

caso, é uma negociação que não é só do MEC, mas de todos os servidores públicos. No MEC, nós temos outra demanda muito importante: os servidores do MEC. Estamos discutindo os Ifes, as universidades, e os servidores do MEC?

No MEC, o FNDE tem uma carreira, o Inep tem outra carreira, a Capes tem outra carreira, mas os servidores do MEC estão no carreirão. Eles reivindicam também a adesão a algumas das carreiras, e realmente eles têm sido prejudicados, porque a gente está o tempo inteiro cuidando das universidades e dos institutos federais. Por isso, quando nós tratamos de técnico administrativo, não podemos resolver só quem está lá na ponta. Tem que resolver o sistema, senão você cria o desequilíbrio e vai aprofundando cada vez mais. Então, nós estamos também buscando empenhar em relação aos servidores.

Agora, há graves restrições orçamentárias. O quadro econômico global é de crise. Há problemas de receita. Nós não sabemos como essa crise vai evoluir. Por isso, dentro desse quadro de graves restrições orçamentárias, olhando para uma crise que nós não sabemos qual será o desdobramento, e o Brasil tem uma estratégia que é manter o emprego, o crescimento, desonerar a produção, aumentar as compras públicas, o Governo elegerá prioridades. Entre essas prioridades, está a educação e, na educação, estão os docentes universitários. Essa é uma prioridade reconhecida pelo Governo e estará na mesa de negociação, e tudo que vocês puderem fazer para contribuir para que tenhamos um bom diálogo e uma solução é muito bem-vindo e será acatado.

Queria também só citar, porque eu não vi – ele estava sentado lá atrás – o Jorge Messias. Como ele já foi elogiado, eu não precisava citar, mas estou citando. É funcionário de carreira da AGU e hoje contribui na Secretaria que fiscaliza o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O segundo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy,

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, em verdade, eu tinha já naquela observação feito as indagações: que o Ministro Aloizio Mercadante possa detalhar um pouco melhor o diálogo havido sobre a Universidade Federal de Guarulhos e os passos que estão sendo dados para a alfabetização de adultos. Tendo havido a citação do número de pessoas adultas de 15 anos ou mais que ainda não sabem ler e escrever e de um esforço nessa direção, eu gostaria de conhecer melhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Olha, nós estamos fazendo um esforço grande. Não é simples a alfabetização de adultos no Brasil. A média de idade, por exemplo, no campo, Senador Suplicy... A média de idade é 53 anos. Média! Só estou falando no trabalhador rural que, às vezes, tem mais de 60 anos. Por exemplo, mais de 60 anos, 90% da população precisa de óculos. Então, você tem de resolver o problema dos óculos em regiões que não às vezes não têm acesso à óptica, não tem oftalmologista. Nós estamos tentando criar um programa, junto com o Ministério da Saúde, "Olhar Brasil", para poder atender a esse tipo de questão.

Segundo, os pequenos produtores rurais, onde se concentra boa parte dessa população, é um sujeito que trabalha o dia inteiro com a enxada na mão. É difícil ele se locomover para fazer um curso de formação. Então, as dificuldades são realmente sensíveis. Nós estamos melhorando o valor da bolsa para O Brasil Alfabetizado, estamos integrando as instituições de ensino superior com o MEC para avançar nesse programa. O Pronacampo pretende criar novos pólos que ajudem a atender parte dessa demanda. Então, há um grande esforço. Agora, o caminho mais promissor é impedir que essa população aumente. Se nós resolvermos o Brasil Alfabetizado, nós vamos erradicar a fonte desse problema porque, além de nós termos esse estoque do passado, que vem reduzindo, nós temos as crianças que não estão aprendendo a ler e a escrever na idade em que deveriam ou não aprendem a ler e a escrever ao longo da vida escolar. Então, esse foco é a prioridade absoluta, mas nós vamos continuar a fazer esforço, especialmente no campo, onde se concentram 23% da população ainda analfabeta. Na área urbana, são 7.3%. Exatamente no campo é mais difícil. E esse é o grande desafio que nós estamos trabalhando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sobre Guarulhos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Guarulhos, então... Eu disse quais são as medidas que estão sendo tomadas. Temos à mesa de negociação: estudantes e docentes que estão acompanhando essas parcerias. O prefeito tem dado todo o apoio, nos pediu alguns instrumentos, por exemplo: ônibus para transporte de crianças com deficiências, nós o estamos dando para viabilizar, para acelerar o entendimento lá na região e outras providências. E eles estão firmando um acordo entre eles, que vai se tornar público em uma espécie de termo de ajuste de parceria. Ajustando-se todas as demandas e os compromissos para resolver. Com aluguel desse prédio e a reforma dessa fábrica, eu acho que a gente consegue, a partir do segundo semestre, resolver o problema básico que é a instalação. E aí construir um prédio sem prejudicar as aulas e tirar as crianças do CO, os jovens estudantes universitários, para colocar nesse espaço novo que está sendo feito. Transporte já foi resolvido, restaurante... Enfim, todas

as providências estão sendo tomadas nas dificuldades que nós temos em uma região como aquela.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas no que diz respeito aos procedimentos de compra de livros didáticos referentes aos dicionários... É a mesma coisa que V. Exª mencionou? São as mesmas providências? Com respeito aos dicionários...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Também, fazem parte do mesmo processo: mesmo padrão de edital. Eles têm de disputar nas mesmas condições, têm os avaliadores. Eles passam pelo mesmo processo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para encerrar a participação do Plenário, passo a palavra ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente; Senador, Ministro Aloizio Mercadante. Eu gostaria, apenas, de fazer duas perguntas a V. Exª. A primeira refere-se à força e ao prestígio que o Governo Federal, através do Ministério da Educação, está concedendo no momento ao ensino profissionalizante de segundo grau. Melhoria na qualidade de ensino fortalece, sem dúvida alguma, o ensino superior no caso de ingresso de aluno em uma faculdade, em uma universidade.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é sobre o ensino à distância, já que o Brasil é um País de dimensões continentais e as universidades não podem ser instaladas em todos os lugares. O ensino superior não chega fácil a regiões distantes. Por exemplo, com relação a uma carreira técnica, como a de um engenheiro químico, a de um engenheiro civil; enfim, carreiras que exigem o fator presencial como importante para a consecução dos objetivos dessas profissões, como conciliar a necessidade do ensino presencial em casos especiais como os que citei, com a necessidade imperiosa de implementar cursos que facilitem o acesso do estudante ao ensino técnico de nível superior no Brasil?

Agradeço e parabéns pelo conhecimento que V. Exª tem da educação e da economia. A memória (que é importante) de guardar a importância dos seus funcionários, daqueles que trabalham com V. Exª. Então, aquele líder, o chefe administrativo, que não se lembra daqueles que trabalham com ele... São fadados ao fracasso aqueles que não conhecem seus auxiliares, e V. Exª está demonstrando que tem competência e capacidade para exercer mister tão importante quanto o de Ministro de Estado da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Ministro vai responder à indagação do Ministro Valadares, mas o encerramento se dará com a intervenção do Senador Paulo Bauer, posteriormente. Aliás, podia acrescentar imediatamente, Senador, e o Ministro responderia aos dois.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, apenas quero cumprimentá-lo pela exposição e pela atenção. Educação é muito difícil. V. Exª já foi Senador, Ministro de Ciência e Tecnologia, Inovação e, hoje, é Ministro da Educação.

Faria apenas uma pergunta antes de fazer a observação final. Os professores de universidades que estão em greve, depois da exposição que V. Exª fez, continuam recebendo seus salários normalmente, regularmente, sem desconto? Porque eu ouvi, nestes dias, o comentário de que isso estava acontecendo e, por esse motivo, evidente, eles não se sentem ameaçados, e os jovens (os estudantes) são os que estão sendo prejudicados. Na verdade, o único que não deveria ser prejudicado é o estudante. Essa é a pergunta que faço a V. Exª. Quanto ao mais, quero me manifestar aqui dizendo que tomara que o Ministro Guido Mantega consiga cuidar bem da economia, coisa difícil de fazer, porque, se ele fracassar, eu tenho muito receio de que a educação perca um Ministro, porque V. Exª mostrou-se muito conhecedor dos assuntos da macroeconomia, o que, aliás, todos nós já o sabemos de longa data. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro Aloizio Mercadante, não o leve em consideração, porque isso é intriga da oposição. *(Risos.)*

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom... Vamos, então, por partes.

Primeiro, Senador Valadares, agradeço a menção. Eu acho que V. Exª tem toda razão com relação do ensino à distância, primeiro. No Brasil, 15%, apenas, dos cursos são cursos à distância em nível superior; na OCDE é metade. Hoje, tem-se escolas de primeiro nível, por exemplo: o MIT tem curso à distância, só que a certificação tem de ser feito lá. Estão abrindo, em algumas áreas, curso à distância.

Eu soube ontem que Harvard e MIT fizeram, por exemplo, uma parceria na área de conteúdo digital. Estão trabalhando programas integrados na área... Nas principais universidades do mundo todas as aulas, por exemplo, hoje, estão disponibilizadas para o aluno a qualquer momento. Se ele não pôde assistir ao curso, ele entra na Internet e verifica. E os alunos também podem fazer... Há vários cursos à distância, nas universidades de primeiro nível no mundo. Então, precisamos melhorar o curso à distância e garantir qualidade, tendo pólos de ensino à distância, universidade aberta, certificando. E nós temos de ter cuidado para não ser apenas uma lógica de redução de custo

da educação e perder a qualidade, mas é um instrumento novo e necessário.

No Pronatec, nós criamos vários instrumentos, por exemplo: o FIES empresa. A empresa hoje pode pegar um financiamento de 3,4% ao ano, sem correção monetária, para formar seus profissionais. Em vez de ficar com rotatividade, se ela formar... E vai pagar em 16 anos, com carência... Quer dizer, é uma forma de a gente estimular a profissionalização para aumentar a produtividade que não seja via caminho de rebaixar salários e direitos, aumentando a eficiência sistêmica e a produtividade da economia. Então, essa é uma coisa...

V. Exª falou da importância da memória, quero, então, aqui exercitar a minha e fazer uma coisa indispensável. Eu tenho grande admiração pelo ex-Ministro Sérgio Rezende. Acho que fez um grande trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu vi, outro dia, uma matéria em que se tentava responsabilizar o PSB em relação a uma ONG que, realmente, trabalhou no Ministério de Ciência e Tecnologia. Não creio que seja responsabilidade do Ministro, nem acho que é uma responsabilidade do PSB. Eu fui apurar, porque eu não me lembrava daquele episódio, apesar de eu suspender o programa e mandamos apurar, mas seis partidos tinham feito emendas. Era uma ONG... Uma Oscip, na realidade, que atuava em vários Estados. Portanto, não era uma coisa específica e, tenho certeza... E ele, inclusive, quando saiu do Ministério, falou: "Olha, esta é uma Oscip que cresceu demais. É bom você ver o que aconteceu." Ele mesmo já estava com preocupação, porque você está fazendo convênio... Nós mudamos o procedimento... Fizemos tudo por edital; depois, a Presidência mudou a relação com todas as ONGs. Mas eu quero aqui dar meu testemunho também com relação ao excelente trabalho, à integridade e compromisso científico do ex-Ministro Sérgio Rezende.

Senador Paulo Bauer, em relação à economia, ela está em boas mãos. Acho que o Ministro Guido demonstrou, inclusive nesta crise toda, competência, serenidade, equilíbrio, agilidade, deu respostas muito eficientes e que ajudaram decisivamente. Eu me lembro, uma vez, perguntaram para o Tony Blair, quais eram as prioridades de seu governo. Ele disse: "Eu tenho três prioridades: educação, educação e educação." E o Major, quando entrou, falou o seguinte ao perguntarem qual era a prioridade do seu governo: "Olha, as minhas prioridades são completamente distintas do meu antecessor. As minhas prioridades serão: educação, educação, educação, mas na ordem totalmente inversa da dele." Então, eu estou nessa. Eu acho que as três prioridades do Brasil são educação, educação, educação. Portanto, minha responsabilidade é imensa. Não é uma tarefa fácil. Você se senta naquele Ministério e tem 56 milhões de alunos; dois milhões de professores e, se fosse uma nação, seria a segunda nação da América Latina. Com as dificuldades de subfinanciamento que nós temos e de articulação da rede, das desigualdades das Prefeituras, esforços de Estados, enfim... Mas eu acho que o Brasil tem consciência da importância, está fazendo uma avaliação externa, está conseguindo avançar bastante nessa direção.

Com relação à greve, nós precisamos construir... É um processo de amadurecimento da democracia. Eu acho que o tempo vai mostrar que a gente precisa pensar outras formas de reivindicação que não sejam greves muito prolongadas na educação. Nós tivemos, em Minas Gerais, uma greve de 120 dias; estamos tendo na Bahia uma greve de três meses... Vários Estados... Santa Catarina teve greve acho que uns 60 dias... O que acontece em uma greve prolongada como essa? Quem paga essa conta? O Tesouro paga: Prefeitura, o Governo do Estado, mas, principalmente, as crianças. Então, a atitude de educador, acho que precisa ser refletida. Como é que... É o direito legítimo de reivindicar, de se manifestar. A greve é um instrumento... Mas como é que a gente constrói procedimento no Brasil que dificultem ou que impeçam que a gente tenha uma nova atitude. Porque, no caso do professor, ainda tem uma outra questão: ele tem a possibilidade de repor a aula, e o aluno não perdeu o período. Você tem de considerar isso, porque, se ele não repuser a aula, o aluno perdeu o período e o prejuízo será muito maior. Como é analisado o ensino, o jovem perde um ano da sua vida, na carreira profissional. Isso não pode acontecer! Agora, tem uma questão na educação: aquilo que você não aprendeu em um dia, não há como repor. Você pode aprender, no dia seguinte, aquilo que você deixou de aprender, mas a construção do conhecimento é um processo. O conhecimento é um processo de construção de acumulação. Aquilo que você perdeu, perdeu-se... Então, quando a gente olhar o Ideb, mais à frente, eu tenho muitas preocupações com relação a Estados que tiveram greves muito prolongadas, porque, seguramente, devem ter prejudicado sensivelmente o aprendizado.

É evidente que nós temos uma dificuldade salarial significativa, temos uma herança aí. O caso do professor da rede básica então... Nós estamos lutando por um piso de R$1.471,00, que é pouco mais que dois salários mínimos. É muito pouco! Agora, o esforço que os gestores estão fazendo para melhorar tem que ser colocado na mesa, porque a receita do Município não cresceu 22%; a do Estado não cresceu 22%. E você pode pegar vários Estados que estão acima de 25% no seu gasto com educação, e prefeituras também. E é incrível que, quanto mais pobre o Estado, maior o

esforço de ter ensino público, porque o ensino privado cobre muito pouco da rede. É o caso do Piauí. O Senador Wellington está batendo a cabeça.

O Estado que tem o maior nível de matrícula é o Piauí. Não é o Estado mais rico, mas porque o setor privado não cobre as matrículas. Ou o Estado dá educação ou ninguém vai dar. Então, nós precisamos aqui realmente abrir uma discussão de fundo sobre isso, sobre esse compromisso com a educação, esse pacto da educação, os limites e as responsabilidades de cada um dos gestores.

Nós temos que fazer um esforço grande de recuperação dos salários, em todos os níveis, dos servidores, dos professores, professores universitários. Agora, nós temos que entender as limitações objetivas do orçamento e, principalmente, as limitações da conjuntura que a gente enfrenta internacionalmente.

Eu repito como comecei: a gente está olhando um continente como a Europa cortar salários, aumentar a jornada de trabalho, reduzir direitos, desemprego em massa, países que estão com 7% de queda do PIB no ano. Três por cento, quatro por cento. Taxa de desemprego da juventude de mais de 50%. E o Brasil tem uma das menores taxas de desemprego, tem tido aumento da renda real, tem tido crescimento da massa salarial. Quase todas as categorias dos servidores, nos últimos nove anos, tiveram ganho real de salários; algumas, ganhos expressivos de salário.

Acho que seria muito importante para o Brasil que os salários fossem para a Internet, como é o dos Senadores, como é o meu, como é o da Presidenta. Por que não? Por que não mais transparência nessa discussão? Por que a gente não coloca, não disponibiliza para o Brasil olhar? Porque quem paga esse imposto é o povo. Para a gente poder discutir isso com transparência e poder ter critérios.

Então, quando eu digo que os salários dos docentes universitários têm que ser recuperados, e o Governo tem esse compromisso com a carreira, sempre teve, desde o início dessa discussão, sempre teve... Mas ele tem que ponderar esse compromisso dentro do quadro geral dos servidores e do quadro de gestão orçamentária, para fazer um processo que seja sustentável. Essa discussão tem que ser transparente e tem que ser madura. Tem que sair das coisas improvisadas, das frases de efeito e discutir com seriedade um projeto de recuperação salarial que seja sustentável e compatível com a gestão orçamentária num quadro de crise internacional em que nós estamos. E é isso que estamos discutindo. E eu não vou ficar na posição confortável, em que o Ministério da Educação é o bonzinho e quem é mal é sempre a área econômica e de planejamento. Não farei isso.

Por isso é que recebo as entidades, todos que vão lá. Outro dia, o movimento estudantil pediu e eu chamei DCE, UNE, e todos entraram na sala. Fizemos uma discussão de fundo com eles, sobre toda a questão educacional. E vamos continuar com esse diálogo. Mas eu sou Governo. A minha responsabilidade é compartilhada. E nós temos restrições. Mas há um compromisso, especialmente com a carreira docente universitária, porque há um reconhecimento de que ela tem que ser valorizada. Ali está a inteligência do Brasil; ali nós vamos formar profissionais de longo prazo. O MEC tem essa posição, o Governo tem essa compreensão e a área econômica, eu diria, acompanhará essa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O formato que nós utilizamos para esta audiência foi uma inovação: as perguntas foram feitas por antecipação, as indagações foram colocadas por antecipação, e elas informaram a exposição do Ministro. Posteriormente à exposição do Ministro, nós abrimos a palavra para algumas réplicas, considerações sobre a exposição. Mas o Júlio, que é o secretário da Comissão e profundo conhecedor da Revolução Russa me dizia há pouco: "Requião, na Revolução Russa, epígonos e adventícios não foram muitas vezes menos brilhantes que os originários revolucionários que fizeram a concepção do processo todo". Epígonos e adventícios, no tupi-guarani, seriam os arigós, os chegados de novo. Então, eu quero terminar esta reunião com a participação de um adventício, de um epígono ou de um arigó, que seguramente não fará uma intervenção menos brilhante que as dos demais Senadores.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço as citações tão antigas. *(Risos.)*

Mas apenas para saudar o Senador Aloizio. Na verdade, eu ia tratar exatamente sobre o tema de que o senhor falou por último. Tenho acompanhado, com preocupação, essa situação das greves, no meu Estado.

Acho que vamos ter um problema mais grave ainda no próximo ano, porque está em vigor a mesma regra: 2013, mais 21%; é a previsão. Muitos Estados que aplicaram sobre toda a folha não vão suportar, pela minha experiência, a não ser que haja uma fonte nova de recursos. E isso vai gerar um problema cada vez mais grave. Acho que é importante haver um crescimento, um programa de crescimento da remuneração que tenha a cobertura da inflação mais um ganho real, porém suportável. Acho que esse é o ponto.

E acho também que é importante abrir as negociações com o setor das universidades, porque a grande queixa é quanto à falta da abertura de uma negociação.

Creio que esse também é um caminho importante. V. Exª já tocou aqui, e fico satisfeito.

Parabenizo-o aqui pelo esforço e pela forma como trabalha pesando em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Wellington, apenas dois comentários. Primeiro, em relação ao MEC, nós temos mantido diálogo permanente com todas as entidades.

Sobre a estratégia de negociação global do funcionalismo, que é muito difícil e muito complexa, é coordenada pelo planejamento. O MEC não negocia folha de pagamento. Não temos nenhuma autonomia. Temos discutido dentro do Governo para encontrar boas soluções.

Disse aqui e vou dizer de novo, em relação aos docentes universitários, nós sempre tivemos o compromisso e uma proposta de carreira que valorize dedicação exclusiva e titulação. Esse é o conceito básico.

Em relação ao piso nacional dos docentes, a Undime, a diretoria da Undime, que reúne todos os secretários de educação dos Municípios, fez uma proposta de alteração nova, que é PIB mais inflação, semelhante ao salário mínimo. Ou seja, não congela o piso, porque a ideia só do INPC significa congelar o piso em termos de valores reais nesse patamar, permite um crescimento proporcional ao crescimento do PIB. Então, é uma proposta nova que está na mesa. Nós temos três propostas: o critério atual, PIB mais inflação e INPC. Então, acho que começou a haver uma possibilidade de discussão.

Ponderei à CNTE que há necessidade de chegarmos a um entendimento, porque tem que haver fonte de financiamento alternativa para a educação – tem que haver. E volto a dizer que não é simplesmente colocar uma meta de quanto vai para educação. Digam-me qual é a fonte de financiamento. E vou repetir o que disse no começo: deem os *royalties* do petróleo para a educação. Aí nós teremos uma fonte segura para a próxima década, segura, concreta, de todo mês entrar no caixa das prefeituras, dos Estados e da União, e nós fazermos a revolução na educação que precisa ser feita no Brasil. Mas o Congresso tem que dar a fonte. Simplesmente dizer qual é a meta, sem dizer como se chega lá, não há como avançar. E é uma meta bastante ambiciosa, e que o MEC está muito confortável. Dez por cento? Estamos muito confortáveis porque é para o MEC. Eu acho que preocupados estão os outros ministros, os governadores e secretários. Como eu disse aqui, se vai passar de 5% do PIB para 10% do PIB, o prefeito vai ter que passar de 25% do orçamento para 50%, para a educação; o governo do Estado de 25% para 50%, se não houver aumento de carga tributária. Se houver aumento de carga tributária, são cinco CPMFs, o valor total de Estado e Municípios. Pode-se repartir. Pode ser ICMS, ISS etc.

Como há muito ambiente para criar carga tributária, eu não sei se será esse o caminho do Congresso. Mas o Congresso tem que dizer como se financia essa meta. E eu insisto: deem os *royalties* do petróleo para a educação e nós faremos uma revolução, para prefeitos, governadores e governo federal. Aí é concreto. É uma fonte que chega e viabiliza, mais do que uma meta que todo mundo aplaude, mas não diz como é que se constrói. Aí o gestor não tem instrumentos, não há como fazer. A Comissão de Orçamento, na hora certa, diz "parem". Se nós trouxéssemos dez anos para cá, seria preciso colocar hoje R$225 bilhões, as comissões de orçamento, na conta da educação. Como é que fazem isso Municípios, Estados e União? Então, esse é o debate que o Congresso precisa fazer. Espero que o Senado consiga aprofundar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Amanhã, às 10h, temos uma audiência pública sobre educação básica e responsabilidade do Governo Federal. Será presidida pelo nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, que contou um ponto extra hoje. Ele chegou um pouco atrasado, mas se manteve firme até o fim da reunião, o que, sem sombra de dúvida, merece um registro, porque não é o seu hábito, e constará da ata da próxima reunião.

Agradecendo a presença do Ministro e dos Srs. Senadores, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROL-**

LEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, RANDOLFE RODRIGUES, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, TOMÁS CORREIA, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO VICENTE CLAUDINO BLAIRO MAGGI e KÁTIA ABREU. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ASSIS GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e VICENTINHO ALVES**. O Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE** justificou a ausência, nos termos do Memo GSCB nº 08-0192/2012. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, a Presidência comunica o recebimento do seguinte ofício: Ofício FPDC/ATDEX 410/2012, da Fundação PROCON de São Paulo, que encaminha sugestões sobre os Projetos de Lei da Câmara dos Deputados nº 84/1999 e 2793/2011 (PLC nº 35/2012 no Senado Federal), que tratam sobre a tipificação criminal de delitos de informática. Após, faz a **LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS "S", EM CONFORMIDADE AO ATO Nº 2, DE 2009-CMA. 1) Aviso nº 819-SESES– TCU– Plenário**, que encaminha Acórdão nº 1772/2012-TCU– Plenário referente ao processo TC 006.550/2006-6, que traz notícias da rejeição do recurso de revisão impetrado pelo interessado José Vieira Lins (Prefeitura Municipal de Bacabal-MA); e **2) Aviso nº 879-SESES– TCU– Plenário**, que encaminha Acórdão nº 1874/2012– Plenário referente ao processo TC 009.721/2012-6 (sigiloso). A Presidência informa que, havendo interesse do parlamentar, a ele será dado conhecimento do aviso em caráter sigiloso. **Conforme análise prévia, estes avisos estarão à disposição dos senhores senadores pelo prazo de 7 dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados**. **3) Aviso nº 870– SESES– TCU– Plenário,** que encaminha nº 1864/2012– TCU– Plenário, referente ao TC– 023.332/2008-7, que trata sobre exigências feitas para fiscalização das companhias telefônicas. **Conforme análise prévia, será designado relator para este aviso**. Passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2012**, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater recente decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de impedir temporariamente a venda chips e habilitação de novos celulares, tendo como convidados: – Ministro de Estado das Comunicações; – Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações; – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; e – Secretária Nacional do Consumidor. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2012**, que "Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do evento internacional denominado Visões Globais sobre Biodiversidade (World Wide Views on Biodiversity), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 71, de 2012,** que "Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da COP 18 – décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que acontecerá no período de 26 de novembro a 7 dezembro, do corrente ano, no Qatar". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 72, de 2012**, que "Requeiro o aditamento do Requerimento nº 33 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação dos recursos humanos da Auditoria do SUS nas três esferas de governo. Requeiro a inclusão do Sr. Ronaldo Soares Negromonte de Macêdo, representante da Associação Nacional dos Auditores do SUS, AUDSUS, como convidado na audiência pública". Autoria: Senador Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 73, de 2012**, que "Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir e buscar soluções para os elevados preços das passagens aéreas, praticados na região Norte do País, com a presença dos seguintes convidados: 1. Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor-Presidente da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil; 2. Dr. Líbano Barroso – Presidente da TAM Linhas Aéreas; 3. Dr. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; 4. Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos – Ministro dos Transportes; 5. Dr. José Mario Caprioli – Presidente da TRIP Linhas

Aéreas; 6. Dra. Lisa Gunn – Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; 7. Sr. José Aparecido Ribeiro – Presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros. Resultado: Aprovado com aditamentos para: incluir a região nordeste no objeto do requerimento; realizar a audiência pública em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura; e convidar também o Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), Wagner Bittencourt. **ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, de 2012**, que "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Direitos Humanos para discussão sobre a atual situação de falta de voos e preços altos de passagem aérea para os estados da Amazônia, com a presença dos seguintes convidados: – Sr. Marco Antonio Bologna, Diretor Presidente da TAM Linhas Aéreas; – Sr Paulo Sérgio Kakinoff, Diretor Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes; – Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. – Sr. Wagner Bittencourt, Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Requerimento não apreciado, em razão da aprovação do RMA nº 73, de 2012. **ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 75, de 2012**, que "Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o planejamento, os investimentos e os resultados da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Londres 2012 e as perspectivas para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Para tanto sugiro o convite das seguintes autoridades: 1. Exmo. Sr. Aldo Rebelo – Ministro dos Esportes do Brasil; 2.Ilmo. Sr. Carlos Arthur Nuzman – Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; 3. Ilmo. Sr. Ary Graça – Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol – CBV; 4.Ilmo Sr. José Maria Marim – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; 5. Ilmo. Sr Roberto Gesta de Melo – Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo – CBA; 6. Ilma. Sra. Maria Luciene Cacho Resende – Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica – CBG; 7. Ilmo. Sr. Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho – Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos – CBDA; 8. Ilmo. Sr. Paulo Wanderley Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Judô – CBJ; 9. Ilmo. Sr. Carlos Boaventura Correa Nunes – Presidente da Confederação Brasileira de Basketball – CBB; e 10. Ilmo Sr. Carlos Luiz Martins Pereira e Souza – Presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor – CBVM". Autoria: Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado. **ITEM 9) AVISO Nº 16, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1.289, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Fundação Universidade de Brasília – FUB, com o objetivo de verificar possíveis acumulações ilegais de cargos públicos e de pagamentos remuneratórios acima do teto constitucional (TC 011.826/2009-2)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo arquivamento. **ITEM 10) OFICIO "S" Nº 7, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União 2011, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006". Autoria: Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro". Autoria: Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório do relator "ad hoc", Senador Anibal Diniz, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, de 2009 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos". Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (PERMANENTE). Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1-CDR. Resultado: Concedida vista do projeto ao Senador Anibal Diniz, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que obras com área construída acima de vinte mil metros qua-

drados atendam a critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social". Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Concedida vista do projeto ao Senador Jorge Viana, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2012 – Não Terminativo,** que "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC". Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2012 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências". Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2-CMA. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **1) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 1995 – Não Terminativo**, que "Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, com uma emenda de redação para correção de texto. **Ficam adiadas os itens: 8) AMA nº 12, de 2012; 16) PLS nº 438, de 2007; 17) PLS nº 55, de 2008; 18) PLS nº 58, de 2008; 19) PLS nº 353, de 2011; 20) PLS nº 738, de 2011; 21) PLS nº 90, de 2012.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência.

Informo o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão: Ofício FBDCATDex 410, de 2012, da Fundação Procon de São Paulo, que encaminha sugestões sobre os Projetos de Lei da Câmara dos Deputados nº 84, 99 e 2.793, de 2011, PLC nº 85, de 2012, no Senado Federal, que tratam sobre a tipificação criminal de delitos de informática.

Leitura de avisos.

Em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, será designado relator para a seguinte matéria: Aviso nº 870, Secex/TCU/Plenário, encaminha nº 1864/2012 TCU/Plenário, referente ao TC 023332/2008-7, que trata sobre exigências feitas para a fiscalização das companhias telefônicas.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos estarão à disposição dos Srs. Senadores pelo prazo de sete dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação seguirão ao arquivo.

Aviso nº 819, Secex/TCU/Plenário, que encaminha Acórdão nº 1.772/2012 TCU/Plenário, referente ao Processo TC 006.550/2006-6, que traz notícias da rejeição do recurso de revisão impetrado pelo interessado, José Vieira Lins, Prefeitura Municipal de Bacabal – Maranhão.

Aviso nº 1.879, Secex/TCU/Plenário, que encaminha Acórdão nº 1.874, de 2012, Plenário, referente ao Processo TC 009721/2012-6, sigiloso.

Havendo interesse do Parlamentar, a ele será dado conhecimento do aviso em caráter sigiloso.

Vamos à pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecno-

logia, Inovação, Comunicação e Informática para debater recente decisão da Anatel de impedir temporariamente a venda de chips e a habilitação de novos celulares, tendo como convidados: o Ministro de Estado das Comunicações, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretária Nacional do Consumidor.

Autoria: Senador Rodrigo Rollembert

Quero fazer o registro de que ela não poderá estar presente à audiência pública conjunta, se aprovada pela Comissão, que se realizará amanhã. Ela já havia me avisado anteriormente, quando a informei de que estávamos pensando em realizar uma audiência pública, que está havendo um grande encontro nacional de todos os órgãos de defesa do consumidor na cidade de Belo Horizonte. E é a primeira participação, o primeiro grande evento de defesa do consumidor com todos os Procons do Brasil após a criação da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor.

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação da audiência pública conjunta permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

A audiência pública se realizará amanhã, a partir das nove horas, na Sala 7.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro a realização por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle de participação no evento denominado "Visões Globais sobre Biodiversidade", em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz.

Autoria: Rodrigo Rollemberg

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da COP 18 – décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que acontecerá no período de 26 de novembro a 7 de dezembro do corrente ano no Qatar.

Autoria: Rodrigo Rollemberg

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro o aditamento do Requerimento nº 33 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação dos recursos humanos da Auditoria do SUS nas três esferas de governo. Requeiro a inclusão do Sr. Ronaldo Soares Negromonte de Macêdo, representante da Associação Nacional dos Auditores do SUS, AUDSUS, como convidado na audiência pública.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Agora, há um requerimento, de autoria do Senador João Capiberibe, que assinei conjuntamente com o Senador Capiberibe, e outro, de teor muito parecido, do Senador Randolfe Rodrigues.

Vou ler os dois e sugerir que possamos aprová-los, para a realização de uma única audiência pública, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, nesse período agora, de alta estação na Região Nordeste, nós vimos uma verdadeira extorsão, por parte das empresas aéreas, para quem estava tendo a necessidade de se deslocar para o Nordeste. Ou o turista teria comprado o pacote antecipadamente, mas o consumidor ficou exposto a coisas absurdas. Para se ter ideia, teve momento em que o trecho João Pessoa-São Paulo, apenas uma perna, estava custan-

do R$2.600,00, quando normalmente custa trezentos, quatrocentos reais.

Então, esta questão de ordem que estou colocando é para ouvir de V. Exa. se eu poderia pedir que fizéssemos esta audiência Norte/Nordeste ou se eu faço outra para o Nordeste. O que o senhor acha?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu tenho impressão, Senador Cícero Lucena, de que podemos realizar uma única audiência pública. V. Exa. poderia encaminhar os nomes que gostaria de convidar.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Seriam os mesmos, porque são os agentes públicos. A nossa sugestão é que juntem esses dois e faça Norte e Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Então, já vou submeter à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A extorsão é uma só.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Dessa forma, vou ler os requerimentos e vou submeter à votação para audiência pública em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, já sugerindo que incluamos aí também a Região Nordeste.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para discutir, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Esse não é um problema, Senador Cícero, só do Nordeste ou da Região Norte. Eu acho que a Região Norte, como a viação regional ainda não está resolvida a contento, sofre mais. Mas esse também é um problema do sul do País. Às vezes, dentro do meu Estado, o Paraná, fazer uma viagem de Curitiba a Foz do Iguaçu, pouco mais de 500 quilômetros, isso ultrapassa a casa dos R$1.300,00, R$1.400,00. É um verdadeiro absurdo.

Quero parabenizar V. Exª pela iniciativa e dizer que este é um problema nacional, não é só do Nordeste. Eu acho que iniciativas como essas venham a ajudar todo o Brasil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só quero também falar da importância desse tema que o Senador Cícero traz para cá, e o Sérgio Souza reforça. Estou nesta luta desde o ano passado, Senador. Nós tivemos audiência com os presidentes das companhias, fiz pronunciamentos em plenário e, hoje, estou apresentando novo requerimento, tendo em vista a grave situação de voos para Rio Branco. A Gol tinha retirado o seu voo, recolocou o voo, mas o preço das passagens é algo inacreditável para um país como o nosso. Agora que a população acessa uma condição de poder viajar, deslocar-se, ela fica proibida, pelo custo que está sendo cobrado.

Estou apresentando requerimento, também, sobre as limitações de voos, nos voos para Rio Branco, por conta de uma eterna reforma na pista. Mas eu me associo ao propósito de V. Exa. Acho que nós devemos, imediatamente, agendar essa audiência, fazê-la, de certa forma, conjunta com as autoridades do País. E a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que tem como uma de suas prerrogativas fiscalizar, deve assumir esse debate para que, sem prejuízo da atividade empresarial ligada à aviação, possamos fazer a defesa do consumidor e a defesa de um serviço que é de primeira necessidade. Nós não estamos falando de luxo. Estamos falando de primeira necessidade, que é o transporte aéreo.

Então, Sr. Presidente, eu reforço. Acho que a dimensão que esta Comissão deveria dar, mesmo agora, em período de esforço concentrado, é acertarmos com antecedência o dia e termos aqui uma sessão com quórum pleno para tratar de um assunto que é do maior interesse do cidadão brasileiro hoje.

Independente do período, porque V. Exa. tem toda razão quando traz que, no período de alta, a situação se agrava, principalmente como foi agora no Nordeste. E isso independe dos eventos de Copa do Mundo, de Olimpíadas. A situação é grave hoje e merece uma posição muito forte desta comissão. Acho que aqui é o local adequado.

Então, vamos ver se a gente não tem representantes das autoridades, mas as autoridades aqui colocadas. Eu faço um apelo ao Presidente para que pessoalmente se envolva, para que não venham representantes das autoridades ligadas à área do transporte aéreo da aviação civil no Brasil. Mas que possamos fazer uma exemplar audiência e fazer valer o direito do consumidor brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu vou modificar o encaminhamento da Mesa, em função da ausência do Senador Randolfe Rodrigues. Nós vamos submeter apenas à apreciação o requerimento de minha autoria em conjunto com o Senador João Capiberibe, que tem praticamente os mesmos convidados. Vamos sugerir incorporando a sugestão do Senador Cícero Lucena.

Vou ler o requerimento:

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para discutir e buscar soluções para os elevados preços das passagens aéreas praticados nas Regiões Norte e Nordeste do País, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil; Dr. Líbano Barroso, Presidente da TAM Linhas Aéreas; Dr. Paulo Sérgio Kakinoff, Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes; o Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, Ministro dos Transportes; Dr. José Mario Caprioli, Presidente da TRIP Linhas Aéreas; Dra. Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Sr. José Aparecido Ribeiro, Presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Senador João Capiberibe

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É só para uma questão.

Não está colocado o Ministro Bittencourt, que talvez fosse, porque ele é responsável pelas políticas públicas. Eu gostaria, e certamente os meus colegas também, de ser signatário do requerimento. Mas eu solicitaria a maior autoridade ligada ao transporte aéreo do País, do ponto de vista das políticas públicas, o Ministro Bittencourt, para que ele pudesse estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu acato a sugestão do Senador Jorge Viana e a submeto à apreciação de todos, incorporando o Ministro Wagner Bittencourt como convidado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento de audiência pública em conjunto com a Comissão de Infraestrutura permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada no âmbito desta comissão audiência pública com finalidade de discutir o planejamento, os investimentos e os resultados da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Londres de 2012 e as perspectivas para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Para tanto, sugiro o convite às seguintes autoridades: Exmº Sr. Aldo Rebelo, Ministro dos Esportes do Brasil; Ilmº Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, COB; Ilmº Sr. Ary Graça, Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, CBV; Ilmº Sr. José Maria Marim, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, CBF; Ilmº Sr. Roberto Gesta de Melo, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, CBA; Ilmª Sra. Maria Luciene Cacho Resende, Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica, CBG; Ilmº Sr. Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, CBDA; Ilmº Sr. Paulo Wanderley Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Judô, CBJ; Ilmº Sr. Carlos Boaventura Correa Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Basketball, CBB; e Ilmº Sr. Carlos Luiz Martins Pereira e Souza, Presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor, CBVM.

Autoria: Senador Sérgio Souza.

Em votação o requerimento.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente, rapidamente.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento do esporte brasileiro nas Olimpíadas de Londres. Estamos percebendo que não há uma satisfação à altura. Inclusive o Ministro Aldo Rebelo se manifestou recentemente que os investimentos foram muito maiores do que em eventos anteriores e o Brasil não corresponde ao tamanho dos investimentos.

Então, é necessário para nós que vamos sediar as próximas Olimpíadas, em 2016, e, nesse momento, não teremos que disputar as vagas, como país-sede, não precisamos tirar o tempo necessário para a escolha de quem será o esportista que vai participar, eu acho importante que nós brasileiros – e comece aqui, Senador Jorge Viana, no Senado Federal – discutamos esse assunto.

E sugiro aqui o convite das pessoas que representam as confederações: além do Ministro Aldo Rebelo, também do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Artur Nuzman, e do Ary Graça, Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, entre outras confederações.

Eram essas as justificativas, Sr. Presidente. Que possamos, logo após o resultado das olimpíadas, marcar essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sergio Souza, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria cumprimentar o Senador Sergio Souza e ao mesmo tempo ver se seria possível fazer um adendo, com a compreensão da Presidência. Nós todos estamos preocupados com esta questão das instalações, do bom andamento da preparação dos dois eventos de maior audiência do mundo. Estamos falando de Olimpíadas e Copa do Mundo. Esse é um tema também muito pertinente a outras duas secretarias.

A pergunta que faço, tendo em vista que estamos em período de esforço concentrado, é se não seria pertinente – pelo menos uma tentativa da Presidência, se o proponente relator Sergio Souza topar – que tentássemos trazer para a realização de uma audiência conjunta a CE, que é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que pudéssemos concentrar esforços; e a de Infraestrutura, porque certamente tudo vai girar em torno de um bom andamento ou não que envolve o próprio Ministério dos Esportes, como já está colocada a convocação do Ministro Aldo. Mas se houver a possibilidade de fazermos uma audiência conjunta com a CECE e a Comissão de Infraestrutura, nós poderíamos trabalhar e dar uma dimensão maior ainda para o requerimento de V. Exa. Obviamente, isso vai depender também da posição das duas outras comissões, mas ganharíamos tempo e ampliaríamos a possibilidade de termos mais bem esclarecidas as questões pertinentes à realização destes dois eventos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito bem, Senador Jorge Viana. Eu concordo plenamente. Eu não sou membro da Comissão de Educação, não sei se V. Exa...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, também não. Mas o Presidente pode fazer as tratativas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Nós poderíamos ver, Sr. Presidente, alguém que seja membro desta comissão e da Comissão de Educação. Seria o ideal realmente a Comissão de Educação e Desporto, que é uma das responsáveis. Nós somos mais pela fiscalização. E aqui também temos uma Subcomissão de Olimpíadas e Copa do Mundo. Então seria muito interessante se pudesse realmente fazer esta audiência conjunta com a Comissão de Educação. Concordo com as colocações do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sergio Souza.

Então, vou submeter à apreciação o requerimento para a realização conjunta da audiência pública. Apenas com a Comissão de Educação ou com a Comissão de Educação e a de Infraestrutura? *(Pausa.)*

Há concordância do autor, então vou submeter á votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, estou me dividindo aqui entre esta comissão e a CPI que está bem aqui na sala ao lado. Ainda bem que geograficamente estão próximas as duas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nesse momento nós somos privilegiados com a sua presença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu que sou por estar aqui na comissão sob sua presidência.

Mas me perdoe a ignorância da questão. É que existe um requerimento de minha autoria, é o Item nº 6 da pauta, que solicita audiência pública e me parece que há requerimento no mesmo sentido do Senador João Capiberibe solicitando audiência pública para tratar de um tema que me parece já foi tratado nesta comissão. Mas em virtude da ocorrência e da insistência do tema, o Senador Jorge Viana sabe do verdadeiro caos em que está a Região Amazônica pelo sistema de voos e pelas altas tarifas de transporte aéreo cobrado pelo duopólio Gol e TAM, em especial para a Região Amazônica, nós protocolizamos um requerimento – e o Senador Capiberibe tem um também no mesmo sentido – solicitando audiência pública desta Comissão, e que ela ocorra o quanto antes, convocando os Presidentes da TAM Linhas Aéreas, da Gol Linhas Aéreas, o Presidente da Agência Nacional da Aviação Civil e o Presidente da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. E eu reitero que ela ocorra o quanto antes.

O requerimento do Senador João Capiberibe me parece que versa no mesmo sentido. Eu queria solicitar a V. Exa – já foi aprovado o requerimento do Senador João Capiberibe – que sejam acrescentadas ao requerimento as autoridades que estão previstas neste requerimento. Complementarmente, eu requeiro a V. Exa. em virtude da urgência do tema: nós na Região Amazônica, creio que isso se repete no Acre, também em Roraima, em Rondônia, no Amazonas e no Pará sofremos nesse período de ocorrência das férias de julho com o impedimento de um direito constitucional de ir e vir para qualquer canto do Brasil em decorrência de toda a Região Amazônica estar a mercê do duopólio dessas duas companhias aéreas. Em virtude disso, nós temos que nos submeter à prática de preços abusivos para os usuários de transporte aéreo naquela região. E também por não termos uma resposta satisfatória das autoridades de aviação civil do País sobre esta

situação em que se encontra o transporte aéreo na Região Amazônica.

Nesse sentido, se já foi apreciado, peço desculpas a V. Exa. se não o foi, solicito a apreciação do requerimento meu e o do Senador Capiberibe. Se já foi apreciado o do Senador Capiberibe, que seja incluída a convocação das autoridades que aqui descrevi. E solicito de V. Exa., no que for possível, o quanto antes a realização desta audiência pública. É para o que peço a vênia e a deferência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

A Mesa já colocou em apreciação e votação o requerimento do Senador João Capiberibe. Todos os nomes propostos por V. Exa. também já estão convidados. Eu queria apenas fazer uma sugestão: que V. Exa. seja co-autor desse requerimento aprovado. A diferença é que no requerimento de V. Exa. nós decidimos aqui fazer uma audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a Comissão de Infraestrutura.

V. Exa. sugeria audiência conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e com a de Desenvolvimento Regional e Turismo. Consulto V. Exa. se se sente contemplado na audiência pública conjunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente contemplado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, V. Exa. passa a ser co-autor do requerimento que está aprovado. Nós vamos marcar rapidamente a audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço muito a presença de V. Exa, que nos honra muito.

Eu quero fazer uma solicitação, uma consulta ao Plenário: se podemos colocar extrapauta um projeto do qual sou relator. Recebi a solicitação do Ministro de Estado da Integração Nacional, e o projeto trata da política nacional de irrigação. É um projeto iniciado no Senado, tramitou durante muitos anos na Câmara, há um substitutivo da Câmara. Se houver concordância deste Plenário, vamos colocá-lo extrapauta para apreciação neste momento.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito do Senador Cícero Lucena que assuma a Presidência da reunião para que eu possa ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Trata-se do parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 229, de 1995, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, revoga as Leis 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-leis nºs 2.032, de 9 de junho de 1983 e 2.369, de 11 de novembro de 1987 e dá outras providencias.

Relatório: submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995.

O projeto original foi apresentado em agosto de 1995 como conclusão parcial dos trabalhos da Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco e tem por objetivo instituir a nova Política Nacional de Irrigação.

No Senado Federal, o PLS nº 229, de 1995, foi submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como à do Plenário da Casa.

Em outubro de 2005, após mais de dez anos de tramitação, o projeto recebeu substitutivo do Senador Pedro Simon, designado relator na CRA.

A nova redação alterou profundamente o texto promovendo atualizações necessárias e aprimoramentos pertinentes.

Após algumas modificações em plenário, a matéria seguiu para a Câmara dos Deputados em dezembro de 2005. Naquela Casa Legislativa, o projeto passou a tramitar como Projeto de Lei nº 6.831, de 2005, e foi submetido à apreciação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Minas e Energia, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Comissão de Finanças e Tribunal e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, o PL nº 6.381, de 2005, recebeu novo substitutivo do Relator, Deputado Afonso Hamm. A nova redação promoveu diversas modificações pontuais no texto sem, contudo, alterar significativamente o espírito da proposição aprovada pelo Senado Federal.

Após mais algumas mudanças pontuais e aprovação pelo Plenário daquela Casa Legislativa, o projeto foi reencaminhado ao Senado Federal em julho de 2012, passando a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 229, de 1995.

No Senado Federal, o Substitutivo será apreciado pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle, de Serviços de Infraestrutura e de Agricultura e Reforma Agrária.

Após a tramitação nas Comissões, a matéria seguirá para plenário.

Conforme a redação ora submetida à CMA, o projeto apresenta 45 artigos estruturados em seis capítulos.

O Capítulo I destina-se às disposições preliminares, com destaque para o estabelecimento de importantes definições, como agricultura irrigada, projeto de irrigação e serviço de irrigação, por exemplo.

Os Capítulos II e III instituem, respectivamente, os princípios e os objetivos da política nacional de irrigação.

O Capítulo IV dispõe de uma seleção dedicada aos instrumentos da política, subvidivido em 8 subseções, destinadas a tratar dos planos e projetos de irrigação do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, dos incentivos fiscais, do crédito e do seguro rural, da formação de recursos humanos, da pesquisa científica e tecnológica, da assistência técnica e do treinamento dos agricultores irrigantes, das tarifas especiais de energia elétrica, da certificação dos projetos de irrigação, dos financiamentos ao amparo do Fundo de Investimentos e Participações em Infraestrutura e do Conselho Nacional de Irrigação.

O Capítulo V trata da implantação dos projetos de irrigação.

A Seção I desse capítulo estabelece disposições gerais, ao passo que a Seção II dispõe sobre os projetos públicos e as infraestruturas de uso comum, de apoio à produção e à unidade parcelar.

A Seção II está subdividida em seis subseções destinadas a tratar dos projetos públicos de irrigação, da infraestrutura dos projetos públicos, das unidades parcelares dos projetos públicos, do agricultor irrigante nos projetos de irrigação, da emancipação dos projetos públicos de irrigação e das penalidades aos agricultores irrigantes dos projetos públicos de irrigação.

Por fim, o Capítulo VI estabelece disposições finais.

No Senado Federal, até o momento não foram apresentadas novas emendas.

Análise

De acordo com as alíneas "a" e "d", do inciso II do art. 102, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, em especial, sobre a proteção do meio ambiente, em defesa do solo e dos recursos hídricos, conservação e gerenciamento do solo e dos recursos hídricos no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

O bom gerenciamento do uso da água constitui um dos temas mais sensíveis em matéria de proteção do meio ambiente no Brasil e no mundo.O legislador brasileiro respondeu ao desafio imposto pela crescente escassez e pela contínua degradação da qualidade da água com a edição da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos entre outras providências.

No contexto, o gerenciamento dos recursos hídricos, a agricultura irrigada merece especial atenção, tendo em vista que, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), 46% do consumo de água verificado no País, decorre dessa atividade. Além disso, sistemas de irrigação mal projetados ou operados podem levar a desperdícios significativos de água e à salinização do solo, tornando-0 inapropriado para a atividade agrícola.

Esse,sem dúvida, é um impacto ambiental importante.

Vale salientar que, de acordo com o art. 3º do SCD nº 229, de 1999, a Política Nacional de Irrigação tem como princípios o uso e o manejo sustentável dos solos e dos recurso hídricos destinados à irrigação, bem como a integração com as políticas setoriais de recursos hídricos, de meio ambiente, de saneamento ambiental entre outros.

Entre os instrumentos da PNI (art. 6º), os Planos de Irrigação visam a orientar o planejamento e a implementação da Política, em consonância com os Planos de Recursos Hídricos. Para tanto, deverão contemplar, entre outros tópicos, informações sobre a capacidade de uso do solo e a disponibilidade de recursos hídricos. Na elaboração dos Planos Estaduais de Irrigação, os estados deverão consultar os comitês de bacia hidrográfica em sua área de abrangência.

O Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, outro instrumento da PNI (art. 8º), deverá reunir dados como, por exemplo, o inventário de recursos hídricos e informações hidrológicas das bacias hidrográficas, bem como o mapeamento dos solos com aptidão para a agricultura irrigada. Além disso, o crédito rural (art. 12) privilegiará a aquisição de equipamentos de irrigação mais eficientes nos uso dos recursos hídricos, entre outras medidas.

Está também prevista a certificação dos projetos públicos e privados de irrigação e das unidades parcelares de projetos públicos de irrigação quanto ao uso racional dos recursos hídricos disponíveis, incluindo os aspectos quantitativos e qualitativos associados à água e à tecnologia de irrigação (art. 19).

A implantação de projetos de irrigação dependerá de licenciamento ambiental, quando exigido pela lei (art. 22). Além disso, o uso da água dependerá de outorga do poder público (art. 23), estando, portanto, sujeito a cobrança, quando for o caso.

Os projetos de irrigação a serem implementados total ou parcialmente com recursos públicos deverão dispor de estudos que comprovem a sua viabilidade técnica, ambiental, hídrica, econômica e social (art. 29). O agricultor irrigante, por seu turno, deverá adotar práticas e técnicas de irrigação e drenagem que promovam a conservação dos recursos ambientais, em especial do solo e dos recursos hídricos, entre outras obrigações (art. 36).

Ante o exposto, com atenção às competências da CMA, entendemos que a Política Nacional de Irrigação, conforme o texto aprovado na Câmara dos Deputados, contempla medidas suficientes para garantir a sustentabilidade ambiental dos projetos públicos e privados de irrigação, em especial no que se refere à proteção da água e do solo.

Acreditamos, porém, que se faz necessário o aprimoramento da técnica legislativa no Capítulo IV. Ocorre que este capítulo apresenta uma única seção subdividida em oito subseções. Não parece necessário, desse modo, o detalhamento em subseções. Basta que o capítulo seja destinado aos instrumentos e que seja subdividido em oito seções. Esta pequena modificação consta de emenda de redação que apresentamos.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 229, de 1995, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CMA

Suprima-se a denominação "Seção I" no Capítulo IV, transformando-se as subseções de I a VIII em seções de I a VIII.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto que já tem dezessete anos de tramitação no Congresso Nacional, e é lastimável que este Congresso seja realmente tão moroso. Inclusive, eu fiz um estudo recentemente para entende o porquê de o Poder Executivo, cada vez mais, legislar em detrimento do Poder Legislativo. Hoje, mais de 90% do que se aprova no Congresso Nacional tem a autoria do Poder Executivo.

Nós assistimos recentemente a uma seca no Sul do País que dizimou plantações inteiras, com um prejuízo de R$20 bilhões, que, na cadeia, pode chegar a R$50 bilhões. São R$50 bilhões que o Brasil deixou de ficar mais rico. E nós assistimos presentemente a uma seca no Nordeste.

Contudo, refiro-me ao Sul, especialmente ao Estado do Paraná, que é um Estado banhado por cinco grandes rios, da divisa de Santa Catarina até a divisa com São Paulo, e pelo maior lago artificial do Planeta, o lago de Itaipu, bem como por centenas, talvez milhares de pequenos rios que compõem a sua bacia hidrográfica. E nós vemos, a poucas centenas de metros de um lago tão grandioso como o de Itaipu, plantações inteiras morrendo de sede. Então, um plano nacional de irrigação pode vir a ajudar nisso.

Vejam bem: com R$20 bilhões de prejuízo direto na agricultura, quanto deixou de arrecadar o País e o Governo com esse prejuízo todo? E com o prejuízo causado no Nordeste? De quanto precisamos em investimentos? Eu acho que para investimentos em irrigação nós traremos, como toda certeza, o retorno na sequência, porque haverá uma segurança na produção.

Hoje, nós estamos assistindo a uma verdadeira catástrofe no que diz respeito à produção de proteína animal no País, tanto de aves, quanto de suínos. E por conta de quê? Do custo da produção. E, no momento em que os Estados Unidos vivem a sua maior seca dos últimos cem anos, o preço da *commodity* de soja chegou a R$80,00 a saca no Porto de Paranaguá. É a base da proteína animal, da ração. O preço do milho, o contrato já se fala em R$38,00. Agora, com a greve dos agentes fiscais agropecuários federais, isso está causando realmente um prejuízo enorme a todo País.

Vejam a diferença que faz a questão da irrigação, até mesmo para um país desenvolvido como os Estados Unidos, que é o maior produtor de alimentos. Mas, nós somos o segundo maior e temos a responsabilidade de sermos aquele que vai trazer a estabilidade de produção de alimentos para essa população mundial que existe hoje, os nossos sete bilhões de habitantes. E, como disse o nosso Presidente da ONU, Ban Ki-moon, em 2050 nós precisaremos de 50% mais de alimentos por conta dos sete bilhões que comerão mais e por conta do aumento populacional, que será de aproximadamente mais dois bilhões de seres humanos sobre o Planeta.

Então, iniciativas como essas são importantes.

Parabéns, Senador Rodrigo Rollemberg, pela celeridade na relatoria que V. Exa. faz aqui perante esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação da matéria com a emenda que foi apresentada.

Retorno a presidência ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aproveito a presença de alguns relatores de projetos de lei...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Estou como relator no item 9, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos então ao item nº 9.

ITEM 9

AVISO Nº 16, DE 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.289, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Fundação Universidade de Brasília – FUB, com o objetivo de verificar possíveis acumulações ilegais de cargos públicos e de pagamentos remuneratórios acima do teto constitucional (TC 011.826/2009-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pelo arquivamento

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, faço rapidamente a leitura do meu parecer.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 16/2012-CN (nº 44-Seses– TCU-2ª Câmara, de 06/03/2012, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.289, de 2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Fundação Universidade de Brasília – FUB, com o objetivo de verificar possíveis acumulações ilegais de cargos públicos e de pagamentos remuneratórios acima do teto constitucional (TC 011.826/2009-2).

Peço de V. Exa. e dos colegas Senadores a dispensa da leitura do relatório, tendo em vista que não ficou comprometido o interesse público, e passaria direto para a análise da matéria.

O Aviso em análise apresenta determinações do TCU para corrigir irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública.

No mérito, não resta dúvida que as finalidades legais do mecanismo preventivo foram cumpridas e as providências adotadas fizeram com que os prejuízos ao Erário e aos princípios da Administração Pública não fossem concretizados. São pertinentes as medidas necessárias ao ajuste das remunerações que extrapolam o limite estabelecido pela Constituição. Este é o entendimento do TCU e deste Relator.

Votamos pelo encaminhamento do processo ao arquivo, uma vez que os objetivos do controle foram cumpridos.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do Relatório do Senador Jorge Viana permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão do Meio Ambiente pelo arquivamento do Aviso.

O próximo Item da pauta encaminha relatório de gestão...

Eu sou o relator do próximo Item, mas nós vamos aproveitar a presença do Senador João Vicente Claudino para apreciar o Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 143, DE 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros
Relatoria: Senador João Vicente Claudino

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 143, de 2012, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

Atualmente, a área de atuação da Codevasf engloba os vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Ceará e no Distrito Federal. Conforme o projeto, a

Companhia passaria atuar também no vale do rio Vaza-Barris, já incluído nesses mesmos Estados.

Segundo os autores, a presença da Codevasf no vale do rio Vaza-Barris em muito será útil para um melhor aproveitamento dos recursos locais, uma melhor distribuição dos recursos hídricos deste vale, induzindo as transformações necessárias para a melhoria socioeconômica das condições de vida e emprego da população local, especialmente os pequenos produtores rurais.

Na Análise, de acordo com o art. 4º da Lei nº 6.088, de 1974, a Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim. Esse aproveitamento pode se dar diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas.

O objetivo das ações da Companhia, ainda segundo o art. 4º da referida Lei, é promover o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Para tanto, a Codevasf poderá coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor em articulação com os órgãos federais competentes.

Originalmente, a área de atuação da Codevasf abrangia tão somente o vale do rio São Francisco. Contudo, a constatação da qualidade e da eficiência das ações da empresa autorizou a ampliação legal da sua zona de abrangência. Nos últimos anos, ela passou a englobar também os vales dos rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim. O objetivo da ampliação é promover o desenvolvimento dessas regiões.

Sem alterar a missão da Codevasf, o PLS nº 143, de 2012, inclui o vale do rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia.

O rio Vaza-Barris nasce no Município de Uauá, no Estado da Bahia. Sua extensão é de 450 quilômetros, dos quais 152 estão no Estado de Sergipe. A área total da bacia hidrográfica é de 17 mil quilômetros quadrados, cuja maior parte está no território baiano; apenas 15% se localizam no Estado de Sergipe. Segundo os autores do projeto, a inclusão do vale do rio Vaza-Barris preserva a continuidade da área de atuação da Codevasf, *o que facilitará as atividades de planejamento e execução do aproveitamento dos recursos hídricos, com destaque para a promoção da agricultura irrigada*.

No mérito, tendo em vista o papel histórico da Codevasf na promoção do desenvolvimento regional, consideramos pertinente a ampliação da sua área de abrangência para englobar também o vale do rio Vaza-Barris.

Entretanto, entendemos que o art. 1º da proposição merece aprimoramentos quanto à forma. Além disso, consideramos importante incluir o vale do rio Vaza-Barris também na disciplina dos incisos II e III do art. 9º da Lei nº 6.088, de 1974. Essas modificações são promovidas nas emendas que apresentamos.

Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação, com as emendas que seguem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador João Vicente Claudino permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do Projeto, com as emendas nº 1 e nº 2, da CMA.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 578, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que obras com área construída acima de vinte mil metros quadrados atendam a critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social.

Autoria: Senador Cícero Lucena.
Relatoria: Senador Ivo Cassol.
Relatório: pela aprovação com duas emendas.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos à análise e à conclusão.

Em suma, concluímos ser necessário alterar a redação original do projeto, para deixar claro que os critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social constituirão condições para admissibilidade das propostas dos licitantes, não fatores para a determinação do *ranking* das propostas classificadas.

Como a nova regra não terá sua aplicação restrita às licitações para a contratação de obras, perde sentido sua inserção no art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, que cuida dos projetos básico e executivo. Ademais, tratando-se de requisito de aceitabilidade das propostas, como propugnamos, melhor será veicular tal exigência no art. 48 da Lei, que trata das hipóteses de desclassificação das propostas.

Para viabilizar as alterações sugeridas, concluímos pela apresentação de duas emendas. A primeira

dá nova redação ao art. 1º do projeto, que modifica a Lei Geral de Licitações. Como consequência disso, faz-se necessário promover adaptações no texto da ementa do projeto, o que é feito pela segunda emenda.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 578, de 2011, com as seguintes emendas

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 48 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

'Art. 48. .....

.....

§ 4º O instrumento convocatório identificará, entre as exigências para classificação das propostas, critérios objetivos de sustentabilidade ambiental e justiça social, em função das peculiaridades do local e do objeto da contratação.' (NR)"

EMENDA Nº – CMA

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2011, a expressão "obras com área construída acima de vinte mil metros quadrados" por "as propostas dos licitantes".

O voto é pela aprovação com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, me inscrevo.

Eu gostaria de, preliminarmente, dizer que concordo com o mérito do projeto, de autoria do Senador Cícero Lucena, e com o Relator, Senador Ivo Cassol, mas, tendo em vista que sou um dos interessados também, com a aplicação desse novo critério, tendo em vista os problemas que temos tido em grandes obras no País, agora mesmo, tanto aqui no Distrito Federal, como lá, na região em que vivemos, eu sei da intenção também do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, de debater um pouco melhor esse tema, e eu, como parte da Base do Governo, eu gostaria de também solicitar vista da matéria para que eu possa também ouvir ainda, mesmo concordando com o mérito da proposta e com o relatório do Senador Ivo Cassol, apenas para que eu possa ouvir ainda o Ministério do Planejamento e muito vinculado à aplicabilidade dessa nova normativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista, então, concedida, ao Senador Jorge Viana.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: pela aprovação, com uma emenda.

Consulto o Senador Anibal Diniz se pode relatar *ad hoc* o Item 11. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao relator *ad hoc*, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2011 (Projeto de Lei nº 4.354, de 1998, na Casa de origem), do Deputado Antonio Carlos Pannunzio. A iniciativa visa a alterar o art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com o objetivo de incluir recipientes para depósito de lixo e materiais descartáveis entre os equipamentos obrigatórios dos veículos de transporte de passageiros com mais de quinze lugares. A lei resultante passaria a vigorar noventa dias após a data de sua publicação.

Concordamos com o autor do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2011, quanto à necessidade de lixeiras a bordo dos veículos de transporte coletivo. A medida, ainda que insuficiente para impedir que os passageiros arremessem detritos ou materiais descartáveis nas vias, certamente contribuirá para a redução desse hábito, o que resultaria na diminuição dos níveis de poluição nas ruas e nas estradas, bem como em maior segurança para os transeuntes e para o patrimônio público.

Voto.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2011, com a emenda que apresentamos.

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2011, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', para incluir recipientes para depósito de lixo e materiais descartáveis entre os equipamentos obrigatórios dos veículos de transporte de passageiros com mais de quinze lugares.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório e voto do Senador Anibal Diniz, relator *ad hoc*, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA.

Eu solicito ao Senador Jorge Viana que assuma a Presidência da Comissão, pois sou relator do Ofício "S" nº 7, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agora vamos ao Item 10 da pauta.

ITEM 10

OFICIO "S" Nº 7, DE 2012

– Não Terminativo –

Encaminha Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União 2011, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006.

Autoria: Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vem à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o "Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União 2011", encaminhado ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 7, de 2012 (Ofício nº 115, de 2012/SFB/MMA, na origem), em cumprimento ao § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas.

De acordo com o dispositivo legal citado, o órgão gestor – no caso, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – deverá encaminhar ao Congresso Nacional relatório anual sobre as concessões outorgadas, o valor dos preços florestais, a situação de adimplemento dos concessionários, os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e seu estado de execução, as vistorias e auditorias realizadas e os respectivos resultados.

O relatório é parte de um conjunto de mecanismos previstos na Lei nº 11.284, de 2006, que têm por objetivo conferir transparência e controle social ao processo de concessão para a produção florestal sustentável – madeireira ou não. A seguir, são transcritos, em síntese, dados e informações constantes do documento enviado à CMA.

O Capítulo 1 do Relatório trata do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) e da habilitação de florestas para as concessões.

O CNFP abrange florestas do domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em 2011, o SFB realizou a quarta atualização do Cadastro, o que resultou no acréscimo de aproximadamente 12 milhões de hectares de florestas públicas em relação ao ano-base de 2010. Esse aumento decorreu, sobretudo, da inclusão de cerca de dez milhões e quinhentos mil hectares de novas florestas públicas federais.

As florestas públicas podem ser classificadas em dois grandes grupos: (i) florestas destinadas – possuem dominialidade pública e uma destinação específica, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais, Assentamentos Federais, Áreas Militares, Florestas Estaduais e Florestas Municipais; e (ii) florestas não destinadas – possuem dominialidade pública, mas ainda não foram afetadas para algum tipo de uso de interesse da administração.

Entre 2007 e 2011 foram cadastrados aproximadamente 300 milhões de hectares de florestas públicas no Brasil, o que equivale a aproximadamente 58% das florestas brasileiras. As florestas públicas cadastradas situam-se, em sua maioria, na Região Norte, que abriga 88% da área total, seguida da Região Centro-Oeste, com 8,5%.

A área de florestas públicas destinadas inseridas no CNFP até 2011 representa 76% do total das florestas cadastradas.

O PAOF, também instituído pela Lei nº 11.284, de 2006, é o instrumento de planejamento das ações voltadas à produção sustentável em florestas públicas. Define as florestas passíveis de serem submetidas a concessão florestal no ano em que vigora.

O PAOF 2012 foi aprovado pela Portaria Ministerial nº 271, de 27 de julho de 2011, e identificou como aptos para a concessão florestal 4,4 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em dez Florestas Nacionais (FLONA), localizadas nos Estados do Acre, Pará e Rondônia.

O SFB vem priorizando as Flonas para a implantação das concessões florestais. O Brasil possui cerca de 16 milhões de hectares em 65 Flonas, que são Unidades de Conservação (UC) federais de uso sustentável, das quais 32 estão na Amazônia e correspondem a 99,4% da área total das Flonas do País.

Já o Capítulo 2 do Relatório aborda as concessões florestais e os avanços alcançados durante o ano de 2011. Apresenta os detalhes referentes à execução dos contratos em andamento, como a produção auferida, os valores arrecadados e o monitoramento da execução dos contratos em seus aspectos relacionados à conservação e proteção das florestas outorgadas.

Em 2011, o SFB aprimorou o processo de concessão e desse esforço resultou a edição de cinco

resoluções e novas metodologias para uma definição mais precisa dos parâmetros técnicos e econômicos utilizados nos editais de concessão florestal.

O Relatório em comento apresenta de forma detalhada os dados relativos à gestão dos contratos em andamento das áreas concedidas das Flonas Saracá-Taquera, no Estado do Pará, e do Jamari, no Estado de Rondônia.

Em 2011, o SFB concluiu o processo licitatório relativo à concessão de cinco Unidades de Manejo Florestal (UMF) na Flona do Amana, também situada no Estado do Pará. No entanto, conforme o Relatório, os vencedores não prestaram as garantias exigidas para a assinatura do contrato de concessão, o que resultou na revogação da licitação (Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2011).

A íntegra do processo licitatório e dos contratos de concessão firmados está disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro.

O SFB é o responsável pelo monitoramento do cumprimento dos contratos de concessão florestal nas Unidades de Manejo Florestal concedidas, no que respeita a aspectos técnicos e administrativos. Controla a produção dos concessionários florestais por meio de relatórios mensais de produção, cujas informações são cruzadas com o sistema informatizado de controle de cadeia de custódia e com dados do Documento de Origem Florestal (DOF), emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e de verificações de campo.

A fiscalização ambiental nas Flonas compete ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como órgão gestor das Unidades de Conservação federais.

O Capítulo 3 do Relatório Anual 2011 apresenta as atividades e os investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e seu Plano de Aplicação Regionalizada.

O Plano Anual de Aplicação Regionalizada 2011 estabeleceu, como áreas prioritárias para investimento, os biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica e, como temas, a restauração florestal, o uso sustentável dos recursos florestais e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento florestal.

O FNDF contratou, em 2011, vinte e um projetos por meio de quatro pregões eletrônicos, sendo aplicados cerca de R$1,5 milhão.

O último capítulo do relatório descreve as atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão de Gestão de Florestas Públicas e as pautas discutidas em cada uma das três reuniões ordinárias realizadas no ano de 2011.

A referida Comissão, instituída pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, é o órgão consultivo do Sistema Florestal Brasileiro e a ela compete assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas da União e se manifestar sobre o Plano Anual de Outorga Florestal. É composta por representantes de órgãos governamentais federais, de associações de entidades estaduais e municipais de meio ambiente, do setor industrial, de instituições de pesquisa, de comunidades indígenas e tradicionais e de organizações não governamentais.

Por ocasião das reuniões realizadas no ano de 2011, foram discutidos, em especial, o Plano Anual de Outorga Florestal 2012, o Manejo Florestal Comunitário e Familiar, o Inventário Florestal Nacional, o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e os editais de concessão florestal das Flonas Sacará-Taquera, Anana, Crepori (PA) e Jacundá (RO).

Pelo exposto, damos ciência do teor do Relatório de Gestão de Florestas Públicas da União 2011 aos membros desta Comissão e manifestamo-nos pelo arquivamento do processo gerado pelo Ofício "S" nº 7, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a leitura e o parecer do Senador Rodrigo Rollemberg, a matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Se não há nenhum Senador que queira discutir, ponho a matéria relatada pelo Senador Rodrigo Rollemberg em votação.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a constituir o parecer da CMA pelo arquivamento do Aviso.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos ao item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 183, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (Permanente)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1 – CDR

Observações: – *Matéria apreciada pela CDR, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1 – CDR.*

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

O projeto em pauta altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências", com o propósito de disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado.

A proposição decorre da constatação de que a ausência de uma legislação específica tem ocasionado conflitos entre as diversas prestadoras de serviços públicos e o poder municipal.

Para a CAE, autora da proposição, a instalação de redes de infraestrutura desvinculada de regras de ordenamento territorial "contribui para a ocupação irregular do solo urbano e coloca em risco os investimentos realizados, uma vez que estes permanecem sujeitos a multa, embargo ou demolição por parte do poder público municipal".

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2009, estabelece que as prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não discriminatória, e a condições justas e razoáveis. Nos termos da lei proposta, a implantação dos equipamentos deverá ocorrer exclusivamente nessas áreas, mediante a instituição de servidão, considerada um bem reversível no âmbito do regime de concessão.

Complementarmente, a proposição determina que as prefeituras mantenham cadastros georreferenciados das redes de infraestrutura instaladas na respectiva jurisdição, que ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.

Inicialmente distribuído com exclusividade à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o projeto mereceu a aprovação unânime daquele colegiado, com emenda do relator, no sentido de atribuir à legislação municipal a tarefa de definir as "condições justas e razoáveis" de que trata a proposição.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.588, de 2009, de autoria deste Relator, a matéria foi também submetida ao exame desta Comissão.

Análise.

Consideramos procedentes os argumentos que sustentam a iniciativa, que pretende, de um lado, trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras de serviços e, de outro, vincular a implantação das redes de infraestrutura ao planejamento da ocupação territorial.

A proposição viabiliza o equacionamento de disputas cada vez mais frequentes, oferecendo uma solução justa, que atende aos interesses de ambas as partes. De um lado, assegura às concessionárias o direito de implantar as redes necessárias à prestação dos serviços públicos. De outro, garante aos Municípios a prerrogativa de indicar as áreas onde essas redes podem ser implantadas, assim como o direito a uma compensação, que decorre do conceito de servidão. Evita-se, dessa forma, tanto a implantação de redes à revelia do urbanismo municipal, quanto a imposição às concessionárias de "taxas" fixadas unilateralmente pelos Municípios.

Discordamos, no entanto, da emenda aprovada pela CDR, que atribui ao Município a responsabilidade de definir as "condições justas e razoáveis" a serem observadas na utilização dessas áreas. Essas condições devem ser estabelecidas mediante acordo entre as partes. Na ausência desse acordo, caberá ao Poder Judiciário fixar o valor da indenização.

No caso em tela, aplica-se o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. O art. 40 desse diploma legal determina que "o expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei". Destaque-se, ainda, que compete privativamente à União legislar sobre desapropriações (art. 22, II, da Constituição Federal), o que abrange as servidões de direito público.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, e pela rejeição da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para discutir, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para reforçar que o projeto também foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional, mas com uma emenda que foi objeto de entendimento com o Ministério das Cidades. A gente considera essa emenda como de fundamental importância para a matéria. Então teríamos duas alternativas aqui para o Senador Flexa. A primeira, que ele pudesse aprovar o seu relatório acatando a emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e, caso isso não seja possível, terei que pedir vista, para a gente ter que apresentar um voto em contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A emenda aprovada na CDR dá ao Poder municipal, e unicamente a ele, a condição de definir o valor que vai ser cobrado do concessionário para que ele possa implantar as redes de serviços públicos. O que está previsto na legislação é que esse valor deverá ser ajustado entre as partes. É só essa a diferença.

Senador Anibal, a emenda que foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional tira do concessionário a possibilidade de negociar com o Poder Público a taxa que vai ser paga, o que pode vir até, se for o caso, a inviabilizar a implantação do serviço público que será feito através de concessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Nesse caso, então, a gente vai ter que aprimorar essa matéria. Eu pediria vista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sem problema, vamos...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vamos chegar a um entendimento com o Ministério. Perfeito!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...chegar a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida.

Agradecendo à presença de todos os Senadores e Senadoras, as demais matérias ficam adiadas em função da ausência dos relatores.

Lembro que amanhã teremos uma audiência pública para tratar das recentes decisões da Anatel sobre as operadoras de telefonia em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, a partir das nove horas da manhã.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE JUNHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia doze de junho de dois mil e doze, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves e o não membro Senadora Ana Amélia.** Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Primeira Parte.** Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 75, de 2012–CDH, aprovado em 24/05/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos Brasileiros. Convidados: Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS, em substituição ao Senhor Heitor Müller, Presidente; Marcos O. Oderich, Indústrias Oderich; Deputado Federal Osmar Terra; Newton da Silva Marques, Economista, professor da Universidade de Brasília– UNB; José Ricardo Costa e Silva, Economista; Nelson de Miranda Osório, Diretor Financeiro da Confederação Brasileira de Aposentados e Pencionistas – COBAP. Usam da palavra os Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias e Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pu-

blicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 75, de 2012, da CDH, aprovado em 24 de maio de 2012, de autoria deste Senador, para debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros.

Foram convidados para este evento e confirmaram a presença... Para mim, confirmou presença, tem de estar presente. Nem todos confirmam, e, depois, aparecem. Muitos provocam a audiência; e eu estou falando aqui, ao vivo, pelo sistema de comunicação do Senado, pedem a audiência, e depois não aparecem. Então, fica aqui uma crítica, um comentário construtivo.

Mas, enfim, está confirmada a presença – e sei que está vindo para cá – do Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, que é um dos painelistas para esta sessão.

Já está conosco aqui, a quem agradeço muito a presença, o Dr. Cláudio Affonso Amoretti Bier, pai do Deputado Mano Changes. O Mano é um grande deputado do Rio Grande do Sul, parceiro de todas as horas. A questão não é partidária, mas sim a causa que cada um defende. Eu já estive com ele em diversos eventos, caminhamos pela cidade, enfim. É um grande parlamentar. É uma alegria estar aqui com você. E fiquei sabendo hoje que te conheço há anos, e não sabia que você era pai do Mano. É interessante isso; é positivo. E ele é o primeiro a estar presente na discussão de um tema que considero de suma importância. É o primeiro dos convidados a chegar; o Dr. Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul. Ele é vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Fiergs, aqui representado pelo Sr. Heitor Müller, que é o presidente, que inclusive me mandou uma carta, que vou ler em seguida.

Confirmou também presença o Nélson de Miranda Osório, que é diretor financeiro da Confederação Brasileira, Cobap, porque nós olhamos essa questão das barreiras argentinas na ótica também do emprego e da renda; e, claro, queremos que as empresas brasileiras estejam bem, gerando emprego e distribuindo renda.

Confirmaram também o Newton da Silva Marques, economista, professor da Universidade de Brasília; o José Ricardo Costa e Silva, também economista. Confirmaram também o Mauro Knijnik, Secretário de Estado – Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento do Estado do Rio Grande do Sul; o Miguel Torres, Presidente em exercício da Força Sindical; e ainda o representante das centrais confirmaram que mandariam representante, tanto da Força, como da CUT, e da UGT.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar aqui já.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Um colega nosso, o Marcos Oderich, que é diretor da Casa também, que me telefonou; não confirmou, mas está vindo. Deve estar preso no trânsito também. Mas está chegando, porque ele me telefonou há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se ele chegar, vai contribuir também para o debate.

De pronto, vou ler a carta que recebi do meu amigo Presidente da Fiergs. Permita que eu diga isso?

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele esteve me visitando esses dias aqui – ele é muito atencioso –, falando das coisas do Rio Grande. É o Presidente Heitor José Müller.

Exmº Sr. Paulo Paim, dirijo-me a V. Exª para reiterar a preocupação do setor industrial em relação ao acirramento das barreiras argentinas.

Enquanto em 2011, mesmo com as barreiras, as exportações do Rio Grande do Sul para o vizinho país cresceram 17% do ano corrente, até abril de 2012, as vendas gaúchas para o mesmo destino já caíram quase 10%.

Enquanto o Brasil acumulou um superávit de US$5,85 bilhões com a Argentina, no ano passado, o nosso Estado registrou um déficit de 2,8 bilhões nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O número é...

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – É muito significativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É preocupante.

Depois da implementação da declaração jurada, antecipada, da importação, no dia 1º de fevereiro, diversos segmentos vêm apresentando quedas superiores a 50% nas exportações. Os mais afetados são ferra-

mentas e cutelaria, com queda de 74%; móveis, 61%; seguidos por borracha e suas obras, 40%; máquinas e equipamentos, 37%; e calçados 30%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma redução drástica...

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que pode, de fato, gerar, principalmente no Rio Grande do Sul, um desemprego que não estava, em nenhum momento, previsto, até pela situação do Brasil em relação à crise nos outros países.

Na visão da Fiergs, o que mais preocupa é o conceito deste impasse comercial, que vem piorando ao longo do tempo. Entendemos como fundamental que o Governo brasileiro se posicione firmemente e adote uma postura ativa e concreta, através de medidas enfáticas, e adotando outras soluções inovadoras.

Assim, recomendamos que sejam levadas em consideração as seguintes propostas, junto ao Governo, enfim, nessa audiência pública: eliminação imediata das barreiras informais, desleais e de anticomércio; retirada das licenças não automáticas aos produtores brasileiros; cumprimento das regras da OMC, Mercosul, e das negociações setoriais; construção de uma agenda positiva bilateral; fortalecimento do sistema de pagamento em moeda local.

Enfim, essas são as propostas e as posições aqui expressas pelo Presidente da Fiergs/Ciergs, o Dr. Heitor José Müller.

Termina ele dizendo:

Sem mais, ficamos à disposição para contribuir nos esforços de forma a atenuar essa situação extremamente prejudicial à economia brasileira.

Eu acho que carta do Presidente da Fiergs está muito incisiva, muito direta e bem objetiva. Então, já fica aqui o compromisso de que, hoje à tarde, eu lerei no plenário do Senado esta carta, como uma recomendação desta audiência pública, em que ele coloca cinco pontos fundamentais para ver se nós – eu sou da base do governo –, do Governo, tomamos medidas para que possamos nos contrapor, ou melhor, possamos dialogar de uma forma tal que principalmente o Estado do Rio Grande do Sul não venha a ter os prejuízos que aqui estão expressos neste documento.

De fato, os números são preocupantes.

Eu convido, então, o Dr. Marcos para a Mesa, para que ele possa também colocar o seu ponto de vista em relação a este tema.

Ele está à disposição para participar do debate. Então, está conosco já o Dr. Marcos Oderich, diretor comercial, que vai também participar do debate.

Eu tenho uma pequena introdução a fazer. E os senhores têm todo o direito, pois são da área e estão convidados para nos subsidiar neste debate e esclarecer o país, pelo sistema de comunicação do Senado, do que está acontecendo.

Vou fazer só uma preliminar. Vocês fiquem bem à vontade, inclusive para mudar, melhorar, alterar, e dizer: olha, não é bem assim; ou é exatamente isso. Então, é para aqueles que estão assistindo à TV Senado, ouvindo a Rádio Senado, acompanhando esta audiência pública pelos meios de comunicação da Casa.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater as barreiras comerciais impostas pela Argentina aos produtos brasileiros. Na ótica, naturalmente deste Presidente, da preocupação com o desemprego que isso pode gerar no nosso País; e, aqui, no caso, principalmente no Rio Grande do Sul.

Tenho dados da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul que mostram que, por causa das barreiras impostas pelo país portenho, nos primeiros quatro meses deste ano, as exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina tiveram uma queda de aproximadamente 10%. A queda seria ainda maior não fosse o aumento das exportações de produtos químicos orgânicos e de alumínio, além do setor automotivo que teve um crescimento.

O impacto das barreiras comerciais argentinas na economia gaúcha há um ano era visto em dois setores: o de móveis, o de máquinas, que aqui o Dr. Cláudio representa, e de aparelhos elétricos. Os demais segmentos da economia mantiveram as exportações.

Este ano, segundo a Fiergs, 36 dos 62 setores de exportação gaúcha apresentam déficit nas exportações. Vejam bem: 36 dos 62 setores apresentam déficit nas exportações. O setor de ferramentas e talheres apresentou uma queda de 68%; o de preparação de alimentos teve uma redução de 50%; os de móveis, 43%; e o setor têxtil, 48%.

O motivo principal da queda das exportações brasileiras para a Argentina foi a implementação da famosa declaração jurada antecipada de importação, adotada a partir de 1º de fevereiro pelo país portenho. Além da declaração, o Governo argentino vai adotando outras medidas protecionistas. Uma delas foi o plano um: um por um, que determina que para cada dólar importado, é exigida a exportação do mesmo valor.

Informações ainda da FIESP mostram que o volume das exportações brasileiras caiu 17% em fevereiro de 2012, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

Em relação às vendas dos produtos brasileiros para a Argentina houve a redução de aproximadamente

US$300 milhões. Em fevereiro deste ano, as exportações do Brasil para a Argentina foram de US$1,350 bilhão contra US$1,618 bilhão em fevereiro do ano passado. As áreas mais atingidas são a de pneumáticos, com US$148,9 milhões em licenças pendentes; de calçados, com 48,7 milhões; e de autopeças, com US$ 23,02 milhões, em produtos. Tudo aqui negativo.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, enfim, vamos debater esse tema.

A Argentina é o país que mais impõe barreiras às exportações brasileiras. Atualmente, são 30 medidas protecionistas adotadas. Mediante esse quadro, vamos agora dialogar com os nossos convidados.

Eu passo a palavra, de imediato, ao primeiro convidado que chegou ao debate, que é o Dr. Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul, e vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Fiergs, que representa aqui também, referente à carta que eu li, o Sr. Heitor Müller, que é o Presidente da Fiergs.

Com a palavra o Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Bom dia, Senador Paim; bom dia aos demais integrantes da comissão; meu companheiro Marcos Oderich, que viemos de Porto Alegre especialmente para a sua audiência, Senador.

Nós, no Rio Grande do Sul, temos sofrido muito com esse problema da Argentina, porque, como o senhor viu, o Brasil tem um superávit com a Argentina, mas o Rio Grande do Sul tem um déficit muito grande, em função de que os produtos que nós produzimos no Brasil são semelhantes aos da Argentina.

Então, quem tem tido uma vantagem muito grande nesse superávit são as indústrias de São Paulo, principalmente. E nós estamos, com os dirigentes da nossa Federação das Indústrias – o vice-Presidente da Federação das Indústrias, o Presidente do Sindicato das Máquinas Agrícolas –, tentando, já viemos tentando há muito tempo. Já tivemos diversas audiências com o Sr. Alexandre Teixeira, com o próprio Ministro Pimentel, sempre, Senador, pedindo mais rigor nas atitudes do Governo brasileiro.

Na minha maneira de ver, acho que o Governo brasileiro tem sido fraco nas represálias ao Governo argentino. O Governo argentino faz o que quer: tranca as barreiras, traz despesas, traz dificuldades para as empresas, porque esse capital de giro todo já foi investido, desde o início da compra da matéria-prima; paga energia elétrica, paga salários, paga impostos, e de repente, nós não temos esse retorno.

Nós temos mercadorias lá que estão prontas, nas fábricas de máquinas agrícolas, e, há mais de ano, estão paradas no pátio. É lógico que nós não temos mandado para o porto, porque, como o senhor bem viu no relatório que o senhor fez, hoje não existem mais máquinas agrícolas no porto, porque, Senador, isso acarreta uma despesa maior ainda de docagem, de pagamento de aluguéis na fronteira. Então, estamos com essas mercadorias nos pátios das nossas empresas.

Para o senhor ter uma ideia, Senador – e o nosso Deputado Osmar Terra também está chegando aqui, ao nosso convívio, e conhece bem o tema, porque na cidade dele tem uma das maiores empresas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir, por uma questão de justiça, o Deputado Osmar Terra foi quem me procurou e provocou esta reunião, na visão que ele entendeu – e naturalmente eu também teria – do desemprego, da diminuição de renda e da situação do nosso parque industrial.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Exatamente. O Deputado Osmar Terra tem sido um batalhador desta causa, junto conosco. Nós já estivemos em diversas audiências juntos e temos batalhado muito por isso.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, nós já tivemos 65% das máquinas agrícolas fabricadas no Brasil. O Rio Grande do Sul já teve 65% das máquinas agrícolas fabricadas no Brasil. Com esse advento da Argentina, nós já perdemos 5%.

Vou-lhe explicar por que, Senador.

Três grandes empresas do Rio Grande do Sul levaram parte das suas plantas. E isso quer dizer: emprego, renda; tudo o que se quer para o país está sendo levado para a Argentina. Uma delas é a AGCO, Massey Ferguson, a John Deere e a Stara, que são três importantes empresas do nosso Estado. E para não perder mercado, porque a Argentina tem forçado e força, sim, Senador. Por exemplo, quando ela importa, ela faz um pedido de colheitadeiras. Então, ela tranca a entrada dessa colheitadeira até o fim da colheita. Bom, você receber uma colheitadeira depois que já passou a colheita, não tem sentido. E plantadeiras, a mesma coisa. Quer dizer, eles trancam até o fim do plantio. Quando termina o plantio, eles liberam.

Então, o que você vai fazer com uma plantadeira, se já terminou a época do plantio? Quer dizer, as máquinas agrícolas – e o Deputado Marcos Terra conhece o tema muito bem – são sazonais: aquele implemento tem de ser usado naquela época apropriada. Depois, ela é usada quase que um ano só depois. Então, isso tem nos prejudicado muito.

Como eu disse, nós já perdemos este índice maravilhoso que Rio Grande do Sul tinha: 65% das máquinas agrícolas fabricadas no Brasil, que eram fabricadas, já baixou para 60%, Senador. Veja a gravidade do tema.

Como eu disse, São Paulo é o grande beneficiado. Eu, esses dias, li no jornal, e os senhores devem ter lido também, uma notícia – que eu fiquei...E até li a segunda vez e disse: mas não é possível! – do Presidente da FIESP, o Sr. Paulo Skaf, propondo que a Petrobras construísse plataformas na Argentina para equilibrar a balança comercial.

Quer dizer, todo mundo sabe que São Paulo não produz plataformas de petróleo. Então, é muito fácil, não é Senador, deixar de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa de produzir no Sul e vai produzir...

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – ...produzir no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, e tal, e vai produzir na Argentina. Então, por essas coisas é que nós estamos aqui e vamos pedir ao senhor, ao Deputado Osmar Terra, ao Deputado Mano Changes, que o Rio Grande do Sul tem também batalhado nesse tema. Acho que os senhores são os três parlamentares que mais têm se envolvido, que mais têm preocupação com isso. O Mano, até porque é meu filho e também porque a indústria dele está sofrendo. Quer dizer, se a indústria é minha, ele tem parte. Então, ele tem até um interesse pessoal, mas é um interesse pessoal que se justifica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No interesse coletivo.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – No coletivo, exatamente. Então, eu acho que a carta que o senhor leu do Presidente Heitor Müller, que tenho muita honra de estar aqui representando, diz tudo. Eu já falei sobre o meu tema, que são as máquinas agrícolas, que conheço um pouquinho.

Agradeço, mais uma vez, a intenção de os senhores nos ajudar, mas eu acho, Senador Paim e Deputado Osmar Terra, que o Governo, trazendo um pouquinho para a linguagem do futebol, que o Governo brasileiro tem que usar mais o pé de ferro; tem de ser mais firme nas suas atitudes, porque não adianta nós, com palavras e atitudes, pois parece que os argentinos não conhecem essa linguagem. Acho que está na hora de o Governo brasileiro tomar sim uma atitude mais forte, ser mais, como eu disse na linguagem de futebol mesmo, ir com pé muito forte na bola, para que não venhamos a perder esse jogo.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul.

Eu joguei futebol, quando era novo. Eu também jogava futebol. Joguei nos times do Flamengo e no Juventude. Eu sou do tempo do Flamengo e do Juventude. Foi lá que eu joguei! Agora, o Flamengo já é Caxias, não é?

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – O senhor deve ter jogado com um cunhado meu, o Saldanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Saldanha? Sim, sou do tempo do Saldanha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais ou menos também. Da mesma época. Eu acho que, na dividida, tem de entrar bem; tem de entrar com caneleira, senão...

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Com pé de ferro, senão a gente sai perdendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem de entrar firme. Então, meus cumprimentos pela posição firme. Aí tem de haver também certa parceria com os empresários de outros Estados, não é? Você não pode olhar só para o seu Estado, como é o caso aqui, com todo o respeito. Recebi aqui, na sala do Presidente do Senado, no dia que tivemos uma reunião com todos os empresários do País sobre a questão dos impostos e tributos, enfim. Você não pode só olhar para São Paulo, em prejuízo dos outros Estados, mandando produzir lá fora.

Eu me lembro de um grande discurso do Presidente Lula: chega de mandar produzir plataforma lá fora! Nós vamos produzir aqui dentro, gerando emprego aqui dentro. Então, essa parceria, é preciso que seja de todos. Vou, de imediato, antes de passar para o Deputado Osmar Terra, passar para o Dr. Marcos Oderich, que é o Diretor Comercial da Oderich.

O SR. MARCOS ODERICH – E diretor da Fiergs também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E também diretor da Fiergs.

O SR. MARCOS ODERICH – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Muito obrigado pela oportunidade de poder traçar algumas considerações a respeito da nossa trajetória na relação comercial entre Brasil e Argentina.

Eu queria dizer que já participei de alguns projetos de estudos de cadeia produtiva na região da metade Sul do Rio Grande do Sul, na Dacaf, onde trabalhamos a questão do fomento e da revitalização da agricultura, principalmente agricultura familiar, no relacionamento com os produtores de pêssego e também de outras culturas, em especial uma cultura para nós muito importante, que é o milho verde.

Dentro desses programas de revitalização, de recuperação dessas economias da agricultura familiar, o item pêssego, por exemplo, é muito sensível e muito importante para aquela região. É a única região

no Brasil que produz pêssego para a indústria de conservas. Então, o pêssego, que se consome no Brasil, todo provém da região metade Sul: região de Pelotas, Cambuçu, Piratini, Morro Redondo, que é uma região que tem problemas também de sustentação, pela crise que sempre atravessou a agricultura familiar e a agricultura na metade Sul.

E, para nossa grande preocupação, um dos motivos do enfraquecimento também do sucesso dessa indústria trata-se justamente da importação de produtos similares de outros países.

Num momento, tivemos ameaças de importação do pêssego grego e, mais recentemente, nos últimos anos, um tradicional parceiro comercial, a Argentina, também se transformou num grande exportador de pêssego para o Brasil. Então, dessa forma, a nossa indústria sempre teve problemas de sustentação, porque, por se tratar de produto sazonal, que é produzido em 45 dias, no período de novembro a dezembro, a safra é somente comercializada no ano seguinte, na época das festas de Natal. Começa a comercialização em setembro ou outubro.

Quando as empresas estão com o produto para vender, o mercado tem a concorrência do produto importado da Argentina, com preços mais baixos, e, com isso, a economia dessas empresas fica realmente comprometida e fragilizada.

Então, começamos a fazer alguns trabalhos de integração com os nossos produtores, a indústria, a Embrapa, o MDA, o Ministério da Agricultura e outras entidades, justamente para fortalecimento e recuperação dessas culturas, desses produtores e do setor propriamente dito.

Nessa oportunidade, então, começamos a fazer, inclusive, negociações com os argentinos, no sentido de criar uma proteção para a nossa cadeia produtiva de pêssegos.

O que acontece? O produto argentino ainda entra no Brasil; entrava no Brasil até 2010, livremente. O volume que se quisesse entrava no Brasil. Ninguém fazia nada. Assim como há reclamações do arroz e de outras culturas, para o pêssego ocorria a mesma coisa.

Começamos, então, a trabalhar cotas de importação, e isso gerou efetivamente um acordo com a indústria local, um acordo entre indústrias, monitorado pelo MDA, que nos permitiu pelo menos ter nove milhões de latas para entrar no Brasil.

Paralelamente a isso, nós, como exportadores, produzimos conservas de legumes e exportávamos, também livremente, pelo sistema de licenças automáticas para a Argentina, até 2009. Em 2009 começaram as exigências dos argentinos, dizendo que, para exportar para a Argentina o *choclito* do Brasil, teríamos de exportar em reais. Então, primeira exigência do governo argentino: exportação em reais. Mudamos a nossa moeda de troca para exportação em reais e tivemos certa normalidade nas exportações.

Em 2010 para 2011, uma nova exigência: a Argentina exigiu que nós importássemos o valor equivalente ao que importávamos. Então, tivemos um compromisso formal de importar outros produtos, para poder exportar. Assim o fizemos.

Em 2012, em 2011, melhor dito, uma nova exigência: para a nossa empresa, a relação mudou de dois para um. Tínhamos de importar duas vezes mais do que estávamos exportando.

E agora, mais recentemente, em 2012, com o advindo da Declaração Jurada Antecipada de Importação, somente pode importar na Argentina aquele que exportar, o que já foi mencionado aqui, na razão de um por um. Isso, de forma geral, uma regra geral para todos.

O que resultou isso em termos práticos, como falou o nobre colega Cláudio Bier? Nós tivemos já três anos de bastantes dificuldades e prejuízos nessa nossa relação bilateral. No primeiro ano, tínhamos, mais ou menos, 100 cargas de produto entre fronteira e partes das indústrias e depósitos da empresa. E demoraram alguns meses para conseguirmos não a declaração, a licença automática de importação. No caso do alimento, o que eles precisam, os nossos clientes importadores, é o certificado de livre venda, um certificado emitido pelo Inal.

Então, o importador tinha licença de importador, mas não tinha o Inal. Sem o Inal, o produto não poderia ser comercializado dentro da Argentina. Ou seja, os nossos clientes tinham problemas de mercadoria nos seus depósitos, que não podiam vender; tinham problemas em fronteira com mercadorias que estavam paradas, porque, quando viam que não podiam vender a mercadoria, seguravam as importações; e tinham mercadoria nas empresas, nos depósitos das empresas.

Isso, então, após algumas idas à Argentina, inclusive ao Consulado, com a interferência de algumas autoridades, inclusive, a gente sempre teve muito apoio tanto da PECS como do MDIC, mas em questões mais políticas, de políticas de boa vizinhança, em função da importância e da valorização que o Brasil entende ter de dar para os irmãos argentinos, sempre com muita consideração, coisa que não vemos por parte dos argentinos.

Os argentinos simplesmente, a cada ano, inventam uma nova regra não oficial, que não está dentro dos termos da OMC. E acho que este é o grande problema: eles não respeitam nenhuma regra comercial, e isso, então, tem de ser exigido do parceiro, no caso

especial, da Argentina, porque ela simplesmente não adota nenhuma regra comercial internacionalmente aceita. E, com isso, vivemos em permanente estado de insegurança e de grandes prejuízos.

No nosso caso específico, como fabricante, os nossos produtos, por uma questão de competitividade, têm de estar em latas impressas. Nós não utilizamos papel. Então elas já contêm o nome do importador, o registro do importador, a licença do importador, tudo impresso na embalagem.

E, de uma hora para outra, sem pré-aviso, simplesmente o governo adota essas medidas, que não são oficiais. Simplesmente, o Secretário, que é o grande causador – um dos Secretários, que é o Moreira –, barra e intimida as autoridades sanitárias e outras do país a não emitirem nenhuma licença que traga algum prejuízo para a indústria local. É uma forma, talvez, de protecionismo e, ao mesmo tempo, também, uma medida de tentar segurar a balança comercial do país.

Em que pesem as exigências impostas, que foram atendidas por três anos seguidos, pelo menos no nosso setor, a cada momento, uma regra nova, uma nova lei, uma nova prática que nos traz inúmeros prejuízos.

Então, só queria ressaltar a necessidade de o Brasil não adotar retaliações. Vamos tentar, pelo menos, fazer o que eles estão fazendo conosco. Vamos exigir que as nossas empresas no Brasil, para importarem da Argentina, sejam exportadoras. Isso evitaria que houvesse também, como está sendo protegido na Argentina, o ingresso indiscriminado de mercadorias no nosso País.

Aí teríamos, talvez, algumas proteções para o nosso pêssego, por exemplo. Mesmo com toda essa dificuldade, vamos lá, conversamos com as autoridades e com os empresários argentinos e negociamos quotas de importação e as respeitamos. E nós não temos nenhuma moeda de troca.

Simplesmente entra o pêssego argentino, livremente, negociado com a indústria, que aceita, joga o jogo deles, e, quando é a nossa vez de ter uma moeda parecida de troca, não existe nada: simplesmente uma barreira que nos impede de escoar que já foram encomendados, que estão prontos dentro das nossas empresas e que acabam trazendo-nos prejuízos incalculáveis.

Neste momento, temos mais de 50 carretas paradas na empresa, só com milho verde. E não consigo embarcar, porque não consigo as licenças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinquenta?

O SR. MARCOS ODERICH – Cinquenta cargas. São três milhões de latas, que tenho. São 3,6 milhões de latas, que tenho paradas na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Três milhões e seiscentas?

O SR. MARCOS ODERICH – Três milhões e seiscentas. Em 2011, ficamos com 168 carretas paradas dentro da empresa. Cento e sessenta e oito carretas de milho.

Cada carga tem três mil caixas, cada caixa tem 24 latas, para vocês terem uma ideia do volume de mercadorias que a gente pode exportar para a Argentina. Ela é grande produtora de milho forrageiro, mas milho para a alimentação humana eles não produzem nada.

Então, para nós, essas mudanças bruscas e sem pré-aviso têm-nos gerado bastantes transtornos, muita preocupação, muito prejuízo, e gostaríamos de ter das autoridades brasileiras pelo menos a adoção de uma mesma política que os argentinos estão adotando contra nossas empresas, no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr. Marcos Oderich, Diretor Comercial da Oderich, que ratifica e amplia mais os números. *(Palmas.)*

A preocupação é grande, pelo número de produtos que ficam encalhados, eu diria, mediante as barreiras da Argentina.

O SR. MARCOS ODERICH – E é justamente a agricultura familiar. Pela nossa relação, são mais de 1,5 mil produtores. E esses produtores é que acabam, muitas vezes, sofrendo o impacto direto dessa barreira que é imposta.

Um ciclo de milho são 100 dias, entre o plantar e o colher. Depois, tu tens de fazer um plano de produção, que não pode ser anual. Ele tem de ser mensal. Tu tens de plantar todo dia, todo mês, para poder ter o produto durante os 12 meses do ano. Então, é um ciclo longo. E não podemos simplesmente quebrar essa relação de confiança com o nosso produtor.

Isto é uma coisa que é sagrada para o setor que produz produtos agrícolas: tem-se de cumprir o que foi combinado. Isso nos tem causado muita dor de cabeça, no sentido de podermos honrar esses compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Diretor.

Está conosco já o Senador Wellington Dias, presente em todas as comissões. Ele consegue estar em todas. Parabéns ao Senador, que foi Governador do Estado do Piauí e que está presente conosco.

Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Federal Osmar Terra, e o nosso Senador usa a palavra no momento em que entender adequado.

Então, Deputado Federal Osmar Terra, que é, repito, um dos que provocou esta audiência pública, em boa hora.

Meus cumprimentos, Deputado Osmar Terra, que está com a palavra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Bem, eu queria agradecer a oportunidade que o Senador Paulo Paim está dando-nos de fazer este debate.

Acredito que o Senador tem uma sensibilidade maior para esse tema do que a média dos parlamentares, primeiro porque foi e é, politicamente, o maior líder da área metalúrgica, dos operários metalúrgicos do Rio Grande do Sul. Eu conheci o Senador Paulo Paim, quando ele liderava o movimento sindical no Rio Grande do Sul, o movimento de organização sindical no Rio Grande do Sul, há décadas, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você me permitir, conto um segredo aqui.

Eu entrei na política a partir de um congresso estadual, e ele era líder sindical. Naquele congresso, eu saí indicado para ser constituinte. Devo ter o voto dele.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – O Senador Paim é, realmente, uma pessoa que tem uma história muito bonita, que vem lá da base do movimento sindical, principalmente nessa área dos metalúrgicos – e principalmente na área dos metalúrgicos que trabalham nas indústrias de máquinas agrícolas, não é, Bier? O Bier conhece também essa história.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – O Senador Paim já esteve na nossa fábrica nos visitando e também aos nossos companheiros de trabalho. Foi muito bem recebido, sem nenhum tipo de problema, não é, Senador?

O Senador é uma pessoa que prezo muito.

O Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu me tornei amigo dele e, depois, de um dos sócios dele, que montou outra empresa e que é concorrente dele. Eu sou amigo dos dois. É o Adão.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E não sabia que ele é o pai do Mano, rapaz. O Mano é um baita Deputado Estadual lá.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – O nosso Presidente, Cláudio Bier, é pai do Mano Changes, que é Deputado Estadual também. Então, ele conhece bem as dificuldades e o papel importante que a política pode ter em questões como essa.

Então, quero agradecer ao Senador Paulo Paim. Acho que é um momento precioso de debate, que podemos ter, sobre esse tema. Isso vem, há muito tempo – há muito tempo, repito –, atormentando-nos e preocupando-nos, principalmente a indústria gaúcha de máquinas, que o Cláudio tão bem representa, como já foi falado.

Também a área de carnes no Rio Grande do Sul também está sendo tremendamente prejudicada; a área de calçados está sendo tremendamente prejudicada; a área de móveis está sendo tremendamente prejudicada; e a área de conservas, como o Oderich colocou, que tem uma importância muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Osmar, vou te incomodar, mas tu vens um pouquinho para cá. Só aproxima mais, e dá para todos ficarem aqui, à mesa.

Estás com a palavra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – E nós observamos que esse drama – está aqui o meu companheiro Alzir Bach também, que é líder lá em São Sebastião do Caí, onde fica a sede da Oderich, e que conhece bem profundamente esse drama.

Estamos sendo atormentados por essa questão da Argentina. O Rio Grande do Sul é o Estado mais prejudicado na economia brasileira por essa questão da Argentina.

Vamos combinar aqui: quando acontece qualquer coisa com São Paulo, é resolvido rapidamente; quando acontece qualquer coisa com o Rio Grande do Sul, é um parto de burro: leva meses ou anos para ser resolvido.

Quando a Argentina bloqueou a entrada de automóveis brasileiros no ano passado – foi ali por maio do ano passado; está fazendo um ano e pouco –imediatamente o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio bloqueou a entrada de automóveis da Argentina aqui. Imediatamente. Foi uma resposta na hora. E o Ministro Pimentel, no dia 2 de junho de 2011 – 2 de junho, portanto, há mais de um ano –, reuniu-se com a Ministra de Indústria e Comércio da Argentina, acertou com ela o sistema de quotas e só tratou do assunto de automóveis, de nada mais. E nós, há mais de um ano, com carne suína sendo bloqueada na fronteira, com máquinas agrícolas sendo bloqueadas na fronteira, com conservas, como o Oderich colocou, com sapatos... Três milhões de pares de sapatos estão bloqueados, não conseguem entrar na Argentina. Já vendidos, já acertados, e não conseguem entrar no país.

Quanto às máquinas agrícolas, para vocês terem uma ideia – o Cláudio fez um resumo aqui, mas queria reforçar –, elas não só não estão mais saindo da fábrica, porque não adianta ficarem paradas na fronteira, como também, lá dentro da Argentina, internadas na Argentina, dentro das *plazoletas* da aduana, já há perto de duas mil unidades paradas, há um ano. Há um ano! São mais de mil tratores; são centenas de colheitadeiras agrícolas, máquinas de grande porte. Elas são maiores que um automóvel, envolvem uma produção mais complexa que a de um caminhão. E estão lá paradas, a maioria produzida no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul é o Estado, sem dúvida nenhuma, mais afetado na sua economia por esse bloqueio argentino.

E esse bloqueio é feito da maneira mais cruel possível, porque é sem aviso prévio. Agora a gente já sabe que há, mas antes as empresas paravam na fronteira, vendiam o produto, acertavam a venda, estava tudo certo, e parava-se na fronteira. A carne eles nem mandam mais. Já foi negociado, já foi anunciado, umas quatro vezes, que terminou o bloqueio da carne na Argentina. Não terminou nada, continua bloqueado.

Esse Sr. Moreno, que é o Secretário... Ele não é um dos secretários, é o Secretário: manda no governo argentino. Esse tal de Moreno tudo que combina não cumpre, e tudo que quer é mais coisas para a Argentina. Quando vem negociar no Brasil, não vem negociar com a FIERGS, que é a Federação do Rio Grande do Sul. Ele negocia diretamente com a FIESP. Diretamente com a FIESP. É um negócio incrível. Ele vai à FIESP para negociar. Levou 300 empresários argentinos. Sei que eram vários aviões fretados. Não sei se eram 300 ou 400, uma coisa assim. Agora, há dois meses. E, para exigir mais coisas ainda – vantagens nas transações comerciais com o Brasil. E não dá bola, o Rio Grande do Sul não existe para ele, a não ser para bloquear os produtos gaúchos.

Ora, se fosse só o bloqueio, a gente poderia... "Se estão bloqueando, vamos tentar outros mercados." Não, o problema é mais sério ainda – é para isso que queria chamar a atenção, Senador Paulo Paim e Senador Wellington, que representa aqui o Senado. O problema é muito mais sério. A Argentina está constrangendo as empresas brasileiras a se transferirem para lá; está bloqueando a entrada do produto brasileiro e exigindo que, para venderem no mercado argentino, elas vão para lá. E está comemorando isso. O discurso do dia 1º de maio da Presidente Cristina Kirchner é comemorando a ida das indústrias do Rio Grande do Sul para a Argentina, as novas plantas.

Ora, minha gente, quem é empresário, quem conhece o ramo, quem conhece a história sabe que a indústria John Deere, a AGCO, a ACO, a Stara investiram bilhões. Somando-se, são bilhões de dólares no Rio Grande do Sul, para exportar para a Argentina. Eles acreditaram no Mercosul, foram ingênuos o suficiente para acreditar que existe uma coisa chamada Mercosul. Aí passaram a investir muito, a criar empregos, onde, historicamente, há tradição de produção de máquinas agrícolas, para exportar para a Argentina. Agora, estão tendo de fazer um novo investimento na Argentina.

É um negócio sem regra, se nenhum cabimento, sem nenhuma lógica do ponto de vista do comércio internacional. Isso, para as empresas, é um prejuízo enorme. Eles vão ter de investir agora... Somando-se a do Paraná – vamos botar a do Paraná também, que é a Case New Holland –, estão investindo US$500 milhões na Argentina, para montar novas plantas, para poder vender para a Argentina.

E vamos combinar: com a dificuldade que se tem de exportar no Brasil, pelo custo Brasil – e agora o dólar, pelo menos, estável; está-se colocando numa situação um pouquinho mais favorável, mas, até há pouco tempo, não era, não é, Cláudio? O Brasil não estava exportando. O único comércio importante que ele tinha no exterior era com a Argentina. Agora, se as empresas se transferirem para lá, vão exportar de lá, não vão mais exportar do Brasil. Elas vão exportar de lá para o mundo. E as nossas empresas aqui vão ficar reduzindo, reduzindo, reduzindo suas atividades.

Nesta semana, a ACO já deu férias coletivas para mais 300; a John Deere já demitiu algo em torno de 400 nós últimos meses – de dezembro para cá, 400 operários. É a fábrica mais moderna da John Deere no mundo. A John Deere é uma empresa multinacional. A fábrica mais moderna: só de área construída, 10 hectares. É o que tem de mais sofisticado no mundo em tecnologia e está lá parado. Ela está demitindo gente e dando férias coletivas. A mesma coisa aconteceu na unidade da ACO em Santa Rosa. E aconteceu na unidade da ACO em Canoas, Paim, que é a origem do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lá houve, inclusive, redução de jornada com redução de salário devido a isso.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Redução de jornada com redução de salário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E os trabalhadores tiverem de concordar.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – E é o último estágio para começar a demissão. Estão tentando ainda manter, sem demitir.

Então, esse é o drama. Essa é a encruzilhada que estamos vivendo neste momento em relação à questão da Argentina. Não é só não comprar produto brasileiro e obrigar a diminuição de produção da Oderich, das fábricas de calçado de Nova Hamburgo. Já fecharam várias fábricas de calçados nesse último ano; fecharam várias indústrias grandes de calçados. Fechou em Humaitá, em Boa Vista do Buricá, ali perto de Estrela. Já fecharam várias. Uma das dificuldades é a de que não se consegue vender para a Argentina.

Ora, que Mercosul é esse? Que parceiro é esse?

Agora, vamos para a última questão que queria colocar aqui para vocês. O Governo brasileiro age como se não estivesse acontecendo nada. Esse é o problema. Esse é o problema.

Quando é a indústria automobilística é na hora. Resposta, bloqueia-se lá, bloqueia-se aqui, negocia-se, acerta-se e pronto. Quando é a indústria gaúcha, quando é o resto do Brasil, não acontece nada. As indústrias vão minguando, diminuindo o número de empregados, fechando, e o Governo brasileiro assistindo, como se não tivesse nada a ver com o assunto, porque "Coitada da Cristina, ela precisa de ajuda. A Argentina precisa de ajuda, está em dificuldade financeira, em dificuldade econômica".

Mas não pode ser uma ajuda. Pode ser de qualquer forma essa ajuda. Acho até que o Brasil deve ajudar. Agora, não pode ser à custa dos nossos empregos, não pode ser às custas das nossas empresas. Esse é o drama. Essa é a questão crucial.

Não pode a Cristina Kirchner ir, no 1º de maio, dizer que está resolvendo o problema da Argentina, mas com a "cumplicidade do Governo brasileiro", já que este não faz nada, por omissão dele, levando as indústrias brasileiras para a Argentina, desempregando os metalúrgicos do Rio Grande do Sul, desempregando os calçadistas do Rio Grande do Sul, os sapateiros, desempregando os operários da indústria de alimentos. Só da área de suinocultura, são dez mil empregos na região noroeste, que é a região mais pobre do Estado. Dez mil empregos que estão sendo reduzidos, porque não conseguem vender – aliás, não conseguem vender nem para a Rússia, não conseguem vender para lugar nenhum.

Fiz uma crítica ao Ministro Patriota, outro dia, no jornal, dizendo que o Itamaraty não nos ajuda a resolver nada. E ele ainda acha que temos de manter boas relações com esses países; não bota nada na mesa, não impõe nada. A Rússia está lá, bloqueando carne suína, há um ano, há mais de um ano. Então, estamos numa dificuldade crescente, numa dificuldade grave, e o Governo brasileiro de braços cruzados.

Amanhã – o Senador Paim pediu, nós pedimos também –, a Bancada gaúcha vai reunir-se com o Ministro Pimentel. Eu quero ver o que ele vai... Houve uma negociação no dia 6, de que ninguém sabe nada. Uma negociação que ocorreu, no dia 6, na Argentina. Foi lá uma equipe do Ministério de Indústria e Comércio, do Ministério da Agricultura, foi todo mundo para lá.

Se vierem de mãos abanando, o problema é gravíssimo, minha gente. É gravíssimo. É um precedente: o que está acontecendo com a Argentina pode acontecer com outros países em relação ao Brasil. E o Brasil, inerte. Antes, era porque tinha de eleger a Cristina Kirchner; agora, ela já se elegeu, e a situação ficou pior ainda. Nós até esperamos: "Vamos eleger a Cristina, depois ela relaxa, vai tomar medidas de parceria". Não. A parceria é só para um lado; para o outro, não há nada.

Então, acho que é isso, Senador Paim. Acho muita oportuna essa sua iniciativa. E acho que devemos tomar aqui o compromisso de o Parlamento brasileiro se mobilizar em relação a isso. Não dá para ficar assistindo, de braços cruzados, à situação de se acabar com parcela importantíssima da indústria brasileira, particularmente, um dano irreparável à indústria e à economia do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Osmar Terra, que vem se dedicando a esse tema e que expõe aqui, com muita firmeza e com muita convicção, seu ponto de vista, pedindo quase socorro, na sua indignação, ao Governo brasileiro, em relação aos produtos produzidos no Rio Grande do Sul.

E esse dado é concreto. Tenho visto também: quando "pega" na área da indústria de automóveis, as coisas deslancham com mais facilidade, parece. Está aí a força de São Paulo, o que não dá para entender.

Mas vamos continuar com o nosso debate, passando a palavra, agora, ao economista e professor da Universidade de Brasília, Sr. Newton da Silva Marques.

O SR. NEWTON DA SILVA MARQUES – Bom dia. Agradeço o convite, Senador, e peço desculpas por ter chegado aqui mais tarde, mas havia um problema de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O importante é que o senhor chegou.

Fiz uma pequena crítica antes àqueles que confirmam, mas que não vêm. Então, pelo menos justifique. "O avião caiu" – tomara que não – ou "O avião atrasou"; "Perdi o ônibus na rodoviária"; "Faltou gasolina no carro", qualquer coisa, só uma justificativa.

A gente faz uma audiência, combina com o parceiro, e esse não aparece. Não é o caso de nenhum que está aqui, naturalmente.

O SR. NEWTON DA SILVA MARQUES – Está certo.

O assunto aqui, de que fomos convidados a tratar, são as barreiras aos produtos brasileiros na Argentina, do ponto de vista econômico. Acho que é isso que me compete aqui abordar. Não ouvi as pessoas que estavam aqui e que falaram, mas me parece que são representantes de vários setores, exceto o Deputado.

Essa questão da Argentina já é um problema grave para a Argentina. Já, há algum tempo, a Argentina atravessa problemas econômicos estruturais sérios e não está conseguindo ter algum tipo de competitividade. Então, ela tem de recorrer a determinadas ações, que inviabilizam, justamente, uma parceria comercial que, conforme o Deputado Osmar Terra falou, permitiu

que os empresários brasileiros investissem bastante, atendendo às regras do jogo, que são para o fortalecimento do Mercosul. Então, todas as discussões caminharam nesse sentido.

Agora, fica difícil a própria sobrevivência do Mercosul com essas medidas tomadas unilateralmente pela Argentina. Poderia ser tomada uma medida como essa, desde que houvesse algum tipo de compensação. É difícil para as economias conseguirem desfazer planos de investimento de uma hora para outra. Então, todas as medidas protecionistas que podem ser tomadas – e isso é até uma questão de soberania, a gente poderia até discutir se isso é válido ou não – o são pelos países, mas tem-se de dar direito aos outros países, principalmente aos países parceiros, como é o caso do Brasil, por exemplo, para que tenham algum tempo para programarem-se e para conseguirem suportar aquele período.

Então, do ponto de vista econômico, estou vendo que, cada vez mais, a Argentina está dando tiro no pé – talvez seja isto que o Deputado Osmar Terra estivesse falando –, ao forçar as empresas brasileiras a se transferirem para lá, porque ela está vendo que não consegue aumentar o nível de competitividade.

Agora, fico imaginando o seguinte: de que adianta levar os empresários brasileiros para lá, as indústrias brasileiras, se lá os custos são elevados, a não ser que seja dado algum tipo de tratamento diferenciado para essas empresas, para permitir que haja essa competitividade, para permitir que seja criada a competitividade, ao se aumentar a produtividade?

Não estou vendo solução imediata para resolver esses problemas da Argentina, levando-se para lá essas empresas. Então, o que fazer? Diante desse quadro, acho que o Brasil poderia, conforme também o Deputado falou, fazer maiores exigências ao governo argentino.

E não sei por que o Governo brasileiro está sendo tão moroso, tão tolerante com essas medidas. Não sei se isso é alguma estratégia. Espero que seja, porque, se não houver nenhuma medida tomada, uma reação por parte do Governo brasileiro, isso vai ser muito prejudicial, porque vamos perder emprego e renda, principalmente o Estado do Rio Grande do Sul. Conforme o Deputado também falou, acho que tem mais sentido, porque há proximidade, e as vantagens comparativas que têm o Rio Grande do Sul para permitir melhorar o comércio vão ser muito afetadas.

Enquanto outros Estados têm condições de poder reorientar para outros mercados, vejo, com muita preocupação, que o Estado do Rio Grande do Sul tende a sofrer – se não está sofrendo – muito mais, dada a proximidade e dado o foco, que foi justamente, dentro das negociações do Mercosul, permitir que houvesse esse aumento dos investimentos.

Então, diante de um quadro cada vez mais sombrio, o que pode ser feito? Se o Governo brasileiro não tomar essas medidas, não vejo condição de poder sobreviver o Mercosul.

Se, por acaso, o Brasil estava esperando algum dia ter um Mercosul, porque, cada vez mais, os países mais ricos têm aumentado o grau de poderio, vamos dizer assim, perante as economias emergentes, porque dominam a tecnologia, são os donos do capital. Então, é difícil para os países emergentes tomarem decisões isoladas. Se esses não conseguirem criar um mercado comum, conforme foi sugerido, foi desenvolvido durante todos esses anos; se tentarmos isoladamente ou bilateralmente, não vamos conseguir superar as dificuldades que são impostas pelos países desenvolvidos, principalmente com a questão da China.

Vocês veem que, cada vez mais, a China está penetrando nos mercados emergentes, e isso, cada vez mais, provoca a perda de postos de trabalho para os países emergentes. Então, se a Argentina não consegue unir-se a esses países que se desenvolveram, que tentaram fortalecer ou que estão tentando fortalecer o Mercosul, a tendência é acabar mesmo o Mercosul, e cada um por si só.

Vejo a Argentina perdendo muito mais do que o Brasil, por exemplo. Os outros países não têm tanta competitividade, vão perder também, mas o Brasil poderia ajudar um pouco no desenvolvimento desses países da América Latina. Então, se a Argentina está querendo partir para a confrontação, só vejo que ela tende a perder.

Agora, e o Brasil? O que pode ser feito nisso? Se o Governo não tomar nenhuma medida, vejo que há pouco espaço para ser tomado por parte do setor empresarial. Se não houver uma liderança do Governo, não consigo ver, vislumbrar que sejam tomadas medidas que possam minimizar essa posição de protecionismo, tomada pela Argentina.

E o que podemos oferecer do ponto de vista econômico? Eu vejo algumas propostas interessantes. Poderíamos ocupar, por exemplo, espaços dentro da economia argentina, caso, nessa coisa, não consiga haver nenhum tipo de melhora. Poderíamos propor ao governo argentino ocuparmos espaço dentro de vários setores que estão em grande ociosidade na Argentina.

Já vi propostas de empresários, de setores aqui do Brasil, no sentido de que poderíamos contra-atacar ou contrapropor, para atuar em determinados setores, desde que também dessem tempo para que essas empresas brasileiras pudessem reorganizar-se, caso a Argentina continue tomando essas medidas prote-

cionistas, que adiam, cada vez mais, as importações dos produtos brasileiros.

Não há nenhum tipo de critério. Então, acho, para resumir aqui a participação, que deveria ser exigido por parte do Governo brasileiro, das autoridades brasileiras, que houvesse algum tipo de critério, alguma transparência, para que essas autorizações, que não são automáticas, às importações pudessem ser entendidas e discutidas e para que, com isso, também se desse um tempo para que o empresariado brasileiro pudesse programar-se para enfrentar esse período.

Também, sugeri que existem setores de que a Argentina necessita, em que há algum tipo de ociosidade e que poderíamos justamente ocupar.

Então, acho que seria essa a pequena contribuição que eu posso dar, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o economista e professor da Universidade de Brasília Newton da Silva Marques.

Sei que o Mercosul não se reuniu neste ano, praticamente. Houve só uma sessão de posse. E não reuniu, porque a Argentina não indica seus representantes. Parece-me que está um jogo meio combinado, porque um tema como esse, pela gravidade, seria levado ao Mercosul.

Parece-me que ela agora indicou, mas indicou um a mais. Então, criou-se mais um impasse. Tem-se de voltar, para ver quando o Mercosul vai poder reunir.

O Professor tem razão, quer dizer, com essa política, começa-se a inviabilizar o próprio Mercosul. Que parceria é essa? É uma parceria de confronto – de confronto absoluto. Então, não há como chegarmos a um entendimento comum.

Quero só dizer, para que depois não digam a ninguém que trouxemos só a Câmara dos Deputados, os empresários e os economistas, que também foi convidado um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e que seria muito bom que ele estivesse aqui, para colocar o que está acontecendo.

Pode ser que nos digam: "Olha, não é bem essa versão. Há este lado também, há este problema, há aquele." A Assessoria me disse que o Ministério foi convidado, mas que não mandou representante, nem justificativa. Só estou relatando os fatos. Recebi agora esse comunicado.

E há outro, meu querido Deputado Osmar Terra, que a Assessoria me está mandando lá de cima agora: parece-me que foi suspensa, inclusive...

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – A audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... a audiência de amanhã, com o Ministério da Indústria e Comércio. Foi suspensa ontem ainda, e parece que chegou um aviso lá em cima. Pedi para mandar para baixo esse comunicado de ontem.

Bem, vamos continuar o nosso debate aqui. Pode ser que ainda venha alguém do Ministério da Indústria e Comércio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, primeiro, saudá-lo aqui pelo importante tema. Acho que a própria fala do nosso querido Deputado Osmar Terra mostra muito o sentimento dos brasileiros, especialmente os do Rio Grande do Sul.

Eu acredito que vamos ter de ter um cuidado todo especial, daqui para frente, nessa relação de um Mercosul que está em fase de transição, em que ainda não são plenamente respeitadas toda as regras; em que ainda não estamos aculturados; em que ainda há fragilidades no próprio Parlamento; em que ainda há, enfim, uma série de coisas que estão ainda em construção.

V. Exª mesmo lembra uma relação que fere o acordo feito, em que um governo, no caso, o da Argentina, faz um tratamento direto com uma federação, sem que se tenha, nesse caso, a relação com outro governo. Uma coisa são entidades com entidades, outra coisa são entidades e governo com outras entidades representativas.

Então, acredito que é preciso olhar... Tenho andado, algumas vezes, no Rio Grande do Sul, que é, das regiões do Brasil, aquela que precisa de um cuidado todo especial, primeiro por conta de que é a região mais afetada, positiva ou negativamente, pela presença nas fronteiras com vários dos países com os quais temos essa relação.

Então, se, de um lado, o Governo brasileiro tem o interesse, e acho que, na relação entre os Estados, isto é perfeitamente concebível, ou seja, onde um Estado mais forte, em dado momento, adota regras que podem, de alguma forma, beneficiar outro. Veja a questão da energia, na relação com os países, das nossas hidrelétricas, Itaipu, especialmente.

Então, acredito, Sr. Presidente, que, por essa razão, meu argumento é mais para reforçar a importância de esta Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Desenvolvimento Regional – por coincidência, sou parte das três e me disponho a somar-me a esse trabalho – agilizarem essa agenda com o Ministério do Desenvolvimento.

Creio que há aí não só o interesse do Rio Grande do Sul, há o interesse do País, há o interesse de relações comerciais que afetam o Brasil. Acho que, nessa reunião com o Ministro Pimentel, podemos abrir uma

linha de diálogo que possa ajudar a encontrar uma solução. E me disponho a isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias, que já colabora para continuarmos provocando essa reunião com o Ministro Pimentel, embora, conforme comunicado que recebemos ontem, que estou pedindo que façam descer – a Senadora Ana Amélia está chegando –, ele tenha suspendido a audiência em que íamos tratar desse tema. Vamos continuar insistindo.

Eu vou já, de pronto, dizer, meus convidados e Senadores, que vou, em outra reunião, chamar os representantes dos trabalhadores. Vou chamar, Osmar, os representantes dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, das federações tanto dos agricultores, como também dos metalúrgicos e dos mais variados setores envolvidos. Vamos tentar também uma audiência com eles, junto com o Governo. E o Senador Wellington Dias vai comemorar nesse sentido.

Então, passo a palavra neste momento ao economista José Ricardo Costa e Silva, que é nosso convidado para falar também desse tema.

Por favor, Dr. José Ricardo Costa e Silva.

O SR. JOSÉ RICARDO COSTA E SILVA – Agradeço o convite, Senador.

Quero lembrar que também, embora não o representando, presido aqui o Sindicato dos Funcionários do Banco Central aqui em Brasília e faço relacionamento com o Congresso.

Sei que o assunto traz muita emoção, porque traz problemas de famílias inteiras numa região; perdas sérias de vidas, de sobrevivência. Mas, como o senhor me chamou e sou também economista – trabalhei muito no Banco na área do Mercosul, inclusive –, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores e dos presentes um pouco para a perspectiva histórica dessa relação – da relação de comércio –, que é importante que se tenha, até para que se tome uma medida, ainda que punitiva.

Para que se tome uma medida de retaliação, a gente precisa, como Estado, ter uma perspectiva histórica, para que ela tenha consequências futuras e não seja só uma medida momentânea, que pode trazer até um efeito contrário.

Então, quero chamar a atenção um pouco para o que o mundo fez depois de Bretton Woods.

Depois de Bretton Woods, da Segunda Guerra Mundial, nós, seres humanos, reunimo-nos em Bretton Woods e procuramos criar todo um sistema que estimulasse o comércio internacional e que evitasse as guerras comerciais e as guerras cambiais, porque a leitura de Bretton Woods, logo após o final da guerra, era a de que os desencontros cambiais e os desencontros comerciais que o mundo passou depois da Crise de 29 foram as principais causas que inflamaram o evento que vimos entre 1939 e 1945, de destruição entre os seres humanos.

Então, para evitar que isso voltasse a acontecer, as grandes nações se sentaram em Bretton Woods e tentaram criar instituições que viabilizassem o comércio entre as nações.

Quero lembrar também – não sei se alguém leu aqui – Moniz Bandeira, o próprio Eduardo Galeano, a história de integração da América Latina, que vem desde os anos 1960, que foi extremamente bombardeada pelos países desenvolvidos, pelos Estados Unidos, principalmente, porque não havia o interesse em que nós, latino-americanos, fizéssemos comércio entre nós. Para eles, era importante que jogássemos como parceiros individuais, brigando entre si. Isso era mais importante para eles.

O acordo de 1986, que foi na época do Presidente Sarney e que foi o primeiro passo no caminho do Mercosul, foi um acordo muito importante para a economia brasileira.

Antes de 1986, o comércio internacional do Brasil patinava, tentando sair de um ambiente de exportação muito limitado. Nós não conseguíamos exportar mais do que 50 bilhões – 50 bilhões, 70 bilhões. A nossa pauta de comércio, o nosso comércio ficava restrito, sempre abaixo dos 100 bilhões. E foram os tratados em torno do Mercosul, os tratados que reduziram, com certeza, as barreiras comerciais e as barreiras não comerciais, essa específica, que a gente tomou agora, em fevereiro, que é uma barreira claramente não tarifária, que se usou muito, nos anos 1980, para colocar na gaveta pedidos de importação, para que não fosse feita, não fosse efetivada. Essas barreiras foram quase todas destruídas, a partir do acordo que foi feito no início dos anos 1990, dentro do Mercosul, a partir da fronteira com o mundo, da tarifa com o mundo, que é quando a gente passa a criar, realmente, um mercado comum.

Agora, em função disso, em função desse acordo, a balança comercial brasileira se ampliou muito, ao longo desse período. Ela se ampliou em qualidade, em quantidade, em diversidade e aumentou tanto em exportação quanto em importação. O fluxo comercial aumentou muito, e isso ajudou muito o Brasil – sou economista e trabalhei, a vida toda, na área de preços no Banco Central. Depois do Mercosul, os ciclos de preço no Brasil reduziram-se muito.

Nessa época do ano, quando chegava a seca no Brasil, os preços de leite e carne disparavam, e, por causa disso, da sequência de indexação que a gente tinha, a inflação voltava a recrudescer.

Então, o acordo Mercosul ajudou-nos muito a reduzir isso, porque, quando havia a seca no Brasil, chovia na Argentina, e havia carne e leite. Então, isso foi muito importante para a economia brasileira e para o bem-estar da sociedade brasileira.

Estou trazendo essa perspectiva histórica, para que, se os senhores cobrarem do Governo uma ação de retaliação, que talvez seja, realmente, a solução imediata a tomar, ela venha acompanhada de medidas de longo prazo, que tentem, sim, não só salvar o Mercosul, mas estimular o comércio internacional brasileiro. Para nós, é mais importante a Argentina. O que a Argentina está fazendo hoje é um suicídio, porque o que ela está fazendo é destruir empregos para os argentinos. Na hora em que o Brasil não importa peças argentinas, ela não consegue exportar. Então, ela está gerando desemprego para o seu próprio povo, não só para o povo brasileiro.

Então, se partirmos para a mesma coisa, também vamos gerar desemprego para a nossa Nação – se o fizermos, sem pensar no longo prazo. Então, a medida mais fácil, mais rápida é realmente retaliar. É possível retaliar? É. Essa é uma prática aceitável no jogo do comércio internacional – você retalia, eu retalio.

Mas a gente não pode tomar essa decisão, pensando que isso é uma solução de longo prazo. No longo prazo, esse tipo de decisão leva à destruição não só das relações comerciais, mas das próprias relações políticas. É o que aconteceu nos anos 1930, devido à crise, e que levou ao desentendimento internacional. A gente deve ter isso em mente, na hora em que for atuar. É possível retaliar setores? É. É importante? Talvez sim. Talvez seja importante. Se a gente retaliar e gerar a revolta do povo argentino não contra os brasileiros, mas contra o seu governo, que está adotando medidas erradas, aí é correto. A gente tem de fazer, porque aí, sim, o povo argentino vai tomar as rédeas do seu processo histórico democrático e cobrar do seu governo que tome ações corretas para a sua nação.

Mas, se a gente começar a retaliar, apenas para gerar no povo argentino um sentimento de rejeição ao povo brasileiro, vai voltar aos anos 1930 no contexto da América Latina.

A pergunta que volto a dizer: retaliar só por retaliar vai aumentar os empregos na economia brasileira? Vai aumentar a nossa produção interna? O caso da Argentina não é só com o Brasil. A Argentina, nos últimos três anos, impôs quase 200 medidas protecionistas contra a Europa. Eles também estão sofrendo com isso.

A gente tem de descobrir, sim, uma solução. O comércio argentina com o exterior caiu cerca de 30% nos últimos anos. Quando o comércio cai, isso significa desemprego para a população. O comércio está relacionado com o emprego, sempre está relacionado com o emprego. Então, a Argentina está num caminho muito ruim nesse sentido. É lógico que essa é uma decisão do povo argentino, mas é um caminho que cria rejeições muito grandes para a própria nação, para o próprio povo argentino e para o bem-estar da sociedade deles, além da nossa.

Eu queria dizer, então, nesse sentido – e vou concluir com duas sugestões...

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – O senhor poderia me dar um aparte só? Permita-me discordar completamente do senhor.

Eu acho que nós estamos aqui para cuidar das coisas do Brasil e principalmente do Rio Grande do Sul, que tem sido o Estado que tem sofrido mais com todas essas barreiras argentinas.

Veja o senhor o seguinte: o que o senhor está pregando é exatamente o que a Argentina está fazendo. A Argentina faz o que quer, faz o que bem entende e o Brasil não está tomando uma medida pró-ativa, uma medida que eu até – não sei se o senhor estava aqui quando eu falei – usei um termo de futebol, quer dizer, o Brasil tem que usar o pé de ferro, tem que ser forte porque senão a Argentina vai continuar fazendo o que está fazendo. Para o senhor ter uma idéia, máquinas agrícolas, já perdemos em torno de 25% das nossas exportações, já levaram fábricas enormes, três partes de plantas do Rio Grande do Sul, quer dizer, estão levando empregos do Brasil. Por quê?

Porque na Argentina, o único setor que eles estão bem é a soja, eles são hoje o terceiro maior produtor de soja do mundo, então é um setor muito propício para máquinas agrícolas. O que eles fizeram? Eles não deixam a máquina agrícola brasileira entrar e as nossas plantas estão indo para lá. Já levaram treze empresas. E como disse muito bem o Deputado Osmar Terra, a Presidenta Cristina, no dia 1º de maio, enalteceu essa ida de fábricas brasileiras para lá, quer dizer, são empregos que estão indo. Eu acho que nós temos que ser mais pró-ativos, o Governo brasileiro tem que agir com mais firmeza. Para o senhor ter uma idéia, essas empresas que estão indo para lá, empresas brasileiras que estão indo para lá, talvez amanhã ou depois estejam exportando para nós aqui, porque a Argentina tem um reintegro de 14%, 14% das mercadorias que são produzidas lá eles dão um desconto, devolvem para o exportador, o que o Brasil não tem. O Brasil cobra todos os impostos e um pouco mais ainda. A logística nossa no Brasil é a mais cara do mundo. Então, o que o senhor está pregando é o seguinte: daqui a muito pouco tempo, se nós continuarmos na sua linha, nós vamos comprar da Argentina, a Argentina vai exportar muita coisa para o Brasil.

E nós estamos aqui para defender o nosso País e principalmente o nosso Estado, que é o Rio Grande do Sul, que é o mais prejudicado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JOSÉ RICARDO COSTA E SILVA – Grato.

Primeiro talvez eu não tenha sido entendido e até te agradeço porque você está me dando oportunidade para tocar num ponto que eu acredito seja mais importante.

Eu acho que a retaliação, o pé de ferro, pé pesado ele não é descartável, ele é possível. Ele apenas deve ser tomado tendo em conta todo o processo histórico junto. Então ele deve ser feito com atitudes laterais, por parte do Governo brasileiro, por parte da diplomacia, para que a gente possa superar esse impasse. Ele não pode ser a medida única, ele não pode ser a medida de longo prazo, porque ela, com certeza – não estou preocupado com o povo argentino não, estou preocupado com o povo brasileiro -, eu acredito que as retaliações pura e simplesmente não aumentarão a produção no Brasil e nem aumentarão o emprego no Brasil. Acredito que é o contrário. Se nós entrarmos no processo de retaliação mútuo, quem perde é a sociedade brasileira, porque a redução de emprego perderá mais.

Proponho – e é o que eu propus antes – primeiro, que seja realmente tomada, mas tomada com outras medidas laterais, para que a gente possa superar esse momento.

Em segundo lugar – e o senhor tocou no ponto mais importante – é que nós temos, ao contrário da Argentina, que parar de fazer políticas setoriais, para defender uma indústria, ou outra indústria especificamente. O Brasil precisa pensar o Brasil como um todo. E, nesse sentido, a gente precisa, o Senado, este Congresso, precisa debruçar seriamente sobre uma reforma fiscal, uma reforma tributária. Porque o que acontece no Brasil, e aí eu digo ao senhor, sou pequenininho, sou um sindicato pequeno, mas, eu contrato um trabalhador e o custo dele é três, quatro vezes o custo do que ele recebe. Então, o custo Brasil hoje está vinculado, principalmente, por uma carga tributária distorcida porque alguns não pagam e outros pagam muito o que faz com que a capacidade de produção e de competição internacional da nossa economia fique muito restrita.

Agora, reduzir essa carga tributária só na indústria automobilística, ou só na indústria de cigarro, setorialmente não vai resolver o problema do Brasil. A política tem que ser geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem meu amigo.

Só falta um orador que é o Nelson; vou dar a palavra para o Nelson e depois vamos ao debate.

Nelson de Miranda Osório para o seu período e em seguida eu passo para a Senadora e os demais convidados.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSÓRIO – Senador Paim, Senadora Ana Amélia, Deputado Osmar Terra, devem estar estranhando, o que faz uma confederação de aposentados aqui? Um assunto econômico causa estranheza.

Mas eu explico. Primeiro lugar, nós somos uma organização social que tem interesse em tudo que acontece no Brasil. Somos uma confederação composta de homens e mulheres, aposentados, e alguns de nós até inválidos para o trabalho, estamos aposentados para o trabalho e inválidos para o trabalho, mas não estamos nem inválidos e nem aposentados para o exercício da cidadania. Nós temos interesse porque nós temos filhos trabalhando, nós temos netos e a coisa mais importante, aquilo que gera desemprego, nos toca profundamente, porque nós somos dependentes da seguridade social e quanto mais desemprego houver no Brasil mais nós somos prejudicados, porque é o trabalhador da ativa que mantém a Previdência Social.

Então, temos interesse nesse assunto, com certeza absoluta, de que nós também temos que exercer nosso direito e fazer ouvir nossa voz. Embora não tenhamos conhecimentos técnicos, específicos sobre a área, devo dizer o seguinte: sobre a perspectiva histórica, que o nosso economista aqui falou, nenhuma nação forte do mundo, hoje, economicamente, se fez forte, se fez economicamente forte sendo boazinha com os parceiros comerciais. Sempre foi um tratamento, usando aquela linguagem futebolística aqui, como disse um zagueiro famoso no Brasil: zagueiro que se preze não ganha o Belfort Duarte. Esse zagueiro era o Moisés do Vasco. Belfort Duarte era um prêmio que era dado ao zagueiro que nunca tinha sido expulso.

Sendo assim, nenhuma nação do mundo se fez forte economicamente, comercialmente, sendo boazinha para o parceiro. E, na perspectiva histórica – e os gaúchos sabem bem disso – a Argentina sempre foi inimiga do Brasil, desde os tempos da colonização brasileira.

Quando o Rio Grande do Sul teve lá a Revolução Farroupilha, um ditador argentino foi oferecer tropas da fronteira lá, e a resposta do brasileiro Bento Gonçalves foi a seguinte: o primeiro soldado de V. Exª que atravessar a fronteira vai fornecer a tinta com que será escrita a paz com os imperiais. Então, a Argentina sempre foi inimiga do Brasil, não tem bondade, entre parceiros comerciais não tem bondade, não tem amizade, é a luta da sobrevivência da nação. E aquilo que causa desemprego para o Brasil causa desemprego aos nossos operários e nos toca profundamente.

Acho que o Governo brasileiro tem que tomar uma providência, seja de que maneira for. Aumente o subsídio para o nosso trigo produzido no Brasil, porque não há incentivo para produzir trigo, e deixa de importar o trigo argentino. Aumente o subsídio para o produtor de pêssego lá no Rio Grande do Sul para deixar de importar o pêssego argentino. Deixe de importar a picanha argentina, porque a nossa picanha aqui do Goiás, aqui do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul é tão boa quanto a picanha argentina. Então, o Governo brasileiro tem que tomar providência e tem que proteger as nossas indústrias e os nossos agricultores.

Senador, é essa a posição da nossa confederação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Nelson de Miranda Osório, Diretor Financeiro da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que justificou muito bem o porquê da sua presença.

E é baseado no seu ponto de vista, Nelson, que nós haveremos de aprovar, no fim desta reunião, uma outra audiência pública, chamando todas as centrais e confederações, naturalmente em nível nacional, e também as do Rio Grande do Sul, para debater esse tema e, a partir daí, também procurar dialogar com o Governo, para demonstrar que essa é uma visão dos trabalhadores e também dos empresários, preocupados naturalmente com o desemprego que está causando no Brasil e principalmente no Rio Grande.

Agora vamos ao plenário.

De imediato, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos, eu não faço parte da sua comissão, mas o tema é extremamente vinculado a nossa representação parlamentar no Senado Federal.

Cumprimento a todos os expositores. Ouvi um pouco pelo rádio, porque cheguei às nove horas de Porto Alegre, ouvindo o pronunciamento do Deputado Osmar Terra; agora o do José Ricardo e o do Nélson, e esse aparte. O José Ricardo levanta uma questão histórica e o Nélson, digamos, botou o dedo na ferida, né?

Nessa hora, a gente percebe os erros de origem. Mesmo que você tenha essa percepção de avaliar o problema do Mercosul historicamente, de fato, houve um erro de origem no caso do Mercosul. O Mercosul nasceu para quê? Ele nasceu para que os quatro países membros se integrassem e vendessem para terceiros mercados. O melhor dos mundos. Marca Mercosul, alta competitividade no setor agropecuário e de alimentos: carne, soja, arroz, leite e laticínios. Hoje, 40% do laticínio consumido no Brasil vêm da Argentina e do Uruguai. Arroz, na hora da comercialização, o governo resolve importar, baixando o preço do produtor que trabalha aqui.

Bom, este é o ponto: o erro foi não ter mantido esse princípio de produzir internamente e vender com selo Mercosul para terceiros mercados. Mas o que aconteceu? Houve uma inversão desse princípio e aí os países começaram a concorrer entre si.

Então, o Brasil e a Argentina são os maiores parceiros e a guerra comercial se acirra, quanto maior for o volume de negócio importado. Não existe muita solidariedade nessa área. É toma lá dá cá. O Brasil está entrando, e do ponto de vista social, até político e geopolítico, seria muito interessante o Brasil ter uma relação com a África do Sul muito intensa. E teve. É um país redemocratizado, o fim do *apartheid*. O Brasil entrou contra a África do Sul, na OMC, por conta da questão da exportação de frango. Mas não houve nenhum sinal do Governo Brasileiro até agora com medidas para ir à OMC, que é o órgão regulador do comércio internacional.

Aí, quando o senhor fala, parecia-me que estava falando pela defesa dos interesses paulistas. Nós, gaúchos, que estamos ali do lado, sofremos na carne esse processo. Então, essa questão tem muito mais a ver com o pragmatismo comercial, com os interesses comerciais, do que propriamente, digamos, com uma bonita solidariedade regional que seria, claro, aceitável; seria melhor. Mas se estamos na guerra comercial, ela tem de ser enfrentada com os instrumentos de uma guerra comercial.

Nós estamos com dificuldades na fronteira, não só o setor de máquinas agrícolas, mas o próprio serviço de transporte de cargas, que tem do lado brasileiro um papel relevante e caiu mais de 30% no primeiro semestre deste ano, por conta exatamente dessa trava que a Argentina impôs ao Brasil.

Evidentemente, é um peso elevado. Concordo com o senhor plenamente quando diz que a carga tributária no Brasil eleva o custo Brasil, o que todos os empresários sabem muito bem, porque eles entendem o quanto isso pesa quando você vai fazer a competição no mercado internacional.

A Argentina é beneficiada por carga tributária melhor, por logística mais barata e de maior qualidade, e por simplificação dos processos. O Brasil tem um custo que acaba, em muitos setores, levando a uma perda de competitividade. E aí, claro, cabe ao Governo Brasileiro.

O senhor usou até um exemplo muito na área trabalhista: o custo que um empregado no seu sindicato tem comparativamente ao da Argentina. Eu tam-

bém concordo que as medidas que a Argentina está tomando podem ser um tiro no pé, porque ela está acabando com o seu mercado interno, está tirando a liberdade, na área do câmbio, dos argentinos. Nós já conhecemos esse filme.

Então, não pode fazer muita aventura em relação à questão interna. Talvez os argentinos estejam sofrendo muito mais. Eles já foram para a rua, de panelaço, porque estão sintonizados. E a classe média argentina é uma classe muito politizada. Ela tem, digamos, uma participação muito grande, mesmo contando com o poder que o peronismo ainda tem, com a sua militância organizada, para defender o Governo Cristina Kirchner e o seu sistema de governo.

Mas os problemas internos da Argentina podem acarretar uma desindustrialização. O que ela fez também com a tomada do controle acionário da empresa de petróleo junto aos espanhois foi uma agressão ao direito internacional. E isso também acarreta para a Argentina um pesado ônus da questão da segurança jurídica. Quer dizer, se existe um contrato lá, presente. Não há.

Então, o que nós precisamos é exatamente fazer com que o Governo brasileiro tenha uma atuação firme.

Eu vi na lista, Senador Paim, e depois eu queria lhe perguntar – e aqui estão os presidentes das entidades sindicais, dos trabalhadores, e o Nélson, que acho que falou bem, mesmo dos aposentados. Mas aposentado é quem trabalhou, seja no setor público ou privado, e falou muito bem – se eles não vieram ou se vão vir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles ajustaram comigo que virão num outro momento. Eles querem vir e estão preocupadíssimos. Por isso que desdobrei em dois momentos: vamos aprovar o requerimento hoje, e eles virão na próxima semana.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PMDB – RS) – Com o mesmo objetivo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sobre o mesmo tema. Parece que vi aqui o setor dos trabalhadores, o que acho fundamental nesse processo.

Agora, o Itamaraty precisa se pronunciar; o Ministério de Indústria e Comércio e o Exterior, da mesma forma. Eu também havia recebido o comunicado da suspensão da reunião, mas eu penso que não há outro caminho, a não ser a questão política.

Eu vi também, no caminho para cá, Senador Paim – e gostei da sua referência de que, até agora, o Parlamento do Mercosul, que seria um foro também de discussão desses problemas, não se reuniu. E por conta de quem? Da Argentina. A Argentina não tem interesse de discutir essas questões. Ela não tem interesse nenhum em discutir. Então, ela não manda os seus representantes para o Parlamento do Mercosul, para evitar um debate maior e mais intenso sobre essas questões.

Então, eu penso que é extremamente oportuna a audiência pública promovida pelo Senador Paim em relação a isso. E a gente está vendo que, se o Brasil tomou essas iniciativas, como, por exemplo, a questão da África do Sul, ele poderia tomar no âmbito da Organização Mundial do Comércio, sem fazer nenhuma violação de outra natureza que não seja essa.

Ademais, além da concorrência, e o Dr. Cláudio Bier lembrou muito bem da questão da soja. A Argentina é o terceiro maior produtor de soja do mundo. O problema é que hoje também, além da questão dos custos, no Brasil, existem limitações. A Argentina não tem lei ambiental, não tem Código Florestal. Então, nós deveríamos também, nas barreiras não-tarifárias, incluir uma cláusula ambiental, porque quem nos compra da Europa ou de alguns outros países nos impõem cláusulas ambientais, sociais; cláusulas de toda natureza. E nós ficamos bem quietinhos. Agora, não somos capazes de também criar essas cláusulas não-tarifárias ambientais, porque estão desmatando. A Argentina planta na beira do rio. Então, nós também temos, porque se nós temos uma lei muito rigorosa na questão ambiental, nós também temos de a esses países também fazer, porque hoje o Brasil é que está sustentando a indústria uruguaia.

O Brasil importa – e aí na área de alimentos. O Dr. Marcos sabe bem disso – grande parte da carne ovina servida nas churrascarias brasileiras, inclusive em Porto Alegre, do Uruguai. Só que o Brasil não pode vender carne de frango para o Uruguai! Está vendendo meia dúzia de quilo, se abriu, porque até há pouco tempo, nem um quilo de carne de frango. Ora, se nós vendemos para 160 países, qual é a argumentação que o Uruguai tem? Sanitária? Mas se vendemos para os Estados Unidos, para o Canadá, não vamos vender para o Uruguai?Então, também falta, nesse aspecto, um entendimento melhor.

Eu renovo os cumprimentos a V. Exª. Estamos juntos nessa luta para defender os interesses da indústria e do emprego. Do emprego, em primeiro lugar; da indústria, mas, sobretudo, da soberania nacional, no aspecto dessa natureza de grande relevância que afeta a todos, afeta a todos, de maneira igual. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PMDB – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, pela contribuição que deu a este debate.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O bom nesta comissão é que a gente tem aplausos. Na outra

não tem isso, Senador Paim. É uma iniciativa do Senador Paim. É ótimo isso. A gente fica mais animado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PMDB – RS) –

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PMDB – RS) – A Senhora fez uma bela fala. Bati palmas com muita satisfação.

Como a Senhora também confirmou, temos:

Srs. Parlamentares, cumprimentamo-os cordialmente. Informamos que está cancelada a audiência da bancada gaúcha com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, que aconteceria no dia 3/06, na quarta-feira, às 10 horas. Como pauta: barreiras argentinas às exportações brasileiras, tendo em vista que o Ministro foi convocado pela Presidenta Dilma para participar da Conferência Rio+20.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Paim.

A propósito, amanhã, às 14 horas 30 minutos, no gabinete do Ministro Mendes Ribeiro Filho, estaremos levando as lideranças dos trabalhadores e produtores de suínos do Sul do País do Rio Grande, de Santa Catarina e Paraná, que são os maiores produtores. O setor está enfrentando uma crise muito aguda. Santa Rosa, do Deputado Osmar Terra, também sofre essas conseqüências. E uma delas, uma das conseqüências da crise, é exatamente o fechamento da venda de carne para a Argentina. Nós vamos levar esse assunto para o Ministro. V. Exª está convidado para participar, os interessados também e os demais parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Com certeza. Como sempre, V. Exª tem convidado os Senadores e Deputados. Muitas vezes, não podemos e dizemos: Senadora, nos represente lá.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas eu os represento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – E de vez em quando, há uma senadora que vai ali, a minha assessora, a Denise.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas ela é boa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Não, ela diz. Inclusive, a Senadora está aí representada.

Vieram duas perguntas para a Mesa: uma para o Cláudio – e eu gostaria que ele pudesse responder; e uma para o Osmar Terra. Depois, vamos às considerações finais de cada um dos nossos convidados. A seguir, vamos para a Comissão de Educação, que está nos convocando também.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Bom, a pergunta é do Romualdo Gouveia, empresário. Ele pergunta como está a comercialização do vinho gaúcho com a Argentina.

Olha, Sr. Gouveia, daqui para lá, não vai vinho.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas de lá para cá vem.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Vem, de lá para cá, muito vinho, porque, como todos nós sabemos, o vinho aqui no Brasil, principalmente o vinho do Rio Grande do Sul, que eu, como gaúcho, considero o melhor vinho do Brasil e do Mercosul também, é muito taxado. O nosso vinho sofre muito com isso, porque temos uma carga de impostos muito, muito grande, enquanto os vinhos argentinos, chilenos e alguma coisa até do Uruguai entram no Brasil e vão para as prateleiras do nosso supermercado sem impostos. Então, é uma concorrência desleal.

Eu acho que também, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, Deputado Osmar Terra, temos de rever e pedir que o Governo examine isso com mais cuidado, porque nós, que somos do Rio Grande do Sul, sabemos da importância do vinho para aquelas pequenas famílias, pequenos produtores que vivem dos seus parreirais, que vivem do vinho. Então, para o Rio Grande do Sul é muito, muito importante, essa produção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PMDB – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos.

Senador Osmar Terra, por favor. Senador Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Obrigado. Mais uma dessa, eu me candidato. Muito obrigado, Senador Paim. Acho que este momento é um momento muito importante que estamos tendo para debater o assunto. Já tivemos uma conversa intermediada pelo Senador Requião também, junto às possibilidades do Mercosul.

Mas acho que este momento, com a presença da Senadora Ana Amélia e a sua presença, Senador Paim, tem uma relevância muito grande. Vocês são, junto com o Senador Simon, as grandes lideranças que temos no Parlamento. Eu tenho certeza de que o Senador Simon também está engajado nessa mobilização. E acho que, a partir de vocês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PMDB – RS) – Ele só não está aqui, porque tem hoje a CPI do Cachoeira. Então, será interpelado lá o Governador de Goiás.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Exato. E vocês três, junto com o nosso coordenador Renato Molling, que nos representa, a todos os Deputados também, acho que têm a missão de conduzir esse processo, que é um processo importantíssimo. Acho que a vinda dos trabalhadores também é muito importante. E acho que é uma questão, a que estamos tratando aqui, muito maior do que simplesmente um boicote ou não.

Estamos discutindo é se vamos resolver questões de mercado que deveriam ser resolvidas pela competição só com canetaço político. É isso que está se discutindo aqui. Quer dizer, o que a Argentina está fazendo é tentando resolver questões de não terem competitividade, os seus produtos. Aliás, ela tem em algumas áreas; em outras, não tem. Nas que ela tem, ela acha bom; nas que ela não tem, ela resolve com canetaço. Então, é um precedente para todos os governos. Se nós não conseguirmos quebrar isso – e isso às vezes se quebra com pressão. E não estou aqui propondo simplesmente que a gente boicote. É reciprocidade; reciprocidade.

O povo argentino não pode ficar bravo com o povo brasileiro ou com o Brasil se nós dermos o mesmo tratamento que a Argentina nos dá. Nada mais do que isso. E é a linguagem que se entende na economia e em tudo. Eu concordo com o nosso líder dos aposentados, que a linguagem é esta: é a de respeito mútuo. Ou se impõe o respeito ou se fica submisso. Aí é uma questão, como a Senadora colocou, de soberania. Nós temos de trabalhar essa questão com muito cuidado.

O que o telespectador Raul César Conti, economista, pergunta é o que tem feito o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para incrementar o comércio gaúcho com o Governo argentino?

Olha, eu estive falando com o Governador Tarso Genro, há uns trinta, quarenta dias. Ele se mostrou muito preocupado com o assunto e disse que acompanhará a bancada. Acho até que deve ser convidado o Governo do Estado para ir junto nessa audiência com o Ministro Pimentel. Ele acompanhará o Estado nessa mobilização. Eu tenho certeza de que o Governador está tão angustiado quanto nós de ver essa deterioração e esse risco para a produção gaúcha, para a indústria gaúcha, cada vez se acentuando mais.

Eu queria só terminar dizendo o seguinte: se nós não retaliarmos, não fizermos a reciprocidade, o que vai acontecer? Vai acontecer que, em pouco tempo, a John Deere, em Horizontina vai fechar, Senador Paim. Você sabe o que significa isto, a John Deere fechando? Sabe o que significa a AGCO fechando, em Canoas e em Santa Rosa? Isso é uma tragédia!

Eu quero reforçar que estarei nessa audiência que a Senadora Ana Amélia marcou, sobre a questão da suinocultura. Nós estamos conversando bastante sobre essa questão da suinocultura, mas até agora o embargo da Rússia não funcionou para o Rio Grande do Sul; continua existindo ainda para o Rio Grande do Sul; a Argentina nos embargando. Todo mundo nos embarga, e não fazemos nada? Eu acho que agora está na hora.

O Ministro Mendes Ribeiro está bem intencionado. Ele fez já quatro negociações com o Governo argentino. Todas as quatro, o Governo argentino não respeitou. Nós estamos numa situação que é de Estado. É a Presidenta da República que tem de entrar nessa história. Não adianta ficar mandando os Ministros tentarem resolver, porque eles não estão resolvendo. Esse Moreno não respeita ninguém! Ele vai respeitar quando o Governo brasileiro der uma demonstração de soberania e de reciprocidade a tudo o que a Argentina está fazendo.

Então, eu acho que tanto o Mercosul quanto a OMC dependem um pouco dessa capacidade de retaliação. Acho que a OMC não está mais funcionando direito. Não vejo a OMC com capacidade de arbitrar esses conflitos; não está arbitrando. E o Mercosul está nessa situação. Está mais para não existir o Mercosul do que para existir. Na prática, até com essa história do Uruguai, que eu não sabia, que a Senadora colocou, está muito grave a situação.

Eu só queria dizer, Senador: não desistam da audiência; até com a Presidente Dilma, se for necessário. Acho que tem de ter uma audiência com o Ministro Pimentel e com a Presidente Dilma, junto com os Ministros Mendes Ribeiro, Pimentel; os Ministros que têm a ver com a área, para que ela dê...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O próprio Pepe Vargas.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Que ela faça o que a Cristina está fazendo: dá mão de ferro, dá poder para o Ministro Pimentel e para o Ministro Mendes Ribeiro, para eles intervirem nesse processo e resolverem esse assunto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra agora para o Dr. Marcos, para ele responder também a uma pergunta que chegou.

O SR. MARCOS ODERICH – O telespectador Henrique Machado Wolf, pecuarista, pergunta: como a Fiergs trata a questão da guerra comercial entre o Brasil e a Argentina junto ao Governo Brasileiro?

Bom, a nossa casa, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul tem trabalhado num sistema de monitoramento de informações de todas as indústrias ligadas à Federação. E através do seu conselho de comércio exterior, foi criado um sistema de monitoramento de barreiras argentinas.

Esse sistema de monitoramento é automático. Cada sindicato, na medida em que ocorre algum ou qualquer fato novo, comunica ao sistema a existência de alguma barreira nova que eventualmente esteja impactando nas questões da relação comercial das nossas indústrias com a Argentina.

Dessa forma, nós também estamos dando informações permanentes ao MDIC. E, nesse sentido, o Secretário do Ministro Pimentel, o nosso gaúcho Alessandro Teixeira, tem sempre demonstrado um grande apoio ao Estado do Rio Grande do Sul, muito embora, na linha da preocupação do economista José Ricardo Costa e Silva, aqui ao lado, que fez uma retrospectiva da questão da relação histórica Brasil–Argentina, existe também por parte do MDIC, que tem sempre dito que tem de cuidar muito dessa questão da relação bilateral Brasil–Argentina, considerando que a Argentina se fragilizou nas relações internacionais da balança comercial com o Brasil e que, por esse motivo, teria de ter um pouco mais de cuidado para não comprometer a economia, de forma derradeira, da Argentina.

Não estou defendendo a posição brasileira do MDIC. Só estou dizendo que o MDIC está sendo informado permanentemente dos fatos, e não tem atuado talvez por um motivo de uma instância maior. Como pano de fundo, desculpe-me, tem sido dada essa questão da necessidade de manter e de não adotar medidas radicais de retaliação, sob pena de acabar com a nossa parceria do país vizinho, que é julgada muito importante para o Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Muito bem, Dr. Marcos.

Vamos para as considerações finais. Vou começar da direita para a esquerda. Economista José Ricardo.

Vamos ficar em torno de cinco minutos, cada um, se possível.

O SR. JOSÉ RICARDO SILVA – Eu gostaria de dizer que eu procurei trazer o contraditório e trazer uma visão do que eu aprendi na academia. Eu concordo com vocês, como eu disse. Eu acho que as barreiras e as retaliações fazem parte das regras do jogo e devem ser adotadas. Apenas na hora em que a gente adotar essas barreiras, a gente deve ter consciência de que elas não vão mais gerar empregos mais para a gente nem vão gerar mais produções.

Então, elas precisam ser adotadas como medidas laterais. Por um lado, medidas laterais da diplomacia para que a gente consiga superar esse entrave. Não tenho a menor dúvida de tudo o que vocês estão sofrendo e que a retaliação é importante e é o caminho necessário. Apenas que ela não pode ser o único caminho, porque ela não vai trazer o que os senhores querem, que é o retorno do emprego, a garantia das empresas lá. A retaliação não vai trazer isso. Se ela entrar num processo circular, que já houve no mundo, e por isso que eu trouxe a perspectiva histórica, em vez de a gente aumentar o emprego, a gente vai tender a diminuir.

Então, vamos aplicar a regra do jogo: vamos botar o pé de ferro, mas, ao mesmo tempo, lado a lado do pé de ferro, vamos buscar negociar caminhos melhores. E vamos adotar medidas no Brasil. Aí, sim, a gente precisa fazer uma reforma tributária que mude a estrutura de custo brasileira. A gente precisa trabalhar a estrutura logística de transporte de mercadorias no Brasil.

E eu concordo plenamente, Senadora, com a senhora, quando diz que a gente precisa. Se nos são impostas regras ambientais para a nossa produção de soja, que nós imponhamos as mesmas regras não-tarifárias para as importações de soja da Argentina. É lógico. Esse é o caminho correto. Vocês todos estão plenamente corretos nisso. Estou completamente de acordo. Apenas chamo que precisamos fazer mais do que isso. É necessário fazer mais do que isso, senão, só com isso, a gente não vai encontrar a solução. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Muito bem, José Ricardo Silva, pelas suas considerações finais.

Agora, o Nélson de Miranda, diretor da Cobap, também para os seus cinco minutos finais.

O SR. NÉLSON DE MIRANDA – Nós gostaríamos de agradecer o convite formulado à Cobap, para que pudéssemos trazer o nosso pensamento aqui. Estamos sempre preocupados com essas questões, porque o que traz desemprego também nos toca e nos prejudica.

Então, os agradecimentos da Cobap, Senador, e nos colocamos à disposição para a próxima reunião com os trabalhadores, com as lideranças das centrais sindicais e os trabalhadores trazerem também a preocupação deles aqui para o senhor e fazer com que o Governo Brasileiro se alerte, pois não é só uma questão econômica dos donos da economia, do poder econômico, mas também é uma questão dos trabalhadores.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Muito bem, Nélson. Já faremos isso na semana que vem.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcos Oderich, diretor comercial da Oderich.

O SR. MARCOS ODERICH – Eu gostaria de também agradecer o convite para poder estar aqui presente e poder dar o meu depoimento e discorrer sobre o que ocorreu nos últimos anos, principalmente com o nosso setor da agroindústria gaúcha nesta política unilateral de retaliações que a Argentina impôs para o nosso setor, e dizer que este plenário tem de ser estendido justamente para outras entidades dos trabalhadores, em outras comissões, para poder levar ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (MDIC) e à Presidenta – eu acredito que, realmente, o impacto maior deverá ser dado, e a

maior tarefa deverá ser a política da Presidenta Dilma com relação à Cristina – porque, da parte do Itamaraty – eu fui à embaixada brasileira em Buenos Aires para tratar desse assunto –, e os nossos representantes, na Argentina, se julgam impotentes para tratar do assunto com a o Secretário Moreno, porque ele simplesmente não cumpre e destrata efetivamente a diplomacia brasileira em Buenos Aires.

Então, acho que tem de ser uma medida realmente política de Presidenta para Presidenta para poder, eventualmente, termos chance de salvar essa relação bilateral, que eu julgo ser muito importante e necessária. Porque, na condição também de importador, nós estamos sofrendo muito, inclusive a Senadora Ana Amélia disse sobre a questão do transporte bilateral. Nossos custos estão aumentando tremendamente, isso dificulta a nossa condição competitiva nas questões produtivas, tanto para o mercado brasileiro como também para as exportações. E acho que nós já estamos pagando um fardo muito pesado para podermos trabalhar neste País. Então, deveríamos buscar maior linha de entendimento entre os diversos setores dessas cadeias produtivas, para a gente poder ter, realmente, mais um pouquinho mais de tranquilidade e segurança para trabalhar.

Vejam: caminhões parados, que acabam impactando em diárias que temos de pagar; questões do Ministério da Agricultura que, muitas vezes, o mapa, para tentar diminuir a questão do impacto da entrada de produtos primários da Argentina, acabam entrando no canal vermelho e ficam, por semanas, parados...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Produtos perecíveis também.

O SR. MARCOS ODERICH – Produtos perecíveis também. Então, tudo isto tem causado um aumento de custo.

No nosso caso específico do milho verde, vocês imaginem que para eu poder exportar agora o nosso milho para a Argentina, naqueles produtos que estão prontos, nós vamos ter de usar outro expediente: nós vamos ter de procurar um exportador argentino que possa ter essa declaração jurada de importação, para poder, ele, importar em nome do supermercado, porque o supermercado não é exportador. Nunca será exportador; ele vende os produtos para o varejo. Então, essa operação vai encarecer para o consumidor argentino 10% o custo desse produto que nós estamos exportando para a Argentina. Isto, naturalmente, inibe, diminuiu a nossa condição competitiva natural com a Argentina e é mais um obstáculo que nós vamos ter de enfrentar.

Honestamente, eu acredito que a solução tem de ser via Presidente da República, em um nível. E, nesse ponto, eu acho que esta Casa tem condições de exercer junto ao Itamaraty e à Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marcos Oderich, Diretor-Comercial da Oderich.

Passamos agora ao Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente da Fiergs.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Senador Paim; Senador Ana Amélia; Deputado Osmar Terra e demais participantes, é com muita honra que eu estou aqui representando o Presidente Heitor Müller, representando a nossa Fiergs e trazendo para os senhores as nossas preocupações, principalmente as do Rio Grande do Sul, Senador Paim. O Rio Grande do Sul tem sido o grande prejudicado nesse embate com a Argentina.

Então, como o Deputado Osmar Terra disse muito bem, quando acontece qualquer problema que envolve São Paulo – automóvel ou coisa parecida –, imediatamente o Governo toma uma posição.

A Senadora não estava aqui quando eu me referi a uma notícia, que eu li e reli, porque não acreditei, de uma proposta do Presidente da Fiesp, o Skaf, querendo que a Petrobras produzisse plataformas na Argentina, porque São Paulo não as produz, para equilibrar a balança comercial. Mas o Rio Grande as produz, Pernambuco as produz, o Rio de Janeiro as produz. Parece-me que São Paulo olha só para o seu umbigo, não olha para o Brasil inteiro.

Então, essas coisas nós temos de tentar resolver.

A logística, nos Estados Unidos, custa 8% do PIB; no Brasil, custa 20% do PIB. Quer dizer, nós pagamos do que produzimos 20% à logística, Senador, em portos, transportes, greves e assim por diante. Nos Estados Unidos custam 8%. Vejam que só aqui são 12% de desvantagem – estamos falando dos Estados Unidos, que são um país de Primeiro Mundo. Este reintegro que a Argentina tem de 14% é um benefício muito grande que ela dá para as empresas. No Brasil, agora, há muito custo, conseguimos 4%, Senador. Então, são 10%. Ora, 10%, hoje, não existe empresa, talvez só a Petrobras e a Vale, que consigam um lucro dessa magnitude.

Então, essas coisas nós temos de tentar juntos, e eu agradeço a sua boa-vontade, Senador, nós estaremos aqui quantas vezes formos convocados, quantas vezes o Presidente Heitor, que é mandatário do cargo, nos pedir, nós estaremos aqui.

Quero falar sobre um tema que foge um pouco, mas acho que seria interessante, aproveitando que estão aqui a Senadora Ana Amélia e o senhor. Refiro-

-me à desoneração da folha. Esta desoneração da folha, sob a minha ótica – e aqui não falo pela Fiergs, falo por mim, teria de ser opcional, porque há casos em que as empresas ao invés de serem beneficiadas são prejudicadas. Então, eu acho que a empresa teria de ter o benefício da opção. Se a desoneração é para realmente desonerar a empresa, têm empresas que vão pagar mais impostos do que o sistema antigo, mas cada caso é um caso. Então, eu acho que devia ser opcional, Senadora, Senador Paim, Deputado. As empresas deveriam poder optar por um modelo antigo ou o modelo novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ou o faturamento ou sobre a folha.

O SR. CLÁUDIO AFFONSO AMORETTI BIER – Agradeço.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Dr. Cláudio Affonso Amoretti Bier. (*Palmas*.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço licença para me ausentar, porque que sou membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos, e o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, acaba de chegar à Comissão. Portanto, eu vou me inscrever para participar.

Mas, quero renovar os cumprimentos a todos os expositores.

Estamos juntos nesta causa, que é legítima e justa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Estaremos juntos na próxima semana também.

De imediato, concedo a palavra ao Deputado Osmar Terra, que foi um dos que provocou esta reunião.

O SR. OSMAR TERRA – Mais uma vez agradeço a oportunidade que o Senador Paulo Paim está nos dando e dizer o seguinte, pegando um pouco o discurso que foi feito aqui da questão histórica, eu acho que nós não podemos transformar essa questão em uma questão político-ideológica. Nós temos de ver os interesses nacionais e os interesses sociais do Brasil, porque falando em desemprego, principalmente na região que já tem o maior número de desempregados do Rio Grande de Sul, que é a região noroeste do Estado, é a única que diminuiu a população no Rio Grande do Sul, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Já vejo o que vai acontecer? Se nós não retalharmos, ou não fizermos uma reciprocidade – eu vou desenhar o cenário –, nós vamos ter uma diminuição progressiva dos empregos, fechamento de grandes indústrias montadoras e a transferência delas para a Argentina. Na Argentina, elas vão ter uma grande plataforma de exportação para o mundo, porque o custo, na Argentina, para exportação é menor do que o custo brasileiro, embora eles não sejam competitivos, é um problema deles, é um problema técnico deles, é um problema histórico deles de inovação tecnológica, é problema deles não é nosso. Se o Brasil tem superávit comercial é problema deles.

O Brasil tem tratado essas questões não com bloqueio, às vezes o Brasil trata as questões de importação e exportação com aumento de algumas alíquotas, mas nunca bloqueou os produtos chineses, por exemplo. Nunca bloqueou a entrada de automóveis importados, pode aumentar uma alíquota, mas não bloqueia. O que a Argentina está fazendo é simplesmente bloquear, é não deixar entrar no mercado argentino. É muito grave essa história.

Isto não pode ser uma questão ideológica. Eu tive uma reunião com o sindicato dos metalúrgicos de Santa Rosa, Senador Paim, e eles estão muito conscientes disso. Uns diziam que não dá para criticar o Governo porque somos do partido da Presidenta, mas acho que isso não tem nada a ver com questão ideológica, com questão partidária. Em pouco tempo, nós vamos ver nossos empregos sumirem. Isso interessa a quem politicamente? A que partido interessa, politicamente, os empregos desaparecerem?

Então, acho que temos de tomar medida de reciprocidade sim. Eu já estive com o Ministro Patriota inclusive. Eu escrevi um artigo duro em relação ao Ministro, porque ele deu uma declaração de que as questões comerciais com a Argentina não podiam contaminar as boas relações que o Brasil tinha com a Argentina. Ora, em uma situação dessas, que boa relação é essa? Para quem é boa essa relação? Então, eu critiquei o Ministro, e o Ministro me garantiu que apostava muito nesta reunião do dia 06, e que ele, como Ministro das Relações Exteriores não podia ter outro discurso – eu concordo com ele –, mas eu acho que o Ministro Pimentel pode. Assim como ele foi duro na negociação dos automóveis, sele pode ser duro no restante dos produtos de exportação do Brasil.

Acho que não podemos abrir mão dessa audiência com o Ministro Pimentel. Temos de insistir, Senador Paim, porque a Rio+20 vai durar mais uma semana ou duas, e ele tem de nos receber em um determinado momento. Acho que temos de pensar em pedir uma grande audiência com o Governador Tasso Genro, com a Fiergs, com a CUT, com as centrais sindicais todas, com todos os Deputados, com os todos os Senadores uma audiência com a Presidenta da República. Não dá para deixar essa situação evoluir mais tempo.

Questão de três, quatro meses vai estar pronta a planta da AGCO, em Haedo, na grande Buenos Aires.

Dois meses mais, deve estar pronta a planta da John Deere, na Província de Rosário, um lugar chamado Granadero Baigorria, é lá, inclusive, que estão presos os tratores e tal, numa pequena praça da aduna, ao lado da indústria. E mais um pouquinho vai estar pronta a planta de US$200 milhões da empresa Case New Rolland, na Província de Córdoba, na Argentina. E a partir de lá eles vão começar a exportar para o mundo e a nossa indústria de máquinas agrícolas vai sofrer o maior baque da história, e o desaparecimento inclusive de importantes plantas no Brasil.

Nós estamos correndo contra o relógio, porque depois que tiver instalado e o investimento tiver sido feito, eles vão usar esse investimento para produzir e para exportar para o mundo. Inclusive exportar depois de volta para o Brasil. E não adianta o Secretário Alessandro e o próprio Ministro dizerem: "Não, eles não vão exportar para o Brasil porque nós não vamos deixar!" Isso aí é questão de mercado. Eles já estão exportando o que eles querem, e nós não podemos exportar para eles. Isso é uma questão de mercado. A partir desse momento as indústrias vão ser argentinas, elas não vão ser mais brasileiras, elas vão ser argentinas; são multinacionais, mas a base maior delas, que é hoje no Brasil, vai se transferir para lá. Eu acho que isso é a coisa mais grave que já aconteceu em relação à nossa indústria, em relações internacionais.

Portanto, Senador Paim, vamos insistir para que aconteçam essas audiências. Vamos fazer uma grande audiência com a Presidenta Dilma, inclusive a partir do Senador Paim, um convite para o Governador Tasso Genro, da bancada gaúcha, ou seja, o Rio Grande do Sul junto em frente à Presidente, que morou boa parte de sua vida no Rio Grande do Sul, dizendo da nossa aflição e exigindo uma reciprocidade, uma medida forte do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Federal Osmar Terra.

As suas sugestões serão encaminhadas. Eu farei esse movimento em nome da Comissão de Direitos Humanos e também em nome da Subcomissão de Trabalho e Previdência, que eu presido aqui no Senado e, claro, em parceria com o Coordenador da Bancada, com os Senadores e também com os Deputados. Vamos tentar que esta audiência aconteça, pelo menos da nossa vontade, o mais rápido possível e com a participação, com o que eu concordo também, dos líderes empresariais e dos trabalhadores.

O nosso último convidado a usar a palavra é o economista e Prof. da Universidade de Brasília Newton da Silva Marques.

O SR. NEWTON DA SILVA MARQUES – Primeiro quero agradecer a participação, depois dessas colocações ilustres aqui, e dizer que medidas populistas que a Presidente Kirchner está tomando, porque ela está vendo que eleitoralmente ela não está conseguindo, sem fazer as reformas econômicas que devem ser feitas, tem de haver uma resposta por parte do Governo brasileiro, justamente por aquilo que foi colocado: o Mercosul vai acabar dentro dessa perspectiva, e nós temos de defender mesmo a economia gaúcha que é a que mais está sentindo. E, no momento agora que está caindo a taxa de investimento brasileiro, precisamos aumentar a taxa de investimento, precisamos aumentar o nível de produto e se não tomarmos nenhum tipo de medida, vai piorar mais ainda.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Prof. Newton.

Vamos, então, encerrar a nossa audiência dizendo que eu vou transformar esta carta do Presidente da Fiergs em um documento, se os senhores concordarem com essa audiência pública, principalmente nestes cinco pontos que, no meu entendimento, é consenso entre nós, quais sejam: eliminação imediata das barreiras informais, desleais e anticomércio; retirada das licenças não automáticas aos produtos brasileiros; cumprimento das regras da OMC do Mercosul – é o mínimo – e das negociações setoriais acordadas; construção de uma agenda positiva bilateral e fortalecimento do sistema de pagamento em moeda local.

Vou tomar a liberdade de transformar em documento da Comissão e remetê-lo aos Ministérios correspondentes e também para a Presidenta.

Vamos também, juntamente com os outros Senadores e Deputados, encaminhar os pedidos de audiência aqui provocados e faremos outra audiência com a presença dos trabalhadores.

Por fim – claro – insistiremos também para que essa audiência aconteça com o Ministro Fernando Pimentel também, porque a gente tem de tentar articular com o Ministro, com a Presidenta, e seria melhor que fosse em uma única audiência, com a presença da Presidenta, com a presença do Ministro Pimentel e da delegação do Rio Grande do Sul, Senadores e Deputados.

Assim, encerramos a nossa audiência pública, entendo que ela foi muito produtiva.

Agradeço a todo o sistema de comunicação do Senado que mostrou este debate para todo o Brasil.

Confirmo que faremos também audiência com os representantes dos trabalhadores como já foi combinado. Vamos trabalhar para que seja o mais rápido possível. Aprovaremos na segunda-feira o requerimento e, talvez seja na próxima segunda; que seria um dia bom, porque na segunda a gente tem o monopólio

de toda a comunicação do Senado para o Brasil. Na segunda pela manhã tem esta vantagem. Então, vou tentar articular para que nesta segunda o requerimento seja aprovado e, na outra, faremos a audiência pública.

Vou articular para que, se a audiência com a Presidenta não estiver marcada, que o Ministro Pimentel venha. Hoje ele não veio, e justificou, pois foi convocado pela Presidenta para a Rio+20. Então, vamos tentar articular para que ele esteja conosco nessa próxima audiência pública.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE JUNHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de junho de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Paulo Davim e Vicentinho Alves.** Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião, em duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Primeira Parte.** Deliberativa. **Item 1**. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, **RDH nº 77, de 2012**, que requer a realização de audiência pública com lideranças dos trabalhadores, para debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. **Item 2.** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, **RDH nº 78, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a dívida dos Estados para com a União. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Extrapauta. Item 01**. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, **RDH nº 79, de 2012**, que requer, em aditamento ao requerimento nº 68 CDH, 2012, de minha autoria, o acréscimo no texto aprovado da expressão "e também a defesa do ecossistema após a Rio + 20 na perspectiva do desenvolvimento sustentável no Planeta.". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Segunda Parte**. **Item Único**. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 74, de 2012 – CDH, aprovado em 24/05/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater as condições de trabalho e segurança da perícia médica do INSS.". Convidados: Geilson Gomes de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; Gerson Zafalon Martins, Representante do Conselho Federal de Medicina, em representação ao Senhor Roberto D'avila, Presidente; Wanderley Codo, Professor da Universidade de Brasília; Ricardo Abdou, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais Peritos Médicos Previdenciários; Jarbas Simas, Presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas. O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Maria José da Conceição, conhecida politicamente por Maninha Ex-Deputada Federal e Distrital do Distrito Federal. Às nove horas e doze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Paulo Davim. O Senhor Presidente determina a Secretaria da Comissão elaborar documento encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social Senador Garibaldi Alves Filho as reivindicações apresentadas pelos senhores médicos peritos em reunião. Usam da palavra os Senadores **Paulo Paim e Paulo Davim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Teremos, aqui, hoje, na verdade, duas reuniões. A primeira parte é deliberativa e tem uma pauta com dois itens.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública, com lideranças dos trabalhadores, para debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

Para esta audiência pública, preciso da relação dos convidados. Aquela relação, que vocês me deram ontem, dos convidados para a audiência pública, que vou comentar um pouquinho na defesa do requerimento. Os convidados são Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Metalúrgicos, representante do Ministério da Indústria e Comércio.

Esta audiência pública, e o requerimento que vamos aprovar hoje, vai na linha de uma audiência pública que já fizemos no início desta semana que visa debater a situação imposta pela Argentina aos produtos brasileiros. Desses produtos, dos pouco mais de 60 produtos que exportamos para a Argentina, em torno de 32 estão bloqueados. O prejuízo é enorme, principalmente para o Rio Grande do Sul. O Estado acumula um prejuízo de mais ou menos R$2,5 bilhões. Isso tudo deixou os empresários, trabalhadores e os setores organizados da sociedade gaúcha preocupados. Por isso, fizemos uma audiência pública com os representantes dos empresários, mais do Rio Grande do Sul, mas também com enfoque em outros Estados. Vamos fazer, na próxima segunda, uma reunião ouvindo as lideranças dos trabalhadores sobre esse mesmo tema.

Falava, ontem, com o Senador Roberto Requião, que me dizia que também teremos, na próxima terça-feira, uma reunião do Mercosul onde vamos discutir com a delegação do Parlasul brasileiro esse tema, com a presença de Senadores da Argentina. Meus cumprimentos ao Senador Requião, que é o presidente da nossa comissão de parlamentares que compõem o Mercosul, por estar também cuidando do tema com muita atenção.

Na terça-feira da semana que vem, o Ministro da Indústria e Comércio, Pimentel, vai receber uma delegação de líderes do Rio Grande do Sul, Senadores e Deputados, para dialogarmos sobre o mesmo tema. Eu queria registrar que, para a audiência de segunda-feira, como eu havia anunciado, teremos a representação dos trabalhadores, já que, na audiência que realizei no início desta semana, estiveram aqui os representantes dos empresários. Mas é bom lembrar que tanto os representantes dos trabalhadores como os dos empresários estão unidos em defesa do emprego e da produção dos produtos brasileiros e contra as barreiras criadas pela Argentina. Inúmeras plantas de empresas que estão hoje no Rio Grande do Sul estão se transferindo para a Argentina, porque é a única forma de continuar produzindo para aquele país sem as barreiras.

Quero, aqui, mais uma vez, destacar que será muito importante essa audiência da segunda-feira, com a presença do presidente da Federação dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul – eu tinha uma relação com todos os nomes, que me tinham dado ontem –, do presidente da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, do representante da Federação dos Trabalhadores da Alimentação, do representante do Sindicato dos Metalúrgicos, na figura de seu presidente – a Mariana está com a relação com os nomes de todos os presidentes –, do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, uma base forte de produção de máquinas agrícolas, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Rosa, que também é uma base e tem uma planta de produção de máquinas agrícolas, mas está presente o presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, o presidente da Força Sindical do Rio Grande do Sul, o presidente da Nova Central Sindical do Rio Grande do Sul, o representante do Ministério do Trabalho e também o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Os empresários, quando estiveram aqui no debate que fizemos, que foi amplamente divulgado na Região Sul, colocaram seu ponto de vista e suas preocupações. Repito, algo em torno de R$2 bilhões de prejuízo para principalmente as plantas, as empresas instaladas no Rio Grande do Sul.

Agora, teremos a representação dos trabalhadores, que estão com a mesma preocupação. Já são milhares os desempregados, mediante essa situação.

Então, confirmando, já confirmou presença o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul, o líder Cairo Fernando Reinhardt; também o Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Flávio José Fontana de Souza; o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em Canoas e Nova Santa Rita, Paulo Chitolina; o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Rosa, Janir César Morais Lino; o Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo; o Presidente da Força Sindical do Rio Grande do Sul, Walter Fabro; o Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Valter Souza; representante do

Ministério do Trabalho e Emprego ou o próprio Ministro Carlos Daudt Brizola; e um representante do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, porque o Ministro Fernando Damata Pimentel informou que estará na Rio+20.

Colocamos, em primeiro momento, em votação esse requerimento.

Aqueles que concordam com esse requerimento, mediante os argumentos por mim aqui levantados e pela leitura dos nomes das pessoas convidadas, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, está aprovado o requerimento, para que, na próxima segunda-feira, às 9 horas da manhã, a gente continue aqui o debate sobre as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros.

Na terça-feira, o Ministro Pimentel irá receber a delegação de líderes do Rio Grande, principalmente Senadores e Deputados.

Eu quero neste momento, ainda, fazer um adendo a outro requerimento. Aprovamos aqui um requerimento para uma audiência pública que dizia o seguinte:

"Com fundamento no exposto no art. 93, II, do Regimento Interno, requeiro a realização de audiência pública para debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático e a perseguição a ativistas ambientais."

Com o evento da Rio+20, nós estamos fazendo um adendo a esse requerimento, o qual vamos colocar em votação:

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento nº 68 CDH, 2012, de minha autoria, o acréscimo no texto aprovado da expressão "e também a defesa do ecossistema após a Rio + 20 na perspectiva do desenvolvimento sustentável no Planeta."

Autoria: Senador Paulo Paim

Como nós já aprovamos o requerimento para discutir o meio ambiente, vamos aproveitar não para fazer um balanço da Rio+20, mas para dialogarmos com os nossos convidados sobre o que foi a Rio+20 e qual a expectativa, já que todos nós sabemos que a defesa do meio ambiente é a defesa da vida.

Então, coloco em votação esse adendo, apresentado por mim neste momento e que estou assinando.

Aqueles que concordam com que o adendo sirva também a essa audiência pública para dialogarmos sobre o resultado da Rio+20 permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os dois requerimentos foram aprovados.

Há um segundo requerimento. Eu falei que havia dois pontos. É bom que se diga que esse outro entrou extrapauta. Serão duas votações.

Primeiro, quem concorda com o requerimento extrapauta por mim lido permaneça como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quem concorda com o mérito da emenda que fiz ao requerimento sobre o meio ambiente permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, agora vamos ao segundo requerimento que já estava na pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a dívida dos Estados para com a União. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Todos sabem que os Estados estão com uma dívida impagável com a União. Dou o exemplo do meu próprio Estado. Devido a isso, depois de muita conversa com os Secretários de Estado, resolvemos fazer esta audiência pública para debatermos a dívida dos Estados para com a União, até porque há uma decisão do Supremo que manda recalcular o Fundo de Participação dos Estados.

Aqueles que concordam com esta audiência pública permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dessa forma, terminamos a primeira parte da nossa audiência pública do dia de hoje.

Há também um aviso que ainda faz parte deste primeiro momento da nossa audiência pública. Espero que iniciemos a segunda parte exatamente no horário, às 9 horas.

"A Seppir informa a todos que também irá participar da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Promover o desenvolvimento sustentável implica incorporar às populações também afrodescendentes, do campo e da cidade, levar em conta seu legado histórico e potencializar seus conhecimentos, suas estratégias e instrumentos produtivos na defesa do meio ambiente.

Isso pressupõe inclusão social, econômica e equilíbrio ambiental, uso responsável da tecnologia, respeito

à diversidade cultural e regional, bem como processos decisórios, participativos e não discriminatórios.

Para atingir esses objetivos, a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) atua na Conferência Rio+20 tanto em eventos oficiais como em paralelos. A participação do público nos espaços está sujeita à lotação. Nem todos são abertos; alguns são fechados, mas a maioria é aberta, principalmente aqueles em que não há participação ostensiva das delegações estrangeiras.

Todos os locais da Conferência oficial podem ser visto no *site* da Rio+20 da Seppir para solicitar sua inscrição na atividade 'Diálogos sobre questões raciais e desenvolvimento sustentável.'"

Então, está dado o recado da Rio+20 por parte da Seppir.

Eu quero também dizer que o movimento sindical fará um evento paralelo na Rio+20. Inclusive nos convidaram para estar lá. Estamos vendo a possibilidade, já que eu tenho de estar em Curitiba ainda hoje, ao meio-dia, onde participo de um debate com os trabalhadores sobre a questão do Aerus e aposentados à tarde; á noite participo de um debate com líderes dos trabalhadores e empregadores sobre o mundo do trabalho e a nova visão do movimento sindical para o futuro. Mas voltarei amanhã pela manhã para participar da audiência aqui no Senado.

Vamos à segunda parte da nossa audiência pública.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 74, de 2012, aprovado em 24 de maio de 2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater as condições de trabalho e segurança da perícia médica do INSS.

Já está conosco o Senador Paulo Davim.

Senador Paulo Davim, quero convidá-lo para vir à Mesa.

Nós já dialogamos com o Senador Paulo Davim, de forma tal, que nós vamos dividir a nossa participação nos trabalhos. Eu vou presidir durante um período e, em seguida, o Senador Paulo Davim.

O Senador Paulo Davim fez, ontem, uma brilhante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais sobre as cotas de patrocínio para a divulgação dos jogos, pelas redes de rádio e televisão. Enfim, foi muito interessante. Eu fui um dos signatários juntamente com ele, porque eu sou membro da Comissão, e ele, não. Mas ele e a Senador Ana Amélia, segundo informações que me deram, já que eu estava em outra comissão, conduziram uma bela audiência pública.

Se V. Exª quiser comentar alguma coisa fique bem à vontade.

Em seguida, vamos passar para a nossa audiência.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos. Quero saudar o meu Presidente Paulo Paim.

Quero agradecer, inclusive, a sua subscrição ao requerimento. Sem ela, não teria havido a audiência pública, porque eu não faço parte da Comissão de Educação e Esporte, e o Senador Paulo Paim faz parte.

Foi uma belíssima audiência pública, onde houve um debate qualificado e de alto nível, de onde se extraíram diretrizes para minimizar os problemas vivenciados pelos clubes brasileiros, sobretudo de segunda, terceira e quarta divisões.

A gente não pode perder de vista a importância social do futebol. O futebol é o esporte da alma do brasileiro, o futebol é o esporte de integração nacional. Tem um papel fantástico o futebol: o futebol retira a criança da rua, é um instrumento importantíssimo, como todo e qualquer esporte, ao enfrentamento ao tráfico, à droga. Esse papel de integração precisa ser preservado.

Nós levantamos lá – e é uma verdade! – que o campeonato brasileiro está perdendo o caráter nacionalizado que sempre teve, Presidente Paim. Para se ter uma ideia, na série A do campeonato brasileiro, dos 27 Estados brasileiros, apenas nove participam. Na série B, da mesma forma, são nove Estados. Alguma coisa está acontecendo porque está diminuindo a participação dos Estados e estão se concentrando os clubes no Centro-Sul do Brasil.

Evidentemente, isso passa por muitas coisas, mas, principalmente pelo patrocínio. E isso foi detectado e foi dito pelo Diretor-Executivo da Rede Globo. Segundo ele, há um investimento de R$1,2 bilhão na série A, como compartilhamento de cotas, e de apenas R$37 milhões na série B. Então, ficou mais do que comprovado que há uma distribuição desigual das cotas de patrocínio. Nós mostramos isso a ele. Achamos que esse distanciamento de cotas de patrocínio entre os clubes e entre regiões, que essa diferença é segregatória e condenatória, porque condena os clubes pequenos, os clubes frágeis a continuarem sendo pequenos, e os grandes a permanecerem na hegemonia do futebol nacional.

É importante haver o espraiamento, podemos assim dizer, desses recursos para que sejam estimuladas as divisões de base e a descoberta de talentos. Faz quanto tempo que o futebol brasileiro não descobre um grande talento! O último descoberto foi o Neymar. Há carência de descoberta.

Então, levamos isso para o debate, considerando a importância e o papel social do futebol e do esporte. Foi absolutamente coroada de êxito a audiência. Quero

mais uma vez agradecer o seu apoio, Presidente, e a subscrição ao nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, acho que nossos convidados já chegaram todos.

Vamos, a partir deste momento, formatar a Mesa. Eu poderei ficar com os senhores até as 9h20min; depois eu me retirarei, mas fica o meu querido Senador Paulo Davim, que é médico.

Quando eu expliquei para ele que tinha esse compromisso em Curitiba e que teria de sair daqui em torno das 9h30min, 10h, ele disse: "Não, Paim. Pode deixar que eu assumo a Presidência. Vamos fazer o bom debate."

É um grande Senador. É um Senador que orgulha muito todo o povo brasileiro.

Senador Paulo Davim, pode ter certeza de que este debate terá repercussão em uma série de encaminhamentos, porque a questão da perícia médica, que é o trabalho dos senhores que vou chamar para compor a Mesa, é fundamental. Nós, mesmos – e sou muito ligado ao movimento sindical – cobramos muito dos senhores. E vocês me disseram em uma oportunidade que: "A cobrança é legítima, como cobram dos políticos muito mais. Agora, nos deem um mínimo de estrutura para trabalhar, nos deem condição de trabalho. Tem de ter um salário decente, e um número de peritos suficiente, que nós gostaríamos de fazer perícia [sei que essa é a posição de vocês] em todos que se apresentam para a perícia." Ora, não dá para querer que a gente exija que os senhores, com um número limitado, façam perícia de milhares de pessoas. É humanamente impossível.

Sei que vocês irão falar sobre isso, mas, quando vocês provocaram o debate, de pronto, o acatei e encaminhei o requerimento – o Paulo Davim nos apoiou –, para que vocês pudessem expor aqui, para que os trabalhadores também percebam que a perícia médica é fundamental.

Sou radicalmente contra a tal de alta programada, aquele livro que inventaram e que, agora, é por ele que decidem quando se dá alta ou quando não se dá. Tenho me posicionado nesse sentido. Aprovamos, inclusive, projeto contra a alta programada. Havia, por parte do Ministério correspondente, o interesse de construirmos um acordo, mas não foi possível até o momento. Eu não sou médico, vocês é que vão debater, mas como eu sou metido a dar opinião sobre temas e nem todos os temas eu domino, naturalmente, acho que quem dá alta é o médico. Não é o computador, não é uma folha que diz que dia eu entro, que dia eu saio e qual é a gravidade da minha doença ou do acidente que tenha acontecido na fábrica.

Quando estava na fábrica, primeiro, presidi a Cipa. Depois, fizemos um curso e acabei sendo agente de segurança no trabalho. Sei que até o nome já mudou, mas naquele tempo eu atuava nessa área, depois de cursos que fiz na prevenção do acidente.

Convidamos para formatar a mesa o representante do Conselho Federal de Medicina, o Dr. Gerson Zafalon Martins, que aqui vai representar o Sr. Roberto D'Ávila.

Convidamos também o Dr. Geilson. Eu quase que lia o mesmo nome aqui. Eu ia já reclamar na minha assessoria, achando que botaram o mesmo nome, na sequência. É que são nomes parecidos: Gerson e, agora, é o Geilson Gomes de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

E, também, Wanderley Codo, professor da Universidade de Brasília.

Também está presente Jarbas Simas, presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas; e Ricardo Abdou, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais e Peritos Médicos da Previdência.

Recebemos da nossa assessoria material para fazer uma introdução, conforme informações que, segundo eles, receberam dos senhores. Eu só vou fazer uma introdução rápida, para quem estiver assistindo pelos meios de comunicação do Senado – TV Senado, Internet e Rádio Senado.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater as condições de trabalho e segurança da Perícia Médica no Brasil, INSS. Estão aqui representantes dos mais variados setores, que vêm para esclarecer a situação da defasagem, por exemplo, do quadro dos funcionários, que chega a mais de mil profissionais. Segundo a Associação, a defasagem do quadro de funcionários para atender as perícias chega a mais de mil funcionários; 4.200 peritos atendem um público que ultrapassa 44 milhões de segurados.

É aquilo que eu dizia, sem ter lido aqui, porque este documento estou lendo agora. Mas eu entendi, pela conversa preliminar que tivemos, que era humanamente impossível querer que 4.200 peritos atendam um universo – claro que nem todos fazem a perícia – de 44 milhões de segurados.

Também se falou sobre a remuneração dos peritos, a carga excessiva do trabalho. Há alguns pontos: análise de antecedentes, incluindo laudos, benefícios, requerimentos, avaliação da legislação, exames, análise de atestados, exames suplementares, pesquisa de antecedentes, adequação legal, fixação de início e fim do período do benefício, aplicação do nexo técnico, agravo de saúde e profissiografia; e, ainda, nas agências do INSS, conforme informação da Associa-

ção dos Médicos Peritos– eu resumo aqui – , falta de estrutura no trabalho. Na agência da Previdência de São João de Boa Vista, de São Paulo, por exemplo, os consultórios são divididos por tapume. Pelo teto saem goteiras, problema de água e elétrica, e por aí vai. Estou resumindo. Depois, esse material vai ficar com o nosso Presidente em exercício.

Nós vamos fazer hoje aqui, entendo eu, um grande debate.

De pronto, vou passar a Presidência, embora eu vá ficar um pouco mais, ao nosso Senado Paulo Davim, que é também médico, é da área, para que ele possa dar início aos trabalhos. Mas eu ficarei junto, aqui, com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Como já foi feito o preâmbulo pelo Senador Paim, nós vamos, de imediato, dar início a nossa audiência pública.

Eu gostaria de começar pelo Geilson Gomes de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, que vai nos relatar sobre essa problemática vivenciada pelos médicos peritos, e disporá de dez minutos.

O SR. GEILSON GOMES DE OLIVEIRA – Gostaria só de pedir, Senador Paulo Davim, um pouco mais de tempo, porque vamos passar um vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Terá.

O SR. GEILSON GOMES DE OLIVEIRA – E, por conta de um problema técnico do Senado, esse vídeo acabou ficando sem som, sem áudio.

Mas a gente vai analisar o que é a nossa carreira, que começou em 2003, a fundação da Associação Nacional dos Médicos Peritos. A gente começou isso por quê? Porque os problemas se avolumavam no INSS, problemas com carga de trabalho, questões de excesso de problemas de estrutura, agressões e, principalmente, de salário, que ficaram congelados nos anos 90.

Em 2004, foi criada a carreira de perito médico federal, com muita esperança, através da Lei 10.876. Isso trouxe um grande alento para a perícia médica, que estava, na sua grande maioria, em fim de carreira, já que o último concurso tinha sido em 85. Havia muita esperança dos peritos nessa nova carreira, na qual a gente dizia que ia combater as filas.

Mas aconteceu que, em 2006, começou a haver um revés, justamente, Senador Paim, no ano do COPS. E parece que a sociedade não recebeu bem mesmo o COPS. De forma que aumentou o número de agressões, de tal sorte ou de tal azar, que assim seja, que tivemos um aumento grande não só de agressões, na gravidade delas e, principalmente, com dois óbitos de peritos. Em 2006, houve o óbito da perita em Governador Valadares, Cristina Felipe. Esse óbito foi, realmente, muito sentido pela categoria. Ela era muito atuante, fazia parte da associação, sempre foi uma defensora do Estado, da sociedade, do bem público e morreu em decorrência de uma *gang* que fraudava a Previdência.

Isso causou uma grande comoção na categoria. Mal saímos desse momento ruim, desse instante ruim da perícia médica, infelizmente houve um segundo óbito. Dessa vez, esse sinistro aconteceu dentro da agência do INSS com um perito. Este perito, José Rodrigues, é um colega que foi assassinado porque, provavelmente, negou um benefício ou não atendeu ao que queria um segurado. A gente acha isso um motivo muito pequeno para que uma vida seja tirada. Existem muitas instâncias para as quais as pessoas podem recorrer. A violência nunca é uma instância que deva ser usada. Uma vida humana, pai de um perito também, José Rodrigues foi morto por conta do seu trabalho.

Daí, decorreu todo o movimento da perícia médica. A gente paralisou, chamou a atenção do Estado. O Estado, de certa forma, respondeu por um breve momento, fez campanhas, colocou os portais eletrônicos em algumas agências. Passado o tempo, a gente observou que essas ações pontuais não prosperaram à medida que o tempo passava. Prosperaram, sim, os casos de violência. Eles aumentaram progressivamente. Tivemos, no ano de 2008, 102 casos de agressão relatados. Quando há um relato, é porque provavelmente existem dois ou três que provavelmente não foram relatados. E geralmente são os casos mais graves, são os casos de agressão verbal, que ficam sem relato.

Em João Pessoa, foi assassinada uma servidora que não era perita, mas era também servidora do INSS. O número de ameaças também cresceu em volume espantoso. Até 2009, a situação da fila ficou controlada, mas a perícia passou a adoecer, passou a ter problemas decorrentes tanto do excesso de cobrança como do medo de entrar em uma sala de exame na instituição onde trabalha, onde defende a sociedade, onde está para resguardar direitos, onde está para dar a sua contribuição para que a sociedade seja mais justa. Isso porque a perícia é agredida por alguns elementos; não é a sociedade que agride a perícia. E muitas vezes temos que entender o que se passa e não necessariamente procurar culpados.

Mas a perícia médica tem passado por situações cada vez mais graves. Ameaça com ácido, ameaça com gás tóxico, ameaça com bombas, como vamos ver no ano de 2011, quando um trabalhador que ameaçou colocar fogo, chegando a levar dois galões de querosene para uma agência do INSS.

Isso merece um estudo, merece ser mais aprofundado. O que leva essas pessoas... Muitas dessas

pessoas não são nem bandidos, não fazem parte de gangues, não se juntaram com outros para fazer o mal, elas estão com uma situação que merece um estudo. Por que agridem os servidores, que são a manifestação do Estado? Será que é uma situação própria, inerente ao perito? Será que é uma situação própria, inerente à instituição? Será que é uma situação própria, inerente ao Estado? Será que é uma situação que é inerente às relações como são dadas... Será que não é a forma como é analisado o benefício, ou a lei ou a alta programada que está causando isso? Tudo isso merece um estudo.

E há muito demandamos isso do INSS, mas acabamos saindo na dianteira e estamos pesquisando pelo menos as condições de trabalho que se impactam na vida do perito.

Além das condições de violência, também temos problemas sérios com a falta de estrutura. As salas – e CFM já tem conhecimento disso –, algumas delas são biombos e não resguardam o sigilo, ou seja, você faz a perícia e a pessoa que está do outro lado acaba ouvindo toda a conversa de tal sorte que não se consegue manter um princípio básico de ética médica, que é o sigilo dos dados do segurado.

Essa falta de estrutura chegou a fazer também com que acontecessem incêndios ou riscos de curtos-circuitos de tal maneira que o trabalho fica inviabilizado; o sistema informatizado também é complicado porque é lento, ele acaba caindo muito; em certas horas do dia não funciona e todo o trabalho e as pessoas que ficam dentro da agência, aquele aglomerado de pessoas acabam não sendo tratadas da forma correta, da forma como deveriam ser tratadas.

Então, o que fizemos nesta apresentação. Colocamos todas as questões, todas as situações de condições de trabalho e de segurança que hoje faltam no INSS e que poderiam ter um olhar mais aprofundado do Estado e não apenas a inércia ou a acomodação e nos perguntamos no final: até quando essa situação vai perdurar?

Elaboramos esse vídeo – a minha apresentação, de fato, começa agora – e colocamos a seguinte questão: qual é a nossa situação?

A situação é a seguinte: nós, como servidores públicos, estamos inseridos em um problema maior que é o momento que se vive dentro do Governo, de agressão, e não usaria a palavra agressão, mas de procura das soluções trazidas por uma busca de um superávit em cima da perícia médica, em cima dos servidores públicos, em cima de todos que recebem salário.

Nos 18 meses do Governo Dilma, por mais que se diga que foram meritórios, que se busque a austeridade, que se busque que o Governo aplique bem os seus recursos, claro que todos queremos isso, mas o servidor público andou assustado com situações como a criação do Funpresp, como o anúncio de um reajuste zero. E o Senador Paim, que está aqui do meu lado, é um grande defensor do gatilho de reajuste para os aposentados.

É claro que isso é muito meritório. Ninguém na sociedade pode deixar de dizer que isso não está correto. Assim como ninguém pode deixar de dizer que não é correto que servidores passem anos sem nenhum reajuste. Tem que se criar um gatilho para que o servidor público não fique o tempo todo com o pires na mão, pedindo ao Governo que pelo menos corrija a inflação e não só as distorções salariais, mas sim a inflação.

Uma boa notícia que se ouviu é que a Medida Provisória nº 568, cujo Relator, Senador Eduardo Braga, acabou acatando as questões que afligiam os médicos, ou seja, retirar a questão da insalubridade e da redução do salário, o que é bastante interessante. É uma sinalização positiva deste Governo e que temos que olhar com bons olhos, mas não podemos deixar de ficar de orelha em pé, porque foi uma agressão ao serviço público a redução de salários.

E sempre queremos voltar ao passado onde havia uma perseguição ao servidor público, isso no ano de 1990. Éramos tidos como o grande problema do Estado: altos salários, ineficiência. Agora, o que vemos é que existe isso de novo, mas claro que em grau menor.

Quando a imprensa divulga que houve aumento do servidor público de 2% a 30%, isso não é verdade, pois apenas uma pequena parcela dos servidores públicos foi agraciada com um aumento. E isso gerou um aumento de apenas 0,1% na receita do gasto com o orçamento público para os servidores. É importante dizer que de cada R$1, apenas R$0,17 foram gastos com servidor público neste País no ano de 2011. E quando falo em servidor público, não me refiro apenas a servidor público da ativa, mas também aos aposentados e pensionistas.

E estamos observando, Senador Paulo Davim, que essa situação está piorando: no ano de 2012, no mês de janeiro, essa relação caiu para apenas R$0,12 por R$1.

Comparando com o Governo passado, o investimento nas remunerações dos servidores públicos, que chegou a atingir um patamar de R$30 bilhões, quase R$30 bilhões, foi reduzido a 5% desse valor no ano de 2012. Achamos que é um investimento muito tímido. E dentro desse contexto geral que estamos inseridos todos os servidores públicos, vai se criando um clima ruim, um clima de antipatia ou um clima que vem piorando, sem possibilidade de um futuro melhor. Isso é ruim para o serviço público, pois se você não acredita

no que está fazendo, se não é bem remunerado, não é bem valorizado, a tendência é que saia e procure um futuro melhor para você, uma organização melhor para sua vida naquele momento.

Além desses problemas gerais, temos problemas internos, individuais. Numa dessas foi mostrada a relação desgastada que temos com o nosso cliente, o segurado. É importante dizer que, nessa relação, o problema não está na concessão de benefícios. De cada nove benefícios analisados, concedemos sete. Apenas dois benefícios são negados, quando isso é solicitado pela primeira vez.

O grande problema está na relação de quando se dá alta a esse segurado e, quando a gente analisa essa situação de devolver o segurado ao mercado de trabalho – porque é importante, o trabalho cumpre o seu papel social, cumpre um papel na saúde da pessoa –, essa pessoa não se sente completamente curada, não se sente completamente apta por vários motivos, porque não há um acompanhamento do Estado. E essa pessoa é devolvida ao mercado de trabalho à própria sorte. Ele pode estar com o emprego dele esperando ou não. Isso é tão mais agudo quanto maior ou mais longo é o benefício. Um benefício de seis meses praticamente gera pessoas fora do mercado. Isso é um fator complicador.

Além desse problema na nossa relação desgastada com a sociedade, com o cliente externo, que não vê o nosso trabalho da forma como ele é, nós temos cobranças por meta dentro do INSS. A gente é, o tempo todo, impelido a fazer mais perícias com cada vez menos tempo, sem as pausas dentro da jornada para se tomar uma água, um café, para ir ao banheiro. Ainda por cima, nós somos remunerados em relação ao tamanho da fila. Nós temos a gratificação dependente da fila. Que culpa nós temos quando a fila atinge determinado tamanho se a gente não está gerindo INSS, se a gente não tem poder de fazer concursos públicos, se a gente não pode gerir todas as situações decorrentes da organização do trabalho dentro do INSS?

Existe dentro da casa hoje um desestímulo ao aperfeiçoamento. As reuniões técnicas, que eram mensais, passaram a ser trimestrais. Isso significa que nós não estamos tentando alinhar as nossas condutas, porque nós não conversamos entre nós. Isso está acontecendo porque, dentro da casa, existe a ideia fixa de que nós temos apenas que fazer perícia. Perito não está lá para fazer gestão, perito não está lá para fazer outro tipo de trabalho, nem proteger a saúde do trabalhador; ele está lá para fazer perícia. Ele está para fazer número. E isso é muito ruim. Nós somos médicos do trabalho, nós trabalhamos o dia todo com situações que levam ao adoecimento decorrente das relações de trabalho e sabemos que, se a gente não pode defender a nossa própria saúde, como é que a gente vai defender a saúde dos demais trabalhadores. É uma situação complicada.

A gente tem a gratificação gerando distorções, ou seja é uma gratificação variável da forma que uma pessoa que está aqui pode estar ganhando mais do que eu fazendo o mesmo trabalho.

Isso, sim, gera mais um ponto de conflito, porque, se não somos remunerados de forma equânime dentro da carreira, acabamos adoecendo, acaba se sentindo ruim com essa situação.

A carreira tem se tornado, ao longo do tempo, pouco atrativa por conta das condições de trabalho, que foram aqui exibidas; por conta das questões de segurança, que nunca foram resolvidas, nunca foram tratadas de forma adequada; e pela remuneração, que vem se defasando ao longo do tempo.

Pode passar o próximo.

Aqui é a exibição do quadro mais cruel que a gente tem hoje: a nossa avaliação de desempenho. Nós temos uma gratificação cujo único parâmetro é o tamanho da fila. Quanto maior é a fila menor é a nossa gratificação.

Isso é muito ruim do ponto de vista da medicina do trabalho, do ponto de vista da ergonomia. Ainda assim, o que nos chama a atenção é que a gratificação está congelada desde 2008, sem a possibilidade de nem com o nosso desempenho tentar mudar esse cenário, porque falta regulamentação, criando toda aquela situação de diferenças salariais.

E tem outra coisa que chama a atenção e é importante é que mostra claramente que o INSS está mais preocupado com a quantidade do que com a qualidade. Então, não importa se ali está sendo feita a justiça social, o que importa é que mais um requerimento foi feito, mais um requerimento foi analisado e que a fila está sendo atendida.

A gente acha importante, sim, que o trabalhador brasileiro seja atendido com a maior brevidade possível. A gente acha isso superimportante. Agora, a gente não quer que isso seja feito à custa da nossa saúde, nem às custas do nosso empenho, nem às custas do nosso salário.

O próximo.

Além dessas questões todas colocadas, a gente tem as coisas que são mais recentes. A gente tem um modelo de concessão automática. Esse nome foi dado pela imprensa. A pessoa chega com um atestado eletrônico e consegue um benefício de até 60 dias.

O que a gente acha importante? A gente acha importante que esse modelo vai trazer uma melhora do acesso, mas, infelizmente, não resolve a questão

crucial, que é a devolução do trabalhador ao mercado de trabalho.

Essa é que é a questão crucial que não vai ser resolvida. E é a questão que nos desgasta.

Além disso não está sendo previsto nenhum controle, nenhuma auditagem por parte do Estado nessa concessão automática. Então, é bem provável que situações fora da lei sejam concedidas e o Estado vai estar abrindo mão de uma parcela grande do que se arrecada com a previdência tornando maior ainda o déficit que ele alega.

Pode passar o próximo.

Isso aqui é só para demonstrar que os quadros da perícia vêm se reduzindo, como o Senador Paim já havia adiantado: nós tivemos, de 2009 para cá – em 2009 a fila estava controlada –, um decréscimo de cerca de 700 peritos, mesmo a despeito de ter havido a contratação de 628 peritos nesse período.

As aposentadorias aumentaram na proporção de 40%.

Pode passar.

Além do fato de a aposentadoria ter aumentado nessa proporção, houve um decréscimo de 15% no número de peritos da ativa.

Pode passar.

E se você observar nesse gráfico que vai suceder esse eslaide, o número de peritos da ativa vem caindo progressivamente na medida em que as pessoas vão se aposentando.

Pode passar.

E o número de exonerações vem aumentando sucessivamente, de tal sorte que, em 40 meses, nós tivemos 380 exonerações; 1.323 peritos que deixaram a ativa – é mais do que um por dia!

Pode passar.

Vai-se tendo uma situação que demonstra claramente que a perícia médica hoje não está satisfeita com o trabalho que executa, não está satisfeita com as condições de trabalho e está deixando os quadros.

Eu fui presidente do 3º Congresso de Perícias Médicas no Rio de Janeiro e tive uma grande dificuldade, porque as pessoas que estiveram no 2º congresso em 2009, que tinham mestrado, doutorado, e que fizeram palestras brilhantes, não puderam repetir essa palestra em 2011 porque já tinham saído da casa, já não eram mais peritos, tinham procurado um melhor lugar.

Isso foi realmente muito ilustrativo de que a nossa situação tem que melhorar, nós temos que ter o olhar do Estado para o nosso trabalho.

E para não dizer que a gente veio só trazer problemas, a gente tem proposições, a gente quer inserir a perícia médica no mundo do trabalho. A gente acha que aquela perícia apenas de gabinete, de consultório é insuficiente para se fazer justiça.

Quando você analisa a pessoa que é um carpinteiro ou um motorista, você não sabe como são as relações de trabalho, a organização do trabalho na empresa e isso é muito importante. Senador Paulo Davim, você sabe disto, porque é médico, que a gente não adoece só por conta dos mecanismos mecânicos do trabalho, mas também pelos mecanismos psicológicos. E a gente só vai ver os mecanismos psicológicos da gente, se a gente for ao mundo do trabalho e verificar em *loco*.

A gente quer políticas institucionais do INSS para o retorno ao trabalho. Não basta só dar um tapinha nas costas e dizer: "Você recebeu um benefício, vá embora para casa." Ou: "Você não recebeu um benefício e vá para casa."

Essa pessoa tem que ir para o mercado de trabalho com alguma assistência do Estado, uma assistência que seja temporária, que seja pessoal, física, mas que tem que voltar. E que esse novo modelo de concessão de benefício por incapacidade, as concessões automáticas ditas pela imprensa, têm ser auditadas. E essa categoria se propõe a fazer isso e quer que isso seja feito em lei.

Obrigado a todos. Obrigado pela oportunidade de estar falando aqui, Senador e obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradeço a Geilson Gomes de Oliveira.

Gostaríamos de saber se Jarbas Simas se encontra e Ricardo Abdul? Também não.

Então, passaremos às considerações Gerson Zafalon Martins, do Conselho Federal de Medicina, aqui representando o Presidente Roberto D´Ávila. Disporá de dez minutos.

O SR. GERSON ZAFALON MARTINS – Senador Paulo Davim, o nosso bom-dia. E a todos os presentes desejo um dia de trabalho e de paz.

O Conselho Federal de Medicina é uma autarquia, cujo objetivo é a fiscalização do exercício profissional e a normatização do exercício profissional, bem como as ações judicantes, no que se refere ao exercício dos médicos.

As queixas referentes a médicos peritos, nos Conselhos Regionais, onde são feitas denúncias são muitas. Mas quase 100% delas foram motivadas por não ser, por parte do segurado, a expectativa correspondia pelo beneficiário; e quase sempre sem razão.

Por que se cria essa expectativa?

Hoje, a Agência Central do INSS de Curitiba – eu sou do Paraná – está com 50 médicos. A fila de espera é de três meses. Ora, hoje, um trabalhador, num pós-operatório ou com alguma lesão, seja lá o que for,

para fazer perícia, vai ser daqui a 90 dias. Ora, daqui a 90 dias ele já sente que está fora do mercado. E aí a primeira reação com o médico, que já entrou com uma porta de segurança, tem um botão para chamar não sei quem, imaginem como se trabalha nessa situação: uma rota de fuga. Parece até que os médicos são bandidos, têm que estar preparados para fugirem, para tocar uma campainha e aparecer alguém, parece um banco, que tem de estar lá, e se apitar também não tem quem vê. Apitou por quê? É celular, é uma faca, é uma arma, pois já foram pegas várias.

Bom, aí, 90 dias depois, ele vai ser atendido, dê o resultado que der ele não vai gostar. Se for para voltar, é porque é para voltar, se não é para voltar,aí é que não vai voltar nunca mais mesmo.

Então, essa atividade do médico pericial, que não é de emissão de parecer conclusivo quanto à capacidade laboral para fins previdenciário, inspeção para fins de trabalho, caracterização da invalidez para benefício previdenciário acidentário e assistencial e ainda outras atividades que tem, com 100 já é difícil, com 50, impossível.

O que vai acontecer? O resultado dessa equação é violência, insatisfação, reclamação, seja na polícia, seja nos conselhos de medicina.

Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – inclusive valeria à pena apresentar o trabalho aqui, o trabalho foi apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Perícias Médicas, no Rio de Janeiro, que o Gilson já falou, em 2011 – foram muito claros: com a mudança demográfica no Brasil, nos próximos 40 anos a América do Sul será o continente com maior aumento de idade mediana, tanto em números absolutos quanto relativos. Passará de 28 para 42,1 anos. E, na América do Sul, o Brasil é o que mais envelhecerá. E se é o que mais envelhecerá, é o que mais necessitará de médicos na área da perícia.

As mudanças demográficas no sistema da seguridade social – previdência social, assistência social e a saúde –, no Brasil, com o aumento das idades médias, vai causar impactos não desprezíveis na área da saúde. Já estamos vendo isto: doenças crônicas, doenças de pessoas idosas, então, graças à tecnologia, à assistência médica, enfim, à vida moderna, nós estamos vivendo mais mesmo, e com custos, obviamente, aumentados.

A sobrevivência das pessoas mais idosas, graças aos tratamentos das doenças crônicas, também exige maiores recursos. E, obviamente, o sistema vai fizer cada vez mais sobrecarregado.

Quanto ao número de médicos peritos por habitante, no Brasil, está diminuindo. Em 2005, eram 3,03 peritos por 100 mil habitantes. Nós atingimos o máximo em 2007, que era 4,25 peritos por 100 mil habitantes, e hoje nós estamos com 3,86; e vai diminuir. O ideal seria pelo menos cinco. Agora, do jeito que está indo, vai diminuir mesmo. São projeções corretas que serão passadas para os senhores.

Do total dos benefícios concedidos pelo INSS, em 2009, foram quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e cinco benefícios, e está crescendo anualmente 6,71. Está aumentando. A estatística mostra que isso é real. Isto foi feito pelo IPEA, para mostrar para que não serão com meias medidas que resolveremos. Para evitar a violência teremos de ter médicos atendendo de maneira digna.

Outra coisa, já demora 90 dias no Paraná – em outros lugares pode chegar a mais ou menos dias –, aí eu chego lá, tive uma fratura e vou deitar numa maca que surgiu. Não pode. Quem é o responsável? É o médico. Quem está ali perto? Não é o presidente do INSS, não é ninguém, é o médico. "E ele diz ainda que eu posso trabalhar, e ainda peguei sarna aqui", ele vai dizer, e nós vamos ter de escutar. Se só escutar já é desagradável, quem já escutou palavrão aqui sabe como é triste, imagine sofrer uma agressão porque estava trabalhando. Ele vai reclamar onde? Depois chega lá no Conselho e diz: "Fui lá, o doutor ou a doutora me tratou mal". Aí nós pedimos uma carta de explicação para o colega... Então, é uma situação difícil. E ainda, Paulo, você sabe disso, a luta que nós temos – e nós cassamos inclusive médicos que têm ligações, como aquela colega de Patrocínio, por exemplo, em que a quadrilha tinha um médico por trás, tinha um colega. Pessoas que vendem atestado médico, uma coisa sagrada que é o atestado médico, que todos respeitam, o Judiciário respeita o nosso atestado. Se a gente escrever que o doente necessita de remédio, ele manda dar. No Conselho tem as resoluções que disciplina isso. Quem pode dizer se é incapaz, etc., é o médico perito. O assistente, ele atende.

Nesse novo projeto de 60 dias, através do atestado eletrônico, é uma coisa interessante que, acho, vale a pena o Congresso, os senhores aqui, se dedicarem, se debruçarem sobre o assunto, e estamos dispostos a ajudar, eu acho que é uma maneira. O que nós pudermos prevenir no que diz respeito à violência, nós o faremos, sem dúvida alguma.

Da parte do Conselho, estas são as minhas primeiras observações. Eu gostaria de ouvir mais as pessoas para podermos chegar a uma conclusão.

Espero haver colaborado com algumas informações conselhais, e tenho documentos aqui que poderão ajudar.

Agora, fila de espera para doença é diferente de fila de espera para time de futebol e para cinema. Ali

a gente já não gosta, imagine para receber uma consulta, a exemplo do Paraná, que precisa de 100 e tem 50, em tese, dirão: "Então, vai atender pela metade do tempo". Às vezes até corre-se esse risco, porque se você demora em atender aqui, tem um porção de gente reclamando lá; se você atende rápido aqui, você vai receber reclamação aqui e lá fora porque também não vai dar tempo de atender todo mundo.

Muito obrigado, Davim.

O Conselho Federal, eu particularmente, estou à disposição.

Eu sou um dos Coordenadores de Perícia Médica e Medicina Legal do Conselho Federal. Então, estamos aí para ajudar no que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Vamos precisar muito de seu subsídio.

Muito obrigado, Dr. Gerson, que fez uma brilhante exposição.

Nós já registramos a presença do Dr. Ricardo, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais, Peritos Médicos Previdenciários.

Passo a palavra ao Dr. Wanderlei Codo, Prof. Da Universidade de Brasília, que disporá de 10 minutos.

O SR. WANDERLEY CODO – Nós temos laboratório de estudo do trabalho. A gente faz pesquisas, investigações sobre trabalhos, condições de trabalho, saúde de trabalho, saúde mental e trabalho, e nós fomos contatados pela Associação Nacional dos Médicos Peritos, para fazer uma investigação sobre as condições de trabalho e as condições de saúde mental dos peritos. Essa é uma investigação científica. Isso vai implicar publicações. Isso está em andamento no momento.

Nós não iniciamos toda uma fase de investigação quantitativa. O que vou trazer aqui são alguns dados preliminares da investigação qualitativa. Foram feitas várias entrevistas. Vários processos de observação do trabalho foram feitos com peritos durante dois meses em todo o País, em algumas regiões do País.

Em primeiro lugar, seria bom que a gente entendesse um pouco mais o que é o trabalho do perito, o que é que o perito faz.

Atualmente, são feitas 15 – já foram feitas 30 – perícias por dia. São 15 guerras por dia. Em cada perícia, há uma situação de conflito, ou, ainda, em cada perícia, há várias situações de conflito ao mesmo tempo.

O perito entra sempre numa posição de conflito com o segurado. O segurado diz que está doente, e o perito precisa verificar se ele está doente. Portanto, o perito está numa posição que, *a priori*, é de desconfiança. Se você vai a um médico e diz que está com dor de barriga, nenhum médico lhe diz que pode ser que você não esteja com dor de barriga. Ninguém desconfia do seu sentimento, das suas dores, do seu sofrimento. O perito tem a obrigação profissional de ter essa desconfiança. Então, há um conflito entre segurado e perito o tempo inteiro.

Há um conflito também entre o que acontece na conduta do médico assistente e o que acontece na conduta do médico perito. O médico assistente lhe manda um atestado, dizendo que o paciente está com este ou aquele problema. O médico perito também é obrigado a ter uma desconfiança com relação a essa postura e, muitas e muitas vezes, contesta a opinião de colegas. O colega está dizendo a, b, c, e o perito faz o exame físico e conclui pela não incapacidade, enquanto o médico assistente sugeriu a incapacidade. Então, de novo, estamos perante uma situação de conflito.

Existe um drama ético na atuação do perito. O sujeito vem carente, necessitado, muitas vezes por pobreza, muitas vezes por miséria, e precisa daquele benefício. Inclusive, algumas vezes, usa o benefício para complementação de renda. Uma dona de casa ou uma empregada doméstica pode trabalhar de maneira informal e pode, ao mesmo tempo, receber benefício. Então, existe também essa possibilidade.

O perito se coloca perante um conflito ético. Suponhamos alguém com muita necessidade, precisando desse dinheiro. Vou recusar esse benefício porque isso não corresponde à verdade do ponto de vista da situação médica concreta que esse paciente está vivendo.

O que acontece? Toda a legislação, toda a fundamentação e toda a política feitas com relação aos benefícios do trabalhador neste Brasil estão personalizadas no perito. É ele que acaba sendo o único porta-voz, o único responsável por toda essa questão neste País.

São poucos. Esta é a última conta, a conta que o Geilson faz: de cada nove benefícios pedidos, sete são concedidos, dois são recusados.

Mas é preciso saber que existe uma indústria de fraudes neste País. Você pode contratar um escritório, e o advogado lhe arruma atestado falso, exame médico falso e um médico para treiná-lo a responder para o perito qual a doença que você tem, para treiná-lo quanto à forma que você vai responder para o perito.

Sou psicólogo. Na saúde mental, não há um laudo técnico de laboratório para dizer que você está deprimido, que você está paranóico ou qualquer coisa parecida. O sujeito treina o candidato ao benefício a se sentir profundamente deprimido, a dizer para o perito que tentou se jogar embaixo do trem etc. Isso provoca no perito uma situação de vigilância extremamente desgastante. Esses casos são minoria, mas existem e, ao existirem, provocam para o perito uma situação extremamente desgastante.

Se você tem um problema na perna que o deixa claudicante, que o faz andar com alguma dificuldade, quando você for para a perícia, vá de muletas, porque você precisa impressionar o perito. Não vou impressionar o perito se eu estiver andando mal e mal. Então, isso sempre ocorre naturalmente. Isso não é desonesto, isso não provoca desconfiança. Isso é simplesmente humano. Eu preciso demonstrar para o sujeito que está na minha frente e que nunca vi mais gordo que tenho um problema de saúde. Esse problema de saúde precisa estar visível para ele. Então, outra vez, o perito é obrigado a ficar em eterna posição de vigilância, querendo saber o que está ou não acontecendo, e daí por diante.

Qual é o resultado disso em termos de condição de trabalho? Em primeiro lugar, há ameaças, possíveis agressões. No mínimo, dou um tratamento descortês, despolido, quando tenho meu benefício recusado. Vocês viram, na fala do Geilson, que as agressões ocorrem, que as ameaças ocorrem.

É preciso condições de segurança. Infelizmente, o botão de pânico tem de estar presente. Infelizmente, a rota de fuga tem de estar presente. O que temos visto, nesse estudo pelo Brasil, é que muitas APSs não têm rota de fuga, não têm serviço de botão de pânico. O próprio sistema do INSS tem um sistema de aviso, mas não funciona direito, porque funciona na tela do computador. Para que alguém responda, tem de olhar para a tela do computador naquele momento.

Então, o botão de pânico é necessário. A rota de fuga é necessária. E é necessário também um corpo de segurança.

O que acontece em algumas agências? Não tenho os números, mas creio que não sou poucas as agências de seguridade que têm segurança patrimonial, mas que não têm segurança pessoal. Ótimo! Então, se um segurado irritado quebra um computador, a segurança pode intervir, mas, se ele mete a mão na cara do perito, a segurança, teoricamente, não intervém. Acaba intervindo, porque é boa gente, é gente treinada para essas coisas. No fim das contas, em vez de haver uma segurança pessoal, uma segurança do corpo, tanto do corpo técnico, quanto do corpo pericial, dentro da agência, há apenas a segurança patrimonial, ou, às vezes, não há sequer um mecanismo de segurança.

O detector de metais é necessário. Muitas vezes, na agência, o detector de metais funciona como nos Ministérios: está sempre desligado. Você pode passar com o que quiser pelo detector na grande maioria dos Ministérios, que ninguém vai procurá-lo.

Então, não há segurança, faltam equipamentos nas agências. Por exemplo, há agências, consultórios em que não há uma pia para o perito lavar a mão entre uma consulta e outra. Isso faz com que a transmissão de bactérias entre um segurado e outro e entre o médico e o segurado aumente potencialmente.

Quero deter-me um pouco na questão da fila.

Peço um minuto a mais, se possível.

A fila é extremamente cruel. É um jogo de perde-perde. Todo mundo perde muito com a fila. O segurado fica, por três meses, sem receber nada. Ele para de trabalhar, ele está doente e fica sem receber. A fila elimina praticamente a função da perícia. Por exemplo, três meses antes, houve um processo de infecção, e era preciso 15 dias para que ele fosse debelado. Existe uma deliberação de que você não pode voltar ao trabalho se você não passar pela perícia. Resultado: o sujeito não está mais doente, não vai trabalhar e fica esperando durante três meses o processo. O perito não pode fazer a perícia. Se o perito recusa o benefício, ele está jogando o sujeito no desemprego, porque, nesse caso, é configurado o abandono de emprego, porque o sujeito saiu e não ficou doente. E o Estado tem um prejuízo enorme, brutal, nesse processo, porque o Estado está pagando três meses de benefício quando deveria pagar 15 dias. Está pagando benefício que não deveria implicar incapacidade. E foi dado o processo de incapacidade, porque o perito não pôde negar o benefício durante esse tempo.

Existe, sim, falta de peritos. Não tenho os números. A Associação Nacional de Médicos Peritos fala em mil peritos faltantes. Mas existem também problemas sérios de organização do trabalho. Existem peritos, por exemplo, que, em determinados dias, teriam 15 perícias a fazer e que fazem duas perícias, porque há fila, porque o sistema está construído de tal maneira, que, se alguém falta, não se pode colocar outro no lugar. Então, por aquele tempo, você fica esperando, até que o próximo possa entrar.

Então, a situação é contraditória, a situação é extremamente desgastante. De um lado, há a pressão da fila enorme em todo o INSS e, particularmente, na cabeça do perito, pressão esta que acaba eliminando a própria função do benefício. De outro lado, há peritos olhando as moscas enquanto poderiam fazer algum tipo de acompanhamento.

São várias as saídas possíveis para isso. A fila única, por exemplo, é uma das coisas que deveriam ser pensadas, bem como modos de organização do sistema. Há sistemas que ficam lentos, há sistemas que caem, há sistemas que não permitem que o perito possa fazer a perícia porque está tudo grudado no sistema de informática que avisa o que o perito tem de fazer a cada momento.

Em outras palavras, estamos perante uma situação de trabalho extremamente tensa, extremamente

desgastante, extremamente conflituosa, sem as condições de trabalho adequadas para que ele possa ser visto.

Em psicologia do trabalho, sabemos, há muito tempo, que, quando o trabalho é desgastante, é preciso que haja uma boa, uma excelente estrutura de suporte. Temos na perícia um trabalho desgastante sem a estrutura de suporte necessária. Isso vai implicar doença do perito, isso vai implicar abandono de emprego, que é o que tem acontecido até agora.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Wanderley.

Registramos a presença da Deputada Federal Maninha, que também é médica perita. Não é isso, Deputada? (*Palmas.*)

Já contamos com a presença do Dr. Jarbas Simas.

Dr. Jarbas, daqui a pouco, o senhor tomará lugar à mesa.

Passaremos a palavra ao Dr. Ricardo Abdou, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais Peritos Médicos Previdenciários para suas considerações que disporá de 10 minutos.

O SR. RICARDO ABDOU – Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade de estar aqui. Agradeço aos colegas a presença. Eu sou perito da ponta, estou atualmente como presidente da nossa entidade. É uma entidade nova, ela tirou o CNPJ recentemente e estamos dando continuidade na atenção da carta sindical. Porém, já temos alguns associados, passamos já de uma centena e a gente quer fazer um trabalho não só da proteção ao perito, mas também numa melhor interação do perito com a sociedade.

Eu fiz uma explanação sobre o nosso papel, só perito da ponta há sete anos, bem como algumas das coisas que envolvem o nosso dia a dia.

Eu fui delegado do ANMP por seis anos e nos quais vi muitas agressões. Depois de ver tanta coisa acontecer, a gente entende um pouquinho melhor o que acontece.

Eu queria começar minha explicação com esse vídeo que eu tirei da Internet, que foi divulgado ontem, de uma ameaça de homicídio de uma colega nossa. Ele tem no fundo uma musiquinha tétrica. Deixe-me ver se consigo colocar em tela cheia.

(Segue reprodução de vídeo.)

O SR. RICARDO ABDOU – Esse vídeo ilustra bem que a população não sabe que não é o perito que muitas vezes vai conceder ou negar um benefício. Há toda uma legislação a ser seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Diminua a luminosidade da sala, por favor.

O SR. RICARDO ABDOU – Às vezes a pessoa chega para a perícia, marca uma perícia e nunca fez uma única contribuição e o INSS tem caráter securitário. Então, ela não vai ter direito ao benefício. Olha a exposição por que a gente passa.

(Segue reprodução de vídeo.)

O SR. RICARDO ABDOU – Como o tempo é curto, deixe-me passar para outras coisas tão importantes quanto isso.

Todo mundo espera que a Previdência Social seja essa foto linda e maravilhosa. Não é bem assim. Antes de eu entrar no INSS eu tinha uma visão muito ruim do INSS. Depois que eu entrei, essa minha visão mudou, porque eu vejo que os servidores são muito esforçados, tanto os médicos como os administrativos. O que falta, muitas vezes, é uma interação com a direção da casa e organização dos processos. E aí, a cena que a gente costuma ver do INSS é essa, só que hoje a fila não está assim nas APS, a fila está assim virtualmente. Se você for marcar uma perícia para Curitiba, por exemplo, a fila está em dezembro. Todo mundo gostaria de ver o médico perito como o profissional técnico que é. Inclusive, temos vários pareceres do CFM dizendo: a perícia é um ato médico. A casa insiste em entender que não é, que a gente pode marcar o tempo de uma perícia, que a gente tem que atender pessoas como se fosse uma linha de produção e não é assim. Isso não gera um enfoque com a sociedade que nos vê assim, como o vídeo mostra.

Fruto disso, o que nós temos? Um colega já falecido, há outro, inúmeras agressões. Eu tenho o relato de 33 relatos bizarros de agressão contra perito. Na minha própria região já tentaram incinerar um colega, entrando na sala com um produto químico inflamável, jogando no chão, entram com facão. Eu mesmo já atendi duas pessoas armadas. Esse colega de que vocês viram a foto, que é o José Rodrigues, essa é a cena do profissional limpando o sangue no consultório dele. Então, isso é um pouco do nosso dia a dia.

Então, agora eu vou realmente começar minha breve explicação.

A nossa carreira começa, é uma carreira que surgiu numa lei, Lei 10.876, em 2004. Essa lei define o quê? Que o perito é responsável pela emissão do parecer conclusivo quanto à capacidade laboral a fins previdenciários e caracteriza a invalidez para benefícios previdenciários e assistenciais.

Baseado nisso, o INSS entende que a gente faz uma função meramente administrativa. Tanto que no começo deste ano foi pedido pelo próprio INSS um parecer do CFM, Parecer nº 9.936/10, que perguntava se havia necessidade de ter diretor clínico, como é que seria a APS, porque entendia que a nossa atividade

seria administrativa. E o Relator foi muito feliz de dizer, baseado na Nota Técnica nº 17, de 2005:

As perícias realizadas por profissionais da Medicina, ainda que tenham características administrativas, são atos médicos, passíveis, inclusive, de punições por parte dos Conselhos de Medicina, caso não realizadas de forma ética.

Essa é a nossa grande briga com a casa. E, como médicos, a gente vê muita coisa errada e a gente não pode ficar omisso. Isso até o próprio Código de Ética Médica nos coloca.

Vou falar um pouco do nosso ambiente de trabalho. Um colega citou que muitas APS não têm condições de trabalho. Nós temos um Manual de Previdência que fala da infraestrutura, que fala que toda sala tem que ter pia, que toda sala tem que ter 9 metros, que tem que ter estetoscópio, que tem que ter maca, mas não fala que tem que ter lençol descartável, mas não fala que quando a gente tira um curativo a gente joga no lixo comum e quem vai manusear esse lixo não sabe, não fala da simples aferição do aparelho de medir pressão ou como é feita a substituição. Então, não adianta só se colocar do tipo: Ah, não... A preocupação parece que desse Manual que fala da infraestrutura é na sinalização visual que o equipamento tem e não como é feito o ato médico.

Eu queria falar alguns números. A gente pegou um boletim estatístico mensal do INSS de abril de 2011 e nós levantamos que até aquele momento tinham sido feitas 2 milhões, 509 mil perícias, 70% foram favoráveis, 30% foram indeferidas. Quem vai reclamar da perícia é geralmente quem está indeferido e quem está indeferido muitas vezes não está indeferido uma vez, não passou por um profissional. Podemos ter no nosso quadro sem um profissional ou outro que, de repente, como em uma igreja e em tantas outras casas, não esteja devidamente adequado. Mas, a pessoa passar por 15 profissionais e os 15 entendem que está, é sinal de que tem alguma coisa errada.

Nós continuamos levantando e o que a gente levantou? Tempo médio para benefícios de capacidade média nessa época era de 20 dias, isso aumentou; a idade media da Loas, 24 dias; a idade média para aposentadoria, 44 dias, isso é uma função administrativa; a idade média para pensão, 30 dias e a idade média do salário maternidade, 28 dias. O número médico de perícias por perito nesta época era 117. Aí, há um grande engodo do INSS, qual é? Os grandes centros sempre têm menos médicos pela proporcionalidade que os outros lugares. Então, não adianta a gente enxugar fila, falta médico e essa falta de médicos nos faz fazer o quê? Vou atender 50 pessoas todo dia e não vou dar conta da fila. A gente acha um absurdo quando eles falam: "tem que fazer 15 perícias por dia", tem gente que não consegue, eu mesmo não consigo.

Continuando esse estudo. Eu o tenho aqui, se a Mesa quiser. A concessão judicial beirava 8%. O que seria concessão judicial? As pessoas que tentaram, tentaram e tentaram, esses 30%, por exemplo, foram para a Justiça. Desses 30%, que se tornam 100 na Justiça, só 8 conseguiam. Então, até que os peritos não estão tão errados. Agora, como vocês viram lá, coloca-se todo um enfoque social.

Há situações no INSS em que realmente a gente tem que mexer na legislação. É muito difícil para a gente pegar uma pessoa com câncer terminal, que pagou 20 anos o INSS, deixou de pagar e, depois perdeu a qualidade de segurado, e está incapacitada. Agora, como perito eu não posso inventar uma data. Cadê a parte social da Previdência. Como é que a gente fala do Loas de ¼ de salário mínimo quando o mínimo que se paga neste País é de um salário? Então, além de a gente rever aquela tabela do que é isento da carência, do que é isento de Imposto de Renda, a gente poderia para certas doenças, certas eventualidades, aumentar o período de carência, e aí poderia ser um trabalho parlamentar a ser feito, inclusive, mudarem-se algumas doenças.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO ABDOU – Só gostaria de mais um minutinho.

Eu tenho também uma rotina de um absurdo de casos de agressão. Em 19 de maio de 2005, uma pessoa pegou um fogo de artifício, um rojão, e mirou num perito. Um produtor de cana, em maio de 1995, com 55 anos, invadiu o prédio com duas facas e gasolina e tacou fogo em todo mundo. Minha colega de sala era uma pessoa que não podia levantar o braço; ele pegou uma cadeira e jogou em cima dela. Tivemos uma colega, na nossa gerência, gestante, que foi chutada em sua barriga. Quer dizer, são situações que nos desanimam.

Qual o grande resultado disso? Nós estamos computando mais de 150 colegas que já pediram exoneração, fora os aposentados. Se nós somos 3.000 e calculando que cerca de 1.500 é a média que levantamos no Salo, nosso programa com o qual monitoramos quem está na linha de frente e quem não está, 10% não aguentaram, fora os aposentados que são um número igual ou superior.

Temos falado muito da segurança. Eu já tive inclusive com o Dr. Jarbas e o Dr. Desiree, nesta Casa, na época da morte do José, e solicitamos a porta detectora de metal. Foi um grande ganho para a Previdência. Nós fomos, inclusive, com o Ministro Marinho.

Agora, ninguém está falando da nossa segurança digital. Eu chego lá no INSS e tudo bem, tem o antivírus, seja lá o que acontecer. Mas, por exemplo, na PS de Guarulhos, uma pessoa mal-intencionada roubou a senha de todos os peritos, por meio de um aparelho chamado *Kri locker;* e simplesmente quando os peritos saíam da PS, ele fazia as perícias como se fosse os médicos. E todos os médicos foram responder processo na Polícia Federal para provar que focinho de porco não era tomada.

Por que não temos a biometria? Por que o segurado não é identificado por foto? Será que temos de facilitar? Ou dificultar?

Graças a Deus esses foram punidos e a verdade apareceu.

E, por fim, eu queria falar sobre algumas das pretensões da perícia. São coisas básicas que há muito tempo pedimos. Estou no finalzinho.

Carteira de identificação funcional com livre acesso a empresas e hospitais. Eu devo conhecer uns 800 ou mil colegas, mas conheço apenas três colegas que têm isso. Se eu chego num hospital, apresento o meu crachazinho do INSS, desbotado, que ficamos anos sem ter. Vários colegas eram identificados pelo crachá provisório. Os colegas que são peritos sabem disso. Até hoje nós não temos essa carteira provisória.

Tem o PLC 30, de 2007, que fala do porte de arma. Por quê? Porte de arma é para eu estar na perícia com um revólver em cima da mesa? Não. Só que é para o colega que tem medo, na hora que sai da PS – isso acontece com colegas – e nós somos seguidos. Que a gente não tenha uma arma, mas que a pessoa pense que podemos revidar porque não estamos nus.

Também solicitamos a adequação da perícia administrativa no Código de Processo Civil. O que seria isso? Como entregamos o laudo? Qualquer pessoa chega e acha... A pessoa confunde o laudo médico pericial com a CRER, que é o resultado. O CFM já nos deu o parecer mais de uma vez dizendo que não é função do médico entregar a CRER. Isso é uma briga e desde 2008 eu ouço que o INSS vai fazer isso.

O Dr. César, nosso antigo chefe da DER/SAT, falou, na ABI, na frente de vários colegas, inclusive do Miguel, que em 15 dias isso estaria resolvido, mas dura até hoje. O que é isso?

Outro sonho nosso é a tal Carreira de Estado. O que nós somos? Tudo que a gente quer é autonomia científica, técnica e funcional. Nós gostaríamos que fosse criada, alguma hora, a perícia da União. Para quê? Para termos autonomia de fazer o nosso trabalho. E, eventualmente, até mesmo para o Judiciário.

Basicamente seria isso. Agradeço a atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito bem.

Agradecemos a Ricardo Abdou.

O SR. RICARDO ABDOU – Eu tenho a relação dos colegas exonerados e tenho a relação, aqui, de várias agressões. Eu tenho os dados do INSS que apresentei e outros materiais a mais que nós temos. E fico à disposição da Casa para qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Ah, com certeza. Vou passar isso para a Comissão, se puder deixar uma cópia conosco.

O SR. RICARDO ABDOU – Já tenho pronta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Bom, nós convidamos o Dr. Jarbas Simas para tomar assento à mesa.

Eu proponho apenas uma inversão com o Wanderley, para que o Dr. Jarbas utilize o microfone da mesa.

Obrigado, Dr. Wanderley.

O Dr. Jarbas é Presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas e disporá de dez minutos para suas considerações.

O SR. JARBAS SIMAS – Bom dia a todos. Eu gostaria de, na pessoa do nosso Senador, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes e a platéia. Eu cumprimento aqui a Drª Virgínia, em nome de todos, que é a nossa representante feminina na Associação Nacional de Médicos Peritos, juntamente com a Gisele.

O meu respeito à Deputada Maninha, que nos ajudou a construir a carreira e passou pelas mãos dela a carreira da Perícia Médica Previdenciária.

É importante, primeiro, os senhores terem ideia de por que estamos presentes aqui? Eu represento a Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, que é uma entidade científica. Entretanto, sou Delegado da Associação Nacional de Médicos Peritos. Sou um apoiador da entidade que nos representa, a Associação Nacional de Médicos Peritos, que tem enveredado toda a defesa da perícia médica nos fóruns onde tenho comparecido.

O Conselho Federal de Medicina, na pessoa do Dr. Gerson Zafalon, também tem se portado dessa maneira, bem como a Associação Médica Brasileira e todas as entidades médicas. Então, caberia uma reflexão rápida em relação ao momento que estamos passando.

Fora da Previdência, a perícia médica tem angariado uma posição de destaque dentro das especialidades médicas. No dia 20 de junho, a semana que vem, de hoje a uma semana, será a primeira prova de titulação. O colega que se submeter à prova será um especialista em Medicina Legal e Perícias Médicas. Entretanto, pelo valor que nós estamos recebendo, a Previdência ainda não conseguiu valorar a importância do perito.

Desde 1982 eu estou na casa e todo Ministro que entra fica algum tempo e sai. Quando eu tenho oportunidade de me dirigir a ele, eu pergunto: Sr. Ministro, por que o nome do benefício se chama Auxílio-Doença? O senhor está dando uma expectativa de direito para o segurado, o senhor já está gerando um conflito inicial, antes da perícia se iniciar.

Quer dizer, o cidadão que o Dr. Abdou mostrou tem uma cirurgia, uma sequela: Auxílio-Doença. Se eu estou doente, vou ter direito a esse benefício. Então, acho que são atitudes que a casa tem que tomar para valorizar a nossa atividade e não tem tomado.

Eu acho fundamental a participação do Senado nesse trabalho, porque a Previdência Social ainda não entendeu o valor da perícia médica. A maioria dos benefícios, cerca de 70% deles, passa pela mão do perito médico. E o perito, além de não ter uma condição adequada de trabalho, numa discussão onde ao invés de se enxugar gelo...

Perito, hoje, está enxugando gelo! Sabe por quê, Doutor? Porque quando ele recebe o segurado, este já foi mal atendido pelo nosso sistema de saúde que está falido; o Ministério do Trabalho não efetuou uma fiscalização na fábrica. E onde está a minuta do projeto que a Drª Virgínia, o Dr. Miguel e eu entregamos no Ministério da Previdência Social para que se constituísse um grupo de trabalho? Associação Nacional de Médicos Peritos, Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência Social. Decreto nº 7.602.

Eu não fui convocado para participar de nenhum trabalho dessa junção. A maneira de se sair desse momento seria essa. Não adianta o perito médico atender um segurado que não tem condições, que não está tendo um atendimento digno na sociedade. Se não tem tratamento médico, sobra para o perito. Então, essas agressões se devem a isso.

Primeiro ponto: haver uma intervenção do Senado para que os peritos participem das discussões dentro da Casa. Quais são esses peritos? Os que estão na ponta! Não são os peritos que estão na Diretoria de Saúde do Trabalhador, não. Perito que está na entidade, perito que está na associação.

Segundo ponto, vamos fazer, até conclamo os colegas, já está sendo composta uma Mesa em São Paulo, onde vai estar a ANMP, desvincular a perícia médica do Ministério da Previdência e Assistência Social. Perícia médica tem que ser Perícia Geral da União (PGU), já tenho até a sigla. A sigla é PGU. Por que a Advocacia-Geral da União tem e a perícia não tem? Por que na Advocacia-Geral da União eles recebem duas, três vezes mais que o salário do perito? São situações que não podem continuar. E temos obrigação de resgatar uma condição que o perito tem que ter dentro da Casa. A questão da fila está vinculada a isso. O Ministério da Saúde não atende adequadamente, a fila vai impactar na própria previdência.

Então, as situações pontuais que eu gostaria de propor seriam:

Primeiro, mudança do nome do benefício de auxílio doença para auxílio por incapacidade laboral. Já vai ser um grande ganho.

Segundo, uma política de esclarecimento à população da função do perito. Não cabe ao perito conceder ou negar benefício, cabe ao perito apenas avaliar se aquela doença incapacita ou não para o trabalho. Essa atitude, essa providência tem que ser tomada pela Casa.

Terceiro, que em todas as discussões onde se envolva perícia médica o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social, conclame as entidades médicas para participar de todas as discussões. Nós nos sentimos alijados de todo o processo.

Hoje, está sendo implantada no Rio Grande do Sul a perícia médica através da apresentação do atestado médico. Cadê a associação? Quem participou desse trabalho? A ANMP participou desse trabalho? A sociedade participou desse trabalho? Não. E na hora de fazer, quem vai fazer? Quem vai pôr a cara para bater? São os peritos. Quer dizer, quando esse segurado retornar depois dos 60 dias, graciosamente oferecidos pelo "médico-assistente", ele vai se defrontar com o perito, vai caber mais uma vez ao perito o trabalho sujo. Qual é o trabalho sujo? O senhor nunca esteve incapaz. O senhor está doente, mas não está incapaz. Quer dizer, isso é o que reservam a nós.

Terceira opção: Portaria nº 7.602. Esse trabalho é para ontem. Um trabalho entre Ministério da Previdência, Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, para que se crie uma carreira, para que seja adequado à carreira atual, para que se faça um trabalho para resgatar a saúde do trabalhador no ambiente de trabalho. Não adianta o trabalhador bater nas portas da Previdência "sequelado", sem tratamento. E o perito é que vai resolver isso, o perito é que vai devolver a saúde para ele. A expectativa da população é essa.

Terceiro: a Perícia Geral da União. Não tenho dúvida, inclusive formulei um pedido juntamente com o Presidente do Instituto de Advogado Previdenciário, protocolamos junto ao Ministro quando tomou posse o Presidente da Previc, justamente nesse sentido, que tanto os advogados previdenciários quanto os peritos médicos entendem que para se ser mais imparcial, para se ter mais autonomia, você não pode ter uma

vinculação com a instituição onde você está atuando. Então o ideal seria um corpo paralelo que serviria toda a União, não só à Previdência Social.

Só para finalizar, a autarquia e o Ministério da Previdência e Assistência Social estivessem mais juntos com as entidades médicas, com o Conselho Federal de Medicina, com a Associação Médica Brasileira, com a Federação Nacional dos Médicos, porque o que nós temos observado é que são emanadas portarias, instruções normativas, sem a participação da perícia médica, que é a parte mais interessada.

Então, eu gostaria que fosse conclamado, que saísse um documento aqui desta audiência pública e que a Diretora de Saúde do Trabalhador, o Presidente do INSS, o próprio Ministro Garibaldi tivessem ciência de que a perícia médica, os peritos médicos, as sociedades médicas que os representam, as entidades médicas que representam os médicos deste país querem discutir a perícia médica dentro da Casa, antes que a portaria seja publicada, porque não adianta correr atrás depois que já aconteceu. Então, nessas duas situações que estão acontecendo, seria fundamental a participação não só das entidades periciais, mas das entidades médicas: esse balão de ensaio do Rio Grande do Sul e essa questão desse benefício com atestado médico de 60 dias. E esse trabalho que está sendo feito entre o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Previdência, que houve um documento elaborado pela Drª Virgínia, que o Dr. Miguel e eu protocolamos no Ministério, propondo-nos a fazer um trabalho conjunto, inclusive mudando até a forma de trabalho do perito. O perito teria que ir às empresas, verificar a condição de trabalho, junto com os médicos do Ministério da Saúde. Quer dizer, um trabalho... Até gostaria que você, Virgínia, se tiver esse documento, entregasse-o para o Presidente da Mesa para que ele tomasse ciência desse documento e da nossa tentativa, tentativa até inocente, porque somos inocentes. Chegamos lá, protocolamos, imaginamos que, com aquele protocolo, já estávamos inseridos. Aí a Virginia me diz: não, não, doutor. Já teve reunião. A portaria já está... E nós não fomos convocados, não participamos dessa discussão. Então, era só isso, Sr. Presidente. Desculpe-me. É uma coisa, há muito tempo, engasgada. E onde temos oportunidade... Eu gostaria que o senhor fosse o nosso porta-voz, porque hoje a perícia médica da Previdência, a condição dela é essa. Um colega passou esse filme. Teve outro filme, na semana passada, que foi até o Dr. Alceu, de São Caetano, a mesma situação, a exposição total. Então, estamos expostos. A segurança do perito clama por uma atitude do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Ministério, da Presidência da República. Não há condições de trabalho. São condições de trabalho ruins, remuneração. A carga horária que se exige para o perito médico não é compatível com a remuneração. Hoje, um perito médico fica nove horas dentro da casa. Ele não tem tempo de se dedicar a consultório. Ele não tempo para participar de congresso. E o médico perito tem que ter conhecimento técnico.

Perfeito.

O SR. JARBAS SIMAS – Então, tudo isso tem que ser discutido. E, para eliminar a fila, o senhor tem que atender mais. Ainda fica essa condição, um estresse psicológico.

Então, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de estarmos aqui. Espero desta Comissão, desta audiência pública, junto com a Deputada Maninha, junto com todos os colegas que estão aqui presentes, que nasça algo de concreto para a perícia médica, porque de conversa – já estou com quase 30 anos – não aguento mais, falando sério. Eu não aguento mais conversa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu agradeço ao Dr. Jarbas. Solicito à Secretaria da Comissão para preparar um documento contendo todas as sugestões deixadas aqui pelos ilustres participantes da Mesa, e que esse documento seja encaminhado não só às instituições aqui presentes, mas também ao Ministro Garibaldi e ao Presidente do INSS.

E, evidentemente, Dr. Jarbas, o senhor pode contar, na condição de médico, com todo o meu empenho no sentido de melhorar as condições de trabalho, defender os objetivos aqui expostos, externados por todos. Enfim, podem contar comigo como aliado dessa causa. Tenho história de militância no Sindicato dos Médicos, no Conselho Federal de Medicina, na Associação Médica Brasileira. Sou intensivista, conheço de perto as condições de trabalho do serviço público. A minha esposa também é perita. Portanto, conheço essa...

O SR. JARBAS SIMAS – Estamos em casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Estamos em casa. *(Palmas.)*

Eu gostaria de passar a palavra à Deputada Maninha. É uma honra, Deputada, tê-la aqui conosco, nesta audiência, a senhora que é médica perita e, como já foi saudada pelo Dr. Jarbas, tem uma contribuição inquestionável na carreira de perito médico, no reconhecimento dessa atividade. Portanto, é um prazer tê-la aqui. V. Exª tem a palavra.

A SRª MANINHA – Sr. Senador, muito obrigada por abrir o microfone para que eu possa falar. Eu só queria agradecer tudo isso, saudar os nossos colegas aqui, médicos peritos, representantes de associações, professor da Universidade de Brasília, onde me formei,

e dizer que, durante muitos anos, fui também dirigente sindical, Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, durante 12 anos, Secretária-Geral da Federação Nacional dos Médicos e, depois, por três mandatos, Deputada.

Eu quero aqui concordar com todas as colocações feitas pelos colegas e dizer que me lembro muito bem da grande greve da perícia médica quando conseguimos, através dessa greve, ter a nossa carreira reconhecida pelo Ministério da Previdência, nesse magnífico trabalho que a direção da associação desenvolveu, percorrendo gabinete por gabinete, na Câmara e no Senado. Lembro-me da presença constante da Ana Maria Facci, que está aqui do meu lado, que, praticamente, dormia, almoçava e permanecia tempo integral dentro das duas instituições: Câmara e Senado. E a gente ouvia dos parlamentares: "Lá vem a chata da Ana Maria Facci". Mas, graças à Ana Maria Facci, o Senado e a Câmara conseguiram entender o que era a perícia naquele momento. E o desdobramento dessa luta, o desdobramento de todas essas explicações permitiu a implantação da carreira.

Mas, hoje, Sr. Senador, o que nós presenciamos é um desentendimento por completo das instituições do Estado em relação à perícia médica. Em primeiro lugar, a gente constata toda essa incoerência de tratamento e, ao mesmo tempo, a incompreensão do que é a perícia médica com essa medida provisória que está aqui, no Senado Federal, que rebaixa os salários dos médicos do serviço público federal, inclusive da perícia médica. Nós estamos diante de uma situação em que o Governo não reconhece o equívoco cometido pela edição dessa medida provisória e, ao mesmo tempo, penaliza todos os médicos do serviço público, porque a medida provisória está em vigor. Enquanto ela vigorar, tudo o que está escrito nessa medida provisória é lei. Portanto, até que se corrija tudo isso, os médicos estão sendo penalizados. E a gente percebe o seguinte: Câmara e Senado, às vezes, perdem-se em discussões infundadas, como o debate que, ontem, a gente presenciou aqui, nesta Casa, sobre as contas dos governadores e quebra de sigilo, quando a gente sabe que nada disso interessa, porque, na verdade, isso não vai demonstrar, em última instância, a probidade de nenhum administrador público. O que nós presenciamos é a falta de discussão daquilo que é essencial à sociedade.

A perícia, como já foi dito aqui, é o instrumento da sociedade para garantir o seu direito da incapacidade funcional. Mas, no entanto, não é assim que o Governo trata essa questão.

Então, quero aqui saudar e dizer que esta audiência pública permite essa discussão. E V. Exª, como médico, tendo uma esposa perita, como conhecedor profundamente dessa questão, poderia fazer com que o Senador Paim, Presidente da Comissão, toda a Comissão e todo o Senado pudessem se debruçar sobre a carreira do perito e, mais do que isso, sobre a inserção da perícia médica na instituição Estado. Nós precisamos desse debate, mas precisamos mais do que o debate. Precisamos de iniciativas concretas que corrijam distorções, que permitam o profissional ter um trabalho seguro e qualificado e que permita a sociedade ter o retorno de algo a que ela tem direito, porque nessa história também temos duas faces da mesma moeda: aquela desconfiança de que o segurado que está sendo examinado é sempre um simulador; e a outra face de que o perito é um carrasco. Nós precisamos acabar com essa situação. Ambos têm deveres e direitos, e cabe ao Estado garantir tudo isso.

Por isso, quero saudar esta audiência e dizer ao senhor que estou à disposição. Quando a Comissão solicitar, pode explorar-me ao máximo, que terei o máximo prazer de contribuir, para que tenhamos uma solução sobre essas questões.

Muitos peritos já morreram neste País. Esperemos que não mais tenhamos heróis anônimos, mas, sim, uma carreira reconhecida e uma sociedade tendo o serviço que lhe é de direito.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Deputada Maninha.

Já estou passando aqui para os membros da Mesa o meu *e-mail*. Quero ser subsidiado, para que promovamos não um debate estéril, mas que consigamos dar encaminhamentos concretos.

Tenho, até por formação... O intensivista não costuma ficar filosofando. Ele tem de agir. E pautei a minha atividade pública, a minha atividade política com esse pragmatismo. Então, acho que os problemas existem, mas as soluções urgem. Portanto, todo subsídio que me chegar farei com que tenha um encaminhamento objetivo, para solucionar os problemas.

Quero, em função de outras atividades, encerrar aqui esta audiência pública. Um problema como esse passaríamos, o dia inteiro, debatendo, mas temos atividades em outra agenda.

Quero agradecer aqui a todos os membros da Mesa, que trouxeram informações importantes.

Foi um debate consubstanciado, e, com certeza, os senhores não falaram, não discursaram no deserto. Nós estaremos prontos, aliados a essa causa e daremos os devidos encaminhamentos.

Eventualmente, poderemos entrar em contato com um dos senhores, para que nos deem... Inclusive, à Deputada Maninha, para que ela possa trazer-nos

maiores informações e para que nos ajude nesse encaminhamento.

Quero agradecer aos presentes.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 08 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 18 DE JUNHO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia dezoito de junho de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Paulo Paim** e **Wellington Dias** e a não membro Senadora **Ana Amélia.** O Senador **Cristovam Buarque** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Item Único**. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 77, de 2012–CDH, aprovado em 14/06/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, "com lideranças de trabalhadores para debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros". Convidados: José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Valdenir Moreira Corrêa, Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, em representação ao Senhor Cairo Fernando Reinhrtt, Presidente; Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração, em substituição ao Ministro Carlos Daudt Brizola do Trabalho e Emprego; Walter Fabro, Presidente em Exercício da Força Sindical do Rio Grande do Sul; Valter Souza, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Após a exposição dos senhores convidados, o senhor Presidente franqueia a palavra aos senhores Senadores. Usam da palavra os Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias e Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta audiência pública, nos termos do Requerimento nº 77, de 2012, da CDH, aprovado em 14 de junho de 2012, de autoria deste Senador e de outros, tem o objetivo de debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros.

Nós realizamos, na semana passada, uma audiência pública semelhante a esta em que estiveram presentes os representantes dos empresários. Naquela oportunidade, eu dizia que, nesta semana, estariam aqui, a convite, os representantes dos trabalhadores do Ministério da Indústria e Comércio e também o representante do Ministério do Trabalho.

Já estão conosco tanto as lideranças dos trabalhadores, que vou citar em seguida, como o representante do Ministério do Trabalho e também a representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como estamos em plena Rio+20, nós entendemos, com tranquilidade, o fato de o Ministro não poder estar presente, mas eu falava, na última reunião, da importância de mandar alguém que responda pela Pasta. Eu entendo que isso é fundamental. Enfim, na semana passada, houve a devida justificativa, e, nesta semana, tanto o Ministério do Trabalho como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior mandaram aqui os seus representantes, e tiveram a mesma atitude os representantes dos trabalhadores.

Antes mesmo de montar a Mesa, chamando os nossos convidados – todos os convidados estão presentes aqui –, vamos fazer uma pequena introdução sobre o tema, até porque esta nossa audiência pública é transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Internet. São nove canais de televisão, entre os alternativos e o oficial do Senado, e há também a Agência Senado.

Então, situando todos sobre a audiência, hoje, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater,

como já fizemos na semana passada e vamos fazer nesta semana com lideranças dos trabalhadores e com representantes do Ministério da Indústria e Comércio e também do Ministério do Trabalho, as barreiras comerciais apresentadas pela Argentina aos produtos brasileiros.

Os prejuízos causados por essa posição da Argentina em relação ao Brasil são da maior gravidade, atingindo principalmente os produtos do Rio Grande do Sul.

Enfim, para a classe trabalhadora as perdas poderão atingir patamares seriíssimos, inclusive a demissão em massa, como já vem acontecendo em Santa Rosa. Recentemente, os trabalhadores metalúrgicos de Canoas da fábrica de tratores tiveram que fazer um acordo de redução de jornada com redução de trabalho devido à situação.

O Rio Grande do Sul é um dos Estados mais atingidos pela posição do vizinho país portenho. Dados da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul mostram que, devido às barreiras impostas pela Argentina, a exportação do Rio Grande do Sul para a Argentina, só nos primeiros quatro meses do ano, teve uma queda que ultrapassa 10%. A queda seria ainda maior se não fosse o aumento das exportações de produtos químicos, orgânicos e de alumínio, além do setor automotivo.

O impacto das barreiras comerciais argentinas na economia gaúcha, há um ano, era visto em dois setores: o de móveis e o de máquinas e aparelhos elétricos. Os demais segmentos que não estavam sendo atingidos agora também estão sendo atingidos.

Neste ano, segundo a Fiergs, houve um aumento de dois, três, quatro setores para 36 setores dos 62 que tinham uma relação, eu diria, tranquila, antes desse movimento, com a Argentina.

O setor de ferramentas, por exemplo – talheres –, apresentou uma queda de 68%. O de preparação de alimentos teve uma redução de 50%; o de móveis, 43%; têxteis, 48%. Entre os setores mais prejudicados pelas medidas adotadas pelo país vizinho estão hoje também os setores de calçado, carne e seus derivados – carne suína, principalmente – e, repito, máquinas agrícolas, têxteis, móveis, papel, celulose, produtos agropecuários e por aí vai.

Para as empresas brasileiras, a política argentina de restrição às importações também tem acarretado outros tantos prejuízos devido à cadeia produtiva. Ninguém está aqui falando em cadeia. Como se fala aqui em CPMI, podem pensar em cadeia. Não tem nada a ver com CPMI nem com cadeia. Estou falando de cadeia produtiva.

Semanas atrás, a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados denunciava a existência de mais de 2,2 milhões de pares de calçados brasileiros vendidos à Argentina que estavam trancados lá, estavam presos lá, ou seja, estavam barrados. Esses 2,2 milhões estavam barrados na fronteira ou retidos em estoques por conta de medidas restritivas impostas pelo país vizinho.

A entidade lembra que a Argentina é um mercado altamente promissor, sendo o principal comprador de calçado e de outros produtos brasileiros. Na avaliação da Abicalçados, o Brasil poderia vender 25 milhões de pares ao ano para aquele país, se não fossem as restrições ora impostas.

Não é demais reprisar que inúmeras barreiras aplicadas pela Argentina violam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), apresentando-se, portanto, como ilegais.

Em âmbito nacional, as barreiras impostas pela Argentina à entrada de produtos importados ocasionaram queda da ordem de 27,1% nas exportações brasileiras para aquele país no mês de abril em comparação ao mesmo período de 2011, segundo dados divulgados também pelo próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Os problemas com a Argentina tiveram impacto no montante global das exportações brasileiras, com uma queda de 7,9% na comparação entre 2012 e abril de 2011. Já o saldo comercial teve uma redução de nada menos que 52,7% na comparação entre os mesmos meses, reduzindo-se de US$1,8 bilhão para apenas US$881 milhões – de US$1,8 bilhão para praticamente US$800, eu diria, há uma redução que ultrapassa um bilhão. A Argentina é o país que mais impõe barreiras às exportações brasileiras.

Bom, esse é um resumo. Não vou apresentar todos os dados que, no debate aqui, vão surgir.

Apenas lembro que, na semana passada, estiveram conosco, falando sobre esse tema, o Sr. Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul; o Deputado Osmar Terra, que falou pelos Deputados Federais; o Sr. Nelson de Miranda Osório, Diretor Financeiro da Cobap, que falou sobre o impacto na Previdência que o desemprego pode causar. Esteve também presente o economista Newton da Silva Marques, professor da Universidade Federal de Brasília (UnB); José Ricardo Costa e Silva, economista; e Marcos Oderich, Diretor Comercial da Oderich. Tanto o Cláudio como o Marcos falaram também pela Fiergs, do Rio Grande do Sul. Eles fizeram algumas colocações que também nos preocuparam e que podemos desenvolver no debate.

Falou-se que o representante da Argentina, o Sr. Moreno, estaria negociando com a Fiesp, em São Paulo, algumas tratativas em relação à importação e exportação. Houve aqui uma indignação muito grande. Quem tem que negociar as questões relacionadas ao governo da Argentina é o Governo brasileiro e os seus representantes, e não especificamente uma confederação de empresários deste ou daquele país.

Quero dizer que ele fez esse protesto aqui. Essa é uma questão nacional e não daria para, segundo ele – inclusive foi dito pelo Presidente da Fiesp... Estou repetindo o que ele disse, deixando bem claro que está gravado o que disse o Sr. Cláudio Affonso Amoretti Bier, Presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul. Havia sido dito e publicado que, para fazer o equilíbrio do chamado um por um, como pedem os argentinos, as plataformas – tão faladas pelo Presidente Lula, que eram produzidas no exterior e que agora estamos produzindo na região sul do Rio Grande do Sul – passassem a ser produzidas na Argentina. Isso é totalmente descabido. Essa afirmação foi dita pelo Presidente do Sindicato de Máquinas Agrícolas do Rio Grande do Sul, e é lamentável se efetivamente esse foi o entendimento da Fiesp em detrimento dos empregos aqui no Brasil.

Vamos montar aqui duas mesas, para desenrolarmos nossos debates. Vou começar, chamando o senhor... Vou começar pela Sra. Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Uma salva de palmas para a Tatiana, que está aqui representando o Ministro. *(Palmas.)*

Bem-vinda, Tatiana.

Vou chamar também o representante do Ministro do Trabalho. Na minha lista aqui está... Ah, está aqui. Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Integração – não estava aqui que ele era o representante do Ministro –, que veio representando o Ministro do Trabalho.

Seja bem-vindo, Paulo Sérgio. *(Palmas.)*

Vou chamar o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto. *(Palmas.)*

Vamos fazer o seguinte: explorar ao máximo os representantes dos dois Ministérios. Vamos colocar à mesa dois sindicalistas, e os dois Ministros ficam aqui. Não há nada de mal em chamar de Ministros, não é? Estão representando o Ministro, sim.

Quem sabe, um dia. E os representantes dos Ministros ficam à mesa. Então, eu chamaria, porque ele tem um compromisso – espero que todos entendam – o José Augusto. Já está aqui o José Augusto, que nos pediu.

E vou chamar agora o Valdemir Moreira Corrêa. Em seguida, os dois retornam ao plenário, e vêm os outros sindicalistas. Aí vamos trocando as mesas. *(Palmas.)*

Como o José Augusto pediu a palavra, porque tem um compromisso, já lhe passo de imediato. José Augusto é Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Vou deixar os Ministros bem à vontade, os representantes dos Ministros. Os senhores poderão falar no fim ou na abertura. Fiquem bem à vontade. Vou trocando os representantes dos trabalhadores.

Então, vamos dar a palavra primeiro para o José Augusto, que tem de sair. Depois eu a passo para um Ministro, para um sindicalista e para um representante de Ministro.

Então, José Augusto, com a palavra. Em seguida, vou passar, então, para a representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Bom dia, Senador Paulo Paim e demais membros da Mesa. Bom dia, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, internautas.

Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite e também de fazer um agradecimento ao Senador Paim pela sua *performance* no trabalho que foi realizado em Curitiba, nessa última sexta-feira, num seminário promovido pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores e pela Coordenação Federativa dos Trabalhadores do Estado do Paraná.

Houve a presença de Sepúlveda Pertence, do Senador, da Ministra Adelaíde. Foi um evento que alcançou o sucesso desejado. O Senador Paim o abrilhantou muito com sua presença, com sua exposição em defesa do sindicalismo nacional e dos direitos dos trabalhadores.

Mas, entrando diretamente no assunto, Paim, tive o cuidado, ao ser convidado, de fazer umas duas ou três laudas, para não cometer o erro de ficar patinando e também para procurar não falar besteira. Não sou economista, sou da área de educação, sou Técnico de Segurança do Trabalho e, com muita honra, coordeno o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congrega 18 confederações nacionais de trabalhadores, cinco centrais sindicais, com exceção da CUT e da Força, e também a Cobap.

Então, o FST ou Fórum Sindical dos Trabalhadores tem como princípio e principal bandeira a defesa do emprego e dos direitos trabalhistas. Vem a esta audiência, para prestar a sua solidariedade à luta contra as barreiras comerciais criadas pela Argentina, que estão provocando o fechamento de indústrias, a queda de produção e a demissão de trabalhadores e trabalha-

doras, afetando principalmente os Estados do Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e também a região do Grande ABC, em São Paulo.

Venho também, para prestar o nosso apoio, solidariedade e companheirismo ao Senador Paulo Paim por mais essa iniciativa através do seu Requerimento nº 75, da CDH, de maio de 2012.

Agradecemos, portanto, o convite formulado, para que possamos participar desta importante e marcante audiência em defesa do desenvolvimento econômico, da promoção do emprego e em defesa da indústria nacional, tornando-a mais competitiva.

Enfim, que o Brasil assuma definitivamente o seu papel de economia forte, mostrando seu protagonismo no comércio regional e também no comércio multilateral.

Os países estão reclamando, especificamente, Senador Paim, telespectadores, companheiros de mesa, de duas práticas argentinas, pelo nosso entendimento e pela pesquisa que andamos fazendo – as licenças não automáticas e o novo sistema de pré-registro e de pré-aprovação das importações – e de outras medidas que visam à implantação de barreiras comerciais entre o Brasil e de 40 outros países.

Segundo o comunicado dos 40 países – que cito –, seus empresários relatam que a Argentina não respeita o prazo de 60 dias estabelecido pela OMC – Organização Mundial do Comércio, para as licenças não automáticas e que a demora ultrapassa seis meses. Essa é a informação que temos.

Reclamam, também, da falta de transparência da Argentina na implementação e administração das licenças. Isso cria uma profunda incerteza tanto para os exportadores quanto para os investidores na Argentina.

Os países frisam que a lista de produtos afetados pelas licenças, Senador Paim, como citou há pouco, vem aumentando desde 2008 e já atinge *laptops*, utensílios domésticos, ar-condicionados, máquinas, carros e autopeças, plásticos, químicos, pneus, brinquedos, sapatos, têxteis e vestuário, bagagem, bicicletas e produtos de papel.

Cerca de mil licenças de tratores e outras 125 colhedeiras também estão paradas, há mais de 120 dias, na alfândega argentina, entre outros. Em comunicado oficial emitido, a chancelaria argentina ratificou o curso de suas políticas comerciais; anunciou que rejeita qualquer ingerência externa e ressaltou que chama a atenção que a iniciativa tenha sido apresentada por países que aumentaram as exportações para a Argentina em 25%, em média, comparando-se com o resto do mundo.

O argentino comum – aí vem o que parece até uma chacota, ouviu Valdemir e Marina; parece uma chacotinha aqui, Dr. Paulo –, está descobrindo as restrições desse comércio externo, que tornam certos bens essenciais cada vez mais difíceis de obter.

Por exemplo... Peguei um exemplo que pesquisei no *Valor Econômico*: uma associação de clínicas, sanatórios, hospitais privados, há pouco tempo, enviou uma carta às autoridades comerciais, avisando que o estoque de artigos como luvas de plásticos e seringas caíra a níveis críticos. O Corpo de Bombeiros – aí é que vem a piada – do pequeno Município de Villa Gobernador Gálvez aguarda ansioso a chegada do equivalente a US$10 mil em mangueiras, macacões, botas e outros equipamentos parados, há três meses, na alfândega.

Aí me fala assim o Oscar Privitera, que é o chefe da corporação local dos bombeiros, Paim: "É uma necessidade urgente, porque nossa mangueira está cheia de furos, vazando água".

Piada. Olhe só a situação a que se chega. A gente pensa no feijão, no arroz, no sapato, mas vejam só: até risco de vida isso está provocando, porque a proteção contra incêndio e a prevenção no salvamento por parte do Corpo de Bombeiros é uma coisa essencial.

A imprevisível política de comércio exterior argentina foi o tema central de um encontro que reuniu diplomatas, empresários na discussão, sobre relações comerciais entre Brasil e Argentina, no dia 4 de junho, no Rio de Janeiro; e, há dois dias, em uma reunião bilateral em Buenos Aires, para tentar o quê? Destravar o comércio bilateral.

O comportamento do governo argentino foi descrito, entre outros termos, como quase suicida pelo anfitrião do evento, Embaixador José Botafogo, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

"As licenças não automáticas serão temas de inúmeras reuniões entre Brasil e Argentina", diz o Diretor do Mercosul do Itamaraty, Bruno Bath. Pessimista, ele se diz angustiado com o enfraquecimento da institucionalidade na relação entre os dois países. Descrente, também, em relação ao sucesso da reunião bilateral, Botafogo não prevê avanço nas negociações. Isso é um mau sinal.

Um boletim recente da Goldman Sachs sustenta que a restrição às importações pode trabalhar contra o próprio país e contribuir para a alta da inflação.

Embora o governo tenha ficado satisfeito com um superávit maior na balança comercial, certos analistas ficaram preocupados com a queda de 6% nas exportações em abril, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O primeiro recuo mensal, em mais de dois anos, deveu-se, em parte, à crescente retaliação contra a Argentina de parceiros comerciais, contrariados com as restrições.

Além disso, já cerca de 80% das importações da Argentina são de bens intermediários ou de capital, e não de consumo. Deixar claro isso é uma coisa interessante também.

Os limites à importação também prejudicam a indústria argentina, diz Mario Sotoyo, da consultoria Economia e Regiones, de Buenos Aires.

A população argentina começou a guardar dólares na reta final das eleições presidenciais de outubro passado, na crença de que o governo seria forçado a acelerar o ritmo da desvalorização.

Não querendo promover uma desvalorização pesada e vendo suas reservas em dólar minguarem, o governo resolveu, em outubro, restringir a venda da moeda e depois limitar importações.

A execução das medidas está nas mãos do poderoso Secretário do Comércio Interior da Argentina, Guillermo Moreno, cujo fervor levou certos membros da comunidade empresarial a lhe dar o apelido de El Loco.

Uma das estratégias de Moreno foi obrigar empresas que importam bens ou componentes a compensarem essas transações com exportações. Certos importadores já tiveram – isto é uma coisa interessante; gostaria de dar destaque; gostaria da atenção dos telespectadores, dos componentes de Mesa e de vocês, aqui, no auditório.

Olhem só, que interessante: certos importadores já tiveram de adquirir produtos exportáveis de terceiros para cumprir a norma. Ou seja, no caso da Ajuk S/A, que importa e vende motos da marca Kawasaki, a saída foi fazer um acordo para exportar vinho e concentrado de uva a mercados como a Ucrânia.

Outra empresa de Buenos Aires, que importa instrumentos musicais – guitarra, bateria, violão, não é Paulo? –, está prestes a fechar um acordo para exportar grão-de-bico para o Oriente Médio.

As dificuldades da nova economia, portanto, potencializam as tensões internas da hegemonia peronista. A primeira fronteira do conflito está nos sindicatos – aí vem a nossa seara –, aos quais a Presidente pediu um corte no salário real, Paulo Paim.

Impossível contar com uma CGT, que é a central sindical amiga, se é esse o problema da Presidente Cristina.

Há duas contrais também competindo, para arrancar conquistas do governo.

Segundo a Senadora Ana Amélia, que faz parte desta Comissão, se não me falha a memória, afirmou que o resultado da balança comercial no Brasil, para o mês de abril de 2012, registrou o pior resultado para o período desde 2002.

"A diminuição das exportações foi uma das principais responsáveis", acrescentou a parlamentar, ao ressaltar que as vendas para a Argentina foram reduzidas em 27%.

De acordo com a Senadora, esse decréscimo dos negócios com a nação vizinha atinge, com mais intensidade, o Estado do Rio Grande do Sul. O volume de mercadorias retido nas alfândegas, especialmente de Uruguaiana e Paso de los Libres, mostra o resultado da política protecionista adotada pela Argentina.

A cada mês, aumenta o peso de barreiras comerciais aos produtos brasileiros. "E isso não é novidade para a indústria gaúcha", complementa a Senadora Ana Amélia em seu pronunciamento.

Nós, trabalhadores, portanto, Paulo Paim, trabalhadoras e naturalmente os empresários esperamos que a Presidente Dilma, o Itamaraty, integrantes do Parlasul, o qual o Senador integra, e os responsáveis pela política econômica no Brasil se empenhem contra essa política de barreiras comerciais, que já está sendo levada ao limite, pois, segundo o próprio Senador Paulo Paim, em seu pronunciamento na tribuna do Senado, recentemente, disse que a situação ultrapassou todos os limites toleráveis, pois houve uma queda de 27% nas exportações brasileiras para a Argentina, entre abril de 2011 e abril de 2012, porque se reduziram 52,7% do saldo comercial no período, de US$1,2 bilhão para US$881 milhões.

Essas restrições e barreiras comerciais impostas pelo governo argentino violam acordos do Mercosul e regras da OMC, Organização Mundial do Comércio, causando demissões em massa, principalmente nos setores têxtil, calçadista e alimentar, instalados no Sul do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em máquinas agrícolas, também.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Em máquinas agrícolas, também, Paim, que, conforme citei anteriormente, pela barreira, estão presas até na alfândega.

A impressão que se tem é a de que a Argentina não tem interesse de que o Mercosul funcione. Essa política tem prejudicado a própria indústria argentina, já que há insumos comprados fora, que não podem ser substituídos pela produção local. Interessante esse dado também.

Todos clamam e reclamam por uma atitude firme da diplomacia brasileira quanto a essas medidas unilaterais.

Ameaças ocorrem nas fronteiras. Por exemplo, sugeriram o fechamento das fronteiras brasileiras aos produtos argentinos como retaliação – essa é a revolta que já está ocorrendo –, na tentativa de forçar a abertura de um canal de negociação entre os dois países.

Portanto, Senador Paim, convidados, Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, internautas que nos estão acompanhando, consideramos esta audiência pública da CDH oportuna, para viabilizar o drama vivido pelos produtores brasileiros, não só da Região Sul, mas também de outros Estados, tais como Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo informações da Senadora Ana Amélia, ela está convencida de que o governo argentino não quer abrir espaço para diálogo sobre o assunto, no Parlamento do Mercosul, o Parlasul.

No xadrez político da argentina, a rainha está sozinha no tabuleiro. Seis meses depois do início de seu segundo mandato, a Presidente Cristina Fernández Kirchner impera sem a companhia dos sindicatos, dos governadores, da grande imprensa e dos movimentos sociais, dos industriais de peso, do setor bancário e dos latifundiários.

No *front* externo, entrou em atrito com a União Europeia, com os Estados Unidos e com seus parceiros do Mercosul, o Brasil, entre eles.

Em sua opção pelo isolamento, a deterioração da situação fiscal é a maior ameaça à hegemonia de Cristina. A desestabilização econômica reduz a arrecadação e encurta o dinheiro para as transferências aos governos estaduais, às províncias e prefeituras e, sobretudo, para os programas sociais, que alavancaram em outubro a reeleição de Cristina com 54% dos votos.

A hegemonia da Presidente Cristina se organizou de cima para baixo, por meio de controle do caixa, e agora pode entrar em crise pelo mesmo motivo.

A inflação corrói os programas sociais, e os governadores começam a ter dificuldades de pagar salários, bem como de pagar a fornecedores, Senador Paim.

Das 23 províncias argentinas, 13 estão em insolvência orçamentária pela queda dos repasses federais. A mais importante de todas, a de Buenos Aires, é dona de metade do déficit, que soma US$5 bilhões.

O Governador Daniel Acioli, pretendente à presidência em 2015 – ao cargo –, desgastou-se, ao decretar um aumento de até 350% num imposto sobre propriedades rurais, Valter. Em Entre Rios, o Governador Sérgio Urribarri, aliado incondicional de Cristina, ainda não pagou os salários de maio, mas aumentou o imposto em até 600%.

Em Córdoba, o Governador Juan Manuel de La Sota busca crédito internacional para obras viárias, mas não tem como arcar com a folha dos aposentados.

O modelo institucional argentino esvazia o Congresso como instância de poder, já que os deputados são eleitos dentro de listas partidárias de base regional.

Na hegemonia de Cristina, a novidade foi a decadência do poder dos governadores, evidenciada no ano passado. Pela primeira vez, desde a redemocratização, partiu da própria Presidente a palavra final sobre os candidatos que encabeçariam cada lista, tirando-se o poder que sempre coube aos chefes regionais.

Se os governadores sofrem calados, ainda é incerto o comportamento dos prefeitos em torno de Buenos Aires, o chamado cone urbano, a área onde brotou a revolta, que derrubou, em dezembro de 2001, o Presidente Fernando de la Rua e que concentra um quarto da população do país.

Só um Município, o de La Matanza, reúne eleitorado equivalente a toda a Patagônia argentina.

Ao contrário do que acontece com os governadores, os prefeitos não estão pendurados em dívidas, mas dependem do poder central para tocarem as obras públicas e organizarem a assistência social.

As transferências de recursos aos Municípios para obras públicas se multiplicaram por quatro no governo Cristina, e isso não tem mais como ser mantido.

Essa é a raiz do problema, segundo comentários do cientista político Germán Lodola, da Universidad Torcuato Di Tella.

Concluindo, Senador Paim, como todos têm acompanhado pela mídia, pela televisão, pelos jornais, nas ruas protestos refletem a diminuição de recursos para os programas sociais.

Até 2011, os sindicatos argentinos conseguiram reajustes que cobriam com folga a variação de preços. Houve categorias, como a dos empregados da indústria da alimentação, que conseguiram reajustes de 35%, Valter. Esse tempo também ficou para trás.

Com o freio na economia, vários sindicatos fecharam reajustes entre 18% e 24%. Outros retardaram as negociações, esperando o resultado da disputa pela presidência da Confederação-Geral dos Trabalhadores, a CGT, campo em que Cristina tenta desalojar o Presidente Hugo Moyano, líder dos caminhoneiros, que comanda o sindicalismo argentino desde o fim dos anos 90.

Enquanto Néstor Kirchner foi vivo, Moyano cresceu dentro da estrutura política, comandando o partido peronista na província de Buenos Aires e colocando parentes em postos-chave em outros sindicatos e na estrutura do governo.

Hoje, o líder sindical vive um cerco político, Paim. Cristina parte de uma construção política menos ampla que Néstor Kirchner, embora paradoxalmente seja um presidente com força popular muito maior. Ela vive um enfrentamento pessoal com Moyano, Presidente da CGT, e decidiu limitar o crescimento político sindical.

Sem poder reeleger-se em 2015, Cristina depende de uma vitória eleitoral com a mesma dimensão do ano passado, nas eleições parlamentares de 2013. Caso consiga absoluta folga nas duas Casas do Congresso, poderá mudar a Constituição para buscar um terceiro mandato.

Apesar da solidão da presidente, ninguém descarta a possibilidade de que o roteiro de 2011 se repita e Cristina tenha outro triunfo solitário. "Essencial será saber se o governo terá caixa para manter sua hegemonia. A Argentina é simples de entender. Mas tem sua própria lógica", definiu o analista internacional Jorge Castro.

E concluímos, Senador Paim: o Brasil deve continuar, na nossa opinião, liderando negociações para encontrar soluções que sejam boas para os dois lados. Os argentinos são nossos vizinhos e importantes parceiros comerciais há séculos, mas não podemos aceitar que a indústria brasileira e nossos trabalhadores e trabalhadoras sejam prejudicados por medidas unilaterais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi José Augusto, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que congrega, segundo informações que ele nos passou, em torno de 17 confederações e quatro centrais sindicais. Ele deixa aqui seu ponto de vista em que demonstra a preocupação dessas centrais e das confederações com esse impasse criado com a Argentina no que tange aos produtos produzidos no Brasil, o que pode levar a demissões de forma acelerada.

A Argentina indo mal, nós também poderemos ter prejuízos aqui, por incrível que pareça. Nossa fala – e esta segunda audiência pública com esse objetivo – é porque nós não queremos que a Argentina vá para o caos. Se a Argentina for ao caos, aí, sim, não importará mais nada e ambos perderemos. Nós queremos uma saída negociada e que os contratos firmados entre Brasil e Argentina sejam respeitados, porque na última audiência pública, a palavra que eu mais ouvi é que nenhum acordo ou contrato firmado é respeitado, infelizmente, hoje, com a Argentina. Eu ouvi isso dos empresários e que aqui foram ratificadas com algumas palavras de José Augusto.

Mas, enfim, para nos atualizarmos ainda mais, pois quem é da área e conhece a fundo essa questão, passaremos a palavra à Drª Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Com a palavra, Drª Tatiana, pelo tempo que entender adequado.

A SRA. TATIANA LACERDA PREZERES – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e agradecê-lo pelo convite; gostaria de cumprimentar os colegas de Mesa e dizer que é uma satisfação participar desta audiência da Comissão de Direitos Humanos. Eu costumo vir ao Senado para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas participar desta Comissão para mim é uma grande alegria. Eu entendo a relevância e a oportunidade da discussão e deste debate nesta Comissão.

Senador, o Governo brasileiro acompanha com muita atenção a situação econômica que vive a Argentina hoje. Ele está engajado de uma maneira muito comprometida com a resolução de dificuldades comerciais que hoje nós vivemos com a Argentina. Nós mantemos um diálogo constante com a indústria brasileira, mantemos um diálogo constante com a sociedade civil e um diálogo permanente com o governo argentino. Há cerca de dez dias, estiveram aqui em Brasília representantes do governo argentino: Secretário de Comércio Interior, Sr. Guilhermo Moreno; Secretária de Comércio Exterior, Sra. Beatriz Paglieri; o Chanceler da Argentina, Sr. **Timerman.**

Nós tivemos, em Buenos Aires, na sequência, e, na próxima semana, eu me encontro, novamente, com esses interlocutores no esforço de, por meio do diálogo, resolvermos as questões de dificuldades comerciais.

O Governo brasileiro não ignora as dificuldades comerciais vividas por empresas brasileiras que buscam acessar o mercado argentino, não ignora os prejuízos para o trabalho no Brasil. Nós estamos engajados exatamente em normalizar as relações comerciais e conferir maior previsibilidade e segurança ao comercio regional.

A Argentina é muito importante para o Brasil. O comércio com a Argentina é muito importante para nosso País. Por estes motivos, estamos empenhados em melhorar as relações comerciais entre os dois países. O que é importante dizer também é que, muito embora existam travas no comércio, o comércio entre Brasil e Argentina é muito expressivo ainda hoje. Entre janeiro e maio deste ano, as exportações brasileiras para a Argentina atingiram US$7,5 bilhões, ou seja, há travas ao comércio, mas esse comércio, absolutamente, não está paralisado. É importante que se transmita esta mensagem aqui. Nós não estamos satisfeitos com a situação. É por isso que estamos empenhados em remover travas, normalizar o comércio, conferir previsibilidades nas relações comerciais; no entanto, segue havendo, para vários setores, um fluxo comercial bastante intenso com a Argentina.

Como mencionou, acho que foi uma bela contextualização, o Sr. José Augusto, a Argentina vive hoje

problemas econômicos consideráveis. Esses problemas fazem com que a Argentina reduza suas importações de todas as origens. A Argentina, em função dessas questões cambiais, muito bem pontuadas anteriormente, tem uma preocupação muito grande com as importações em função das consequências cambiais que trazem as importações. Em razão disso, vários países, como também mencionado anteriormente, têm, enfim, se insurgido contra as medidas adotadas pela Argentina. Tendo o Brasil com a Argentina um comércio muito intenso, o Brasil é naturalmente prejudicado pelas medidas adotadas pelo governo argentino, mas não apenas o Brasil... É importante transmitir esta mensagem: vários países do mundo têm sido afetados por essas medidas. Enfim, um grupo de países levantou essas questões junto à Organização Mundial do Comércio, como se mencionou. Há um início de um contencioso comercial contra a Argentina, provocado pelos europeus. O Brasil tem um canal privilegiado de acesso ao governo argentino, tem feito uso desse canal de acesso. Como mencionei, não estamos satisfeitos com os resultados, mas estamos convencidos de que esse canal privilegiado de negociação direta com o governo argentino pode, sim, trazer resultados importantes para o Brasil.

Dito que a Argentina é muito importante para o Brasil; que o comércio com a Argentina é muito relevante para nosso País; dito que nós estamos engajados em um diálogo com o governo argentino de uma maneira muito intensa; mencionado também que o comércio da Argentina tem afetado todos os países do mundo e que, de alguma maneira, mantêm relações comerciais com a Argentina, eu gostaria de apresentar alguns números, Senador. Eu prometo não tomar muito o tempo dos senhores e dos participantes desta audiência, mas me parece relevante contextualizar o comércio bilateral para que nós tenhamos, enfim, uma perspectiva mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa-me lhe dizer da importância de sua explanação. Muita gente está preocupada. É importante que o Ministério fale. Nós estamos ao vivo pela Rádio Senado Federal, Rádio Senado, pela TV Senado, ao vivo, para todo o Brasil, e ainda pelos canais: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 via Internet.

Então, sua explicação é importante, porque cria uma insegurança muito grande para todos. Então, a visão do Ministério para mim é fundamental. Então, use o tempo que lhe for necessário.

A SRA. TATIANA LACERDA PREZERES – Muito obrigada, Senador.

Eu gostaria exatamente de aproveitar esse seu comentário para dizer que, na visão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o diálogo com a sociedade, de maneira geral, é muito importante para nós. O Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento estará aqui amanhã na Comissão Mista do Mercosul, com representantes do Congresso, Câmara e Senado, da Argentina. Ministro Pimentel receberá, amanhã, representantes das bancadas gaúcha e catarinense no Ministério do Desenvolvimento, para tratar desse assunto.

Na sexta-feira, o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento estará na Fiergs. Enfim, esse diálogo para nós é muito importante para, de maneira conjunta, nós possamos enfrentar as dificuldades que o Brasil encontra na Argentina, mas que, de novo, são dificuldades inerentes às próprias questões pelas quais passa a economia argentina, como mencionado aqui muito corretamente, na minha visão, pelo Sr. José Augusto.

Senhores, eu trago aqui algumas informações de contexto a respeito da balança comercial do Brasil neste ano. Este é um ano difícil para o comércio exterior brasileiro. Na verdade, é um ano difícil para o comércio mundial em função da crise por que passa a economia internacional.

As exportações brasileiras ainda assim cresceram. Cresceram em um ritmo menos acelerado do que vinham crescendo, mas cresceram. As importações também cresceram. O saldo... Brasil tem um saldo positivo em sua balança comercial. O saldo é inferior ao verificado de janeiro a maio do ano passado, mas, ainda assim, nós temos US$6 bilhões de saldo na balança comercial este ano.

Nossa expectativa para o ano é que possamos fechar este período com superávit na balança comercial, com ligeiro crescimento de nossas exportações e, se isso se confirmar, certamente será um resultado bastante positivo para o comércio exterior do Brasil em um ano de crise quando o comércio cresce em um ritmo muito, muito lento em função exatamente da retração de mercados importantes como o mercado europeu e o crescimento menos acelerado de mercados relevantes, como o mercado chinês.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos, de outra forma, uma evolução da balança comercial do Brasil com as exportações crescendo 3,4% este ano. Nossa meta, Senador, é a de que as exportações no Brasil cresçam 3,1% neste ano. Estamos, deste modo, dentro de nossas expectativas e, de novo, confirmo que este é um ano difícil, mas, mantida nossa expectativa, nós teremos exportações recordes, ou seja, o Brasil nunca terá exportado tanto se, ao final do ano, puder crescer 3,1% em comparação ao que exportou no ano passado.

Próximo, por favor.

Este *slide* traz uma radiografia dos principais mercados de destino das exportações brasileiras. Eu chamo a atenção para a importância crescente da Ásia, como destino de vendas de mercadorias brasileiras; chamo a atenção, em função evidentemente do tema que nos trás aqui hoje, da participação do Mercosul na pauta de exportações do Brasil: 9,6% do que o Brasil exporta para o mundo exporta para o Mercosul. E aí já sinalizo essa redução das nossas exportações brasileiras para o Mercosul no período de janeiro a maio deste ano. Ou seja, muito embora as exportações brasileiras para o mundo tenham crescido, houve essa retração de nossas vendas para o Mercosul, o que claramente preocupa todos.

Próximo, por favor.

Aqui são os principais produtos exportados pelo Brasil. São produtos conhecidos de todos. Não vou me deter neste *slide* e passarei, imediatamente, ao *slide* seguinte em que nós trazemos os principais mercados fornecedores ao Brasil, ou seja, os países dos quais o Brasil importa.

Novamente, um tema que nos toca: 8,1% de tudo o que o Brasil importa vêm dos países do Mercosul. Também chamo a atenção para o fato de que houve uma queda nas importações provenientes do Mercosul, o que também nos preocupa. A ideia é a de que o Mercosul possa exercer um papel cada vez mais importante no comércio exterior do Brasil e não convém a ninguém uma redução do fluxo comercial entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul, seja no sentido das exportações, seja na direção das importações.

Próximo, por favor.

Aqui, também, apenas para informação, os principais produtos importados pelo Brasil.

Próximo, por favor.

Passo ao *slide* seguinte, em que eu me dedico ao tema que realmente nos reúne hoje e que é o comércio bilateral Brasil-Argentina.

Bom, como mencionei, o comércio entre Brasil e Argentina passa por um momento delicado. As exportações do Brasil para a Argentina enfrentaram uma queda de 11% no acumulado do ano, no período de janeiro a maio, e isso nos preocupa de maneira acentuada e nos motiva a um engajamento maior para o diálogo com o setor privado brasileiro e com o governo argentino com vistas à resolução de barreiras que dificultam o comércio. Gostaria, novamente, de aproveitar a oportunidade para lembrar que não são apenas as barreiras que dificultam o comércio que respondem por esse resultado. Obviamente, a economia argentina passa por um momento difícil e isso afeta as importações provenientes de diferentes origens.

Apesar das barreiras, há um comércio expressivo de exportações de US$7,5 bilhões e de importações, provenientes da Argentina, de US$6,3 bilhões. O Brasil, como os senhores sabem, tem um superávit comercial com a Argentina. Houve uma redução importante desse superávit, mas, ainda assim, nosso saldo comercial com a Argentina é positivo e acumula US$1,2 bilhão.

Este *slide* me chama a atenção. Este *slide* trata da participação da Argentina no comércio exterior do Brasil. Evidentemente, é com preocupação que nós constatamos a perda de importância relativa da Argentina, não apenas como destino de nossas exportações, Senador, mas também como origem de nossas importações.

A razão de ser do Mercosul é a de fomentar o comércio dentro do bloco. Quando nós verificamos que em termos relativos a importância da Argentina cai, tanto como nosso destino de vendas, como origem de nossas importações, é evidente que isso nos motiva a intensificar nossos esforços com vistas a reverter esse cenário.

Bom, a despeito destes números recentes que nos preocupam, eu gostaria de destacar algumas questões positivas, em certa medida, mas que dão o contexto da importância da Argentina para o comércio exterior do Brasil.

A Argentina é o terceiro maior destino de nossas exportações; a terceira origem de nossas importações; é o quarto maior saldo comercial do Brasil. O Brasil, como mencionei, é tem um superávit com a Argentina, um superávit importante para nós e é o maior destino de produtos manufaturados do Brasil.

Vejam, as empresas brasileiras muitas vezes encontram na Argentina o primeiro passo rumo ao mercado externo e, portanto, é com preocupação adicional que nós constatamos a proliferação de barreiras ao comércio.

Gostaria de dizer que, apesar dessas barreiras, ainda assim, a Argentina é um parceiro muito importante para o País e o comércio exterior com a Argentina deve ser fortalecido de qualquer forma.

Noventa por cento do que o Brasil vende para a Argentina é de produtos manufaturados. Então, é uma pauta bastante qualificada, é uma pauta que gera empregos no País, é uma pauta que gera renda para o Brasil. Assim, são todos os motivos que nos levam a lutar, não apenas pela manutenção, mas pelo crescimento desse comércio.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos, enfim, uma listagem dos principais itens exportados para a Argentina. Enfim, a variação das exportações brasileiras para a Argentina, nestes primeiros cinco meses do ano.

É curioso notar, Senador, como é considerável a variação percentual das exportações brasileiras para a Argentina entre um item e outro. Nós temos quedas expressivas, por exemplo, motores para veículos, menos 30%, mas nós temos, por exemplo, aumento de 32% na venda de tratores. Evidentemente, nós estamos com uma base deprimida, porque houve problema de exportações de tratores para a Argentina no ano passado. No entanto, essa variação muito considerável entre diferentes itens demonstra justamente nossa dificuldade de encontrar previsibilidade no comércio bilateral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me, só para esclarecer.

Em um debate que tivemos na semana passada com empresários, esses dados que você dá, só para explicar melhor, eles falam que, principalmente, máquinas agrícolas viraram um problema, tanto é que as plantas de empresas de máquinas agrícolas do Rio Grande do Sul estariam para se transferir para a Argentina. Então, só para ficar claro: as máquinas agrícolas têm problemas. Eles falam que estão barrados na alfândega e na fronteira, enfim – não vou dizer milhares –, centenas e centenas de máquinas agrícolas – o termo que ouvi foi milhares.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – Sim. Máquinas agrícolas, na verdade, estão em outra linha. Tratores e máquinas agrícolas, para fins de estatísticas comerciais, são desagregados. Esse problema com máquinas agrícolas é um problema seriíssimo e nos preocupa muito.

Próximo, por favor.

Importações provenientes da Argentina.

Então, este é o perfil de nossas importações: 78,2% do que importamos da Argentina é de produtos manufaturados. A parcela dos básicos, quase 20%, é expressiva quando comparamos nossas exportações para a Argentina.

Os principais produtos importados da Argentina... Como se pode notar, há um comércio, dentro do setor automotivo, muito intenso entre Brasil e Argentina. Isso se reflete em nossa pauta de exportações para lá e, naturalmente agora, os senhores podem ver também em nossa pauta de importações da Argentina.

Este *slide* trata da participação do Brasil no comércio exterior da Argentina. O Brasil responde por 28% daquilo que a Argentina exporta. E também cai a importância relativa do Brasil no comércio exterior da Argentina. Algo que, novamente, nos preocupa.

São esses os dados que eu gostaria de compartilhar com os senhores. Apenas reitero que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior vê com muita preocupação o comércio com o país vizinho, entende que o governo argentino vem adotando uma série de medidas que, na visão, evidentemente, do lado argentino, são necessárias para que eles lidem com a situação econômica que vivem. Isso nos afeta porque o Brasil é um grande parceiro comercial da Argentina – é o principal parceiro da Argentina. Naturalmente, quando as relações são dessa magnitude, desse vulto, o parceiro envolvido é naturalmente afetado de maneira mais significativa quando há problemas desse tipo.

Gostaria de dizer que nós estamos engajados em um diálogo permanente como governo argentino, com o setor privado brasileiro.

Então, é com muita satisfação que participo desta reunião da Comissão, escutando e discutindo aspectos que se relacionam com o comércio bilateral. Naturalmente, o emprego é estreitamente relacionado ao comércio e, no caso da Argentina, um emprego qualificado, exatamente em função do perfil de nossa pauta de exportações.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil.

V. Sa. levanta dados que, no mínimo, confirmam nossas preocupações, tanto que estamos aqui, mais uma vez. E há uma série de reuniões. De fato, o Senador Roberto Requião marca reunião para amanhã, às 4 horas, entre os membros do Parlasul, inclusive com convidados argentinos. Teremos, também, uma reunião da bancada dos três Estados do Sul, com o Ministro Pimentel, conforme você aqui afirmou. Também teremos uma reunião no Rio Grande do Sul. Isso mostra que a preocupação é verdadeira, como a Secretária também mostrou, também mostra com sua fala – e isso é importante – que nós temos de estabelecer uma relação de muito diálogo para construir saídas comuns, porque interessa a nós todos que a Argentina vá bem.

Nós aqui, nesta Mesa, no dia de hoje, mais do que nunca, estamos... Por isso, a Comissão de Direitos Humanos... E eu presido também a Subcomissão de Trabalho e Previdência... Naturalmente, com o emprego, não só no Rio Grande do Sul, mas, naturalmente, em todo o Brasil.

Parabéns por sua exposição.

Eu vou passar a palavra agora ao Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, representado pelo Sr. Cairo Fernando, seu Presidente. E dizer, Valdemir, se você me permitir, que o representante do setor, também da alimentação do Rio Grande do Sul, me deu um dado que eu guardei. Ele falou que mais de 2,2 milhões de latas de produtos derivados da alimentação estão barrados na fronteira com a Argentina:

dois milhões e duzentos mil latas... Aí são produtos e derivados do setor da alimentação que estão barrados. Ele está muito preocupado. O produto pode estragar, naturalmente, pois há um limite. Ficam lá em contêineres e não foram liberadas as entradas. Naturalmente, esse estoque faz com que o desemprego seja uma decorrência – vou usar um termo que não quis usar antes – da cadeia produtiva.

Está com a palavra o Valdemir. Agradeço já o Cairo que, por telefone, me disse que não viria e que você estaria aqui para representá-lo.

O SR. VALDEMIR MOREIRA CORRÊA – Em primeiro lugar, quero saudar o Senador Paim; saudar os representantes do Governo; os representantes dos trabalhadores e demais presentes; os ouvintes e os telespectadores.

Esta iniciativa é muito importante porque é a oportunidade de a Federação dos Trabalhadores em Alimentação tem para manifestar sua posição em relação ao que está acontecendo com relação à Argentina. Mas a gente quer ampliar o debate. Nós acreditamos que o foco que nós vamos dar pode parecer que se desvia um pouco do contexto que está sendo discutido, mas eu acredito que ele contribuirá sim para que a gente amplie o debate e repasse algumas questões que a gente considera muito importantes e específicas do setor.

Em primeiro lugar, nós reconhecemos a situação e que esse embargo argentino, essas restrições argentinas realmente dificultam e também criam problemas no setor da alimentação, tanto é que nós estamos tratando de questões pontuais.

Mas eu quero dizer que nós estamos tratando, especificamente, de um problema que aconteceu com relação à carne suína, quando um frigorífico lá do Estado, diante das dificuldades, está propondo redução salarial, redução de carga horária e não garante emprego, demite 25% de seu quadro. Mas é um caso isolado no setor.

Eu diria que, no setor da alimentação, o segmento que está realmente enfrentando problemas, e não há dúvidas quanto a isso, é muito mais o setor de produtores e o setor da agricultura.

O problema que eles estão enfrentando não tem peso muito grande quanto ao comércio exterior. O comércio exterior tem muito menos influência do que propriamente uma organização do próprio setor industrial. Trata-se de uma concentração de produção e de capital muito forte no setor da indústria da alimentação. O que mais está afetando os produtores de suínos, avícolas e de carne bovina é essa concentração que está havendo no setor. A gente até fala – e tomara que isso não aconteça – que, futuramente, nós vamos ter uma grande ou duas grandes empresas em cada setor desses e aí vai. É o setor avícola, é o setor de carnes – que eu falei –, laticínios, bebida... Havendo uma concentração muito grande. E essa concentração está afetando, sim, toda a cadeia produtiva, porque impõe preço para o produtor, quer dizer, ele não consegue ter a possibilidade de ter um preço adequado, passa pelos trabalhadores com a precariedade do trabalho, com os salários baixos. A média salarial do setor é baixíssima e acaba influenciando também e tendo reflexos nos preços aos consumidores.

Então, existe essa grande concentração que tem de ser enfrentada e, o que é pior, com financiamento público. O JBS e o Marfrig estão ponteando no Brasil como os que mais recebem incentivo e mais têm participação do BNDES. O Marfrig, em 2009, que tinha 3%, ampliou para 11% agora em 2011, e o BNDES também está estudando ampliar essa participação.

Com isso, quero dizer que o setor industrial não está afetado como... De uma certa forma, afeta... Agora, ele não está afetado com essa dimensão que é passada.

Outra coisa que tem de ser considerada: o aquecimento da economia no País faz com que aquela perda, que eventualmente haja na exportação, eles superem com o mercado interno. Esse aquecimento do mercado interno favorece que as empresas arrumem formas de enfrentar essas dificuldades.

O setor bovino do Estado do Rio Grande do Sul tem um programa muito interessante lá no Governo do Estado, criado no Governo Olívio Dutra, que é o Agregar-RS Carnes. Com esse Agregar-RS Carnes, frigoríficos que estão dentro do programa, e estão os frigoríficos grandes dentro do programa, como o Marfrig. Os frigoríficos conseguem em torno de 70% cobrir a folha de pagamento com os créditos de entrada, que são os créditos que eles recebem isenção do ICMS pela compra do boi vivo e depois pela venda da carne também que lhes dá a diminuição. Com isso, grande parte cobre a folha e sobra. Sobram ainda créditos, ou seja, um benefício e tanto. Mas que é interessante para nós trabalhadores também, porque a gente exige a regularidade sindical e trabalhista dessas empresas para poderem participar do programa. Essas questões têm de ser colocadas.

Outro dado, segundo dados inclusive do Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura, inclusive, subsidiou esses dados, no que tange ao setor suíno, quando fala que o problema está na concentração industrial. Quer dizer, ele compactua do pensamento da entidade da federação com relação a isso – são dados do Ministério com relação à exportação da carne suína.

E depois de um ano de suspensão do comércio da carne suína para a Rússia e, desde fevereiro, agora,

para a Argentina, mesmo nesse período, 35 estabelecimentos retornaram a exportação do setor avícola, bovino e suíno. E as exportações do setor cresceram em volume e valor de exportação e preço médio nesse período. E isso tudo muito favorecido agora pelo dólar. O dólar está em um patamar adequado para as exportações e isso faz com que as empresas consigam achar formas de exportar, mesmo havendo esse embargo da Rússia, que completou um ano, e também o da Argentina, que também o afetou.

Nós entendemos assim que... E outra coisa... Está havendo processos de negociações com outros países nesse setor: para a China, para os Estados Unidos, para o Japão. Está bem forte essa negociação para a exportação desses produtos para esses países.

O que me parece... O que me parece, não, é real: existe um conflito de interesses, uma verdadeira queda de braços entre os dois países. Mas, pelo que estou entendendo da Secretária de Comércio Exterior, que de parte do Brasil existe interesse sim de que se busquem formas negociadas. Eu acredito que medidas unilaterais, tanto de um país quanto de outro, não contribuem; pelo contrário, vão na contramão do Mercosul que nós queremos. Para nós, o Mercosul é importante, e a Argentina é o terceiro maior parceiro do País, comercialmente. Então, tem toda importância, sim, de se resgatar. Resgatar, não, porque acredito que esteja havendo isso, mas não está chegando a contento. Mas precisa haver ações, precisa haver medidas fortes quando há uma retaliação de outro país, mas precisa-se, acima de tudo, de diálogo. Eu acho que isso o Brasil, o Governo brasileiro, defende como principal instrumento para que se resgate o Mercosul em sua plenitude.

Com relação à... Inclusive, tem a questão das importações. Essas restrições do Brasil às importações da Argentina. No caso do vinho, no caso da farinha de trigo e de outros produtos... Aí há um dado importante: a farinha de trigo representa, nas importações argentinas, praticamente 90% das importações do Brasil com relação à Argentina. Tem um peso enorme! E isso tem reflexos aqui no País, ou seja, no preço do pão, no preço da massa que a gente já está vendo nos supermercados, o próprio vinho... Há esses reflexos e impactos para o consumidor aqui no País. Mais um motivo para que o Brasil... Nós estamos perdendo também com isso. Os empresários argentinos estão perdendo de alguma forma... Quer dizer, os dois países perdem. Então, nós acreditamos que se precisa buscar soluções negociadas. Assim, acredito que é necessário que haja um equilíbrio nessas ações todas. A gente sabe que estão sendo tomadas iniciativas. Precisa-se de ações, mas é preciso o diálogo entre os dois países.

Uma coisa que... É preciso aproveitar esta oportunidade, Senador Paim. É preciso aproveitar esse sério problema que enfrentam os trabalhadores do setor; ao mesmo tempo em que recebem subsídios importantes, recebem incentivos públicos, dinheiro público e a contrapartida social não existe, dessas grandes empresas. Uma coisa que precisa ser discutida, rediscutida e ampliada é a questão da participação do BNDES nessas grandes empresas. É preciso ter critérios. Nós entendemos que o BNDES tem sim um papel importantíssimo no desenvolvimento do País no aspecto de fortalecer a indústria brasileira. Com tudo isso nós concordamos. Agora, o crescimento dessas empresas, o lucro, a produtividade, a competitividade, que é uma das coisas importantes que se busca, não pode se dar às custas do sacrifício dos trabalhadores. E existe um processo grande de adoecimento dos trabalhadores do setor. E isso é terrível!

Há Municípios lá com 20% dos trabalhadores afastados por doença do trabalho. Em Municípios pequenos, do interior do Estado, praticamente só existem farmácias nas ruas principais para atender esses trabalhadores. Nós, claro, estamos tomando várias iniciativas no sentido de resolver a situação, inclusive tem uma NR sendo discutida. Essa NR quer colocar regras no setor para que se respeitem os limites dos trabalhadores. Agora, não se pode, com o dinheiro público, financiar o adoecimento dos trabalhadores e financiar demissões, porque as empresas, inclusive, investem em tecnologias; empresas grandes engolem as pequenas, e aí o grande problema do monopólio, já que está virando um verdadeiro monopólio.

Para finalizar, há uma discussão, uma denúncia feita na Câmara dos Deputados. Mas, de qualquer forma, eu queria citar o nome do Deputado que está propondo, mas propõe uma discussão na Câmara dos Deputados com relação à possibilidade da criação – além dessa questão que estamos denunciando, há tempo, do monopólio – de cartéis no setor, que é mais uma questão que afeta toda a cadeia produtiva, do produtor até o consumidor.

Desculpem-me se eu acabei desviando um pouco o foco, mas eu preciso falar isso. Inclusive, no setor, há empresas – não estou generalizando, até porque estou falando aqui para os telespectadores e há uma dimensão grande, porque o que se fala aqui e os próprios empresários acompanham – e empresários do setor que se aproveitam da crise, da situação de crise para flexibilizar direitos dos trabalhadores. E esse não é o caminho correto.

Obrigado pela oportunidade. Estamos aí para discutir em outras oportunidades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Valdemir Moreira Corrêa, Secretário da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul, que aqui representa o Sr. Cairo Fernando.

Deixe-me só complementar aqui, Valdemir, e não há nenhuma discordância do seu ponto de vista. Nós já fizemos aqui duas audiências públicas, principalmente sobre doenças e acidentes de trabalho. Eu inclusive tinha um dado em que eu trabalhava e que me passaram aqui os próprios fiscais do Ministério do Trabalho: o Brasil é o quarto país do mundo em acidentes e doenças do trabalho. Quarto... Pior que eu recebi um livro de um escritor que me diz: "Não, é o primeiro." Eu não concordo com essa estória de ser o primeiro, não. Mas é para que vejamos a gravidade dos fatos, por isso fizemos duas audiências públicas.

Quanto a essa visão, que você também tem, de que devido à crise mundial, que não é crise da Argentina, mas crise mundial, da Europa, da Grécia, enfim, todos esses embates que estamos vendo no mundo, muita gente usa para querer flexibilizar direitos dos trabalhadores. Eu não tenho nenhuma dúvida. Já fizemos, inclusive, audiência pública nesse sentido. Você começa a diminuir o direito dos trabalhadores, a crise passa e os direitos não voltam. Nós sabemos muito bem como é essa história. Já fizemos inúmeros debates aqui com todas as centrais e confederações e José Augusto, inclusive, participou. E é exatamente na linha que você também colocou; então, você não estava fora de foco. Você analisou que só na Argentina, mas teve também uma visão global do tema. Com o discurso de que está havendo uma mudança no mundo, nós vamos ver o salário de cada um no mundo e as condições de trabalho em relação ao nosso.

Há um dado aqui que me preocupou muito e que diz o seguinte – deixo só para a reflexão dos próximos que vão falar –: de que o Sr. Moreno, que já foi citado diversas vezes, afirmou que reabriria o mercado de suínos, como gesto de boa vontade, sem limites de cotas em relação aos volumes comercializados aos produtos derivados do suíno. Já no acordo que firmou, internamente, o Sr. Moreno conseguiu, do setor privado argentino, o compromisso de reduzirem suas compras do Brasil em 20%. Para o Brasil, ele disse que não iria ter cota; lá, em seu acordo interno, 20%. Ademais, a importação de qualquer produto terminado como frios e embutidos, proibindo, ademais, a importação de qualquer produto terminado, como frios e embutidos argentinos.

Enfim, o dado que eu tenho: a Argentina vem violando não apenas o acordo do Mercosul, mas também as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), como também os acordos setoriais de que tem participado. Esses dados eu recebi, não invento dados. Na mesma linha em que está falando o meu amigo aqui, eu não invento dados, estou colocando dados que eu recebi e tenho a fonte de cada um dos que me forneceram esses dados. E, por isso que nós aqui no Parlamento estamos fazendo esse movimento, naturalmente em defesa da indústria nacional e do emprego nacional.

Eu repeti na tribuna recentemente e vou repetir agora aqui para vocês, para passar para o nosso próximo convidado, que o Barack Obama, quando foi eleito Presidente dos Estados Unidos, perguntaram a ele como seria a sua atuação em relação à América Latina. Ele respondeu: "Eu tenho o maior carinho pela América Latina, sou um homem de políticas de direitos humanos, mas vocês vão convir que eu vou primeiro defender os interesses do meu país". Então, nós do parlamento não podemos ter outra posição. Temos o maior carinho com os "*hermanos*" argentinos, queremos diálogo, queremos entendimento, mas não podemos permitir que o Mercosul... Por exemplo, o Mercosul não reúne. Eu faço o Mercosul. Sabem quantas vezes o Mercosul reuniu no último ano e meio? Nenhuma vez. E por quê? Porque a Argentina não manda os representantes, não escolhe e da última vez em que escolheu foi um a mais, para criar outro impasse.

Então, essas duas falas – no plenário e aqui na Comissão – dão-me a impressão de que a Argentina não está muito interessada no Mercosul. A minha preocupação, se for por aí, é a de que o Mercosul vai ser muito mais um palco de debate de um país defendendo seu interesse em relação ao outro, quando o Mercosul deveria ser um bloco que iria interagir internacionalmente, em defesa dos países-membros. Essa era a visão que eu tinha. Até agora não pude ir a nenhuma reunião do Mercosul. Sou indicado para o Parlasul, só que me parece que não há muito interesse. Ainda criaram alguns países um problema enorme com a Venezuela de não quererem que a Venezuela participe. Sou totalmente favorável.

Bom, mas eu não sou painelista aqui, sou só convidado para coordenar os trabalhos na verdade, vocês que são os painelistas. Vamos agora continuar com nossa agenda.

Passo a palavra para o representante do Ministério do Trabalho, que é o Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração, que aqui representa o Ministro do Trabalho e Emprego

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – Bom dia a todas e a todos. Quero saudar o Senador Paim, cumprimentando-o por esta importante iniciativa, tam-

bém em nome do qual saúdo os demais componentes desta Mesa.

Acho que o Senador traz um tema de extrema relevância, que é a relação comercial do Brasil com a Argentina, a evolução dessa relação comercial e os problemas mais recentes que têm impactado o fluxo de comércio entre esses dois países. Acho que o Brasil e a Argentina são países com enormes potencialidades. Eu creio que essa integração, essa proximidade dos dois países tem um potencial imenso de gerar desenvolvimento, de gerar crescimento, tanto para um quanto para o outro. O processo de amadurecimento das relações políticas, culturais e econômicas é intenso e nós presenciamos isso nos últimos anos com a própria criação do Mercosul, em 1991, parte de um processo de aproximação, de amadurecimento e de crescimento das relações econômicas, sociais, culturais e políticas principalmente entre Brasil e Argentina, que são as duas principais economias do Mercosul. Então, eu diria que a Argentina para o Brasil é um país de extrema importância e o Brasil para a Argentina também é um país de extrema importância.

Esse processo de integração, obviamente, não ocorre de forma linear. A gente tem o exemplo da União Europeia, que é um bloco de países muito maior do que o Mercosul, que levou mais de 50 anos nesse processo de construção histórica da integração. E, no momento em que a economia global para a Europa era um vento muito favorável ao crescimento dessas economias e nós aqui no Cone Sul passamos, ao longo da década de 90, com situações muito complicadas, com avanço de políticas neoliberais que muito prejuízo trouxeram aos nossos países.

Então, eu diria que, pela fala da nossa Secretária de Comércio Exterior, essa relação do Mercosul, essa relação Brasil e Argentina, é um patrimônio que nós construímos. É sempre bom lembrar que, se formos pegar dez, vinte anos atrás, o fluxo do comércio Brasil com a Argentina era muito menor do que é hoje. Hoje, a Argentina é o terceiro país de exportação do Brasil e o Brasil, certamente, para a Argentina é um país de extrema relevância em termos de exportação. Então, isso é um patrimônio que nós temos que cultivar.

Como eu dizia, esse processo de integração não ocorre de forma linear, ele ocorre muitas vezes com idas e vindas e eu creio que esse momento que nós passamos é um desses momentos críticos, eu diria, do processo de integração, é um momento que exige de todos os países que compõem o Mercosul – e particularmente do Brasil e da Argentina – um esforço adicional de negociação, de entendimento no sentido de que nós possamos superar esse momento atual e continuarmos com a construção desse processo de integração entre ambos países.

Obviamente que essas medidas protecionistas mais recentes adotadas pela Argentina em relação ao Brasil prejudicam a exportação brasileira. Já foi aqui comentado isso pela nossa Secretária de Comércio Exterior, há um prejuízo às exportações brasileiras e, obviamente, ao prejudicar as exportações brasileiras, há um prejuízo ao setor empresarial brasileiro. Prejudicando o setor empresarial brasileiro, reflete aí muitas vezes no mercado de trabalho brasileiro.

Então, eu queria mais uma vez saudar e parabenizar a iniciativa, porque, de fato, é preciso debater os impactos desses processos econômicos no mercado de trabalho. E essa situação mais recente certamente tem um impacto importante em termos de mercado de trabalho, em termos de perda de empregos para brasileiros e também para argentinos, na medida em que há o reflexo na Argentina também dessas medidas.

Nós fizemos um levantamento em relação aos principais setores que vêm sendo impactados por essas medidas argentinas em relação à pauta de exportação do Brasil para a Argentina e pudemos verificar que esses setores, de fato, são setores prejudicados em termos de mercado de trabalho. Não dá para dizer com segurança que esse prejuízo é causado única e exclusivamente pelas medidas que a Argentina adotou, porque todos sabemos que o momento da economia global é um momento muito delicado, é um momento em que muitos países que compõem a pauta de exportação brasileira também passam por crises, também passam por momentos delicados e isso tem reflexos nas nossas exportações.

Mas nós fizemos um apanhado de alguns setores que, no nosso modo de ver, são os setores que mais têm recebido impacto dessas medidas. Por exemplo, esses setores, de janeiro a maio de 2011, geraram 29.682 empregos. Eu estou falando de quais setores? Estou falando da fabricação de calçados, estou falando do abate de suínos, da fabricação de tratores agrícolas, da fabricação de outros tratores que não sejam agrícolas, da fabricação de automóveis, caminhonetas, utilitários, ônibus e caminhões, cabines, carroceria, autopeças – com uma série de subsetores – fabricação de motocicletas, enfim, equipamento de transporte, fora outros que eventualmente, mais recentemente, a gente tenha algum tipo de notícia de barreiras mais novas. Mas desses setores eu dizia que, no ano de 2011, foram responsáveis pela geração de 29.682 empregos. E esses mesmos setores, de janeiro a maio de 2012, representam a contração de 3.892 empregos. Ou seja, no ano passado gerou-se perto de 30 mil empregos e neste ano há uma queda de 3.892 empregos. Sendo

que é importante ressaltar, de janeiro a abril deste ano, nós geramos, em termos de emprego formal no nosso País, mais de 700 mil empregos. Ou seja, de uma maneira geral, todos os setores da economia estão gerando emprego – e aí não estou me restringindo a serviço, a comércio – a indústria também, nos quatro primeiros meses deste ano, de janeiro a abril, que é o último dado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que é o Caged, a indústria também gerou empregos, mas esses setores específicos de fato têm sofrido um prejuízo maior em termos da sua geração de emprego.

Então, isso obviamente corresponde a esse dado de que teria havido uma queda de 6,8% nas exportações do Brasil com a Argentina. Como falei, não podemos culpar exclusivamente essa questão da relação Brasil/Argentina nesse dado. Isso é um dado muito maior, que reflete, como eu falei, o desempenho da pauta exportadora brasileira para a economia global, de uma maneira geral, também reflete a diminuição do crescimento da própria economia interna brasileira, mas de fato há aí algum tipo de relação com essa relação bilateral com a Argentina, porque são produtos muito presentes na pauta exportadora do Brasil para a Argentina.

O Mercosul. Falando um pouquinho mais de emprego no Mercosul, desde o momento da sua constituição, diferentemente dos tratados de livre comércio, em que se quer somente aumentar o comércio entre ambos países, o Mercosul sempre teve uma preocupação social. Isso é da origem do Mercosul. O Mercosul sempre teve a preocupação de que, mais do que o aumento do comércio, que a integração gerasse desenvolvimento econômico e social para ambos países ou seja, que as populações desses países pudessem ser beneficiadas por esse processo de integração. Ou seja, não ficar só no econômico, ir além do econômico e chegar também no social. Por isso que desde o início o Mercosul se organizou em fóruns de caráter econômico, mas também em fóruns de caráter social, que visam justamente a isto: debater o processo de integração econômica e os impactos que isso tem nos mercados de trabalho e garantir que essa integração econômica não signifique uma redução dos patamares de proteção social. Ou seja, que os países possam ter um ambiente em que haja um respeito integral das relações de trabalho e, em cima desse respeito integral das relações de trabalho, construir a integração e construir o bem-estar dos povos que compõem o Mercosul.

Então, desde o ponto de vista da integração sócio-laboral, o Mercosul está integrado por alguns fóruns extremamente importantes, como é o caso do Subgrupo de Trabalho 10, que debate os assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social, que discute justamente os impactos das relações e do aprofundamento nas relações econômicas na geração de emprego, onde ele se desdobra também numa discussão extremamente importante, além da geração de emprego, que é a livre circulação de trabalhadores no âmbito do Mercosul. Isso já é uma realidade, ou seja, nós temos hoje acordos que possibilitam que os trabalhadores circulem de forma livre no âmbito dos quatro países que compõem o Mercosul. Ou seja, hoje um argentino que queira vir residir aqui no Brasil e trabalhar no Brasil obtém isso com extrema facilidade; basta chegar aqui e se identificar à Polícia Federal como um argentino que queira residir no Brasil e lhe será concedida a residência no Brasil, assim como existe o mesmo procedimento de brasileiros também na Argentina, não é isso?

Então, o SGT 10 vem trabalhando essas questões e um patrimônio constituído pelo SGT 10 é o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul. Então, hoje um trabalhador que trabalhe em três países diferentes do Mercosul, que trabalhe no Brasil, por exemplo, trabalhe dez anos no Brasil, trabalhe dez anos na Argentina e trabalhe dez anos no Uruguai, ele vai poder se aposentar usando todo esse tempo de contribuição nos três países, cada país assumindo uma parcela dessa aposentadoria. Então, isso é resultado efetivo dessa discussão na área sócio-laboral no âmbito do Mercosul.

Além disso, o Subgrupo de Trabalho 10 vem trabalhando com a erradicação do trabalho infantil, que é algo importante no âmbito do Mercosul, principalmente nas regiões de fronteira, acho que nós temos que ter uma preocupação muito grande com o tema do trabalho infantil nas regiões de fronteira; o Plano Regional de Inspeção do Trabalho – o Brasil é um país exemplar em termos de ter uma inspeção do trabalho forte e ativa; então, isso é importante para que possamos nos articular com Argentina, Uruguai e Paraguai de forma que nesses países também exista uma inspeção no trabalho forte; a construção dos planos regionais de formação e certificação profissional, que é extremamente importante para que, por exemplo, um argentino que tenha uma formação profissional possa vir ao Brasil trabalhar no MERCOSUL, utilizando essa formação profissional e, de igual forma, um brasileiro que vai para a Argentina e não tem obstáculos no acesso ao trabalho porque tem reconhecido o seu título de formação profissional; e também Plano Regional de Livre Circulação de Trabalhadores, que é um plano que também vem sendo construído no âmbito do SGT 10.

Nós também temos em conta hoje no Mercosul de que nós devemos ter uma área em que os direitos fundamentais do trabalho sejam respeitados com

a declaração sócio-laboral em que busca ter direitos básicos de respeito ao trabalho no âmbito de quatro países. Essa declaração sócio-laboral foi construída em 1998 e utiliza como base as principais convenções internacionais da OIT de proteção ao tema do trabalho.

Um grupo extremamente importante que também surgiu nos últimos tempos foi o Grupo de Alto Nível de Emprego, que articula as áreas responsáveis pelas políticas econômicas industriais, laborais e sociais dos Estados partes, ou seja, considerando que o emprego se gera não só com políticas no âmbito do Ministério do Trabalho, mas certamente com políticas ligadas à área da indústria e da agricultura. Então, esse Grupo de Alto Nível de Emprego reúne esses atores governamentais, com a participação dos movimentos sociais. Aliás, toda essa estrutura, esse arcabouço institucional do Mercosul se faz com a participação do Governo, mas também com a participação de sindicatos e de empresários. São sempre grupos tripartites, porque nós acreditamos que por meio do diálogo social as políticas são mais efetivas e terão condição de serem mais sustentáveis na realidade.

Esse Grupo de Alto Nível para Emprego elaborou o que a gente chama de estratégia Mercosul de crescimento do emprego. É uma estratégia que prevê integração das redes produtivas, incentivando a complementariedade produtiva no contexto da economia regional.

No âmbito desse grupo, já se realizaram três conferências de emprego, de forma que a gente possa levar adiante essa política estabelecida para aumentar a capacidade de empregabilidade no âmbito do Mercosul.

Por fim, uma outra instância extremamente importante é o Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul. Esse observatório visa justamente a isso, verificar, ter dados, ter elementos que nos indiquem como estão evoluindo os mercados de trabalho de cada país e esses dados serem elementos essenciais para a construção de políticas de emprego que sejam compartilhadas entre os quatro países do bloco. Esse Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul é hoje um órgão auxiliar do próprio Grupo Mercosul, GMC, que é um grupo de alto nível dentro do Mercosul.

Então, essas instâncias são complementadas pelos Acordos de Residência para nacionais do Mercosul, o que faz com que hoje os mercados de trabalho estejam intricados com todo esse processo econômico que move o Mercosul. Então, por exemplo, eu diria que, se hoje há um processo de desemprego numa determinada região, certamente isso influenciará o bloco, na medida em que esses trabalhadores poderão, inclusive, circular, buscando melhores oportunidades de emprego em outros países do próprio bloco.

Eu acho que é essa a informação que eu queria trazer. Eu queria reiterar a preocupação que o Ministério do Trabalho tem, a disponibilidade do Ministério do Trabalho em dialogar com o Parlamento, com os sindicatos dos trabalhadores, como é a nossa atribuição e faz parte da essência do próprio Ministério do Trabalho toda nossa política ser construída por meio do diálogo social com a parte empresarial, de forma que nos colocamos à disposição para seguir discutindo e verificando formas de contribuir para que essa questão que hoje acontece entre Brasil e Argentina seja superada e a gente possa retomar o processo de integração, que, de fato, é extremamente importante para ambos os países.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração, o chamado TEM.

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – Não, é o Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que aqui representa o Ministério do Trabalho e Emprego.

Nós cumprimentamos V. Exª pela fala, que fortalece o Mercosul e demonstra as mesmas preocupações que todos demonstraram em matéria das exportações brasileiras. E que cheguemos a uma saída comum. Essa é a iniciativa e a tentativa de todos aqui. Não há nenhuma dúvida nesse sentido.

Por isso, teremos uma série de reuniões. Só eu já realizei três, eu acho. Vocês realizaram mais de dez, pelo que você falou. E teremos, na sequência, mais quatro agora. Uma aqui, na Comissão do Mercosul; outra, no Rio Grande, e outra com o Ministro. E as reuniões continuarão, inclusive com a sua ida à Argentina, pelo que percebi. Então, o problema existe. Ele está aí. Ninguém está dourando a pílula. E todos aqui estão querendo colaborar para construir uma alternativa.

Eu convido agora o José Augusto a retornar ao plenário e também o Valdenir, para que venham, neste momento, fazer sua exposição. O Walter Fabro, Presidente, em exercício, da Força Sindical do Rio Grande do Sul, e o Valter Souza, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Bem-vindo Walter. Eu passo a palavra ao Walter Fabro, Presidente, em exercício, da Força Sindical do Rio Grande do Sul.

Normalmente, estou dando dez minutos, com mais cinco, são quinze. Se necessário, mais cinco.

O SR. WALTER FABRO – Senador Paulo Paim, cumprimentando você, cumprimento todos os componentes da Mesa, todos os companheiros e companhei-

ras que estão acompanhando esta sessão, e lhe digo pessoalmente que você sabe que somos companheiros de primeira caminhada e que sempre estivemos juntos, acompanhando o seu trabalho. A Força Sindical realmente – e você sabe disso – é sua parceira. E nós, sempre que fomos chamados, mesmo com dificuldade, temos estado presentes para poder contribuir com o seu trabalho. E nós, gaúchos principalmente, temos um carinho muito especial pelo Senador Paim, pela sua origem, pelo seu trabalho, e pela conquista que ele atingiu, ao longo do tempo, com o seu trabalho.

Eu quero dizer que aqui, não só como Força Sindical, mas que também estarei aqui falando em nome da Confederação do Couro, Calçado, Têxtil e Vestuário, a Conaccovest, uma confederação nova que foi criada há quatro, cinco anos, da qual sou diretor também, e é presidente a nossa companheira Eunice, das costureiras de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela já esteve conosco aqui, por diversas vezes. É uma grande liderança também.

O SR. WALTER FABRO – Eu fiquei atentamente acompanhando a fala dos companheiros, principalmente dos Ministérios, com dados bastante técnicos. Eu gostaria de aqui não ser tão técnico, porque o que nos traz aqui é a nossa vida sindical. Então, vamos falar um pouco mais da nossa experiência, de como exatamente temos acompanhando essa questão da crise das barreiras que têm sido impostas pela Argentina. Aqui vou falar mais especificamente do setor do qual sou origem também, que é o meu setor do calçado e do vestuário, sendo que o que predomina é o calçado.

Então, o Rio Grande do Sul tem sofrido muito, principalmente, vamos colocar, de vinte anos para cá. A primeira crise grande do setor do calçado no Rio Grande do Sul se iniciou há vinte anos na cidade de origem, onde eu estava, que era a cidade conhecida como o segundo maior polo de calçados do Rio Grande do Sul, depois do Vale dos Sinos, que é a cidade de Farroupilha.

Passados alguns anos, hoje, posso dizer que ainda bem que a cidade tinha uma tendência à questão têxtil. Hoje, provavelmente, seja a cidade não mais do polo calçadista e sim a cidade do polo têxtil. Hoje, Farroupilha tem, para se ter ideia, seis *shoppings* de pronta entrega, todos baseados no setor têxtil. Ainda bem que a gente tinha essa tendência para poder exatamente cumprir com isso.

Eu faço toda essa colocação, essa explanação, para chegar no fato real, que é a questão exatamente do calçado em relação à Argentina.

Se nós tomarmos como base, por exemplo, as cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, todas elas, ou boa parte delas – todas elas é um exagero –, mas boa parte delas tinha uma unidade instalada de alguma das empresas do Vale dos Sinos, que se deslocaram para o interior do Estado para buscar essa mão de obra. E tem também de se dizer aqui que, infelizmente, a mão de obra do setor do calçado e vestuário, se não é a mais barata, está entre as duas ou três mais baratas.

Então, o trabalho no setor do calçado e vestuário gera pouco retorno financeiro. Por isso, entendo que os governantes têm-se preocupado muito pouco com essa questão do calçado e do vestuário. Acho que o Governo tem feito pouco. Aqui a gente tem de dizer que, com a crise de vinte anos atrás e com o que foi aprofundado, ao longo desses anos, principalmente há um ano, com a questão do próprio dólar, a um e sessenta e pouco, prejudicando ainda mais o setor, que já vem decrescendo, ano após ano.

Eu aqui vou usar a palavra que ouvi no passado: do jeito que anda o setor do calçado, no Rio Grande do Sul, vai virar o que um empresário me falou num passado bastante distante, não é coisa recente: vamos virar uma Itália. A Itália, no sentido de que a Itália era o maior produtor de calçados do mundo. No entanto, hoje, o que faz a Itália? A Itália só produz grife. E o Rio Grande do Sul, infelizmente, está indo para esse caminho, em que as pequenas empresas, aquelas empresas familiares, aquelas empresas de porão, como dizemos, foram extintas, estão sendo extintas. E o que está ficando exatamente para nós? Está ficando somente a grife. Infelizmente, estamos caminhando para isso.

Então, aqui, quando falo dessa crise do nosso setor do calçado, especificamente, temos ainda contra nós a questão da guerra fiscal entre os Estados. E aqui não é nada contra os nossos irmãos dos outros Estados, mas principalmente a Bahia e o Ceará. Boa parte das empresas que estavam estabelecidas no Rio Grande do Sul se deslocaram para a Bahia e para o Ceará, sendo que a principal empresa que existia em Farroupilha, uma cidade de 65 mil habitantes, que era a Grendene, se deslocou quase cem por cento para o Ceará.

Então, tirando do mercado de trabalho de uma cidade mais de 5 mil trabalhadores, para ver o impacto que isso representa. Por isso que falei que ainda bem que a cidade tinha uma tendência para o setor têxtil, senão seria o caos hoje daquela cidade, porque só uma empresa concentrava 5.800 trabalhadores. Então, essa é a realidade que a gente vive.

E aí vou falar de outra cidade. Eu poderia falar aqui, com certeza, de mais vinte, trinta cidades do interior do Estado, que tinham lá uma Reichert, uma Paquetá, uma Via Uno, que representavam quinhentos

empregos numa cidade de cinco, seis mil habitantes. Você tira dessa cidade quinhentos trabalhadores, a cidade fica desorientada, pois não tem mais receita, não tem mais nada.

Apesar de o salário ser um salário muito baixo, gira bastante a questão do comércio. E isso é o que tem prejudicado. Então, eu diria que, no interior do Estado, hoje, em várias cidades pequenas, onde estavam instaladas empresas do Vale dos Sinos, esses Municípios estão passando por sérias dificuldades.

Numa reunião que tivemos com o próprio Governador do Estado, colocávamos exatamente o seguinte: o Governo, não só o estadual, mas o Governo Federal, têm de olhar a questão do calçado, da indústria calçadista com outros olhos. Por que o que acontece? Se vocês forem ver dentro da questão industrial, o setor do calçado provavelmente seja um dos que mais absorve mão de obra, por ser ele quase que todo artesanal. Por mais que tenha tido uma modernidade, tenha avançado na questão tecnológica o setor do calçado, hoje ele ainda é muito artesanal. Então, quando digo que o Governo Estadual e o Federal têm de ter outra visão, têm de ver com outros olhos essa questão, principalmente da guerra fiscal, é que nós absorvemos muita mão de obra e, por absorver muita mão de obra, as nossas empresas, os nossos trabalhadores, os Municípios detêm essa questão social.

Então, temos de olhar para isso não como uma empresa, pois a visão do administrador público é somente pensando na questão de arrecadação, do que tem de retorno de ICMS para o Município. Temos de olhar também a questão do que representa o trabalhador nesse contexto por absorver muito dessa mão de obra.

Estamos muito preocupados com isso. E esperamos que realmente... E nós falamos isso para o Governo do Estado: se ele não tem como combater a guerra fiscal, através de seus meios, na Câmara dos Deputados e no Senado, que ele faça o mesmo. Então, se não podemos combater, que nos juntemos a ele. Vamos fazer uma guerra fiscal no Estado também para ao menos absorver e manter essa mão de obra que temos no Estado.

Nós tínhamos outra empresa também que atuou por mais de trinta anos, com a matriz em São Paulo: a Alpargatas. Ela também estava instalada no Município com mais de 1.500 trabalhadores, no Município de Veranópolis, sendo que as unidades que prestavam serviço nos Municípios da região – eram mais cinco, seis Municípios – foram encerradas cem por cento suas atividades. Isso, há poucos anos.

Isso nos preocupa. Por isso que estamos fazendo essa apresentação, quem sabe, saindo um pouquinho... Mas temos de mostrar com isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me dizer que não está fora, porque, quando falei aqui de produtos alimentícios, eu falei cerca de quase dois milhões. Mas o dado preciso é o do calçado. Você tem toda a razão. Veja esse dado aqui: A Associação Brasileira da Indústria do Calçado, a Abicalçados, denunciou na semana passada a existência – aí que é exatamente esse o número – de mais de 2,2 milhões pares de calçados brasileiros vendidos à Argentina, que estavam barrados na fronteira ou retidos em estoques por conta de medidas restritivas.

Além de quase 1,5 milhão, se não me engano, que é o dado anterior, de enlatados. E perdem os alimentos e quem faz a lata também, a metalurgia. Daí vem todo o setor metalúrgico com esse boicote que está sofrendo. Mas, no calçado, foram 2,5 milhões barrados.

O SR. WALTER FABRO – E na questão da alimentação, ainda tem o prazo de vencimento, que é mais grave ainda. Menos mal que o calçado não tenha um prazo de validade embutido na sua embalagem. Então, isso nos preocupa muito. Então, estávamos colocando exatamente isso.

Eu me preocupo com isso. E fui fazendo todas essas anotações da questão do setor têxtil, do que vem ocasionando no setor. Tenho mostrado alguns pontos. Mas vamos ver o que está entrando no País, através das fronteiras, principalmente do Paraguai. Somos conhecedores disso. Como eu disse, a minha cidade hoje é uma cidade que virou um polo comercial, uma cidade de turismo comercial, em consequência da questão da malha, do setor têxtil. Mas quantos desses hoje vão buscar os seus produtos no Paraguai, de forma ilegal, não recolhendo impostos? Isso acontece em todo o País.

Então, se já não bastasse, como falei, a questão da guerra fiscal; a questão dos produtos que vêm de outros países; nós temos agora também indústrias que estavam instaladas no Rio Grande do Sul e estão se deslocando para o Caribe, para a República Dominicana, para o Panamá, sendo que muitas delas também estão se instalando na própria Argentina, para evitar o que está acontecendo hoje.

É chegada a hora, e o Senador Paim está de parabéns por isso, de realmente – por mais que a Secretária coloque a nossa boa relação, pois ainda somos os que mais exportam; mas acho que a questão do mercosul, a questão dos trabalhadores – fazermos alguma coisa, no sentido de que o governo argentino está olhando somente o que o está beneficiando, esquecendo a questão do Mercosul e dos produtos que

exportamos a ele. Então, estamos muito preocupados exatamente com isso.

Espero realmente que, nesse debate que vocês têm feito, nessa conversa direta com os representantes, com aqueles que detêm o poder na Argentina, possam olhar para esse lado, senão poderíamos também, no Brasil, fazer a mesma coisa. Imaginem como foi a questão do Brasil com a Espanha na questão dos vistos. Quer dizer, vamos fazer olho por olho; fazer a mesma coisa. Então, iríamos dificultar também a entrada dos produtos argentinos no Brasil. Não é isso exatamente o que nós queremos. Nós queremos exatamente é que haja, como você falou, o bom senso, o diálogo, a conversação, e que cheguemos a um bom termo. Estamos muito preocupados realmente com essa questão do setor, principalmente do calçado.

E pode esperar que não é para daqui a muito tempo. A questão têxtil é o próximo passo, porque dentro disso tudo que a gente falou, esqueci-me também de colocar a questão da própria China. Então, o setor sofre também com a questão da china. E a China hoje está começando a colocar muitos produtos no que se refere à questão têxtil. Então, logo, logo, o que eu disse que, para nós, foi uma opção numa crise, poderá amanhã ser exatamente a bancarrota da economia numa cidade do interior. Falo de uma, especificamente. Por isso, estou falando da minha experiência como dirigente sindical, como trabalhador, e falando pouco em nome da Central. Mas, na Central, é claro, estamos preocupados com todos os setores.

Mas hoje eu queria exatamente falar da experiência vivida por quem ainda participa da mesa de negociação com o sindicato patronal, negociando os reajustes dos salários dos trabalhadores, e que, infelizmente, com tudo isso que coloquei a vocês, imaginem agora ter de sentar, daqui um mês, com o sindicato patronal, para tratar do reajuste da categoria, não só minha, e sim de todo o Estado. Que armas vamos ter para poder reivindicar os ganhos ou ao menos a reposição da inflação que ocorreu nesse período?

Nesse primeiro momento, Senador Paim, era isso que eu queria colocar. Estou aqui à disposição, se puder contribuir, no sentido de esclarecer e colocar mais alguma questão da nossa experiência de vida em relação ao setor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Walter Fabro, Presidente, em exercício, da Força Sindical do Rio Grande do Sul.

Já chegaram – e estão conosco – o Senador Wellington Dias e a Senadora Ana Amélia.

Senador Wellington Dias, sei que V. Exª está inscrito, mas só temos agora o Valter Souza. São mais dez minutos. Em seguida, remetemos a palavra ao Plenário, tanto para os dois representantes do Ministério da Indústria e Comércio, como para o do Ministério do Trabalho, e para os sindicalistas que estão presentes. Pode ser?

Então, o Valter Souza, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, que fez um esforço enorme.

Eu queria cumprimentar todos os sindicalistas que vieram do Rio Grande do Sul, porque sabemos do problema do tráfego aéreo, do bloqueio que está havendo por causa do clima, pela natureza. Tiveram de vir ontem para cá, e aqueles que deixaram para vir hoje não conseguiram.

Então, cumprimento ambos, entendendo a situação daqueles que marcaram para vir hoje pela manhã e, infelizmente, não puderam vir.

O Valter está com a palavra.

O SR. VALTER SOUZA – Cumprimento o Senador Paulo Paim, nosso colega gaúcho; cumprimento todos os demais companheiros e companheiras da Mesa; quero cumprimentar também a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, uma defensora intransigente das melhores condições para o Rio Grande e para o Brasil. Cumprimento o companheiro Valdemir**,** da Federação da Alimentação, também um lutador, defensor dos interesses dos trabalhadores.

Mas, Senador, nós colocamos também, e antes de iniciar, quero lhe trazer o abraço do companheiro Calixto Ramos, nosso Presidente Nacional. Eu me encontrava no Rio de Janeiro e recebi a incumbência de me dirigir à Brasília. Estava participando lá da Rio+20 também, defendendo os interesses do Brasil junto à Cúpula dos Povos e os diálogos em relação aos trabalhadores.

Senador, a preocupação que nós temos, como representantes dos trabalhadores, não é de hoje com relação às questões do Mercosul, em relação a certas colocações de intransigência. Posso dizer assim da Argentina, porque participei, ao longo dos anos, na contadoria, dos grupos de trabalho com outros companheiros e tínhamos reuniões quase que semestralmente. E isso foi aos poucos esvaziado.

Então, em função de todas essas questões, eu creio que vem se aflorando muito mais essa tentativa de imposição da Argentina em cooptar nossas empresas para que se instalem na Argentina. E isso é preocupante, porque, conforme relatou também aqui o companheiro José Augusto, a quem quero saudar, que fez um belíssimo relato. Praticamente ele sintetizou as nossas falas no que ele colocou.

Quero salientar que o Brasil como um todo tem de ter a preocupação diplomática – e tem –, mas se faz necessário que imponha a sua condição de maior

país do Bloco, que tem a maior percepção dessa realidade. Como foi citado aqui, o Presidente da América do Norte diz que vai definir os interesses do país dele. Eu acho que o Brasil tem de ter a sua força; ele tem de apresentar e mostrar a sua realidade: que ele é o maior país do Bloco e tem de fazer valer isso.

Então, quero primar por esse caminho, dentro dessa conjuntura, para que possamos ter o respeito, não só desses três países que o compõem, junto com o Brasil, mas também de outros países que querem também se somar ao bloco, porque essa é uma realidade do continente. O Brasil é que realmente tem de dar as cartas; tem de mostrar a sua pujança, a sua força, nesse conjunto. É inadmissível que se use de bloqueio, dessa imposição, para que as nossas indústrias transfiram-se para outro país.

E, dentro de uma realidade empresarial, dentro de uma realidade de negócio e de ganho, o empresário fica balançando. Na realidade, ele vai, aos poucos, transferindo, porque ele não vai ficar com os seus produtos estagnados na fronteira.

A preocupação que temos é com a questão social, com a questão do emprego, tanto é que participamos, o Walter Fabro também, do conceito de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Temos discutido muito não só questão do calçado, que no ano passado sofreu um grande baque, e agora, com a recuperação do dólar, recuperação que a gente diz entre aspas, porque se ficar muito acima, também começa a nos trazer preocupação, o que pode confirmar essa situação.

Então, Senador, quero deixar aqui que somos parceiros na defesa de todos os interesses sociais: a garantia do emprego do nosso trabalhador, a garantia de que as nossas empresas possam continuar no Brasil, produzindo, garantindo todas essas condições. Temos outra preocupação muito grande que foi levantada aqui, que é a questão de fronteira. Na questão do emprego, como se diz, queremos empregos decentes; na questão dos menores também, que são hoje muito utilizados na fronteira, sem o respeito à sua dignidade, no contexto; e o prejuízo que nós teremos, como disse o Walter – e temos muito mesmo a ver –, com produtos que estão estocados na fronteira já há quase seis meses; outros, há mais de seis meses. Isso traz uma grande preocupação para a nossa indústria da alimentação. Com isso, não podemos concordar. Acho realmente – e quero deixar isso bem claro – que a nossa diplomacia tem de ser mais forte; que o Brasil tem de ser mais incisivo, para que sejam respeitados os tratados internacionais que temos.

Então, essas são as nossas necessidades. Não vou me estender. Quero só somar-me a todos os esforços para que as condições do Brasil sejam as melhores e as mais vantajosas. Preocupamo-nos muito com o nosso social, com o nosso dia a dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Valter Souza, Presidente da Nova Central Sindical.

Só esse dado, Valter, para concordar com você. As medidas aplicadas pelo governo Kirchner, para restringir as importações, violam as normas da OMC, que permitem um prazo de análise de 60 dias. Na Argentina, exatamente como você falou, porém, a demora chega a ultrapassar 180 dias, em vários casos, quando os produtos, especialmente alimentícios, já estão dentro do país. Ficam bloqueados sem nenhuma explicação. Todo mundo quer saída, todo muito quer resolver, como você falou muito bem, o aspecto social, mas o Parlamento tem de se posicionar sobre esse tema. Que a diplomacia faça a sua parte. Sei que os dois são diplomatas e apresentaram falas muito tranquilas, muito equilibradas, mas que apontem na linha de buscar soluções.

Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí. V. Exª está inscrito. É um Senador e depois uma Senadora. Apenas encaminhei por ordem de chegada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas a minha Senadora aqui, por vários critérios, tem sempre preferência. Começa pela letra A, é a mais experiente e a mais querida no Parlamento.

Querido Senador Paulo Paim, quero, primeiro, mais uma vez, parabenizá-lo. Venho acompanhando as diversas rodadas desse debate aqui e na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual também faço parte, bem como a Senadora Ana Amélia. Na Comissão de Relações Exteriores, hoje, parece-me que às 13h30, no Conselho do Mercosul, vamos ter um debate sobre este mesmo tema: a relação Brasil/Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não me engano, é amanhã.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, ao menos disseram que seria hoje, às 13h30min.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É amanhã às 13h30. Está sendo confirmado. O Ministro estava na Rio+20 e vai receber as Bancadas dos três Estados do Sul também amanhã.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – "Da representação brasileira do Mercosul com a presença dos parlamentares argentinos." É isso? De qualquer modo, o importante é que vamos ter.

Quero saudar aqui o Walter Fabro, o Paulo Sérgio, o Valter Souza e, com um carinho especial – perdoem-me os outros –, saúdo minha querida Tatiana. Tive o privilégio de conhecê-la em missões com a participa-

ção do Senado. Sei da sua dedicação e competência. Enfim, é dedicada a esse tema também.

Vejam, primeiro vou pegar aqui três aspectos levantados especialmente pelo Valter, no último ponto. Só para compreender o papel, por que é importante V. Exª trazer esse debate para cá. Qual é o papel do Congresso Nacional nesse ponto?

Não podemos reclamar aqui de falta de posição do Governo. Tem posição do Congresso em relação à chamada reforma fiscal, picotada ou integral. Estamos aqui para escolher. Queremos uma coisa completa? Está lá na Câmara a discussão. Vou pegar aqui.

A grande âncora dessa reforma é o Imposto sobre Valor Agregado. É a primeira vez, na minha visão – e acompanhei ainda, vem desde o Governo do Presidente Lula –, em que se apresentou uma proposta de reforma não do ponto de vista de quem precisa de receita, mas uma reforma do ponto de vista dos interesses do empreendedor. Nós tivemos a aprovação no Senado e foi para a Câmara. Se a Câmara aprovar da forma como está, entra em vigor no próximo ano. Ela dá conta de problemas como os que você citou. Qual é o problema do meu vizinho lá da Grendene, que afeta o Rio Grande do Sul? É o que você conclamou como alternativa: é o da guerra fiscal. E guerra é assim, começo usando uma peixeira; daqui a pouco vou para a espingarda e para a metralhadora. Daí para a bomba atômica é daqui para ali. A guerra só vai enfurecendo e cada um vai aumentado a potência das suas armas. O problema é sério, o problema da guerra fiscal. Acho que é importante esse seu depoimento. Aliás, queria fazer um apelo à Comissão de Direitos Humanos para que pudesse taquigrafar. Gostaria de usar, depois, lá na Comissão de Direitos Humanos. A gente fala muito genericamente, mas gosto mais da coisa prática. Ou seja, há uma desigualdade estrutural – e isso foi construído ao longo do tempo –, uma concentração de investimentos em alguns Estados, em rodovias, portos, aeroportos, energia, etc, que levou à formação de uma concentração humana. O que é São Paulo hoje? É uma concentração de investimentos muito pesados ao longo de 50 anos que gerou uma super população oriunda do Brasil inteiro, do Sul, do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, por falta de alternativas das pessoas onde estavam.

Pois bem, qual a arma utilizada? Comprar empregos com impostos. Comprar empregos, além de impostos – como faz o Ceará –, com parte de suas receitas, como faz o Espírito Santo, para não dizer que é só no Nordeste. Comprar emprego como fazemos para a Amazônia, em Manaus, para dar um outro exemplo aqui, com a Zona franca. Se a gente não tem uma lógica na política nacional, isso vai perdurar, causando estragos. Como os estragos são localizados em uma cidade.... Qual foi a cidade que você citou aí, do Rio Grande do Sul? Farroupilha. Uma cidade como Farroupilha é importantíssima para o Brasil, mas, no momento em que acontece um estrago em Farroupilha, nessa ou naquela cidade, isso não tem um impacto quando é ao mesmo tempo em todo o Brasil. Foi com São Paulo, nas regiões onde houve a disputa do calçado, para dar um exemplo.

Enfim, o que quero dizer é que a reforma que tinha, do Imposto sobre Valor Agregado, primeiro, concerta uma coisa que é a razão do governo para a disputa. Nesse caso, os empresários e os trabalhadores são só vítimas. É a questão da receita. Se implantam o ICMS no destino, como pactuamos agora... Acabamos de pactuar aqui a Resolução nº 72, na outra guerra, que é a guerra dos portos. É fácil? Não, mas pactuamos. Acho que para a guerra dos portos, a solução dada aqui pelo Congresso Nacional, abre um caminho para a gente pactuar as várias outras formas. No momento em que o meu Estado, o Piauí, não tem outra alternativa vai comprar emprego, vai comprar o passe de empresas como se compra um passe de jogador de futebol. Pago um preço mais elevado porque quero, aqui, dar respostas. Cito esse exemplo para colocar um primeiro ponto.

O segundo ponto para o qual temos de estar atentos é o câmbio. Hoje, os jornais estão dando que aumentamos a nossa competitividade, em média, mais de 5%. Por quê? Porque o câmbio voltou a um patamar mais fora da especulação. Qual é a tese que venho defendendo? Temos de parar de ser inocentes nesse jogo. Sejamos sinceros. O câmbio americano é verdadeiro? O câmbio americano. Tem lógica o dólar ser essa moeda forte, que não seja a falta de outras referências? Por isso, eu era simpático à idéia da cesta de moedas defendida pelo nosso Governo, defendida pelo Presidente Lula. A Europa tem ou não tem, como é que se diz, manipulação de câmbio? Para não falar da China e de outros. Vamos ficar aqui, livre mercado.... Ou seja, é o especulador que diz qual é o valor do câmbio? Não dá para brincar com isso. Então, sou defensor, dentro do meu Partido, dentro do Governo, dentro do Congresso Nacional – e aí não tem nada a ver com governo e oposição –, de que o Brasil tem de trabalhar as condições para um câmbio adequado à nossa economia e aos nossos interesses. Porque, de novo, quem está engolindo...Tem a disputa interna que tem a ver com a guerra fiscal? Sim. É verdadeiro, mas tem a disputa externa também. Eu diria que, se, de 0 a 100, a disputa interna está causando 30 de problema, os outros 70 são da disputa externa. A gente não pode esquecer isso. De modo que, na minha visão, todo

mundo sabe que, se tivermos um câmbio em torno de R$2,10, pelo menos, a nossa competitividade volta ao normal. Não é verdadeiro que a gente não aumentou a competitividade. Nós aumentamos. Claro que tem de tratar da carga tributária, que é problema, de novo, lá na proposta do Imposto sobre Valor Agregado, só com o fim da bi e da tri e sei lá de que de tributação, a gente já tem uma redução na carga estimada de três pontos percentuais. Isso não é importante?

Na Comissão de Assuntos Econômicos – só para dar-lhes uma idéia do tamanho do problema –, o Governo Federal... Toda a receita do Governo Federal soma R$700 bilhões; R$140 bilhões, este ano, são benefícios fiscais. Este ano, o que causa problemas, inclusive na relação de empresas com empresas, porque a coisa não é dada para todo o mundo, mas para esse ou aquele setor. Alguns são concorrentes internamente.

A outra é mais grave ainda, a dos Estados. A receita com o ICMS, meu caro Paim, nacional, total, é de R$600 bilhões; R$320 bilhões são de concessão de benefícios fiscais. Tem alguma coisa errada. Basta que a gente tenha uma política em que as formas de incentivo são outras e não o incentivo fiscal e a gente já tem uma queda na carga tributária considerável. Só isso. Qual é a transição que nós pactuamos? Pelo menos 8 anos, 10 anos. Eu era Governador na época, nós chegamos a pactuar onze anos. O que está aí tem uma transição de onze anos. A partir de agora vai ter de ser fundo, vai ter de ser diferença nos encargos de empréstimos. Enfim, teríamos outros atrativos, outras formas de trabalhar.

Por último, quero ainda voltar à questão da Argentina. O Presidente do Banco Central esteve aqui na semana passada. Tivemos um debate aqui sobre o efeito que as medidas que a Argentina toma e que são desiguais dentro do Brasil. Ele atinge o Brasil? Atinge. Atinge lá o meu Nordeste? Atinge. Atinge São Paulo? Atinge. Mas, como entra de um jeito desigual, atinge de modo insustentável o Rio Grande do Sul. Ou seja, quem está lá na fronteira é impactado dez vezes mais do que quem está lá na outra ponta. A relação é mais intensa.

Então, o que eu dizia. Nesse instante, na Europa, há uma crise na Espanha. Há pouco tempo, foi na Grécia. O que aqueles países decidiram? É muito mais complicado porque são muitos países para tomarem uma decisão. Ao invés de deixar no picotado, vamos tomar uma medida conjunta. Hoje, é a Grécia; depois, veio a Espanha; daqui a pouco será outro país. Então, resolveram tomar uma medida.

O que propus ao Presidente do Banco Central? Quero dizer que eu e a Senadora Ana Amélia tivemos uma outra reunião, tratando de uma das medidas provisórias que transitam aqui, com o Ministério da Fazenda. Expusemos ao Ministro Guido e ao Secretário-Executivo Nelson Barbosa. O Brasil tem de tratar com cuidado a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, enfim, os nossos vizinhos? Tem, acho que está correto. Está correto. Temos de cuidar com carinho dos outros. Agora, temos de tratar de forma planejada. Qual é a medida que vamos adotar para proteger esses países da crise mundial? Não é só por conta da relação com o Brasil. Eles também estão se protegendo da crise mundial. Ou a gente toma uma decisão, uma medida, para proteger esses países desse momento que estão vivendo de forma planejada ou a gente vai ter efeitos colaterais como esse do Rio Grande do Sul. Foi bem recebida a proposta, tanto por Tombini quanto pelo Ministro da Fazenda.

Então, quero aqui apenas dar esse depoimento e dizer que louvo, mais uma vez, essa iniciativa porque o problema é grave. O problema não é do Rio Grande do Sul; o problema é do Brasil dentro de um contexto internacional, por isso é mais delicado. Mas há como atuar, fazer e dar efeito. Acho que o esforço feito pelo Ministério do Desenvolvimento, pelo Ministério da Fazenda e um conjunto de medidas já adotadas apontam para o fato de que também não estamos parados. Estamos buscando alternativas, estamos buscando um caminho. Mas acho que esse é emergencial. Ou seja, nós temos de transformar. O problema é a forma como está sendo afetado um Estado brasileiro como o Rio Grande do Sul, de modo especialíssimo. Agora é um problema brasileiro. Da mesma forma que começa na Espanha e depois se espalha para toda a Europa, começa no Rio Grande do Sul e se espalha para todo o Brasil. É assim que funciona. Isso é como água descendo ladeira abaixo: não respeita ninguém no meio do caminho.

Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias, por sua contribuição a esse debate.

Só para confirmar a informação que chegou aqui: a reunião do Mercosul será amanhã, 19 de junho de 2012, às 13h30, na Ala Alexandre Costa, Plenário 9.

Vou passar, em seguida, a palavra à Senadora Ana Amélia, que está inscrita. Já é a terceira reunião. Teremos outra amanhã, naturalmente. Na semana passada, ouvimos os empresários. Para quem está assistindo à TV Senado, quem nos segue pela Internet, pela Rádio Senado, é exatamente na linha que o Senador Wellington Dias colocou. Por que convidamos principalmente os empresários de todos os setores do Rio Grande do Sul? Hoje, estão aqui representados os

trabalhadores de todos os setores. Porque o impacto maior, de fato, é lá. Por isso, fizemos esse movimento em cadeia com a Bancada de Deputados Federais, com os três Senadores gaúchos e também com essa participação do nosso querido Parlasul.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, cumprimento todos os expositores, as lideranças das Centrais Sindicais do meu Estado, o representante do Ministério do Trabalho, a Secretária Tatiana, com a qual já tivemos outras audiências públicas.

Senador Paulo Paim, eu os cumprimento porque uma audiência pública é sempre um espaço de exposição da profundidade e da gravidade dos problemas que impactam, hoje, essas barreiras do Mercosul, especialmente na relação entre os dois maiores parceiros do Bloco Brasil/Argentina.

Como o Rio Grande do Sul tem sua economia toda ela muito vinculada – até pela proximidade –, eu diria que é uma fatalidade geográfica essa dependência, o Rio Grande do Sul é o Estado mais impactado. Ainda não ouvimos aqui – e sugiro a V. Exª que inclua para uma próxima e eventual audiência – o representante da área de serviços, da área de transporte de cargas internacionais, o Presidente da ABTI – Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, também gaúcho, José Carlos Becker, lá de Uruguaiana.

Concordo plenamente com o Walter – e hoje temos dois Walters, um com V e o outro com W – na questão de ser preciso um olhar especial do Governo. Por que esse olhar sobre setores que têm uma grande densidade de mão de obra? Porque eles são vitais do ponto de vista social, do ponto de vista econômico e do ponto de vista estratégico. No caso dos calçados, que foi citado pelo Walter, é crucial. O Rio Grande do Sul já padeceu de uma violenta crise por conta da concorrência com a China. A China foi um grande adversário até há pouco tempo. Agora também o é, dentro do Mercosul. O bloco que nasceu para produzir coletivamente, de quatro países, para exportar para terceiros mercados acabou resultando em uma competição interna, até pela facilidade. É só atravessar um rio – no caso da Argentina – ou uma ponte e o produto chegar aqui. É muito mais rápido do que vir da China.

Senador Wellington, a questão do câmbio melhorou para quem exporta, mas se a barreira existe não adianta câmbio alto. A barreira continua. Então, não adianta. Nós temos de romper exatamente essa barreira imposta por uma decisão unilateral da Argentina a uma série de produtos, calçados, máquinas e implementos agrícolas, moveleiro, a questão dos alimentos, chocolates – uma carga de chocolate derreteu lá, na véspera da páscoa, na beira –, produtos perecíveis, carne suína, além do impacto sobre a área de transportes, que é serviço. O que exatamente se precisa é que haja um entendimento. Esse olhar maior é um entendimento diplomático. Estamos lenientes e sofremos com um outro problema, Senador Paulo Paim. Há um setor, no Brasil, que está sendo beneficiado com a Argentina. É o setor automobilístico, que é muito forte do ponto de vista político. Então, como São Paulo tem interesse e a balança comercial brasileira é superavitária, esse detalhe desse setor específico da economia do nosso Estado não está sendo avaliado devidamente. Aí é que nós, gaúchos, temos de levantar nossas vozes e ficar unidos. Na sexta-feira, além da reunião de amanhã... Sou Vice-Presidente do Parlamento do Mercosul, presidida pelo Senador Roberto Requião, que tem um embate muito importante nesse aspecto. Na sexta-feira, em Porto Alegre, a bancada gaúcha estará reunida com a federação das indústrias e as lideranças dos trabalhadores para debater, para ampliar o debate sobre essas questões.

Então, penso que nós estamos nesse processo. Também, chamou-me a atenção o que o Valter Souza falou e que muito reflete o ambiente político dentro do Mercosul. A Argentina, até agora, fez pouco caso do Parlamento do Mercosul. Por quê? Assim como nas relações trabalhistas, foram se esvaziando os diálogos entre os países, entre as centrais sindicais, também ocorreu em relação ao Parlamento. Não tivemos, até agora, nenhuma reunião por conta da ausência da Argentina. Não se pode fazer reunião sem todos os países. Isso também revela, digamos, uma falta de disposição de, no âmbito do Mercosul, tratarmos dessas questões. Fica muito claro que é preciso uma reação nossa, do Governo brasileiro, uma reação firme.

O Senador Wellington tem razão. São necessárias algumas medidas internas para acabar com a guerra fiscal, uma ajuda para os governos estaduais com financiamento do BNDES, algumas coisas pontuais existem. Então, está havendo esse esforço. O problema está no comércio bilateral, o problema está dentro do Mercosul. O Mercosul pode morrer à mingua se isso não for resolvido. Nós estamos vendendo mais carne suína para o Uruguai, que passa a ser o quinto maior importador de carne suína. Mas como? O Uruguai não tem mercado para consumir essa quantidade de carne suína brasileira. Não será triangulação? Como é que isso está acontecendo? De que forma isso está acontecendo? Então, temos pouca transparência nesse processo. É preciso, do ponto de vista dos trabalhadores, do comércio em si, da proteção do trabalho, um entendimento de altíssimo nível.

Penso que as conversas foram boas. O Ministério da Indústria e Comércio está sempre atento. O nosso Alexandre Teixeira, Secretário Executivo, é gaúcho e conhece bem. A Secretária Tatiana muitas vezes já veio aqui prestar esclarecimentos. Mas acontece que esse é um limite técnico de conversas com o um governo que tem um secretário – análogo ao nosso Ministro Fernando Pimentel –, o Ministro Moreno, que parece ser um pouco intransigente nessas relações. Então, temos de ir pelo campo político para tentar derrubar essa barreira que foi levantada, com a qual o Rio Grande do Sul está sofrendo e pagando um preso muito alto por tudo isso. Vamos perder as fábricas de máquinas agrícolas para a Argentina. Daqui a pouco estaremos perdendo as fábricas de calçados e o Rio Grande do Sul será, talvez, apenas um fazedor de desenhos, de *design*, tentando vendê-los para o mercado consumidor.

Concordo e quero cumprimentar novamente o Senador Paulo Paim pela iniciativa.

Quero só fazer uma pergunta ao Valter Souza sobre essa questão.

Quando você abriu a sua exposição, falou exatamente da redução desse diálogo. Havia uma interlocução, da Força Sindical também e de outras centrais, com os argentinos no âmbito do trabalho dentro do Mercosul?

O SR. VALTER SOUZA – Tínhamos, realmente, uma relação com muita discussão dos trabalhadores sobre a questão da colocação, do ir e vir, da certificação. Isso, no meu entendimento, não avançou. Continuamos, ainda, dependentes e ainda acontece muita coisa de forma precária. Isso não é bom para ambos. Trabalhar lá, trabalhar aqui. Enfim, foi um lapso, e a gente lamenta muito que essas reuniões tenham se esvaziado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Walter, no campo do setor calçadista, especialmente sobre o problema que o Senador Paim inclusive mostrou, como ficou a quantidade de calçados, de pares de calçados, que ficaram na fronteira sem poder atravessar, por conta dessas barreiras de licença? Como é que o setor está, no Rio Grande do Sul, em função da questão não só do Mercosul, mas também em relação à própria China, porque, com o aumento da sobretaxa, a China começou a fazer triangulação, mandando para outros mercados. Eu queria saber se isso já está resolvido e se o problema maior, hoje, continua sendo essa discussão.

O SR. WALTER FABRO – O problema continua. E, pior ainda, o setor, como eu disse, vinha sofrendo muito nos últimos anos com a questão do dólar. Agora que o dólar estaria favorável, nós estamos com os produtos parados na fronteira, aguardando. E, quanto aos novos produtos, que teriam essa condição de entrar no mercado argentino com o dólar a dois reais aproximadamente, não há possibilidade de comércio. Então, estamos perdendo em dobro, na verdade. Perdendo porque temos calçado lá que poderia entrar com o dólar favorável e os produtos que estão sendo feitos, novos contratos não estão sendo feitos exatamente por essa dificuldade de colocar os produtos na Argentina.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E tem mais um agravante. É que calçado é moda. Então, passa um mês, já corre e vem a outra estação.

Para terminar, Senador Paulo Paim, eu perguntaria à Secretária Tatiana qual foi a última reunião, ou se tem programada alguma reunião do Ministro Fernando Pimentel com as autoridades argentinas no setor de comércio.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – Bom, Senadora, primeiramente, gostaria de cumprimentá-la. É uma satisfação poder novamente dialogar com a senhora a respeito de temas tão importantes para o País, para o comércio exterior do Brasil e, naturalmente, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de pontuar aqui algumas questões. Primeiro, que o Governo brasileiro tem tomado uma série de medidas, com vistas a engajar o governo argentino numa negociação efetiva que destrave o comércio e dê previsibilidade ao setor privado brasileiro em relação as suas vendas para o mercado argentino.

Gostaria de dizer aqui, como mencionou brilhantemente o Senador Paim, que não interessa, por outro lado, ao Governo brasileiro que se deteriore a situação econômica na Argentina. É importante que tenhamos o comércio em perspectiva. Estamos falando aqui de um comércio anual de US$20 bilhões. As exportações do Brasil para a Argentina, neste ano, já ultrapassaram US$7,5 bilhões. Nós temos um saldo de US$1,2 bilhão. E 90% do que o Brasil exporta para a Argentina são produtos manufaturados.

Há problemas? Sem dúvida, há problemas. Nós estamos absolutamente engajados, empenhados em remover os obstáculos ao comércio e garantir a normalização dos fluxos. No entanto, o comércio segue havendo e por uma parte bastante expressiva daquilo que o Brasil vende para a Argentina. As exportações, sim, estão ocorrendo. Não estamos satisfeitos com os resultados. Estamos num trabalho permanente de negociação com os argentinos, com vistas a melhorar a situação do comércio bilateral, que, como eu mencionei, é muito importante para o Brasil.

O Ministro Pimentel se encontrará com seus homólogos argentinos, no final da próxima semana, por ocasião da Cúpula do Mercosul, em Mendoza. Estive há dez dias com o governo argentino, o Secretário

Moreno, a Secretária Beatriz. Viajo para a Argentina na segunda-feira que vem. Ou seja, o diálogo é permanente; os resultados não são totalmente satisfatórios, mas há avanços pontuais. É um comércio muito expressivo e é natural que haja questões pontuais entre dois parceiros comerciais que têm entre si um comércio tão volumoso.

No cenário de crise, é importante que se diga isso, a Argentina tem adotado uma série de medidas que prejudicam todos os seus parceiros comerciais. Sendo um grande parceiro comercial da Argentina, o Brasil é especialmente afetado por essas medidas. No entanto, como eu mencionei, o Governo brasileiro tem, sim, um canal de diálogo privilegiado com o governo argentino e tem feito uso desse canal de diálogo, é importante que se diga isso. As reuniões são periódicas. Seguiremos empenhados enquanto houver alguma empresa, qualquer empresa com problemas no seu comércio bilateral.

São essas mensagens que eu gostaria de transmitir, dando um pouco o contexto, a perspectiva, o conjunto. Reconhecemos que há problemas pontuais. Não estamos satisfeitos. Esses problemas se avolumaram no último ano, é importante que isso se diga. No entanto, estamos aí com US$7,5 bilhões exportados para a Argentina este ano. O Comércio não está travado, não está parado. As barreiras se multiplicam e isso nos preocupa muitíssimo. Preocupam-nos as barreiras em setores perecíveis, evidentemente, como a senhora mencionou muito bem. O setor de calçados é especialmente afetado. Muito embora o produto não seja, a rigor, perecível, estamos falando de um tipo de produto em que a sazonalidade é muito importante para a comercialização – inverno e verão –, um produto em que datas importantes representam uma parcela muito expressiva das vendas, como o Dia das Mães, Natal etc. Estamos absolutamente atentos a todas essas particularidades de um setor que é muito intensivo em mão de obra, um setor que tem sido especialmente afetado pelas barreiras argentinas.

Em relação à investigação sobre triangulação, circunvenção, gostaria de dizer à senhora que o Ministério do Desenvolvimento concluirá essa investigação até o dia 4 de julho, com vistas a identificar se as importações provenientes da China estão sendo trianguladas para outros mercados, ou se está ocorrendo mera montagem, no Brasil, de peças e partes provenientes da China.

Estamos atentos também a esse processo de defesa comercial, que é uma extensão de um processo concluído no passado, que culminou na aplicação de um antidumping contra o calçado chinês, porque o Ministério comprovou que havia, de fato, *dumping* naquelas importações. Então, estamos avançando nas investigações, com vistas a identificar se, de alguma maneira, estão ocorrendo práticas que visem burlar a medida que foi adotada pelo Governo brasileiro. Então, até dia 4 de julho, nós teremos novidades nessa frente também, Senadora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico muito grata, Senador Paulo Paim. Peço licença para cumprimentar a Secretária. Por duas vezes, ela usou uma expressão que me deixa mais tranquila: "Não estamos satisfeitos". Isso é um sinal de realismo no trato dessa questão, dada a relevância. Concordo com a senhora plenamente.

A balança comercial bilateral é forte. É importante termos um superávit. O problema é que o aumento das travas e das barreiras vai comprometendo, eu diria, vai conturbando, prejudicando o relacionamento. Porque é desgastante, sem dúvida, para as partes, esse tira e puxa, tira e puxa. Acho que um ato de solidariedade o Brasil, como o maior parceiro do Mercosul, tem tido sempre com todos eles, dentro da América latina. É impressionante, sob críticas, inclusive, o que foi feito no Paraguai, com mudança do Acordo de Itaipu, o que foi com a Bolívia, com o gás natural, com a Venezuela, em todos os setores. Então, o Brasil está sendo extremamente compreensivo e com alguma medida até paternalista nessa relação, mas em nome de uma união e de uma liderança que o País tem. Com a Argentina, nem se fala.

Então, eu agradeço. Já me deixa mais confortável quando a senhora diz: "Não estamos satisfeitos". Agradeço a todos.

Eu vou a uma sessão de 50 anos de criação do Estado do Acre. Tem um gaúcho envolvido nessa história, não é, Senador Paim?

Quero cumprimentar todos os que vieram aqui expor, dando uma contribuição valiosa neste debate que o Senador Paulo Paim está liderando sobre as barreiras da Argentina ao comércio com o Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O bom nessas audiências suas, o bom de vir às audiências promovidas pela CDH do Senador Paulo Paim é que ele que introduziu o aplauso, que é uma forma boa de valorizar não só os expositores, mas também quem faz um modesto apartezinho, como eu fiz agora aqui. Obrigada, Senador. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Merece mais uma salva de palmas por esse elogio.

Obrigado, Senadora, pela brilhante contribuição, como sempre.

Agora, vamos para as considerações finais.

Vamos começar com o Valdemir Moreira Corrêa, Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul.

O SR. VALDENIR MOREIRA CORRÊA – Senador, eu queria fazer referência à questão do embargo à carne suína, que, desde fevereiro, foi imposto pela Argentina. Noticiou-se que estava havendo uma retomada, que o embargo fora retirado, mas isso está acontecendo a conta-gotas, até para não me posicionar, para não parecer que a gente é radical, dizendo assim: não, isso não existe. A gente sabe que existe. Tanto é que citei, no início da minha intervenção, que estamos negociando com um frigorífico lá, que em, em razão do embargo à carne suína, está propondo um acordo. Só que esse acordo, como a Federação e os sindicatos vão tratar de um direito à lei, ou seja, um direito dos trabalhadores, tem que ter todo um cuidado, em razão disso e até para evitar que aconteça aquela questão que a gente falou anteriormente, de alguns que usam essa situação. Não é o caso, já ficou claro aqui que não é o caso, mas a gente tem que tratar tudo de forma igualitária. A todas as demandas que vêm para nós, não temos nos furtado a dar o encaminhamento e fazer as parcerias necessárias para que possamos contribuir, de alguma forma, para amenizar e resolver, futuramente, a situação.

Ocorre que a proposta que está sendo feita lá reduz carga horária, reduz salário e não garante emprego, e é aí que está a Federação negociando uma condição melhor nesse acordo para os trabalhadores. Ou seja, uma situação que reduz salário no acordo já é preocupante, agora, uma situação que reduz salário, não garante emprego e permite que, de cada quatro trabalhadores, se demita um, 25% do número de trabalhadores... Estamos nos respaldando do máximo de comprovações possível, porque é muito fácil, às vezes, largar um número e dizer: "Esse número está nos prejudicando". Agora, a gente precisa de comprovação. Então, diante disso, estamos procurando que o Dieese nos passe um parecer, a contabilidade, uma série de caminhos. E não vamos nos furtar a fazer um acordo, mesmo que seja danoso para os trabalhadores no momento, mas que se viabilize a planta de continuar lá. Mas a gente tem que ter todos esses cuidados.

E "para não dizer que não falei das flores", Senador Paim, quando eu falei do setor avícola, que existem os monopólios e coisa e tal, e que é complicado isso, ao mesmo tempo, tem que se fazer um reconhecimento que eu faço em todos os espaços que eu tenho, da excelente relação que a Federação tem com a Asgav, que é a Associação Gaúcha de Avicultura. Inclusive, estamos em processo de negociação salarial, com perspectiva de avanços – aliás, em todos os setores. Isso nos anima. A própria questão do trigo, que sofreu bastante com as medidas do Governo brasileiro com relação à importação, mas a indústria está numa situação, inclusive, mais favorável do que no ano passado, em que as negociações se davam em patamares inferiores aos dos demais setores. Este ano a própria indústria, o representante do Sindicato da Indústria do Trigo já reconhece que pode fechar nos mesmos patamares.

Voltando, então: nós temos uma excelente relação com a Associação Gaúcha de Avicultura, e inclusive estamos construindo, diante daquela preocupação que a gente tem de que não precise vir de cima, mas que a gente possa, entre as partes, começar a encaminhar para resolver a situação do adoecimento dos trabalhadores e do mecanismo, do processo como se organiza a produção hoje, que afeta a vida do trabalhador, não só na empresa, mas fora dela, psicologicamente, fisicamente etc., diante disso, nós estamos construindo – e há uma grande possibilidade de fechá-lo – um acordo incluindo as pausas nos frigoríficos, negociado diretamente com a entidade patronal. Isso é um avanço para nós, isso é positivo, não esperar que venha de cima e mostrar que nós temos capacidade, trabalhadores e empresários, de começar, diante do reconhecimento também dos empresários de que essa situação não pode continuar assim, a resolver de uma forma negociada.

Então, estamos construindo pausas e rodízios. E, com representantes do setor avícola, nós não nos reunimos apenas de ano em ano – isso também é positivo –, a nossa relação é permanente, ou seja, em todos os espaços a que a gente convida a entidade patronal da Asgav para participar, quando há debate de interesse dos trabalhadores, eles têm participado, assim como nós estamos construindo com eles algumas pautas de interesse do setor avícola. Eles representam, basicamente, as pequenas empresas, porque algumas, inclusive, não estão nesse acordo que estamos construindo, mas estamos negociando permanentemente e construindo parcerias de interesse tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, para não parecer, de repente... A minha primeira intervenção parecia uma metralhadora giratória, mas não é isso. A gente tem uma relação boa com eles lá, mas é claro que a gente tem que ser energético na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Obrigado e vamos participar, no Rio Grande do Sul, da audiência pública também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns ao Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação

do Rio Grande do Sul, que aqui representou, e muito bem, o Presidente Cairo Fernando.

Parabéns, Valdemir Moreira Corrêa. Você está correto, tanto é que, dia 2 de agosto, o setor, com a sua entidade, em São Paulo, em nível nacional, me convidou para assistir a uma exposição sobre o setor na linha dos direitos humanos, já que sou o autor, aqui, dos projetos das federações que tratam da redução da jornada nessa área. Então, vou lá ouvi-los, como vocês, naturalmente, estão ouvindo, dialogando e buscando saídas.

Eu só queria também informar, antes de passar a palavra para os outros convidados para suas considerações finais, algo que esqueci de falar, mas, lembrando a Senadora Ana Amélia, estive em Uruguaiana na semana passada numa reunião com todo o setor do transporte terrestre, por quê? Porque sou autor do Estatuto do Motorista, que é um projeto que visa construir um guarda-chuva legal para todo esse setor da área do transporte terrestre. Está muito interessante a discussão, e esse tema nós discutimos também lá, já que eu estava em Uruguaiana, passei o dia lá. Nós discutimos toda essa questão do boicote da Argentina, enfim, a situação dos caminhões em relação ao que está acontecendo nesse impasse criado, que, tomara... E, de fato, há uma indignação muito grande nesse setor de serviço em relação ao fato que vem acontecendo.

E, no dia 12 de julho, teremos aqui uma reunião exatamente com o setor do transporte, que vai aprofundar o debate sobre o Estatuto do Motorista e também essa questão hoje debatida da relação complicadíssima com a Argentina.

Então, vamos agora passar para as considerações finais. Vou pela ordem aqui. Será agora nossa convidada especial, assim eu diria, a Dra. Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A SRA. TATIANA LACERDA PRAZERES – Senador Paim, eu gostaria apenas de aproveitar esta oportunidade para agradecer pelo convite. É uma satisfação para nós do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior participar de uma reunião desta Comissão de Direitos Humanos. Estamos à disposição. Eu fiz minhas considerações finais ao comentar as questões levantadas pela Senadora.

Agradeço novamente. Estamos à disposição. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Tatiana.

Agora, passamos a palavra para Walter Fabro, Presidente em exercício da Força Sindical do Rio Grande do Sul.

O SR. WALTER FABRO – Da mesma forma, Senador Paim, agradeço a oportunidade, o convite, a lembrança.

Para nós, foi muito importante realmente ter feito esse esforço para estar aqui. Eu realmente ficaria muito chateado se nós não tivéssemos feito essa mobilização para estarmos aqui. Vocês sabem da dificuldade que havia. E, como você disse, ainda bem que alguns conseguiram vir no dia de ontem, porque, caso contrário, com a questão do aeroporto do nosso Estado, não teria sido possível.

Então, agradeço a V. Exª, agradeço seu trabalho, o que tem feito e realizado, seu empenho, e agradeço a todos da Casa que estão aqui, prestigiando, e tiveram a paciência de também nos ouvir até este momento.

Obrigado. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Walter Fabro, que falou em nome da Força Sindical.

O José Augusto já falou e se retirou, foi o primeiro a falar.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral da Imigração, representando o Ministro do Trabalho e Emprego.

O SR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA – Também na mesma linha dos que me antecederam, eu queria mais uma vez parabenizar a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Senador Paim.

Acho que essas discussões trazem pontos de extrema importância para o Ministério do Trabalho e Emprego. Nós temos, de fato, que ter esse olhar do processo de integração em relação aos impactos que ele tem, tomando em conta essa perspectiva regionalizada, que acho que foi muito bem trazida, porque as medidas, muitas vezes, trazem impactos que são diferenciados. Uma coisa é como que isso se processa em São Paulo, no Nordeste, no Sudeste, mas eu acho que também tem que levar essa questão do olhar nas regiões – e principalmente nas regiões que têm a fronteira, que, realmente, ao longo da história a gente pode verificar que é onde, de fato, há os impactos mais importantes em relação ao tema do emprego.

Eu saio daqui com essa incumbência, então, de aprofundar esse tipo de discussão no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, também no âmbito da nossa Seção Nacional do Mercosul, levar os resultados, os debates que foram travados aqui para essa discussão, do ponto de vista do trabalho, no âmbito da Seção Nacional do Mercosul. Quero dizer que todos nós estamos mobilizados com isso, o Ministério do Trabalho, acho que as centrais sindicais, com a presença importante de trabalhadores aqui, o empresariado.

Eu queria lembrar que, se não me engano, depois de amanhã, o Fórum Econômico e Social do Mercosul se reúne também, que é uma instância onde estão trabalhadores e empregadores dos quatro países, e esse é um ponto da agenda, essa questão das barreiras que estão sendo levantadas dentro do Mercosul.

Então, acho que é um tema que deve seguir na pauta e exigir o máximo de atenção do Governo e de toda a sociedade para que a gente possa superar e avançar nesse processo de integração nacional.

Como eu falei, a relação Brasil e Argentina é extremamente importante. Acho que temos que trabalhar para que essa relação seja aprimorada e superar essas questões que hoje estão na pauta, a fim de avançarmos num processo de integração cada vez maior no âmbito do Cone Sul.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral da Imigração, que aqui representou o Ministro do Trabalho e Emprego.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Valter Souza.

O SR. VALTER SOUZA – Senador, a gente quer agradecer o convite e dizer que realmente todas as colocações aqui buscam e visam as melhores condições para o Rio Grande do Sul e para o nosso País.

Quero agradecer e dizer também que a gente está representando aqui, além da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a Feticom, assim com o Sticc, porque em todas as reuniões a gente representa essas entidades; se não as mencionarmos, depois somos cobrados.

E quero reforçar também o ponto: o Brasil tem que ser mais incisivo, tem que ser mais duro. Não precisa jogar nenhuma bomba, mas temos que brigar mais pelos nossos interesses, não podemos aceitar o que está sendo imposto para nós.

Obrigado, Senador. Sucesso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Valter Souza, Presidente da Nova Central Sindical.

Deixem só que eu faça aqui uma leitura. Escrevi um artigo sobre essa questão, só vou ler a parte final aqui, porque o conteúdo, no meu entendimento, corresponde a mais ou menos o que todos aqui colocaram, o que todos nós falamos, mas tenho tido uma posição muito firme em relação a essa questão da Argentina. Acho que tem que haver, sim, diplomacia em todo sentido, mas não deixo de expressar meu ponto de vista. Só vou ler aqui a parte final. São seis páginas, só vou ler duas.

É lastimável que o governo argentino venha expandindo a lista sujeita a licença de importação não automática, retardando a entrada dos produtos, afetando inúmeros setores no mundo inteiro... O Brasil é [hoje o mais atingido] [...].

Outra barreira é o chamado [um por um] [...]. Por essa regra, a empresa instalada na Argentina pode realizar qualquer importação desde que exporte produto de valor equivalente. Ou seja: o valor da exportação deve seguir pelo menos o mesmo montante da importação.

Tais medidas inibem a competitividade gaúcha e encarecem o nosso produto em torno de 10%. [Aí vem um dado que me foi fornecido e que acho grave.] As nossas indústrias acusam um déficit de R$2,08 bilhões em 2011, enquanto o Brasil acumulou um superávit de US$5,85 bilhões com a Argentina.

Não é somente a redução no fluxo comercial que nos atormenta [e que nos preocupa], mas também a transferência de plantas industriais importantes para o território vizinho [isso, para mim, é quase mais grave do que os fatos atuais]. Empresas instaladas aqui [inclusive na minha cidade, Canoas, Rio Grande do Sul], como a AGCO, a Case New Holland e a John Deere, estão investindo em novas instalações que irão gerar mais de 2 mil empregos diretos [lá] [...]. São empregos e recursos que deixam de ser gerados aqui e serão transferidos para [o país vizinho] [...]. Perde o Brasil, perde o nosso querido Rio Grande, perdem os gaúchos, perdem os brasileiros.

Depois da implementação da Djai (Declaração Jurada Antecipada de Importação), em fevereiro deste ano, diversos segmentos vêm apresentando quedas superiores a 50% nas exportações [esses dados eu achei graves também]. Os mais afetados são: ferramentas e cutelaria (-74%), móveis (-61%), borracha e suas obras (-40%), máquinas e equipamentos (-37%) e calçados (-30%). A Argentina é o país que mais impõe barreiras às exportações brasileiras. Atualmente já são 30 medidas protecionistas adotadas. O Governo brasileiro precisa [como aqui foi dito pelo sindicalista, e aí vem a diplomacia, naturalmente, mas nós, como Parlamentares, podemos dizer:] ser [mais] enérgico, pois o nosso País é um parceiro estratégico para a Argentina. [Se temos na Argentina um parceiro estratégico para nós, nós também somos um parceiro estratégico para a Argentina; a Argentina tem que entender isso.]

Defendemos medidas urgentes e paritárias com um planejamento estratégico que garanta a solidez das relações bilaterais, a viabilidade do Mercosul e a proteção do mercado nacional brasileiro.

Termino, com essas palavras, dizendo que tenho o mesmo entendimento que foi colocado aqui por diversos convidados e Senadores.

Eu adoro o Mercosul. Menciono, inclusive, o Senador Zambiasi, que foi o primeiro Presidente da Comissão Especial do Mercosul, meu parceiro, meu amigo, meu companheiro do PTB do Rio Grande do Sul. Ele deu quase que o seu mandato aqui em defesa do Mercosul. E ao ver, neste momento, esse impasse tão forte criado e a Argentina não contribuindo para que as reuniões do Mercosul aconteçam, nós podemos, eu diria, estar fomentando uma guerra entre os Parlamentares, porque é natural se instalar uma guerra nesse sentido – uma guerra comercial, estou falando. No Fórum do Mercosul, cada Parlamentar vai defender seu país, ou acham que alguém vai fazer diferente? Acham que um Parlamentar brasileiro vai para o Parlasul para defender os uruguaios, os paraguaios, a Venezuela? Vai primeiro defender os interesses do seu país, e, claro, buscando o entendimento na composição do bloco.

Claro que olhamos o social, mas, se você analisar o Mercosul, ele foi criado com foco muito mais no comercial, e não no social. Foi a partir do debate, mas a primeira intenção do bloco foi só o olhar comercial. Nós aqui debatemos, e os movimentos sindicais e os ministérios ajudaram muito para também avançar no social, mas o foco é muito no comercial, e um depende do outro.

Por isso que, nesse impasse, a diplomacia está correta. Temos que buscar uma saída rápida para esse impasse. Quando me falam da área da alimentação, que os produtos perecíveis estão praticamente apodrecendo na fronteira há mais de 180 dias, claro que preocupa. E claro que entendo também a posição aqui de parte do movimento sindical, ou da maioria. Se você cria um debate em que se mostra, por parte do empresariado, que a situação está grave devido à questão da Argentina, claro que fica prejudicada a negociação não só do emprego, mas também do salário.

É assim que vejo muito a questão da crise internacional. Quando você olha para o mundo, o que acontece aqui no Brasil? "Olha, vamos ter que flexibilizar os direitos dos trabalhadores para combater a crise." Daí começa: desonera-se a folha, retiram-se os direitos do trabalhador, via Previdência, que sai de 20% sobre a folha para zero. A grande verdade é que o empresário brasileiro, sobre a Previdência, pagava 20%, ainda quando fui Constituinte, e hoje paga zero. Não paga nada mais, a metade já não paga nada. Outro setor já caminha para pagar 1,5%, 2%, e outro setor entende que tem que passar para zero. Sem compensação, pessoal. Sem compensação.

Eu nunca fui contra retirar os 20% sobre a folha do empregador, mas desde que houvesse a contrapartida sobre o faturamento. Não é bem o que está acontecendo. Não é o que está acontecendo. Se a metade passou a pagar zero e a outra parte paga 1,5%, a outra paga 2%, 1,5% não corresponde ao que se arrecadava. Mas, para combater a crise, os trabalhadores vão abrindo mão de parte da receita. Se você abre mão de parte da receita, aí vem aquela história, como é que se acaba com o Fator? "Ah, não dá para acabar com o Fator agora, olhem a crise internacional aí." O trabalhador perde a metade do seu salário quando se aposenta devido ao Fator. Reajuste para o aposentado? "Ah, não dá para conceder, olhem a crise como está." E nós tivemos que abrir mão dessas receitas.

Então, eu quero dizer que isso preocupa a todos. Preocupa o Governo? Claro que preocupa o Governo. Preocupa os sindicalistas? Claro que preocupa. E preocupa os trabalhadores.

Ninguém aqui é inocente para achar que um debate... E existe um debate de uma crise com a Argentina. É real, tanto que os Senadores da Argentina estarão aí amanhã para dialogar conosco. Sei que eles também querem achar uma saída. Existe uma crise com a Argentina, como existe uma crise na Europa, ninguém deixa de ver. É só ver o que aconteceu na Grécia e ver o que aconteceu na França – e comentarei hoje à tarde sobre a vitória do socialismo na França e a vitória, ontem, inclusive, no Parlamento francês, onde o Partido Socialista também avançou, vai ter maioria agora no Parlamento. Por quê? Devido à crise.

De fato, quando há uma crise como essa, ninguém tenha dúvida: a crise é econômica, é política e é social. E o compromisso da Comissão de Direitos Humanos é primeiro com o social, é com o político e é, naturalmente, com o econômico, porque um repercute no outro.

Enfim, muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião. Palmas para vocês todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE JUNHO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos

e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque.** O Senador **Mozarildo Cavalcanti** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Item Único**. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 23, de 2012–CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater os 10 anos do Estatuto da Cidade". Convidados: Carolina Baima Cavalcante, Coordenadora da Gerência de Assistência Técnica para o Planejamento Urbano, Acessibilidade e Reabilitação Urbana, em substituição a Antônio Borges, Diretor de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades; Carlos Penna Brescianini, Professor, Mestre em Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia; Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz do Distrito Federal; Maria Rosa Ravelli de Abreu, Professora Doutora, Decanato de Extensão da UnB; Aires P. das Neves Junior, Engenheiro; e Nazareno Stanislau Afonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte. Usam da palavra os Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 23 da CDH, aprovado em 01/03/2012, de autoria deste Senador e de outros, tem como objetivo debater os 11 anos, que vamos completar agora em julho, do Estatuto da Cidade.

Convidados para este evento:

Antonio Borges dos Reis, Diretor de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades; Carlos Penna Brescianini, Professor Mestre em Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia; Uirá Felipe Lorenço, Presidente da ONG Rodas da Paz do Distrito Federal; Maria Rosa Ravelli de Abreu, Professora Doutora – Decanato de Extensão da UnB; Aires P. das Neves Junior, Engenheiro e também assessor, Consultor do Senado, que já está aqui conosco; Nazareno Stanislau Affonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte.

Nesse momento em que termina a Rio+20, acho que esta audiência pública tem tudo a ver com o momento. Independente do resultado, essa é uma avaliação que faremos ao longo dos meses, até no decorrer dos próximos anos, entendo que a Rio+20 foi fundamental no momento em que ela mobilizou a sociedade e eu diria até o Planeta para o tema: a participação dos movimentos sociais, das ONG; enfim, de homens e mulheres que têm compromisso com a vida e a defesa do Planeta. E os anos mostrarrão se o caminho foi correto ou não foi. Sei que muitos falam que o documento não foi incisivo, não foi forte como gostaríamos, mas sabemos que um evento como esse, envolvendo em torno de 140 países entre aqueles que assinaram o documento final, que muitos consideraram fraco. Fraco, mas, dentro de uma composição da razoabilidade e do entendimento, foi o possível. O importante é que a luta em defesa do meio ambiente do Planeta continua.

Então, a própria audiência de hoje que vai discutir – agora, em 10 de julho, vamos completar 11 anos do Estatuto da Cidade – tem tudo a ver com defesa do meio ambiente, com a questão da sensibilidade e com a vida no Planeta, de todo o ecossistema da forma mais ampla possível. Por isso, nós hoje aqui vamos dialogar com os nossos convidados sobre esse tema.

Mas, assim mesmo, eu gostaria de (e não poderia deixar de ser), na abertura dos trabalhos aqui na Comissão de Direitos Humanos, falar um pouco sobre o que aconteceu aqui no Paraguai que, de fato, preocupou a todos. A crise no Paraguai gera tensão. Estou vendo uma matéria, inclusive, no jornal *O Estado de S. Paulo*: "Esvazia o comércio na fronteira no Brasil":

Em Ciudad del Este, polo comercial que atrai milhares de compradores brasileiros diariamente, ao menos dez lojistas consultados pela BBC Brasil calculam que houve queda de até 50% nas vendas neste fim de semana. Eles atribuem o fraco movimento, entre outros motivos, aos rumores de que o Brasil poderia fechar a fronteira com o Paraguai em resposta ao impeachment relâmpago de Lugo. O governo brasileiro, que considerou a destituição do presidente um "rito sumário" sem direito adequado de defesa, anunciou que sanções ao Paraguai por eventual quebra de compromisso com a democracia (previstas em acordos

regionais) estão sendo avaliadas pelos membros do Mercosul e da Unasul.

Eu queria dizer que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, também entendo que o que aconteceu aqui no Paraguai foi gravíssimo. O Presidente Lugo, independente da avaliação que podemos nós todos aqui fazer, foi demitido, o *impeachment* lhe foi aplicado, como muito bem diz a matéria, de forma quase relampejante. E nós, que defendemos tanto a democracia, nós que passamos tantos anos na ditadura, nós que combatemos os golpes no mundo, todo não podemos ficar calados em um momento como esse.

Eu até pedi aqui à assessoria que me encaminhassem a nota divulgada pela Presidente Dilma, porque acho que dá o tom da indignação dos democratas com o que aconteceu no Paraguai.

Diz aqui, uma das matérias que peguei, além das ações previstas no Mercosul e na Unasul:

Questionado neste domingo pela BBC Brasil, se as medidas poderiam incluir o fechamento de fronteiras, o Itamaraty afirmou que a ação está prevista em protocolos multilaterais e que ela está sob discussão, mas que até o momento não há definição sobre o assunto. Atualmente, o trânsito de pessoas entre Brasil e Paraguai ocorre livremente pela ponte da Amizade, sobre o rio Paraná.

Os rumores, no entanto, bastaram para que muitos brasileiros adiassem os planos de fazer compras no país vizinho. Enfim, estamos numa situação de total insegurança no campo econômico, no campo social, no campo político e nas relações entre o Brasil e o Paraguai.

Eu quero, mais uma vez, dizer que inclusive o Mercosul deve – nós fizemos parte do Parlasul – tomar medidas quanto ao fato, como também a Unasul, como é muito bem lembrado aqui.

Quero complementar, embora eu esteja com dificuldades de conseguir a nota que a Presidente Dilma divulgou para todo o Brasil – eu já pedi a Assessoria, porque eu faço questão de ler aqui. É uma nota firme, clara e mostra a indignação do povo brasileiro pela forma como aconteceu esse fato aqui no país vizinho Paraguai. Se a moda pega, em 36 horas, 40 horas, estaremos demitindo presidentes da república eleitos democraticamente pelo voto. E, se foi eleito democraticamente pelo voto, não pode o Senado ou o Congresso se reunir do dia para a noite e simplesmente destituir um presidente da república. Isso mostra ainda a fragilidade da democracia na América Latina, o que preocupa a todos.

Então, deixo aqui o meu protesto pela forma como foi feito o processo. Se tivesse de haver o afastamento, que fosse dado o legítimo direito à defesa pelo tempo necessário, num amplo debate nacional e, depois, que os poderes constituídos tomassem a decisão. Mas eu, particularmente, não posso, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ver um ato de força como esse tomado, embora pela instância do Parlamento, praticamente do dia para a noite, e concordar. Não há como a gente concordar. Se concordarmos com isso hoje, estaremos concordando com isso amanhã em outros países. E nós que somos democratas, que somos militantes dos direitos humanos, queremos assegurar a todos o legítimo direito à defesa.

A todos é assegurado o direito legítimo à defesa, o que não foi assegurado ao Presidente do Paraguai e, por isso, soou para o mundo – não sou eu que estou inventando história aqui – como um golpe.

Estou comentando, antes de entrar no tema, a situação do Paraguai, uma situação tensa. E dizia eu que, se a moda pega, o Congresso se reúne do dia para a noite e demite presidentes. Estamos falando aqui da nossa América Latina, principalmente da América do Sul, por esse fato acontecido.

Nós que *peleamos* tanto para sair da ditadura, pelo golpe acontecido, não poderíamos ficar quietos num momento como esse. Acho que é o momento de todos os democratas, daqueles que lutam pelos direitos humanos, pela liberdade, pela democracia assumirem suas posições.

E eu pedi aqui à minha assessoria... Achei muito firme a nota da Presidente Dilma e faria questão de lê-la aqui no início de nossos trabalhos, mas parece que o pessoal está com um pouco de dificuldade para conseguir a nota. A nota foi publicada amplamente no Brasil e no mundo. Mas, no momento em que ela chegar, embora nós vamos iniciar os nossos trabalhos – e temos que iniciar – nós faremos a leitura da nota, porque entendo que a nota foi certa, adequada, firme, como hoje está, inclusive, no próprio Jornal do Senado, também a posição do próprio Presidente Sarney, dizendo que não foi dado o tempo necessário para que o Presidente, eu diria cassado, afastado, golpeado, tivesse o direito à defesa.

Nós estamos aqui com um caso no Senado, por exemplo, mas se está fazendo um amplo debate com a sociedade, Comissão de Ética montada, CPMI montada e dando o direito à defesa para que, depois, haja o julgamento final. O que não pode – repito – é que, em três dias, alguns falam que foi menos de 40 horas, instalou-se um processo e demitiram um presidente. As coisas não podem acontecer assim.

Mas eu queria também avisar a todos que nós teremos, na próxima quinta-feira, uma pauta extensa, deliberativa, de projetos importantíssimos. Só para que todos saibam, na próxima quinta, o Item nº 1 cria

a Autoridade Pública de Inclusão Social (Apis), a Organização Nacional de Inclusão Social, os Núcleos de Inclusão Social, as empresas de inclusão social, e dá outras providências.

O projeto é da União Planetária, fruto de uma discussão que aqui tivemos, entrou aqui como uma Sug, uma Sugestão. Eu assumi a relatoria e estamos pela aprovação do projeto.

O Item 2 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para determinar a inclusão da disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio.

O Item 3 altera a Lei 9.394, que estabelece mudanças da implantação de laboratórios no sistema de educação.

O próximo item é o programa Senado Jovem Brasileiro. A Relatora é a Senadora Ana Rita, que também é pela aprovação da sugestão do Jovem Brasileiro sobre educação.

O próximo item, não terminativo, altera a lei de 12 de julho, que dispõe sobre o fundo de financiamento de estudantes no ensino superior.

Depois, temos a declaração de interesse social da Flaskô Industrial de Embalagens, empresa ocupada pelos trabalhadores e por eles controlada e administrada, para fim de desapropriação. Também é um tema que vai ser polêmico e aqui será debatido.

Teremos também o item, Projeto de Lei nº 334, que institui reserva de vaga nos cursos de graduação em instituição pública de educação superior, pelo período de 12 anos, para estudantes do ensino fundamental, médio e público. Este aqui é um projeto que trata das cotas. Teremos aqui dois debates sobre as cotas. Teremos um debate sobre as cotas para negros, índios e pobres e também cotas para alunos oriundos somente das escolas públicas.

É um debate que a CCJ já fez, um debate que o Supremo Tribunal já definiu que são constitucionais as cotas para negros, índios e pobres. Claro que nós aqui vamos tratar de fazer um bom debate. Vamos tentar que, na próxima quinta, essa questão das cotas, que já foi votada na CCJ, seja votada também aqui e que vá, então, para a Comissão de Educação, onde, por indicação do próprio presidente, eu devo ser relator da matéria.

Bom, nossos convidados já chegaram. Eu só aviso a todos que serão cerca de 30 itens que vamos debater aqui e votar na próxima quinta-feira. Informo a todos os Senadores que a pauta chegará em cada gabinete, porque não terá nenhuma extrapauta e todos os Senadores saberão o que vai ser votado na próxima quinta-feira.

São exatamente 35 itens de projetos não terminativos e projetos terminativos. É importante a presença de todos.

Vamos, então, entrar na nossa audiência pública de hoje. Já estão aqui os nossos convidados. Eu vou fazer uma pequena introdução do tema. Nossa audiência, como todas as outras, na segunda-feira, vai ao vivo para todo o Brasil, pelos nove canais aqui de comunicação do Senado, ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e, naturalmente, acompanhado e divulgado também pela Agência Senado.

Enfim, já fiz a leitura, antes, dos nomes dos nossos convidados, que já chegaram. Vou convidá-los a fazer parte da Mesa.

Quero convidar para fazer parte da Mesa o Dr. Carlos Penna Brescianini, que já se encontra conosco, que é Mestre em Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia.

A intenção aqui, eu diria, não é nem debater mais os 10 anos do Estatuto da Cidade, é debater os 11 anos, porque agora no dia – só estou mudando o número de anos, vai continuar Estatuto da Cidade... Ouvi aqui no Plenário alguém dizer: "Ué, não é mais Estatuto da Cidade." É que, no primeiro momento, quando aprovamos o requerimento, ainda era para debater os 10 anos do Estatuto da Cidade; mas, como ainda havia muitas agendas antes, em audiências públicas, vamos debater, na verdade, os 11 anos do Estatuto da Cidade que completa, agora no dia 10 de julho, se não me engano.

Mas o tema é debater uma década do Estatuto da Cidade.

Convidamos para a Mesa o Dr. Carlos Penna; convidamos, agora, o Presidente da ONG Rodas da Paz, o Dr. Uirá Felipe Lourenço; convidamos também o Dr. Aires das Neves Junior, engenheiro e assessor do Senado; convidamos o assessor, consultor e para mim doutor, Nazareno Stanislau Affonso, Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte.

Pergunto se já chegou também o Dr. Antônio Borges dos Reis, Diretor de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério. Já está conosco. Então, eu o convido a fazer parte da Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, aqui está o nome do Dr. Antonio Borges dos Reis, Diretor de Política de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério, que, na Mesa, será representado pela Drª Carolina Bayma Cavalcanti, que é gerente dessa área.

Aqui, dos convidados, chamo a Drª Maria Rosa, que está aqui.

Vamos começar o nosso painel para discutir o Estatuto da Cidade.

Eu dizia aqui, na abertura, vocês ainda não haviam chegado – eu sempre abro às nove e, se vocês não chegam, vocês me dão um tempo para que eu fale um pouco mais. Então, fico eu falando aqui sobre a nossa audiência. Eu dizia, na abertura, que, terminou agora a Rio+20, com elogios e com críticas, mas sempre é importante. No mínimo, o mundo inteiro olhou para o Rio de Janeiro, para a questão da sensibilidade da vida... Claro, principalmente a questão do meio ambiente, mas tem tudo a ver. O movimento social se fez presente, das mais variadas áreas. Pelas informações que tenho, você pode complementar, foram em torno de 140 países se fizeram presentes ou assinam o documento final. Se o documento foi ideal ou não, o tempo é que vai dizer. O importante é que o mundo olhou para o Rio de Janeiro e olhou para o Planeta, para debater a importância da defesa da vida, que debater meio ambiente é defender a vida, o ecossistema de forma mais ampla. E temos certeza de que os caminhos apontados, pelo menos, embora não se teve lá tudo aquilo que nós gostaríamos, apontam para a importância do compromisso que cada homem e cada mulher do mundo assumem em defesa da vida do Planeta.

Mas, enfim, vamos aqui à nossa audiência que tem tudo a ver também. O Estatuto da Cidade tem tudo a ver com a vida do Planeta, com a sensibilidade; enfim, daquilo que a gente está se dispondo a aprofundar neste momento.

Eu só vou fazer uma introdução rápida, mas sempre digo a todos, porque essa introdução montada pela assessoria é só para dar o eixo do motivo de estarmos aqui neste momento. Os senhores é que vão aprofundar e, inclusive, se for possível e assim entenderem, vão discordar de alguns dados que aqui serão colocados.

Enfim, para o Brasil que está acompanhando esta reunião, hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater os 10 anos: mais de uma década do Estatuto da Cidade. A Lei federal nº 10.257, de 2001, mais comumente chamada de Estatuto da Cidade, foi criada para regulamentar os arts. 182 e 183 de nossa Constituição que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade; também regulam o uso e a propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar de cada homem, de cada mulher; enfim, de todos os cidadãos.

Conforme dispõe o Estatuto da Cidade, é uma tentativa, uma iniciativa – eu diria – de democratizar a gestão das cidades brasileiras, por meio de instrumentos de gestão, dentre eles podemos destacar o plano diretor. Não podemos esquecer que o plano diretor é obrigatório para toda cidade com mais de 20 mil habitantes. Cito aqui algumas das garantias que ali constam:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis – que é o tema que casualmente introduzi, o Item nº 1 –, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento, ao meio ambiente, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer para atuais e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social sustentável;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Mais uma vez aqui, na época, já o Estatuto lembrava de interagir com o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

Enfim, no próximo dia 10 de julho, o Estatuto completa 11 anos. Mas o que mais mudou nesse período e de que forma os Municípios estão seguindo efetivamente a lei é uma pergunta que fica.

O Estatuto é de extrema importância para o bom ordenamento urbano e social das cidades com mais de 20 mil habitantes. O que fizemos nesse período?

O Estatuto pode representar também um meio para garantir, de forma democrática, o acesso à terra nos meios urbanos, o acesso à moradia, um dos direitos fundamentais e garantidos por nossa Constituição.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma das condições para combater a pobreza também passa pelo Estatuto, quando fala na moradia, no saneamento básico e nas condições dignas de vida, porque você combate a pobreza e defende a saúde das pessoas, porque o saneamento básico é fundamental. Casualmente, eu fiz um pronunciamento, há uma semana, sobre saneamento básico e os números são ainda preocupantes. Se você olhar no geral a realidade brasileira, em matéria de saneamento básico ainda nos preocupa muito hoje em dia.

Isso é só uma introdução.

Eu vou seguir aqui a ordem de fala de acordo com o que recebi de nossa assessoria. Então, não é questão de preferência. Os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos. Esse ditado é mais velho do que eu, eu acho.

Vamos lá.

Passamos a palavra à Drª Carolina Bayma Cavalcanti, Coordenadora da Gerência de Assistência Técnica para o Planejamento Urbano, Acessibilidade e Reabilitação Urbana, em substituição ao Diretor Antônio Borges. V. Sª tem o tempo de dez minutos com mais cinco e mais cinco, se necessário. Se alguém tiver algum vídeo para passar, fique tranquilo e pode operar também com o material que tiver.

A SRA.ANA CAROLINA BAYMA CAVALCANTI – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

Enfim, vou tentar fazer uma fala introdutória aqui, rapidinha, sobre os avanços do Estatuto da Cidade nestes onze anos exatamente respondendo à pergunta do Senador como os Municípios incorporaram essas diretrizes do Estatuto dentro dos Planos Diretores porque, enfim, todos sabem que o Estatuto da Cidade criou a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores para Municípios com mais de vinte mil habitantes, localizados em áreas de influência dos grandes empreendimentos federais, Municípios turísticos, Municípios de regiões metropolitanas e Municípios que implementem alguns tipo de desapropriação de imóveis.

Então, vou falar um pouquinho de como isso se deu ao longo destes dez anos e da atuação do Ministério das Cidades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma observação importante que eu não fiz aqui: a senhora está representando o Ministério das Cidades. Eu quero dizer que foi o primeiro a ser procurado e de pronto, disseram: "É uma boa ideia. Estaremos lá. Vamos colaborar. O que depender de nós, pode saber que estaremos lá para dialogar."

Então, meus cumprimentos ao Ministro e à equipe dele.

A SRA. CAROLINA BAYMA CAVALCANTI – Obrigada, Senador.

Bom, falarei um pouquinho dos princípios do Estatuto da Cidade. O Senador já fez uma pequena introdução, na verdade, mas entre outros princípios acho que a gente poderia destacar aqui que o Estatuto da Cidade veio no sentido de garantir o direito de cidades sustentáveis e cidades inclusivas, por meio da gestão democrática, da participação social na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, projetos e ações de desenvolvimento urbano por meio de cooperações e parcerias em prol do interesse social, por meio do respeito à individualidade de cada um dos Municípios e à questão federativa, por meio da contemplação dos conflitos através da correção dos desequilíbrios, ou seja, o Estatuto vem reconhecer que o espaço urbano é um espaço de conflito, que é um espaço de lutas de interesses e que todos esses interesses são legítimos e que, portanto, a participação popular e a gestão democrática vêm exatamente no sentido de explicitar esses interesses e criar uma arena legítima e popular de discussão da cidade e do futuro do desenvolvimento urbano do País.

Finalmente, não menos importante é a promoção da função social da propriedade, conceito trazido pela Constituição. Toda a lei do Estatuto da Cidade e a normativa que veio depois do Estatuto – que mostrarei a seguir – se baseia no que é a questão da superação da propriedade como uma espécie simplesmente de direito de propriedade para um direito social, a propriedade como um direito social.

O Estatuto está organizado em cinco capítulos a princípio. O primeiro capítulo trata das diretrizes gerais, ou seja, das cidades que nós queremos, das cidades que desejamos: cidades sustentáveis, cidades inclusivas, cidades melhores com desenvolvimento social e includente.

O segundo capítulo traz um rol de instrumentos urbanísticos, jurídicos, tributários, que são os meios com os quais a gente pretende alcançar esses objetivos de cidades sustentáveis e inclusivas.

O terceiro capítulo fala exclusivamente do plano diretor, que é o documento onde vão estar registradas as regras de desenvolvimento urbano das cidades pelos próximos, no mínimo, dez anos, que é o prazo máximo de vigência de um plano diretor, segundo o Estatuto da Cidade.

O capitulo quarto trata exclusivamente da gestão democrática, ou seja, os instrumentos e formas de regulamentação de participação popular, audiências públicas, conselhos, conferências.

O quinto capítulo trata das disposições gerais – prazos e sanções para os prefeitos que não cumprem as determinações trazidas pelo Estatuto da Cidade.

Nestes onze anos, a gente pode avaliar que o Estatuto trouxe vários avanços. Foi uma lei de origem democrática, popular, desde a época da Constituinte, da inclusão do art. 182 e do art. 183 no capitulo do desenvolvimento urbano na Constituição.

O Estatuto foi um desdobramento da luta pela reforma urbana; enfim, dessas conquistas. Ele trouxe, ao longo desses dez anos, vários avanços. Foi uma lei construída coletivamente. Então, ele busca integrar planejamento, gestão e controle social no desenvolvimento urbano das cidades. Ele reconhece e legaliza

a cidade real, ou seja, ele busca tratar das áreas excluídas das cidades que sempre estiveram fora dos planejamentos formais dos governos, seja municipal, seja estadual, seja federal. Aquelas cidades da irregularidade, as cidades da pobreza, as cidades da falta de infraestrutura. Enfim, o Estatuto da Cidade busca trazer todas essas dimensões para dentro do planejamento formal, dentro do planejamento governamental.

Finalmente, reconhece que a cidade é produzida por uma multiplicidade de atores, ou seja, que vários atores, vários interesses estão determinando como vai acontecer esse desenvolvimento urbano e como a cidade vai crescer, progredir.

Pode passar.

Aqui não dá para ver muito bem, mas é um pouco de uma linha do tempo, dos avanços jurídicos e institucionais que aconteceram desde a elaboração do Estatuto da Cidade.

Publicações:

Até então nós tivemos quatro conferências das cidades. Estamos rumo à quinta, que deve acontecer no final de 2012 ou início de 2013, não tenho certeza; a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional de Cidades e, obviamente, lançamentos dos dois PACs: PAC 1, PAC 2; Minha Casa, Minha Vida; Minha Casa, Minha Vida 2, e uma série de avanços jurídicos, ou seja, uma série de legislações de políticas setoriais de desenvolvimento urbano que foram publicadas depois da promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001. Aí a gente tem a lei que regulamenta o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; o Marco Regulatório do Saneamento Básico, em 2007; a Lei da Regularização Fundiária, que é a mesma lei que regulamenta o Minha Casa, Minha Vida, em 2009; Regularização Fundiária da Amazônia Legal; a Lei de Resíduos Sólidos, em 2010; a lei que trata das questões em áreas de risco, em 2011; e, agora, outra lei que não entrou aí na linha do tempo, que foi no início de 2012, o Marco Legal da Mobilidade Urbana.

O Estatuto avançou um pouco na questão do enfrentamento das carências urbanas. É certo que a gente ainda tem um trabalho imenso para trilhar para buscar cidades sustentáveis e cidades inclusivas, mas existe um avanço nesse sentido de 2001 para cá.

Um desses avanços muito claros, materialmente falando, foi a instituição do PAC e do eixo de infraestrutura social e urbana do PAC com ações focadas exatamente na superação dessas carências urbanas, seja na regularização fundiária, seja nas ações focadas na urbanização de favelas, no transporte público coletivo, na mobilidade urbana, na redução de risco e na habitação social.

A instituição do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a provisão da habitação de interesse social e o foco, principalmente, da Minha Casa, Minha Vida 2, da habitação social e de baixa renda – zero a três salários mínimos. Institucionalização, como vimos, de políticas setoriais de saneamento, de habitação de transporte e agora de mobilidade, além do Marco Legal da Regularização Fundiária Urbana.

Aqui é um pouco como se enquadram dentro do PAC e do PAC 2 as questões relativas ao desenvolvimento urbano, o PAC resíduos sólidos, esgoto, área de risco, pavimentação, equipamento social e urbano, Minha Casa, Minha Vida , urbanização de assentamentos precários, enfim, todos esses investimentos em massa do Governo, que têm contribuído para a busca da melhorar a qualidade de nossas cidades.

Além dos avanços na infraestrutura, houve avanços na gestão democrática: a criação e a manutenção do Conselho das Cidades, a realização das quatro conferências nacionais, a criação de uma série de conselhos estaduais e municipais de cidades com o fomento do próprio Ministério das Cidades a partir do Conselho Nacional, a formulação do PPA de forma participativa, como aconteceu no último PPA, que começou a viger em 2012, articulação de diversas instâncias de gestão democrática e políticas públicas no âmbito federal e iniciativa de planos regionais com instâncias participativas, que é um tema, que ultimamente vem entrando na agenda do desenvolvimento urbano, que é a questão regional.

Pode passar.

Bom, um balanço rápido dos Planos Diretores.

Pode passar.

Segundo o último levantamento do IBGE, da Pesquisa Monique – a gente está para receber outro –, essa linha vermelha mostra a evolução dos Planos diretores de 2001, quando foi lançado Estatuto da Cidade até agora.

Você vê, neste primeiro quadro, os municípios com obrigatoriedade de elaboração dos planos diretores, especificamente municípios com mais de vinte mil habitantes e municípios de região metropolitana.

Você vê que, em 2001, somente 573 municípios desse universo tinha planos diretores e, em 2009, quase 90% dos municípios com obrigatoriedade, de fato, elaboraram seus planos diretores.

Pode passar.

Desses municípios que elaboraram planos diretores, cerca de metade previam em seus planos diretores a instituição de zonas especiais de interesse social, que é um dos instrumentos que o Estatuto traz como um dos mais importantes, na minha opinião, que cria exatamente reserva fundiária para habitação de

interesse social, para regularização fundiária, ou seja, consegue influenciar um pouco o mercado de terras de cada município, tentando deixar alguns espaços reservados para funções de interesse social, sobretudo habitação. Então, você vê que quase a metade dos planos diretores elaborados prevê esse instrumento, o que já denota um avanço.

Na verdade, no entendimento das prefeituras e dos municípios, é importante reservar espaço para a população que foi historicamente excluída do planejamento do desenvolvimento urbano.

Pode passar.

Bom, aqui é o resumo do que eu disse até agora, quase 90% dos municípios elaboraram os planos. Houve uma efetiva incorporação do Estatuto da Cidade nos planos diretores, ainda que de forma limitada, ou seja, o resultado dos planos diretores elaborados até agora – a gente fez uma pesquisa ampla no Ministério das Cidades, no ano retrasado, para saber exatamente qual é o conteúdo desses planos diretores – foi que eles incorporaram os preceitos e diretrizes do Estatuto da Cidade, ainda que ficassem um pouco aquém do esperado na parte da implementação dos planos diretores.

Enfim, temos experiências pontuais de planos bem sucedidos tanto na parte de elaboração quanto na de implementação. De fato, houve grande mobilização da sociedade na elaboração desses planos, sobretudo através da campanha dos planos diretores, lançada em 2005 pelo Ministério, que atingiu quase a totalidade dos Estados da Federação.

Pode passar.

Aqui é um gráfico que mostra a incorporação dos instrumentos do Estatuto da Cidade nos planos diretores.

Aí você vê o quanto foi previsto de cada um dos instrumentos – não vou dizer um por um. Você vê que houve incorporação razoavelmente considerável tanto das leis quanto de instrumentos, como o estudo de impacto de vizinhança, o IPTU progressivo ou concessão de uso especial do direito à moradia. Os instrumentos foram bastante incorporados no escopo dos planos diretores.

Agora, algumas dificuldades que foram identificadas nesse processo de avaliação dos planos diretores.

Muitos planos sem o foco físico-territorial, ou seja, uma lei que trata do desenvolvimento urbano sem rebatimento no território. Muitas vezes há fragilidade da regulação do uso do solo frente à pressão imobiliária, interesses econômicos em cima do território – isso ainda é bastante presente; desarticulação com zoneamento; às vezes há falta de capacidade de implementação daquilo que foi previsto no plano diretor em nível de instrumentos e em nível de investimentos pelo município, principalmente por conta de uma realidade que a gente conhece bem, que é a reduzida capacidade técnica-institucional dos municípios para o exercício do planejamento e da gestão urbana.

Pode passar.

Alguns desafios.

Os municípios estão preparados para, de fato, exercerem essas competências de gestão urbana, ou a gente precisaria de uma ação mais incisiva na formação e na preparação desses municípios para exercerem essas funções?

Eles estão preparados, de fato, para implementarem o Estatuto da Cidade, que é uma lei complexa, com instrumentos complexos, com gestão fundiária, que é algo muito complexa?

Como lidar com essa fragilidade generalizada na capacidade de gestão?

Pode ir passando.

Aqui, na verdade, são algumas questões específicas que a gente pode ir passando rapidamente: como lidar com questão de valorização; de interferência no mercado interno; incorporação privada dos investimentos; como gerar terra urbanizada e bem localizada para todos os segmentos da população, sobretudo, no âmbito da necessidade de terra para produção de interesse social; do Minha Casa, Minha Vida; como combater a especulação imobiliária; como compatibilizar o planejamento e o plano diretor com os programas federais de investimento; como planejar as aglomerações urbanas, como lidar com mudanças climáticas; como lidar com desastres naturais em áreas de risco. Enfim, alguns desafios lançados no sentido de retomar o debate sobre a efetividade e o sentido da participação na política urbana, a criação do sistema nacional de planejamento urbano, a vinculação dessa retomada dos investimentos do Governo Federal, através do PAC e do Minha Casa, Minha Vida, com a implantação de mecanismos de gestão democrática e instrumento de fazer essa terra urbanizada, ou seja, compatibilizando todo esse volume de investimento que hoje o Governo faz com uma proposta de desenvolvimento sustentável das cidades.

Pode passar.

Finalmente, alguns novos desafios colocados para o Planejamento e a Gestão das Cidades, que é, exatamente, a questão da acessibilidade, que hoje entrou em nossa agenda, que entrou na pauta da Secretaria, entrou na pauta do Ministério como uma questão prioritária, que é mais uma dimensão que a gente precisa considerar no sentido de construir uma cidade para todos, inclusiva.

Hoje a gente tem um panorama onde os investimentos federais, de fato, incorporam essas questões,

mas ainda existem lacunas e vazios dentro do desenvolvimento urbano e da acessibilidade urbana que a gente precisa atacar.

Pode passar.

Aqui estão alguns exemplos do que seria a promoção da acessibilidade urbana dentro de um contexto de desenvolvimento urbano.

Enfim, o que a gente precisa agora é dar os próximos passos dentro do contexto de fazer uma avaliação do Estatuto das Cidades e dos planos diretores. A gente precisa, de alguma maneira, incorporar essa dimensão da promoção da acessibilidade universal nos planos diretores, fortalecendo o eixo de acessibilidade do Plano Viver sem Limites, exatamente buscando apoiar os Estados e os Municípios na adaptação dos espaços urbanos e diretrizes de acessibilidade. É uma estratégia de buscar contornar essas fragilidades de gestão e de capacidade de implementação de políticas que muitos municípios brasileiros hoje enfrentam.

Finalizando, eu queria dizer que a gente está no Ministério e à disposição para discutir todas essas questões. São questões complexas. É difícil a gente falar de tudo isso em tão pouco tempo, mas a gente está sempre à disposição para discutir o que for necessário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Carolina Bayma Cavalcanti, Coordenadora da Gerência da Essência Técnica para o Planejamento Urbano – Acessibilidade e Reabilitação Urbana, em substituição ao Diretor Antonio Borges, falando pelo Ministério das Cidades. (*Palmas.)*

Como havia anunciado antes, eu não tenho como não ler a nota que o Itamaraty nos encaminhou, que é a posição do nosso Governo, sobre a posição do Paraguai. É uma nota muito curta, mas é importante que a Comissão de Direitos Humanos se posicione, eu diria, no mesmo entendimento da nota.

Vou ler a nota porque há uma concordância total desta Comissão.

Ministério de Relações Exteriores:

Situação no Paraguai.

O Governo brasileiro condena o rito sumário de destituição do mandatário do Paraguai, decidido em 22 de junho último em que não foi adequadamente assegurado o amplo direito de defesa. O Brasil considera que o procedimento adotado compromete pilar fundamental de democracia, condição essencial para a integração regional.

Medidas a serem aplicadas em decorrência da ruptura da ordem democrática no Paraguai estão sendo avaliadas com os parceiros do Mercosul e da Unasul, à luz de compromissos no âmbito regional com a democracia.

O Governo brasileiro ressalta que não tomará medidas que prejudiquem o povo irmão do Paraguai. O Brasil reafirma que a democracia foi conquistada com esforço e sacrifício pelos países da região e deve ser defendida sem nenhuma hesitação.

O Embaixador do Brasil em Assunção está sendo chamado a Brasília para consultas.

Palácio do Itamaraty. Brasília. *(Palmas.)*

Então, está lida a nota do Brasil. Nota firme e clara e que tem todo o nosso endosso. Não que o Itamaraty o tenha pedido, mas estamos aqui, de pronto, colocando que a Comissão de Direitos Humanos concorda, na íntegra, com a nota.

Eu dizia na abertura dos trabalhos: se a moda pega, do dia para a noite, você reúne uma maioria, às vezes, momentânea e até oportunista, e demite um Presidente.

Nós que somos democratas não podemos concordar com isso.

Por isso, meus cumprimentos ao Governo brasileiro pela posição adotada.

Vamos dar a palavra a nosso segundo convidado: Dr. Carlos Penna Brescianini, Professor, Mestre em Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia.

Está com a palavra pelo período que for necessário. Serão dez minutos e mais cinco com mais cinco, se necessário, totalizando vinte, se esse for o entendimento.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Bom dia, Senador.

Saúdo o Senador em nome de todos da Mesa.

Estou vendo o jovem Rafael aqui na audiência. Eu o saúdo em nome de todos os presentes.

Bom dia aos que estão aqui como parte desta audiência sobre mobilidade urbana, dez anos do Estatuto da Cidade.

Eu estava conversando com o Senador, dois minutos atrás, e lhe dizia que esse assunto está começando a ser entendido.

Quando eu estava entrando aqui no prédio do Senado, encontrei com o Sr. Nazareno. A gente veio conversando, porque eu tento conversar muito com ele porque fica parecendo que eu estou contra as propostas dele, e ele está contra as minhas propostas. Não é nada disso! É que a gente está tentando justamente achar um ponto de convergência porque todos nós estamos trabalhando em prol de melhorar a acessibilidade.

Enfim, a gente veio conversando... Uma das coisas que nos chamou a atenção foi a seguinte: as pessoas acordaram para a questão da mobilidade, da acessibilidade, do transporte e que isso tem um forte componente de se planejar as cidades.

Eu acredito que isso tem a ver com o fato de as cidades hoje serem maioria nos países desenvolvidos. Antigamente não o era: o campo era maioria e a cidade era minoria. Então, eu acho que, como as cidades cresceram muito, houve uma abertura dos olhos nesse sentido.

Então, eu trouxe uma apresentação para poder conversar, mostrar. Eu espero fazer isso dentro destes dez ou quinze minutos.

Então, vamos lá.

Por favor...

Por que as pessoas vão morar nas cidades?

A gente conseguiu listar algumas coisas mais importantes. Nasceram lá. É o primeiro motivo. Você nasceu numa cidade; então, sua tendência de ser um ser urbano é muito maior do a de quem mora no campo. OK?

Segundo ponto: oportunidades de trabalho. Você, várias vezes, vê pessoas, ou já passou por isso, que no campo, nas regiões mais internas, falta oportunidade de trabalho. Você pode até ganhar, mas você não ganha o que você desejaria. Então, você resolve mudar-se para a cidade, na possibilidade de ganhar mais. Uma das coisas que mais atrai na cidade é a possibilidade de estudar, desde escola para as crianças até escolas técnicas, até grandes universidades. Essa é característica bem típica de grandes cidades. Uma das coisas mais importantes que existem é quando um governo resolve levar uma universidade para o interior do país. Isso tem um efeito desenvolvedor muito grande.

Uma pausa.

Senador, no seu Estado há uma universidade chamada Universidade Federal dos Pampas. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em Bagé.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Isso. Eu descobri que ela é uma universidade que tem vários *campi* espalhados ao longo do Rio Grande do Sul. Isso faz parte de um projeto de se expandir o ensino superior pelo País. Querendo, ou não, isso influencia tremendamente uma cidade, porque várias vezes a cidade lota de gente em função de um bom centro de ensino. Quando você tem um bom centro de ensino interiorizado, você forma uma rede de conhecimento naquela área e não fica dependendo da grande cidade. É bem interessante, e isso está sendo feito no Governo. É uma coisa muito boa.

Quarto ponto para poderem as pessoas habitar uma cidade: saúde. Tanto a saúde preventiva que eu chamo, por exemplo, ter bons hábitos esportivos, como a saúde corretiva mesmo, quando você precisa de uma operação, alguma coisa. Então, as cidades têm a característica de terem o centro de saúde. Aí vocês podem observar – segure essa tela, por gentileza, – que eu fiz duas comparações: a da esquerda, embaixo, é a China, de 1950 até uma projeção a 2050; a de cima é a o Brasil. Na do Brasil, que está em cima, à direita, a coluninha em azul é a proporção de habitantes de cidades.

No início da tabela, no cantinho esquerdo, vocês vão ver que a coluninha azul, em 1940, era menor; e a vermelha, que era quem habitava o campo, era maior. Se vocês forem agora para a última, que é a projeção para 2050, vejam o tamanho da coluna dos habitantes das cidades e o tamainho da coluna dos habitantes rurais. Isso é um processo de desenvolvimento que ocorre não só no Brasil como também na China. Embaixo, aquele em amarelo e vermelho, é a China. O amarelo é a população rural, e o vermelho é a população urbana. Não esqueçam que a China hoje tem 1 bilhão e 400 milhões de habitantes. São sete Brasis, pelo menos, dentro da China. Então, não achem que o movimento na China está lento, não; está muito rápido. Um por cento da população da China hoje é quase 14 milhões de habitantes. É muita coisa. Estão entendendo? Uma minoria na China tem 50 milhões de habitantes, assim, para números baixos.

Vejam o impacto que causa essa quantidade de gente indo para a cidade no mundo todo.

Pode ir adiante, por favor.

Olha: em 1961, a Coréia do Sul era um país muito destruído pela guerra. Havia uma grande quantidade de pessoas vivendo na margem de rios, favelas. Hoje você vê que no ano passado, em 2011, a mesma margem do rio foi recuperada e hoje ela é habitada, no sentido de coabitada, no sentido de que ela é frequentada pela população, que voltou a utilizar um rio despoluído, limpo, para cortar essa cidade. O rio não é simplesmente um local para jogar esgoto; é um local de vida.

Então, veja a diferença da abordagem. A Seul eu vou voltar mais adiante.

Pode ir, por favor.

A ilha de Manhattan, em Nova York, em 1931 e em 2005. Vejam que, mesmo em 1931, já havendo alguns arranha-céus. Vocês estão vendo um dirigível passando, não é o dirigível Hindenburg, mas um dirigível americano.

Embaixo, em 2005, vocês estão vendo a ilha de Manhattan, mais ou menos a mesma região, e como há uma quantidade muito maior de prédios, concentração e grandes arranha-céus.

Adiante, por favor.

Singapura em 1964 e em 2004. Singapura – Ásia –, um dos Tigres Asiáticos.

Rio de Janeiro – 1890 e 2005.

Vejam a diferença tanto nesta parte mais embaixo, da chamada enseada de Botafogo e até onde seus olhos conseguirem ter definição, quanto de toda a região ao norte, indo para Niterói, o norte do Estado também bem mais habitada.

Porto Alegre – 1890 e 2009.

A legenda da foto de 1890 dizia que era perto do Mercado Municipal, só não sei de que ângulo. Não sei exatamente se é do alto de um morro ou se é de um prédio. Talvez o Senador consiga, com seu olho recuperar melhor a informação. Eu, pessoalmente, não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou tentando localizar ali.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – A parte de baixo está fácil, não é? Está ali a ponte em frente ao Guaíba, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A ponte em frente ao Guaíba.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Saída para Pelotas.

Nós temos, então, a parte anterior da cidade.

Vejam como a cidade se espalha. Vejam como é fácil o espalhar da cidade, porque a cidade vai para as partes mais baixas, não é isso? A parte mais baixa é mais fácil de deslocar. A chuva também. Ela escolhe a parte mais baixa. Por isso é que as chuvas e as cidades têm um relacionamento muito forte.

Vamos adiante.

Salvador, 1890 e 2010. Eu sei que a parte ali de cima é alguma coisa com vermelho. Eu me lembro de que tem alguma coisa relativa... Rio Vermelho, perto do Rio Vermelho. Isso, perto do Rio Vermelho. Exatamente, essa foto é perto do Rio Vermelho, e embaixo é a Paralela, a Avenida Paralela de Salvador, já bem caracterizada como uma... Ela deixou de ter aquela característica leve e urbana para ter uma característica forte, pesada, tráfico pesado.

Vamos lá.

Eu peguei essa foto, de 1960, de Brasília, para vocês perceberem que quando Brasília foi construída não havia congestionamentos. O primeiro congestionamento de que eu me lembro aqui em Brasília foi por conta do movimento pelas "Diretas Já", em 19 de abril de 1984, quando pela primeira vez se congestionou as seis faixas de ida e de volta do Eixo Monumental, porque era proibida a concentração. Brasília tinha sofrido um ato de exceção. O executor do ato de exceção era o Gen. Newton Cruz e o Gen. Newton Cruz, do alto de sua posição de força, não queria que houvesse concentrações. E um dos símbolos da briga pelas eleições diretas era buzinar o carro. Então, o que aconteceu? Fez-se o primeiro congestionamento na história de Brasília, todo mundo buzinando, Newton Cruz louco entre os carros, querendo prender todos; enfim, ele contra o Brasil. E foi a primeira vez que eu vi um congestionamento em Brasília. A partir daí eu percebi que podia ocorrer e hoje Brasília é uma cidade como qualquer outra, que congestiona Assim, quantas faixas forem construídas vão ficar congestionadas dada a quantidade de automóveis.

Tóquio, 1945, logo após o final da Segunda Guerra. Ela está bem destruída pelos bombardeiros. Vocês podem perceber que o que existe ainda em pé quase sempre são esqueletos, com poucas exceções. Quase tudo é esqueleto.

Em 2007, você vê que Tóquio foi completamente reconstruída.

Vamos lá.

Esse ângulo, para os senhores terem uma ideia, é um ângulo da cidade do México A pequenina cidade do México tem 20 milhões de habitantes. Ela é literalmente uma cidade espalhada. Ela foi construída sobre a antiga capital asteca. Quando os mexicanos tomaram o México, aproveitaram a área; parte da população ficou; é a população de origem asteca e maia um pouco também e que tradicionalmente é a população mais pobre.

Vamos lá.

A cidade do México hoje tem 20 milhões de habitantes; tem mais de 200 quilômetros de linhas de metrô e transporta 4 milhões de passageiros/dia, mas 4 milhões efetivos. Não é que o sujeito trocou de um trem e pegou outro trem na mesma estação e isso é caracterizado como sendo 2 passageiros. Não, são 4 milhões mesmo, por dia.

Ali em cima, o que eu botei em destaque é o tamaninho da rede do metrô do México. Eles têm 12 linhas nesses tais 200 quilômetros de linhas.

Vamos lá.

Tóquio tem 13 milhões de habitantes e tem 203 quilômetros de linhas e transporta 6, 300 milhões de passageiros/dia.

Ao lado é o mapa da linha de Tóquio.

O Rio de Janeiro "urbou" com os Municípios vizinhos, por exemplo, "urbou" com Nova Iguaçu, "urbou" com vários outros Municípios em volta. Então, se incluirmos tudo isso, a gente trabalha com 13 milhões de habitantes. São 41 quilômetros de linhas de metrô, sendo apenas 2 linhas. E eles calculam em 1, 100 milhão passageiros/dia. Não é tudo isso. Também não chega a ser tudo isso não. Mas é muita gente. Talvez seja 1 milhão de passageiros. É bem próximo disso.

Vamos lá.

O próximo.

São Paulo. Esse eu acho interessante, porque, na foto anterior, eu estava pegando o Morro Dois Irmãos

pela favela da Rocinha. Eu não me lembro do nome desse bairro em São Paulo. Mas vocês percebem que ao lado da favela tem uma série de condomínios de luxo. Conseguem perceber isso? Então, São Paulo tem esse aspecto contrastante muito forte e que tem de ser tratado.

Quando a gente falou hoje dos 10 anos do Estatuto das Cidades, uma grande característica do Estatuto das Cidades é tentar nortear linhas de melhoria social, de melhoria de vida das cidades. Não deixar as pessoas abandonadas. Reconhece-se que as favelas são locais consolidados e as pessoas têm direito a se transformarem em comunidades e bairros e terem escrituras, terem toda a sua vida organizada. E o equivalente a isso nas outras cidades também.

Então, esse é um dos enforques legais do Estatuto das Cidades.

Vamos lá.

O próximo.

Porto Alegre, de novo, 1,400 milhão habitantes,. 34 quilômetros de linhas de metrô; 203 mil passageiros por dia, sendo que estão em construção 3 estações hoje, prosseguindo a linha do metrô de Porto Alegre. Se eu não me engano, está indo até Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Hoje chega até São Leopoldo. Você sai lá do centro, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso!

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E vai até São Leopoldo, que o pessoal lá chama de São Léo. Só que agora está sendo construída mais uma extensão que vai até Novo Hamburgo, cidade forte, colonização alemã, não é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande produtora de calçados.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Bem importante economicamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito importante, uma das maiores cidades do Estado.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E o que acontece? Quando você consegue ligar as cidades com um transporte eficiente, bom, você consegue fazer com que as cidades se desenvolvam de uma maneira sustentável. Isso é muito bom, isso é muito importante.

Vamos lá adiante.

Belo Horizonte, que tem um metrô muito subutilizado, é uma pena. É um cidade de 3 milhões de habitantes e só tem uma única linha e transporta hoje em torno de 215 mil passageiros. Falta – isso é muito importante, é uma coisa muito importante, os governos têm de deixar as diferenças de lado e têm de entender que essa área de transporte é uma área estratégica para o seu planejamento. Não tem cabimento Belo Horizonte é uma cidade construída no centro de um grande caldeirão. A construção da cidade somada à circulação dos automóveis faz com que o centro da cidade de Belo Horizonte seja 3 a 4 graus mais quente do que as regiões mais afastadas. Se considerarmos a parte mais de cima das colinas, dos morros, dos morros em volta de Belo Horizonte, a diferença às vezes chega até 10 graus. É um troço muito forte. E isso se deve à desarborização, ao excesso de asfalto, ao concreto e à grande circulação de automóveis, automóveis movidos a motor à explosão.

Vamos lá.

Recife, cujo núcleo tem 1,5 milhão de habitantes, e somando em volta nós chegamos a 3,5 milhões de habitantes. Tem 2 linhas, 40 quilômetros de linhas e transporta 275 mil passageiros/dia. Também está subutilizado. Poderia ser muito melhor.

Distrito Federal – também subutilizado. Tem uma linha de 42 quilômetros. Tem hoje o Distrito Federal 2,400 milhões habitantes. Se somarmos isso aos que vêm diariamente, chegaremos a 2,600 milhões de habitantes, 2,700 milhões de habitantes. E o Distrito Federal está travando, essa é a expressão. E se o Distrito Federal está travando as outras cidades do Brasil com certeza também vão estar.

Adiante.

Isto é sempre uma coisa que eu gosto de falar: o impacto de qualquer aumento no transporte no bolso do trabalhador. Cinquenta centavos numa passagem de ônibus representam R$20 a menos no orçamento do trabalhador. Esse é um dinheiro suficiente para comprar, em média, pessoal, não quer dizer necessariamente, mas em média, 100 pães num mês, 15 litros de leite num mês; 2 quilos de carne ou 7, 5 quilos de feijão ou 14... Não, já não dá mais 14. Vamos botar uns 10 quilos de açúcar. Então, é dinheiro. Isso faz falta no bolso das pessoas.

Vamos lá.

Esse caso eu recortei era de 2006. Havia um grande problema de transporte de alunos da casa para a escola, da escola para a casa, no Distrito Federal. E isso não é só no Distrito Federal. É em São Paulo, é no Rio, é em Belo Horizonte, e não geralmente nas grandes capitais. É mais para o interior hoje. Mesmo assim é difícil, é difícil.

Então, o que acontece? Essa senhora, mãe de uma criança, de um menino, ela era de baixa renda, você poderia chamá-la de classe E, e a escola perto da casa dela não ia funcionar por qualquer que seja o

motivo. E ela estava obrigada, então, a ter de matricular o filho dela numa escola em que o menino precisava pegar ônibus. Se precisasse pagar a passagem de ônibus, o menino não ia poder estudar, o que significa você estar condenando a pobreza.

Então, não é somente oferecer educação, e se vire. Você tem de dar os meios, e um dos meios dentro da cidade é o transporte.

Os pedestres têm essa boa característica, estarem sujeitos a todo tipo de intempérie. No Brasil não neva muito, somente no Sul, em alguns momentos raros; mas, aqui no Brasil, chove muito e o pedestre sofre com a chuva.

Os ciclistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar aqui, como esclarecedor dos fatos na minha cidade. O gabinete me informa que o metrô praticamente já está em Novo Hamburgo; é uma questão apenas de inaugurar e de alguns cuidados básicos, detalhes finais, mas praticamente está em Novo Hamburgo já.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Olha, que coisa boa!

A preocupação, então, com a implantação de sistemas de transporte é uma questão estratégica para você desenvolver uma cidade, uma região, um país.

Eu vim até conversando com o Nazareno dizendo o seguinte: eu imagino que a gente está pensando num projeto de país para, no mínimo, os próximos cem anos, por isso que às vezes estou brigando e dizendo que essa é uma solução temporária e que já temos que pensar em uma solução definitiva, porque tudo no governo é lento, tudo no governo demora muito. Então, se você não pensar logo na melhor solução, você ficar na solução média, sabe quando é que você vai fazer a solução ideal, a que nos diferencia do desenvolvimento, daqui a 50 ou 100 anos. Então estaremos perdendo o tempo da história.

Vamos lá. Os ciclistas representam populações que ganham até três salários mínimos: R$1.500,00, R$1.600,00, R$1.700,00 por mês. O que acontece? Longe de ser uma categoria dos trabalhadores ciclistas, que são pessoas que ganham muito bem, descoladas – não –, o ciclista básico nas cidades brasileiras é uma população de baixa renda que está ralando muito para poder trabalhar e ganhar o dinheiro dele. Então, é muito importante dar as condições para eles poderem trafegar.

Vamos lá.

Os automóveis – voltamos à questão. As cidades estão entupidas, não cabe mais automóvel. Vai ser importante lembrar que uma das poucas coisas consensuais assinadas no documento da Rio+20 foi o reconhecimento de políticas para desestimular o transporte individual poluente. Deem-me ou se quiserem procurem as palavras exatas, mas uma das poucas coisas que a Rio+20 conseguiu tirar de positivo foi perceber que essa opção de transporte rodoviário poluente individual está prejudicando o Planeta. Prejudica a pessoa e as cidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para deixar para a reflexão de todos, dar uma cutucada, no bom sentido.

Para onde vai a indústria automobilística se esse fato é real, de que as cidades não comportam mais veículos. E uma grande esmola ainda do nosso País é a indústria dos automóveis. É algo que temos que refletir para o futuro.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Temos que planejar alguma coisa positiva para que todo esse esforço produtivo seja direcionado, e tem de ser bem planejado. Às vezes, a gente discute eles entrarem na indústria metroferroviária, eles sentarem força nessa área, porque já que ela é tão importante, ela não pode ser desprezada. Mas não podemos deixar que isso continue ocorrer. Ninguém está aqui querendo proibir que as pessoas tenham o seu automóvel ou não. Não. Todo mundo tem direito a ter as coisas boas que lhe forem possíveis comprar honestamente. Mas o que a gente está colocando é que não está cabendo, não dá. E a pessoa não vai vender um carro de três anos, que nem pagou, para comprar um novo modelo que acabou de ser lançado. Não dá para fazer mais isso. E vamos fazer o quê, abandonar a grandes pilhas de automóveis? Vamos fazer lixões de automóveis e picotá-los? E aí, vamos fazer o quê com isso? Está entendendo? É um problema ambiental muito grande. É um problema social muito grande.

Vamos lá. Ônibus. Essa imagem é uma estação, ponto, em Bogotá, onde essa linha de ônibus, esses ônibus vermelhos são chamados de transmilênios lá, porque eles foram feitos mais ou menos no início do ano 2000. Eles são de um sistema que eles utilizam muito uma parte da experiência de Curitiba, de ônibus articulados correndo por sistema segregado. Só que eu acho um sistema de Curitiba piorado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – A gente está aqui para isso, Nazareno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom que haja discordância, para que o debate vá evoluindo.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Por que eu acho piorado? Porque o sistema de Curitiba permite uma troca de passageiros de um ônibus para o outro de uma estação tubo em condições muito confortáveis,

ou pelo menos muito melhores do que as condições que a população de Bogotá está utilizando. Se vocês me disserem que antes do transmilênio a população de Bogotá não tinha nem isso, eu vou concordar, está OK? Concordo, realmente, eles não tinham. Mas, o que eu acho é que a solução do transmilênio já se esgotou, e aí eu vou explicando ao longo da minha fala.

Vamos lá adiante.

O termo ônibus vem de carroça, porque a população que não tinha dinheiro para ter seu próprio cavalo, sua própria charrete, sua própria diligência, pagar seus cavalos, essa coisa toda, pagava uma passagem para utilizar uma diligência, uma charrete, uma carroça, que em latim se chamava "para todos", porque isso havia também na Roma antiga "para todos", *omnibus*. Então ficou o termo, simplificado, ônibus, em português; em inglês você vê escrito *bus*, como eles falam.

Vamos lá.

Esse é um corte esquemático para mostrar o efeito da chuva em uma região. Chove, a água cai e, se houver terreno, ela é absorvida. Ela desliza no terreno, por gravidade, e é absorvida, e termina indo para um leito de rio.

Vamos lá.

A partir do instante em que se começa a urbanizar, vão se diminuindo as áreas em que a água da chuva pode ser absorvida. Então, essa água vai para outro lugar e vai ganhando força e vai se juntando, vai formando uma enxurradinha.

Quando você tem uma cidade muito construída, o que acontece? Você impermeabilizou de tal maneira – como vocês viram nas fotos de várias cidades – as áreas mais baixas são as mais construídas, o que acontece? Inunda, aí a cidade inunda. Aí vemos fotos, vemos matérias sobre São Paulo inundada – que novidade! –, Belo Horizonte inundada, Rio de Janeiro inundada, as cidades inundadas durante as chuvas, e aí eu pergunto: que novidade?

Quem trabalhava com planejamento sabia muito bem que se tivesse permitido esse nível de construção nas cidades brasileiras elas se tornariam inundáveis, e estão sendo inundadas.

Vamos lá adiante.

Quando você espaça a ocupação das pessoas e as pessoas aceitam morar e trabalhar mais espaçadas porque elas têm um sistema de transporte eficiente, você diminui o impacto sobre o solo. Então as águas passam a cair e o nível de inundação é muito menor. Não vou dizer que vai reduzir a zero, mas você reduz terrivelmente a quantidade de água e transforma as cidades em locais habitáveis.

Vamos lá.

O que eu estava colocando antes e que recupero aqui na fala é o seguinte: nós temos hoje 44% da área urbana das cidades norte-americanas ocupadas em função do carro. É muito, gente! Parem para pensar. O resto você tem de dividir entre habitações locais de trabalho. É muito, muito, muito. Não se pode privilegiar o automóvel.

Olhem como fica Belo Horizonte quando chove. Na foto abaixo, aquele conjunto residencial e a terra caindo, reparem que lá embaixo, na terra, tem o asfalto. Ou seja, rasgou-se o morro para fazer uma via; no que rasgou o morro, o morro é de terra, a água quando chove se infiltra na terra, o morro desaba. Não sei se desabaram os condomínios ali em cima, mas eles eram os próximos a cair.

Vamos lá adiante.

Salvador, inundação também; Curitiba também inunda.

Adiante.

Essa é uma vista de satélite do Rio de Janeiro. A área cinza são as áreas construídas, as áreas verdes são as mais preservadas. Vejam como a área cinza é presente.

Próximo.

São Paulo: essa imagem de São Paulo, na verdade, não está na mesma escala da anterior do Rio de Janeiro; aí dentro cabem três Rios de Janeiro, para terem uma ideia. Olhem o nível do cinza, da impermeabilização em São Paulo. É quase total.

Adiante.

Belém do Pará: já tem uma presença forte, cinza, e bem próximo do rio, sinal de que, quando o rio enche, a cidade deve inundar como Manaus.

Adiante.

Isso que eu coloquei é para lembrar o seguinte: nós temos hoje um compromisso com a Organização das Nações Unidas de reduzirmos a emissão de CO_2, e a emissão de CO_2 é uma das maiores causas de aquecimento global. Isso mostra que, naquele círculo lá em cima, aquela *pizza* de cor salmão, abóbora, ela representa emissão de CO_2 e parte disso, grande parte disso, grande parte, pelo menos 14%, 15% é resultado da queima de CO_2 de automóveis.

Adiante.

O CO_2 era utilizado inclusive para poder matar prisioneiros pelos nazistas antes de eles trabalharem com câmaras de gás. Esse caminhão era adaptado para colocar as vítimas dentro dele e o gás era jogado dentro pela queima do motor. Daí vocês concluírem se o CO_2 é um gás venenoso ou não.

Vamos adiante.

As soluções. A primeira coisa é recuperar o espaço ecológico. Onde tivermos baixa circulação de automóvel utilizar pisos permeáveis.

Adiante.

A Coréia fez um processo violento de retirada de viadutos e asfaltos porque ela estava se tornando inabitável. Como ela, como o Brasil, foi ser sede de jogos olímpicos e sede de copa do mundo, ela investiu muito em transporte, só que ela se preocupou em retirar o transporte individual e recuperar as vias da cidade. O viaduto está sobre o rio, que está a sua direita...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Três minutos, por favor.

Em alguns locais, foram mantidos ainda os pilares do viaduto para servirem de lembrança, para não construírem mais essa quantidade de permeabilizantes urbanos.

Adiante.

Aí é uma comparação rápida de vans. Estou mostrando que vans levam 20 pessoas e ônibus 50 pessoas.

Adiante.

Um ônibus articulado, até 120 pessoas; ônibus biarticulado até 160 pessoas.

Adiante.

Um veículo elétrico leve sobre pneus, que é o ônibus elétrico mais moderno que tem, até 180 pessoas. Um VLT, 380.

E aí temos duas outras opções.

Vamos lá adiante.

Nós temos o monotrilho, porque lá no Sul não chamam de aeromóvel, e finalmente resolveram retomar a construção do aeromóvel em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ficou parado por algumas décadas.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – E era uma tecnologia pioneira, porque era um sistema de monotrilho onde se utilizava ar comprimido. O que acontecia? Era uma coisa que não era feita no resto do mundo, tornou-se eficiente, e o Brasil poderia estar hoje na frente. É como Santos Dumont: a gente cria e depois vai comprar dos outros. É terrível.

Vamos lá.

Metrô. Um metrô e um trem suburbano: um trem leva até 1.840 pessoas. Para termos uma noção de volume de pessoas.

Vamos chegar agora ao eixo, Senador. Eu lhe peço, só para terminar essa parte.

Vamos lá adiante.

O que é integração? Integração é você utilizar uma única passagem, de preço módico, para pegar vários sistemas de transportes; como a gente diz, vários meios de transporte. Ou, para a gente que é do ramo, modais. O que acontece? Com uma única passagem, você pega um trem, do trem você pega uma barca, da barca pega um metrô, do metrô você pega um VLT, pega um aeromóvel, ou um monotrilho, tudo com a mesma passagem. Então você se locomove na cidade. Isso é feito pela integração, é todo mundo aceitando o mesmo sistema de pagamento. É bem interessante.

Adiante.

Acessibilidade. O nivelamento das calçadas e das calçadas aos veículos é condição obrigatória. O transporte começa quando você passou pela porta de sua casa e foi para a rua. Se a rua não for lisa, você não consegue se locomover direito; um cadeirante não consegue passar; um carrinho de bebê não consegue passar; um idoso com dificuldades de locomoção não consegue passar; um deficiente visual, um cego, se ele não tiver trilhas, é muito difícil ele entrar em um ambiente novo.

Vamos outra, por favor.

Nessa foto da esquerda, o que está em amarelo são as trilhas para os deficientes visuais, cegos que se utilizam de bengala. A bengala vai passando por ali e serve de guia, e a pessoa se locomove; e a rampa serve para tudo que é com rodas e as pessoas com dificuldades de locomoção poderem subir e descer, e, assim, entrarem nos veículos de transporte.

Vamos adiante.

Reparem que as ciclovias estão separadas fisicamente das ruas como uma maneira de proteger os ciclistas, porque existe uma discussão muito forte hoje de se colocar o ciclista no meio da rua. É muito bonito isso, mas morre muito ciclista. Um carro quando esbarra com o outro, mesmo involuntariamente, só amassa ou raspa a tinta; um ciclista pode matar. Então, para evitar a quantidade desnecessária de mortes, a gente propõe divisão, divisão. Com essa divisão, a gente consegue preservar a vida das pessoas. Só em 2010 morreram mais de 2 mil ciclistas brasileiros atropelados no Brasil, por conta dessa coisa de andarem juntos.

Próximo.

Isso implica em termos grandes bicicletários, locais de aluguel de bicicletas e vestiários. Num país tropical, como as pessoas vão poder andar de bicicleta para cima e para baixo, chegando a seus locais de trabalho suados? Então é uma concepção que tem que ser pensada: vestiários. É bom, quando se for pensar em prédios públicos, quando se for pensar em locais de grande concentração humana, isso é uma coisa para o plano diretor das cidades, levar em consideração que as novas construções têm de ter vestiários, por que senão como as pessoas vão usar ciclovias, como vão usar bicicletas confortavelmente?

Adiante.

Ônibus elétricos. Não sou contrário a ônibus – estava até explicando isso, Nazareno. Porque os ônibus elétricos têm um impacto muito baixo no meio ambiente; VLT elétricos e vans elétricas.

Adiante.

Mais VLT e monotrilhos. No canto superior direito é o futuro monotrilho em São Paulo. É o projeto dele, de uma empresa que não vou citar o nome para não fazer o *marketing*. Trata-se de um projeto muito interessante; vai levar mil passageiros.

Então, vejam só que é uma solução que evita destruir embaixo, porque São Paulo está muito congestionada embaixo; há problemas subterrâneos e eles fizeram para cima. É bem interessante isso!

Vamos adiante.

Finalmente, metrôs. Metrôs, trens suburbanos – o da direita é o da Transurb (Transporte Coletivo Urbano de Bauru); o da esquerda eu acho que é de Nagoya, mas não tenho certeza; o de baixo é o de Brasília.

Vejam que eles podem ser subterrâneos, semienterrados, podem ser de superfície – o principal é que cumprem a função.

Próximo.

Friso de novo: integração tarifária, com preços módicos, condição fundamental.

Próximo.

Isso é impacto numa cidade, quando se adotam essas políticas. Olhem só: essa é a mensagem que eu gostaria de colocar. A cidade anterior era uma péssima imagem; nessa agora você veja: calçadas largas, arborização, VLT, espaço para ciclovias, espaço para pedestres. Vejam o espaço da calçada reservado aos pedestres. Vejam só! E não se não proibindo automóvel; a última faixa à direita é a dos automóveis.

Próximo.

Pode ir adiante.

Prestem bem atenção a essa rua. É uma rua típica.

É isso, é esse efeito. Não vou declinar o nome para não ficar setorizando. Trata-se de uma rua típica no Brasil. Simplesmente você entra com um projeto juntando meio ambiente, transporte, acessibilidade, mobilidade, integração.

A cidade muda, gente, a cidade ganha características acolhedoras e acessíveis. Isso é o século 21. É isso que estamos dizendo. Essa é a proposta para o século 21.

Vamos lá.

Então, Senador, eu queria agradecer. O que estamos colocando é que chegamos ao século 21. Temos que pegar as coisas do século 20 e olhá-las com uma visão agora voltada para esses conceitos novos que surgiram de meio ambiente, sobrevivência, qualidade de vida, direitos para todos.

Senador, saudando os dez anos do Estatuto, agradecendo mais uma vez o convite – sempre é um prazer. Espero poder contribuir sempre que o senhor precisar, com os trabalhos que a gente tem feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Professor Carlos Penna Brescianini, mestre em políticas públicas e formas alternativas de energia.

Parabéns pela sua exposição!

Parabéns também à Drª Carolina!

Depois, durante o debate, vamos aprofundando.

De imediato, vamos ao Presidente da ONG Rodas da Paz, Sr. Uirá Felipe Lourenço.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Bom dia a todos, bom dia aos presentes; parabenizo o Senador pelo ótimo evento, pela ótima discussão; o Carlos até já adiantou um pouco o meu trabalho. Realmente, quando se fala de cidades tem que se falar de mobilidade, do direito ao acesso, que é de todos direito ao acesso, que é de todos, não é só dos carros. Falar da questão da mobilidade urbana, contextualizar e focar na questão da bicicleta, que é uma grande alternativa a esse caos.

Pode passar.

Temos aí um sistema de transportes nas cidades que é caracterizado pelo sucateamento do transporte coletivo, uma frota motorizada crescente de carros e motos, motos em especial, nos últimos anos, frota que vem crescendo, vem crescendo o número de mortes. E as obras viárias geralmente são destinadas justamente aos automóveis, para a ampliação do espaço do rei automóvel, inclusive com incentivos fiscais por parte do governo.

Pode passar.

Então, esse cenário, essa situação gera o caos.

Pode passar.

Manchete recente: mais uma vez o Governo Federal reduziu o IPI dos automóveis e, até reforçando o que o Carlos já falou, aqui não se fala em restringir a posse do automóvel. A questão não é essa. A questão é incentivar outras formas e não o automóvel. Quer dizer, a pessoa pode, sim, ter o automóvel, mas o que realmente condenamos é essa dependência excessiva no dia adia. Ou seja, o carro é de passeio, não é para ser usado no dia a dia. Percebemos nas grandes cidades e inclusive aqui em Brasília, a cidade feita para os automóveis e está parando, num resultado claro de que essa política realmente é totalmente ultrapassada.

Pode passar.

Esse resultado, essa situação de caos, de congestionamento e de poluição está espalhado pelo País inteiro. Gosto de usar sempre imagens porque realmen-

te fica muito mais claro do que ficar falando. Então, de norte a sul do País, é essa a situação. Isso gera vários problemas de poluição, de perda de produtividade, de acidentes, de obesidade – a questão da saúde que é muito importante ressaltar, com uma população muito acomodada, com transporte individual motorizado e se exercita pouco; quer dizer, mais um fator que contribui para a questão da saúde pública.

Pode passar.

Alguns dados, apenas para contextualizar. O transporte é a principal fonte de poluição nas cidades. Aí os números conservadores de mortes decorrentes do trânsito, de 40 mil – fala-se até em números acima. E não são só as mortes, são milhares de feridos, quase um milhão de feridos por ano; desses, pelo menos 150 mil com sequelas irreversíveis. Também a questão econômica de perda de produtividade. Enfim, vários problemas.

Pode passar.

Temos dois caminhos para enfrentar essa situação. Podemos continuar com essa lógica rodoviarista, de incentivo ao transporte individual motorizado, ou tentar reverter esse processo e humanizar as cidades, o que tem feito cidades modernas, em especial as da Europa, com grandes exemplos, como Amsterdam, Copenhagen, Paris.

Pode passar.

E aí passa pela questão já falada, em que cidade preferimos viver: preferimos uma cidade voltada às pessoas, com qualidade de vida, com espaço para circulação não motorizada, com espaço para lazer, para cultura, com bibliotecas, ou queremos uma cidade com espaço quase que exclusivo para o rei automóvel?

Essa pergunta é fundamental que se faça.

Pode passar.

As características de cidades/pessoas e de cidades/motores, o contraste, as vantagens dessas cidades pensadas para as pessoas e as inúmeras desvantagens das cidades voltadas para os automóveis.

Pode passar.

E aí é um círculo vicioso de incentivo ao carro. Com o incentivo ao automóvel, temos mais motoristas, mais pessoas que recorrem ao automóvel; logo se tem a saturação das vias, saturação de estacionamentos, mais congestionamentos, e aí o transporte público também se torna mais lento e caro, com riscos maiores para pedestres e ciclistas; mais poluição. Aí o governo vem com mais investimentos em pistas, viadutos, túneis, o que vai dar continuidade a esse círculo do mal.

Pode passar.

Precisamos realmente mudar o conceito das cidades, passar desse incentivo ao transporte individual motorizado para o incentivo aos modos coletivos e não motorizados. Essa é a saída; cidades modernas têm feito isso.

Pode passar.

E a bicicleta surge como alternativa a esse caos automotivo.

E aí se pode falar: mas isso é coisa de europeu, é coisa do exterior, não cabe para a gente num clima tropical.

Pode passar.

Essa seria uma realidade utópica, algo realmente fora da nossa realidade.

Será que realmente é coisa de europeu a bicicleta? E aí eu trouxe várias imagens da bicicleta nas nossas cidades, nas cidades brasileiras. Para ficar bem claro que isso não é coisa de europeu, peguei de várias cidades do Brasil, de norte a sul. São algumas imagens do Espírito Santo. Enfim, para fazer compras, para levar os meninos ao colégio, para levar ao posto de saúde; peguei uma parte muito pequena do meu acervo de várias cidades, para tentar tirar essa imagem, esse mito que não somos um país feito para bicicletas.

Então, a bicicleta é uma realidade, seja para transportar cargas, pessoas, a família inteira em alguns casos.

Pode passar.

Enfim, algumas situações bem nossas, brasileiras.

Realmente, precisamos pensar, incentivar esse tipo de transporte. As cidades precisam desse tipo de locomoção.

Pode passar.

Mais algumas situações do Sul, Florianópolis, Curitiba. Infelizmente, não conheço bem Porto Alegre; não estão aqui contemplados, mas imagino que seja a mesma situação.

Só para falar um pouco da bicicleta nas cidades do Brasil, apesar das dificuldades ainda de infraestrutura, de educação, de segurança, é uma realidade, uma opção utilizada em especial pelas camadas pobres, por razões econômicas, mas que vêm crescendo nas outras camadas.

Mais algumas imagens de Vitória e dá para ver que o fluxo é bem significativo; ali na orla de Santos também é bem interessante, onde tem uma ciclovia de fluxo enorme.

Pode passar.

Como falei, a bicicleta realmente tem sido mais adotada pelas outras classes sociais, inclusive há um Movimento Cycle Chic, com as pessoas que se vestem normalmente, com roupa de trabalho, e vão de bicicleta.

Pode passar.

A questão do mercado de bicicletas, a frota grande. O Brasil é um dos grandes produtores. Tem o transporte de carga que é significativo. Muitas vezes as

pessoas não se dão conta, mas existe. Infelizmente, ainda tem poucas opções de modelo. Vamos para as cidades europeias, com uma cultura forte de bicicleta, onde há modelos verdadeiramente urbanos, que vêm com bagageiro, com cestinha, vêm com protetor de corrente. E aqui no Brasil a gente tem que adaptar. Minha bicicleta mesmo é toda adaptada com esses acessórios que facilitam para o uso urbano. Geralmente, o que encontramos no mercado é *mountain bike*. E aí até responde um pouco o questionamento do Senador, quer dizer, a questão da indústria automotiva que é importante. Digamos que um enfraquecimento da indústria automotiva, resultante desse incentivo, tanto a bicicleta quanto o transporte público, na verdade, eu vejo que haveria uma migração de recursos, de empregados para esses outros setores. Quer dizer, a indústria automotiva pode perder um pouco de espaço, mas a indústria da bicicleta, a indústria do ônibus, a indústria do metrô com certeza vai realmente absorver trabalhadores. Inclusive há dados de que se empregam muito mais nesses outros setores da indústria. Sem contar outros mercados, como o comércio de lojas de bicicletas, de acessórios, enfim, é uma questão também interessante o que esse incentivo traz como resultado econômico.

Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras grandes cidades a gente percebe um aumento no uso da bicicleta, até por conta, nas cidades que temos hoje, as grandes cidades brasileiras, como São Paulo, que deve ter velocidade média de 13km/h em horários de pico. A velocidade da bicicleta é a 20, 25km/h. Então, cada vez mais a bicicleta vai se tornar mais atraente por conta justamente desse caos. Então que, realmente, estejamos atentos e incentivemos esse modo de locomoção.

Pode passar. Mais alguns exemplos do uso em cidades nossas.

Pode passar. E, infelizmente, do ponto de vista governamental, a gente ainda tenha essa situação: ao invés de se incentivar, tem-se infraestrutura na cidade que proíbe até a circulação, tanto de pessoas de bicicleta quanto a pé, porque são verdadeiros monumentos ao automóvel. Então, um contraste. Ao mesmo tempo em que percebemos esse uso intenso de bicicleta, o governo ainda não atende satisfatoriamente a essa demanda.

Pode passar. Percebemos também uma demanda reprimida. Fala-se, às vezes, que não vale a pena investir porque não se tem um número significativo, as pessoas não querem. E percebemos imagens. Ali no canto superior esquerdo é o terminal de ônibus de Florianópolis, onde não tem bicicletário. As bicicletas ficam ali estacionadas do lado de fora. Percebe-se um número bem razoável de bicicletas. Mesmo com infraestrutura não adequada, as pessoas estão usando e estão fazendo integração ao transporte coletivo.

À direita aqui, no metrô de Samambaia, tem até algumas vagas para bicicletas. Dá para ver, mais embaixo. Mas as pessoas, obviamente, vão parar onde é mais seguro, mais próximo do acesso. Então, tem um corrimão cheio de bicicletas, o que demonstra que as pessoas estão, sim, usando.

Uma imagem curiosa ali embaixo. Em Belém, um prédio em construção, muitas pessoas que trabalham nessa obra vão de bicicleta. E nasceu uma árvore de bicicletas ali. Na falta de infraestrutura adequada, a árvore virou um bicicletário.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Esse tipo de atitude é a correta. Longe de se criticar, não é? Isso daí é o corretíssimo.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Claro, o uso do espaço público para um transporte saudável. Acho que isso demonstra que as pessoas estão, sim, usando.

Pode passar. Para não falar só maus exemplos, mas falar também de bons exemplos que temos e deveriam ser replicados: bicicletário em Mauá, que é exemplo em nível mundial, capacidade para duas mil bicicletas. Está associado à estação de trem. Então, vagas para duas mil bicicletas e está sempre cheio.

Tem um trabalho social também muito bacana. A pessoa vai lá, tem calibrador, cafezinho e funciona 24 horas. Realmente, tem uma oficina lá dentro a preços módicos para o trabalhador que precisar fazer algum conserto da bicicleta.

Pode passar. Mais alguns bons exemplos: uma ciclovia lá em Florianópolis bem projetada, com espaço para o ciclista, espaço para o pedestre, com vagas para estacionar bicicletas. Um túnel ali em Santos, que tem passagem tanto para ciclistas quanto para pedestres. Uma ciclofaixa bem sinalizada ali no Espírito Santo. Um bicicletário associado ao terminal de ônibus e metrô em São Paulo, o Terminal Jabaquara.

Pode passar. É interessante falar um pouco da legislação. O Código de Trânsito já prevê a segurança ao não motorizado, tanto ao pedestre e ciclista. Mas, infelizmente, na prática, a gente não vê isso. Aí reforça também a questão da educação, a segurança no trânsito, que deveria ser mais bem trabalhada. Tem o princípio básico no Código de Trânsito que o maior protege o menor, um motorizado protege o não motorizado e todos protegem o pedestre. Na teoria é muito bom.

Pode passar. Ainda quanto ao Código de Trânsito, em relação ao ciclista o motorista deveria respeitar a distância lateral de segurança, de 1,5 metros. O ciclista tem preferência na via. Isso está bem claro no Código

de Trânsito. E o motorista também deveria reduzir a velocidade ao passar por um ciclista.

Pode passar. Aí um bom exemplo, a ciclista na via, uma mensagem da prefeitura, um adesivo feito pela Prefeitura de São Paulo, justamente fazendo referência ao art. 58 do Código de Trânsito, que o ciclista tem preferência. A bicicleta é um veículo e o ciclista tem preferência na via.

Pode passar. Aqui no DF, só para falar mais de forma particular, temos várias leis que incentivam o uso da bicicleta, inclusive a própria Lei Orgânica.

Pode passar. E mostrar que aqui no DF também, apesar desse contexto urbano favorável ao automóvel, temos, sim, também uma circulação razoável de bicicletas, em especial nas cidades satélites e que deve ser incentivado.

Pode passar. Alguns passos para realmente levar a bicicleta a sério: incentivos à mobilidade saudável.

Pode passar. Então, alguns itens que vou comentar com imagens.

Pode passar. A infraestrutura, que é importante, ciclovias, ciclofaixas, calçada compartilhada.

Pode passar. A questão das bicicletas públicas que no exterior se vê bastante. Paris é um dos grandes exemplos, Barcelona também. Aqui no Brasil se começou no Rio. Em São Paulo também agora começou. E até para falar também da integração, que é interessante – que o Carlos mencionou –, que é uma integração tarifária. No transporte público também pode ser associada à bicicleta pública.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Aluguel da bicicleta.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Lá em Paris o cartão que o usuário tem para o transporte coletivo é utilizado. Então, a pessoa que tem o cartão e que pode usar o ônibus, ele simplesmente passa ali – aquelas duas fotos à esquerda, no canto superior – e libera a bicicleta de forma bem prática, rápida. Percebe-se como dá para se aliar, quer dizer, a mobilidade tem que ser vista de forma ampla. E a integração também com o transporte coletivo. Realmente, a pessoa poder embarcar com a bicicleta no vagão. Ter um bicicletário coberto.

Ali uma imagem de Amsterdã. Eles têm bicicletário subterrâneos. Aqui a gente fala de estacionamentos subterrâneos para carros. Lá eles já estão bem mais avançados e se tem vagas para duas mil, quatro mil bicicletas na parte subterrânea. Ao invés de construir mais vagas para carros se constrói vagas gratuitas para quem vai de bicicleta. Seguras, cobertas e funcionam 24 horas.

Então, lá a lógica é invertida: quem vai de carro paga muito caro nas regiões centrais e quem vai de bicicleta não tem ônus nenhum e ainda tem conforto.

Ali também no ponto de ônibus vagas para bicicletas. A pessoa não precisa pedalar o trajeto inteiro. A pessoa, se não tiver condições físicas ou se preferir, vai integrar a bicicleta ao ônibus, ao metrô. Enfim, isso é uma saída. Ou se a pessoa não estiver de bicicleta, ela vai ter um sistema de bicicletas públicas, não necessariamente a bicicleta de aluguel. É bom até fazer essa distinção.

No caso de Paris até meia hora é gratuito. Então, eu passei oito dias lá e fiquei me locomovendo de bicicleta, e tem mais de mil estações de bicicleta lá na cidade e até meia hora é gratuito. Como sempre, tinha uma estação perto, dava 25 minutos, eu ia lá e trocava de bicicleta, sem nenhum ônus. Então, isso é um pouco diferente do sistema de aluguel. Quer dizer, a partir de meia hora se paga. Mas até meia hora, como tem várias estações, dá para a pessoa trocar de bicicleta e seguir sem qualquer ônus.

Pode passar. Alguns exemplos da integração. Tem um terminal de ônibus que tem bicicletário, a possibilidade de integração, de levar a bicicleta num suporte no ônibus.

Quanto à integração, temos uma das leis que realmente funciona aqui no DF. Pode-se embarcar com a bicicleta no metrô, em qualquer horário. Claro que no horário de pico se tem maior dificuldade; mas é possível. É uma lei que funciona e foi um grande ganho, especialmente para quem vem de mais longe – Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras.

Pode passar. A medida de moderação de tráfico. Não adianta só falar em infraestrutura, precisa tornar o contexto urbano mais favorável, tanto a pedestres quanto a ciclistas. No exterior se tem muito isso que chama de Zona 30. Então, diminuiu o limite de velocidade para dar maior segurança e incentivar que a pessoa pedale ou caminhe. Só isso já dá maior segurança.

Então, ali o exemplo que temos da EPTG, que se chamou de Linha Verde, aqui em Brasília, que talvez seja o pior exemplo que temos em nível nacional. Passou por uma mega ampliação, a ciclovia estava projetada, mas nunca saiu do papel e com limite de velocidade altíssimo. Enfim, realmente, o que não se deve fazer. Ali embaixo justamente o caminho que se deve seguir: reduzir o limite de velocidade, que inclusive dá maior segurança aos próprios motoristas.

Pode passar. Esses dados mostram que a questão da redução de velocidade é muito importante. Ali uma velocidade de 32km/h o risco de morte no atropelamento de pedestre é de 5%. Dobrando essa velocida-

de, o índice sobe para 85%. Quer dizer, é muito difícil se safar de um atropelamento com um carro a 64km/h.

Pode passar.

Então isso reforça a importância da redução do limite de velocidade.

Pode passar. Garantir a preferência do ciclista. Como eu falei, a gente tem aqui e está garantida em lei, mas aqui não acontece. Em cidades como Amsterdã e várias cidades da Holanda isso acontece normalmente. Perfeitamente, o motorista para e o ciclista pode passar. Inclusive, é muito bem sinalizado nos cruzamentos. Coisa que também não temos bons exemplos aqui em sinalização.

Pode passar. A bicicleta usada no policiamento comunitário, uma coisa que ainda é incipiente aqui. Tem algumas cidades, como São Paulo e Vitória, mas ainda pode se disseminar o policiamento feito de bicicleta.

Pode passar. Mais alguns exemplos, Espírito Santo se tem o policiamento. A Guarda Civil Municipal em Vitória usa a bicicleta. No exterior é bem comum.

Pode passar.

Transporte de passageiros, ali, para vocês terem ideia, a Champs– Élysées à direita e lá o Portão de Brandenburgo. Em Berlim e Paris é supercomum o uso de bicicleta para transportar passageiro. Muito mais saudável, sustentável, agradável do que ficar passando de carro, poluir e enfear a cidade. É algo que dá se perceber que é moderno.

Pode passar. Aí para mostrar mais algumas imagens realmente de quão versátil é a bicicleta para levar compras, pessoas.

Pode passar. Mais algumas imagens que mostram realmente... Às vezes, as pessoas pensam: ah, mas bicicleta é ruim. Não dá para... Só vou eu e tal. Não, inclusive aquele modelo, ali à direita, no canto superior, é muito comum em Amsterdã. Essa bicicleta com essa caixa, *pack fitness*. Então, muito comum a mãe levar as crianças para o colégio, para passear. E nessa caixa também vão as compras.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Mas você usa capacete normalmente?

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Uso capacete, apesar de não ser um item obrigatório.

Essa é uma questão interessante, mas não vou falar muito, porque daria para falar o dia inteiro. No exterior as pessoas não usam tanto o capacete por que se tem um contexto realmente muito seguro para se trafegar. Aqui o nosso contexto é diferente. Apesar de ser obrigatório, a gente recomenda o uso de capacete.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Aqui no Brasil é uma boa recomendação de segurança.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Com certeza, sem dúvida, apesar de não ser um item obrigatório.

Pode passar. Então a bicicleta pode ser usada como meio de transporte, ir ao trabalho, levar os filhos à escola, fazer compras. É interessante em cidades da Holanda e Dinamarca o índice de transporte em bicicleta chega a 40% – quase metade dos deslocamentos feitos de bicicleta. Um índice surpreendente. Para a gente é um sonho. Nas nossas cidades, chegamos a 2%, 5% e em cidades menores um pouco mais. Mas nas grandes cidades ainda está com um percentual muito baixo.

Pode passar. Então, acho que precisamos realmente passar de uma cultura motorizada, do sedentarismo... É interessante que o jovem da classe média, a classe média alta, tenha aquele sonho de se fazer 18 anos para ganhar o carro. Acho que precisamos essa coisa dessa dependência muito grande, dessa cultura. Quer dizer, vem desde a infância o sonho com o automóvel. O menino já ganha o seu carrinho elétrico. Em vez de pedalar, ele já vai ao seu carro elétrico, só acelera. Precisamos realmente repensar essa questão cultural. Não é só infraestrutura, mas também a questão cultural que também a Holanda, a Dinamarca também passaram. As cidades de lá também passaram por essa mudança cultural. Então, estamos engatinhando, mas vamos chegar lá. Espero que não daqui a 50 anos, mas daqui a cinco anos já tenhamos resultados mais perceptíveis.

Pode passar. A importância dos exemplos na prática. Lá é muito prefeitos, enfim, governadores irem de bicicleta, usarem bicicleta mesmo como meio de transportes. Aqui ainda é algo incipiente. O Deputado Federal ali Walter Feldman já veio de bicicleta. O Senador Suplicy também, que a gente já acompanhou, já veio de bicicleta aqui para o Senado. Precisamos de exemplos para a população. Isso tem um poder simbólico muito forte, realmente, ver pessoas de expressão na sociedade que acreditam e usam a bicicleta. Isso é bem interessante e no exterior é muito comum.

Pode passar. Alguns exemplos: servidores públicos que passaram a usar a bicicleta integrada ao metrô. Três servidores do Serpro, um órgão federal, que vêm de Águas Claras. Então, são três carros a menos. E eles vêm conversando, vêm alegres no metrô. Pegam o metrô e depois pedalam da rodoviária até o Serpro. Ali a Angelina, uma servidora pública do Incra que também pedala, tem mais de 50 anos, e vai da Asa Norte para o Incra de bicicleta. Então, são bons exemplos que a gente tem para mostrar que não é coisa tão utópica assim.

Pode passar.

Outras iniciativas que podem contribuir com essa mudança cultural: aulas para pedalar; orientações sobre melhores caminhos – às vezes a pessoa até quer

deixar o carro e usar a bicicleta, mas não sabe o melhor trajeto, então é um trabalho que a gente faz. Existe esse Bike Anjo, que é bem interessante, surgiu em São Paulo, já existe em várias cidades, inclusive aqui em Brasília, que é justamente o anjo, a pessoa que já tem experiência no uso da bicicleta e vai orientar outras pessoas que querem usar a bicicleta, então, vai orientar quanto ao melhor trajeto, às dicas de segurança, à postura no trânsito.

Também muito importante: incentivos diretos ao usuário de bicicleta, por exemplo, nas empresas. Já li notícias de que, na Europa, empresas remuneram o funcionário por ele ir de bicicleta. Ele deixa o carro e ele tem uma remuneração a mais por adotar esse modo saudável de locomoção.

Outra coisa interessante: formar grupos de pessoas que vão para o mesmo local de trabalho, é o que a gente chama de Bonde de Bicicletas. Então, isso dá uma segurança maior, as pessoas ficam mais visíveis.

Enfim, acho que a sociedade também tem esse papel. Não dá só para cobrar do Governo, a sociedade também tem que refletir sobre o modo de locomoção e ter iniciativas realmente saudáveis.

Pode passar.

É curioso que, quando a gente fala de bicicleta, a grande mídia sempre fala de acidentes, mortes, e esquece de divulgar os inúmeros benefícios. Eu uso a bicicleta há mais de dez anos no dia a dia. Não tenho carro por opção e usufruo de vários benefícios. Para mim, não é uma necessidade, mas uma opção justamente pelos benefícios à saúde, também por uma questão ideológica, por ser ambientalmente correto.

É interessante que a bicicleta é democrática. Então, é possível ver aí, nas imagens, mulher, homem, idoso, jovem. É econômica, quer dizer, você não tem gasto com combustível, com eventuais multas, com IPVA, além de ser um transporte cada vez mais rápido. Nas grandes cidades, as bicicletas têm, cada vez mais, se sobressaído. E é muito prático também. Então, realmente, é interessante, nessa mudança cultural, que a gente promova esses benefícios, não só falar da parte ruim, porque a parte ruim a gente pode contrapor com orientação para segurança no trânsito, com várias medidas, mas ressaltar os inúmeros benefícios dessa cultura da mobilidade saudável.

Pode passar.

Aí são algumas dicas práticas. Na verdade, seria outra palestra, mas é justamente esse trabalho de orientação para quem quer deixar o carro e usar a bicicleta. Nós da Rodas da Paz e de outros grupos, que temos mais experiência no uso da bicicleta, temos várias recomendações, temos um trabalho mais dirigido nesse sentido.

Pode passar.

Aí são dicas quanto à bicicleta, aquilo que falei: tem que se adaptar, aqui no Brasil, porque a gente não tem modelos autenticamente urbanos, então, é preciso ter uma bolsa para levar as coisas para o trabalho, ter retrovisor, ter uma boa tranca para estacionar com maior comodidade, à noite usar um colete refletivo, luzinha. Enfim, isso aqui seria uma palestra à parte, só para realmente dar uma noção a vocês desse trabalho que é feito justamente para incentivar o uso da bicicleta.

Pode passar.

É interessante a questão prática. Aqui em Brasília, como em várias outras cidades, se fala de uma suposta escassez de vagas para estacionar o carro – suposta, porque, na verdade, não é escassez de vagas, mas uma dependência muito alta do automóvel, quer dizer, uma frota em circulação muito grande. Então, mais um fator favorável à bicicleta: é muito prático estacionar. Mesmo que não exista um bicicletário, dá para acorrentar num poste, numa árvore, numa lixeira. É interessante que, em muitas cidades, em São Paulo, em especial, as pessoas acordam mais cedo para garantir vaga no estacionamento próximo ao trabalho, quer dizer, as pessoas perdem qualidade de vida. Aqui em Brasília também já tenho ouvido isso de pessoas que saem mais cedo de casa, de carro, sozinhas, para garantir vaga no estacionamento. E a pessoa de bicicleta geralmente tem sua vaga lá garantida, mesmo sem a infraestrutura adequada.

Pode passar.

E aí uma campanha antissedentarismo. Como eu faço trabalho já de incentivo ao uso da bicicleta, sempre ouço desculpas, digamos assim, das pessoas: "não tenho preparo", "isso é coisa de atleta", "não tenho idade". Então, algumas imagens para contrapor a essa questão.

"Preciso carregar peso, vou de carro", "está chovendo, de bicicleta vou me molhar". Então, há sempre alternativas aí para esses supostos problemas.

Pode passar.

Só mais algumas questões.

"Tenho que ir arrumado para o trabalho." Lá fora também é muito comum. Claro que o vestiário é importante, o bicicletário e o vestiário, como o próprio Carlos falou, são superimportantes, mas, às vezes, eu, na minha prática de usar a bicicleta, um banho francês, um perfuminho resolvem bem; as pessoas não costumam reclamar.

Hoje eu vim de bicicleta também, só troquei a camisa e pus aqui uma roupa mais social.

"É muito perigoso pedalar na cidade." Será que de carro é tão seguro assim?

O SR. AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Aqui no Senado você deixou onde sua bicicleta?

O SR. UIRÁ LOURENÇO – Ali embaixo da rampa existem umas vagas. Não é um espaço muito grande, mas existem.

Até, realmente, quero parabenizar a Câmara e o Senado, que têm algumas vagas para estacionar bicicleta; aqui em Brasília não é muito comum haver bicicletários públicos, mas aqui existem.

"Preciso levar os filhos à escola." Também sempre se tem saída.

Pode passar.

Algumas ações da Rodas da Paz para a questão da segurança no trânsito e incentivo ao uso da bicicleta: a gente tem uma formação para motorista. A gente sabe que a formação do motorista nas cidades é muito falha, muitos ou não conhecem ou ignoram a questão da segurança que se deve ter com pedestre e com ciclista. Então, a gente tem um curso de formação, inclusive com atividade prática, para a pessoa se sentir estimulada a usar a bicicleta, ter a noção de como é estar em cima de uma bicicleta, porque às vezes o motorista tira um fino, aí não tem noção de que aquilo traz um risco ao ciclista, um alto risco. Então, a gente convida essas pessoas do curso, realmente, para ter a percepção prática do uso da bicicleta.

Pode passar.

Trabalho de orientações para pedalar em segurança, distribuição de refletivos, que aumentam a segurança, dicas práticas.

Pode passar.

Palestras em escolas, em entidades, em órgãos públicos, de como pedalar em segurança e falando também sobre a questão da mobilidade urbana, que a gente precisa mudar.

Pode passar.

Um trabalho também com *blitz* educativa, inclusive em parceria com o Detran. A gente também tem adesivos. Talvez vocês já os tenham visto em alguns carros de Brasília. A gente os cola nos carros. O motorista não precisa, para contribuir com a causa da mobilidade saudável, apenas pedalar, às vezes, só de passar a mensagem no carro já é uma grande ajuda, espalhar o que diz o Código de Trânsito, que deve ser respeitado.

Pode passar.

A campanha Doe Bicicleta, que a gente faz há muitos anos. A gente recolhe centenas de bicicletas. Ano passado, foram 500 bicicletas, e a gente entrega a comunidades carentes, a comunidades rurais próximas ao DF, um incentivo direto às pessoas a usarem bicicleta nas comunidades rurais. Os meninos recebem bicicleta e usam para ir à escola. Quer dizer, é um meio de transporte. Então, é um incentivo realmente, uma campanha muito bacana. Às vezes a pessoa trocou de bicicleta, deixou a bicicleta encostada, não está usando, e isso acontece muito aqui em Brasília, no Plano Piloto, ficam lá os bicicletários cheios de bicicletas sem uso; então, a gente dá uma boa destinação. A gente tem vários parceiros, um mecânico que conserta bicicleta, e a gente entrega essas bicicletas para entrarem em circulação e não ficarem enferrujando.

Pode passar.

A gente tem oportunidade de virar o jogo. A gente está em plena Década de Ação pela Segurança no Trânsito; houve a Rio+20, teremos a Copa, as Olimpíadas, então, são mais argumentos realmente para darmos o bom exemplo na questão da mobilidade. O Brasil é a bola da vez, a gente precisa ser a bola da vez também na questão da mobilidade, realmente interromper esse círculo vicioso do mal de incentivo ao uso do carro e passar ao incentivo aos modos coletivos, e não motorizados. Será um grande ganho em termos ambientais, em termos de qualidade de vida, em termos, enfim, de saúde pública.

Pode passar.

Então, realmente a gente acredita que uma cidade com maior qualidade de vida é possível.

Pode passar, por favor.

Aí, só para fechar, realmente, a ONG Rodas da Paz fica à disposição para debater esse tema. Realmente, a gente está em favor da mobilidade saudável, que a gente precisa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz, aqui do DF, mostrando seu trabalho.

Parabéns!

Vamos prosseguir, depois iremos para nosso debate.

Doutora do Decanato de Extensão da UnB, Profª Maria Rosa Ravelli de Abreu com a palavra.

Depois, ouviremos mais dois convidados e vamos ao debate.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Bom dia.

Quero cumprimentar e parabenizar o Exmº Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por esta oportunidade de discutir a década desse importante regulamento que é o Estatuto da Cidade, que decorre da nossa Constituição de 88, nossa Constituição cidadã.

Vou fazer um balanço e ver os desafios que ainda temos nas nossas cidades.

São poucas coisas para colocar porque o Uirá mostrou a questão da mobilidade saudável pela bicicleta, o Carlos Penna colocou bem a questão do transporte público saudável e eficiente e a Carolina deu uma visão geral do Estatuto e os resultados no decorrer destes dez anos.

Como é um regulamento, são regras de organização e funcionamento de uma coletividade, um estatuto, que decorre das leis fundamentais que regem nossa vida como Nação, decorre da Constituição.

Nos arts. 182 e 183 da Constituição Federal, no Capítulo Da Política Urbana, previa-se o detalhamento, que foi feito 13 anos depois. Foi até um projeto de lei inicial do Senador Pompeu de Souza, que foi sendo construído e, em 2001, foi regulamentado.

O objetivo, então, do art. 182, foi ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar, que tem tudo a ver com o que foi muito bem colocado, tanto pelo Uirá, com essa questão da mobilidade limpa, saudável, e também a mobilidade eficiente do novo transporte público.

Então, o Estatuto é um aliado importante na construção de cidades sustentáveis.

Aí são algumas expressões que encontramos no Estatuto. Ele fala, já no art. 1º, em equilíbrio ambiental; no 2º, em cidades sustentáveis e, no final do inciso IV: "corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente".

É interessante ver, em 2001, a real expectativa e alegria dos especialistas, dos estudiosos das lideranças em relação ao Estatuto quando da sua aprovação. Temos manifestações da Profª Freitag, da Maricato, considerando um sonho, uma lei ética, necessária e justa.

Ainda em 2001: "O Estatuto da Cidade é fundamental para regular o desenvolvimento urbano com justiça social." Acho que esse é um ponto muito importante e que, pouco a pouco, vem sendo construído, porque isso é um acúmulo, pois são tantas as distorções acumuladas em tantos setores do País, no saneamento, a limpeza dos rios, a questão da moradia... E felizmente agora estamos com um programa importante, Minha Casa, Minha Vida.

Agora 2012. Isso aqui foi uma conferência recente, uma reunião recente em Fortaleza. São também especialistas, tanto do Crea como do IAB, e esta é a avaliação: "[...] a cidade não tem um plano de mobilidade urbana e o grande problema é a falta de planejamento. [...] não há planejamento no mundo que dê certo com tanto carro na rua [...] é preciso incentivar o transporte público de qualidade". Foi um trecho que eu retirei da fala. E o segundo: "[...] falta de planejamento urbano [...] Fortaleza vem crescendo como uma folha de retalho". Não sei se ele disse colcha de retalho, mas no texto estava folha de retalho. Interessante.

Então, dez anos depois, muita coisa avançou, mas ainda temos muito o que construir, a participação da comunidade, o entendimento de que nós temos esse instrumento que permite essa participação e essa contribuição.

Os problemas socioambientais que temos ainda hoje, de um estudo recente: poluição do ar e sonora; destruição dos recursos; desintegração social; degradação ambiental; trânsito caótico; enchentes; favelização; assentamentos em áreas inundáveis; nas cidades costeiras, descargas de esgotos *in natura* e precária limpeza pública. Quem mora nas nossas cidades costeiras observa isso. As cidades históricas e religiosas sofrem com um turismo às vezes predatório. Atividades extrativistas e agrícolas também.

Então, é preciso realmente maior participação, maior consciência das autoridades locais em observar o que reza o Estatuto da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vindo, Senador Cristovam. Toda segunda-feira, quando não está no exterior pelos inúmeros convites que recebe, ele vem aqui prestigiar nossa Comissão.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Bem-vindo, nosso querido Senador de Brasília, Prof. Cristovam.

Então, é interessante até que os três palestrantes até agora, e acredito que também o Dr. Nazareno, vão abordar um problema que é um transtorno grande nas cidades hoje, que é a mobilidade. Tanto o Uirá como o Carlos colocaram isso. Por quê? Porque ir ao médico, ao sistema de saúde, você não vai todo dia; passear ou visitar um rio ou parque também não, mas o transporte, de modo geral, todo mundo necessita todo dia, seja para trabalhar, para levar criança na escola, para se locomover. Então, o transporte passa a ser um item fundamental na qualidade de vida e na sustentabilidade. Talvez daí a preocupação de todos, cada um focando de um determinado aspecto, com esse tema do transporte público.

Foi muito bem colocada a questão da universalidade, da acessibilidade universal, que ainda não foi garantida, assegurada em nossas cidades; em praticamente todas as grandes cidades não foi garantida. Com o crescimento rápido das cidades, foram-se deixando esses itens, que estão na lei. Há o decreto de acessibilidade, de 2004, que a lei prevê.

Isso aqui é inacreditável, é na Capital do País, que foi criada exatamente para mostrar o novo, trazer o exemplo do novo, revolucionar mesmo o planejamento urbano, que é o planejamento revolucionário de Lucio

Costa, que não tinha sinais, não tinha semáforo. Por quê? Porque havia toda uma negociação, a cidade era de todos. Não tinha nem calçadas. Ele dizia: "As pessoas vão fazer os trilhos, e daí se pode construir as calçadas onde as pessoas vão passar."

Ou seja, a cidade, hoje, a Capital Federal e, de modo geral, nossas cidades não têm uma rede de calçadas, muito menos calçadas com acessibilidade universal. Então, isso aqui, numa área central da Capital, é um exemplo.

Isso aqui é o ônibus de bairro em Brasília, que de vez em quando tem acidente. Acho essa uma imagem forte, significativa. É um pouco desagradável, mas é o que acontece. Imaginem se a mãe de uma pessoa, o filho está aí, alguém que é obrigado a tomar todo dia o transporte de bairro, que é um transporte muito importante para você também deixar o carro em casa. Por quê?

A bicicleta é uma opção importante, é necessária, é útil, mas não é todo mundo, nem é a todo momento que se pode usar a bicicleta, principalmente se você mora a grandes distâncias. Vamos supor: eu moro em Santo André, tenho que trabalhar no centro de São Paulo, ou, em Porto Alegre, eu moro num bairro distante, tenho que chegar às 8 horas. O trabalhador, de modo geral, precisa do transporte coletivo, e esse transporte coletivo, como muito bem colocou o Carlos, precisa ser eficiente. Mas, além de eficiente, ele tem que ser tão confortável ou até melhor do que o automóvel, para que eu possa fazer a migração. Quando ele é ruim, quando ele não é pontual, ele é desconfortável, ele é muito caro e a cada vez que eu subo no ônibus eu tenho que pagar a tarifa, então é muito mais barato eu, trabalhadora, pagar uma prestação do automóvel e enfrentar o congestionamento.

Então, esse é o mecanismo que vem acontecendo.

Esse é o transporte.

Nossas cidades têm todos esses problemas de transporte que comprometem a sustentabilidade da cidade, a alegria de viver na cidade, o bem-estar e a dignidade... A dignidade, principalmente, do trabalhador, que é a maioria da população, que tem ainda menor renda e que tem que se submeter a esse tipo de transporte. Todos os dias, quem escuta a mídia, seja rádio, seja televisão, seja na imprensa, pela manhã, sabe de ônibus quebrado; trecho congestionado; trânsito parado na BR-020, na BR-040, na BR-070; engavetamento; capotamento, porque são altas velocidades, pois a pessoa, quando tem espaço para correr, é incentivada, para escapar.

Acidentes: carro com carro; carro com motociclista; carro com ciclista; com pedestre.

Olhem só: esse é um modelo que vem sendo proposto a partir da política que teve... Nós temos uma oportunidade grande, com esses eventos, de dar uma renovação, então, na mobilidade, como foi muito bem colocado. Temos uma oportunidade de ouro. O Brasil é a bola da vez, como foi dito pelo Uirá. Ele precisa ser a bola da vez na dignidade do transporte público.

Existem saídas fáceis, simples e rápidas, porque o exemplo de boas práticas de outros países mostra que é possível, só que nós estamos escolhendo o caminho de prolongar, gastar todos esses bilhões que vêm do PAC Mobilidade para manter esse modelo rodoviarista. Isso é lamentável. E é por falta de aprofundamento na discussão.

O Distrito Federal, felizmente, agora está construindo, iniciou uma rede cicloviária, compreensiva, integrada, excelente. Deu bastante discussão, porque é uma inovação e isso até assusta, existe resistência à inovação, mas essa é uma excelente política do Governo do Distrito Federal agora. Tem que ser registrado isso. Agora, por outro lado, o Governo do Distrito Federal aprovou um plano diretor de Mobilidade na contramão, como o Carlos colocou, do que precisamos pensar para o futuro. Vão se rasgar mais quatro grandes eixos como esse daí, baseado em passarelas, com dez pistas para automóvel e duas para o transporte público, e está se falando: "Vamos melhorar o transporte público."

Como se vai melhorar o transporte público gastando quase 10 bilhões? Esses eixos serão cerca de 1 bilhão, mais ou menos, cada um, com as outras obras, que chegam a 7 ou 8 bilhões, não é, Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em torno de dois bilhões, diz o Carlos.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Em torno de dois bilhões cada eixo, se formos tirar *grosso modo*, somando tudo. Quase 10 bilhões.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Então, vamos dizer cerca de 10 bilhões.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – É isso mesmo.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – É muito dinheiro! Daria para fazer um transporte definitivo, de trilhos, com os ônibus locais alimentando, que é a tendência.

Então, um dos eixos...

Aqui é ainda no diagnóstico, a epidemia de mortes de motociclistas: em dez anos, 65 mil mortos, um aumento de quase 1.000%, 754%. E ninguém diz nada, é pobre, é o trabalhador pobre, deixa, está morrendo. O que você escuta no carro é: "Já foi retirado da pista."

O trânsito já foi retirado da pista. É o que você escuta no carro. O trânsito já melhorou. Já tiraram o

ciclista da pista. Tem, inclusive, um movimento de que a rua é de todos. Então, é a rua do automóvel, a rua do ônibus, a via do carro, a via do ônibus, a via da bicicleta, a via da motocicleta e a calçada do pedestre. Por que não? Por que dez pistas para o automóvel, nenhuma para a ciclovia, nenhuma para a bicicleta? Então, tem que se pensar nessa mudança de cultura. E é aquilo que foi bem colocado pelo Carlos: o ciclista é o frágil. Ele não tem a lata de uma tonelada para proteger. Então, ele precisa ter a proteção.

Isso aqui é inacreditável. Isso é área central de Brasília. Isso é inacreditável, porque os indicadores estão mostrando – inclusive, o mais recente, agora, do IBGE – que Brasília está no topo da poluição atmosférica, da contaminação do ar. E a Organização Mundial da Saúde mostrou agora – tem uma resolução, um dispositivo – que o diesel é cancerígeno como o cigarro. Então, agora, é lei. Isso é muito importante. Juntando o Estatuto das Cidades, isso vale para todas as nossas grandes cidades brasileiras que estão poluídas, causando, como diz sempre o Dr. Paulo Saldiva, do Hospital das Clínicas, do Laboratório de Poluição Atmosférica, as doenças que temos e o custo para o sistema de saúde. Então, agora, com a Lei do Acesso à Informação, que foi um presente que nosso Governo deu à cidadania, e com o Estatuto, a população participa mais e busca modificar, com o apoio da legislação e com consciência dos males que esse tipo de transporte vem causando.

As áreas centrais das nossas cidades – a nossa estação central aqui, em Brasília, é a rodoviária – são o lugar mais bonito, porque é um lugar antigo. É o coração da cidade. Esse coração precisa estar de volta para a população, porque é ali que você tem os edifícios históricos, você tem a história dos nossos antepassados que construíram a cidade. E esses lugares nos países mais avançados, com mais cidadania nesse campo, todos hoje são áreas com restrição de estacionamento de carro, porque é para o pedestre. São ruas verdes, praças verdes. Então, valoriza-se. Um edifício maravilhoso como é a estação rodoviária, o ponto de encontro de quase um milhão de pessoas ao dia, precisa ser muito confortável, precisa ser bonito, tem que ter serviços e não pode ser um lugar de estacionamento. Ele é um lugar de passagem de ônibus. Ele não é lugar de estacionamento de ônibus. E, de preferência, os ônibus circulares da área central. Você tem que ter a intermodalidade. Os terminais nas entradas das áreas centrais para todas as cidades, os terminais, o grande fluxo de veículo, seja automóvel, fazem a conexão com os circulares locais. Você torna a cidade mais acolhedora, mais saudável, com menos poluição e menos barulho. Então, isso é algo que a autoridade pública, o responsável público precisa ver, precisa tornar a estação central de Brasília um ponto de encontro da cidadania. A parte de cima é estacionamento de automóvel. A parte de cima deveria ser estacionamento de pedestre, com áreas verdes, com chafariz, com concertos à noite.

Eu estive, recentemente, numa cidade no norte de Portugal, em Braga, onde, primeiro, automóvel não estaciona na área central, não pode. Ele ou vai para a garagem subterrânea ou fica longe. E havia, toda noite, no verão, um concerto. Isso é muito bom, principalmente para o trabalhador, que, às vezes, não tem acesso a determinadas músicas, a determinadas formas de arte, e para o turista. Nós temos aí esses eventos todos.

Então, as áreas centrais das nossas cidades precisam voltar ao pedestre, à pessoa e deixar de ser depósito.

Essa aqui é a estação rodoviária. Fiz questão de colocar essa foto porque, vejam bem, não é de ontem. De vez em quando eu passo... Porque é gostoso. A rodoviária é um lugar de vida! É muito agradável! Só que ela está suja, está abandonada... É uma falta de respeito ao trabalhador que ali circula e aos profissionais de um modo geral, a todos os cidadãos.

Essa escada rolante ela está assim há mais de um ano. Mais ainda, não é? E o que acontece?

Então a gente fala em acessibilidade. Isso tinha que ir para a Justiça. É a Lei da Acessibilidade.

Imagina um idoso, uma senhora gestante, uma pessoa doente, uma pessoa com criança no colo, com sacolas, porque as pessoas vêm fazem compra... E todo dia ter que se submeter a isso! Isso é realmente... A poluição que tem lá, com aqueles ônibus que têm em média dez a quinze anos, alguns com mais de quinze anos. E uma vez eu perguntei a um motorista: Por que vocês ficam aqui com esse motor ligado?

Senador Paim, sabe o que ele disse? Nós ficamos aqui na rodoviária com o motor ligado, porque se desligar, na hora que tem que sair, a gente tem que correr, pode não pegar, porque o motor é velho.

Então eles ficam com o motor ligado, poluindo. O motorista é uma vítima, porque o motorista desse modelo de ônibus... E a licitação que está sendo feita é para prorrogar por dez ou vinte anos esse modelo de transporte que está aí. Não se fez uma revisão cultural do que deveria ser, então vai se legalizar uma ilegalidade, porque há trinta anos que não havia licitação e vai-se licitar o mesmo modelo: motor na frente e sem câmbio automático... Então isso tudo é doença para o motorista, para o trabalhador. Não se pensa no trabalhador do ônibus e não se pensa no cidadão que vai

usar esse desconforto de ônibus em cima de chassi de caminhão.

Vai ter alguma modificação assim cosmética. Uma poltrona, de repente, um sofazinho de plástico... Aqui, de vez em quando eles quebram, a população chega num nível de revolta, porque tem que chegar. A pessoa às vezes é despedida do trabalho porque chega com freqüência fora do horário, não é? Isso aqui, numa região aqui no Centro-Oeste, onde de vez em quando a população revoltada coloca fogo no ônibus.

Ali tinha uma frase que foi de uma última palestra do Dr. Paulo Saldiva, na anterior, em que ele dizia: "O trabalhador brasileiro voltou ao Século XIX em termos de tempo de trabalho".

A grande conquista do trabalhador, do movimento sindical, de conseguir as oito horas; hoje são quatorze, porque são cerca de três para ir e três para voltar, massacrado, pendurado, em condições difíceis e até de insegurança no trânsito.

Voltando ali, motorista respeita o ciclista. Bom, respeita, mas numa via, a 80 km/h, com essas máquinas todas, aqui a pista está até vazia. Cadê a ciclovia, não é? E essa obra foi muito cara, foi com empréstimo que o contribuinte fez junto ao Banco Interamericano...

O SR. O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – BID.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – BID, não é?

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Professora, me permite uma coisa? Essa imagem que a senhora está colocando...

Não... A imagem do sistema de várias vias que estava...

Essa.

Essa imagem daí, na imagem, na ilustração, ela fica bonita. Agora, a realidade é a seguinte. Vou rapidamente aproveitar a sua deixa. Essa passarela está há quase vinte metros. Não chega a vinte, mas é quase vinte metros de altura.

Eu uma vez convidei a imprensa, aluguei uma cadeira de rodas e convidava as pessoas a experimentarem, com cadeira de rodas, se conseguiam subir no alto da passarela. Eu fiz o convite a 48 pessoas. Somente uma pessoa, um ciclista, que se considera atleta, conseguiu subir a cadeira de rodas até lá em cima. Ninguém mais conseguiu.

Então, para poder ter uma idéia de mobilidade, acessibilidade.

Tudo aquilo são vias expressas. Tudo isso são fontes de emissão de CO2.

Por que a rodoviária tem um ambiente ruim? Por causa do CO2. Porque a gente foge do CO2. A gente não está vendo, mas o ar é ruim.

O Senador Cristovam não viu uma foto que eu trouxe antes, mas ele ficaria sensibilizado.

Era um dos caminhões câmara de gás de Hitler, que funcionava à base de CO^2. Então você matava as pessoas com CO2.

Então, tirem, se o CO2 é benéfico? Por isso que a gente se preocupa hoje com os novos projetos de transporte público, todos ainda voltados a uma tecnologia do Século XX. Não é, Professora?

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Exatamente.

Então aqui é só para ver. Essa obra começou a ser feita. Ela vem do Gama até a área central do Plano Piloto. Igual a ela são mais quatro eixos similares. Esse que vai ser cerca de dez bilhões.

Olha aqui os eixos. Olha, mais quatro novos eixos rodoviários. Sudoeste, Sul, ou seja, todos esses eixos convergindo para o centro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Professora, V. Exª tem mais cinco minutos.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Tá.

Bom, então eu vou focar só aqui, o que é que... O diagnóstico, acho que já foi muito bem colocado, tanto pelo Uirá, como pelo Carlos.

Qual é a saída? A saída que se fala... Bom, melhoria do transporte público. A melhoria do transporte público passa por algo que até a ex-Prefeita Erundina tentou fazer em São Paulo. Funcionou por um certo tempo, mas a pressão do antigo não deixou o novo nascer, que é pagar por linha/quilômetro, porque não dá para ter ônibus com conforto, passando na hora, respeitando tarifa baixa e integrada, tarifa única, como foi bem mostrado, que é toda a Europa hoje e certas outras regiões no mundo, onde tem o transporte público bom.

Tarifa única. Você compra o cartão mensal, semanal, diário e até anual. Para você ter esse cartão e você andar quantas vezes você necessitar durante o dia na cidade, metrô, bicicleta, linha de ônibus... Para ira ao médico, para ir à escola, você não pode, é contraditório, é antagônico, ter a qualidade e ter o sistema de maximização de lucro que tem agora no transporte público.

Então, o que a Erundina fez, que é o sistema vigente na Europa? Você paga pela prestação de serviço. Chama-se remuneração do serviço público com pagamento justo. E você remunera por linha/quilômetro. E o motorista tem que cumprir o horário, cumprir aquela linha com qualidade. Ele, o operador, tem o seu pagamento, tem o seu benefício, tem uma margem de lucro razoável, presta um serviço digno para a população e o gerenciamento da tarifa, a definição dos critérios da

qualidade do transporte, as linhas, a origem, a demanda, tudo isso é feito então pelo Governo, pelo Estado.

São as lutas para melhorar o transporte, não é...

As cidades voltando a ter as áreas centrais livres para as pessoas usufruírem.

Os ônibus de bairro. Os países vêm colocando nas cidades veículos pequenos, cômodos, elétricos, silenciosos e limpos nos bairros. Então ele circula no interior de um bairro. Se eu preciso ir ao correio, no posto de saúde, na escola, no comércio, eu circulo dentro do bairro. Paris tem cerca de vinte bairros, cada um tem o seu sistema, que se chama travessia. E esse microônibus elétrico ele conecta as estações do metrô, ou do metrô de superfície, porque também Paris tem o metrô de superfície.

Então isso é alguma coisa muito útil que nossas cidades precisariam passar a ter. Para que eu possa deixar o carro em casa, na esquina da minha rua tem que passar um ônibus de bairro, com horário certo, que eu confiro no próprio celular, não é?

Os ônibus. Até o ônibus tradicional de Londres se torna já elétrico, não é, rumo ao verde.

Esse ônibus, algumas cidades brasileiras têm feito contato, porque é o ônibus com a maior autonomia, são trezentos quilômetros de autonomia da bateria. À noite ela pode ser carregada na garagem, com placas, com a energia solar que foi acumulada e sem ser armazenada. Ele pode andar o dia todo sem precisar recarregar, porque tem uma autonomia de trezentos quilômetros.

A Holanda até fez uma licitação agora e adquiriu ônibus dessa companhia; o Canadá também os adquiriu. Países árabes e algumas cidades brasileiras estão negociando, mas o Brasil também vem desenvolvendo. A COP... Então nós temos vários experimentos, várias iniciativas já de transporte elétrico. Precisa agora é ter a política pública e, na operação, o Governo local definir esse tipo de transporte, que é limpo.

Continua.

Paris já tem. Dando o exemplo de Paris, serve para muitas outras cidades. Que os trilhos estão crescendo, isso é lei, é diretriz da Comunidade Européia, é diretriz nos planos quinquenais da China, por exemplo, de fortalecer cada vez mais o trilho. O futuro dos grandes eixos é o trilho, porque é silencioso, é confortável e é seguro.

Isso aqui é a grande Paris: 175 km, com 57 estações. Então, além da rede que já tem de todo transporte elétrico, carros elétricos de aluguel, bicicletas de aluguel, inclusive elétrica, você tem agora essa...

E é interessante. A licitação não se faz, eles estão experimentando como eu ter o transporte público de qualidade, os novos trilhos, as novas ferrovias, no menor custo e no menor prazo.

Israel tem um exemplo de uma máquina que já vai fazendo, quase que automaticamente, numa rapidez muito grande a ferrovia.

É um mecanismo de construção rápida que você já vai colocando, arrumando a terra, pondo o dormente e colocando o trilho.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – É um de superfície. Ele rasga a rua e vai instalando o trilho.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – E uma coisa que é importante notar, só para política pública, se decompõe o sistema? Então o sistema ferroviário; uma linha, uma linha regional de Porto alegre a Caxias. Essa linha ela tem que fazer o trilho, tem que fazer o próprio material rodante que é o trem, depois o funcionamento, a manutenção, a operação e restauração se tiver restaurante. Tudo isso pode ser decomposto e o próprio Governo licita separadamente, para conseguir o menor custo para cada...

Porque aqui está tendo um costume, de um modo geral, por falta de tradição, os trens não renasceram completamente no nosso País, de você pegar um pacote completo. E eu pego um pacote completo e realmente fica muito caro.

A gente teve uma discussão com o pessoal metroviário. Não, mas tem que ser pacote completo. Não, não tem que ser pacote completo, porque o que se precisa é o menor preço com a menor qualidade no interesse da sociedade.

O SR. CARLOS PENNA BRESCIANINI – Com a maior qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Muito bem.

A SRª MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – É. Para concluir. É a luta, a campanha por ferrovias, que em todos os países querem mais, já têm muito e querem mais. Esse é para Nova York, o metrô leve, que é uma campanha...

A luta também para a melhoria do transporte e a mudança de paradigma é uma construção da comunidade.

A política de trens de alta velocidade do Obama, que ele vai já... Ele quer fortalecer...

Essa da China.

Essa a China ligando, vindo até o Ocidente, praticamente vindo até o mediterrâneo. Essa ferrovia vai ser a nova rota da seda na verdade, não é?

Então, a crise crônica no transporte.

Direito à cidade, que é o ponto do nosso, que o Estatuto nos ajuda.

Então o transporte coletivo público. É caro, ruim, obsoleto, poluente e barulhento. É sofrimento diário, não é. E a quem interessa e quem se beneficia?

Então, poucos se beneficiam em prejuízo de toda a sociedade.

Aqui alguns... Um conceito da mobilidade hoje. Aqui é do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e é do Livro Branco da Comunidade Europeia.

Sistema que satisfaça necessidades de livre acesso, sem sacrificar outros requisitos essenciais, humanos ou ecológicos, agora ou no futuro. Então, o planejador urbano planejar um sistema que não comprometa o nosso futuro e que garanta a qualidade humana e ecológica.

E o da comunidade européia, é muito interessante esse conceito, a mobilidade sustentável coloca o reequilíbrio entre modos de transporte como opção estratégica. O reequilíbrio, o que acontece no Brasil e na América Latina de uma maneira geral? Nós ficamos com um modal rodoviarista.

Então isso é um desequilíbrio no transporte. É muito importante o modal rodoviário, sim. É importante que toda família tenha um carro, sim. Só que o carro de passeio é um carro de uso esporádico e não de uso compulsório no dia a dia. E o ônibus tem um papel muito importante de alimentar localmente os grandes eixos que são sobre trilhos.

O renascimento dos trens regionais nas grandes metrópoles é alguma coisa que vai mudar a paisagem da cidade. Então isso é muito importante. A gente cumprimenta a Presidenta Dilma, que ajudou a Prefeitura de Curitiba a trazer o metrô, que era um anseio da população. Até o slogan é: Fim das canaletas e áreas verdes no lugar das passarelas e canaletas. E em cima, esse grande, principal eixo rodoviário, vai se transformar em uma linha de metrô.

Então aqui a proposta da sociedade civil, que vem sendo discutida no âmbito da universidade de Brasília, com professores de outras universidades e entre nós e com a comunidade, fundamentalmente é isto. Os eixos estruturantes, como foi bem colocado, é metrô, VLT, trens regionais, linhas alimentadoras, ônibus pontuais, energia limpa, segurança, rede cicloviária, transporte aquaviário... Nós temos muitos rios em nossas cidades. Tem até um estudo da USP, agora, mostrando que São Paulo você pode fazer um anel aquaviário: Tietê, Pinheiros e com as bacias que têm ali, as represas, fazer um canal.

Então você faz um grande anel, tanto para cargas, você tira muito caminhão de carga e para passageiros. Isso não é novidade. Paris tem há três anos funcionando experimentalmente o Metrô Bateaux, que é um metrô que passa num trecho do Rio Sena, num mesmo cartão mensal, em ruas verdes.

Bom, retomando aqui. É fundamental a tarifa única. Isso que o Carlos colocou bem. É inconcebível que o trabalhador brasileiro gaste tanto no transporte público. E quando se vem falar... Ah, o operador fala: Quero subir a tarifa. Não posso melhorar a qualidade do ônibus sem subir a tarifa! Então esse ponto é que tem que ser solucionado. Por isso que o pagamento por linha/quilômetro quebra esse ponto que está entravando a melhoria do transporte coletivo. Você manter uma tarifa barata; o Estado paga, remunera, corretamente a preço justo o operador da linha. Você pode até ampliar o número de operadores. Nós tivemos até um palestrante da economia solidária, da economia social, que mostrou que você pode definir, trinta, cinquenta, cem linhas que têm que ter aqui a minha cidade, de ônibus locais, alimentadores. Eu posso ter cem operadores. Eu gero emprego e renda para cem famílias.

Então existem formas simples. Finalizando, aqui é o exemplo que o Estatuto consolidou e que é a luta da humanidade. Isto aqui, em 36, foi um trabalho de décadas e que, em 36, com o governo popular, pela primeira vez, a Europa teve as férias remuneradas como direito.

A greve do Brasil que também consolidou direitos trabalhistas. Então, a luta da humanidade, que é do reino da necessidade, rumo ao reino da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Professora.

Muito bem, Professora Maria Rosa Ravelli de Abreu. Professora, Doutora, do Decanato de Extensão da UnB, que deu enfoque, para mim marcante, pegando, permita-me que eu diga isso, principalmente a situação dos trabalhadores, aqueles que dependem do transporte coletivo. E aquele dado que a senhora levantou aqui é interessante. Não são oito horas, são quatorze horas, devido à dificuldade do trânsito.

Mas vamos lá, agora é o nosso Consultor do Senado, Engenheiro, o Aires das Neves Junior e depois o Nazareno então fecha essa rodada dos painelistas e a gente abre para o plenário.

O SR. AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Senador Cristovam, Senhoras e Senhores, enfim...

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui, tratando dessa questão do Estatuto das Cidades. E o enfoque da minha abordagem será o da acessibilidade para a pessoa com deficiência nas cidades brasileiras, especificamente nos órgãos de Governo.

O Senado realizou e tem realizado progressos nessa área. E eu vou basear a minha participação nesse relato, não é?

Inicialmente, vou passar, muito rapidamente, um quadro da legislação vigente da área, não é?

É uma área já com uma intensa produção legislativa, que iniciou com a Lei nº 7.853, que criou a Corde, no ano de 89, não é? Depois, no ano de 2000 vieram as leis da acessibilidade e da prioridade no atendimento, que são a 10.098 e a 10.048. E tudo isso foi consolidado com a ratificação do Brasil, da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência que passou a vigorar no País com o status de emenda constitucional isso em 2008.

Além disso, diversas leis trazem dispositivos voltados aos direitos da pessoa com deficiência: Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei de Diretrizes e Bases da Educação... Há ainda as leis extravagantes, como a Lei do Cão Guia e outras tantas.

Não bastasse todo esse cenário legislativo nós ainda temos aí muitos projetos em produção no Senado e na Câmara. A Câmara dos Deputados, por exemplo, está com o nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está lá apensado a outra centena de projetos.

O que eu quero dizer com tudo isso é que, se hoje um marciano descesse à terra e visse essa produção legislativa, essa quantidade de leis que há, ele diria que os cidadãos brasileiros com deficiência estão absolutamente atendidos em seus direitos. Não lhes resta nada a demandar. Contudo, ao longo dos anos, nós aprendemos que ter a lei, infelizmente, não basta.

É necessário, após aprovada a lei, fazer a vontade política de que ela seja cumprida, de que ela seja realizada, que esse direito seja realizado. Vendo essas fotografias aqui trazidas pelo Uirá, pelo Carlos e outros, enfim, em cada uma delas eu imaginei uma pessoa com deficiência com uma cadeira de rodas colocada naquele contexto ou uma pessoa com um cão guia, como o Luciano, o nosso colega que está aqui, que esteve aqui presente, ou uma pessoa surda, ou uma pessoa com paralisia cerebral, síndrome de down, enfim, algumas dessas pessoas circulando nesses ambientes, como que é desgastante e terrível, até mesmo, não é?

A Srª Professora mostrou aqui uma fotografia da rodoviária de Brasília. Eu já precisei usar aquela escada rolante há bem pouco tempo atrás. Precisei tirar um documento no Na Hora que fica lá embaixo. Cheguei ali e tinha a escada quebrada, o elevador quebrado. De imediato, veio um fiscal, um guarda: Não, vamos arrumar o elevador, mas a gente carrega você até lá embaixo. Juntaram três ou quatro pessoas, como se fossem um saco de batatas, não é? "Levo até lá embaixo".

Aí eu não aceitei, porque eu tive medo de sofrer um acidente naquela escada, porque o brasileiro é muito solidário, é extremamente solidário. Onde uma pessoa com deficiência tem uma necessidade na rua surgem três ou quatro pessoas para auxiliar, mas eu fiquei com receio de sofrer um acidente naquela escada.

O que eu fiz? Fui até uma estação do metrô no eixo, peguei o metrô e vim de metrô ali por baixo até o Na Hora. Então a questão da acessibilidade ela é muito grave e ela impacta em todos os aspectos da vida da pessoa com deficiência. Vou lhes dar um exemplo. A falta da acessibilidade urbana torna necessária a aposentadoria especial da pessoa com deficiência. Dentro desses cenários que nós vimos aqui, por exemplo, acho que fica claro que o trajeto da pessoa com deficiência de casa para o trabalho e do trabalho para casa é muito mais desgastante e estressante do que a própria jornada de trabalho. Ok?

E a pessoa com deficiência ela precisa se preparar para ir trabalhar. Ela tem que conseguir sair de casa. Imagine você sair de casa e se deparar com uma calçada aos cacos, como nós vimos aqui. Como essa pessoa vai encontrar uma rota para chegar até o trabalho?

Resultado disso: A pessoa com deficiência começa a trabalhar bem depois das demais. E daí surgem todas as outras questões que vão aí nesse carrilhão, não é?

Enfim, ainda falando de acessibilidade, Brasília é uma cidade ainda muito recente, tombada pelo patrimônio, mas você vai caminhar nas calçadas das superquadras que são inclinadas na direção da pista. Você caminha atravessando um plano inclinado.

Eu uso aqui uma cadeira de rodas para me deslocar no Senado, contudo, no dia a dia, eu ando com uma muleta com alguma dificuldade, mas há locais que são impossíveis para você andar. E locais bons. Você vai à Asa Sul, na rua dos restaurantes, restaurantes bons, as calçadas todas inclinadas, com ângulo de 15 graus. Você tem que atravessar aquela calçada na diagonal do ângulo. Então é um desgaste muito grande, não é?

Outras questões, por exemplo, a utilização indevida de vagas para pessoas com deficiência que nós observamos, em alguns locais colocam cone em cima da vaga. Então, você chega ali com o seu automóvel, sem ninguém para te apear e tirar o cone. Você tem que passar por cima do cone ou então não vai estacionar, não é? Então são precariedades que há muitas, embora haja a legislação farta, enfim.

Agora, falando um pouquinho mais apropriadamente da situação do Senado Federal e das adequações que foram feitas, ao longo dos últimos anos, eu diria de 2004 para cá, não é? O que aconteceu?

No ano de 2004 a administração do Senado – final do ano – reunião a pedido de Senadores – temos Senadores aqui muito empenhados nessa causa: o

Senador Paulo Paim é um deles, Senador Flávio Arns – que não está mais aqui –, Senador Eduardo Azeredo... O próprio Senador Cristovam tem projetos de lei nesta área também, Ao atender à demanda de Senadores, a administração da Casa constituiu um grupo com servidores das mais diversas áreas para ver as questões de acessibilidade aqui dos prédios do Senado. A gente tem que considerar que o Senado é uma ambiência arquitetônica de muita complexidade. Nós somos atravessados, por exemplo, por uma avenida de circulação a 60 quilômetros por hora, que é a Avenida N-2. Qualquer um daqui que sai desta sala para ir almoçar no restaurante dos servidores do Senado tem que atravessar a Avenida N-2 e não há semáforo nela. Aí começam as dificuldades.

O que foi feito nesse grupo de trabalho?

Inclusive o Cristiano, que está ali, foi um componente também do nosso grupo, pois havia a área de gabinetes. Cristiano representava os gabinetes; na época eu era do Prodasen. Havia pessoas da Segurança, havia pessoas da Comunicação; enfim, cada área da Casa mandou um representante. O grupo criou um plano de trabalho voltado com quatro grandes eixos um deles a acessibilidade arquitetônica e predial; outra acessibilidade a valorização, acessibilidade à comunicação, quero dizer. Informação, comunicação, educação. E um terceiro a acessibilidade a questão da valorização da pessoa com deficiência.

Resultou disso que toda ambiência arquitetônica dos derredores aqui do Senado antes havia aqueles bueiros elevados nas calçadas, placas no meio da calçada, os jardins para evitar que as pessoas pisassem na grama havia aquelas plantas com aquele espinho chamado "coroa de cristo". Você imagina uma pessoa com deficiência que se desequilibre cai por cima daquilo ali. Já caí... Aconteceu comigo, não aqui no Senado, numa outra ocasião, você fica todo furado quando cai por cima de um espinho. Então, tudo isso foi removido. Fizeram rebaixamento nas calçadas, colocaram rampas aqui nos espaços comuns de circulação. Esta rampa aqui, por exemplo, aqui da sala... Antigamente este quadrado aqui era um patamar, havia aqui um sobressalto, era um elevado; enfim, foram colocadas essas rampas aqui. Foram adquiridos triciclos motorizados, este aqui é um deles, já da nova geração. Nós adquirimos modelos mais antigos que já foram substituídos por este aqui. O Senado tem um ambiente muito grande, que até quem cuida da acessibilidade urbana compreende. À medida que a acessibilidade nas cidades melhora, prolongam-se os trajetos que a pessoa com deficiência precisa vencer, então ela tem que ser capaz de se deslocar com mais autonomia, ao longo desses trajetos.

A gente passa por uma dificuldade muito premente aqui que é a questão do tombamento patrimonial, há no Senado uma região que as intervenções arquitetônicas ali têm que ser feitas com o aval do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer, que é lá a região do salão azul, plenário, salão negro, toda aquela região central do Palácio do Congresso. Fizemos algumas adaptações ali; mas, infelizmente, nem tudo foi possível. A Mesa Diretora do Senado, por exemplo, ainda carece de uma solução de acessibilidade ali.

A acessibilidade à informação.

Criou-se no Senado uma audioteca onde há gravações para pessoas com deficiência visual e também contratou-se um serviço de interprete de libras. Aí uma coisa interessante: a lei permite que as TVs públicas, por exemplo, utilizem ou intérprete de libras ou *close de caption*, a opção que a TV Senado fez foi pelo *close caption*, mas nós temos aqui um serviço de intérprete de libras para atender as pessoas que vêem e que ficam às portarias e por aí vai.

Foi criada uma imprensa Braille, talvez a única imprensa Braille que haja aqui no Distrito Federal, imprensa oficial. Maior que ela tem o Instituto Bejamin Constant que funciona lá no Rio de Janeiro, obviamente. E essa nossa imprensa Braille tem servido também, inclusive, a outros órgãos de Governo. Já imprimimos provas em Braille para os alunos da Maratona Nacional de Matemática das Escolas Públicas, por exemplo, para os alunos cegos. Essa imprensa Braille produz material para esse pessoal e presta também esse tipo de serviço.

Aqui no Senado a gente tem um projeto muitíssimo interessante, que é a higienização de livros de nossa biblioteca. É um trabalho feito pelos meninos da APAE. A APAE fez convênio com a UnB para alunos, com deficiência intelectual, fazerem essa higienização de livros. Não é restauração, mas higienização: limpar o livro, passar o pano; enfim, fazer aqueles procedimentos tão necessários nos livros da biblioteca. Aí eu digo que isso é um gesto de coragem das famílias, porque a pessoa com deficiência... Infelizmente, nossa legislação ainda precisa avançar em alguns aspectos. Por exemplo, a pessoa com deficiência intelectual que assina a carteira, ainda que seja com um projeto dessa natureza, ela perde a condição de incapacidade para o trabalho. A invalidez para o trabalho, embora seja um termo muito ruim, não é um termo moderno, na verdade é uma rede de proteção social para a pessoa com deficiência. Então, essas pessoas quando deixarem esse trabalho da APAE não serão mais incapazes para o trabalho e, então, perdem o direito a pensão por morte de pai e mãe, por exemplo. Mas é investimento

que a família faz para a pessoa e na expectativa de que as leis melhorem.

Realizamos também eventos de Valorização e Prevenção da Deficiência, audiências públicas, semanas comemorativas. Nosso concurso público contempla vagas de pessoas com deficiência. Nós já fizemos o recenseamento delas aqui dentro do Senado. A questão da acessibilidade nas áreas comuns está bem resolvida, temos ainda de avançar de alguma forma.

Contudo, nas áreas privativas do Senado, as ações necessitam ser pontuais, vou dar um exemplo a vocês: só na área de gabinetes há, por exemplo, cem gabinetes, 81 Senadores, lideranças e mesa, 101, 102 gabinetes. Cada gabinete tem, pelo menos, três instalações sanitárias: o sanitário privativo do Senador, o masculino e o feminino. Então, só aí são 300 instalações sanitárias. É inviável você fazer acessibilidade em todos esses 300. O que a administração deve fazer? Onde exista pessoa com deficiência, vá e faça a intervenção necessária para a pessoa que necessite trabalhar; no entanto, as áreas de circulação do grande público elas são bem atendidas.

Temos de avançar ainda em muitas coisas. Em minha opinião, como pessoa com deficiência, eu acho que somos muito poucos aqui dentro da Casa. Somo poucos os servidores com deficiência. Era importante que os Senadores também colocassem pessoas com deficiência em seus cargos comissionados. O concurso público já cumpre essa destinação, mas o cargo em comissão também... Nosso Presidente que, enfim, deu o primeiro exemplo até. Há Santos Fagundes no Rio Grande do Sul, o Luciano aqui, já teve o João Júlio que é, inclusive, além de pessoa com deficiência, é uma pessoa negra. Eu até brincava com ele: "João Júlio não tem como competir contigo, porque ou tu entra na cota do deficiente ou tu entra na cota do negro. Então, se não tem para ti, não tem para ninguém". Também, a Samanta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Samanta é cadeirante.

O SR. AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Cadeirante, exatamente.

Há outras pessoas também que circulam e que trabalham aqui.

Mas era importante que nossos Senadores buscassem ter também pessoas com deficiência para que essas pessoas fossem mais presentes no cenário laborativo aqui da Casa. O IBGE nos coloca como sendo 24%, hoje, da população nacional. Eu não concordo com isso. A Organização Mundial da Saúde diz que qualquer país em tempos de paz tem 10% da sua população com alguma deficiência. Talvez tenha sido alguma metodologia, incluíram as pessoas que usam óculos, por exemplo... Então, sob esse enfoque, eu tenho uma deficiência múltipla, além da minha deficiência física, que é patente, eu uso óculos. Então, isso é muito delicado e perigoso, porque quando você abre muito o leque de pessoas abrangidas por uma política pública, essa política acaba minguando, porque política para todo mundo não é política. Você tem que pegar aquele grupo e atender suas necessidades.

Recentemente, a Presidente da República lançou o programa "Viver Sem Limites". Eu também solicitaria a nosso Presidente aqui que, se nós pudéssemos trazer o "Viver Sem Limites" para dentro do Senado... Por exemplo, a Presidente da República criou um programa de pró-equidade, equidade de gênero na administração, que a Presidente Marta Suplicy trouxe e virou o Pró-Equidade nosso aqui. Então, que também o "Viver Sem Limite" seja trazido. Ali há conteúdos que podem ser reaplicados aqui dentro do Senado.

A questão viagem do servidor com deficiência. Muitas vezes, o servidor com deficiência ele necessita de apoio nas viagens. Então, ter também a passagem do acompanhante, porque, às vezes, você chega em um hotel que tenha acessibilidade, contudo você está ali sozinho naquele local. De repente, surge um escorregão, um acidente e você não tem alguém para te apoiar.

Então, são questões que são patentes. A acessibilidade é algo vivo e dinâmico. Não basta... Você colocou a rampa, você colocou o elevador, colocou o corrimão, tudo bem: essa rampa não vai mais sair daqui; mas, então, vamos para outras ações. E que outros órgãos também atendam a isso... Vou lhes dar um exemplo: o Ministério Público não é totalmente acessível, apesar de o Ministério Público que fiscalizar a lei. Como ele vai com o Termo de Ajuste de Conduta num órgão que não provê acessibilidade se suas próprias instalações ainda necessitam de acessibilidade, de adaptações.

São reflexões que eu coloco.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente e Srªs e Srs. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Engenheiro Aires das Neves Junior que nos brindou aqui com essa análise da situação de Brasília e, principalmente, aqui do Senado.

Para encerrar vamos convidar o Nazareno Stanislau Affonso, que é Presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte, especialista na área que... Inclusive, trabalhou lá na nossa capital, aqui falar da Porto Alegre nesta área.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Senador, queria agradecer novamente a oportunidade de estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, uma comissão que prezo muito. Tive a oportunidade de participar da elaboração do decreto de acessibilidade,

trabalhei muito tempo nesse movimento que realmente atinge o coração da gente, porque o movimento das pessoas com deficiência não é um movimento que defende as pessoas com deficiência, mas ele defende uma cidade inclusiva, uma cidade para todos. Então, ele nunca está brigando somente pelos direitos dele, mas está realmente fazendo uma cidade muito melhor.

Eu queria aproveitar esta oportunidade também, para fazer uma denúncia muito grave ao Governo brasileiro. O Governo brasileiro tem insistido em fechar os olhos ao que eu considero o maior desastre de políticas públicas – já que a gente está falando do estatuto das cidades: o de você assassinar, através da política pública, 42 mil pessoas, deixar, como portadores de deficiência, ao ano, um verdadeiro exército entre 120 a 240 mil pessoas, anualmente. Isso significa que, por dia, nós temos 110 pessoas mortas e mais entre 300 a 600 pessoas ficam com deficiência, através de políticas públicas.

E, no ano passado, o Governo brasileiro se engajou na década da redução de acidentes de trânsito, lançada pela ONU, para reduzir 50% das mortes no trânsito no mundo. E o Brasil, no seu primeiro ano, aumentou. Ao invés de reduzir, nós conseguimos aumentar o número de mortos no trânsito.

Isso foi elaborado por um comitê, do qual faço parte, que é o Comitê de Mobilização pela Saúde, Paz e Segurança no Trânsito, em que elaboramos um conjunto de propostas. Essas propostas estão na mão do Governo desde outubro, prontas, com instrumentos claros, formas. Nós não precisamos de um tostão a mais. Só precisamos que parem de contingenciar para pagar a dívida externa. Hoje, têm mais de três bilhões de recursos contingenciados para reduzir acidentes de trânsito, fora os recursos que vão para os DETRANs, que é onde se pega o maior e que são totalmente desviados para outros fins, fora os recursos que ficam, que são esses três bilhões, que são apenas 5% das multas, que é o Fundo Nacional de Segurança, e mais da parte de... Como é que se chama? Da parte que pagamos do seguro obrigatório...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Também. IPVA. Isso. Só para terem uma ideia, são 400 milhões ao ano. E, sistematicamente, o Governo contingencia esse negócio...

Eu quero até criticar meu partido, pois, durante o Governo Lula, isso tem se acirrado mais ainda. Desde o Governo Lula, até agora, esses recursos estão sendo...

Então, existem propostas, propostas estão postas e continuam cegos. O Governo brasileiro está cego a uma das maiores violências! No mundo inteiro, é provado que se consegue reduzir.

Brasília é o maior exemplo. Durante o Governo do Governador Cristovam, aqui presente, nós reduzimos 50% dos mortos aqui, em Brasília, em três anos. Esse número se mantém, quase 14 anos depois, muito próximo daquilo que reduzimos, tendo governos contrários ao programa de segurança no trânsito, que nós enfrentamos. E está aí.

Eu queria também fazer uma abordagem em relação às palestras anteriores. Eu tenho discordâncias... Em outra oportunidade, eu expressei minha discordância e continuo expressando minha discordância. No Brasil, hoje, 93% da população são transportados por ônibus. Essa população está esperando, há não sei quantos anos, que ela seja respeitada. E, para ela ser respeitada, temos de melhorar o sistema de ônibus.

Você mora numa cidade onde temos um sistema de ônibus de qualidade. A perimetral, que foi feita agora, é um *show* de espaço público e de qualidade de atendimento.

Temos Curitiba.

Temos o que o companheiro aqui, do lado, colocou... Eu visitei, rodei toda cidade de Bogotá. É um sistema de qualidade. Uma cidade inteirinha reconstruída para o pedestre, para a bicicleta, os espaços públicos remanescentes. Lá, transporta-se com qualidade. Eu andei 14 quilômetros de transporte, em pleno horário de pico, em 20 minutos. O sistema é de acesso em nível. As pessoas com deficiências são respeitadas o tempo inteiro. Quem está dentro da estação sabe quantos minutos está vindo o próximo ônibus. É um salto de qualidade bem grande em relação a Curitiba, porque eles usaram a experiência brasileira de metrô com a experiência de Curitiba.

Eu acho muito ruim estarmos hoje fazendo este debate, pois 93% da população são transportados por ônibus e 7% são transportados por metrô. Dos 7%, 90% são transportados em São Paulo. Se, hoje, a grande crítica que se faz a São Paulo é que estamos vivendo um "apagão" da mobilidade por carro, que é o "apagão" da mobilidade por sistemas metroferroviários. Por isso, o Governo de São Paulo está aplicando 45 bilhões, dos quais quase 90% somente em sistema metroviários. E tem de fazer sistema metroviário em São Paulo. Não há a menor dúvida! Mas não se pode esperar, mantendo as pessoas, eternamente com um sistema muito mais caro, que leva muito mais tempo, para transportar uma demanda que temos condições de transportar por ônibus, perfeitamente, a um custo dez vezes menor que metrô e com implantação muito mais rápida.

Irrita-me muito, porque acho que esse tipo de posição, hoje, é respaldada, porque os grandes grupos econômicos, principalmente as grandes empreiteiras,

se juntaram com os fundos de pensão para construir metrô. Por quê? Porque o Estado subsidia esse sistema, enquanto não se subsidia o ônibus.

Eu queria falar sobre a rodoviária. Durante a gestão do Governador Cristovam, aqui presente, nós deixamos aquela rodoviária com elevador, com escada rolante funcionando, com um placar que mostrava a que horas chegava o ônibus. E as pessoas têm de chegar a seus pontos. Isto é uma visão de arquiteto que eu questiono: tem de se tirar o transporte coletivo de áreas centrais. E põem as pessoas para serem penalizadas quando estão chegando ao seu destino para pegar outro ônibus, como que fazer transbordo fosse uma vantagem. Não o é! Criticamos muito, no sistema de transporte, o transbordo, principalmente aquele quando se chega ao destino. Eu participei de um erro de planejamento... Quando fizemos um terminal, a duas estações do centro, ele morreu. Um deles virou um supermercado. Por quê? Porque as pessoas não queriam fazer transbordo.

Então, eu defendo, sim, a estação no centro. Eu defendo, sim, o sistema de ônibus. O sistema de ônibus pode ser feito à base de hidrogênio. Hoje, o combustível diesel S10 vai reduzir drasticamente... Hoje, é transportado S400 na maior parte das cidades; mas, já, em vários lugares, é S2000, que são partes de enxofre. Vamos agora circular com S10 que praticamente acaba com a fumaça. Estamos agora com biodiesel, uma série de coisas.

Temos, hoje, sim, é de fazer com que o Governo pare de investir mais de 90% dos seus recursos de tecnologia na indústria automobilística para investir em sistemas de ônibus. É ali que é a população é transportada mesmo.

Temos de ver como fazer a integração com a bicicleta, melhorar calçadas, uma série de coisas, menos fazer esse debate de combate ao sistema de ônibus no Brasil. Para mim, é um combate, sinceramente. Eu vou me posicionar sempre contra, de forma explícita, porque acho que é um desserviço hoje, à nossa luta, por uma mobilidade sustentável no País.

Agora, eu queria fazer a minha apresentação – eu já perdi quase cinco minutos, por causa dos outros aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu dei em torno de trinta e poucos minutos para cada painelista.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – O que eu vou fazer aqui é o seguinte: eu vou fazer uma primeira abordagem sobre a questão da reforma urbana. Eu faço parte da Coordenação Nacional pela Reforma Urbana que faz parte do Fórum Nacional da Reforma Urbana. Nós elaboramos uma proposta que levamos para a Rio+20.

Depois, eu queria falar da Lei de Mobilidade Urbana, porque continuo achando muito estranho, pois eu vou a vários debates e as pessoas não citam a Lei de Mobilidade Urbana, que eu considero a maior conquista que tivemos... Na Constituinte, diziam que tínhamos de fazer essa lei e levamos vinte e tantos anos para aprová-la agora. Ela está ali à mão... Ela muda o paradigma da mobilidade no País. Eu acho que qualquer pessoa que venha a falar de mobilidade hoje tem de se reverenciar essa lei. Eu não consigo ver como dá para não se reverenciar uma lei que é tão explícita a favor do transporte público, da bicicleta, das calçadas e da questão da acessibilidade para a pessoa com deficiência.

Eu queria que passasse, amigo.

Então, eu vou falar algumas coisas sobre – apesar de a Carolina já ter me ajudado muito aqui – o que está no estatuto e, depois, eu vou fazendo umas misturas com o que temos hoje.

Então, o que é que há no estatuto? Ele defende "A autonomia política, administrativa e financeira e legislativa para o Município promover maior articulação entre vários segmentos da sociedade local". Esse foi um dos grandes avanços: colocar o Município. Hoje, o Movimento Municipalista questiona que fizeram um engodo com ele: passaram a responsabilidade, mas não passaram o dinheiro. Hoje, estamos discutindo qual é a forma de haver uma maior justiça federativa. E isso é o grande desafio.

Um dos desafios que estamos fazendo muito hoje é a discussão dos consórcios públicos federativos como forma de fazer a integração das políticas e não só passar recursos para os Municípios.

Por favor...

"Gerenciar o adequado ordenamento territorial visando à sustentabilidade cultural, social, política, econômica, ambiental e institucional".

Por favor...

"Garantia do direito às cidades sustentáveis". Veja só: desde aquela época, estávamos brigando para o que estamos vendo, mais uma vez, mais uma tentativa na Rio+20.

Pode ir.

"Adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e expansão urbana, compatível com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica".

Essa lei realmente é fantástica. Eu fui à Rio+20 e quase que era uma grande referência internacional o Estatuto das Cidades.

Pode ir.

"Proteção, preservação e recuperação do patrimônio natural e construído".

Pode ir.

"O planejamento deve ser entendido como processo permanente". Esse é o ponto! Nós vamos fazendo os nossos planos diretores e, quando vamos lá ver, ninguém toca para frente. Temos de ver os instrumentos de onde passa isso.

Pode ir.

"Órgãos colegiados de política urbana: debates, conferências, consultas políticas, audiências". Ele inova na questão do controle social, da participação da sociedade como instrumento, realmente, de qualificação da política urbana no Brasil.

Pode ir.

Aqui, nós fizemos esta carta. Eu tenho aqui várias cópias e eu queria até passar para o Senador. A gente fez uma Carta Mundial pelo Direito à Cidade. É uma plataforma comum para exigirmos nossos direitos e defender os bens comuns. Foi assinada pela Alianza Internacional de los Habitantes, pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana e o Habitat International Coalition, juntos.

Pode ir.

Então, eu vou passar rapidamente ao resumo dela:

1. O exercício pleno da cidadania. Todas as pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, mulheres e homens, que vivem de forma permanente e transitória nas cidades) realizam e desfrutam de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, mediante a construção de condições de bem-estar coletivo com dignidade, equidade e justiça social.

2. A função social da cidade, da terra e da propriedade, em que seus habitantes garantam o usufruto equitativo dos bens, serviços e oportunidades que a cidade oferece e em que se priorize o interesse público, garantindo um uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do território.

Pode ir.

3. A gestão democrática da cidade, em que seus habitantes participem de todos os processos de decisão.

4. A produção democrática da cidade e na cidade, em que se resgata e se fortalece a capacidade produtiva de seus habitantes, em especial dos setores populares, fomentando e apoiando a produção social do habitat e o desenvolvimento das atividades econômicas solidárias, incluindo a agricultura urbana para fortalecer a soberania alimentar.

É muito interessante. Estamos fazendo um movimento, há muito necessário, que é a junção do movimento da reforma urbana com a questão rural. Hoje, os nossos territórios não podem mais ser pensados só como espaço urbano.

5. O manejo sustentável e a responsabilidade sobre os bens comuns naturais, patrimoniais e energéticos da cidade e seu entorno.

Pode passar.

6. O usufruto democrático e equitativo da cidade – esse está mais no nosso tema – que reconhece o direito ao acesso à igualdade e às oportunidades, favorecendo uma convivência social, promovendo a equidade de gênero, respeitando todas as pessoas, independentemente de sua etnia, idade, capacidades, orientação sexual e religião. Uma cidade que facilita a mobilidade de todos os seus habitantes, com tecnologia sustentável não poluidora, e incentivo ao transporte público e a meios alternativos, como a bicicleta para todos.

Pode ir.

Novamente, voltamos ao Estatuto. Planos e projetos de lei de iniciativa popular – isso é uma coisa que temos exercido.

Pode passar.

Garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo Poder Público.

Eu acho que aqui também eu vou me delongar muito, mas o Fórum da Reforma Urbana está muito em relação à questão da propriedade social. Estamos defendendo isso por um novo Código de Processo Civil que respeite os direitos humanos. Mas eu vou passar isso aqui, porque, senão, eu vou me delongar muito.

Pode passar todos esses.

Isso tudo com relação à questão da propriedade social da terra.

O Estatuto da Cidade e a Lei de Mobilidade. Eu vou me cansar de falar dessa lei, porque eu trabalhei nela nestes anos todos. Fui uma das pessoas que trabalharam, tiveram muitas. E eu o atribuo ao resultado de um grande conserto no interior do Conselho das Cidades, que chegou a esse resultado, apesar de termos tido como adversário o Ministério da Fazenda, que, aliás, é o ministério especialista em dar subsídios aos automóveis. Então, ele tentou desfigurar nossa lei aqui, no Senado, principalmente, na última comissão – foi colocada em cinco comissões aqui. Mesmo assim, acho que, por muita pressão e muito envolvimento da sociedade civil, do setor de transporte, conseguimos que ela não fosse desfigurada na sua essencialidade. Nós perdemos algumas coisas, pelo que vamos voltar a brigar de outras formas, mas avançamos bastante com ela.

Pode ir.

Integração, cidade, gestão, democracia. Nova cultura política. Isso é que o estatuto defende.

Pode ir.

Então, entramos nessas imagens e o Uirá já puxou uma delas.

Pode ir.

Então, qual o primeiro ponto básico? Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços. Nós só ficamos com os ônus; os automóveis ficam com os benefícios. Costumamos dizer que falar de automóvel é falar de privilégios. Toda vez que falarmos alguma coisa de automóvel, as pessoas acham que estamos tirando direitos, mas não são direitos, são privilégios que estamos tirando. Enquanto em relação ao transporte público, à bicicleta e ao deslocamento a pé, estamos falando de resgatar direitos que nós não tivemos.

Este outro item é fundamental: equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros. Isso significa o seguinte: o automóvel carrega 30% das viagens e não deve ocupar mais de 30% das nossas vias. Por isso, está na mão do Governo, a um custo baixíssimo, disponibilizar a via pública para o transporte público. Aí vamos ter congestionamentos de ônibus, como costumam apresentar, geralmente, aqueles que são contrários aos ônibus. Nós vamos ter vias próprias. Em Bogotá, eles colocaram duas vias para o ônibus.

O Prof. Adriano Branco é uma das maiores autoridades de mobilidade urbana do País e acabou de fazer uma proposta para São Paulo, Senador, que eu achei fantástica. Ele faz uma análise de que, se mudássemos a divisão modal entre o transporte público e o automóvel, que hoje é 48% para o transporte público e 52% para o automóvel, se deixassem 70% para o transporte público e 30% para o individual, iríamos disponibilizar 15 milhões de metros quadrados de via. Teríamos condições de construir, a um preço baixíssimo, 180 quilômetros de duas faixas para ônibus em São Paulo, que carregaria essa população do carro. Sabe quanto precisaríamos desses 15 milhões? Nós precisaríamos só de três milhões.

O que se está fazendo aqui em Brasília? Tem um sistema viário que ficou absolutamente ocioso, com mais de 30 anos para o automóvel, que está lá disponível para ser usado. Hoje, quem for andar ali, como eu andei, perto da Candangolândia, quando estamos chegando ao lado de Samambaia, vai ver que tem uma faixa para ônibus exclusiva. Lá não existia. O ônibus ficava lá preso no transporte. Agora, tem uma faixa na W3. Isso é que tem de ser... Agora, vai ouvir o que a CBN fala. Todo mundo: "Ah, vai dar espaço para os ônibus, quando as pessoas estão com seus carros presos e o transporte é ruim". Agora, vai ficar dentro do ônibus. A divisão modal aqui, no Plano Piloto, é para o automóvel; agora, vá para as cidades-satélites. Eu não tenho os dados seguros, mas, nas cidades-satélites, a população é 90% dependente do transporte público. Eu não sei, depois dessa onda toda de facilidade do automóvel, o quanto mudou, mas, na época que estávamos no Governo eu e o Cristovam, a maior parte das cidades daqui era 90% dependentes ou 80% dependente do ônibus. Nós vamos esperar não sei quantos anos para que as pessoas não tenham prioridade no sistema viário, a um custo muito inferior a qualquer construção do sistema metroferroviário e para uma demanda suficiente para sistemas de ônibus.

Pode passar, por favor.

Objetivos da lei: reduzir as desigualdades e promover a inclusão social; promover o acesso aos serviços básicos; proporcionar melhoria nas condições urbanas da população; promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais; e consolidar a gestão democrática como instrumento de continuidade do aprimoramento da mobilidade urbana.

Pode ir.

Aí ao que ela vai: prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte coletivo sobre o transporte motorizado; integração entre todos os modos. Nós não estamos defendendo que o automóvel seja apartado da política de mobilidade. E aí a lei é clara, ao colocar que temos de ter uma política de estacionamento, em que as áreas centrais sejam taxadas. Temos de parar a farra de estacionamento que tem aqui, no Distrito Federal, onde a placa de proibido é, como brincamos, só para inglês ver, pois não serve para nada. O Detran não multa ninguém. Pode parar em cima de gramado, em cima de tudo aqui, em Brasília e a justificativa é que não tem vaga para automóvel. Não é para ter vaga mesmo. Temos é de correr para que os projetos de transporte sejam implantados. Os projetos estão sendo implantados... Nós elaboramos na época do Governo do Cristovam e, até agora, 14 anos depois – não é, Governador? – os projetos não foram implantados e estão aí. E são simples, com corredores de ônibus. Tínhamos lá mostrando como é que eles dão qualidade. É lógico que têm problemas de projeto, eu tenho várias críticas sobre isso, mas há uma mudança de qualidade. As pessoas não podem ficar esperando *ad aeternum*. Levam-se quase dois anos para um projeto de metrô sair, entre ele estar pronto, com o projeto básico, e iniciar, porque temos contra nós, acreditem ou não, a questão ambiental. Eles exigem tanto do sistema metroferroviário! Eu acabei de falar com alguns... Eu acompanho direto o sistema metroferroviário de São Paulo, porque sou aposentado do metrô.

Pode passar, por favor.

Então, participação dos agentes e continuidade das ações.

Vamos lá.

Participação popular.

Pode ir.

Aí os direitos dos usuários. Essa lei tem um conjunto de direitos, como ser informado... São coisas por que brigávamos no movimento popular, coisas simples, como saber horário, itinerários.

Pode ir.

Têm direitos e obrigações, saber dos direitos de todos, sem ser apresentado sobre o que é que está acordado.

Pode ir.

O que podemos fazer de instrumentos de controle: órgãos colegiados – isso para controlar planejamento, fiscalização e avaliação –, audiências públicas, avaliação de satisfação dos usuários. A sociedade hoje tem instrumentos para brigar por aquilo que falávamos tudo no gogó – "isso é justo", "isso é direito" e tal... Agora, tem-se uma lei. E vamos precisar fazê-la pegar. Ela não pode ser uma lei para manter ainda a situação em que está a mobilidade do Brasil.

Eu acho que o maior aliado que temos... Sabem qual é? É exatamente a clareza de todos, mesmo da classe média, de que não há solução para o automóvel. Não tem como se abrigar essa frota crescente. Não temos como brigar contra o trabalhador ter acesso ao automóvel. Temos de fazer o automóvel ser de passeio. Não adianta falar do automóvel elétrico, porque, se pôr toda a nossa frota em automóvel elétrico, vamos precisar de umas doze Belos Montes. Então, esse papo de carro elétrico é papo. O que vai ser, no futuro, é ter as áreas centrais só com um número máximo de carros elétricos alugados. Essa é a discussão que fazemos. O resto tem de ser transporte público. Todos os modais – volto a falar. Quem for para Paris vai ver que se anda num transporte de altíssima qualidade de ônibus, mesmo tendo o maior sistema metroferroviário de transporte do país.

Pode ir.

Aí vem toda parte com relação a mostrar que os Municípios podem fazer medidas, de fato, de restrição do automóvel. E outra: tudo que for feito, todo recurso tem de se voltar para o transporte público e não sair da lógica que a gente está; visando a receita, a aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte coletivo e ao não motorizado e no financiamento à tarifa. Não dá para utilizar o dinheiro... Se um dia se fizer um pedágio ou uma política de taxar estacionamento, isso não pode ir para se fazer vias para automóvel. Do mesmo jeito que não podemos mais admitir uma via... A gente viu aquela foto, eu acho que do Uirá, não sei quem mostrou, de proibição de bicicleta. Eu acho que a gente tem que entrar num processo já para tirar aquelas placas, porque a lei está em vigor desde o dia 12 de abril.

Aqui é a questão dos entes federativos É essa parte que eu estou dizendo e que você pode tanto fazer rodízio como fazer pedágio urbano. Pedágio urbano para mim é atualmente discutir política de estacionamento, porque nenhum governo, eu não conheço nenhum governo que leve a sério a política de estacionamento. Parece que é um "tabuzão" Ninguém pode falar em política de estacionamento, a não ser de garagens nas áreas centrais. Quer dizer, a política é o inverso do que a lei coloca. Na realidade a gente não pode ter garagens aqui no centro. Nós temos é de restringir. Nós temos é de ter um Detran atuando de fato por sua responsabilidade, que é multar quem está em área proibida. Ah! Onde é que vai ficar o carro? Eu não sei. O transporte coletivo não é bom? Ótimo! Então, não podemos ficar na mesma lógica. Vamos esperar uns sete, oito, dez anos para ter uma linha de metrô, com os recursos, com valores muito abaixo; ter um sistema de metrô igual ao que nós temos, que já está lotado, e eles estão prometendo um aumento, e a gente sabe que não dá.

O metrô de São Paulo está já sucateado com relação à quantidade de gente que nós temos lá dentro. Quem quiser vá, faça uma visita à Estação Sé e veja o que é qualidade de sistema de transporte. Faça uma visita a São Paulo e utilize o sistema de transporte público, que é basicamente metroferroviário, veja a qualidade. O que é? Nenhum sistema pode ultrapassar o seu limite de capacidade. Todo sistema tem de ter um poder público fiscalizando para ver a qualidade. Nós conseguimos renovar, na nossa época, mais de 30%, com carros novos, aqui no Distrito Federal Quer dizer, é possível mudar, é possível e não dá para a gente ser preconceituoso, como eu vi nessa mesa.

Pode passar à frente.

Aí entra a questão do plano diretor.

Pode ir.

Aqui a gente tem um Plano de Mobilidade. Olha, um dos principais itens é a acessibilidade para as pessoas com deficiência e restrição de mobilidade; integração. Quer dizer, o plano não pode deixar de ter isso, o que significa que daqui a três anos quem não tiver essas características vai ter de apresentar o plano para dizer: eu estou apresentando essa linha de metrô ou essa linha de ônibus ou essa calçada, porque está no plano. Mas, mas desde hoje, ninguém, nenhum Estado, nenhum Município pode fazer uma obra priorizando automóvel. É isso que a lei está colocando. O Plano de Mobilidade está dizendo só o seguinte: depois de três anos, se você não tiver um plano, você não pode reivindicar recurso nenhum. Você tem de ter o plano.

Mas desde já, sem plano ninguém pode fazer uma obra priorizando o que não é colocado pela lei.

Pode passar.

É isso que eu acabei de colocar.

Pode ir.

Ação do Poder Público. Aí se está falando sobre os Municípios.

Pode ir.

Aqui as cidades são integrantes, fazem parte as cidades integrantes da região metropolitana. Aliás, a questão da região metropolitana é uma das questões que o Estatuto não deu conta Eu acho que é um dos maiores desafios que nós estamos tendo hoje. Nós temos aqui um Deputado, o Deputado Felipe, do PT, que vem trabalhando fortemente nisto: no sentido de a gente ter uma proposta para a região.

Pode passar.

Veja bem, qual foi a nossa vitória? Antes eram 500 mil habitantes para se elaborar um plano de transportes; hoje nós somos 20 mil para elaborar planos de mobilidade, porque mobilidade foi outra conquista nossa. Nós antes só falávamos em transporte público. Hoje a gente fala de mobilidade. Mobilidade significa falar da mesma coisa que se move. Então, o automóvel está no Plano de Mobilidade, como a calçada, como a ciclovia e como o transporte público. Na época a gente só falava em transporte público. Hoje a gente fala de mobilidade urbana, para a gente parar de achar que uma coisa está fora da outra. Quando a gente fala do automóvel, a gente vai ver que nós gastamos quase R$90 bi, por ano, e desses R$90 bi, mais ou menos 80% em mobilidade é para o automóvel. A gente tem esses dados, vários dados na ANTP que a gente poderia subsidiar.

Pode ir.

Aqui é o plano diretor.

Pode ir.

Aí é Imposto Predial.

Pode ir.

Pode ir.

Eu só queria fazer uns comentários finais sobre estes três itens: Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas, Estudo de Impacto de Vizinhança. Esses três itens é que a gente precisa aprofundar na área de mobilidade.

Pode passar para a última imagem.

Isso aí é tudo sobre o Estatuto e o nosso desafio hoje é introduzi-lo.

Era isso.

Muito obrigado, Senador.

Não sei se ultrapassei muito... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O presidente do Movimento pelo Direito ao Transporte, Nazareno Stanislau Affonso, ficou dentro do mesmo tempo dado aos outros convidados e expressou aqui o seu ponto de vista. Já vi que há posições divergentes aqui na Mesa.

Mas que bom – não é, Senador Cristovam? – que temos posições divergentes. Ninguém melhor que V. Exª, que foi governador de Brasília e é um grande Senador da República, para iniciar esse debate.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Paulo Paim, eu quero pedir desculpas, porque eu vou falar e sair. Então, não vou fazer perguntas, porque seria muito indelicado. Eu vou fazer comentários. Mas, primeiro, um comentário sobre o que falou o Nazareno, quando lembrou que nós conseguimos renovar a frota e reduzir a tarifa. Nós conseguimos reduzir a tarifa do ônibus, que é algo quase impensável, mas conseguimos.

Eu vi, Senador Paim, pouca discordância, porque a discordância foi basicamente em torno de se é trilho, se é pneu. O que eu vi foi uma análise bem feita de todos; eu vi foi um caos que nós vivemos; eu vi foi um caos crescente e assustador e eu vi uma coisa que eu gostei muito: ninguém aqui defendeu que a solução é o transporte privado. Ninguém defendeu que a solução é todo mundo ter um automóvel, como ainda se defende por ai demagogicamente. Eu tenho até dito, quando muitos falam para mim, "mas, agora, que a gente está tendo o carro que os ricos tiveram", eu digo: então, vamos proibir os ricos de terem para que os pobres tenham pelos próximos dez anos. Depois de dez anos, a gente permite outros terem, para sermos justos e eficientes. Senão, nós vamos ser ineficientes e terminamos sendo injustos, mesmo com financiamentos a 100 meses, em que a pessoa fica endividada, deixa de comer hoje para pagar a prestação, e fica engarrafada, não vai mais depressa.

Mas o que eu gostaria de provocar e não é uma pergunta, é uma provocação apenas, é que eu acho que faltou uma radicalidade maior. É a ideia de não se precisar de tanto transporte. Eu gostei muito de ver que a cidade apareceu. Aqui não se ficou falando só em aumentar transporte, mesmo público. Falou-se que é preciso reorganizar as cidades. Mas essa reorganização das cidades pode ser feita não apenas do ponto de vista da engenharia e da arquitetura, mas dos hábitos. Hoje em dia já se pode trabalhar de casa. Temos que rever essa ideia de que tem que se bater ponto fisicamente, quando se pode fazer alguns trabalhos desde a casa. Já se pode assistir a aulas de casa. Não é preciso tanto engarrafamento em porta de escola de ensino médio para cima. No ensino fundamental eu ainda acho que é fundamental a presença por uma

questão de sociabilidade das crianças. Mas a partir do ensino médio já se pode ter um dia de ensino a distância. Nas universidades já se pode ter muito ensino a distância, o que reduziria muito os engarrafamentos nas noites, o que é um fenômeno novo no Brasil e em parte por uma coisa muito positiva, que é ter mais estudantes universitários. Já é possível, também, através de algumas políticas – difíceis, é verdade – reduzir o tamanho das cidades, fazendo com que, ao invés de grandes cidades, tenhamos um número maior de cidades de porte médio e pequeno através de incentivos diferenciados. Houve um tempo em que ser gordo era sinônimo de beleza e cidade grande era sinônimo de riqueza. Hoje, descobrimos que ser gordo não é nem beleza, nem saúde, mas ainda continuamos achando que cidade grande é riqueza e que é privilégio. A gente comemora quando vê que somos a maior cidade da América Latina. Deveríamos é ter vergonha de não termos feito uma distribuição territorial da nossa população de tal maneira que nenhuma das nossas cidades fosse muito grande.

Temos uma concentração muito forte da população nos grandes centros, menos do que a Argentina, talvez, mas muito forte, fruto, claro, de não termos feito a reforma agrária na hora certa. Se a tivéssemos feito na hora certa, nossas supercidades, nossas megalópoles não seriam desse tamanho. Nós industrializamos usando tecnologias que atraíam mão de obra para as grandes cidades em vez de investir nas pequenas há 50 anos. Erramos muito. Está na hora de pensarmos em como acertar. O que vocês trazem aqui são dados em que, sinceramente, não vi tanta contradição assim, apesar de alguma. Mas acho que vale a pena termos uma discussão não sobre transportes, mas sobre cidades. A cidade apareceu aqui pegando carona com o transporte, mas tinha que ser o contrário: o transporte pegar carona no conceito de cidade, de nova cidade, de nova maneira de se viver. E a mobilidade é um pedacinho disso.

Temos nos orientado para discutir a mobilidade, o que já é um avanço em relação ao transporte. Mas a mobilidade é um detalhe do, como estão chamando por aí, *buen vivir*, como dizem os equatorianos, ou a felicidade como dizem outros países, ou ainda o bem-estar. É isso que temos que procurar. O transporte é fundamental, não há dúvida nenhuma, mas é uma parte. As leis trabalhistas, que são um avanço imenso, se não as mudarmos, atrapalharão o transporte, porque não dão ao trabalhador o direito de ter horários flexíveis ou ter locais flexíveis de onde trabalhar.

Senador Paim, desculpe-me, já recebi aqui o recado, porque a pessoa que vai estar comigo às 12h30m já está me esperando, e não vou poder adiar com ele, porque às 2h preciso estar no plenário para que haja sessão, já que sou o primeiro inscrito. Então, peço desculpas, digo que estou aí, que acho que foi enriquecedor o debate. Acho que em uma coisa estamos de acordo: não é o transporte privado que vai resolver o problema do transporte. Pode até resolver o problema da indústria, por algum tempo, até que o imenso congestionamento geral nos faça chegar à conclusão de que a gente vai ter que ter mais guindastes para tirar os carros de onde eles estão, porque, andando, eles não vão sair. Vai ser uma boa indústria em guindastes especializados em retirar automóveis dos engarrafamentos intermináveis.

Agradeço ao Nazareno por ter lembrado alguns pontos do nosso Governo. Acho que demos alguns exemplos. Ao mesmo tempo, digo que aquilo já faz quase vinte anos. De lá para cá, não apenas se agravou muito o problema como também surgiram novos sistemas, como os VLTs, como os veículos sobre pneus, essas linhas automáticas que não dependem só de cada unidade de ônibus. Não é possível abandonarmos os ônibus, mas há muitos tipos de ônibus, e é possível, sim, combinar, como você mesmo falou, os modais referenciados, casando tudo isso.

Senador Paim, peço licença a todos vocês, mas já me atrasei vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Fique à vontade, Senador Cristovam. Vou, de imediato, passar a palavra ao Dr. Diretor do nosso Ministério das Cidades, Antônio Borges.

Antes, esclareço que, quando falei em divergência, foi principalmente por aquilo que ouvi o Nazareno dizer enquanto o Carlos, aqui, se mexia na mesa, dizendo: "não, senhor, não senhor." Que há divergências, há. É inegável que haja! O Senador Cristovam tentou dar uma harmonizada, mas, que existe divergência na Mesa, existe, no maior alto nível.

Dr. Antonio Borges com a palavra.

O SR. ANTONIO BORGES – Parabenizo pela iniciativa desse debate, Senador, e coloco à disposição toda a nossa diretoria do Ministério das Cidades. A Presidente Dilma, quando criou o programa Viver sem Limites, criou a nossa Secretaria, deu-lhe atribuição de acessibilidade, mudando inclusive o nome da nossa Secretaria, que passou a se chamar Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos.

Eu gostaria muito de debater o tema acessibilidade, um tema exclusivo – conheço o Aires há muito tempo, desde que era chefe de gabinete do Senador Flávio Arns –, um tema com que trabalhamos há muitos anos. Tenho certeza de que é necessário que esse tema seja mais discutido. Que bom seria se todo transporte público tivesse a acessibilidade que o metrô tem.

Precisamos de que todos os ônibus, que transportam a maioria em todo o Brasil, como bem falou Nazareno; enfim, que esse transporte público seja realmente mais acessível. Que nossos ônibus tenham condições de atender a todas as pessoas em todos os municípios brasileiros. Infelizmente não é isso que vemos. Então, coloco-me à disposição, assim como coloco o Ministério das Cidades também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns a V. Exª, Diretor Antonio Borges. Achei interessante a ideia de fazermos aqui uma audiência pública para discutir especificamente a questão da acessibilidade. Até em relação a esses dados e números que surgiram aqui, eu trabalhava com números em torno de 28 milhões. Já me disseram que não, que, na realidade, são 45 milhões. Aí vai. Então, é bom debater esse tema, ver a abrangência, de fato, e qual é o nosso compromisso com a acessibilidade. Segundo suas sugestões, vamos marcar e combinar com o próprio Ministério das Cidades assim como combinamos esta que, no meu entendimento, está sendo uma boa audiência pública, pela participação que recebo aqui, inclusive pelo meu telefone manual, das pessoas que perguntam e participam.

Como o nosso tempo avançou muito, o que podemos fazer? Podemos distribuir em torno de cinco a dez minutos para cada um, para considerações finais. Cada um, então, coloca seu ponto de vista sobre tudo o que foi dito. Vamos, se vocês assim entenderem, inverter agora e vamos começar com o Nazareno. Vamos inverter a ordem.

É melhor colocar a ordem primeira? Então, está bem. Houve entendimento. Para mim, tudo bem, não há problema. Eu quis apenas inverter, mas vamos lá. Não há problema algum. Passamos a palavra, para as considerações finais, à Drª Carolina, que aqui representa o Ministério das Cidades.

A SRA. CAROLINA BAYMA CAVALCANTI – De tudo o que ouvi aqui, na verdade, coisas muito interessantes, enfim, quero destacar um ponto que diz respeito especificamente ao próprio Estatuto das Cidades e ao que o Estatuto traz como instrumento para viabilização de todas essas coisas de que ouvimos falar aqui. Nossas cidades, hoje, precisam de muito para melhorar tanto na questão do transporte, quanto na questão da acessibilidade. A pergunta é: como o estatuto das Cidades e o plano diretor podem contribuir para essa melhoria e para que se materializem cidades melhores? Na verdade, trata-se de algo que o Nazareno pincelou no final da sua apresentação e que quero retomar. Uma coisa, é claro, é o avanço que representou a lei da mobilidade, da incorporação do plano de mobilidade ao plano diretor e da importância que isso vai ter na melhoria da mobilidade e acessibilidade nas nossas cidades. Destaco um pouco daquilo que precisamos fazer para além do planejamento porque a experiência dos planos diretores hoje, dos onze anos de Estatuto das Cidades, nos mostra que existe uma necessidade de avançarmos sobre o próprio processo de planejamento. Precisamos pensar em estratégias para se viabilizar o que se planeja, viabilizar o que se discute, viabilizar o que se projeta para as cidades. E, nisso, o Estatuto da Cidade pode contribuir muito por meio dos instrumentos de gestão que ele traz. O Nazareno trouxe aqui alguns exemplos como operações urbanas, EIV. Acrescento mais um, que é a outorga onerosa, porque, enfim, todas essas mudanças que precisamos promover dentro das cidades requerem dinheiro e, de nossa, parte, precisamos de gestão para conseguir levar isso a termo e fazermos, de fato, melhorias nas nossas cidades, seja para implementar mudanças físicas estruturais, seja pela questão tarifária dos transportes. Nisso, a parte de regulação urbanística pode ajudar muito, com questões de aumento da capacidade de autofinanciamento dos municípios para que eles não fiquem tão dependentes como são hoje dos fundos de participação e também através da regulação do território.

Uma coisa muito bacana que o Nazareno destacou aqui foi a justa distribuição dos ônus e bônus da urbanização. Que possamos utilizar aquilo que chamamos, na área de urbanismo, de captura de mais-valia. São mais-valias urbanas geradas pelo processo de urbanização para que isso possa ser socialmente distribuído através exatamente desse tipo de iniciativa, seja para promoção de transporte, promoção de acessibilidade universal, de saneamento básico para todos. Essas são questões que, hoje, ainda são gargalos dentro do desenvolvimento urbano de nossas cidades. Então, acho que falta a gente conseguir se debruçar sobre esse instrumental que o Estatuto das Cidades traz e analisar como ele pode nos ajudar a viabilizar todas essas transformações estruturais que precisamos fazer nas nossas cidades para criar, de fato, cidades que sejam includentes, democráticas e sustentáveis. Acho que essa é a nossa contribuição aqui, do Ministério, do Estatuto, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Carolina Bayma Cavalcanti, coordenadora de gerência, assistência técnica e planejamento urbano, acessibilidade e reabilitação urbana, que aqui representou o Dr. Antonio Borges, que também deu a sua contribuição. Acatamos a ideia e faremos nova audiência para discutir especificamente a questão da acessibilidade. O debate aqui é o Estatuto das Cidades, mas, naturalmente, acabamos por canalizar

mais para a questão do transporte até porque as estatísticas mostram que os acidentes no trânsito são os que mais matam hoje no Brasil. Então, é natural que isso acontecesse.

De imediato, vamos passar, para suas considerações finais, a palavra, por cinco minutos – se necessário, amplio um pouco – ao Professor Mestre em políticas públicas e formas alternativas de energia, Professor Carlo Penna Bressianini.

O SR. CARLOS PENNA BRESSIANINI – Obrigado, Senador. Eu já imaginava que fôssemos chegar a esse nível de discussão. Vim preparado e trouxe imagens. Por favor, eu queria que congelasse a imagem desse ônibus elétrico. Por favor.

Este é um ônibus elétrico que hoje chamamos de Velp – Veículo Elétrico Leve sobre Pneus. O som é ambiente. Perceberam que é extremamente silencioso? Este é o próprio sendo examinado mais de perto quando foi entregue. Então, em que ele difere do ônibus tradicional? Primeiramente, o motor dele não é a *diesel*, é elétrico. Esse é o primeiro ponto. Ele pode até ter uma unidade *diesel* para casos de emergência e para trechos em que não tenha captação de energia elétrica.

Temos outra coisa interessante: ele é todo de piso baixo, ou seja, o piso dele nivela com a calçada. Então, você entra da calçada para o ônibus sem pegar a escada. O cadeirante entra, o carrinho de bebê entra, o cego, que esta com ou sem cão guia, não sofre o risco de tropeçar, de cair, porque não há escada.

Isso que está aparecendo fica no topo da cabine do motorista. Volte por favor. Leitor de *laser.* Isso. Congele, por favor. Esse leitor de *laser* fica no topo da cabine do motorista, do lado de fora. Ele lê uma trilha que é pintada no chão. Em alguns casos, o motorista não precisa simplesmente segurar o volante, porque o ônibus vai seguindo aquela trilha. Pode soltar.

Então, o que acontece? Isso dá uma segurança, ao guiar, muito grande. Aí é que chamo a atenção: não é preciso fazer o corredor porque o corredor é uma barreira urbana, e nós estamos fugindo das barreiras urbanas. É esse o conceito da cidade amigável. É por isso que o transporte entrou na questão do meio ambiente, entrou na questão do Estatuto das Cidades. Reparem que esses ônibus têm grandes áreas envidraçadas, justamente para serem claros e dispensarem o uso de energia elétrica. Não vou dar o nome desse para não fazer *marketing*, mas existem outros fabricantes que trabalham com ele.

Pode adiantar um pouco, por favor, porque agora já começa a repetir. Pare, por favor.

Reparem no lado esquerdo, amarelo e vermelho. Esses são leitores eletrônicos dos cartões inteligentes, ou seja, parte-se do princípio da integração. Quem usa esse tipo de veículo sai dele e pega metrô, aluga uma bicicleta, pega uma *van* elétrica do próprio sistema, ou seja, o sistema todo é integrado. É uma rede de transporte com vários meios de transporte, vários modais de transporte diferentes. Esse conceito é simples, mas é o que determina a qualidade do sistema.

Próximo, por favor.

Repararam que o nível da porta é exatamente o nível da calçada do lado de fora, garantindo acessibilidade das pessoas?

Próximo, por favor.

Adiante mais, por favor.

Aqui estamos mostrando detalhes, rodas motoras do eixo traseiro.

Próximo, por favor. Ao final, por favor.

O piloto é o motorista, ele praticamente tem sistema de televisão acoplado.

Próximo, por favor.

Estamos agora em Zurique. Volte, por favor.

Acho importante esclarecer o seguinte: não é que sejamos contrários ao ônibus, mas ônibus não tem de fazer o trabalho de metrô. O metrô transporta 500, 600, 700, 1000, 1200 passageiros. Não devemos botar ônibus para fazer isso, porque ele vai superlotar a via. O mesmo erro que estamos cometendo de botar excesso de automóvel vamos repetir botando acesso de ônibus. Vai dar no mesmo, no final. Então, o que estamos dizendo é que o ônibus entra abastecendo o sistema de transporte de maior envergadura. Vejam o seguinte: este ônibus é biarticulado. O som que vocês estão ouvindo é o som ambiente de Zurique. Reparem como é silencioso. Não foi inseria trilha sonora justamente para vocês perceberem o som. Agora, lá atrás vai passar um bonde. Por quê? Porque o sistema de bonde é eficiente até hoje. Estão percebendo que está passando um bonde atrás de três carros? Mais adiante, vai descer dessa ponte metálica outro bonde de cremalheira. Então, existem dezenas de sistemas de transporte que podemos ter nas cidades, e é isso que estamos explicando. Temos que combinar inteligentemente esses modais. Um não é inimigo do outro, mas cada um tem de ter seu papel. Não é para botar um ônibus fazendo serviço de metrô. Outra coisa: o *diesel*, querendo ou não, é emissor de gás carbônico. Podemos reduzir a quantidade de enxofre – vejam aí o bonde de cremalheira descendo –, mas não conseguimos reduzir a quantidade de CO_2 que ele libera porque o CO_2 faz parte da molécula do *diesel*, é hidrocarboneto, hidrogênio com carbono. Não tem como tirar. É essa a questão.

Então, o que estamos propondo? Que combinemos tudo de maneira inteligente com vistas à saúde e

ao meio ambiente das cidades e das pessoas para o Século XXI. Torno a dizer: este é o som ambiente. Este é o barulho que um ônibus elétrico faz.

Encerrando com o que acho muito importante: quando utilizamos esse sistema nessa forma, não criamos barreiras urbanas. Eu gostaria de perguntar o Senador Paulo Paim se existe diligências, audiências públicas externas desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Existe, sim, podemos fazer.

O SR. CARLOS PENNA BRESSIANINI – Dou uma sugestão para V. Exª pensar. Como diria o Senador e Professor Cristovam, trata-se de uma provocação: vamos alocar os que têm implantado os diversos tipos de sistemas públicos, com suas qualidades e seus defeitos, para compararmos. Pegamos a experiência positiva de todos e retira a experiência negativa de todos. Não estou dizendo que um vai ser excluído em definitivo. O que estou dizendo é que temos que utilizar de maneira mais ambientalmente, o mais mobilisticamente correta o transporte público. Quando você faz uma grande marginal, um sistema de transporte de corredores, você secciona a cidade ao meio, você quebra a mobilidade e acessibilidade das pessoas, além de entrar com uma poluição ambiental muito grande. Então, para não termos de consertar isso, o que demandaria bilhões e bilhões, vamos, a partir de agora, fazer o benfeito. Como eu estava dizendo antes, não estamos com um projeto de país para dez anos, estamos com um projeto de país para 100, 150 anos. Vamos, então, fazer o que seja melhor. Não vamos nos contentar com o mediano. Vamos fazer o que for melhor para podermos ter realmente condições de, quando gastarmos o dinheiro, gastarmos de maneira eficaz. E, a partir disso, devemos gerar o lucro social. E assim gastaremos o dinheiro que agora deixamos de gastar, que será o lucro desse bom transporte, em outras coisas. Então, é fundamental termos uma boa política.

Muito obrigado, Senador. Fica a sugestão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Professor e Mestre Carlos Pena Bressanini, cuja visão é de que haja uma integração entre os dois transportes coletivos. Ele é professor e mestre em políticas públicas e formas alternativas de energia.

Passamos a palavra agora ao Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG Rodas da Paz, do Distrito Federal.

O SR. UIRÁ FELIPE LOURENÇO – Bom dia, senhores. Farei comentários rápidos.

A questão do marco regulatório da legislação realmente está bem resolvida. Acho que tanto o Estatuto da Cidade quanto a Lei de Mobilidade Urbana, bem como leis distritais que temos aqui – coloco em eslaides – nos faz perceber que na lei, na teoria está muito bom, mas, na prática, há dificuldades. Gostei de ver e ouvir o Aires, que está aqui, porque eu, que só ando de bicicleta, vejo alguma dificuldade apesar de toda a experiência que tenho. Eu morava em Águas Claras e vinha para cá, todos os dias, de bicicleta. Não é algo trivial. Realmente, não recomendo, para alguém que não tenha experiência, fazer esse trajeto de bicicleta. Nessas situações, fico sempre imaginando um cadeirante, um cego. Até atualizei essa apresentação e tirei as imagens e fotos que havia incluído de cadeirantes tentando ser içados em ônibus que não têm acessibilidade ou tendo que ir para a rua porque a calçada ou não tem rampa ou está invadida por carros. É incrível como na Capital Federal, que deveria ser exemplo, isso acontece inclusive na região central. Não estou falando de Samambaia e Ceilândia; falo do Plano Piloto, Esplanada, Eixo Monumental. Realmente, a situação é complicada. Acho que, já que temos um marco regulatório suficientemente bom – algumas coisas podem ser aperfeiçoadas; mas, em geral, a legislação é boa. Acho que falta aos planejadores, às pessoas que pensam as cidades, irem para as ruas, olharem e sentiram as dificuldades.

Às vezes, a pessoa, planejadora de escritório, deve ir com uma cadeira de rodas, ir de bicicleta ou ir a pé para sentir as dificuldades. Acho que precisamos partir para esse lado prático de ver onde estão as dificuldades e pensar possibilidades. Só em gabinete, só indo de carro para o trabalho e imaginar a cidade de forma teórica é inviável. Então, não é só ouvir a comunidade, os usuários, mas também sentir. Acho que nós, pelo movimento da causa ciclística, tentamos passar isto: que as pessoas tenham a percepção de como é usar a bicicleta. Temos a ciclovia, mas é mal projetada. Então, a ciclovia, em si, pode ajudar como pode até, se não for bem planejada, se não tiver sinalização nos cruzamentos, não incentivar da forma como deveria. Acho que esse aspecto é muito importante. Acho que é basicamente isto, ou seja, ver a bicicleta como meio de transporte, mas também considerar o pedestre, o cadeirante como as pessoas que mais sofrem. Às vezes, de bicicleta, percebo as dificuldades e fico imaginando essas outras pessoas. Então, é questão do acesso universal, ou seja, não só o indivíduo que tem carro é pode ter sempre um caminho contínuo, mas as pessoas que estão sem carro devem ter seu caminho contínuo e seguro. Acho que essa é a grande mensagem, ou seja, mudar o dia a dia da cidade:

termos cidades saudáveis e democráticas, cidades de acesso a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG rodas da Paz do DF, que fortaleceu mais uma vez a importância da bicicleta.

Agora eu passo a palavra para o Aires Neves Júnior, engenheiro e assessor aqui do Senado, pessoa que atua muito nessa área da acessibilidade.

O SR. AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR – Agradeço muito, Sr. Presidente, é sempre um orgulho representar um Senado onde quer que seja. Eu não me sinto qualificado para entrar nesse debate de modal ou que é melhor ou que não é. O que eu sei dizer, com muita propriedade, é que a violência urbana, principalmente o trânsito, tem sido a pior fonte de deficiência, a fonte mais grave de deficiência entre os brasileiros.

Hoje em dia a deficiência não está mais associada à condição social: aquela pessoa que era pobre e morava em um local insalubre, não tinha vacina, ficava doente e adquiria uma deficiência. Hoje em dia o engenheiro sai de casa para trabalhar e sofre um acidente de trânsito. Qualquer um de nós aqui pode sair deste local aqui, queira Deus que não, sofrer um acidente e tornar-se uma pessoa com deficiência.

Então, a pessoa com deficiência hoje está em todo o espectro da sociedade. Ela tem necessidades, direitos e obrigações com todos os demais, por isso que é tão necessário, tão importante, que se preveja o desenho universal, conforme o Senhor colocou ali: vale para o idoso, vale para a mulher grávida, vale para a pessoa com deficiência – nosso amigo engenheiro Boris sabe disto: sempre que houver a construção de um plano de residências do Governo, por exemplo, que os elementos estruturantes já prevejam a acessibilidade.

Eu não digo que todas as residências tenham aquela alça de segurança, que tenham aquelas coisas atípicas da pessoa com deficiência, mas a largura das portas, a largura dos corredores tem de possibilitar, porque eventualmente pode uma pessoa com deficiência não ser capaz de circular dentro de sua própria casa em uma eventualidade dessa. Este é o cuidado que se deve ter: elementos estruturantes necessariamente têm que prover e permitir a acessibilidade. Acerca de nossa produção legislativa, que é muita (conforme falei), só é muita porque há unanimidade entre os Parlamentares aqui acerca dos méritos dessas legislações. Nenhuma matéria acerca da pessoa com deficiência tramita nesta Casa com contraditório ou com opiniões divergentes. Todos são unânimes e favoráveis, inclusive a própria administração: a administração das casas, Primeira Secretária, Diretoria-Geral, Presidência; enfim, todos contribuem e todos estão conscientes de que esse é o bom caminho.

Agradeço e obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o engenheiro Aires das Neves Junior, que aqui expôs, mais uma vez, seu ponto de vista com muita clareza.

Agora nós vamos para o Nazareno, Presidente do Movimento dos Direitos de Transportes e estamos logo o Afonso.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – É, Sr. Presidente, eu e o Carlos vamos ficar com a nossa divergência para sempre e pelo jeito, porque é o seguinte, olha só, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quando a Drª Maria Rosa for encerrar, ela vai ver se consegue costurar isso.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – Nós temos os ônibus com todas as características que ele colocou: fabricado no Brasil, com o mesmo tipo de desenho, acessível, piso baixo, tudo arrumado.

Infelizmente, nós tivemos uma derrota, Aires, pois, na hora em que estávamos regulamentando, deixou-se o bendito do elevador. E aí o pessoal entrou a colocar o elevador como ruim para as pessoas com deficiência, ruim para o usuário e tudo o mais. E nós temos a melhor fábrica de ônibus do mundo! Nós temos todos os ônibus com piso baixo e – como ele falou – com controle de GPS, sabemos onde está cada ônibus, de que jeito, que hora ele vai passar, a população sabe o horário de ônibus, sabe tudo! A única diferença... É um ônibus que até eu conheci. Fui à fábrica – acho que em 1995 – para conhecer. É muito interessante: ele funciona até para esses veículos de baixa capacidade em espaço compartilhado com o pedestre. Então, ele é bom! É a mesma coisa do bonde moderno a que chamamos de VLT. Porém, nós precisamos carregar massa de população. E a população está, hoje, 93% sendo carregada em condições péssimas. E nós temos de tirar o atraso! São 30 anos de abandono! E esse sistema de ônibus. Eu gostei da ideia dele. Ele deveria conhecer e ir a Bogotá, que ele não tem a menor ideia do que é Bogotá.

Você conhece Bogotá? Então, eu não sei aonde você foi a Bogotá, porque eu fui para lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou fazer uma diligência externa em Bogotá.

O SR. NAZARENO STANISLAU AFFONSO – É! Mais teremos de fazer juntos, porque eu acho que ele foi em algum lugar, que eu fui no outro, não é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Estou na Mesa.

O SR. NAZARENO STANESLAU AFFONSO – E aí... Outra coisa que eu queria falar é que nós temos condições de dar um sistema de alta qualidade. Se ele quiser, nos vamos ao Rio de Janeiro, que já tem um corredor de ônibus de BRT e já existe outro com prioridade no sistema viário: duas faixas em Copacabana. Quer dizer não tem jeito: nós temos, em curto prazo, de dar prioridade no sistema viário para os ônibus. Os ônibus têm de sair de congestionamentos. É a primeira coisa que temos de fazer. Onde vai ficar o carro, como o carro vai ficar são outros quinhentos. Se a pessoa não vai deixar o seu carro, porque não tem um transporte público de qualidade... A população que o utiliza hoje não utiliza transporte público de qualidade. Por que eu tenho de me preocupar com quem tem carro? E quem anda de ônibus? Eu não tenho de me preocupar de dar uma qualidade para ele já?

Então, se a gente só disponibilizar o sistema viário, como está sendo feito, com pequenas iniciativas, o usuário já ganhou não sei quantos minutos. E é com esse cara que temos de nos preocupar e onde a população é transportada. Não temos de nos preocupar com o sistema cicloviário no País.

Eu queria fazer o comentário do que o Cristovam colocou. Eu fui um dos coordenadores de uma tese, em 1989, chamada "O não transporte: a reconquista do espaço e tempo social".

Nessa tese, que nós tivemos do Washington Novaes, um comentário dez anos depois, e eu fiz um outro artigo 20 anos depois. A ideia básica é esta: a gente reduzir a necessidade de viagem. Desenvolver cidades mais concentradas, cidades em que tenhamos condições de usar o desperdício do sistema viário – que nós temos generalizado em todas as cidades –, porque temos todo mundo indo e, do outro lado, o trânsito parado.

Na época do Cristovam, nós criamos essa mão horária. Um exemplo disso foi feito para Taguatinga. Não é? Quer dizer, você usa o sistema viário na hora que se deve usá-lo. Ele geralmente é ocioso.

Então, o que a gente faz? A gente que de localizar atividades nas outras pontas. O que temos de fazer hoje? É desenvolver Taguatinga e outras... E não continuar colocando emprego aqui. É isso que o Cristovam estava colocando e que eu acho fundamental.

Com relação aos meios de Internet, há uma dúvida sobre isso e que é a seguinte: acho que todos nós trabalhamos dez vezes mais do que antes da Internet do que o telefônico móvel. Em primeiro lugar, nós trabalhávamos só oito horas quando íamos trabalhar; agora, onde estamos, estamos com este "danadinho". E, agora, com esse smartphone, que tem tudo e a qualquer hora... Então, nós estamos ferrados em relação a isso.

A última coisa que quero fazer é até objeto da minha entrevista. Nós temos de capturar mais-valia do sistema de transporte. O metrô de São Paulo foi construído... Só que ele gerou de aumento de IPTU daria para construir o metrô.

Então, o que acontece hoje? Nós fazemos investimentos públicos e quem ganha é a especulação imobiliária. O que queremos é que, ao fazer um sistema de alta capacidade, seja ônibus, metrô o que seja, esse sistema tem de estar amarrado a um projeto público global e não deixar ser feito e depois as pessoas ganham o lucro no dia seguinte.

O mesmo ocorre com... Como é que chama aquela que vai reservar a área para pessoas de baixa renda? Nas ZEIS, nós tivemos um desastre! Com todo o respeito, por um lado foi bom; mas, por outro... Falo com relação a "Minha Casa Minha vida", para gente não ter generalizado. Devemos exigir das ZEIS para implantar a "Minha Casa Minha Vida. Se tivéssemos exigido, o preço da terra não teria chegado onde chegou, e nós estamos perdendo não sei quantas unidades, a cada ano, pela especulação imobiliária.

Desculpe, Doutor, foi o mais rápido o máximo que eu consegui falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi bem, foi bem! Foi o Presidente do Movimento pelo Direito do Transporte, Nazareno Stanes lau Affonso...

Eu estou dando cinco minutos, depois dou cinco e mais outros cinco, até que a pessoa possa concluir o seu pensamento.

Agora, para encerrar, a Professora Doutora Decanato de Extensão da UnB, Professora Maria Rosa Ravelli de Abreu.

A SRA. MARIA ROSA RAVELLI DE ABREU – Eu acho que a pergunta é: por que as pessoas estão precisando, cada vez mais, usar o automóvel nas cidades brasileiras, ao contrário do que está ocorrendo em outros países, não é?

Esse é o ponto.

Então, por que nós temos de usá-lo? Porque o transporte público é ruim e caro. Esse é ponto! Para o trabalhador, para as pessoas de baixa renda é mais barato pagar a prestação de um automóvel e pagar a gasolina do que pagar o transporte público porque, cada vez que se sobe em um ônibus, você tem em uma linha e pagar uma nova tarifa.

Então, o transporte público é caro e tem vários subsídios como o vale transporte, o vale idoso, ele tem o vale estudante, tem subsídio no diesel. Ele tem muita coisa já... A compra do ônibus é feita pelo BNDS, a fundo perdido. Eu vou falar... Eu me preocupo com o transporte público. Eu trabalhei muitos anos com o professor Cristovam. Eu comecei a minha militância,

graças à força que ele deu na época da Constituinte, em que fizemos um programa Todos Somos Constituintes. Todo cidadão tem o direito de participar e ajudar a melhorar a nossa realidade.

E eu não me conformo, como pessoa e cidadã, de ver um rapaz e uma moça, na motocicleta, caídos no chão e pedestre morto. Vemos isso todo o dia e sabemos que isso é desnecessário. Se houver uma política pública correta de transporte público, de imobilidade não ocorreria isso a essas pessoas. Os trabalhadores são os mais sacrificados.

Então, quem tem sensibilidade, um pouco de sentimento pelos outros, não pode concordar com essa política massacrante de transporte público. O transporte público dá muito lucro no País. Isso é errado! Para se ter lucro, a gente vai ter empresa ou outros negócios. Não é lugar de altos lucros o transporte público e a saúde pública.

Então, tem lugar sim... Não sei, Senador, se estou falando isso incorretamente, mas eu acho que há certas coisas que são essenciais para a sociedade funcionar bem, até para a competitividade de nossa economia.

Um transporte todo entravado... Inclusive o de cargas, como está sendo no País hoje, está atrapalhando o nosso crescimento. Por que a China está tão avançada? Ela tem excelentes ferrovias de carga.

Então, o transporte publico é injusto porque dá altos lucros... Essas operadoras, que são empreendedores competentes, podem muito bem ter lucros em outros setores e inclusive operar o transporte público com um pagamento justo. E a tarifa do ônibus ser controlada pelo Estado. Aí, sim, você pode, como ocorre na Europa, você subsidiar até 70%, com dinheiro público, o estado, o município e a região. A União, na França, por exemplo, subsidia fortemente o transporte público, porque não é para eu, o operador, ter alto lucro. Eu só ganho o o pagamento justo para operar aquela linha.

Então, essa mudança é importante. Agora a discussão se é metro, se é bicicleta, se é ônibus, se é automóvel, se é barco, se é avião... Cada um tem uma função. Por isso o conceito novo de transporte público se chama intermodalidade, que é você integrar os diferentes modais. É o cidadão ir a pé, ir de bicicleta. Depende aonde ele vai, no momento em que ele vai e conforme sua necessidade.

O papel do Estado é, então, dar, organizar, desenhar. Nós não temos que inventar nada! Já existem as boas práticas que funcionam. Felizmente, a tecnologia hoje está barato, a energia está sendo desenvolvida. Mas alguém fala: "Puxa, mas nós precisamos gastar petróleo, porque o Brasil..." Não vamos prejudicar essa nossa riqueza que é o petróleo, não vamos prejudicá-la. O petróleo é um bem finito e que tem um valor que pode muito bem ser usado na petroquímica. Não é justo queimar, no curto prazo, para o automóvel, sendo que você pode usar para os novos avanços da tecnologia.

O álcool... Nós estamos importando álcool dos EUA, por quê? Nossas terras agricultáveis, o Estado de São Paulo é um exemplo, está todo usado para fazer combustíveis, porque o álcool na verdade para o automóvel é o agrocombustível, não é?

Então, o Brasil não precisa... Então, você não vai prejudicar ninguém! Eu acho que na sociedade tem de se ter uma negociação. Foi muito bem colocado aqui, no início, que a cidade é uma arena de conflitos – e todos legítimos.

Então, o produtor do álcool diz: "Vamos equilibrar". Vai usar menos automóvel no dia a dia? Vai consumir menos combustível, vai fomentar o veículo elétrico? Vai usar menos combustível. Reconverte! Quem já trabalhou em roça, em fazenda, sabe como é: você reconverte a produção, permanentemente.

Um tempo atrás, quando eu fui a uma região, lá em São Paulo, já vi surgir seringueiras. Por que seringueiras? Porque o cara falou que colocaram uma fábrica de pneus Goodyear aqui perto. Então, reconverte! Então, não vamos prejudicar o setor alcooleiro do etanol; não vamos prejudicar absolutamente o petróleo, que é um bem, e não é preciso gastar a riqueza que está ai e queimar toda em um curto prazo, isso é falta de visão do futuro. Precisamos trazer o novo que vai dar dignidade, porque não é justo um massacre diário do trabalhador brasileiro nesse tipo de transporte. E como o transporte é baseado no lucro e quem controla a tarifa é o operador, o que está acontecendo? Ele não melhora frota, ele só passa nos horários de pico e não tem pontualidade. Não traz um veículo confortável como esse que foi mostrado aqui, porque senão ele vai ter menos lucro.

Por isso, o pagamento que Erundina fez e que é preciso ter coragem, pois é preciso que alguma autoridade local tenha coragem de licitar as linhas por pagamento por quilôetro rodado.

Então, eu acho nós estamos em um momento importante, com um conjunto de circunstâncias favoráveis no País. Estes dez anos do Estatuto... É a hora! Com a Copa que vem aí e todos esses eventos, devemos plantar o novo e não ficar regando o velho, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! *(Palmas.)*

Essa foi a Professora Maria Rosa Raveli de Abreu, Professora e Doutora decanato de extensão da UnB.

Quero agradecer a todos os nossos convidados, começo com a Carolina Bayma Cavalcanti, Coordenadora de Gerencia de Assistência Técnica para o Planejamento Urbano, Acessibilidade e Reabilitação

Urbana que aqui representou muito bem, embora aqui presente, o Diretor Antonio Borges e o Ministério da Cidade. Agradecemos também a contribuição do Diretor Antonio Borges. Agradeço muito ao Carlos Penna Brescianine, Professor-Mestre em Políticas Pública em Formas Alternativas de Energia, a Uirá Felipe Lourenço, Presidente da ONG, Rodas da Paz do DF. Já falei a Professora, decanato de extensão da UnB, Drª Maria Rosa Ravelli de Abreu, o Aires Pereira das Neves Júnior, especialista em acessibilidade, engenheiro e consultor aqui do Senado, e o Nazareno Stanelau Affonso, Presidente pelo Movimento pelo Direito ao Transporte.

Pelo que percebi aqui, pelo menos fica aqui algumas recomendações de imediato: foi solicitada – e nós vamos encaminhar – uma nova audiência pegando a questão do estatuto e acessibilidade. Vamos trabalhar essa ideia e vamos construir essa nova audiência pública.

Também foi falado e tentaremos fazer, dentro do possível, a possibilidade de uma diligencia da Comissão para ver de fato como funciona lá no dia a dia o transporte público.

Também peguei um termo falado pela Professora: intermobilidade, que é, pelo que percebi, a integração de ônibus, metro, bicicleta, barco, avião – exemplos usados por V. Sª. O transporte público não pode ser para lucro, mas sim para a segurança e um transporte de qualidade para toda a população.

Todos aqui, no meu entendimento, deixaram claro que a questão não é investir no automóvel particular, o que só vai contribuir para a poluição. Além da poluição, há o congestionamento. Vai chegar um momento, como disse Cristovam, que vai ter de vir um guindaste para tirar carros para que outros possam transitar.

Outro termo também é o de um olhar voltado para a nossa população principalmente de menor renda, porque esse precisa, principalmente, muito do transporte coletivo. Mesmo aqueles que ganham mais, com o tempo vão entender que usar o transporte coletivo é para o bem comum, porque inclusive combate a poluição em defesa do meio ambiente. Este dado também é interessante: o trabalhador, que pensamos trabalhar oito horas; na verdade, ele trabalha 14 horas, devido às dificuldades do transporte coletivo.

Enfim, isso é apenas um resumo de alguns pontos. Temos, claro, de aprofundar muito mais. Eu me sinto contemplado, pois entendo que aqueles que assistiram a TV Senado e que ouviram pela Rádio Senado e participaram em comunicados à Agência Senado e também por intermédio dos telefones celulares passando mensagem, correspondência e *e-mail* entenderam que esta foi uma audiência pública muito positiva logo após nossa Rio+20.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciou-se a reunião às 09h02min. Encerrou-se às 13 horas e 21 minutos).

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e doze, na sala nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, João Durval, Lídice da Mata, Cacildo Maldaner, Paulo Davim, Cyro Miranda, Magno Malta, e Vicentinho Alves.** O Senador **Mozarildo Cavalcanti** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Item Único**. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 7, de 2012–CDH, aprovado em 06/02/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a violência no trânsito e o Estatuto do Motorista Profissional". Convidados: Luis Antonio Festino, Coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; Luiz Alberto Mincarone, Assessor da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais; Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais; Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, em substituição ao Senhor Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente; Vereador Célio Moreira, Representante da Câmara Municipal de Urberlândia – MG; Jerry Adriane Dias Rodrigues, Chefe da Divisão de Multas do Departamento de Polícia Rodoviária; Narciso Figueirôa Junior, Advogado da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo – FETCESP, em substituição ao Presidente Flávio Benatti; Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro. Após os convidados fazerem suas exposições, o senhor Presidente

franqueou a palavra aos líderes sindicais presentes no plenário, os quais fizeram uso da palavra os senhores Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente licenciado do Sindicato dos Caminhoneiros autônomos de Ijuí – RS; Plínio Dias Presidente licenciado do Sindicato dos Caminhoneiros autônomos de São José dos Pinhais – PR; José Aparecido Bastazini, ABEF/ABEF/SINDIPESA/SETCESP. Usam da palavra os Senadores **Paulo Paim e Ana Rita**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 07, de 2012-CDH, aprovado em 06/02/2012, de autoria deste e de outros Senadores, para debater o Estatuto do Motorista, a lei recentemente aprovada, enfim o transporte terrestre.

Convoco os convidados para este evento, já presentes aqui, a integrarem a Mesa.

Sr. Jerry Adriane Dias Rodrigues, Chefe da Divisão de Multas do Departamento da Polícia Rodoviária Federal.

Seja bem-vindo! (*Palmas*.)

Sr. Narciso Figueirôa Júnior, Advogado da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado São Paulo.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Aqui representando o Presidente da Federação, o Sr. Flávio Benatti.

Sr. Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

Seja bem-vindo! (*Palmas*.)

Sr. Luís Antonio Festino, Coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes terrestres (CNTTT).

Seja bem-vindo! (*Palmas*.)

Estão também convidados, embora ainda não se encontrem presentes, creio eu que por problemas de voo, o Sr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais; e o Sr. Francisco Cardoso, Vice-Presidente dessa mesma associação. Estes, os convidados que ainda não chegaram.

Estava previsto iniciarmos a primeira mesa com esses convidados aqui citados, sem prejuízo de, naturalmente, como sempre fizemos, interagir com o plenário para as discussões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, o Marcos consta aqui sim. Foi falha nossa.

Sr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU), em substituição ao Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho.

V. Sª pode se deslocar também para a mesa.

Não podemos acomodar todos em torno da mesa. Se pudéssemos, colocaríamos naturalmente todos.

Então, vamos dar início aos nossos trabalhos sem prejuízo do debate...

Festino, é você que está representando a CNTT embora o Presidente esteja aqui. Não é isso? (*Pausa*.)

Sim, e a Nova Central também. Está bom.

Em conversa com o Mincarone, a assessoria da Mesa havia previsto... O Mincarone ainda não chegou, mas deve estar chegando; deve estar a caminho. Enfim, ele havia falado que iria apresentar um pequeno vídeo feito pela própria ABTI. No vídeo, pelo que me disseram, tem uma pequena fala minha, pois fala o assessor jurídico da ABTI, o Tadeu Campelo, e o Marcelo Nunes, Diretor Comercial da ABS Trans.

Vou fazer agora uma pequena introdução, para começarmos os nossos debates, deixando bem claro que vamos debater aqui não só o Estatuto, mas também a lei recentemente aprovada...

Chegou o Mincarone! Falei tanto o nome dele que ele apontou ali no horizonte.

Peço que o Sr. Mincarone também se dirija à Mesa, porque ele, além de ser um dos convidados, tem sido um tipo de secretário-geral dos trabalhos do Estatuto e tem ajudado muito na construção da redação final.

Peço que coloquem mais uma mesa, em uma ponta ou outra. Podem se aproximar que aqui dá bem, a fim de que o Mincarone possa também estar na mesa conosco. (*Pausa.*)

Seja bem-vindo, Mincarone! Você tem ajudado muito nas conversas sobre o tema.

Eu dizia aqui, Mincarone, que nós vamos exibir aquele vídeo que a ABTI mesmo fez, que tem uma fala

rápida, de dez minutos, do Tadeu Campelo, Assessor Jurídico da ABTI, do Marcelo Nunes, Diretor Comercial da ABS Trans, e parece que há também uma fala minha, pelo que me informaram.

E eu dizia ainda que, na audiência do dia de hoje, nós vamos debater o Estatuto, mas não vamos, em hipótese nenhuma, deixar de discutir a lei recentemente aprovada, com as preocupações que foram já levantadas, inclusive, na audiência de Uruguaiana. Eu estive lá em Uruguaiana participando de uma grande audiência, com um plenário lotado, e algumas preocupações foram levantadas. Então, nós vamos discutir aqui o transporte terrestre na sua amplitude, com o olhar na lei recentemente sancionada e, naturalmente, no Estatuto do Motorista, que é o carro-chefe dos nossos movimentos daqui para frente, a fim de vermos o que está acontecendo e o que pode ser feito, até que o Estatuto venha a ser aprovado, no período que todos entendam adequado.

Para situar aqueles que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado e pelas redes alternativas, vou fazer uma pequena introdução aqui.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater o Estatuto do Motorista e a lei recentemente aprovada.

A Lei nº 12.619, que regulamenta a profissão de motorista, foi aprovada pelo Congresso Nacional recentemente e sancionada pela Presidenta Dilma. Entre as principais conquistas dos motoristas está a regulamentação de uma jornada de trabalho com tempo de direção máxima e períodos obrigatórios de descanso.

A lei vale para caminhoneiros empregados no que diz respeito à jornada de trabalho e tempo de direção; para autônomos, tem validade somente em relação ao tempo de direção. Além disso, a legislação abrange os motoristas de ônibus urbanos e interurbanos.

A lei regulamenta a profissão de motorista, proíbe os motoristas profissionais de dirigirem por mais de quatro horas ininterruptas, sendo que, em situações especiais, esse tempo pode ser prorrogado em até uma hora para que o motorista chegue a um lugar que ofereça segurança e atendimento. Nesse ponto, vem toda a história polêmica lá de Uruguaiana, onde as paradas não existem. Assim, como é que ele faz para parar se as paradas não estão devidamente estruturadas.

Outra determinação da lei é o repouso diário de onze horas a cada vinte quatro e o descanso semanal de trinta e cinco horas para o motorista empregado.

O texto também garante o direito ao seguro obrigatório, para o empregador, com o valor mínimo de dez vezes o piso salarial da categoria.

A nova lei cria um novo instituto na legislação trabalhista, o do tempo de espera, definido como aquele em que o motorista fica com o veículo parado aguardando as operações de carga e descarga no embarcador ou no destinatário. E isso vale também para o tempo gasto em fiscalização nas barreiras fiscais entre Estados da Federação ou nas aduanas de fronteira.

Bem; eu não vou ler aqui o que diz toda a lei, mas eu quero, mais uma vez, destacar que a lei trouxe avanços, mas que foi percebida, já depois de aprovada, sancionada e pronta para ser implementada, com preocupações. E vou falar de uma delas, a do transporte internacional, que foi levantada lá em Uruguaiana.

Também vou aqui buscar o nome de um ex-Senador, muito amigo meu, parceiro de todas as horas, o Senador Sérgio Zambiasi. Eu almocei com o Senador Sérgio Zambiasi nessa última quinta-feira, e ele, que está muito preocupado com a situação dos autônomos, pediu que nós refletíssemos também... Eu relatei a ele a minha visita a Uruguaiana, naquela bela audiência pública, com um plenário lotado tanto de empregados como de empregadores, de lideranças de todos os setores – uma audiência do mais alto nível –, em que foram levantadas algumas preocupações. E ele, que hoje voltou para a rádio, tem recebido algumas correspondências. Então, ele disse a todos, pela própria emissora, que iria me procurar e que eu traria a esta audiência já essas preocupações e, no caso principalmente dos autônomos, sobre o que aqui nós temos de conversar.

Quero dizer a vocês que, na audiência de Uruguaiana, no encerramento dos trabalhos, quando eu fiz a minha fala, eu disse que, se há problemas, nós não podemos fazer como os avestruzes e enterrar a cabeça na areia esperando que a tempestade passe. Nós temos de olhar onde é que está o problema e ver quais seriam as soluções para que todos se sintam contemplados, todo o setor do transporte terrestre, que é o caso aqui não só da lei, como do Estatuto, bem como dos trabalhadores, independentemente se é autônomo ou se é celetista, enfim, de todos aqueles que dedicam a sua vida ao transportes terrestre.

E, só para iniciar o debate aqui, eu acabei propondo – e fui eu que propus, assumo toda a responsabilidade – que, ao final, nós teríamos algumas coisas a fazer. Como houve alguns vetos, que, segundo alguns, dificultam a implementação da lei, eu encaminhei, ao final, duas questões que passariam naturalmente por esta audiência pública: uma delas seria chamar uma reunião da câmara setorial para fazer uma análise, com calma e tranqüilidade, para ver onde é que estão os entraves promovidos pelos vetos, Segundo, se chegarmos ao entendimento, poderíamos, via regulamentação

da lei, apontar caminhos. Poderíamos até mesmo, se assim for necessário e todos entenderem adequado, caminhar para pedir, tal como no Código Florestal, uma medida provisória que ajuste as preocupações levantadas e os impasses criados. Terceiro, uma solicitação do setor do transporte internacional, que foi levantada lá, de que houvesse um olhar detalhado, quase, diria, não privilegiado, mas com muito carinho e respeito pela situação do transporte internacional, a fim de ver como é que ficam os outros caminhões que entram no Brasil, se vão cumprir a legislação, se não vão cumprir, enfim, como é que ficam os nossos que ficam trancados do lado de lá, como é que fica a situação com a Argentina, enfim.

Eu sei que os senhores é que vão falar aqui sobre o transporte internacional, muito mais do que eu, mas levantaram que teria de haver um capítulo especial sobre a questão do transporte internacional.

Eu levanto isso tudo como introdução ao nosso debate dizendo a todos o que disse quando iniciamos estes trabalhos: nós só aprovaríamos a regulamentação da profissão de motorista como Estatuto do Motorista depois de um grande entendimento.

Eu estou com a consciência muito tranquila de que cumpri exatamente com o que eu disse desde a primeira reunião lá há três anos. Quando a lei foi aprovada, foi no momento em que me foi apresentado um texto em que foi dito: "Senador, esse texto aqui é o entendimento entre todos os setores para que a gente tenha a regulamentação da profissão". Conversei com o Senador Ricardo Ferraço, que me perguntou: "Paim, é um acordo entre empregados e empregadores?" Eu disse: "Sim; é um acordo". E levei esse acordo ao Plenário, onde o Presidente José Sarney, até num gesto de boa vontade com o trabalho que eu venho fazendo em relação ao tema, deixou que o relator da lei original, o Deputado Tarciso Zimmermann, fosse... No caso, eu li parte do relatório e o Senador Ferraço, a outra. Então, eu fui relator de plenário e o Senador Ricardo Ferraço nas Comissões, mas com o mesmo texto. Nem ele, nem eu mexemos em uma vírgula sequer daquilo que nos foi apresentado como sendo o entendimento possível naquele momento entre todos os setores.

Eu digo isso porque não dá, pessoal, para a gente ter... Eu não tenho dois discursos. O discurso que eu fiz lá em Uruguaiana é o que estou fazendo aqui. Quem estava lá viu. É o mesmo discurso de quando iniciamos esse debate. Eu acho que consegui a confiança de todo o setor, tanto de empregados como de empregadores, pelo que agradeço, e encaminhei conforme tudo o que foi combinado, Comigo, jogo combinado... É mais fácil, como diz o outro, eu perder o bigode do que perder a palavra. O bigode tu podes me rapar, porque lá no Sul é aquela história: mais vale um fio do bigode do que um documento assinado. Mas a palavra empenhada, podem saber, eu vou manter até o fim. Então, eu fiz o que foi combinado. O que foi combinado eu ajustei e encaminhei. Se, depois da lei aprovada, foi levantada alguma questão, todos nós aqui estamos abertos ao diálogo para caminharmos na busca de soluções.

Mas que fique claro... Eu, inclusive, disse sempre que não tinha pressa nenhuma em aprovar. A pressa, no caso da regulamentação da profissão, como foi dito aqui, se não me engano pelo Presidente Omar, era dele que há quarenta anos estava esperando. Eu disse: "Esse é o acordo?" "Esse é o acordo". Então, tudo bem. Vamos aprovar – e aprovamos. Agora, claro, vamos caminhar com o Estatuto do Motorista, que seria o grande guarda chuva legal para todos. E só vamos, na verdade, aprová-lo no momento em que todos entendam que esse é o caminho.

Então, estou muito tranquilo e muito à vontade aqui para dialogar e, enfim, mediar esse debate. E sei que todos aqui estão com a maior boa intenção. Se temos alguns problemas, vamos construir juntos as soluções.

Então, se vocês concordarem, nós poderíamos passar esse vídeo, para dar uma descontraída, ou, primeiro, iniciamos a mesa e o vídeo entra no intervalo, antes de passar para o plenário. (*Pausa*.)

Vamos começar com a mesa, então, e o vídeo poderá entrar depois. Quando a mesa terminar de falar, o vídeo entra, antes de passarmos a palavra para o plenário, que dará o seu ponto de vista, sem nenhuma interferência do vídeo querendo, digamos, induzir para essa ou aquela posição.

Eu vou seguir simplesmente a ordem que foi apresentada aqui pela Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa*.)

Eu não sei, Mincarone, se seria bom que você talvez fizesse a primeira introdução. O que você acha? (*Pausa*.)

Pela ordem, temos aqui o Sr. Jerry Adriane, que falaria agora. Mas ele é o chefe da Divisão de Multas. Eu acho que ele poderia ficar quase que para um segundo momento. Temos o Narciso Figueirôa Júnior, o Neori Tigrão e o Festino, que participou ativamente de todo esse debate.

Eu proponho que seja o Festino ou o Mincarone. (*Pausa*.)

Então, vamos lá, Festino! Você foi sorteado democraticamente.

Passo a palavra, de imediato, ao Luís Antonio Festino, Coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, que vem atuando nesse projeto, tanto do Estatuto como da regulamentação da profissão, cujo

projeto original é de autoria do Tarciso Zimmermann, há alguns anos. Ele pode fazer a sua introdução, relatando os fatos, e apontaria já caminhos. Na sequência, vamos observar a ordem aqui ajustada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Sr. Luís Antonio Festino.

O SR. LUÍS ANTONIO FESTINO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Quero agradecer, mais uma vez, em nome do Sr. Omar essa oportunidade de a gente debater esse assunto tão importante, principalmente neste momento em que está sendo aprovada a regulamentação da profissão.

Senador Paim, como o tema é violência no trânsito e o Estatuto do Motorista, eu fui buscar lá, há 48 anos, o Presidente João Goulart, que assinou o Decreto nº 53.831, que garantia aposentadoria especial para várias categorias, entre elas os motorneiros e condutores de bondes, motoristas e cobradores de ônibus, motoristas e ajudantes de caminhão. Então, foi talvez um dos últimos atos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, só para interagir. Eu achei muito boa a sua introdução, porque uma das coisas que mais me cobram é a aposentadoria do motorista. E você resgata que já existia lá atrás. Eu sei que existia, mas é bom lembrar que foi na época de Getúlio que ela surge. até para ver se, no Estatuto do Motorista, a gente garante a aposentadoria especial.

O SR. LUÍS ANTONIO FESTINO – Então, talvez, tenha sido um dos últimos atos do Presidente João Goulart, que foi publicado no dia 26 de março de 1964. Só para se ter uma ideia – e aí eu vou fazer uma comparação – do que está acontecendo hoje e o que acontecia naquela época: a frota do Brasil era de 1,814 milhão de veículos e o número de mortes por acidente de trânsito, 5.165. Passados alguns anos, até 1995, quando o Presidente Fernando Henrique, digamos, não acabou com a aposentadoria, mas colocou restrições que tornam quase que impossível... Está bem raro um trabalhador conseguir uma aposentadoria.

Nisso aí, Senador, nós chagamos ao ano de 1995, já quando o Presidente Fernando Henrique coloca essas restrições, com uma frota que já atingia 26 milhões de veículos, com o número de mortes por acidente de trânsito atingindo o índice de 25 mil.

Então, veja bem: passados esses anos, a penosidade e a periculosidade da profissão continuam; não diminuíram. Contudo, a restrição para os trabalhadores aumentou. Então, por isso, a importância da aposentadoria especial no Estatuto.

E queremos dizer aqui que nós, como representantes dos trabalhadores, não abrimos mão na regulamentação. E, sim, foi através de um acordo, colocando jornada de trabalho, que também é um tema importante, que estava no Estatuto, como um tema de discussão preferencial. Assim, se resolve primeiro a causa e depois vamos ver como é que fica o trabalho desses profissionais.

Hoje, nós estamos com uma frota de 71 milhões de veículos e 42.844 mortes. Estamos chegando a quase 43 mil mortes por ano. Para se ter uma ideia, 62% das mortes no mundo estão em dez países – mortes por acidente de trânsito –, e o Brasil é o quinto colocado, atrás da Índia, China, Estados Unidos e Rússia. Então, é um tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o quinto no mundo com o maior número de mortes por acidente de trânsito.

O SR. LUÍS ANTONIO FESTINO – Sim; este é um dado importantíssimo. Contudo, quando a gente faz a comparação com os dados da Previdência, a gente vê que esse número é bem menor. A mortalidade, para a Previdência, em virtude do acidente de trabalho, entra como acidente de trânsito e não como acidente de trabalho, Então, o índice é bem menor.

Eu acredito que o Jerry vai acabar passando esses dados, mas, para se ter uma ideia, no setor transportes, das 42 mil mortes, 24 mil ocorrem nas estradas – 13 mil no local do acidente; e 11 mil feridos morrem posteriormente. São 723 acidentes por dia nas rodovias pavimentadas, uma média de 30 por hora ou uma a cada dois minutos. Números que impressionam.

No setor rodoviário, a grande importância da regulamentação da profissão... E não é só o setor de carga. Nós representamos todo o setor de transporte, que vai do transporte rodoviário de passageiros, setor urbano de passageiros, o transporte por fretamento para turismo e todo o setor de carga.

Outro dado importantíssimo, no momento, para o setor de carga é o das mortes dos usuários de motocicletas, que também impressionam. Esses usuários, hoje, são uma grande parte da categoria. Então, um aumento impressionante: de 2008, com 8.898 óbitos, nós passamos, em 2011, para 10.825. Então, também é um setor que foi regulamentado.

Esse é o detalhe importante: foram regulamentadas todas as categorias e todos os trabalhadores na atividade. Esse é o grande tema polêmico entre aqueles a respeito dos quais há muita reclamação: para quem foi regulamentado? Todos foram regulamentados. O trabalhador com vínculo empregatício foi regulamentado em toda a lei; o autônomo foi regulamentado no Código de Trânsito; e os demais trabalhadores, motoristas em qualquer atividade. Por quê? Não tem como você ter uma diferença entre o trabalhador... Pode ser

ele até do serviço público. Ele é motorista. Se esse motorista... Se, na fiscalização, ele for pego por excesso de velocidade e ele é do serviço público e, ao mesmo tempo, se constatar que ele está com uma jornada a mais, ele também está amparado pela lei. Essa é a grande polêmica.

O que foi vetado é a interferência na representação sindical. Mas a lei – e tenho certeza de que o Senador em momento algum pensou em questão de representação sindical nem nós – é para sanar um grave problema que são os acidentes de trânsito e a segurança no transporte. O princípio básico dela é esse. Mas a principal polêmica do veto está na representação sindical. Como pode ser a representação sindical se o trabalhador, se ele é do serviço público, o agente de trânsito não vai perguntar se ele é associado ao sindicato A, B ou C. Ele vai verificar a sua qualificação pela habilitação e pelos registros que houver nos marcadores e tudo mais. Então, essa já é a primeira grande incoerência do Governo, que, ao mesmo tempo em que houve essa grande participação da sociedade, com 31 audiências, não teve esse mesmo entrosamento. Isso porque o Governo discute de forma individualizada: o Ministério do Trabalho através da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho; o Ministério da Previdência do seu modo etc. Ocorre que quem discute com o Parlamento são os assessores parlamentares, que não estão envolvidos na discussão. E é esse assessor parlamentar que indica o veto. Aí começam as incoerências, ou seja, por total falta de conhecimento.

E, para citar os méritos dessas comissões, Senador, devo lembrar que, na última audiência sobre acidentes de trabalho e a questão da segurança no trabalho, nós fizemos um questionamento, não uma denúncia, à Fundacentro e à Comissão Tripartite quanto à questão da vibração. Por coincidência, o Dr. Eduardo, Presidente da Fundacentro, estava presente, e nós fizemos esse questionamento em virtude de um estudo que a Fundacentro estava fazendo sobre a questão da vibração, utilizando parâmetros das diretrizes europeias. Esses parâmetros são totalmente comerciais. Como a Europa estar passando por uma situação financeira precária, eles aumentaram o índice de vibração. E fizemos, então, a denúncia na última audiência que tivemos aqui sobre saúde e segurança no trabalho. E surtiu efeito: em reunião com a Fundacentro e a Comissão Tripartite, os nossos técnicos apresentaram os estudos, a Fundacentro já devolveu o parecer técnico e já foi colocado agora para a Comissão Tripartite paritária discutir em cima da NR. Então, a importância das audiências é essa: o que ela vem refletir.

Aproveitando esse gancho, está presente aqui o José Aparecido, do Sindicato de Movimentação de Cargas Pesadas. Ele levou para a CNT e levou para a nossa confederação também uma denúncia gravíssima: equipamentos usados para movimentação de cargas, usados na Europa e já defasados, estão entrando no Brasil, sem imposto nenhum, inclusive entrando com a mão de obra. Trata-se de mão de obra da Espanha, com visto de turista, sem registro em carteira, sem segurança nenhuma.

Depois, quando abrir para o plenário, eu acho que seria importante abrir para o setor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, eu vou abrir.

Aproveito para dizer que mais três convidados estão presentes no plenário. Entretanto, os três terão que falar da bancada mesmo, com o microfone, no momento adequado, na sequência da mesa, onde não temos mais lugares. Esse é um bom sinal de que há uma disputa positiva para debater o tema. Nós vamos colocar as placas onde eles se encontram e eles poderão usar a palavra no momento adequado.

Desculpe-me, Festino, mas vou descontar do seu tempo, que é de dez minutos com mais cinco. Pode continuar.

O SR. LUIZ ANTONIO FESTINO – Como dizia, é uma situação gravíssima, porque esses trabalhadores estão na mesma situação que o Mincarone estava denunciando que é o perigo da entrada de trabalhadores estrangeiros sem nenhum vínculo e tudo mais. Há até equipamentos de movimentação de cargas pesadas que estão circulando sem RENAVAM. Ele tem fotografias e tudo mais. São equipamentos que estão transitando pelas rodovias sem RENAVAM! Então, vejam que é uma situação gravíssima. Enquanto a gente fiscaliza os nossos trabalhadores, os demais trabalhadores acabam sem nenhuma fiscalização.

E, na questão da regulamentação, Senador, queria colocar aqui a diferença entre o que nós estamos discutindo no Estatuto e o que a gente aprovou na regulamentação. O art. 1º do Estatuto diz: "esta lei institui o Estatuto do Motorista Profissional, destinado a regular a atuação no mercado de trabalho", enquanto a regulamentação diz respeito à atividade. Então, o Estatuto é muito mais amplo, pois regulamenta todo o mercado. Daí a importância da questão da aposentadoria especial, da penosidade. E nós estamos trazendo, como proposta também, a questão da dupla função, que estava na regulamentação e não está no Estatuto.

E a dupla função não estamos discutindo apenas com o setor de transporte de passageiros; nós estamos discutindo também com o setor de cargas. E isso foi alvo, Senador, naquela audiência, da denúncia daquele acidente no frigorífico Seara, um acidente que matou quatro trabalhadores no curtume. Também essa foi uma

denúncia feita naquela oportunidade. E os empresários colocaram que o acidente ocorreu porque o motorista colocou em bocal errado, ou seja, jogaram a culpa para o motorista. Mas, aí, esse motorista estava em dupla função. Ele estava preparado para o manuseio desse produto químico?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E veja bem esse detalhe... Vou descontar do seu tempo. Desse assunto eu cuidei com muito carinho, isto é, da morte desses quatro trabalhadores por asfixia. É um absurdo haver dois bocais iguais para o mesmo engate, sabendo-se que um matava e outro não. Ou seja, tinha que haver uma diferença. E foi na audiência pública que surgiu a ideia, trazida por um técnico, de que se façam bocais diferentes. Aquele bocal que solta um gás que contamina o ambiente... Exato, que, pelo menos, seja mudada a cor ou que o bocal fosse diferente. E o culpado foi o motorista, ou melhor: quiseram culpar o motorista, mas o motorista não era o culpado. É bom o exemplo que você traz.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Exatamente.

Então, são esses os pontos que a gente já está colocando para a discussão do Estatuto.

Outro grande ponto polêmico que tem gerado várias discussões é a questão dos pontos de parada. Aí há total incoerência do Governo. O art. 9º garante o que está na CLT, isto é, a obrigatoriedade para o trabalho externo da existência dos pontos de parada, com condições sanitárias, enfim, garante tudo isso. Contudo, veta a construção. Uma incoerência total! E esse é o grande questionamento que estão fazendo para a gente. E se esse trabalhador for parado em uma rodovia, para onde ele vai ser levado? O caminhão vai para onde?

E foi dado um exemplo pelo Dr. Marco Aurélio, da CNT, um exemplo bem claro, na audiência pública realizada no auditório Nereu Ramos há quinze dias. Esse custo não entra em nada no pedágio. Para se ter uma ideia, ele apresentou um número lá, segundo o qual, para 15 mil e poucos quilômetros de rodovia privatizada seriam necessários somente 76 pontos de parada, ou seja, um a cada 200km. Então, somente 76. E qual é o custo? Só a diferença de R$0,10 na tarifa já pagaria esse custo. Então, uma incoerência desses vetos.

Todavia, por outro lado, coisas bem positivas para os trabalhadores, como é a questão da qualificação profissional gratuita para aqueles cursos que são obrigatórios pelo Código de Trânsito. Aí, mais um incoerência: o veto do Ministério da Justiça, que perguntou que cursos são esses. Mas os cursos já estão na própria lei.

Outra questão: o atendimento pelo SUS, para as doenças específicas dos trabalhadores, e o seguro.

Então, são pontos importantíssimos com os quais a relação capital/trabalho vai melhorar, e muito, acreditamos. Somente nós temos que ter um pouco mais de discussão com o outro lado, o Governo, que não está sendo um ator junto com a gente, não está tendo a mesma participação, inclusive com a mudança constante dos interlocutores. Se você vai a uma reunião na Casa Civil, vem uma assessoria; se você vai a outra, vem outra assessoria. Ou seja, nunca é o mesmo interlocutor. E nós denunciamos, através do Sr. Omar, pedindo a participação do Governo na discussão já no dia 28 de fevereiro, ou seja, antes de a lei ser aprovada nós já havíamos solicitado a participação na discussão, o que não aconteceu. Aconteceu somente depois das sanções, também sem apresentarem nada. Até agora, apesar da Lei da Transparência, a Casa Civil não entregou o motivo do veto ao art. 1º; entregou os outros vetos. O Denatran foi um dos primeiros a responder; o Ministério das Cidades respondeu, mas a Casa Civil e o Ministério do Trabalho não responderam os motivos dos vetos.

Então, são essas as incoerências, Senador, que a gente quer ressaltar e continuar discutindo daqui para frente na questão do Estatuto. Acredito, agora, como o senhor mesmo coloca, que seria um trabalho mais interno, através da sua assessoria, que está dando um respaldo para as discussões, a fim de sanar essas questões e, para um futuro bem próximo, a gente conseguir colocar em votação o Estatuto.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Luis Antonio Festino, que fez a sua introdução.

Quero registrar a presença conosco, em primeiro lugar, do Senador João Durval, Senador pela Bahia, e que sempre está presente em reuniões que são de interesse naturalmente dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade brasileira.

Meus cumprimentos e seja bem-vindo, Senador João Durval!

(*Palmas.*)

E, rapidamente, como havia anunciado antes, quero registrar a presença do Sr. José Alves do Couto Filho, Secretário Nacional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Quero registrar a presença do Sr. Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Seja bem-vindo mais uma vez!

Da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, está conosco aqui também o Sr. Tito Lopes, diretor.

O Sr. José Aparecido Bastazini, diretor da Bastazini.

O Sr. Francisco Alves Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais (ABTI).

Aqui também presente, Edmara Claudino dos Santos, da Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística.

Sejam muito bem-vindos! Uma salva de palmas a todos.

(*Palmas*.)

Depois do Festino, vou seguir a lista.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Alberto Mincarone, ex-Presidente da Associação.Brasileira de Transportadores Internacionais.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Queria saudar o Senador Paulo Paim, bem como o Senador João Durval e, em nome deles, saúdo os demais presentes.

Eu acho que este é um momento importante. Esta audiência pública está sendo realizada logo após a implantação da Lei nº 12.619, e esse debate será importante para nós entendermos não só o alcance da 12.619, mas aqueles pontos que também precisam de aprimoramento.

Estou representando aqui também o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio Grande do Sul, que tem como principal característica o transporte de longa distância e também o transporte internacional, haja vista que as empresas do Rio Grande do Sul, em sua grande maioria, operam com Uruguai, Argentina e Chile.

Então, vou fazer uma apresentação aqui que vocês podem acompanhar também aqui no telão.

ABTI e SETCERGS têm trabalhado em parceira justamente por essa característica da longa distância e do transporte internacional.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Nós temos feito um acompanhamento do Projeto de Lei nº 271, de autoria do Senador Paulo Paim, e estivemos em 12 audiências públicas entre o ano passado e este ano, realizadas em diversas cidades que abrangeram todas as regiões do País, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. E, em abril de 2011, antes do início dessas audiências públicas, nós criamos esse movimento pró-Estatuto do Motorista, que é um grupo de trabalho que apresentará um relatório com subsídios.

Esse grupo tem, em todas as vésperas ou depois das audiências públicas, trabalhado, e temos avançado bastante. A partir de agora, com a Lei nº 12.619, estamos focando naqueles pontos de aprimoramento.

O Senador sempre comentou que vai incorporar ao Estatuto toda a legislação em vigor e tratar de complementar as lacunas ou os pontos ainda importantes que precisam ser colocados.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Nós destacamos alguns pontos da Lei nº 12.619, como a formação de motoristas, cuja previsão não existia antes. Eu acho que é um ponto fundamental. O motorista vai ser um profissional 100% valorizado na medida em que ele tiver uma formação, não só aquele cursinho de autoescola para tirar carteira, mas uma formação realmente profissional.

As condições de trabalho, saúde e segurança estão abrangidas na lei de uma maneira geral, que vai precisar de regulamentação, como vou especificar depois.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Um dos pontos principais no que diz respeito ao tempo de direção é que ela modificou o Código de Trânsito, basicamente atendendo a um interesse da sociedade por uma segurança viária, por uma redução do número de acidentes e uma melhor qualidade de vida para o motorista. Essa mudança no Código de Trânsito, creio, será fundamental para a sociedade. Enquanto que a jornada de trabalho trata mais da categoria e de um tratamento mais justo para a categoria dos motoristas, o Código de Trânsito amplia esses benefícios para toda a sociedade.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Basicamente, a lei modificou o Código de Trânsito e a Consolidação das leis do Trabalho (CLT). Nesta, a disposição de tempo de jornada; no Código de Trânsito, o tempo de direção.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Introduziu normas importantes como o descanso de trinta minutos a cada quatro horas de direção e o repouso diário de onze horas. Anteriormente à lei, não havia controle nenhum; agora, temos dois controles básicos: o repouso noturno e o descanso entre os períodos de direção.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Nós entendemos que a legislação precisa de aprimoramentos. Como toda legislação, ela tem uma abrangência inicial de pontos importantes e fundamentais, mas o seu aprimoramento é uma necessidade posterior.

Quais os quatro pontos que nós identificamos como sendo importantes para o aprimoramento da lei?

Primeiro, a isonomia entre os empregados brasileiros, os estrangeiros e os autônomos. O Festino citou a questão de trabalhadores espanhóis que vêm aqui. Nós temos ainda os argentinos, os uruguaios, os chilenos, os paraguaios, os peruanos e os bolivianos que entram no Brasil.

O segundo ponto é a complementação de normas para a longa distância. A longa distância já foi abrangida na lei, mas ela ainda carece de alguns pontos complementares para ser atendida.

Também as normas específicas para o transporte internacional, que é um transporte importante, pois, afora os produtos primários, como os cereais, o grande intercâmbio comercial com a Argentina e o Uruguai é feito via rodoviária com motoristas estrangeiros e brasileiros trafegando entre os diversos países do Mercosul. Com as suas particularidades, com os seus códigos de trânsito diferentes de país para país, acho que é um dos pontos que o Senador Paulo Paim vai levar ao Parlamento do Mercosul, em busca de uma unificação de códigos de trânsito, de modo que se possa dirigir veículos no Brasil e no exterior nas mesmas condições.

E nós também precisamos de uma regulamentação visando uma segurança jurídica. A lei é importante e precisa ser regulamentada em alguns aspectos para que as partes entendam cada artigo da lei e como é que eles devem ser aplicados para evitar problema na esfera judicial posteriormente.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

A questão da jornada de trabalho e a análise dos limites da jornada.

Eu não vou colocar todos os pontos da CLT ou da lei, porque acredito que muitos dos aqui presentes vão colocar situações, como o Festino já o fez, de interesse dos trabalhadores, como aposentadoria etc. Eu vou me focar na questão que, para o SETCERGS, representa um ponto importante: o transporte de longa distância. Então, eu vou fazer uma rápida análise do que consta na legislação atual sobre transportes e profissões que tenham situações diferenciadas.

Quanto ao ferroviário, o art. 239 da CLT diz que não deve exceder a doze horas diárias o trabalho do ferroviário. Obviamente, que aí já incluídas as horas extras. Então, a CLT prevê até doze horas, considerando a jornada normal e horas extras, um trabalho limite para o ferroviário, dentro das condições de segurança e saúde do trabalho.

Quanto ao marítimo, no art. 249, §2º, da CLT, está dito que o serviço do marítimo não deve exceder 30 horas semanais de serviço extraordinário. Bom; essas 30 horas, nesse caso, representariam até cinco horas extras que o marítimo poderia trabalhar no seu serviço.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Os aeronautas. Na Lei nº 7.183 – o aeronauta é uma das profissões que não está dentro da CLT, ou seja, tem a sua lei própria – está definida uma jornada de até 11 horas para tripulação simples e de até 14 horas para tripulação composta.

Trabalhadores em plataformas marítimas de petróleo. Eles trabalham por 14 dias seguidos, com uma jornada de 12 horas; e, depois, folgam outros 14 dias.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos, prevê-se a possibilidade de até 14 horas.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Agora vamos entender porque essas profissões têm uma previsão acima das oito horas mais duas, que é a previsão normal da CLT para todos os trabalhadores. É porque elas têm algumas características comuns a todas elas. A primeira delas é que as pessoas ficam vários dias longe de suas residências. O marinheiro, o ferroviário, o trabalhador em plataformas de petróleo, o aeronauta ficam vários dias longe de casa. O motorista prefere dirigir mais em viagem e ter maior período de gozo de folga na volta para casa. O extremo da analogia é o trabalhador em plataforma de petróleos, que fica 14 dias embarcado e, depois, tem 14 dias de folga na sua casa.

E todos aqueles que trabalham longe de casa – o marinheiro é também um exemplo muito característico – o que querem? Eles querem retornar para casa e gozar o maior período possível de folga com a sua família. Não adianta para o marinheiro trabalhar oito horas por dia em um navio e ficar 16 horas parado dentro do navio sem poder fazer nada, quando o que ele queria era aproveitar, trabalhar um pouco mais e compensar isso na volta para casa com a sua família.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Outro ponto que diz respeito... E, aí, vem uma diferença entre o urbano e o interurbano. O motorista de estrada sofre menos estresse que o motorista urbano. Por quê? Ele não tem tempo-deslocamento entre a sua residência e o local de trabalho. Se ele está no caminhão e para, ele já está livre. A sua casa, durante a viagem, é o caminhão. De manhã, depois que ele está no banho, toma café e está pronto para voltar ao trabalho, ele já está do lado do caminhão, ou seja, ele não perde tempo se deslocando como o motorista urbano, que leva até uma hora de manhã e mais uma hora de tarde, com estresse, tendo que se dirigir até o seu local de trabalho.

E também é reconhecido que o trânsito em estrada é menos estressante que o trânsito na cidade. Na cidade, o motorista de ônibus, naquela tensão diária, naquele trânsito urbano, sofre muito mais estresse que o motorista de estrada.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

A Lei nº 12.619 também possibilita ao autônomo e ao estrangeiro dirigir até 12 horas diárias, sendo esse, portanto, considerado por essa lei o limite seguro para efeito de segurança no trânsito e saúde. Ora, se para

o autônomo, que hoje é a maioria – nós temos mais autônomos do que caminhões de empresas –, se para a maioria dos motoristas que está na estrada a lei considera que é seguro dirigir 12 horas, então, esse é o limite considerado razoável, ou seja, esse tempo de direção de 12 horas.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Bom; e qual é a proposta, no caso da longa distância, que o SETCERGS faz? Porque, na lei atual, está previsto oito mais duas, ou seja, dez horas, enquanto que, em todas as outras leis e normas gerais de outras profissões ligadas ao transporte e categorias que ficam longe de sua residência, normalmente se estabelecem 12 horas como parâmetro razoável. Nós não queremos ampliar a jornada de trabalho do motorista. O que nós queremos é fazer uma proposta que nós chamaríamos de bem racional. Mantêm-se as oito, mantêm-se as duas horas extras, só que se faz o seguinte: esse repouso diário que é de 11 horas à noite, ele poderia ser fracionado em nove mais duas. Estas para gozo no retorno da viagem, não computando no limite das duas horas extras.

O que isso significa? Que se ele tem oito mais duas já previstas em lei, no repouso noturno de viagem de longa distância, ele pararia nove horas, o que dá tranquilamente na média de sono dos motoristas, que é de sete horas; ele tem uma hora antes e uma hora depois do sono, para ele descansar, jantar tomar banho, e, de manhã, também, e então ele seguir viagem.

Então, essas duas horas que ele economiza no repouso noturno acumula na volta. Praticamente em quatro dias de viagem, ele tem mais um de folga em casa, considerando que doze horas é o razoável, como prevê a CLT nos outros meios de transporte e como a própria Lei nº 12 619, que possibilita o autônomo dirigir por doze horas.

Então, se o autônomo dirige doze, por essa fórmula que estamos propondo, seria permitido que o motorista de longa distância chegasse nas doze horas, mas com grande vantagem, que é o gozo da folga no retorno, enquanto o autônomo, se dirige doze, na volta não é obrigado a ficar parado em casa. Ele pode continuar dirigindo sempre. O motorista empregado teria essa vantagem, essa compensação.

Próximo, por favor.

Ainda sobre longa distância, existe uma possibilidade de inclusão em convenção, conforme o art. 235, "h", de questões específicas do transporte. E precisamos da sinalização acerca de quais temas podem ser incluídos. Já participamos de quatro seminários, após a Lei 12 619: em Cuiabá, em Campinas, em Florianópolis e aqui mesmo, em Brasília, a maioria deles com a presença de juízes do trabalho e desembargadores dos tribunais. Estamos vendo uma dificuldade grande de interpretação dessas normas, do que pode e do que não pode.

Pela novidade da lei, os próprios juízes estão manifestando opiniões iniciais. Entendemos que esse debate deveria ser acelerado para que a interpretação seja uniforme. Visamos, com essa lei, segurança jurídica. Então, não podemos ter uma lei que tenha cinco ou seis artigos que não conseguem ser bem interpretados e vão gerar novamente insegurança jurídica se não houver uma interpretação uniforme do Judiciário;

Próximo, por favor.

Então, existe a necessidade de unificar as interpretações de alguns desses artigos que causam insegurança jurídica. Não vou listá-los aqui por uma questão de tempo.

Próximo, por favor.

No Código de Trânsito brasileiro, também entendemos que faltou incluir o descanso semanal de 35 noras para abranger autônomos estrangeiros. Ora, se não tem esse descanso, o estrangeiro e o autônomo podem dirigir sete dias por semana, trinta dias por mês, o que, convenhamos, é uma loucura. Quem não para, não tem descanso de um dia por semana pelo menos, não tem uma saúde, uma qualidade de atenção em direção suficiente. Esse artigo, acho, foi esquecido no Código de Trânsito e deveria ser colocado. Consta na CLT, mas não para os autônomos e estrangeiros.

Próximo, por favor.

Essas são algumas colocações que eu queria fazer de maneira resumida novamente ficando na necessidade de aprimoramento da legislação na questão do transporte de longa distância e transporte internacional.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais. Só uma dúvida que ficou, já que li ali "ininterrupto". Nesse caso, na proposta que o Sindicato está apresentando, quantas horas ele poderia dirigir direto, sem parar? Quando li "ininterrupto", fiquei meio confuso e pensei: quero refletir para ver se entendi bem.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – A quantidade continua quatro. Ele dirige quatro, para meia hora, dirige quatro, para mais meia hora, quatro. Isso não muda. São quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Li nove horas ininterrupto e fiquei pensando que, para quem está assistindo à TV, poderia ter a impressão de que estaríamos propondo nove horas ininterruptas. E não é o caso.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – É exatamente o contrário: as nove horas ininterruptas seria

para o descanso obrigatório diário. Ele teria uma obrigação de, segundo a lei, onze horas. Nessa proposta, ele teria nove horas ininterruptas, de repouso noturno...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Com o devido intervalo das quatro.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Os intervalos, no tempo de direção, a cada quatro horas. A hora em que ele vai parar o caminhão, deitar para dormir e descansar é de nove horas, período em que ninguém pode incomodá-lo, em que ele não pode ligar o motor, não pode sair do lugar. Ele tem que parar obrigatoriamente essas nove horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esclarecido.

Passo a palavra neste momento, segundo orientação daqui, a Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais. Se quiserem trocar com um dos membros da Mesa, para fazer a fala e depois retornar, está bem.

É só durante a fala, ou seja, inverte-se para que ele possa fazer sua fala.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – A apresentação da ABTI está ali no computador.

O SR. FRANCISCO CARDOSO – Bom dia a todos. Saudando o Senador Paim, saúdo as demais autoridades aqui presentes. Gostaria de agradecer, Senador, a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, com V. Exª. Nós, que participamos de várias audiências públicas, somos testemunhas de sua parceria. V. Exª tem sido ouvinte paciente, tem procurado encontrar um consenso, um acordo em que possamos construir uma relação entre todos os agentes que operam no transporte, não só empregados, mas os empregadores e autônomos.

Vou me focar aqui, como tenho sempre feito, naquilo que temos defendido, que é o transporte internacional de cargas. O Mincarone já falou sobre a longa distância. Tenho certeza de que muitos poderão falar sobre pontos comuns na lei, pontos de consenso, aprovada por todos os aqui. Precisamos regulamentar alguns itens, esclarecer outros e avançar em alguns outros também, principalmente nos que se referem à infraestrutura e os que foram vetados pelo Governo.

Para que possamos oferecer realmente segurança aos que transitam nas nossas estradas, não é só reduzir tempo de direção. Precisamos de estradas com vias duplas e também pontos de parada. Mas, focando no internacional, o senhor esteve presente na Uruguaiana e pôde sentir o quanto nos preocupa o tratamento, agora que podemos diferenciar no Estatuto, com relação à atividade de transporte internacional.

A Lei nº 12 619 trata o transportador e o motorista com sendo um único meio de transporte de cargas. O que nos preocupa é a falta de isonomia com os estrangeiros. Por exemplo, com relação ao instrumento de controle de tempo, hoje, do nosso motorista aqui, no Brasil, é exigido o tacógrafo e a papeleta. Aproveito aqui, já que está presente o inspetor Dias, e digo que o Código de Trânsito brasileiro exige de todos os veículos de carga no Brasil o tacógrafo. E nós, todos os dias, recebemos em nosso território brasileiro caminhões sem um tacógrafo. E isso é de extrema importância para que possamos controlar o tempo de direção desse profissional, seja ele argentino, uruguaio, paraguaio, boliviano, chileno, de onde venha. Isso precisamos regulamentar, se não no Estatuto das Cidades, talvez até antes. Mas estou já tratando de coisas que vamos tratar lá no Estatuto.

Jornada de trabalho é outro item importante cujo funcionamento no transporte precisamos entender tanto com o trabalhador brasileiro e com o estrangeiro. O trabalhador brasileiro pode trabalhar cinco dias e meio, no máximo, de segunda a sexta e mais meia jornada no sábado. O estrangeiro vai poder trabalhar sete dias, 27% a mais. Outro item muito importante do qual poucos se deram conta: a jornada de trabalho máxima de um trabalhador no Brasil, pela CLT, é de oito horas normais. E, em casos extraordinários, pode ser estendida por duas horas – dez horas no total. Um estrangeiro pode trabalhar 24 horas. Mesmo que venhamos entender que ele pode dirigir até 12 horas segundo o Código de Trânsito brasileiro, ele pode ficar em carga, descarga e aduana 12 horas, e esse tempo não vai ser registrado, não vai ser controlado. E, assim, ele concorre de forma desigual com nosso negócio no Brasil. E vai, sem dúvida, já que um dos itens desta audiência são os acidentes de trânsito, proporcionar a manutenção e até o aumento do índice de acidentes no Brasil. Por quê? Se permanecermos com o que estamos apresentando aí, senhores, as empresas brasileiras vão perder espaço, vamos ser invadidos por uma quantidade cada vez maior de caminhões estrangeiros neste País. E eles vão trabalhar 24 horas. Por que isso? Vão se tornar mais competitivos.

Tenho um exemplo, Senador, de colegas que têm negócios de transporte de salmão do Chile para o Brasil. Já perderam negócio porque não vão conseguir colocar o salmão aqui no mercado brasileiro em tempo hábil. O salmão tem 21 dias, no máximo, de validade. Esse negócio está sendo transferido aos chilenos. Então, já iniciaram a transição, a transferência de negócios. E aqui estamos trabalhando também para a manutenção de empregos. É preciso repensar em como encontrar uma alternativa para preservar esses empregos no Brasil, mantendo a segurança, sem dúvida, mas, lá no Estatuto, Senador, procurando diferenciar o transpor-

te internacional do transporte de curta distância para que possamos, assim como o Mincarone falou, manter a segurança de nossas estradas, mas principalmente manter nossos empregos. Porque, do contrário, o empresário não vai conseguir sobreviver, concorrendo com alguém que trabalha 24 horas por dia.

Outro exemplo que temos aqui é o tempo máximo de direção. O brasileiro, pela lei nova, pode trabalhar 56 horas, 44 horas semanais e até 12 horas extraordinárias. O estrangeiro pode dirigir 84 horas, sete dias por semana durante 12 horas por dia, o que representa 50% a mais na direção, sem falar que pode trabalhar, como eu disse, na aduana, em carga e descarga, porque ele não é registrado.

O fracionamento do repouso: o nosso motorista tem que cumprir as onze horas; o estrangeiro pode fracionar isso em nove mais duas. Na possibilidade da prorrogação da direção, o nosso motorista não pode prorrogar nenhuma hora. O estrangeiro pode.

Então, o que pedimos, Senador, é que, no Estatuto, possamos analisar novamente, com todas essas partes que construíram a Lei nº 12619, um tratamento diferenciado para o transporte internacional, em que possamos ter isonomia e possamos concorrer de forma igual. Aí faço esse alerta para aqueles que representam os trabalhadores no sentido de que procurem fazer um contato com seus sindicatos, suas bases, entender como está acontecendo, por exemplo, nessas cidades onde está empregada a maioria dos motoristas internacionais. Há o risco, sim, de desemprego, e devemos procurar encontrar um consenso em que possamos concorrer, se não de forma igual, muito próxima com o estrangeiro. E, principalmente, deve-se fiscalizar o estrangeiro no cumprimento do Código de Trânsito brasileiro, porque hoje ele não tem o tacógrafo, inspetor, e também porque a Resolução nº 405 fala em autônomos, mas não fala em estrangeiros. Então, precisamos também encontrar uma fórmula em que possamos transmitir a esses empresários estrangeiros como eles serão fiscalizados não só buscando uma isonomia conosco, mas visando, Senador, à redução de acidentes. Esse motorista aqui, o estrangeiro, vai estar, sem dúvida, sobrecarregado, com uma carga de trabalho muito maior que a nossa. E aquilo que queríamos quando estávamos trabalhando no Estatuto e na lei era dar mais qualidade de vida ao nosso trabalhador, reduzir a insegurança jurídica entre trabalhador e empregado, mas, principalmente, reduzir acidentes em nossas estradas. E o que estamos vendo aqui é que o estrangeiro não foi contemplado. Isso, além de afetar o nosso negócio, não vai atingir o nosso principal objetivo, que é reduzir os acidentes nas nossas estradas. Então, fica a proposta da ABTI para que possamos tratar, lá no Estatuto, essas questões.

Aproveitando a presença do inspetor da Polícia Rodoviária, um pedido: como podemos dar, de imediato, um tratamento, um foco à fiscalização do estrangeiro quando entrar no Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais, que levantou sua preocupação com o setor acerca de como podemos caminhar para uma fiscalização adequada. Acho que é justo o pleito de que haja isonomia. Para construir isso, vamos ter que trabalhar junto com a assessoria, com o governo e com a fiscalização para que haja esse equilíbrio, ou seja, que o motorista de outros países não entre aqui e circule como bem entender.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Senador, me permite uma sugestão? Já que se tratou de dois assuntos ligados ao internacional, não seria a hora de passarmos o vídeo que trata do assunto, até para concentrar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ser.

O Mincarone, além de painelista, é o assessor de todo o grupo de trabalho, inclusive da Presidência. Não remunerado, não é, MIncarone, para que não se crie nenhum problema. É um voluntário.

Será que dá para passar o vídeo agora?

Na sequência, o próximo é o Dr. Marcos Bicalho dos Santos.

O vídeo é da audiência de Uruguaiana.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Esclarecendo: essas duas situações relatadas no vídeo levavam os caminhões, os motoristas, a ficarem parados na fronteira dez, quinze, vinte dias, com as mercadorias trancadas. O caminhão carregava lá no Chile e, quando chegava à fronteira, a lei havia mudado e ele ficava com a mercadoria trancada. Os motoristas ficavam no terminal aduaneiro 15, 20 dias, esperando para serem liberados. Então, essa foi uma medida importante que o governo tomou para fazer com que se agilizasse e se evitasse a parada dos caminhões dos motoristas na fronteira.

(Continua a exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Algum comentário, Mincarone, sobre essa última para que todos entendam claramente qual foi o último...

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Tigrão, quer comentar um pouquinho no que diz respeito aos autônomos, pagamento de frete?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ou tu queres no teu tempo já?

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Depois, no teu tempo, tu aborda e, daí, fala da questão do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. No teu tempo você entra então.

Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU), que aqui representa o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, que é o Presidente.

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – Bom dia, Senador. Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exª pelo convite que recebemos para participar dessa audiência pública. É importante e continuar nesse debate sobre a legislação que regulamenta a profissão de motorista e a questão do estatuto.

Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que para o nosso setor: transporte público urbano de passageiros, essa lei trouxe algumas inovações, algumas vantagens, tanto para os trabalhadores como também disciplinou algumas questões importantes para o setor como, por exemplo, a questão do intervalo intrajornada que era um grande problema para o setor de transporte público urbano por ônibus cumprir as determinações da CLT e a flexibilização que foi feita com essa lei realmente trouxe a legalização de uma prática que já vinha sendo realizada há muitos anos através de convenções coletivas de trabalho. De qualquer forma, a gente também teve outros pontos importantes que foi a questão do descanso, do intervalo de onze horas que foi a regulamentação do intervalo de trinta minutos de descanso a cada quatro horas de direção. No momento atual, nós entendemos que estamos em uma fase ainda de análise. É uma lei complexa, altera a CLT, altera o Código de Transito Brasileiro e traz inovações que precisam ser avaliadas com bastante prudência em função das características de cada setor.

Vimos aqui as várias questões colocadas pelo transporte internacional e, ao lado do transporte urbano, também temos algumas dificuldades no sentido do cumprimento puro e simples da lei, a exemplo da questão do intervalo intrajornada. Temos, hoje, várias cidades brasileiras que tem jornada de trabalho de seis horas e vinte, de seis horas, de seis horas e quarenta. Então, todas essas alterações de jornadas foram objeto de acordos coletivos e, no momento em que a gente disciplina para uma jornada de sete horas e vinte, há necessidade de adequar todas essas situações especiais que existem por várias cidades brasileiras.

Outra questão em que também estamos enfrentando dificuldades é com referência ao cumprimento do descanso de trinta minutos a cada quatro horas. O senhor reconhece que o transporte urbano hoje, principalmente nas grandes cidades, sofre com os congestionamentos urbanos, com as dificuldades do trânsito, e, naturalmente, esse rigor no cumprimento desses tempos de descanso a cada quatro horas, trinta minutos a cada quatro horas, talvez, na realidade do trânsito urbano, a gente não consiga chegar a um cumprimento tão correto como está determinado na lei. Então, são adaptações que necessitam ser compreendidas tanto pelos patrões, como pelos empregados, como também pelo poder público que fiscaliza esse serviço no sentido de que se consiga avançar e cumprir realmente o que está estabelecendo a nova legislação.

Gostaria, então, de deixar essa palavra porque o momento é um momento de avaliação, um momento que estamos em contato constante com a representação dos trabalhadores no sentido da gente buscar... Há pouco conversava com o Festino sobre a situação de São Paulo em que a gente está avaliando essa questão do intervalo intrajornada em função de uma jornada especial que existe no Município de São Paulo. É importante que sejam consideradas essas especificações do setor. Eu gostaria de enfatizar, até em função do tema da audiência pública, que nós entendemos que a lei realmente trouxe avanços significativos com referência á questão da segurança do trânsito e a diminuição do número de acidentes.

Acreditamos que realmente vamos colher os frutos dessa legislação principalmente quando a gente regulamenta o tempo de direção, para nós, acho que isso é claro, acho que para toda a sociedade que isso realmente vai trazer uma contribuição muito grande na redução dos acidentes de trânsito.

Com referência ao estatuto, gostaria de informar que tivemos uma reunião na semana passada para retomar todo o trabalho de discussão em função do resultado das audiências públicas e, uma das decisões que foram tomadas foi a formação dos grupos de trabalho, subgrupos por cada modalidade. Entendemos, Senador, que cada modalidade tem uma especificidade muito grande. Existem muitos detalhes a exemplo do que estamos assistindo aqui hoje. Então, há necessidade de que caminhemos na estruturação do estatuto para capítulos em que possamos tratar especificamente dessas questões que dizem respeito a cada segmento.

Nesse sentido, vemos com muito bons olhos a formação de subgrupos hoje já tive notícia que o grupo de transporte internacional inicia hoje a usa primeira reunião e estamos em entendimento também na área

de transporte de passageiros para começarmos imediatamente essas discussões para ver como avançar. O Festino levantou aqui questões específicas do transporte público urbano com referência à questão da dupla função que precisamos discutir, precisamos achar soluções, ver como caminhamos. Hoje existe no mundo inteiro uma tendência da retirada dos cobradores dentro dos ônibus, principalmente nos países mais adiantados, a cobrança eletrônica das passagens possibilita essa retirada do cobrador e o Brasil também está experimentando esse avanço tecnológico e a gente precisa avaliar como enfrentar essas situações dentro de uma realidade que realmente atenda aos interesses, tanto dos usuários dos serviços, como dos trabalhadores e também das empresas.

Acreditamos que esses grupos vão realmente possibilitar chegar, dentro de um prazo pequeno, a uma proposta que a gente possa avançar as discussões do estatuto e conseguir suplantar essas dificuldades que estamos vivendo atualmente.

Agradeço a participação, Senador, e estamos a disposição para o debate.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, que dá sua colaboração aqui, tanto no estatuto, como também uma análise da lei, entendendo que a lei teve avanços, precisa de ajustes, mas que deveremos avançar principalmente com os grupos de trabalhos agora que vão ser montados para continuar o debate sobre o Estatuto.

Nós vamos passar a palavra, na sequência, ao Vereador Célio Moreira que aqui representante dos trabalhadores de Minas Gerais.

Célio, com a palavra.

Se quiser passar aqui enquanto da sua fala, depois o Mincarone volta para continuar assessorando a Mesa na Secretaria-Geral, compilando os dados de todos os convidados.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Sr. Senador da República, Senador Paulo Paim, companheiro Mincarone que está secretariando os grupo, demais companheiros que compõem esta comissão especial, ao meu Presidente Omar José Gomes, em nome de quem cumprimento os demais trabalhadores representantes dos trabalhadores aqui.

Senador Paulo Paim, eu, na verdade, estou licenciado agora da Força Sindical. Estou acompanhando esse grupo de trabalho representando a Força Sindical e, em virtude da legislação eleitoral, eu tive que licenciar-me, porém não me licenciei dos problemas que a gente vive, das preocupações, sobretudo em relação a essas novas regras, essa mudança, a aprovação da legislação que trouxe algumas preocupações.

O Festino já falou aqui em nome dos trabalhadores, em nome da nossa confederação. Eu quero apenas complementar aqui, colocando uma preocupação que eu sempre tenho tido e tenho compartilhado inclusive o Presidente da nossa confederação. Liguei recentemente para o Omar falando de algumas dificuldades que vejo nessa legislação para o cumprimento pleno da legislação pelos vetos, principalmente pelos vetos naquilo que compete ao Governo.

A construção da estrutura necessária para o descanso. Teremos aí um tempo de direção, teremos uma jornada máxima de trabalho, os equipamentos de controle dessa jornada, mas na minha avaliação ainda falta o aumento do efetivo de fiscalização para a fiscalização, para o pleno cumprimento da lei e a estrutura. Sem a estrutura, vejo também com muita dificuldade. Nós vamos parar, mas vamos parar onde se não temos a estrutura necessária construída pelo Governo, ou em parceria com a iniciativa privada a cada 200 km nas principais rodovias do Brasil?

E outro ponto é a questão também da estrutura, a construção da estrutura na porta dos embarcadores. Então, está previsto aqui em lei; porém, nós precisamos fazer com que isso seja cumprido, para que o Governo realmente monte a estrutura necessária, o Ministério do Trabalho, todas as Pastas ligadas realmente com a questão da segurança, saúde dos trabalhadores para a efetiva fiscalização também na porta dos embarcadores.

Então, são alguns pontos que a gente precisa estar debatendo, continuar o debate agora dentro do Estatuto do Motorista para contemplar esses pontos que ficaram fora, que realmente não foram contemplados. E aí o grande desafio para este grupo de trabalho, para o senhor como Senador, inclusive do Partido dos Trabalhadores, do partido da nossa Presidente da República, para fazer o convencimento do aumento do efetivo para a fiscalização, da construção da estrutura, também a fiscalização nos embarcadores, para que eles também possam construir essas estruturas necessárias para recepcionar os transportadores que hoje não têm a mínima estrutura.

Eu mesmo apresentei... Sempre que tenho oportunidade eu falo sobre um projeto de lei de minha autoria como Vereador, em Uberlândia, que prevê a construção dessas estruturas nos embarcadores, ali nos limites do Município, da cidade que eu represento.

Que isso seja estendido ao Brasil, essa obrigatoriedade, sob pena da não liberação do alvará de funcionamento desses embarcadores se não tiverem essa estrutura, porque o motorista chega, às vezes rodou a noite inteira; está com sono; não tem um alojamento

para dormir e nem dentro do caminhão ele pode dormir, porque, se ele for dormir, não escuta o microfone chamando para carga ou descarga.

Então, na minha avaliação, esse é um dos principais motivos dos graves acidentes no Brasil, volto a repetir, e esse ponto não vem sendo fiscalizado.

Então, era apenas para dar essa minha contribuição, mais uma vez fazer aqui essa ponderação que sempre tenho feito.

Agradeço a oportunidade e parabenizo mais uma vez o Senador Paulo Paim pela sua grande disposição. Está servindo à sociedade. Eu, que acompanho, Senador, o seu trabalho, tenho visto a sua disposição de estar debatendo as questões necessárias para a transformação, para o bem-estar da nossa sociedade.

Agradeço a oportunidade e devolvo a palavra.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Vereador Célio Moreira, que aqui representa os trabalhadores de Minas Gerais, que tem participado ativamente de todos esses debates aqui sobre o tema ao longo desses anos.

Agora nós vamos para o chefe da Divisão de Multas do Departamento da Polícia Rodoviária, o Sr. Jerry Adriane Dias Rodrigues, para sua exposição.

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade, em nome da Polícia Rodoviária Federal, de poder participar deste evento. Nós já tivemos oportunidade de poder conversar acerca desse assunto, num seminário que houve lá na Câmara dos Deputados, na Comissão de Viação e Transportes, e agora poder estar aqui. Isso é importante até porque nós participamos em uma outra oportunidade, nas primeiras discussões ainda do Estatuto, nós participamos em nome da Polícia Rodoviária Federal. Depois, por algum motivo, nós acabamos não acompanhando como deveríamos. E eu acredito que muitas coisas que saíram na lei são tremendamente positivas. E nesse sentido os parabéns ao seu trabalho, Senador, nosso conterrâneo, por tudo que tem feito, em nome dos trabalhadores. Às vezes nós que trabalhamos na função de polícia, na função de fiscalização, parece que não somos trabalhadores, mas somos. E os nossos policiais estão aí atuando diariamente nas rodovias federais do Brasil inteiro e aqui não somente os policiais da Polícia Rodoviária Federal, mas todos os agentes que trabalham na segurança no Brasil. São trabalhadores, com todas as suas lutas. Nós tivemos agora o evento da Rio+20 e houve uma atuação efetiva e nós verificamos aquilo que já foi falado aqui por mais de uma vez: com efetivo, com estrutura, os resultados aparecem. E os resultados lá da ação, falo especificamente da Polícia Rodoviária Federal, foram bastante positivos, porque lá nós tínhamos uma estrutura adequada à demanda que nós temos no nosso trânsito.

Algumas das coisas que nós vamos apresentar aqui já apresentamos lá, mas acredito que seja importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, não avalizando, porque você não precisaria disso. Mas a tua fala... Ainda ontem eu via que a Presidenta Dilma fazia um pronunciamento elogiando todo o sistema de segurança da Rio+ 20, que foi elogiado por outros países. E ela fez questão de fazer esse comunicado a todos aqueles que representam a segurança no Brasil. E aí naturalmente se referiu a todos os setores que você também aqui se referiu.

Então, vamos dar os cumprimentos aqui aos homens e mulheres que trabalham na segurança, na figura aqui do nosso chefe de divisão, o Jerry Adriane, até pelo elogio recebido pela Presidenta da República.

(Palmas.)

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Muito bem. Também sou conselheiro do Contran e o Conselho teve um papel importante na regulamentação daquilo que se refere ao Código de Trânsito brasileiro.

Mas antes queria passar aqui, Senador, algumas informações que já passamos no seminário, na Câmara dos Deputados, mas achamos importante trazer aqui novamente.

Muito bem. Nós fizemos um levantamento e aqui não temos o de passageiros, porque entre aquele evento e este, nós tivemos uma situação pessoal e eu gostaria até de aproveitar a oportunidade aqui porque vem a calhar. Para mim é difícil estar aqui, e a minha filha está no hospital hoje Quarta-feira passada ela caiu de um ônibus urbano em movimento, porque a porta estava aberta. E ela saiu da UTI ontem. Ela hoje está lá ainda com grande dificuldade de conversar, de perceber, como uma criança recém-nascida, praticamente dando as primeiras palavras. O médico disse que ela vai melhorar. Nós temos essa esperança.

Mas eu trago esse testemunho porque trabalho há dezoito anos na parte de segurança e nós percebemos que muitas vezes, Senador, a questão da segurança, quando ela conflita com interesses às vezes econômicos, sociais ou outros, ela é deixada de lado Eu sei que todos que estão aqui estão preocupados com a segurança. E já alerto, peço e conclamo todos para que nós trabalhemos, porque esse motorista... E eu não o condeno, pelo contrário, é um trabalhador que está sob pressão diária no trânsito brasileiro. Eu não o condeno. Sei que algo aconteceu de errado, e nós precisamos trabalhar nisso. Precisamos buscar soluções para que os nossos filhos, os nossos concidadãos não tenham que passar por situações como essa.

Nós fizemos um levantamento a respeito do transporte de carga. e, em outra oportunidade, se houver, nós vamos trazer o do transporte de passageiros também. Mas quase 35% dos acidentes ocorrem com veículos de carga, sendo que a proporção de veículos de carga não chega nem a 10% do total de veículos. Então, é muito preocupante essa relação. E isso tem uma relação direta com as condições de rodovia, problemas na fiscalização, cansaço. E nós vamos dar alguns dados que nós temos. Mais de 50 mil motoristas profissionais já foram entrevistados pela Polícia Rodoviária Federal. Eu quero trazer esses dados para os senhores aqui, para demonstrar a importância dessa lei e alguns ajustes que precisam ser feitos nela.

Pode passar à frente.

Em mortos, só de carga, são aproximadamente 14%.

Pode passar à frente.

Aqui é uma relação dia da semana para demonstrar uma preocupação que existe com relação ao tipo de fiscalização que precisa ser feita. E esse é um trabalho que a Política Rodoviária Federal está fazendo. Nós temos agora formando, Senador, 750 novos policiais. Esperamos aí ... O Governo já assinou à Presidenta que nós poderemos ter o dobro, mais 750, mas ainda é longe daquilo que a lei estabelece: são 13 mil e poucos policiais pela lei. Mas hoje nós temos menos de 10 mil policiais atuando nas rodovias. Isso é pouco diante de tanta responsabilidade.

Mas isso aqui demonstra um pouquinho o perfil do trânsito. Se nós pegarmos o geral, o geral e principalmente os automóveis, o trânsito e número de acidentes maior nos finais de semana exatamente porque o pessoal passa às vezes o dia todo trabalhando e no final de semana eles saem, bebem, não têm a noção exata da segurança que devem ter e os acidentes acontecem.

Então, o perfil de fiscalização necessita ser diferenciado. Durante a semana nós temos um perfil maior dos veículos, tanto de transporte de carga, como também de transporte de passageiros. Pelos dados que temos, não é muito diferente essa relação durante a semana, por óbvio. O transporte de passageiros e de carga é maior durante os períodos de semana. Então, aí demonstra a necessidade de um perfil de fiscalização diferenciado a depender do tipo de transporte e do tipo de ocorrência que nós temos nas nossas vidas.

Por favor.

O próximo, é muito importante esse dado. Nós levantamos, fizemos um dado das 20h às 5h da manhã. Por que das 20h às 5h da manhã? Por conta de ser o período mais crítico da noite. Então, nós afastamos o período da hora do rush, do movimento maior, que é até as 19h, e o primeiro horário, das 6 da manhã, em que começa já o movimento do pessoal indo para o trabalho. Verificamos que a letalidade, ou seja, o percentual de mortes em decorrência de acidente de trânsito dobra no período das 20h às 5h da manhã. Olhem bem a importância do descanso noturno. Nós somos cidadãos do dia, somos seres do dia, precisamos descansar à noite. Sabemos que a realidade nem sempre permite isso, mas, tanto quanto possível, o trânsito e o transporte têm que levar em consideração isso, até no planejamento de suas ações.

Então, se a letalidade durante o dia é de 1,46%, ou seja, da quantidade de acidentes apenas 1,46 se transformam em acidente com morte, 3,2% nesse horário noturno, isso dobra, é mais do que o dobro. Então, é uma preocupação que se tem que ter no planejamento, nas ações, no trânsito de que esse trânsito à noite seja realmente reduzido.

Pode passar à frente.

Aqui são os comandos de saúde da Polícia Rodoviária Federal. Nós temos uma operação desde 2006 realizada no Brasil inteiro, é um trabalho aonde vão médicos, vão equipes de palestras, são feitos exames diversos, diversos exames de saúde verificando a situação psicológica, o consumo de bebidas, o consumo de drogas, a capacidade visual dele ocular. São vários exames. Eu quero mostrar alguns resultados que demonstram a necessidade de uma postura um pouquinho diferenciada e a importância de o profissional ser realmente bem atendido para que ele possa exercer o seu trabalho com responsabilidade...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Até porque, Senador, esse trabalhador lá não tem só um trabalho isolado, não está fazendo o trabalho dele dentro de uma salinha. Não, ele está transportando a economia da Nação, ele está transportando passageiros, ele está interagindo com outros no trânsito. Então, é fundamental essa preocupação.

Pode passar à frente.

Mais alguns exemplos aí.

Então, foram mais de 56 mil motoristas examinados desde 2006. É uma amostragem maior do que muitas pesquisas de opinião muitas vezes.

Vamos aos dados.

Pode passar.

Sonolência diurna, 10%. Gente, condutores que foram abordados dizendo que durante o dia estavam com sono, não aquele soninho que de vez em quando, sono mesmo, aquela vontade de dormir, 10%. Isso é um percentual muito elevado, considerando a quantidade de trabalhadores que transitam nas nossas vias.

Próximo.

Envolvimento em acidentes, ou seja, daqueles que foram entrevistados, quantos deles se envolveram em acidentes? Mais de 15% já afirmaram terem se envolvido em acidentes.

Próximo.

Olha, aqui uma preocupação muito grande com a saúde também dele no geral.

Problemas de visão, não daqueles que, como nós, usam óculos, daqueles que afirmavam não precisarem de óculos, 17% foram reprovados, 17% foram reprovados no teste de acuidade visual. Não pessoas como nós, pessoas que consideravam que estavam em condições normais.

À frente.

Consumo de álcool, não aquele consumo de álcool considerado social, mas o consumo de álcool acima do considerado social. Já o chamado etilismo, 30%, mais de 30%. É um percentual muito grande de pessoas que estão dirigindo com o risco de se envolverem em acidentes, morrerem e matarem outros.

Próximo.

Pressão alta, 33%. E quanto à pressão alta, sabe-se que há um risco iminente de essa pessoa se envolver, ter um mal súbito e se envolver em acidentes. Eu já atendi vários acidentes que não tinham nenhuma causa aparente, a pessoa estava morta dentro do veículo e não era decorrente do acidente, mas decorrente a um fato anterior ao acidente, normalmente relacionado à pressão alta.

Próximo.

Carga horária excessiva. Aqui 38% reclamaram disso, 38%, de cada 100, 38 disseram que estavam com a carga horária excessiva. Então, vejam a importância desta lei comprovada por dados científicos de que essa lei vem a calhar. Sabemos que existem coisas a evoluírem, a melhorarem, mas ele vem num momento apropriado.

Vamos à frente.

Algumas questões controversas que nós queremos passar que nós consideramos importantes para o debate. Logo em seguida, rapidamente a gente já conclui.

Vamos à frente.

Pode passar.

O primeiro aspecto que foi questionado, que foi discutido, principalmente quando nós fomos regulamentar a lei no aspecto do trânsito, a parte que altera o Código de Trânsito Brasileiro, foi a abrangência da norma. Olha, ela abrange quem? Só o com vínculo empregatício ou o autônomo também? Por quê? Porque quando a lei, lá no art. 1º, vai dizer essa lei que integram essa categoria aqueles que têm formação profissional e atividade mediante vínculo empregatício, na alteração do Código de Trânsito a expressão "motorista profissional" veio ser utilizada. O ideal seria que se usasse a expressão "condutor", porque o motorista profissional separa um pouco, Nós, analisando outras leis, chegamos à conclusão de que em diversos momentos a legislação entendeu que motorista profissional não é somente aquele que tem vínculo empregatício. Num primeiro momento, houve essa divergência, porque o Código de Trânsito, quando foi trabalhado, foi trabalhado com muitas coisas da CLT e isso acabou causando algumas dificuldades na hora de se interpretar a norma. Vamos mostrar um mais específico à frente.

O entendimento então adotado pelo Contran na Resolução 405 é de que motorista profissional é aquele condutor que exerce atividade remunerada ao veículo. Ou seja, aquele que, de alguma forma, utiliza o veículo para o exercício de sua profissão, envolvendo os veículos de transporte, condução de escolares, transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com mais de 4.536kg de PBT.

À frente.

Aqui nós tivemos um outro conflito que nós verificamos, que a CLT, quando vem falar do tempo de direção e repouso, ela usa a expressão "viagens de longa distância" e até define o que é longa distância. Quando vai para o Código de Trânsito, ele não dá essa definição, diz simplesmente e diz a mesma coisa. Ele diz que a cada quatro horas ele tem que descansar 30 minutos, ele vai falar basicamente a mesma coisa. Então, na revisão, se é que vai ser feita, nos novos estudos seria interessante que a gente fizesse alguns ajustes para melhorar isso aí, para não haver dúvidas da abrangência. Nós entendemos que o tempo de descanso de 30 minutos a cada quatro horas independe se a viagem é de longa ou de curta distância, porque, como foi bem dito aqui, o pessoal que trabalha na área urbana, que não fica longe da base mais de 24 horas, está sob pressão violenta em decorrência principalmente do tumulto que é o trânsito urbano.

Pode passar à frente.

Na questão dos vetos, nós chamamos a atenção para o art. 67, *b*, que estabelecia os instrumentos a serem utilizados na fiscalização e esse dispositivo foi vetado, criou um certo problema, mas, como senhor bem falou, na regulamentação do CTB, pela Resolução 405, nós restabelecemos isso que foi vetado. Por quê? Porque é necessário um instrumento de fiscalização. Se não fosse definido que instrumento é esse, cada um faria do seu jeito, não haveria uma padronização. Sabemos que essa padronização ainda não é o ideal, nós vamos mostrar logo. Na forma como está ainda não é o ideal, precisamos avançar um pouco mais,

com instrumentos mais eficazes. Porque o diário de bordo, por exemplo, é basicamente a informação que o tacógrafo tem, porque o diário de bordo se refere ao veículo, o que se refere ao condutor é a papeleta ou ficha de trabalho externa, é o que se refere ao condutor. O diário de bordo e tacógrafo são somente ao veículo, vamos mostrar logo em seguida. Então, esse veto acabou criando uma dificuldade. Havia uma infração, inclusive, por não portar, não ter esses equipamentos. O veto dele da penalidade da infração até foi apropriado, por quê? Falava da falta de equipamento. Nós já temos uma infração no Código de Trânsito que prevê a penalidade por falta de equipamento obrigatório, que é o art. 239. Então, esse artigo não seria tão adequado para isso, poder-se-ia trabalhar de outra forma. E se considera que o condutor, o motorista profissional, não apresenta os comprovantes de que ele cumpriu a norma, considera-se como ele não tendo cumprido.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Uma questão que parece que ele diz, a ficha do trabalhador autônomo na 405.

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – O que se pensou naquele momento era criar algo que o autônomo pudesse ter. Vou falar logo à frente um pouquinho sobre ela para esclarecer um pouquinho mais esse detalhe. Mas é importante até porque a falta de instrumentos gerou a dificuldade de se padronizar o procedimento de fiscalização, especialmente do autônomo.

Pode passar à frente.

O veto aos §§ 3º e 4º do art. 261. Aqui eu quero só dizer que nós somos favoráveis ao veto por uma razão que consideramos que não podemos tratar de forma diferenciada. A mensagem que se passaria para uma eventual aprovação, ou sanção deste parágrafo daria como se ele tivesse uma opção de ter mais dez pontos de lambuja em relação aos demais veículos. Nós achamos que não deve ser assim. Se existem problemas em relação à fiscalização, se existem problemas em relação à legislação, eu acho que a gente precisa trabalhar especificamente nesses aspectos. Nesse sentido, não somente como conselheiro, mas representando a Polícia Rodoviária Federal e junto ao Ministério da Justiça da qual fazemos parte para trabalhar isso, propomo-nos a estarmos à disposição para discutirmos melhor esses aspectos.

À frente, por favor.

Esse é um outro aspecto do veto que já foi levantado, que nós acreditamos que é fundamental que se rediscuta a matéria, Senador. Não sei se a questão é o veto ser quebrado, mas acho que o assunto deve ser discutido, porque sem estabelecer locais destinados ao estacionamento, temos uma grande dificuldade. É lógico que a questão da segurança em relação a ele estar cansado ou a ele não ter o melhor local para descansar, nós precisamos equilibrar e equacionar isso aí, porque ele dirigir cansado é tão ou mais perigoso do que ele ter dificuldade de achar um posto de combustível às vezes para ele estacionar o veículo.

As recomendações que nós já mandamos para os policiais rodoviários federais no Brasil inteiro já orientaram no sentido de mapear quais são os pontos possíveis de estacionamento no Brasil inteiro. Então, é um trabalho demorado, mas nós vamos tentar fazer isso aí, já recomendamos. E recomendamos que as operações, porque à Resolução 405 foi dado um prazo um pouco maior para as autuações de trânsito.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Então, ela prevê que entra em vigor, que no dia 29 ou no dia 30 de julho comece a vigorar esta resolução. Ou seja, na parte de trânsito vai haver um prazo um pouco maior para que se comece a fazer a autuação, a aplicação das medidas explicativas e a orientação que foi dada é de que essas operações sejam localizadas em áreas onde seja possível encontrar pelo menos de forma, ainda que não da forma como gostaríamos, um local mais adequado para que ele possa ir descansar o veículo e não precise ficar com o veículo, seja retido no pátio ou vá para um depósito.

Então, nesse assunto aqui do veto eu não questiono tanto o veto, mas acredito que seja fundamental que haja esses pontos. Na Europa nós já tivemos informação de que só ali na parte principal, mais movimentada, são mais de cem pontos de parada. E olha que o tamanho da Europa em relação ao Brasil, tranquilamente já foi comentado que poderíamos ter pontos de parada, seja na iniciativa privada ou público-privada, uma parceria, mas algo precisa ser feito, não se pode ignorar essa dificuldade.

Pode passar à frente.

Com relação à fiscalização utilizando tacógrafo. Qual é a dificuldade que encontramos aí? É o fato de que o tacógrafo, como já falamos, é relacionado ao veículo e não ao condutor. Embora o condutor deva estar informado lá no disco diagrama, na fita diagrama, pode ser que esse condutor não tenha ficado naquele veículo nas últimas 24 horas ou tenha dirigido outros veículos nas últimas 24 horas. Por isso, somente o disco diagrama, na maior parte dos casos, em que não há aquele vínculo direto com o veículo, não é um instrumento único e suficiente para isso. Nós sabemos que a Europa já começou um trabalho há alguns anos de um novo modelo de tacógrafo, onde o motorista profissional tem uma carteira com *chip* e, em qualquer um dos equipamentos dos veículos em que ele entra, ele

insere aquela carteira com *chip* e traz o histórico, tanto dele quanto do veículo. Então, é algo em que acho que a gente também, Senador, pode começar a trabalhar nesse sentido de verificar para o futuro algum instrumento mais seguro, tanto para o motorista, como para a empresa, quanto para os órgãos de fiscalização. É importante que o disco ou fita diagrama estejam corretamente preenchidos com os dados do ou dos condutores, placa, data, hora. É importante essa informação para a fiscalização poder ser feita. Porque, se não se puder relacionar o condutor àquele veículo, é possível que não estivesse naquele veículo, então, precisamos saber onde ele estava. E a informação das últimas 24 horas deve estar no veículo fiscalizado.

A última aqui. Pode passar.

A papeleta ou ficha de trabalho externo. A dificuldade para a fiscalização é a ausência de um padrão – isso para o trânsito, embora se possa ter na parte trabalhista, no trânsito houve uma dificuldade de definição disso, ainda não está muito claro, vamos esperar agora a fiscalização evoluir. Porque o material ao qual nós tivemos acesso, papeleta e ficha de trabalho externo, é quase que uma folha ponto, entrou às 8, saiu ao meio-dia, entrou às 13 e saiu às 17, das 14 às 18, só que para o tempo de direção que se pretende, ele é mais do que isso, ele vai ter intervalos a cada quatro horas, ele vai ter intervalos a cada 24 horas. Então, essa ficha precisa ser mais completa. E aí entra a questão da ficha de trabalho do autônomo. Como o tacógrafo não é instrumento suficiente de verificação, a menos que ele tenha estado com aquele mesmo veículo nas últimas 24 horas, criou-se uma ficha que pudesse registrar os dados. É precário? É precário, mas que ele pudesse registrar essas informações lá para que a fiscalização pudesse verificar a ficha com o disco diagrama, para verificar se ele estava naquele veículo ou não nas últimas 24 horas. Caso contrário, não há como fazer verificação dessa situação dele.

Na ficha ou na papeleta deve haver um espaço para que o agente de trânsito carimbe lá, como ele faz com o disco diagrama. Por que essa informação é importante? Para que, se houve fiscalização por meio daquele instrumento, é esse instrumento que pode ser usado como meio de prova para contestação de uma autuação que possa ser feita posteriormente. Está o. k.? Por isso a necessidade de que seja no verso, em algum momento, o agente se identificar, informando quem foi que fez a fiscalização. Pode passar à frente.

Desculpa, o senhor queria falar. Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos deixar para depois que todos falarem a gente abre o plenário para as perguntas.

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Muito bem.

Finalizando aqui, o art. 230, XXIII, que foi inserido pela lei, ele trata da multa grave, a responsabilidade do condutor e a retenção do veículo. De que forma foi regulamentado? No caso da retenção decorrente ao desrespeito ou descumprimento das onze horas, essa não tem como ser feita no local, só há duas opções: ou essa retenção...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – (...) vai para o depósito ou, se houver um local apropriado para ele estacionar ali nas proximidades, um posto ou algum local, ele vai para esse local, recolhe-se o documento dando esse prazo ou se apresenta um outro condutor habilitado que comprove ter cumprido o tempo de descanso. Foi dessa forma que houve a regulamentação no âmbito do trânsito. Temos 45 dias para ouvir, inclusive, as opiniões, sugestões e críticas para ver o que pode, o que precisa ser aprimorado.

Pode passar.

Meu nome é Jerry Adriane Dias Rodrigues, meu *e-mail* está aí, tanto pela Polícia Rodoviária Federal como junto ao Contran. Nós poderemos dar maiores subsídios para melhorarmos esse processo juntos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem ao Jerry Adriane Dias Rodrigues, chefe da Divisão de Multas do Departamento de Polícia Rodoviária. Há diversos companheiros do plenário que queriam fazer algumas perguntas. Logo após a fala de mais dois convidados nós vamos abrir para o Plenário.

Agora, com a palavra.... *(Pausa.)*

O SR. LUÌS ANTONIO FESTINO – Senador, é que chegou aqui o Presidente do Sindicato dos Policiais Ferroviários Federais, o Edson Lima de Menezes e hoje a Polícia Ferroviária Federal, a mais antiga polícia do País, está completando 160 anos, é de 1852. Então, só queria parabenizar o Edson e todos os policiais ferroviários federais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Levanta aí, Edson. *(Palmas.)*

O SR. LUÍS ANTONIO FESTINO – Inclusive, o Senador é autor da regulamentação da profissão dos policiais, que estão nesta batalha há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas acredito que vai dar certo.

Seja bem-vindo. Se precisar usar a palavra, no momento adequado você também poderá usar.

Então, vamos, de imediato, ao advogado da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo, Dr. Narciso Figueirôa Júnior.

O SR. NARCISO FIGUEIRÔA JÚNIOR – Bom dia a todos, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades e componentes da Mesa. O Senador tem, como disse inicialmente, mantido coerência nas discussões do Estatuto, desde aquela primeira reunião que tivemos em São Paulo. Tivemos o privilégio de receber o Senador em São Paulo para que ele acalmasse o mercado de transporte a respeito da discussão do Estatuto, onde disse que os assuntos e os consensos poderiam ser finalizados e adiantados. E tem cumprido isso. É importante registrar que o Senador tem sido muito coerente nas discussões em torno desse importante tema.

Inicialmente, Senador, gostaria de registrar que embora eu seja assessor jurídico também da Federação de São Paulo, represento aqui principalmente a ANTC e Logística, Associação Nacional de Transporte de Carga e Logística, que tem participado de todas as discussões a respeito do Estatuto, das discussões envolvendo o PL 99, que culminou na Lei 12.619.

E a ANTC, já no final do ano passado, quando passou a discutir as estratégias de atuação para este ano, tomou decisão acertada no sentido de que assim que a lei fosse publicada, fossem realizados eventos internos na ANTC, convidando todos os transportadores, de todos os segmentos, para que pudéssemos debater internamente a lei, não só os empresários, mas também os assessores jurídicos das entidades que integram a associação.

Inclusive registro que esses eventos que o Mincarone citou de que participou, que são eventos jurídicos realizados após a edição da lei, todos foram feitos com o apoio da ANTC, em Cuiabá, em Brasília, em Campinas, em Florianópolis.

E nós temos notado, em relação ao Estatuto... Vou falar primeiramente do Estatuto, falo rapidamente da lei e concluo a minha fala.

Nas discussões que nós temos acompanhado, do Estatuto, nós entendemos que devamos continuar participando, a ANTC vai participar. A Lei 12.619 não contemplou, ou melhor, contemplou parte das questões até agora surgidas, sobre as quais tirou-se um consenso para sua aprovação mais rápida.

A proposta de discussão do Estatuto quer nos parecer que é mais ampla, merece um debate. E o Senador tem dito isso, que é importante que se faça o debate, não devemos nos preocupar com a pressa, porque a pressa é inimiga da perfeição, e tem alguns aspectos que nos entendemos que no Estatuto merecem reflexão, até em função do que a 12.619 trouxe de dúvidas.

Já se discutiu que, no Estatuto, e nós temos acompanhado isso, são necessárias algumas divisões. O Dr. Bicalho comentou da necessidade de se tratar, no Estatuto, algumas especialidades, dividindo inclusive. Até já tivemos discussão sobre o condutor, em função do tipo de veículo. Tudo isso nós vamos acompanhar e temos certeza de que esse trabalho vai ser profícuo.

Em relação à Lei 12.619, Senador, por esses eventos de que temos participado, não só os jurídicos, mas também os internos, eu gostaria de colocar principalmente para aqueles empresários que estão preocupados com a implementação da lei, que a lei realmente não é perfeita. Ela tem algumas imperfeições, mas nem a Constituição Federal é perfeita. Nós tivemos a discussão da Constituição Federal, o Senador estava lá, e sabe muito bem que quando se tem uma discussão de muita importância, que afeta diversos setores da sociedade, isso passa por uma negociação. Negociação no bom sentido da palavra, negociação para que aqueles interesses que estão em jogo possam ser todos contemplados, discutidos. Mas a negociação não chega no ideal, ela chega no possível para todas as partes envolvidas. E foi o que aconteceu com a 12.619. Foi uma lei que decorreu de uma grande negociação, de uma necessidade de discutir o assunto.

Então, para aqueles que estão preocupados com a sua aplicação prática, eu queria lembrar exatamente três fatos legislativos históricos. Um foi a Constituição de 88, que embora não seja uma constituição perfeita, avançou muito nos direitos sociais, teve 70 emendas, Senador, me corrija se eu estiver errado, a última agora do final de março de 2012. Se ela fosse perfeita ela não precisaria de tantas emendas. Mas nenhuma das emendas, pelo menos de que eu me recordo, alterou os direitos sociais, alterou os princípios da República, os princípios fundamentais da Constituição Federal. E ela trouxe, naquela época, muita apreensão também para o empresariado.

Outro marco histórico que eu queria citar é o Código de Defesa do Consumidor, que trouxe inovações grandes na legislação, inversão do ônus da prova, preservar a qualidade do produto e do serviço. O caráter protetor que já existia na CLT existe no Código de Defesa do Consumidor, para trazer um reequilíbrio entre as partes envolvidas. E também houve apreensão do setor empresarial com o Código de Defesa do Consumidor.

O que aconteceu depois do código? Muitas empresas acabaram vendo ali, naquelas novas regras, nova estratégia de negócio no sentido de melhor atender o cliente. Ninguém falava, salvo algumas empresas, em SAC ou atendimento pós venda após o Código de Defesa do Consumidor.

E, mais recentemente, Senador, o Código Civil, em 2012, que ficou vários anos em discussão aqui no

Congresso e também trouxe alterações que passaram a despertar perplexidade na medida em que o *pacta sunt servanda* já é visto, no código de 2012, diferente. Há possibilidade de rever contratos e tudo o mais.

Então, para aqueles que estão pessimistas com a Lei 12.619, eu queria lembrar que esses três marcos legislativos históricos também trataram de mudanças e houve uma adequação do seu cumprimento. E mais, em relação ao Código de Defesa do Consumidor, principalmente, benefício para toda a sociedade.

Em relação à lei, o Mincarone já deu uma pincelada exatamente nos principais aspectos e nós entendemos que, nesses debates que já estamos tendo com o Judiciário e com o Ministério Público, é natural que nós tenhamos uma posição divergente e até mesmo contrária a algumas das inovações trazidas pela lei. Por quê? Porque estão fazendo uma interpretação, num primeiro momento, de alguns dispositivos, não como institutos novos, como é o caso do tempo de espera, mas se balizando naquilo que já existe atualmente.

E essa menção feita pelo Mincarone, que é objeto de estudo que a ABTI e o Setcergs sempre colocam, e eu acho importante colocar, a CLT já tem tratamento diferenciado para outras atividades e nós não estamos vendo na jurisprudência nenhum questionamento de inconstitucionalidade.

Então, esse primeiro momento de debate é importante, mas é natural que haja uma certa resistência.

E uma coisa importante, Senador, que a ANTC tem feito questão de, em todos eventos, colocar é mostrar para o Ministério Público, para o Poder Judiciário e também para os empresários como foi construída essa lei, o histórico. Por que se chegou a determinada redação? Várias pessoas não conhecem esse processo todo de que nós participamos e é importante que a interpretação leve em consideração.

Nós sabemos que depois de publicada a lei, a interpretação é livre. Mas é importante saber a *mens legis*, saber o que motivou aquelas alterações.

Alguns aspectos já foram comentados aqui. Eu rapidamente queria também ressaltar e reiterar que necessitaremos de algumas regulamentações de alguns aspectos. Não necessariamente através de lei. Mas eu acredito que os instrumentos do acordo de convenção coletiva poderão ser muito úteis.

Eu poderia destacar aqui a questão do seguro obrigatório, que foi inclusive comentado pelo Festino. Quais são os riscos inerentes à atividade de cuja cobertura o seguro deverá tratar. Nós sabemos que as convenções e acordos poderão regulamentar esse assunto, mas a questão da formação profissional, Senador, nós reputamos de grande importância. Nós não gostaríamos que a interpretação da nova lei fosse feita, por exemplo, pelo Ministério do Trabalho, apenas e tão somente numa exigência de cota de aprendizagem.

Nós gostaríamos que essa interpretação levasse à discussão de que curso é esse. De que tem que ser um curso de nível técnico, de que tem que ter uma formação para o motorista diferente e não só voltada especificamente para o cumprimento simplista de uma cota de aprendizagem que sabemos que é importante. Mas toda a lei visa segurança nas estradas. E também é falta de segurança considerar o motorista um aprendiz. Essa discussão nós acreditamos que deva ser feita.

Outra questão que nós entendemos que merece também, e já foi dito pelo Festino, é a preocupação em relação ao atendimento profilático, terapêutico, que, aí, sim, talvez através de lei.

Em relação à lei e aos vetos, Senador, sem dúvida, foi demonstrado aqui naquelas audiências públicas que participamos. A ANTC esteve presente em todas elas e nós tivemos uma preocupação muito grande com a questão dos pontos de parada. O Célio tem sempre dito isso com muita propriedade. E os vetos realmente prejudicaram essa questão. E, com todo respeito aos vetos, nós procuramos nos debruçar aqui sobre as razões e entendemos que houve um equívoco na análise e na importância dada a essa questão dos pontos de parada.

Em relação às parcerias público-privadas, o veto foi no sentido de que não seria aqui possível investimentos vultosos, para que possibilitasse aí um retorno financeiro. Quer dizer, nós estamos falando em pontos de parada em que, realmente, provavelmente, os recursos serão vultosos mesmo, porque são pontos de parada para diversos, centenas de caminhões, com segurança e tudo mais.

Então entendemos que as razões também dos vetos ao art. 7º e 8º, em função do aumento da tarifa de pedágio, já foi comentado, o Max, meu colega, já expôs que não é tão alto assim... E a questão de se rever os contratos de concessão que, em nome do interesse da sociedade e da segurança pública, que temos que ter. E também para que se viabilize o cumprimento dos repousos, nós entendemos que isso é uma coisa que precisa realmente ser viabilizada.

E nós queríamos lembrar, Senador, muito embora saibamos que o senhor tem tudo isso de cabeça, mas tem o PL nº 785, de 2011, que tinha esse número na Câmara, e agora o 48, de 2012, o PLC, que trata da obrigatoriedade da construção dos pontos de parada nas estradas.

Ele está aqui no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando o relator.

Então entendemos aqui, e gostaríamos que o Senador Paim apoiasse exatamente esse projeto para

que possamos viabilizar esses pontos de parada o mais rápido possível, porque nesse ponto, nesse aspecto, eu até entendo a preocupação dos empresários: Como que se pode buscar o cumprimento dos repousos da Lei nº 2.619, sem que se ofereça segurança para que o veículo possa estacionar?

Atualmente, Senador é o 48/2012, é o PLC, e ele está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando o relator, e vai passar também na Comissão de Infraestrutura.

Então é fundamental que nós possamos viabilizar, no mais curto espaço de tempo possível, e isso se tornar uma política de Estado. Quer dizer, essa construção dos pontos de parada é importante a todos e não só é viável, até em relação à aplicação nas parcerias público privadas, mas também é necessária uma política de Estado nesse sentido.

Em relação às propostas que foram colocadas pela ABTI e pela Setcergs, que a ANTC, inclusive, tem uma Comissão de Transporte Internacional. Hoje, inclusive, a reunião que vai ser feita do subgrupo será na ANTC. A ANTC está cedendo o espaço e nós temos todo o interesse de estar participando, até porque existem empresas associadas a ANTC que são da área internacional.

Então nós vemos com compreensão e entendemos a posição muito bem colocada pelo nosso amigo Cardoso da ABTI.

Mas eu gostaria de colocar uma preocupação que eu tenho quando se fala em equiparar o motorista nacional e o motorista estrangeiro. Nós entendemos, achamos que isso deva ser feito, mas eu tenho uma preocupação, e aqui falo em nome dos empresários, na busca da equiparação entre o motorista empregado e o autônomo.

Por que eu tenho essa preocupação? Primeiro, porque nós sabemos que o autônomo é aquele que assume os riscos da sua atividade. Ele tem essa liberdade que é natural a todo e qualquer trabalho autônomo. É evidente que ele vai estar sempre atrelado à legislação que lhe obrigará, já agora no Código de Trânsito, ao descanso.

Mas nós temos que tomar um cuidado para justamente não quebrar essa essência da autonomia. Se nós buscarmos na legislação uma equiparação entre o autônomo e o motorista empregado, Senador, as empresas poderão ter um outro problema, que é a questão da sumulação jurídica, que nós sabemos que são atividades distintas, o autônomo está previsto na nº 11.442. Ele também é um transportador. Então vejo com um pouco de preocupação essa iniciativa e acho que a lei já avançou bastante quando coloca para o autônomo hoje repouso que não existia.

A diferenciação entre, no mercado da atuação do autônomo e do transportador, já existia. E a lei já avançou muito nesse aspecto.

Então para finalizar, Senador, queria colocar mais uma vez a ANTC à disposição na discussão desse importante assunto e dizer que a 12.619, sim, precisa de alguns aperfeiçoamentos. E nesse sentido a ANTC já está tomando a iniciativa para o próximo dia 10, em São Paulo, convidando todos os assessores jurídicos do Brasil, das entidades, justamente para que nós venhamos a discutir exatamente o que o Mincaroni falou: Quais são esses limites da negociação? Que pontos nós podemos colocar num acordo de convenção para aperfeiçoar a lei e dar àqueles setores, ou àquelas situações que não foram contempladas, o devido tratamento?

Obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Narciso Figueirôa Júnior, advogado da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo, que vê com bons olhos a lei e reconhece que é preciso ajustes, ou pela regulamentação ou pela livre negociação entre os setores envolvidos.

Passamos a palavra neste momento, como último convidado e como painelista, sem prejuízo daqueles que falarão no plenário, ao Presidente do Movimento União do Brasil Caminhoneiro, Dirigente Neori Tigrão.

O SR. NEORI TIGRÃO – Bom dia, Senador Paulo Paim. Com grande orgulho, o Senador João Durval, da Bahia, nos honra com a sua presença, sabendo geralmente da preocupação que existe, provavelmente, lá no Estado da Bahia, como em todo o País. Nós estamos aí reunidos por isso.

Quero aqui honrar o meu amigo Plínio, o companheiro Litti, do Rio Grande do Sul, a Juliana, representando o nosso colega China e dizer aqui hoje da grande preocupação que nós temos com o setor de transporte, com a lei que veio aqui e o que pode acontecer, onde somos privilegiados e quais serão as nossas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tigrão, permita-me, antes que você inicie, registrar a presença também conosco da Senadora Ana Rita, que é vice-presidente também da nossa comissão e que está aqui também prestigiando o nosso trabalho. (Palmas.)

O SR. NEORI TIGRÃO – Obrigado pela presença, Senadora, que, temos a certeza, será de suma importância para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Espírito Santo.

O SR. NEORI TIGRÃO – Do Espírito Santo. Muito obrigado.

Nós estamos aqui muito preocupados, Senadores. Aumentou a nossa tarefa, o nosso trabalho. Nós vínhamos fazendo o Estatuto do Motorista e incluímos a Lei nº 12.619 que veio. Nós fomos voto vencido.

A nossa proposta, o Jerry, que é o Diretor da Polícia Federal, nós os autônomos nós tínhamos uma proposta inicial. Primeiro, nós tínhamos apresentado três propostas. A primeira, o caminhoneiro teria o horário de levantar às 5 horas da manhã e trabalhar até dez horas da noite. Seria um prazo estabelecido.

Segundo, nós, junto com o Rio Grande do Sul e outros Estados, nós tínhamos colocado que o caminhoneiro teria condições de rodar. Não precisaria rodar, mas teria uma quilometragem de 600 a 700 quilômetros diários. E a terceira proposta nossa era que o caminhoneiro rodasse cinco horas num intervalo de 45 horas, 1 hora e 30 min para o almoço, com mais cinco, com mais duas e com mais uma, que seriam treze horas diárias.

Essa era a proposta dos autônomos, que fosse...

E essa, nós trazemos isso aqui hoje porque falando com os caminhoneiros autônomos que toda a mercadoria transportada no País, de 58 a 62% são os autônomos que fazem. De toda carga trabalhada, carregada, descarregada, de 58 a 62% somos nós caminhoneiros autônomos que fizemos. Então nós somos voto vencido nessa lei.

Agora nós temos alguns itens que nós temos como de sumo interesse que esse estatuto nos privilegie, que é a formação profissional do caminhoneiro. Nós temos que criar mecanismo legal para que isso aconteça, para que o caminhoneiro realmente seja um profissional. A carteira de saúde com exames periódicos, viu Jerry? Fazer exames, fazer blitz no posto da polícia, realmente coleta de sangue. Nós estamos aqui seriamente preocupados é com a vida do caminhoneiro, gente, é com a família do caminhoneiro.

E nós não precisamos de tanta carga horária. O que nós temos que combater mesmo é o "rebite", a maconha e a cocaína que está indo para o volante.

Essa é a grande preocupação que nós estamos trazendo.

Seguro de vida? Seguro do caminhão. Os caminhoneiros autônomos, 80 a 90% ninguém pode fazer, por causa do grande número de roubos, das grandes máfias. Precisamos combater isso. Os pontos de parada, com estrutura adequada; disso nós não vamos abrir mão. E depois eu vou falar de uma reunião que nós tivemos durante a semana. A segurança e a prevenção de assaltos, viu Jerry? É uma preocupação muito grande nossa. E eu acho que o Governo Federal, a Polícia Federal... Nós temos que criar, de repente, algumas delegacias especiais para combater o roubo de carga e de caminhões, Disque-Denúncias em cada Estado, o caminhoneiro realmente passar lá e dizer: Olha em tal... Deve ter o mapeamento, a Polícia deve ter o mapeamento, mas nós precisamos agir, nós temos que realmente combater um pouco mais isso.

A aposentadoria aos 25 anos de trabalho, isso nós não abrimos mão. Essa é uma luta do caminhoneiro autônomo, a nossa luta, da família do caminhoneiro, não é? Então essas coisas, que nós estamos aqui realmente para somar e para ajudar. Nós temos que valorizar o bom empresário que dá as cargas para nós. Nós temos que dar valor para o bom empresário que dá as cargas para a gente. Agora, nós temos que combater o sonegador, o cara que usa o caminhoneiro autônomo, tira interesse próprio. Esse que nós temos que combater. Aí é que está o grande furo da bala. Nós temos que incentivar as nossas cooperativas. Daqui a pouco eu vou falar de cooperativa também.

Então essas são as coisas que nós realmente precisamos, nesse Estatuto do Motorista aqui, de uma solução. As filas, as filas nos aeroportos. Eu acho que é um trabalho que tem que ser feito, dirigido. Está diminuindo? Está. Mas ainda existe muita fila de descarga em descarga. Fazer, criar um meio de fiscalizar essas empresas, essas multinacionais que não dão estrutura nenhuma para o caminhoneiro.

Olha, se vocês às vezes virem o submundo que o caminhoneiro é tratado! Isso é uma preocupação. Está aí, gripe suína! Se vocês olharem onde os caminhoneiros têm as paradas deles, gente, vocês se desanimam. O setor está passando por uma transformação. Hoje nós somos reconhecidos. Até ontem nós éramos informais. Então é isso que nós estamos... Essas são as coisas...

Estruturas de postos de abastecimento. Aqui eu gostaria até de pedir para o Senador Paulo Paim... Os postos de abastecimento. O que está acontecendo? Tem posto de abastecimento, posto de combustível, que vende combustível, que não recebe caminhoneiro no posto. Por quê? Porque existem empresas distribuidoras de combustível que vão lá nas rodovias e fazem um ponto de apoio para os empresários, onde os empresários pagam cem mil litros, ou cinqüenta mil litros de diesel adiantado, com pagamento especial, para essas distribuidoras de petróleo, e aí o caminhoneiro chega lá e às vezes ele mesmo tem que abastecer e sai dali, sai dali só com o óleo diesel. Não tem uma lavagem de um parabrisa, não tem um atendimento, não tem um banheiro, não tem uma lanchonete, não tem nada. E isso, realmente... O que acontece? O caminhoneiro sai dali dessa base de abastecimento

e chega no posto para fazer de repente o lanche ou tomar o seu banho e dizer ao dono do posto: Me empresta o banheiro para eu tomar o meu banho. Então isso são coisas com o que nós temos que realmente nos preocupar.

Os limites de peso bruto. O peso dentre eixos. Eu quero dizer aqui ao comandante, ao nosso amigo Jerry, dizer que o peso dentre eixo é um verdadeiro roubo ao caminhoneiro, porque o caminhoneiro, o caminhão dele passa por 27... Vamos dizer 27... Vamos pegar o caminhão mais simples, 27 mil quilos e às vezes ele está com 26.500, 26.800 na nota e no peso. E aí dá 300, 400 quilos dentre eixo. Isso é só para fazer multa, viu gente? Porque não vai estragar a rodovia. Não vai estragar a rodovia, pode ter certeza. Então nós temos que fazer o peso bruto total. Nós somos contra o excesso de peso. Somos contra o excesso de peso, mesmo; mas a nota fiscal... É tão fácil fiscalizar hoje! Se nós formos à origem, pelo conhecimento eletrônico hoje, uma empresa que emitir duas notas, no mesmo dia, na mesma placa, é porque uma é excesso de peso. E tem gente fazendo isso.

Postos de pesagem. Falta estrutura. Nós não temos estrutura nos postos, nas balanças de pesagem. Se o caminhoneiro estiver lá, com chuva ou sem chuva ele tem que ir lá, ele tem que manejar a carga e não tem como fazer isso. Então essa é uma preocupação muito grande nossa.

Aqui eu quero falar da transformação do bitrem no rodotrem.

E eu fiquei muito contente quando soube que o Dr. Jerry agora faz parte do Contran. Eu tenho uma luta muito grande, quanto à transformação do bitrem no rodotrem. Quanto à criação de bitrem de 30 metros, de 35, de 50 e daqui a alguns dias vão fazer de 100. Essa é a preocupação do empresário. Não de todos, mas de uma grande parte. E aí se foi a nossa segurança. Não adianta nós querermos parar os caminhões, dar carga horária para um caminhoneiro... Se um bitrem, que carregava 37 mil quilos, simplesmente, com uma liminar, ele é transformado para carregar 57. Nós não temos estrutura. O País não tem estrutura. Não tem cabeceira de ponte, não tem viaduto que vai agüentar esse excesso de peso.

Eu vou fazer um pedido, depois eu vou fazer formal. Eu acho que o caminhão máximo, fabricado no Brasil hoje, pela estrutura que nós temos, não pode ser superior ao bitrem. Não pode. A questão de segurança. A questão da vida das famílias, das pessoas. Nós não podemos pensar só no capital, só no dinheiro. Nós precisamos valorizar a nossa família, os nossos filhos. Hoje filho de caminhoneiro não tem vontade de ser caminhoneiro, porque o pai está sendo discriminado.

Nós criamos aí o Procaminhoneiro, a aquisição de caminhões novos, Senador. Como é que esses caminhoneiros, esta semana, três, quatro esposas de caminhoneiro vieram lá no Sindicato: Neori, o que nós vamos fazer? Nós vamos perder o nosso caminhão! Nós não vamos conseguir pagar essa prestação de cinco, seis mil, que foi adquirido há dois, três anos. Nós vamos ficar sem nada Neori. Tem que ajudar nós! Ajudar como? Parando o caminhão? Será que o frete vai aumentar? Vai compensar?

Então tem umas coisas aí que a gente tem que analisar, gente. Não é fazer uma lei e jogar e o povo que...

Quem quer ver um caminhoneiro trabalhando 24 horas por dia? Ninguém. Agora, nós temos que ver onde que está a ponta. O empregado drogado, malandro, que não tem preocupação com ele e com ninguém e que quer ganhar na comissão três, quatro mil por mês? Ele não tem horário para trabalhar. Agora, os autônomos, geralmente, ninguém trabalhava depois das dez ou meia noite. Então nós temos algumas coisas na lei aqui, que os autônomos... Nós temos que ver.

Então, gente, nós estamos aqui realmente para somar e ajudar a encontrar uma solução.

A base de cálculo. Tem lei? Nós estamos acompanhando um projeto que está no Senado, e é bom os Senadores que estão aqui... É a base de cálculo para o INSS, conforme a lei que está em Projeto de nº 234, de 2011, que reduz a base de cálculo, que é do Senador Gim Argello, de 40 para 20. E a renovação da frota, conforme a Lei nº 704/2011, que reduz o IPI para aquisição, os impostos para a aquisição de caminhões novos. Por que isso? Porque os caminhões dos autônomos é de quinze a vinte anos. É tudo caminhões velhos, caminhões que tinha que estar tirando de circulação. Então nós temos que ter aí algumas coisas especiais.

A carta frete, gente. A Resolução nº 3658 acabou com o autônomo. Quando eu vi o rapaz da DBTrans falando ali, eu quero falar um pouquinho do cartão frete.

Nós tivemos uma reunião na semana retrasada, na ANTT. Nós estamos pedindo a suspensão imediata da resolução. Não para acabar com a carta-frete, mas para que o meio de pagamento, até o fim do ano, fosse estendido para depósito em conta, ou pagamento com cheque nominal e cruzado, porque as empresas transportadoras, Doutor, estão tendo que pagar, do dinheiro delas, para carregar os autônomos.

Tem um custo hoje. A empresa, a transportadora, tem um custo para nos carregar. E eles não vão carregar os caminhoneiros. Os caminhoneiros estão sendo discriminados, os autônomos, por certos empresários. Ou ele carrega, ou ele desconta lá, cinco, oito, dez re-

ais em tonelada, porque é a carga tributária que tem que ser recolhida e aí para ele carregar o cartão ele tem mais um custo de 1,5% a 2% para dar o cartão.

As empresas operadoras de cartão, Senador Paim, elas não se preocuparam com a estrutura para atender os caminhoneiros, os pontos, onde o caminhoneiro vai trocar o cartão frete, onde ele vai abastecer. E aí o que aconteceu? Aí caiu no taco. Os mesmos postos que trocavam as cartas frete fizeram um boicote com as empresas de cartão: Não, nós vamos trocar, mas nós queremos ser privilegiados, nós queremos alguns privilégios.

Então as grandes redes de postos estão fazendo os convênios com as operadoras de cartão, Juliana, para ter vantagem novamente, e estão colocando o peso do diesel conforme eles querem.

Então esta semana veio um caminhoneiro muito revoltado lá no posto, eu também tenho posto, dizer da insatisfação que eles têm porque não conseguem carregar, e não sei o quê, e quando carregam não têm onde trocar.

Aí ele veio lá, porque tem que pagar mais R$4,90 para sacar o dinheiro dele. Só que eu fiz uma conta para ele. Nós não somos contra o cartão. Agora nós temos que adequar, como a lei. Tem coisas que nós precisamos fazer aqui, melhorar a lei, adaptar a lei ao nosso trabalho.

Então a lei, a carta-frete, o cartão, Senador, se você tem o dinheiro no cartão e você tem o privilégio de abastecer onde você quer aí é diferente. É isso que nós queremos, que você tenha a liberdade.

Esse caminhoneiro veio lá, foi lá sacar o dinheiro, ele ia pagar 1,98 no cartão. Ele foi lá e eu pedi para ele sacar o dinheiro vivo. Ele foi lá, sacou o dinheiro, e eu fiz o preço do diesel para ele a R$1,85. Ele ganhou, numa abastecida, pagando os R$4,90, ainda R$73,00. É isso que o caminhoneiro tem que realmente entender, que o cartão veio porque vai ser bom, mas neste momento o remédio que veio está sendo veneno. Nós temos que mudar a fórmula. Nós temos que ajudar a ANTT a fazer algumas medidas lá para que nos ajudem.

Então quero dizer, Senador Paulo Paim, só da nossa preocupação com os autônomos. Na quarta-feira nós tivemos uma reunião com o Ministro dos Transportes, ta? Estive eu, o Nélio, o Presidente da Federação aqui de Brasília e nós levamos uma série de reivindicações.

Antes de eu vir falar com o Ministro eu tive uma reunião com os empresários de Ponta Grossa. E nós fizemos um documento. Nós protocolamos lá dois documentos. Está aqui o que nós pedimos, junto com os empresários, para o Ministro dos Transportes, e também pedi um apoio para que esse Ministério se preocupe com o setor de transporte, senão vai ter uma grande crise e uma grande falência.

E existe hoje uma cobrança muito grande dos caminhoneiros, eu quero alertar vocês aqui. Existe, não somos nós, não é o movimento não é ninguém, não é o Neori, não é o Litti, não é a Juliana, não é ninguém. São os caminhoneiros ligando do Brasil inteiro, que se não fizer nada até o dia 25, que é o dia do padroeiro, do São Cristóvão, este Brasil, mais uma vez, infelizmente, vai parar. Nós não queremos isso. Nós somos amigos da nossa Presidenta Dilma. Nós trabalhamos, nós ajudarmos a elegê-la. Eu sou um grande amigo, irmão, da nossa Ministra Gleisi Hoffman. E nós tivemos a reunião com o Ministro. Nós levamos tudo o que vai acontecer. Agora, precisamos do apoio de vocês, precisamos que esta Casa, que o Senado, que a Câmara Federal, ajude a aprovar as leis. Nós precisamos reduzir a carga tributária e precisamos encontrar as soluções.

Eu acho que, eu pedi para o Ministro, viu Mincarone, que ele faça uma reunião e que ele receba a nossa equipe do Estatuto do Motorista. Então é uma questão de dias, eu devo estar passando hoje lá, que eu recebi uma ligação ontem pedindo que eu fosse lá para trocar alguma dúvida que eles têm. Então, provavelmente, a equipe do Estatuto do Motorista estará se reunindo com o Ministro para ver como a gente pode encontrar a solução. Nós estamos muito preocupados, neste momento, porque foi adquirida uma dívida lá atrás e, agora, com a mudança da lei, pode ter uma quebradeira, uma falência no setor de transporte.

O meu abraço. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que falou aqui de todo o setor, mas, principalmente, da preocupação dos autônomos, e já demonstrou alguns encaminhamentos que ele fez. Eu acho importante essa reunião com o Ministro que você está aqui anunciando. A gente pode, inclusive, reforçar no sentido de que reúna esta Comissão, que é composta de trabalhadores e empreendedores, naturalmente os autônomos, para discutir passos que garantam que a lei atenda a todos e fortaleça a nossa caminhada para o Estatuto do Motorista. Meus cumprimentos pela sua fala.

Agora, temos treze inscritos no plenário. Vamos direto ao plenário e, depois, cada um dos nossos convidados terá direito à palavra para as suas considerações finais.

Passamos a palavra, neste momento, ao Presidente licenciado do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Ijuí, o Carlos Alberto Litti Dahmer. Muito bem, Litti. Seja bem-vindo. É bom te ver aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Obrigado, Senador Paim. Cumprimentando o senhor, cumprimento Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro; Narciso Figueirôa, advogado da Federação das Empresas de Transporte; Marcos dos Santos; Jerry, representante da Polícia Rodoviária Federal; Luis Festino, dos Trabalhadores; Luiz Alberto Mincarone, do transporte internacional.

Acho que um grande momento se vive a partir da edição da Lei nº 12.619. E, se não estou enganado, era um projeto oriundo do ex-Deputado Federal Tarcísio Zimmermann.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Prefeito de Novo Hamburgo.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Hoje, Prefeito de Novo Hamburgo. E que deu origem à necessidade de que algo acontecesse naquele momento. É uma visão inicial de um setor que não tinha regulamentação nenhuma. Então, é um projeto que joga para a sociedade a discussão de temas muito relevantes, com os quais o setor agora começa a identificar. E o seu trabalho, Senador, já há dois anos, desta intenção também de juntar num estatuto só todos os elementos.

Então, acredito que este momento de conturbação que vive – e aí vive autônomo, vive empregado, vive empresa – é um momento muito importante para que as coisas se equacionem. E a palavra-chave, no meu entender, que ouvi muito vezes aqui, é flexibilização. Se, de um lado, o que acontecia – e está a Polícia Rodoviária Federal nos mostrando os dados – era uma jornada abusiva, sem controle, totalmente desenfreada; hoje, no entanto, também algumas partes de cada setor vivem essa redução que é demasiada em determinados casos, tanto na empresa, no internacional, nos autônomos mesmo, porque, enquanto, como dizia o policial federal, o nosso entendimento é de que estávamos à margem da lei por conta da Resolução nº 12.619, tratando especificamente da relação trabalhista, no entanto, a 405 nos jogou, exatamente, iguais, o que não somos. Realmente, pela característica, como disse o Narciso, de empreendedor individual, de ser transportador autônomo, de não ter uma relação empregatícia e um vínculo com a CLT, isso nos coloca numa categoria possível diferenciada.

E foi nesse sentido, lá atrás, no início dos nossos debates, que o Movimento União Brasil Caminhoneiro, entre as propostas, apresentou a de 750 quilômetros diários, a possibilidade disso. Isso, na prática, é uma jornada de até 12 horas de trabalho, não mais que isso, porque, num cálculo que já foi feito, se não me engano, pelos trabalhadores das empresas, isso geraria 12 horas. Talvez surgisse o ponto de equilíbrio tanto para os empregados, tanto para as empresas como para os autônomos, a possibilidade de tempo de jornada até de 12, com essa parada, quatro horas é o intervalo de meia, mais quatro ainda de meia, com uma hora de almoço, uma hora de janta e duas horas intercaladas depois do repouso de oito horas. Por que oito horas? Porque é uma situação diferenciada que vive o transportador autônomo e todos os que estão na rodovia. Uma coisa é o trabalhador urbano e o trabalhador da CLT sair do seu trabalho, da sua jornada de trabalho e ir para sua casa, ir para o conforto da sua família, conviver com os seus; a outra é o empregado ou o transportador autônomo estar refém dentro de um posto de combustível por nove ou onze horas. E fazendo o quê, nessas onze horas? Isso é um trabalho ósseo. Vai chegar a um determinado momento em que isso, essa rotina diária vai ser estafante. Significa que, se hoje um trabalhador começar com 20 anos e for se aposentar nos 25, que temos, 22,5 anos ele esteve preso, esteve sob cárcere dentro de um posto de combustível se respeitadas as onze horas que tem. Isso também é desumano.

Então, a condição de se buscar o equilíbrio, o ponto de equilíbrio, que são as falas que estão aí e é o que o estatuto está desencadeando para fazer – e fico alegre em saber que já existem comissões determinadas para trabalhar; quero me inserir nelas para poder, de alguma forma, contribuir –, isso é prioritário, é urgente.

Não posso deixar, aproveitando o momento, de ressaltar duas fundamentais para os transportadores autônomos, que o Neori já levantou. A Resolução nº 3.658, da ANTT, que, no momento em que trata o transportador autônomo, e foi para ele que o cartão-frete foi criado, na intenção de protegê-lo de uma forma desigual que estava acontecendo numa relação entre as empresas de transporte e os postos de combustíveis, que achacava, por meio do ágio, o caminhoneiro quando fosse trocar a sua carta-frete, hoje faz da mesma forma, através do sistema bancário. Para mim, a chibata é a mesma. Mudou o acoitador, quem está dando o açoite. Inclusive botaram um cara que açoita mais novo do que o velhinho que estava lá, que está batendo mais forte. Então, não está regulando. Também é necessário ter medidas para que corrijam essa desigualdade. E, no meu modo de entender, é jogar todas as transportadoras e os autônomos para a necessidade de fazer o código identificador de operação de transporte. Se todos forem obrigados, vai terminar com essa condição desigual de deixar o autônomo fora ou aqueles que tenham até três empresas de transporte, colocando todos na norma. Aí não tem, como você dizia, Narciso, a desigualdade, não tem a forma

desigual. Todos são tratados isonomicamente. Todos têm a mesma condição dentro do mercado de trabalho para fazer. Tem ajustes na ANTT para serem feitos.

E fundamental: sem condição, não vamos sobreviver se essa alíquota do Imposto de Renda não for reduzida. E avanço, Neori, não é no projeto do Senador Gim Argello. A redução não é nos 20. A redução é dos 40 para os dez, pois tem um documento aqui de simulação de um frete realizado numa distância de cinco mil quilômetros, em que o frete total foi de 8.347 com 50 centavos que o caminhoneiro recebeu. Contabilizando a vida útil de um pneu, que é de 100 mil, 110 mil na primeira vida, mais uma recapagem, nesses 220 mil, ao custo de 1.300, que é um pneu, ele gastou na viagem, R$650,00 em pneus; numa recapagem, que vai ser utilizada depois, na necessidade de fazer esses 22 pneus que tenham o seu cavalo a cinco mil, que são 110 mil, gastou mais R$440,00; de diesel, nos cinco mil quilômetros – fizemos uma média excelente, segundo o Neori diz, para um caminhão na idade dos 19 anos: 2,2 quilômetros por litro –, gastou na viagem 4.494 com 60; de troca de óleos e filtros, o custo seria R$650,00 a cada 15 mil quilômetros, nessa viagem, custou 216 com 66; uma manutenção mecânica de motor, caixa diferencial, cubo, lona de freio, um custo de 16 centavos a cinco mil quilômetros, deu R$800,00 nessa viagem; ainda, a depreciação do bem, que, segundo a tabela Fipe, seria de 20% ao ano, nós jogamos só a metade, só 10%, nessa viagem, teria R$333,00; a retirada mínima de sua subsistência pessoal e familiar, os chamados 12%, que é a media que os trabalhadores estão ganhando, ele teria pelo seu trabalho 1.001 reais com 70 centavos; e de impostos, INSS, Senat, IR na fonte, 10,18% do valor bruto do frete, custou, nessa viagem, 849 com 77. Qual é o resultado final da viagem? Recebeu 8.347 com 50 e gastou 8.785 com 73. Teve um resultado negativo de 438 com 22.

Não é para ficarmos com 234, Neori. É para nós reduzirmos menos ainda, porque saiu da onde? Porque saiu desses R$1.000,00 que ele tem para uma viagem de 14 a 15 dias com essa quilometragem. E se, agora, ajustado a maior o tempo ainda, isso aqui, em condições diferenciadas de uma viagem ainda não sob a nova lei.

Então, é urgente, porque, senão, realmente, no ano que vem, não existirá mais a categoria de transportadores autônomos de cargas.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a fala do Carlos Alberto Litti, cujos documentos a Mesa recebe.

Eu sei que todos querem falar, mas ainda vai haver uma rodada aqui, e o Neori Tigrão vai ter direito à palavra.

Vamos agora, de acordo com a orientação, dar a palavra aos nossos convidados em plenário.

Neste momento, falará o Presidente licenciado do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de São José dos Pinhais, Paraná, o líder Plínio Dias.

O SR. PLÍNIO DIAS – Bom dia a todos e a todas.

Eu anotei alguns itens aqui. Antes, porém, desejo melhoras a sua filha, de coração, em nome de todos aqui, esperando que ela seja bem cuidada e logo esteja brincando e correndo com as outras crianças.

Posto de balança. A segurança, Inspetor Jerry, é zero. Mais conhecida pelos policiais rodoviários federais que estão atuando do lado da balança. O caminhoneiro tem um excesso pequeno de peso – eu já passei por isso, onde cortei o meu dedo. Não tem estrutura nenhuma! O caminhoneiro é obrigado a desamarrar a carreta, puxar a carga para trás – e sozinho! O caminhoneiro já está cansado; ele não tem força para isso. Ele não tem força para amarrar a carga como estava. O que vai acontecer? Ele, saindo dali, por causa de 300kg, nas primeiras trepidações, nas primeiras curvas... Na trepidação a carga afrouxa; na curva a carga vai. E isso aconteceu lá em São José dos Pinhais, no rodoanel, agora, ano passado, recentemente, quando caiu uma estrutura de uma escada, ocasião em que veio a falecer uma senhora grávida devido ao cara ter mexido na carga.

Outra coisa: os estrangeiros. Para eles se adequarem no Brasil, eu acho que eles têm que ser enquadrados como autônomos. Como o autônomo não tem uma transportadora, ele é o seu próprio empresário, os estrangeiros também não têm uma transportadora aqui. Então, eles têm de ser enquadrados na lei do autônomo, até para nós não perdermos mercado de trabalho.

Outra coisa: a chamada dupla função. Tem muito caminhoneiro que chega nas transportadoras – não nas de grande porte, mas nas pequenas, que estão ali matando os caminhoneiros no dia a dia – e elas obrigam o caminhoneiro a enlonar e a amarrar o seu próprio caminhão. E não entregam o conhecimento e a nota enquanto não estiver amarrado. Então, eu acho que isso aqui, no Estatuto, tem que passar para os sindicatos fiscalizarem. Assim se ganha respeito para a classe, porque é triste isso daí.

Outra coisa: pontos de parada. Isso aí está comentado. Eu faço parte do grupo de trabalho junto com o Mincarone. É o Brasil inteiro questionando. Como foi frisado e registrado nas outras audiências, inclusive aqui no Senado, da qual eu participei, tudo que não coubesse ali na 319, à época, que veio a ser

a 12.619, ia cair no Estatuto do Motorista. Então, tem que ter o ponto de parada, porque, hoje, Inspetor Jerry, o caminhoneiro vai parar, porque, senão, a pontuação vai para a carteira dele. Mas ele vai parar de noite, no acostamento? Primeiro, ele vai ser multado; segundo, ele vai dormir ou vai cuidar da carga? O que ele vai fazer? Ele vai cuidar da família dele dentro do caminhão ou vai ficar no acostamento olhando a carga a noite inteira? Porque está no escuro e alguém pode saquear a carga dele. Como é que vai ficar a situação do caminhoneiro? Essa é a indagação que a gente escuta lá na ponta, no sindicato.

Outra coisa: a carteira de saúde. Tem que ser uma carteira de saúde anual, expedida pelo Sest/Senat, que a gente vem pagando há anos, e pelo SUS do Governo. Deve ser obrigatória e fiscalizada assim que renovar a carteira. Para o médico, para a polícia, para quem fiscalizar saber que aquele caminhoneiro está apto a dirigir um caminhão. Porque pode ser a minha família contra a dos senhores que estão na frente do caminhão.

Outra coisa: carga horária. Eu acho um absurdo quando se diz assim: "Não, mas os hortifrutigranjeiros têm que chegar ao Ceasa e tudo mais". Eu acho isso uma balela, porque eu já cansei de carregar o meu caminhão e chegar ao Ceasa e ficar lá dois dias para descarregar. Vocês podem sair daqui agora, irem ao Ceagesp ou a qualquer Ceasa do Brasil e lá verão caminhoneiros com mercadoria em cima. Eles exigem que o cara rode dia e noite – e é aí onde entra arrebite, droga, maconha e tudo –, e ele fica carregado dois, três dias, para só depois descarregar, porque não venderam ainda a mercadoria.

E a troca de motorista – e me desculpe ter interrompido naquela hora para dar uma sugestão. Como a pergunta que o senhor fez, a Desembargadora Maria de Lourdes, em Florianópolis, também perguntou ao Inspetor Daniel – não é, Mincarone – como é que iria controlar se o caminhoneiro saiu desse caminhão, embarcou em outro e está voltando. Como é que se iria controlar? Eu dei uma sugestão que ele achou muito válida, por isso que eu vou colocar na mesa. O nome do motorista tem que constar na nota fiscal de origem e da chegada. Se tiver que trocar de motorista, vai ter que ter, nas notas fiscais, as observações de que vai trocar de motorista. Porque eles sabem se vai trocar ou não. As transportadoras sabem se vai ser trocado de motorista ou não. E, na nota fiscal, no conhecimento eletrônico, eles não vão ter que rasurar essa nota fiscal, porque, do contrário, vai dar problema. É uma boa saída para fiscalizar e não se penalizar o motorista.

E, terminando meu tempo, ficam aqui os argumentos. Vamos em frente, Senador.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Plínio Dias, Presidente licenciado do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de São José dos Pinhais, Paraná, que aqui deixou as suas contribuições.

Agora, vamos para o Líder José Aparecido Bastazini.

O SR. JOSÉ APARECIDO BASTAZINI – Bom dia, Senador. Bom dia a todos.

Tudo isso que se falou de legislação, da Lei nº 12.619, estamos falando em movimentação de carga, e eu venho aqui em nome da ABF, do Sindipesa, do Setcesp, do Sindileq e do Setcergs fazer a nossa manifestação.

Tendo em vista que, se nós olharmos um pouquinho o panorama da crise mundial de 2008, quando o ex-Presidente Lula disse que era uma marolinha, e, em 2011, a Presidente Dilma veio e disse que era um *tsunami*, tendo em vista a infraestrutura que está acontecendo em nosso País para efeito de Copa do Mundo, Olimpíadas, refinarias etc., veremos que está havendo uma invasão de estrangeiros em nosso País. De que forma? Estão trazendo equipamentos depreciados para o nosso País, equipamentos que, na Europa, têm até dez anos de uso, e que, aqui, não temos uma legislação específica para definir o tempo de uso desses equipamentos importados.

Eu já transitei, desde agosto do ano passado, por inúmeros órgãos governamentais, onde nós tínhamos, no passado, um laudo de avaliação do equipamento, mas que, de repente, foi extinto. Então, o equipamento entra temporariamente em nosso País, a qualquer preço, paga-se uma carga tributária de 1% ao mês, e o pior: trazem a sua mão de obra. De que forma? Coloca-se em parque eólico, como tem acontecido, onde não tem aqui a segurança do trabalho. E, além de trazer os operadores, ferindo as regras da OIT e seus tratados, estão trazendo também veículos, reboques e semirreboques para serem transportados em nosso País.

Assim, tudo o que os senhores falaram da 12.619, nós temos um alarmante, ou seja, vai acabar com a movimentação de carga de nosso País, tendo em vista que não temos regras bem definidas.

Um exemplo: nós temos a Instrução Normativa nº 285, da Receita Federal, que rege a admissão temporária. Aí nós pegamos o Decreto nº 6.759, da Receita Federal, que também fala sobre admissão temporária e seu pagamento, mas, em nenhum momento, fala da valoração do equipamento, ou seja, traz-se a qualquer preço e isso quebra todo o setor.

Então, como sugestão a esta Comissão, aproveitando a 12.619, temos que ir lá resgatar a legislação

de 1980, que fala do turista em nosso País, porque o espanhol é turista, e está exercendo atividade que é regulamentada para o brasileiro, porque nós cumprimos a NR-12 e a NR-18, e eles não. Ou seja: temos que enxergar um panorama maior.

Denunciamos na PRF, em São Paulo, o transporte desses reboques e semirreboques. Ficaram retidos. Em contrapartida, motorista espanhol, com visto de turista vencido, ocupa o posto de trabalho que é de brasileiros. Além do mais, perde toda a cadeia: já na tributação o Governo perde, porque entra equipamento a qualquer preço. Se olharmos, numa linha de tempo, a parte tributária do equipamento, sem olhar o valor bem depreciado que ele traz, ele paga 1% ao mês enquanto os senhores, quando compram equipamentos, pagam 100%. Na linha de igualdade, o empresariado brasileiro leva oito anos e três meses para ser competitivo com o estrangeiro.

O que nós buscamos? Uma igualdade tributária. E que igualdade tributária é essa? Nós temos os encargos sociais, eles não. O salário dele fica na Europa. A locação do equipamento dele fica lá fora e não roda a nossa economia. Então, a legislação tem que ser direcionada e entrelaçada, porque, hoje, para a Polícia Rodoviária, como eles mesmos me falaram, esse é um problema da Receita. Eles não conseguem fiscalizar aquilo que a Receita liberou para entrar no País. Então, precisa realmente haver o entrelaçamento da 12.619, que venha a regulamentar a entrada de equipamentos do exterior em nosso País. E de que forma? Precisamos assegurar a estabilidade da nossa economia e os trabalhos que aqui se geram para os brasileiros.

Não somos contra a vinda de empresas estrangeiras para o País, desde que elas venham se fixar e paguem a mesma carga tributária que o empresariado hoje recolhe.

Obrigado, Senador.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Aparecido Bastazini, líder do Sindileq, que aqui fez a sua exposição fortalecendo o empreendedor nacional e os empregos gerados aqui, o que é mais do que justo.

Vamos passar a palavra para a última inscrita do plenário, a Srª Juliana, que representa aqui a Unicam e falará em nome do China, que, apesar de ter estado em todos os outros eventos, neste não pôde estar presente.

A SRª JULIANA DIAS – Bom dia a todos. Parabenizo o Senador Paulo Paim por mais essa iniciativa.

Peço desculpas porque estou um pouco afônica, mas acho que dá para entender um pouquinho as considerações que a Unicam tem a fazer.

Queria justificar a ausência do nosso Presidente, o China, que teve um problema pessoal para resolver: está acompanhando a sua esposa em uma cirurgia, de modo que não pôde estar presente.

Todavia, eu vou aproveitar o momento para fazer algumas ponderações em relação a tudo que foi tratado hoje. Em relação a tudo que foi discutido, eu tenho duas considerações que eu acho convenientes de serem feitas.

Em relação à carta-frete – e isso já foi muito falado e muito discutido –, a posição da Unicam é de que isso já foi levado, já foi regulamentado, já é lei; teve apoio da maioria das entidades que representam os autônomos, inclusive do Movimento União Caminhoneiro, das entidades patronais também, mas, infelizmente, estamos vendo que há um desvirtuamento do que foi proposto, do que foi regulamentado.

Eu acho que a iniciativa que deve ser feita aos representantes dos autônomos... Nós somos os fiscais da lei; então, se está havendo esse desvirtuamento da legislação, cabe a nos, representantes dessa classe, denunciar à ANTT para que se coíba isso. Agora, a essência do projeto, nós acreditamos, é muito positiva; ela veio para colocar o transportador autônomo na formalidade, para que ele consiga comprovar renda, possa renovar a sua frota, bem como uma série de outros benefícios que vêm com isso. Agora, repito: se há esse desvirtuamento, creio que cabe a nós fazer essas denúncias à ANTT para que isso volte ao seu curso inicial, de açodo com o que foi proposto inicialmente.

Em relação ao Projeto nº 234, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, sobre o qual o Neori falou, eu informo que esse projeto é, inclusive, de iniciativa da Unicam, que negociou isso com o Senador Gim Argello e outras entidades também.

Eu, inclusive, peço que me dê um contato depois, porque nós estamos tratando isso com a Casa Civil e com a Receita Federal do Brasil, e a negociação está muito difícil. Inclusive, o projeto está parado por conta disso, ou seja, porque não valia à pena deixar isso correr para chegar lá frente e ser vetado.

A Receita Federal tem feito uma pressão muito grande sobre isso – lógico, pois teoricamente estaria perdendo receita –, mas nós sabemos que não, porque ela vai começar a arrecadar com o transportador autônomo entrando na formalidade.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª JULIANA DIAS – Exatamente.

Então, peço o apoio de todos vocês. Nós estamos tratando desse tema na Casa Civil, na Receita Federal do Brasil, e essa muito difícil eles aceitaram essa alíquota de 10%. Eles estão fazendo uma proposta de

redução gradativa. Então, isso está sendo muito bem cuidado por nós.

Em relação à Lei nº 12.619, a Unicam entende que ela não é uma lei ótima, mas que veio em um bom momento, e, assim, nós a consideramos boa, apesar dos vetos, o que é muito preocupante.

Nós sabemos que o Deputado Onofre Santo Agostini, autor do Projeto nº 785, que trata dos pontos de apoio, que chegou aqui no Senado, está se movimentando e pedindo apoio para a aprovação desse projeto. Agora, nós nos preocupamos muito, porque, se acontecer com essa tramitação a mesma coisa que aconteceu com o projeto que deu origem à Lei nº 12.619, ou seja, se não for tratado com o Governo, se não for negociado com o Governo, esse projeto, lá na frente, vai ser vetado da mesma forma. Então, esse é um ponto importante para o qual devemos estar alertas, ou seja, essa negociação tem que ser feita com o Governo e não só aqui na Casa.

Esses são os pontos com os quais a Unicam tem se preocupado e queria aqui deixar registrados, agradecendo a atenção de todos.

Muito obrigada.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Juliana, que falou aqui em nome da Unicam, representando o seu Presidente, o China. Ela mostrou os passos que a Unicam está dando em busca do entendimento sobre os projetos que foram comentados aqui.

Agora, nós vamos passar para as considerações finais de nossos convidados, deixando muito claro aqui que tudo que foi colocado pelo meu companheiro Mincarone, que está assessorando o grupo aqui, além de ser dirigente, foi tudo registrado e tomado nota. E vamos continuar elaborando e discutindo para avançar com a construção do Estatuto do Motorista, sem prejuízo...

Eu defendo muito a possibilidade – e os grupos que estão montados poderiam pensar nisso, comigo ajudando, mas vocês também – de nós fazermos o que eu chamo de uma reunião da câmara setorial, que envolva líderes dos empreendedores, dos trabalhadores e do Governo. Vamos dar uma forçada na barra para ter esse diálogo e colocar na mesa toda a situação que está dada e como é que a gente pode avançar na linha de serem atendidas as demandas de todos que aqui as colocaram. E, claro que os autônomos, pelo que me parece, são a maior preocupação no momento, e por tudo que eu também recebi.

Mas vamos, agora, devido ao tempo, dar três minutos, no máximo cinco, para cada um dos nossos painelistas. Vou começar com o Jerry Adriane Dias Rodrigues, Chefe da Divisão de Multas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

V. Sª tem a palavra.

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Primeiro, quero agradecer a oportunidade de estamos juntos aqui, Senador. Eu acredito que tudo que foi tratado aqui tende ao aprimoramento da regra, da norma e para que encontremos soluções juntos.

É importante que não fique a impressão de que está a sociedade organizada de um lado e o Governo de outro. Nós precisamos encontrar essa harmonia juntos, Executivo, Legislativo e Judiciário e toda a sociedade de modo integrado.

Rapidamente, para dar um retorno sobre alguns pontos que foram levantados aqui.

Tacógrafo para estrangeiro. Em princípio, o art. 119 diz que o Código de Trânsito se aplica aos veículos que estiverem transitando aqui, inclusive de outros países. O que nós precisamos ver são os possíveis acordos internacionais que possam isentar um ou outro aspecto. Isso nós precisamos ver. Especificamente, se houver alguma dificuldade, peço que nos avisem, que nos informem, passem para o meu *e-mail* essa dificuldade, e nós vamos verificar o que pode estar acontecendo.

Com relação ao transporte de cargas e o roubo de cargas, que foi comentado aqui pelo Neori Tigrão, o que a Polícia Rodoviária está fazendo? Primeiro, um mapeamento e, também, desenvolvendo um projeto de vídeomonitoramento, bem como de câmeras de rastreamento em todas as rodovias, principalmente nas áreas de fronteira, criando um grande banco de dados. Assim, por exemplo, se houver o registro de que determinado veículo foi furtado, não importa o momento, na hora que ele passar por uma dessas câmeras – e a gente, infelizmente, não tem como estar em todos os lugares ao mesmo tempo pela deficiência que temos ainda de pessoal –, o sistema eletrônico nos informa Imediatamente e a equipe mais próxima é acionada para ir buscar esse veículo. Nós já tivemos excelentes resultados de recuperação de veículos nesse sentido. Por isso, é muito importante que seja feita a comunicação imediata ao sistema Alerta Brasil, que está disponível, pela Internet, no *site* da Polícia Rodoviária Federal.

Então, esse trabalho está sendo feito, e a nossa Inspetora Maria Alice, Diretora da Polícia Rodoviária Federal, tem trabalhado incisivamente propondo que cada setor da Polícia, principalmente o setor de policiamento, trabalhe usando a tecnologia e todos os meios possíveis.

Por último, sobre a questão dos implementos que estão entrando sem nota fiscal e irregularmente, peço que, se puderem nos municiar de maiores informações,

que o façam, porque nós poderemos fazer um trabalho não só limitado a São Paulo, mas no Brasil inteiro.

Nós temos uma grande dificuldade, considerado o ciclo produtivo, na fiscalização no trânsito, porque, às vezes, o implemento ou o equipamento tem a sua venda permitida, ou antes, até, tem a sua fabricação permitida, mas tem o seu uso proibido. A gente combate o uso, mas eles continuam entrando. Então, eu acho que o trabalho, Senador, deve ser feito no sentido de se abranger todas as fases do processo produtivo, porque não é só lá na ponta. Existe todo um processo produtivo, existe a entrada na fronteira, existe uma legislação que precisa se integrar à legislação de trânsito, para que a gente não tenha somente ter que atuar lá, no trânsito, lá na pista, lá na ponta, mas que a gente possa atuar em todas as fases, evitando que algumas irregularidades continuem.

Então, agradeço, mais uma vez, em nome da Polícia Rodoviária Federal e me coloco à disposição para continuar o debate e a discussão, auxiliando no que for necessário.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Jerry Adriane Dias Rodrigues, Chefe da Divisão de Multas do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, pela bela contribuição que deu a este debate.

Passamos a palavra, agora, ao advogado Narciso Figueirôa Júnior, que representa aqui a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo.

O SR. NARCISO FIGUEIRÔA JUNIOR – Senador Paim, só para reiterar os nossos agradecimentos pela presença neste evento e continuarmos discutindo esse assunto de grande importância.

Apenas gostaria de fazer um registro de que estivemos também consultando algumas empresas que transportam produtos sob o regime de trânsito aduaneiro. A respeito do que o Plínio comentou sobre a identificação do motorista, essas empresas, por resolução da própria Receita Federal, não podem alterar o motorista durante o trajeto, Trata-se de uma coisa que a ANTC já se preocupou, já houve por parte da Receita Federal uma demonstração de querer discutir o assunto, porque eu acredito que será inevitável que algumas atividades de transporte terão que fazer a substituição do motorista no mesmo veículo para poder dar cumprimento aos repousos. Então, essa questão de sugerir dificuldades nesse sentido eu acho que nós temos que ver com muita cautela. Eu acredito que outros meios de fiscalização poderão surgir.

Em relação ao comentário feito pelo Dr. Jerry Adriane sobre a expressão "motorista profissional", que ficou no CTB, eu queria registrar que no PL nº 99 era "condutor". Isso foi alterado aqui na assessoria jurídica do Senado. E se criou, num primeiro momento, uma discussão, que, acredito, como bem comentou o Dr. Jerry Adriane, não temos dúvida de que se aplica o tempo de direção ao motorista autônomo, a despeito de ficar na expressão "motorista profissional", ainda porque existem outras regras que tratam da mesma forma o assunto.

No mais, apenas agradecer a presença mais uma vez, Senador.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Narciso Figueirôa Júnior, que enfatizou a importância da lei e os avanços alcançados, apontando que ajustes poderão ser feitos na caminhada e a importância do Estatuto do Motorista.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Sr. Neori Tigrão.

O SR. NEORI TIGRÃO – Quero, neste momento, agradecer, em especial, a esse grande Senador que tem mostrado um carinho muito grande pelo País, pelo nosso Brasil, e, valorizando o setor de transporte, Senador Paulo Paim, o senhor está realmente valorizando uma das categorias de suma importância para o desenvolvimento deste País. O senhor pode ter certeza disso.

E a nossa participação aqui é com lealdade, com dignidade. Se nós pudermos ajudar, estamos aqui para somar e ajudar a encontrar soluções. Nós não estamos aqui com interesse em alguma coisa; nós estamos aqui porque a situação, a realidade hoje do nosso caminhoneiro autônomo está é de grande dificuldade.

Agradeço também neste momento, representando o nosso Presidente nacional, Nélio Botelho, e dizer que, dentro da CNT, hoje, a Confederação Nacional, que nos honra através do Senador Clésio Andrade, há lá a mesma preocupação nossa. Nós estamos aqui procurando soluções para ajudar a encontrar uma situação melhor e para valorizar a família do caminhoneiro, valorizar aquele cara que deixa a esposa e os filhos em casa e que dorme na cabine de um caminhão, muitas vezes em lugares sem a mínima privacidade e que, ainda assim, tem a honra de ser caminhoneiro.

Então, é por isso que estamos aqui dizendo também para a Juliana que estamos lá, com a Senadora, minha grande amiga, com a equipe econômica dela, pedindo, sim, a redução para 10% para o setor de transporte. Então, vamos somar esforços para que realmente...

Eu acho que, neste momento, Senador Paulo Paim, com lealdade, com companheirismo, como o Mincarone e todo o pessoal que está na mesa, o nosso objetivo é um só: encontrar a solução.

Eu fico contente quando vejo que a Polícia Federal também tem a mesma preocupação que nós temos, criando mecanismos legais para nos ajudar. Por que o caminhoneiro autônomo não faz seguro? Porque não tem condições, porque as operadoras de seguros praticam preços muito altos, porque ainda é muito grande o roubo de cargas. Então, as associações, as cooperativas, às vezes, têm dificuldades; estão sendo fiscalizadas, mas não podem fazer o seguro exatamente por causa disso.

Então, deixo aqui o meu abraço a todos e digo que a nossa luta apenas está começando. O trabalho vai ser muito grande, mas a nossa vitória será maior ainda.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o líder Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiros, que aqui mostrou as suas preocupações, apostando, contudo, no entendimento, negociando inclusive com o Governo Federal principalmente centrado na questão dos autônomos.

Então, meu amigo Zambiasi, missão cumprida! O Neori aqui, como também o Litti aqui enfatizaram muito, muito, a questão dos autônomos. Missão cumprida no sentido de que temos de chegar lá onde queremos chegar.

Então, vou passar a palavra ao Luis Antonio Festino, Coordenador do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes terrestres, que vem trabalhando com esse tema há mais de quarenta anos, como disse o Presidente da Confederação.

O SR. LUÍS ANTONIO FESTINO – Queria anunciar a presença do Presidente da Nova Central (São Paulo), Luiz Gonçalves, que é motorista, aposentado não pela especial, mas, sim, com trinta e cinco anos de serviços.

(*Palmas*.)

Eu queria aqui, Senador, parabenizar o Congresso Nacional. Apesar das várias críticas que são feitas ao Congresso, temos que mostrar o que foi feito agora com a questão dos trabalhadores. Ressalto que esse projeto é originário de um bom trabalho da Drª Clair, que conseguiu juntar, do PSDB, Valter Barelli, ao Babá, do PSOL, num total de cinco deputados que apresentaram o projeto original. Ressalto o trabalho do Deputado Tarciso Zimmermann; o trabalho do Deputado Ivo José, que é o autor original do Estatuto do Motorista na Câmara dos Deputados.

Então, esse trabalho que vem sendo feito aqui no Congresso, de unificação das discussões e tudo mais, não é acompanhado pelo Poder Público. Essa que é a grande questão. Se tivesse o Poder Público acompanhado, nós não teríamos problemas, como aquele que o Plínio citou, do Ceasa. Só para se ter uma ideia, o Ceasa recebe mercadorias de 1.500 Municípios e 18 países, e qual o trabalho de logística feito pelo Poder Público? Simplesmente proíbe a circulação de caminhões. Proíbe! De onde que vêm todos esses caminhões?

E ressalto ainda que o setor de transportes não é só caminhão; ele é muito mais amplo. É o setor de transporte de passageiros. Nós temos grandes dificuldades de contextualizar... No setor de turismo, qual é a jornada para o pessoal do setor, que tem atuações específicas? Eu recebi uma consulta de motoristas de reportagem, aquele motorista que atua com os jornalistas e tudo mais. Ele também está enquadrado? Eu coloquei que sim. É uma gama muito grande, que demanda uma discussão muito mais ampla, que é o que está acontecendo agora com o Estatuto.

Então, o Senador, mais uma vez, está de parabéns, e sempre lembrando todos os projetos e todas as discussões que vêm sendo feitas aqui no Congresso – Câmara dos Deputados e Senado – no sentido da unificação de toda essa discussão.

Obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luís Antonio Festino, que falou pela CNTTT e também pelo Grupo de Trabalho da Confederação.

Eu quero também, por uma questão de respeito e carinho por toda a sua história, embora ele tenha aberto mão da palavra para que todos pudessem usar, inclusive usando o tempo dele, pedir uma salva de palmas para o Presidente da CNTTT, o Sr. Omar, o nosso decano.

(*Palmas.*)

Ele diz que, agora, pode morrer em paz porque, pelo menos, regulamentou a profissão. Essa, a expressão que ele usou e que eu acabei usando no plenário no dia da votação.

Agora, com a palavra o Luiz Alberto Mincarone, que é ex-presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, uma das pessoas que, digamos assim, deu a sua vida por esse setor.

Eu quero te cumprimentar, Mincarone, porque você aqui, humildemente, está secretariando os trabalhos, mesmo depois de um dia num voo em que eu me atrasei, foi uma loucura, e, mesmo assim, ele correu na frente com a minha mala para segurar o voo para eu poder entrar no avião. E, depois que eu entrei, ele ainda ligou perguntando se havia dado certo, se eu tinha conseguido pegar o voo. Esse é o Mincarone, por

isso que eu aprendi a respeitá-lo, pela sua humildade, competência e a grandeza de um grande líder do setor.

(*Palmas.*)

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Obrigado. Na verdade, a gente aprende com mestres como Paim, com a sua humildade e sua dedicação às causas sociais.

Tecendo rápidos comentários, eu acho importante essa negociação com o Governo Federal, como o Senador colocou. Acho que essa câmara setorial seria importante. Eu acho que se deve buscar um consenso de estruturação disso aí, porque, sem o Governo Federal, não se consegue nada pelos vetos e pelas outras barreiras que podem existir.

A questão da fiscalização é importantíssima. A Polícia Rodoviária Federal e também o Ministério do Trabalho devem fiscalizar realmente, porque quem obedece a legislação não pode sofrer concorrência desleal, porque, senão, vai desmotivar, vai ser um problema muito sério se aqueles que são sérios não conseguirem trabalhar bem por conta de uma concorrência desleal. Então, a fiscalização é fundamental.

No que diz respeito à questão dos estrangeiros, existe um acordo de transporte internacional terrestre no âmbito da Aladi, chamado ATIT, que tem toda a previsão do Merscosul, e um dos artigos desse acordo internacional, que tem força de lei, superior inclusive à lei nacional, porque é um acordo internacional, diz que tem que ser respeitada a legislação de trânsito do país transitado. Então, essa é a arma que a Polícia Rodoviária tem para fiscalizar tudo do estrangeiro. Ele tem que obedecer a lei brasileira. Isso consta do acordo internacional. Não tem nem o que discutir.

O que acontece dentro da Argentina? Os argentinos aplicam isso mais do que a lei; eles até fazem o seguinte: não só tem que obedecer a lei deles, mas tem que obedecer, na lei deles, aquilo que eles mesmos não obedecem. E o brasileiro, lá na Argentina, é fiscalizado ao extremo, ao ponto de caminhões brasileiros serem parados por ter problemas no pneu, como uma pequena ranhura, que, aqui, nós entendemos ser legal e perfeitamente possível se transitar assim; e eles dizem que não e acabou. Então, essa fiscalização lá é super rigorosa. Nós não queremos que seja tanto quanto a deles, mas que seja o suficiente.

Outra questão: fala-se aqui na identificação do tripulante, do famoso turista. Também no acordo de transporte internacional há previsão de uma carteira de tripulante. Então, eu queria alertar o Inspetor Adriane que há mais esse instrumento, ou seja, no acordo de transporte internacional há a previsão da carteira de tripulante. Motorista não é turista. Quem vem aqui para o País ou é turista, ou é trabalhador. E, para ele trabalhar como estrangeiro aqui no País, tem que ter uma carteira de tripulante.

O Brasil não instituiu essa carteira; o Chile acabou instituindo ao contrário, ou seja, ele fez com que os brasileiros que entram no Chile tenham que fazer a carteira de tripulante lá no Chile, porque o Brasil não a faz. Eu até disse ao Festino que os próprios sindicatos profissionais poderiam implementar essa carteira de tripulante. Aquele que está com carteira de tripulante pode trabalhar dentro das normas; aquele que chega aqui como turista é turista, ou seja, ele pode ficar olhando, mas não trabalhando.

Uma sugestão que eu queria dar também a respeito dos pontos de parada, que seria uma sugestão até de rápida implementação, se o Governo quiser – e aí vem o contato com o Governo –, é através da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Nós sabemos que no Brasil existem poucas distribuidoras de petróleo e todas têm que obedecer às normas da ANP. Ora, basta colocar numa norma da ANP que os postos de abastecimento, que são autorizados, têm que ter "x" metros quadrados de área de estacionamento por bomba de combustível de óleo diesel – e fiscalizado não só a metragem, mas também a qualidade. Então, eu acho que uma negociação com a ANP poderia ajudar muito a melhorar a estrutura dos pontos de parada dos postos de combustível nas estradas.

Por último, queria convidar a todos para a grande feira de transporte em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Estão sendo colocados os folhetos aí. Quem não receber solicite à Roberta, que está ali. A feira começa no dia 4 de julho, mas, no dia 6, nós temos um evento de dia inteiro sobre a lei e o Estatuto do Motorista. Queremos deixar o convite para todos, Já estamos convidando o Senador Paim para estar lá presente no dia 6 de julho, uma sexta-feira, em Porto Alegre.

E, por último, explicar que o Grupo de Trabalho do Movimento Pró-Estatuto do Motorista continua atuando firmemente com reuniões. A gente procura atuar com isenção, com democracia, colocando as questões de maneira técnica, mas com sensibilidade social e humana. E nós estamos ampliando agora com a instalação de subgrupos específicos. O primeiro, de transporte internacional, já se reúne hoje à tarde e vai se reunir lá, em Porto Alegre, durante a Transposul. Esperamos que os subgrupos de transporte urbano e interurbano, de passageiros, autônomos e outros segmentos instituam os seus subgrupos para trazerem elementos específicos, como o Senador falou, de modo que possam ser criados capítulos dentro do Estatuto para tratar especificamente de funções que são diferenciadas em relação ao geral. E, aí, nós vamos colocar essas especificidades e atender aos motoristas em todas as funções que eles exercem.

Meu muito obrigado. Estamos às ordens aqui.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse é o Luiz Alberto Mincarone, ex-presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais. Ele mostrou, pela sua fala, acho que todos perceberam, a sua sensibilidade, querendo fortalecer o setor, mas sempre olhando para o social. É importante isso, porque entendo que o empresário, claro, tem que ter o seu negócio e tem que ter o seu lucro, mas a responsabilidade social é uma tônica, para mim, que só soma, amplia e faz com que, cada vez mais, a gente se torne parceiro – empregados, trabalhadores, empresários –, aqueles que atuam e tocam e carregam nas costas, eu diria, este País, que são os motoristas, enfim, o setor de transporte terrestre.

Passo a palavra, na sequência, ao Sr. Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais. O Francisco também tem estado em todos os eventos, e, na última vez que fui a Uruguaiana, às 10 ou 11 horas da noite, jantamos juntos lá na cidade vizinha, Paso de Los Libres, uma *parrillada*.

Está com a palavra o Sr. Francisco Cardoso.

O SR. FRANCISCO CARDOSO – Muito obrigado, Senador.

No ano passado, em maio, eu não me lembro bem o dia – acho que foi lá pelo dia 20 ou 25 de maio –, numa audiência pública aqui no Senado, eu tive a oportunidade de questionar, quando tive a palavra, sob qual bandeira nós estaríamos redigindo o Estatuto do Motorista. As coisas se encaminharam, e nós tivemos uma lei antes do Estatuto. O importante é que estamos, sim, com interesse aqui, a ABTI. Nós temos um propósito: defender a empresa nacional e o trabalhador brasileiro.

Inspetor Dias, penso que temos de estar mais próximos, as entidades e o Governo, porque há um acordo, como o Mincarone disse, de transporte internacional terrestre, e ele foi bem claro sobre como funciona. Nós somos extremamente fiscalizados, até discriminados na Argentina, para não dizer assim que somos... Para não baixar o nível, então, o Senador, que está participando do Parlamento do Mercosul, pode ter muitas informações a respeito.

Então, eu acho que, agora, é o momento de a gente fazer uma opção. Quando nós questionamos sob qual bandeira, foi para perguntar quem nós vamos proteger aqui. É a empresa nacional? É o trabalhador brasileiro? São aqueles que transitam nas nossas estradas e vão estar com o caminhão estrangeiro com um trabalhador trabalhando por até 24 horas? Acho que é essa a opção que nós temos de fazer.

E, Narciso quando nós pedimos a isonomia ao estrangeiro é ao estrangeiro e não ao autônomo. Porque nós estamos tentando aqui buscar o consenso, como o Mincarone disse, e talvez uma isonomia ao aeronauta, ao marítimo, ao ferroviário ou a outro trabalhador que trabalhe em transporte neste Brasil e que tenha uma previsão na CLT que diferencia essa categoria.

Eu acho que a gente tem que sentar, todo mundo aqui – o empresário e o trabalhador –, porque, se nós não defendermos os nossos negócios, os nossos empregos, olha, gente, daqui uns anos, nós vamos lamentar estar tratando de uma forma de reverter isso. Este é um momento que nós ainda temos para refletir e, vamos dizer assim, reparar isso.

Por isso que eu pedi essa oportunidade, Senador, para, tantas vezes quanto a gente possa, alertar sobre este momento por que passa o empresário brasileiro. Diferentemente do nacional... Todos aqui citaram, mas não falaram dos custos que isso vai acarretar ao transporte, mas a gente sabe que quem vai pagar isso, na ponta, é o consumidor. É fácil negociar com o embarcador brasileiro, mas, quando vou negociar com o estrangeiro – e eu já ouvi isso, Senador, do meu pessoal da área comercial –, um cliente disse: "Eu não tenho porque pagar pela ineficiência de vocês. Então, vou buscar outra opção". E essa opção é a estrangeira, que vai ser mais produtiva.

Então, é sobre isso que nós temos que refletir. Não é nos equiparamos aos autônomos, mas, sim, a outras categorias que operam com o transporte brasileiro, que já têm previsão na CLT. E, aí, Inspetor, é fazer cumprir aquilo que já está no Código de Trânsito Brasileiro para os estrangeiros.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais, que só quer um tratamento que garanta uma competição leal e que a forma que os estrangeiros são tratados aqui seja igual à forma como eles nos tratam lá fora, e não de uma maneira discriminatória. Nem nós lá fora, nem eles aqui. No fundo é isso que o Francisco está pedindo.

Agora, vamos passar ao Sr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, que aqui representa o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, que é o Presidente da ANTU.

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Gostaria de agradecer, em nome da ANTU, a oportunidade de estarmos aqui participando deste debate, e reconhecer que nós temos muito que avançar

ainda. São questões muito complexas que exigem uma participação muito grande de todas as áreas envolvidas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade e também manifestar a nossa satisfação em ver aqui, na primeira página do *Jornal do Senado*, edição de hoje, a reportagem sobre audiência pública que o senhor realizou ontem sobre a questão da prioridade ao transporte coletivo, ou seja, a grande questão da mobilidade urbana, que hoje aflige as grandes cidades do nosso País.

Nós entendemos que esse é um ponto fundamental para nós melhorarmos as condições de trabalho dos nossos motoristas, haja vista esse ambiente hoje tão hostil, como o próprio Dr. Jerry Adriane acabou de registrar, testemunhando um acidente que a gente não gostaria que acontecesse nas nossas cidades. Infelizmente, hoje, nós vivemos um caos em termos de mobilidade urbana, mas acreditamos que iniciativas como esta que o senhor patrocinou ontem, ao discutir esse tema, são muito importantes para buscarmos uma melhoria na qualidade de vida para os brasileiros.

Então, gostaria de agradecer e dar uma sugestão ao senhor no sentido de que incentive a formação desses subgrupos agora, porque nós acreditamos que talvez esse seja o caminho mais rápido para que possamos avançar rumo ao texto final do Estatuto.

Muito obrigado a todos.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos, que lembrou a audiência que tivemos ontem lá na Comissão de Direitos Humanos sobre os dez anos do Estatuto das Cidades, cujo debate foi sobre mobilidade urbana. Ali, todos os painelistas enfatizaram a importância do transporte coletivo. Foi muito interessante o debate e fico feliz com o seu ponto de vista e também pela colocação final que faz. Eu acho, sim, importante ter reforçada essa ideia – que não é minha, é de vocês, que – de formação dos subgrupos dos setores específicos para aprofundar o debate e avançar na construção final do Estatuto do Motorista.

Eu vou passar a palavra ao Célio, o último dos nossos painelistas, para as suas considerações finais, durantes três minutos. Depois, eu vou passar a palavra à Senadora Ana Rita.

Antes, porém, vocês me permitam que eu diga isso aqui agora com a presença dela. No dias em que eu estava lá em Uruguaiana, eu estava com dois corações, e ela me alertou por telefone, porque ela foi Relatora do projeto que garantia as quotas nas universidades para os pobres, sejam brancos, negros, índios, enfim, bem como para alunos do ensino público. Como essa é uma causa com a qual eu tenho muito compromisso, ela me dizia: "Paim, tu não vais estar aqui?" E expliquei o porquê eu estava em Uruguaiana naquele debate sobre esse tema, e então ela disse: "Não; deixe que eu, que sou a Relatora da matéria, vou fazer a defesa e, depois, vou pedir inclusive que você seja relator do tema na outra Comissão, porque você, negro e pobre, que veio de uma camada baixa, de quem vive com um salário mínimo, mais do que merece".

Então, eu queria pedir uma salva de palmas para a Senadora Ana Rita, antes que ela use a palavra.

(*Palmas.*)

A grande Senadora Ana Rita!

De fato, pela sua sugestão, o Senador Roberto Requião me indicou relator então do projeto, e, na ocasião, eu vou apenas reproduzir o seu trabalho, pelo brilhantismo do relatório que V. Exª apresentou.

Eu gostaria que V. Exª encerrasse a nossa reunião, mas antes, porém, vou passar a palavra ao nosso Vereador Célio Moreira.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Senador Paulo Paim, Senadora Ana Rita, eu quero aqui apenas, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim pelo trabalho brilhante, conseguindo reunir empresários, trabalhadores, autônomos, longa distância, transporte internacional, com as suas particularidades, e registrar que nós conseguirmos fazer esse debate e conseguimos chegar, o que foi fundamental, ao aval de todas as partes envolvidas para a aprovação da lei da regulamentação da profissão do motorista.

Eu disse apenas aqui, no início, que há pontos que precisam ser debatidos para o pleno cumprimento da lei, mas é importante ressaltar que tivemos avanços significativos.

Quero agradecer e parabenizar o nosso Presidente, Omar José Gomes, e o Festino, que falou em nome da nossa Confederação, dando uma grande contribuição para a construção desse projeto. E nós vamos continuar discutindo – e, com certeza também estarei participando – para aprofundar o debate sobre o Estatuto do Motorista, que vai, com certeza, buscar os acertos para esses pontos que foram vetados.

Eu também entendo que tivemos um avanço significativo, Dr. Marcos Bicalho, inclusive para o transporte coletivo urbano.

Nós tivemos, infelizmente, o cancelamento, por parte do Ministério Púbico, de uma cláusula do acordo coletivo de trabalho, aprovado em assembleia, ou seja, que era a vontade das partes, mas que, por ferir a legislação em vigor, foi cancelada infelizmente por uma ação movida pelo Ministério Público do Trabalho. A cláusula se referia a uma jornada superior a seis horas, com intervalos fracionados, mas, já que a legislação não previa, foi cancelada. Porém, aqui, na lei, tivemos um avanço significativo para resolver esse problema.

Em relação ao transporte internacional, a legislação do nosso País tem que ser cumprida por todos aqueles que adentram as nossas fronteiras, como nós temos que cumprir ao adentrarmos a Argentina, o Uruguai, o Paraguai. Só para exemplificar, para poder percorrer ali os países da América do Sul, nós temos que ter a chamada "carta verde", e, para retirar essa carta verde, há algumas orientações que temos de seguir. Por exemplo, na Argentina, exige-se o uso de dois triângulos para cada veículo. Cada veículo tem que ter um cambão, coisa que no Brasil não tem necessidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉLIO MOREIRA – Não; não consegui porque não tinha feito essas adequações que era preciso fazer.

Então, são pontos que realmente a gente precisa... Tem que ficar tranquilo, porque a legislação tem que ser cumprida tanto aqui pelos estrangeiros que nos visitam, quanto pelos brasileiros que precisam também adentrar outros países.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, Senador, e agradecer pela oportunidade, colocando-me à disposição do grupo de trabalho, do Mincarone, que está na condução desses trabalhos, de forma brilhante e muito competente, bem como de todos os companheiros e companheiras que compõem o grupo de trabalho.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Vereador Célio Moreira.

Eu quero destacar que, além de líder sindical que é, foi o vereador que participou de todos os eventos, deslocando-se a todos os Estados para dar a sua contribuição. Ele poderia muito bem estar no seu Município, Uberlândia, enfim, Minas Gerais, mas esteve lá por compromisso com o setor.

Assim, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho e dizer que foi muito emocionante quando recebi o título de cidadão honorário de Uberlândia, bem como quando, em trabalho conjunto com o Deputado Celinho, vocês me concederam também o título de cidadão do Estado de Minas Gerais. Agradeço e parabenizo pelo trabalho.

Agora, mais do que justo, no meu entendimento, vou conceder a palavra a nossa Senadora Ana Rita, que tem feito um belíssimo trabalho aqui, na CPI da violência contra as mulheres, a criança e o adolescente, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e que foi a Relatora desse belo projeto que vai garantir que pobres, negros, brancos e índios tenham acesso à universidade.

V. Exa. tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim, agradeço muito as palavras elogiosas de V. Exa., nosso grande amigo, companheiro e parceiro aqui no Senado Federal. Não é por acaso que o senhor está aqui há tantos mandatos, reconhecido e valorizado pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Parabéns também ao senhor, que tem uma disposição enorme, como Presidente desta Comissão, realizando atividades praticamente todos os dias da semana, o que tem sido muito importante, uma vez que diversos temas de interesse da sociedade brasileira têm sido debatidos aqui. Então, parabenizo mais uma vez o senhor por esse brilhante trabalho, sempre me colocando como parceira, na medida do possível, tentando colaborar sempre que podemos, em função de outras demandas que nós temos também.

Quero também cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, todos os convidados, empresários, representantes de trabalhadores de diversos setores que aqui estão, discutindo, de fato, a situação do trânsito brasileiro, a questão do Estatuto do Motorista.

Eu quero dizer a vocês que, para mim, a grande razão de estar aqui no Senado Federal é a de ter esse espaço como o espaço da defesa dos interesses da maioria do povo brasileiro, do povo trabalhador. Então, toda discussão que se faz aqui e que envolve a vida do povo brasileiro, em particular as pessoas que sempre foram excluídas das políticas públicas, dos serviços públicos, que sempre estiveram à margem dos direitos sociais, é muito importante nós estamos aqui para defendermos os interesses dessas pessoas.

E quando nós reunimos aqui segmentos de várias frentes em torno da questão dos motoristas, é fundamental, porque é preciso realmente discutir e buscar construir os consensos, construir as possibilidades para que a gente possa, de fato, avançar no sentido de oferecer à nossa população melhores condições de vida.

No que se refere aos motoristas, em particular motoristas do transporte de caminhões de carga pesada, registro que nós presenciamos muito isso, porque eu viajo muito de carro pelo meu Estado e vejo como é difícil a realidade dos motoristas de transporte de carga pesada. Não é uma realidade fácil.

Eu acho que uma das maneiras de a gente entender a realidade do outro é se colocar no lugar dele. É a única maneira. Então, nós nos colocarmos no lugar do outro e tentar sentir o que o outro sente no seu dia a dia é a melhor maneira de poder avaliar as condições e o sofrimento por que passam essas pessoas.

Eu sinto muito por não ter podido ouvir todos vocês, porque aqui temos de nos dividir em várias comissões; porém, pude ouvir a fala do Sr. Neori Tigrão, que falou aqui em nome dos trabalhadores, e eu lhe digo, Neori, que eu tenho plena concordância com tudo que você disse e comungo das suas preocupações. Espero que a reunião que vocês terão hoje com o Ministro para discutir o Estatuto seja vitoriosa, proveitosa. Acredito

muito que o Ministro, que é uma pessoa sensível, vai acolher as preocupações de vocês.

Pelo que percebi do debate, há muita sintonia, há muita convergência. Eu não pude ouvir a todos, mas quero me colocar como parceira, como uma pessoa que está aqui para ajudar a buscar e a resolver as questões que ainda não estão totalmente resolvidas.

Como tenho pessoas na família que também trabalham no setor de transporte, sei como é a vida dessas pessoas. Então, coloco-me inteiramente à disposição para ajudar naquilo que for possível e aproveito para parabenizá-los por estarem aqui, por se colocarem à disposição para esse debate, por exporem os seus pensamentos e trazerem para cá os seus sentimentos, tanto por parte dos empresários como por parte dos trabalhadores. Eu acho que é dessa forma que a gente pode construir um Brasil novo, um Brasil diferente, um Brasil melhor, reunindo as pessoas e fazendo o debate.

Eu estava, agora há pouco, no debate também com relação à medida provisória do Código Florestal, que também é um debate difícil, um debate em que se busca o consenso. Mas o Parlamento é isso: o espaço onde todos vêm, colocam as suas opiniões, os seus sentimentos, as suas reivindicações, e cabe a nós, parlamentares, a tarefa de buscar construir a melhor forma de atender a todos de maneira digna, de maneira saudável.

Quero parabenizar vocês e, de antemão, parabenizar todos os motoristas do Brasil, principalmente aqueles que cuidam do transporte coletivo, aqueles que cuidam do transporte de carga pesada, que colaboram para o crescimento e o desenvolvimento da nossa Nação, ajudando o povo brasileiro a se locomover.

A gente sabe como é importante o trabalho dos motoristas quando há uma greve dos trabalhadores. O Brasil para! O País para! É aí que as pessoas percebem como é importante o transporte, seja ele coletivo, seja ele o feito pelos taxistas, seja o de carga pesada, enfim, de todos aqueles que operam no setor, porque, de uma forma ou de outra, todos estamos envolvidos com isso.

Agradeço e peço desculpas por não ter podido estar aqui o tempo todo, Senador Paim, porque eu cheguei esta noite, à 1h da manhã. Nós estávamos numa audiência pública no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, realizando a sétima audiência pública para discutir a violência contra as mulheres. Mais uma vez, a gente sabe que tem muito que avançar no País, mesmo em Estados considerados mais desenvolvidos, com um nível de crescimento maior; mesmo ali temos ainda muito que fazer para resolver o problema da violência contra a mulher. Então, só para fazer esse registro e dizer que nós trabalhamos muito no dia de ontem. Foi uma audiência bastante proveitosa, com uma participação muito expressiva de toda a sociedade, do governo estadual e do Ministério Público, que nos ajudou bastante, bem como do Poder Judiciário; enfim, foi uma audiência pública muito boa, muito proveitosa e com boas sugestões, que, inclusive, eu, como Relatora, pretendo acolher e fazer constar no relatório, a fim de que possamos replicar isso em outras cidades e outros Estados.

Era isso, Sr. Presidente, e obrigado pela oportunidade.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Senadora Ana Rita deixou aqui uma bela mensagem a todos que atuam no setor de transporte terrestre, falando rapidamente também do brilhante trabalho que vem fazendo na CPI da violência contra as mulheres.

Vamos encerrar os nossos trabalhos, mas quero também dizer que o Jerry Adriane, aqui falando pela Polícia Rodoviária Federal, já que ele é o responsável, deixou duas propostas que passo a ler:

"Senador, peço atenção ao PLC nº 27, de 2012, sobre a Lei Seca".

Nós vamos olhar com muito carinho, pela importância desse tema.

E o outro pedido é para o PLC nº 135, de 2008, que trata de penas alternativas para crimes de trânsito. Registro que também vamos olhar com muito carinho essa questão.

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* Excelência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. *(Não identificado.)– (Intervenção fora do microfone.)* Eu queria entregar a V. Exª uma pasta aqui, porque a Nova Central, além desse trabalho exaustivo que tem na regulamentação da profissão e no Estatuto do Motorista, tem uma campanha muito forte pela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, muito bem.

O SR. *(Não identificado.)– (Intervenção fora do microfone.)* O Brasil é signatário da resolução da ONU. Então, quero deixar com V. Exª e parabenizá-lo por essa batalha em prol da nossa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. Parabéns pela iniciativa...

(*Palmas*.)

E parabéns pelo trabalho que a Nova Central vem fazendo em relação ao combate aos acidentes no trânsito. Dizia-me aqui – e me socorro de novo do Inspetor Jerry aqui – que, proporcionalmente, o Brasil é quase que o campeão do mundo em acidentes no trânsito ainda.

Ele me dizia que os países eram China, Estados Unidos...

O SR. JERRY ADRIANE – Índia, China, Estados Unidos, Rússia e Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas proporcionalmente, infelizmente, nós estamos nessa situação, o que, mais do que nunca, fortalece a ideia do Estatuto do Motorista, não é?

O Estatuto do Motorista visa regulamentar toda essa questão, fortalecendo tanto o empreendedor quanto o trabalhador, mas que também vai na linha do combate aos acidentes de trânsito.

Para mim, mais do que falar, eu acho que a Senadora Ana Rita já deu a visão de nós todos em respeito àqueles que atuam nesse setor, mas acho que são dois os encaminhamentos finais: nós trabalharmos para que haja essa reunião da chamada câmara setorial, com o objetivo de dialogar mais uma vez com um fórum como este, que reúna trabalhadores, empreendedores, autônomos, enfim, todos aqueles que atuam na área, Vamos tentar construir juntos essa reunião na visão do Estatuto do Motorista e alguma regulamentação que for possível, além, naturalmente, das negociações que vão acontecer sobre a convenção coletiva de trabalho.

A segunda questão é fortalecer os grupos dos respectivos setores: setor do transporte internacional, autônomos, caminhoneiros, enfim, transporte coletivo, como ônibus, e aí vocês, com o Mincarone...

Você está ajudando na formulação desses grupos, não é?

Como eu dizia antes e quero repetir agora – e parece até que já foi dito também pelo Narciso –, eu também tenho clareza de que, primeiro, não existe lei ideal; existe a lei possível. Eu uso muito essa formulação também, e digo sempre que o ideal não é a lei que eu apresentei; o ideal, no fundo, vira a lei que eu consegui aprovar, porque aqui é o que foi possível dentro daquele momento da história. Então, não existe lei perfeita. O que foi aprovado é a lei possível naquele momento em relação à regulamentação da profissão.

Agora, nós temos que caminhar – e eu dizia ali no vídeo antes – como o motorista que acelera o seu caminhão, o seu ônibus, o seu táxi, a sua *van*; enfim, nós temos que dar uma acelerada para avançar no Estatuto do Motorista, que vai ser, para mim, o grande momento, o gol de placa, como a gente poderia dizer, o dia que nós aprovarmos o Estatuto do Motorista, contemplando todos os setores, com uma discussão tranquila, ampla.

Quando eu digo "acelerar", não é querer aprovar do dia para a noite não; podemos acelerar na discussão, no trabalho, na formulação, mas, se tiver que demorar um, dois ou três anos, que demore, mas que saia uma lei que efetivamente garanta o direito a todos, e que aqueles que são de outros países, quando vierem aqui, cumpram a legislação que nós aqui aprovamos.

O Jerry também me dizia antes da dificuldade enorme que há com os estrangeiros para autuar e fazer com que eles paguem as multas correspondentes. Mas estamos aqui com esse objetivo, e quero, mais uma vez, dizer que o Estatuto do Motorista só será aprovado no momento em que a gente construir o consenso entre todos aqueles que atuam no setor. E não é só porque eu quero, mas porque, como já disse e torno a repetir, aqui, no Congresso, um tema polêmico como esse só é aprovado se nós tivermos capacidade de construir esse grande entendimento.

Mas duvidavam também alguns que a gente ia conseguir aprovar a lei que regulamentou a profissão, Não foi o ideal, mas foi já um passo à frente; foi um avanço; foi regulamentada, é lei, e a sociedade vai se adaptar e o Estatuto há de avançar muito mais fortalecendo a todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(*Palmas.*)

Só quero lembrar que teremos uma outra reunião, agora, para a votação das emendas ao Orçamento de que serei Relator.

(Iniciadas às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE JUNHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às treze horas e oito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e doze, na sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **(Ana Rita)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cyro Miranda e Magno Malta.** O Senador **Mozarildo Cavalcanti** justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais Senadores. A senhora Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Discussão e votação das Emendas da CDH a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 3, de 2012–CN (Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias para 2013 – PLDO 2013) que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências*. Em seguida, esta Comissão aprovou as seguintes emendas a serem apresentadas ao PLDO 2013:

EMENDA Nº	MODALIDADE	REFERÊNCIA	ACRÉSCIMO META	TEXTO PROPOSTO
Meta 1	**INCLUSÃO DE META**	Programa – 2016 Ação 8932 – apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres	3.030 (unidades)	
Meta 2	**INCLUSÃO DE META**	Programa 2034 Ação 6440 – Fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais	500 (unidades)	
Meta 3	**INCLUSÃO DE META**	Programa 2063 Ação 20SV – Apoio a serviços de atendimento a pessoas com deficiência	2.034 (unidades)	
Meta 4	**INCLUSÃO DE META**	Programa 2064 Ação 8819 – Produção e disseminação de conhecimento sobre os direitos da pessoa idosa	2.100 (unidades)	
Meta 5	**INCLUSÃO DE META**	Programa 2062 Ação 20HN – Apoio à estruturação e qualificação de conselhos tutelares	2.000 (unidades)	
Texto 1	ADITIVA	Anexo V, inciso I, Item 66		**Inclua-se o seguinte item no Anexo V:** ANEXO V DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO 67. Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006)
Texto 2	ADITIVA	Corpo da Lei – artigo 17		**Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:** CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS Seção I Diretrizes Gerais Art. Para fins de acompanhamento do cumprimento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, os órgãos e entidades participantes deverão proceder à execução orçamentária utilizando Plano Interno - PI específico no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.
Texto 3	MODIFICATIVA	Corpo da Lei – artigo 4º		**Inclua-se o seguinte texto no artigo 4º no Capítulo I:** CAPÍTULO I DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL Ficando assim a redação do caput do artigo 4º: Art. 4º As prioridades da administração pública federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no Anexo V e

EMENDA Nº	MODALIDADE	REFERÊNCIA	ACRÉSCIMO META	TEXTO PROPOSTO
				as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Programa Brasil sem Miséria e à redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
Texto 4	ADITIVA	Corpo da Lei - artigo 35		Inserir art 35 A – Fica assegurado aumento real aos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art 7º, VI, da CF, equivalente ao INPC acrescido do percentual referente a 80% do PIB (Produto Interno Bruto) dos últimos 12 (doze) meses.
Texto 5	ADITIVA	Corpo da Lei - artigo 4°		parágrafo único. O ganho real dos benefícios do Regime Geral da Previdência social acima do valor do salário mínimo também integrará as prioridades do Governo Federal para o exercício 2013.
Texto 6	ADITIVA	Corpo da Lei – artigo 49		Incluir o Art 49-A - Não será objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art 9º, § 2º da LRF, as despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais bem como as listadas no anexo de prioridades e metas desta lei.
Texto 7	ADITIVA	Corpo da Lei – artigo 48		Incluir os parágrafos a seguir: § 3º - O Poder Executivo incluirá, no Decreto de programação orçamentária e financeira, reserva para pagamento, no exercício de 2012, pelo menos 20% do estoque de restos a pagar relativos a convênios e contratos de repasse. § 4º - O estoque de restos a pagar relativos às despesas primárias discricionária, no encerramento do exercício de 2013, não poderá ser superior ao montante do estoque existente no encerramento do exercício de 2012, no âmbito de cada poder. § 5º - os restos a pagar relativos a convênios e contratos de repasse, inclusive os inscritos no exercício de 2013, somente serão cancelados quando o beneficiário der causa à inexecução. § 6º - Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados terão a validade vinculada ao termo final do convênio ou contrato de repasse. Não podendo ser objeto de cancelamento no prazo mínimo equivalente a 24 meses da data de sua inscrição, período em que deve ocorrer o início da execução do objeto contratado/conveniado.
Texto 8	ADITIVA	Corpo da Lei - artigo 35		Art 35-A – Fica assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei

EMENDA Nº	MODALIDADE	REFERÊNCIA	ACRÉSCIMO META	TEXTO PROPOSTO
				8.213, acrescido da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme sistema de contas nacionais divulgado pelo IBGE,apurado pela aplicação da média do percentual dos dois anos anteriores. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário.
Texto 9	ADITIVA	Corpo da Lei – artigo 105		As despesas administrativas decorrentes da execução de emendas parlamentares poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações aprovadas pelas respectivas emendas, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social.
Texto 10	MODIFICATIVA	Corpo da Lei - artigo 4º		art. 4º As prioridades da administração pública federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no Anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC e ao Programa Brasil sem Miséria e à redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerra a reunião, às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, a qual, por proposta da senhora Presidente, é dispensada da leitura e, em seguida, dada por aprovada, assinada e posteriormente remetida à publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Vice-Presidente em exercício da presidência

A SRº PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Item único da pauta

EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO DE 2013

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências".

Foram apresentadas 35 emendas perante a Comissão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, Relator das emendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, que preside esta reunião da Comissão de Direitos Humanos, é com satisfação que passo a fazer o exame das emendas apresentadas.

Eu vou direto ao exame da admissibilidade.

Nos termos do Regimento Comum, art. 93-B da Resolução nº 1, de 2006-CN, e art. 90, inciso IX, do Regimento Interno, compete às Comissões Permanentes o exame da matéria na parte que versa sobre assunto de sua competência.

Isto posto, consideramos que todas as sugestões de emendas apresentadas a este Colegiado se enquadram nas atribuições da CDH.

Voto do Relator.

No que se refere ao mérito, consideramos as propostas apresentadas relevantes e oportunas. São inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental desta Comissão.

A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1 de 2006-CN, entretanto, impede-nos de escolher mais do que cinco das sugestões relativas ao anexo de metas. Dessa forma, privilegiamos os programas que contemplam todas as categorias de pessoas abrigadas pela competência da Comissão, sendo crianças, adolescentes, mulheres, idosos, entre outros em situação de vulnerabilidade.

Além do mérito, guiamo-nos pela quantidade de propostas ao mesmo programa, bem como procuramos atender a todos os nobres pares que participaram do processo de andamento do PLDO 2013 no âmbito desta Comissão.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 cinco emendas de metas e dez emendas de texto, conforme abaixo listadas.

Propomos ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, tal como foram sugeridas pelo Sistema de Elaboração de Emendas.

EMENDAS DA CDH AO PLDO 2013

Ementa nº : Meta 1

Senador (a) autor (a): Paulo Paim, Lídice da Mata e Cyro Miranda

Modalidade: inclusão de meta

Referência: Programa 2016, Ação 8932 – apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres

Meta: 3.030 (unidades)

Ementa nº : Meta 2

Senador (a) autor (a): Paulo Paim, Lídice da Mata (parcial) e Cyro Miranda (parcial)

Modalidade: inclusão de meta

Referência: Programa 2034, Ação 6440 – fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais

Meta: 500 (unidades)

Ementa nº : Meta 3

Senador (a) autor (a): Paulo Paim, Lídice da Mata e Cyro Miranda

Modalidade: inclusão de meta

Referência: Programa 2063; Ação 20SV – Apoio a serviços de atendimento a pessoas com deficiência

Meta: 2.034 (unidades)

Ementa nº : Meta 4

Senador (a) autor (a): Paulo Paim e Cyro Miranda

Modalidade: inclusão de meta

Referência: Programa 2064, Ação 8819 – Produção e disseminação de conhecimento sobre os direitos da pessoa idosa

Meta: 2.100 (unidades)

Ementa nº : Meta 5

Senador (a) autor (a): Lídice da Mata e Cyro Miranda

Modalidade: inclusão de meta

Referência: Programa 2062, Ação 20HN – Apoio à estruturação e qualificação de conselhos tutelares

Meta: 2.000 (unidades)

Ementa nº : Texto 1

Senador (a) autor (a): Ângela Portela e Ana Rita

Modalidade: aditiva

Referência: Anexo V, inciso I, Item 66

Texto proposto: Inclua-se o seguinte item no Anexo V:

ANEXO V

Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da lrf, por constituirem obrigações Constitucionais ou Legais da União

67. Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07/06/2006)

Ementa nº : Texto 2

Senador (a) autor (a): Ângela Portela e Ana Rita

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 17

Texto proposto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

CAPÍTULO III

Diretrizes Para Elaboração e Execução dos Orçamentos

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. Para fins de acompanhamento do cumprimento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, os órgãos e entidades participantes deverão proceder à execução orçamentária utilizando Plano Interno – PI específico no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Ementa nº : Texto 3

Senador (a) autor (a): Ângela Portela, Paulo Paim e Ana Rita

Modalidade: modificativa

Referência: Corpo da Lei, art. 4º

Texto proposto: Inclua-se o seguinte texto no artigo 4º no Capítulo I:

CAPÍTULO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Federal

Ficando assim a redação do caput do artigo 4º:

Art. 4º As prioridades da administração pública federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no Anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Programa Brasil sem Miséria e à redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Emenda nº : Texto 4

Senador (a) autor (a): Paulo Paim

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 35

Texto proposto: Inserir art. 35 A – Fica assegurado aumento real aos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art 7º, VI da CF, equivalente ao INPC acrescido do percentual referente a 80% do PIB (Produto Interno Bruto) dos últimos 12(doze) meses.

Emenda nº : Texto 5

Senador (a) autor (a): Paulo Paim

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 4º

Texto proposto: Parágrafo único. O ganho real dos benefícios do Regime Geral da Previdência social acima do valor do salário mínimo também integrará as prioridades do Governo Federal para o exercício 2013.

Emenda nº : Texto 6

Senador (a) autor (a): Paulo Paim

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 49

Texto proposto: Incluir o Art 49-A – Não será objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art 9º, § 2º da LRF, as despesas decorrentes de iniciativas parlamentares individuais bem como as listadas no anexo de prioridades e metas desta lei.

Emenda nº : Texto 7

Senador (a) autor (a): Paulo Paim

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 48

Texto proposto: Incluir os parágrafos a seguir:

§ 3º – O Poder Executivo incluirá, no Decreto de programação orçamentária e financeira, reserva para pagamento, no exercício de 2012, pelo menos 20% do estoque de restos a pagar relativos a convênios e contratos de repasse.

§ 4º – O estoque de restos a pagar relativos as despesas primarias discricionária, no encerramento do exercício de 2013, não poderá ser superior ao montante do estoque existente no encerramento do exercício de 2012, no âmbito de cada poder.

§ 5º – os restos a pagar relativos a convênios e contratos de repasse, inclusive os inscritos no exercício de 2013, somente serão cancelados quando o beneficiário der causa à inexecução.

§ 6º – Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados terão a validade vinculada ao termo final do convênio ou contrato de repasse. Não podendo ser objeto de cancelamento no prazo mínimo equivalente a 24 meses da data de sua inscrição, período em que deve ocorrer o início da execução do objeto contratado/conveniado.

Emenda nº : Texto 8

Senador (a) autor (a): Paulo Paim

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 35

Texto proposto: Art 35-A – Fica assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme sistema de contas nacionais divulgado pelo IBGE,apurado pela aplicação da média do percentual dos dois anos anteriores.

Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário.

Emenda nº : Texto 9

Senador (a) autor (a): Lídice da Mata

Modalidade: aditiva

Referência: Corpo da Lei, art. 105

Texto proposto: As despesas administrativas decorrentes da execução de emendas parlamentares poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações aprovadas pelas respectivas emendas, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social.

Emenda nº : Texto 10

Senador (a) autor (a): Ana Rita

Modalidade: modificativa

Referência: Corpo da Lei, art. 4º

Texto proposto: art. 4º As prioridades da administração pública federal para o exercício de 2013,atendidas as despesas contidas no Anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC e ao Programa Brasil sem Miséria e à redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Este é o relatório, Senadora Ana Rita, que apresentamos.

Tentamos, aqui, atender as demandas de todos os parlamentares. Uns foram atendidos, em algumas emendas de forma integral, e outras de forma parcial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem se manifeste, aprovado o relatório.

Tendo em vista a necessidade também de encaminhamento da ata desta reunião à Comissão Mista de Orçamento, solicito a dispensa da leitura da ata desta reunião e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciadas às 13 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, no Auditório Petrônio Portela, Anexo II, do Senado Federal sob a Presidência da Senadora (Ângela Portela), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Assinam o livro de presença as seguintes Senhoras Senadoras: Ângela Portela, Ana Rita e Lídice da Mata e o não membro Senador Eduardo Suplicy. A Senadora Ana Rita justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 1, de 2011 – CDHSPDM, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 04/05/11, "para debater a participação da Mulher na Política. Convidados: Deputada Federal Elcione Barbalho, Procuradora Especial da Mulher na Câmara dos Deputados; Natália Mori Cruz, Socióloga, Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Ministra Iriny Lopes, Ministra da Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres; e Deputada Federal Rosinha da Adefal. Extrapauta: Item 01. Requerimento nº 8-CDHSPDM, de 2011, que requer a realização de *Audiência Pública para discutir as graves injustiças relativas à mortalidade materna, em particular "O Caso Alyne", que foi o primeiro caso individual levado a um órgão de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)* – O Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Comitê CEDAW) – que apresenta a mortalidade materna como uma violação de direitos humanos. Indica os seguintes convidados expositores a seguir: A Coordenadora da ONG Criola, Jurema Werneck; A Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Télia Negrão; Representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Autoria Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Item 02. Requerimento nº 9-CDHSPDM, de 2011, que requer a realização de *Audiência Pública com o Senhor Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Alves de Souza, para expor as atividades dessa nova pasta, com especial ênfase na saúde da mulher indígena, devido à transferência da Saúde Indígena da Funasa para o Ministério da Saúde*. Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra as seguintes senhoras Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy. Às treze horas e cinco minutos a Senhora Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita. Às treze horas e vinte e cinco minutos a Senhora Presidente, Senadora Ana Rita, passa a presidência para a Senadora Lídice da Mata. Por solicitação do Senador Eduardo Suplicy a Senhora Presidente, Senadora Lídice da Mata, concede a palavra aos líderes Pataxós, Senhoras Yaranawy Pataxó Hãhãhae e Ilza Pataxó Hãhãha e ao Senhor Clailton Pataxó Hãhãhae, que fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e dezessete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente

ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ângela Portela,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Sobre a mesa, dois requerimentos para inclusão extrapauta.

Antes, porém, de ler os requerimentos, gostaria de chamar a Deputada Elcione Barbalho, do PMDB do Pará, que é Procuradora Especial da Mulher na Câmara dos Deputados, para que componha a nossa Mesa. (*Pausa.*)

Vamos à leitura do primeiro requerimento.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CDHSPDM

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir as graves injustiças relativas à mortalidade materna, em particular "O Caso Alyne", que foi o primeiro caso individual levado a um órgão de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) – O Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Comitê CEDAW) – que apresenta a mortalidade materna como uma violação de direitos humanos. Indico os convidados expositores abaixo: a Coordenadora da ONG Criola, Jurema Werneck; a Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Télia Negrão; Representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).

Eu gostaria de fazer rápida justificativa aqui.

Aline da Silva Pimentel tinha 28 anos, estava no sexto mês de gravidez, quando procurou um centro de saúde no Rio de Janeiro. Ela não sabia, mas o feto estava morto. Demoraram para descobrir e para operá-la. Houve falta de atendimento, muitas horas de espera, e ela veio a falecer cinco dias depois por hemorragia interna. Agora, passados mais de cinco anos, o caso levará o Brasil a ser julgado, pela primeira vez, pelo comitê da Organização das Nações Unidas.

Este, o requerimento que estamos colocando aqui para aprovação.

Aqueles que concordam...

v. Exª deseja encaminhar? (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Ana Rita para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiro, quero parabenizar nossa Senadora Ângela Portela, que tem se empenhado muito para garantir uma agenda que atenda às necessidades da mulher brasileira nesta Casa. Então, parabenizo-a por isso.

Em segundo lugar, quero parabenizá-la pelo requerimento, pois situações como essa, Senadora, com certeza acontecem muito. Esse é um fato que possivelmente vai ilustrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai apurar como os órgãos públicos estão atendendo as mulheres, claro que mulheres vítimas de violência. Mas não deixa de ser uma violência contra a mulher um atendimento que não assegura a essa mulher um parto no tempo desejado, no momento certo. Embora o feto já estivesse morto, o que levou a mãe a óbito foi a demora da retirada do bebê. Isso não pode acontecer. Sabemos as dificuldades que o sistema de saúde ainda enfrenta em nosso País, particularmente no que se refere à saúde da mulher.

Então, tem todo o nosso apoio o requerimento de V. Exª; quero parabenizá-la pela iniciativa e dizer que estaremos juntas nesta caminhada, fortalecendo esta luta a cada dia que passa.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados.(*Pausa.*)

Aprovado.

Vou fazer a leitura do segundo requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CDHSPDM

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o Senhor Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Alves de Souza, para expor as atividades dessa nova pasta, com especial ênfase na saúde da mulher indígena, devido à transferência da Saúde Indígena da Funasa para o Ministério da Saúde.

Então, esta Comissão vai discutir prioritariamente um momento especial da saúde indígena, que até então vinha sendo executado pela Funasa e que, agora, já está em encaminhamento do Ministério da Saúde

para que seja assumido definitivamente pela Secretaria Nacional de Saúde Indígena.

O Dr. Antonio Alves tem todas as condições de mostrar para esta Subcomissão da Mulher o funcionamento, a estrutura desta nova Secretaria que está sendo criada no âmbito do Ministério da Saúde para que a gente possa, com o bom funcionamento dessa Secretaria e com a otimização dos recursos destinados para a saúde indígena, beneficiar as populações indígenas.

Nós temos dados estatísticos claros sobre a importância de um investimento maior na saúde indígena da nossa população. E destaco, aqui, o nosso Estado, Roraima.

Assim, com a presença do Dr. Antonio Alves, Secretário Nacional, nós queremos debater as melhorias para o atendimento à saúde especialmente nas comunidades indígenas e das mulheres indígenas brasileiras.

Aqueles que concordam com a aprovação deste requerimento permaneçam sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria de, agora, dar início à nossa audiência pública nos termos do Requerimento nº 1, de 2011-CDHSPDM, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 4 de maio de 2011, a fim de debater a participação da mulher na política.

Temos como convidados aqui a Ministra de Estado Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; e Natália Mori Cruz, socióloga do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

Convido-as para participarem da Mesa aqui conosco. (*Pausa.*)

Enquanto nossas convidadas se dirigem à Mesa, passo a palavra à Deputada Federal Elcione Barbalho, Procuradora Especial da Mulher na Câmara dos Deputados.

A SRª ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Muito obrigada, Srª Senadora Ângela Portela, que está tomando conta agora da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Quero parabenizá-los por esta iniciativa, e a você, Ana Rita, pela solicitação. E comunico da nossa alegria de poder estar hoje aqui participando e discutindo um pouco esta questão da mulher.

Nós, que assumimos recentemente a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Federal, estamos levando o trabalho com um bocado de dificuldade por falta de infraestrutura. Mas o compromisso e a vontade, Ângela, têm sido muito grandes. Nós sozinhas não podemos fazer nada. Bem se diz que "uma andorinha só não faz verão". Então, tenho, dentro do possível, tentado junto à Mesa da Câmara viabilizar a estrutura de trabalho. Nós estamos com uma funcionária do meu gabinete e outra que já estava lá anteriormente.

Na verdade, desde 2009 essa comissão começou a funcionar de forma precária. Depois vieram as eleições e não foi possível fazer absolutamente nada. Lamentavelmente, as duas Deputadas que tinham passado por essa procuradoria não conseguiram a reeleição. Esta é outra coisa sobre a qual temos que refletir, pensar um pouquinho sobre o porquê de as mulheres não terem esse espaço garantido já que somos 52% do eleitorado nacional. Por que a resposta não é nesse mesmo sentido?

Eu pedi que a Senadora Ângela me desse esta oportunidade porque hoje é um dia difícil para todos nós. Participei de duas comissões, vim para cá e, daqui pouco, tem o Círio de Nazaré e, como sou paraense, tenho que estar lá, tem uma questão da jornada da área de enfermagem... Ou seja: é uma coisa atrás da outra, com uma hora, uma hora e meia. Mas o tema é muito importante. Sinceramente, eu jamais deixaria de vir aqui e dizer que estamos juntos nesta participação.

Quero, sinceramente, Ângela, que vocês encontrem Senadoras e Senadores que participam. A mulher hoje tem que ser vista como um ser que integra a sociedade; nossa sociedade é feita de homens e mulheres. Esta questão da violência é muito preocupante. Hoje, nossos filhos, esta nova juventude, esta turma que está chegando está quase que reproduzindo a violência a que assiste dentro de casa. É onde está a maior incidência de violência: dentro do lar. Principalmente, nos fins de semana, quando as coisas pioram.

Agora, recentemente, mais uma vez, o Pará foi palco de violência desnecessária e absurda lá na Helena Fragoso. Eu digo que fiquei pasma ao saber. Depois que acontece o fato, vem à tona com a divulgação pela imprensa, e aí a gente vai sabendo. Ali estavam mães levando suas crianças adolescentes para pagar dívida de droga; elas eram usadas sexualmente de forma brutal, como foi o caso agora dessa moça de 14 anos. Enfim, ficamos patinando, fazendo frentes, nos reunindo, chamando autoridades. Porque isso não é só políticos. Sempre acusam os políticos.

Eu até conversava com uma desembargadora que me dizia: "Mas, Deputada, a culpa não é nossa, são vocês que fazem as leis". É uma coisa insana e muito difícil esta questão do combate e do enfrentamento.

Eu quero dizer que por ocasião da criação da Procuradoria da Mulher, nós elegemos a questão da Lei Maria da Penha. Sabemos das dificuldades de implantação, da retaguarda, enfim, precisa não só ser uma das três melhores mundialmente reconhecida, mas que ela se faça, que se implante. Que a gente possa procurar a Lei Maria da Penha no caso que não só diz respeito à mulher, mas também em relação à

violência em si, que é isso que nos preocupa, homens e mulheres.

O que vamos fazer agora? Vamos sair para os Estados porque para nós não interessa que a gente fique só aqui na área federal, que só a Câmara assuma esse compromisso, essa responsabilidade de denunciar, de encaminhar. Nós precisamos ir para os Estado, descentralizar, procurar as assembleias legislativas, procurar governadores, as áreas de segurança, Ministério Público, enfim, todos os que estão envolvidos na nossa sociedade para que possamos juntos caminhar neste sentido de fazer esse grande mutirão da Penha, como estamos chamando.

Temos mantido contato com a Maria do Rosário, com a Iriny, enfim, estamos fazendo um trabalho articulado. E elas vão, principalmente a Iriny, colocará um técnico para nos acompanhar nesse mutirão para que possamos visitar todos os Estados.

Temos agora um projeto do Banco Mundial, recentemente conseguimos uma verba de 100 mil dólares, eles mesmos administraram, fizemos um evento aqui, chamamos Deputados e Senadores, as pessoas envolvidas nessa questão. Representantes dos Estados, frentes de combate, Cfemea, enfim, todos aqueles que têm interesse e que estão trabalhando junto conosco. Esse projeto do Banco Mundial é um planejamento estratégico da Procuradoria da Mulher na Câmara, é um compromisso institucional. Nós estivemos recentemente no Banco Mundial, em Washington; está havendo interesse muito grande dessa participação, até porque o relatório de 2012 do Banco Mundial vai ser direcionado à questão de gênero. Então estamos tendo esse apoio, essa retaguarda muito importante para nós.

Uma coisa de que a gente se ressente são os dados necessários. Nós trabalhamos com dificuldade em cima de dados. Isso é muito importante para podermos detectar, para podermos nos basear neste contexto de dados a fim de que possamos trabalhar também nesse direcionamento.

Curso de formação de gêneros. Nós estamos também querendo fazer, pedindo recursos para o Banco Mundial dentro da área do Legislativo. Isso para nós, sem dúvida nenhuma, é importante.

E o projeto de resolução que eu acabei de falar agora. Na verdade, para criar estrutura da Procuradoria da Mulher na Câmara Federal, isso já está na Mesa da Câmara e se espera que, com a maior brevidade de tempo possível, isso seja solucionado.

Acima de tudo quero cumprimentá-la e cumprimentar todos aqui. Quero deixar o meu abraço a Iriny, que ainda não chegou. Terei que me ausentar, mas agradeço por esse espaço.

Tenho o maior carinho e o maior respeito pela sua pessoa, pela sua atuação como mulher, como política; você sabe da nossa luta na Câmara Federal. Fiquei muito feliz de saber que você estaria, agora, dentro do Senado, que é um espaço muito mais em condição de discutir esse direcionamento.

Enquanto lá nós somos 513, vocês, aqui, são 81. E nós lutamos para fazer um pronunciamento, para lutar, mas as dificuldades são muito grandes e você sabe muito bem.

Então, quero também cumprimentar a Ana Rita mais uma vez, dizendo que estamos à disposição lá para que nós possamos, juntas, nesse segmento, e nós temos feito o que é possível e o que impossível, mas, graças a Deus, vontade não nos falta.

A participação da mulher na política é importante, a questão do empoderamento e também a equidade de gêneros são pontos que nós estamos buscando, encaminhando e se entrosando.

Sempre digo que, nessa questão da política, se a mulher não tiver o seu espaço garantido, não será o homem que vai se interessar de uma forma diferenciada, como nós fazemos, de defender o nosso espaço.

Queria pedir a todas nós aqui presentes... Eu andei como Presidente do PMDB Mulher Nacional e uma das coisas que nós detectamos na questão da política foi o porquê de a mulher não se candidatar; as dificuldades cada vez maiores, fundamentalmente da situação financeira, para você bancar uma campanha eleitoral.

Quanto ao financiamento público de campanha, que nós pudéssemos abrir esse espaço para uma discussão mais ampla, porque isso vai nos inviabilizar. Nós encontramos mulheres com valor incomensurável, dedicadas, arrojadas, aguerridas, mas que, na hora que você chama para que ela participe também nesta questão como cooperadora, como Deputada Federal, enfim, até mesmo na questão da gestão as dificuldades, terminam na questão da dificuldade financeira.

Quero deixar o meu abraço, pois vou me ausentar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – O que foi que houve minha amiga? (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Normalmente isso é futebol no final de semana, como os homens dizem quando aparecem assim. Mas acredito que tenha sido muito trabalho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Estou falando aqui, minha companheira, minha amiga, Ministra Iriny, que estou com dois eventos agora, simultâneos, mas vim aqui para marcar a minha presença.

Falei do trabalho que estamos fazendo, articulado, o que nós pretendemos fazer, a articulação que estamos fazendo com os teus funcionários do Ministério, o gabinete e a Procuradoria.

Quero te parabenizar por esse entrosamento e pela sua determinação no que diz respeito a nós mulheres, ao nosso trabalho.

Contem sempre comigo todos vocês. Nós estamos prontos para trabalhar juntas.

Muito obrigada.

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Deputada Federal Elcione Barbalho, por sua participação aqui, nesta audiência pública que está discutindo a participação da mulher na política.

Queria também registrar aqui, nesta Subcomissão, a importância do trabalho que a Deputada Elcione realizou como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos Deputados, e como Presidente do PMDB Mulher.

A Deputada Elcione é uma defensora das causas da mulher, ela que vem de um Estado onde, como tem sido registrado nos últimos dias na mídia, ocorrem casos extremos de violação dos direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres.

Então, tenho absoluta certeza de que ela está engajada nessa causa que foi divulgada recentemente na grande mídia nacional, ocorrida nos presídios do Pará, com reincidência inclusive. Têm sido recorrentes essas notícias de violação dos direitos das mulheres nos presídios do Estado do Pará.

Tenho certeza de que a Deputada, como representante daquele Estado, tem se dedicado no sentido de buscar instrumentos, de buscar condições para amenizar esse problema grave que afeta o seu Estado.

Muito obrigada pela sua participação.

Gostaria de registrar a presença da Deputada Federal Rosane Ferreira, do PV do Paraná, que está conosco aqui, e também da Deputada Federal Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, que também esteve conosco na Subcomissão para também estar atenta aos problemas relacionados à mulher brasileira.

Quero registrar a presença entre nós da nossa Ministra de Estado da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a Ministra Iriny Lopes.

Muito obrigada Ministra, que, mesmo na cadeira de rodas, está aqui, firme, para participar conosco e para abrilhantar esta audiência pública para debater a participação da mulher na política.

Penso que essa audiência pública é extremamente oportuna, porque é o momento em que a Comissão Mista do Orçamento está discutindo os recursos do Orçamento para 2012 e também porque está sendo discutida, tanto na Câmara como no Senado, a reforma política.

É preciso que nós, como Senadoras e como Deputadas, estejamos bem engajadas nessa luta, envolvendo os movimentos sociais, o Poder Executivo, para fazer aquela pressão necessária para que nós possamos ter um resultado concreto e que possa ampliar a participação da mulher na política, a representação política da mulher.

Nós temos hoje apenas 10 Senadoras. Iniciamos a Legislatura com 12 Senadoras, mas hoje nós temos 10 Senadoras. Na Câmara Federal, entre os 513 Deputados, nos temos apenas 49 mulheres. Nós temos duas Governadoras de Estado. Nas Câmaras Municipais e nas Assembléias Legislativas, é também reduzido o número de mulheres na representação política.

Então, é um momento muito oportuno de nós estarmos discutindo, debatendo esse tema, porque nós valorizamos muito e já discutimos nessa Subcomissão, em outros momentos, o combate à violência doméstica e familiar. Nós temos presenciado o esforço imenso da Ministra Iriny Lopes para diminuir esses problemas da violência, a luta dela para conseguir recursos, para ter recursos orçamentários para dotar Estados e Municípios da infraestrutura necessária para a Lei Maria da Penha, efetivamente, funcione e as mulheres vitimizadas possam procurar os instrumentos, as Delegacias Especializadas, as Defensorias Públicas, as Procuradorias e os Juizados e possam ser bem atendidas.

Infelizmente, temos notícia de que as Delegacias Especializadas das Mulheres estão é diminuindo. Há Estados que estão fechando as delegacias. Esse é um fato lamentável. Dos 5. 665 Municípios brasileiros, menos de 400 têm Delegacias Especializadas, e ainda se tem notícia do fechamento dessas delegacias.

Então, mais do que nunca é necessário essa mobilização, esse comprometimento e envolvimento do Congresso Nacional, da sociedade civil organizada e do Poder Judiciário para que possamos amenizar essa grave situação de violência contra a mulher e também trabalhar para a maior participação da mulher na política.

A mulher, tendo maior representatividade ela, sem dúvida nenhuma, vai estar mais atenta a esses temas e vai lutar para que esses problemas sejam reduzidos em nosso País.

Gostaria, Ministra, de passar a palavra agora para a autora do requerimento de realização desta audiência pública, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Somente e rapidamente, porque nós queremos ouvir as nossas convidadas, ouvir a nossa Ministra, a Natalia Mori, so-

cióloga do Cfemea, mas dizer que estamos com uma expectativa com relação a essa audiência para discutirmos, de fato, o papel da mulher na política, considerando que estamos num processo de construção, de definição da reforma política aqui, no Senado e na Câmara, considerando que, na Comissão Especial do Senado, nós tivemos alguns avanços, que consideramos importantes, mas que, na Comissão de Constituição e Justiça, esses avanços, acabaram não prevalecendo.

É preciso que nós reflitamos um pouco sobre isso e, com o apoio de vocês, da sociedade civil, que nós possamos assegurar no Plenário, mesmo na Câmara dos Deputados, uma reforma política que atenda os interesses minimamente da sociedade e, particularmente, das mulheres que somos a grande maioria da população brasileira e que temos grande interesse em alterar as regras para que as mulheres possam participar efetivamente da vida política deste País.

Então, queremos receber de vocês, também, uma contribuição neste sentido.

A minha fala introdutória seria neste sentido, ao mesmo tempo em que agradeço a presença da nossa Ministra. Sabemos do trabalho que S. Exª vem fazendo à frente do Ministério, do grande esforço e, mesmo com o pé engessado, está presente em todas as atividades.

Assim, quero agradecemos muitíssimo a presença da nossa Ministra, agradecer a presença também da Natália, do Cfemea, que está aqui hoje.

Eram essas as minhas palavras introdutórias. Depois participarei dos debates.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela – Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Passo a palavra agora, dando continuidade à nossa audiência, para a socióloga do Cfemea, Natália Mori Cruz, que tem 15 minutos.

A SRª NATÁLIA MORI CRUZ – Bom dia!

Primeiro gostaria de agradecer o convite, o requerimento também, que como a Senadora Ana Rita falou, nós estamos num momento bem oportuno para fazer essa discussão. E também não poderia deixar de falar que a data de hoje e uma data de luta e de conquistas para o movimento feminista. O dia 28 de setembro é o dia, na região latino-americana e caribenha, da luta pela descriminalização do aborto. Então, mais do que oportuno estar aqui falando, por isso que estou com um adesivo: "O que é pecado para alguns pode não ser para todas". Assim, demandamos o tema do aborto legal e seguro.

Acho que não é um tema que não faz sentido. Na nossa compreensão, falar de política e de poder também significa falar de uma perspectiva de direitos das mulheres. Então, não só a participação política, mas o que demandar, o que esperar e o que fazer com mulheres eleitas, com mulheres políticas em defesa dos direitos das mulheres em geral.

Tem tudo a ver a discussão de uma agenda democrática com a discussão dos requerimentos que foram aqui apresentados, como a discussão sobre morte materna, que tudo a ver com a criminalidade do aborto, por exemplo, na nossa região e que tem haver com a proteção das mulheres em situações de violência – outro tema de requerimento que foi aprovado aqui, nesta Subcomissão, agora – e também o próprio tema da reforma política.

Este é o tema principal sobre o qual vamos falar aqui, que é a expectativa do requerimento desta audiência, mas pretendo falar um pouco de uma mulher política, que, contudo, faz política de outro lugar, do movimento social.

Temos uma baixa representação das mulheres na política institucional representativa, mas, em outros espaços de se fazer política, como no movimento social, as mulheres estão bem representadas.

Então, esse diálogo entre movimento social, parlamentares e gestoras também é uma forma de construir democracia, de radicalizar o nosso poder e de um diálogo para discutir plataformas feministas e os direitos das mulheres. Falar sobre isso é um pouco da minha intenção aqui, hoje. Pretendo fazer um caminho, um percurso para chegarmos à discussão do que está acontecendo aqui dentro, no debate da reforma política.

Para o movimento feminista, para o movimento das mulheres e, principalmente, o movimento que busca a transformação social, o tema de democratizar poder, de política é essencial. Acreditamos que um dos pilares de um modelo patriarcal ou de uma discussão sobre dominação de gênero, classe, raça etc. é negar às mulheres a participação política; é negar a autonomia, a liberdade sexual, a autonomia reprodutiva; é negar o reconhecimento de direitos. E se nada disso, via mecanismos institucionais, resolve, a própria violência contra as mulheres é um fator, uma forma de tentar colocar as mulheres num papel de submissão. Então, todos esses assuntos estão muito bem conectados e dialogam.

Do ponto de vista de quem está pleiteando o tema da participação política, nos interessa sempre aliar esse discurso dos direitos das mulheres, de plataformas que buscam transformar a realidade e a condição das mulheres.

A mera ocupação de lugar por mulheres não nos interessa se não vem associada a uma discussão nos seguintes termos: "Para que estou no poder? Qual é o meu projeto político? Qual é o projeto de vida que podemos transformar? Quais os projetos das mulheres que podemos transformar, uma vez em lugares de

poder, de decisão e podendo influenciar uma pauta de agendas nacionais?"

Então, essa associação entre política de presença e de conteúdo, de ideias é essencial e fundamental. Neste sentido nós temos de fortalecer esses espaços, desde a Câmara, na Procuradoria da Mulher, como a Deputada Elcione falou, como aqui, esta Subcomissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, porque são espaços que nos permitem dialogar, ter uma entrada, o movimento social, para construir de forma conjunta o que as mulheres estão pleiteando para a melhoria da sua vida cotidiana, no seu dia a dia.

Então, essa aliança entre ideias, conteúdo e presença para nós é fundamental, até porque precisamos ter diversidade.

Se as mulheres que forem eleitas, como a própria Deputada Elcione comentou, não alterarem algumas questões estruturantes do nosso próprio sistema político, podemos vir a ter só um segmento de mulheres eleitas e representadas na Câmara, que é quem acessa recursos, que é da elite política, e isso pode deixar de fora toda uma diversidade de mulheres cujos pleitos podem não está sendo ouvidos.

Por isso que é sempre importante nós fazermos sempre esse diálogo.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela – Bloco/PT – RR) – Vou apenas interrompê-la um pouquinho, porque gostaria de chamar para presidir a Mesa a Senadora Ana Rita, autora do requerimento, uma vez que terei de me ausentar por alguns minutos em virtude de uma audiência com a Ministra Carmem Lúcia no Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de convidar a Senadora Ana Rita para presidir esta audiência pública.

Pode continuar, minha querida.

A SRª NATÁLIA MORI CRUZ – Então, essa é uma questão.

Do ponto de vista do movimento social feminista, nós estamos muito articulados com a plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político, que é um grupo de vários movimentos sociais, não só de mulheres, que vêm, desde 2005, pensando uma agenda para reformar o sistema político. Não queremos só mudanças no momento eleitoral ou dentro dos partidos, mas como é que nós podemos pensar em mudanças para melhorar a nossa democracia representativa, a democracia participativa direta e o próprio sistema de comunicação e o Poder Judiciário. Esses são cinco eixos desse grupo, dessa plataforma em que nós vimos discutindo sobre a participação e a necessidade de alterar as regras do jogo, de discutir os sentidos do poder e da política.

Dentro dessa plataforma, pensando o tema da democracia representativa, que é o que mais nos interessa, porque estamos num espaço de exercício da democracia representativa, nós temos pautado a defesa de algumas questões que são essenciais para o aumento da participação política das mulheres.

Uma delas, por exemplo, é a defesa da lista fechada com paridade, com alternância entre os sexos. Não falamos mais em 30%; nós queremos metade. Afinal, somos a metade da população brasileira e nós temos de começar a demandar o que nos é justo e o mínimo possível – ou o máximo – e ver o que é possível ser negociado.

Depois vou falar sobre isso, que é uma preocupação com relação à proposta do Deputado Henrique Fontana, que tem toda uma movimentação para acontecer na próxima semana, inclusive a votação do seu relatório.

Outra discussão, que embora não esteja nessa lista, é não só a observância da paridade, mas, também, a observância da presença da população negra, a presença da população indígena, que os partidos deveriam considerar no momento de formação das listas partidárias.

Nós também defendemos algumas questões, desde 2009, quando o Congresso aprovou a última mudança no âmbito da reforma eleitoral. Ali nós já pleiteávamos algumas questões que não foram aceitas. Foi um momento bem interessante quando vimos à diferença que foi a luta das Parlamentares da bancada feminina em fazer o debate e como os Parlamentares, companheiros homens, literalmente ridicularizavam as propostas, eram desrespeitosos com pessoas e com representantes, nada mais nada menos, como Luiza Erundina, uma das Deputadas de maior... Se há alguma Deputada que nós podemos falar de maior trajetória e tempo de mandato, de experiência de prefeitura, ela era uma das principais interlocutoras desse processo e ouvia coisas que não vale a pena mencionar.

Mas, desde aquele momento, já se falava da necessidade de paridade na lista fechada; falávamos da necessidade de recursos do fundo partidário para a promoção da participação política feminina. O que nós conseguimos foi 5% dos recursos, que foi muito pouco divulgado. Nas últimas eleições, nenhum partido se utilizou disso, e a lei diz que, se não utilizar esse recurso, no próximo pleito eleitoral há uma multa e, ao invés de 5%, serão 7,5% e assim vai – é crescente.

Então, essa é uma medida de que as mulheres têm de tomar consciência e saber ocupar esse lugar, porque já nesse pleito a multa é outra; no próximo, se não utilizar, vai aumentando, e assim por diante.

Tempo de TV e propaganda, nós também demandamos. E foi uma medida de 10%. Foi muito insuficiente o que foi aprovado, e só durante o pleito eleitoral. E nós falávamos também da vida cotidiana e partidária, porque nós não fazemos política somente no momento das eleições, até para não ficar refém dos discursos que sempre se utilizam de que as mulheres não têm interesse em fazer política, o que é uma mentira. Nós sabemos que há impeditivos reais para a maior participação.

Dentro dessas dificuldades – e vou falar muito rapidamente, porque acho que não há muita necessidade –, nós acreditamos que as regras do sistema eleitoral não permitem a participação dos grupos, não só das mulheres, mas dos grupos que sempre estiveram excluídos das instâncias do poder, seja a população negra, seja classe a trabalhadora, seja a população LGBT, os jovens; enfim, quem nunca teve condições de acesso igualitário à espera pública tem dificuldades de ter acesso a essas instâncias.

Nós temos, no caso das mulheres, a questão da divisão sexual do trabalho. Enquanto o Estado brasileiro não reconhecer que é dever do Estado, da família, das empresas, não só das mulheres, a divisão do que acontece em termos de cuidados familiares com crianças, pessoas idosas, doentes e continuar a sobrecarga sobre as mulheres, qual é o tempo que elas vão ter para fazer política?

Chegam, conseguem, têm a conquista do mercado de trabalho, saem para trabalhar, mas voltam para casa com uma sobrecarga de trabalho doméstico que torna impossível qualquer espaço de tempo para o exercício de atividades sindicais, de atividades políticas, atividades comunitárias etc.

Enfim, é uma série de questões para a qual nós temos de atentar.

Com relação às propostas que estão acontecendo aqui no Congresso – e vou falar um pouco mais da Câmara, porque está mais na minha cabeça –, na semana que vem, o Deputado Henrique Fontana quer votar o seu relatório na Comissão Especial de Reforma Política. Um dia antes, haverá um ato político, com a presença do ex– Presidente Lula, para pedir apoio ao relatório. Daí vocês imaginam a construção que está sendo feita para a aprovação desse relatório.

O relatório tem pontos muito importantes, sim, e, do ponto de vista da participação das mulheres, fundamentais. Vou me fixar na questão do financiamento público exclusivo, porque essa é a maior propaganda do Deputado Henrique Fontana. E isso, de fato, é uma mudança muito efetiva e muito importante.

A forma como ele coloca tem lá critérios, regulamentação sobre como é que vai funcionar o financiamento público exclusivo, e isso, de fato, é uma medida importante, não só para o sistema político em termos de – e é óbvio que isso é importante – combate à corrupção, de maior transparência em acesso a recursos, mas essa medida é muito importante para equalizar acesso a esses grupos que nunca estiveram na esfera pública. Isso porque, se você pensar no caso das mulheres, mais de 95% da propriedade mundial ainda está na mão dos homens. Então, as mulheres já têm mais dificuldade pelo patriarcado, por toda dominação, pelo machismo etc., de acessar os recursos.

Os homens já estão há mais tempo nas esferas públicas, então são mais conhecidos, dialogam, conhecem empresários, para ter acesso a seus recursos privados, o que também facilita.

Então, essas pessoas – mulheres, jovens, negros, todas as populações que têm pouco tempo de exercício da cidadania pública – têm muito mais dificuldade de acessar recursos, afora que, a cada mandato, a cada corrida eleitoral, o preço de uma campanha é algo assim antiético, eu acho, para um País que tem tantos problemas de desigualdade social e de renda como o Brasil.

Então essa medida do financiamento público exclusivo... Hoje, ele é misto. As pessoas falam: "Ah, mas a gente vai ter que financiar?" Sim, já hoje a gente financia. Hoje, ele é privado e público. Então, a defesa é no sentido de que ele seja apenas público, e os partidos é que vão regulamentar a forma de acessar isso. É claro que as mulheres vão ter que estar muito conscientes e no pé dos seus próprios partidos para poder ver como vai ser essa divisão. Mas essa medida é uma medida fundamental para ampliar a participação política das mulheres.

Agora, o principal problema do relatório do Deputado Henrique Fontana com relação à proposta de participação política das mulheres é o sistema misto de voto, que ele está propondo: voto em lista aberta e voto em lista fechada.

Então, como é que vai funcionar isso?

Vamos supor que, em algum Estado, um partido, pelo coeficiente eleitoral, eleja oito pessoas. Então, primeiro, nós, eleitores e eleitoras, vamos votar duas vezes: vamos votar numa lista, que é definida pelo partido, e também nominalmente, numa pessoa. O que – e a gente fez muito essa discussão na plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político – acaba ficando muito dúbio e parece que o sistema enfraquece a ideia do outro. Porque, se você quer fortalecer o partido para conjugar com políticas como financiamento público exclusivo, como é que você vota numa lista e, depois, você vai continuar personalizando o seu voto, votando naquela outra pessoa. Então, já

vejo uma contradição um pouco aí nesse início. Então o eleitor, a eleitora vai fazer essas duas escolhas.

Então, como é que vai funcionar para esses oito eleitos?

Vamos pegar um partido que conseguiu oito cadeiras. A primeira pessoa vai ser a primeira mais votada da lista aberta. Então, vamos supor que, dadas as dificuldades ainda, seja um homem, que é o mais comum, os mais votados ainda – apesar de hoje em dia a gente já ter muitas mulheres muito bem votadas. Aí, vem para o segundo nome, que vai ser o primeiro da lista fechada. E a proposta dele não é de paridade; são dois sexos para cada um. E vamos considerar também que vai ser outro homem. Então, vai ser um homem, um homem e uma mulher. Vamos supor assim, sendo bem boazinha, uma lista de dois homens e uma mulher, dois homens e uma mulher. Então fica: um voto em lista aberta, um voto em lista fechada; um voto em lista aberta, um voto em lista fechada. Se não for eleita nenhuma mulher no voto aberto, na 6ª posição pode vir, pela questão de dois para um, uma mulher eleita.

Então, de fato, isso nos preocupa muito. A gente dialogou bastante; o Deputado chamou a plataforma para conversar, e a gente falou dessa preocupação de que, pelo menos na lista fechada, no voto misto, houvesse a paridade, se quer chegar perto de ampliar uma participação política. Mas isso ele não acatou nem vai acatar; ele queria é muito mais pedir o apoio político.

Então, em que pé estamos? Acho que isso é importante até para a gente ver, até para as bancada feminina atuar. Se não votar o relatório, se for rejeitado, a discussão na Câmara se encerra, e, aí, não tem mais reforma política, pelo menos nesse ano parlamentar não se vota o tema.

Aqui, no Senado, as discussões estão sendo feitas na Comissão também, e todas estão sendo perdidas, porque está bem difícil a situação.

Então, o movimento social está tendo a iniciativa, a estratégia de pedir o apoio para a continuidade do debate – o relatório tem coisas positivas, sim, como a questão do financiamento público, que eu diria que é o maior ganho; e continuar demandando as alterações que são importantes para as mulheres, como é a questão da lista paritária, só até a lista fechada, mesmo que isso não vá para frente.

Agora, uma vez o relatório sendo aprovado, ele vai para o Plenário, e, ali, ele está sujeito a novas emendas.

Em 2009, com a minirreforma eleitoral, foi graças à atuação da bancada feminina, com o Movimento Feminista, que esteve aqui – a gente reviveu as sufragistas e a gente quer trazê-las de volta na semana que vem –, quando a gente conseguiu subir com cartazes e faixas, junto também com a Secretária de Políticas para as Mulheres, que estava fazendo uma comissão para revisar a lei de cotas, então essa articulação de mulheres, movimento social, Estado, gestoras e parlamentares, senão fosse essa ação, nem o pouco que a gente conseguiu em 2009 teria sido acolhido.

É super importante a gente fazer essa mesma movimentação. A bancada feminina, por exemplo, fazer emendas à proposta do Deputado Henrique Fontana se, uma vez aprovado na Comissão, chegar também ao Plenário.

Esse é um ponto que está também na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, onde também está correndo a proposta da Frente Parlamentar pela reforma política com participação social. Se não a única, é uma das poucas frentes que têm integrantes dos movimentos sociais junto com os Parlamentares – o Cfemea participa; a Articulação de Mulheres Brasileiras também. E a gente tem uma proposta que está em discussão na Comissão, está com a relatoria da Deputada Erundina, que também vai muito de acordo com as propostas que o movimento social defende.

A gente quer fazer votar esse relatório também junto com o relatório do Deputado Henrique Fontana para criar um debate político em torno disso.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª NATÁLIA MORI CRUZ – Sei que tenho que encerrar, pelo tempo, mas quero só terminar deixando uma indignação: hoje, com relação ao tema dos direitos das mulheres, a Comissão de Seguridade Social e Família estava em pauta com um projeto que visa tornar aborto um crime hediondo. Isso significa colocar no mesmo rol e patamar o estuprador e a mulher que aborta, por exemplo, o fruto de um estupro.

Então, como integrante de uma organização feminista que pensa em todos os direitos das mulheres, não poderia deixar de manifestar a minha indignação com relação ao conteúdo dessa proposta e dizer que, para a participação política e efetiva das mulheres, a discussão do Estado laico também é fundamental e super importante.

Então, eu espero que, nesse sentido, a Casa compreenda que votar projetos de lei que falam com discursos de Bíblia ferem a constitucionalidade do Estado Democrático de Direitos. Que a gente tenha que garantir a liberdade religiosa individual de crença e de culto de todo mundo e não usar uma fé para sobrepor uma verdade em cima do bem estar de todas as populações. E isso, ultimamente é uma preocupação enorme das mulheres, do Movimento Feminista no Congresso Nacional: a tentativa de criminalização recorrente aumentar cada vez mais com esse tema do aborto.

Então, queria só registrar essa queixa. Quem sabe a Subcomissão pode fazer um debate, também

quando for falar da morte materna, como foi o caso, a situação dessa menina que acabou morrendo. A gente também estava acompanhando um caso em Natal, que também seria um excelente caso para levar para a corte internacional, que era um feto sem viabilidade, ele pediu antecipação terapêutica do parto, ela que corria risco de vida com a gravidez. A Justiça do Estado do Rio Grande do Norte negou o direito. Ela veio a morrer no momento do parto. Então, não só a criança não tinha a viabilidade – o feto, que não é criança, eu sou mãe, posso falar –, como colocava em risco a vida dessa mulher, e ela morreu em decorrência de uma negligência do Estado brasileiro. Só para registrar essa queixa.

Obrigada.

(*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos muito a presença da Natália Mori Cruz, socióloga do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), pela contribuição que trouxe aqui.

Antes de passar a palavra para a nossa Vice-Presidente da Subcomissão em Defesa da Mulher, aqui da Comissão de Direitos Humanos, eu quero apenas fazer alguns registros.

Primeiro, Senadora Lídice, já passaram por aqui algumas Deputadas, a Deputada Federal Elcione Barbalho, do PMDB do Pará; passou também por aqui a Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco; estão aqui as Deputadas Rosane Ferreira do PV do Paraná, e também a Carmem Zanotto, do PPS de Santa Catarina.

A Senadora Marta, neste momento, está presidindo sessão, porque hoje temos sessão especial, que começa ao meio dia – ontem hoje e amanhã, por causa justamente da reforma política –, mas ela, na primeira oportunidade, estará aqui conosco.

Vou passar agora a presidência dos trabalhos...

A SRª ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

A SRª ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Rapidamente, eu apenas quero justificar a nossa estada aqui, mas tanto eu como a Deputada Carmem teremos que abrir o Seminário da Enfermagem e estamos sendo monitoradas por lá.

Eu só quero, então, para que não fique uma situação desagradável, dizer que nós viemos firmar nosso compromisso com a reforma política, com a participação das mulheres na política e parabenizá-la por este momento.

Infelizmente, a qualquer momento, nós teremos que deixar esse ambiente. Eu quero já deixar justificada a nossa saída. Espero que demore lá para que possamos ouvir os componentes da Mesa, Ministra.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Quero, então, passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da Subcomissão em Defesa da Mulher aqui da Comissão de Direitos Humanos.

Senadora Lídice, por favor, assuma aqui a Presidência dos trabalhos de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Boa tarde a todas as companheiras e todos os companheiros aqui presentes. Saúdo a nossa Ministra Iriny Lopes, a nossa companheira de lutas, Natália.

Quero dizer às Srªs Deputadas que nós compreendemos, pois aqui, no Senado, há o mesmo movimento. Eu vim assumir a Presidência em função da necessidade de a Presidente se ausentar; e, para fazer isso, me ausentei da Mesa de outra Comissão e de um seminário que eu estava presidindo na Comissão de Educação. E essa é a movimentação mesmo.

Estou aqui também sentido a necessidade e passar a palavra logo a nossa Ministra Iriny Lopes, que também está integrando um seminário político que ocorre sobre políticas para as mulheres, onde ela precisa está presente.

Então, isso tudo é registrado pelas câmaras da TV Senado para que não se diga que, por um acaso, as mulheres aqui abusam na comida. Geralmente, como a Ministra está fazendo, foi chamada para um evento, que, diga-se de passagem, embora lhe tenha tirado o direito de almoçar, é pela causa justa de conquistar outros direitos.

Obrigada.

A SRª IRINY LOPES – Boa tarde a todas as companheiras e companheiros aqui presentes.

Quero parabenizá-los pela realização desta audiência e agradecer o convite da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, aqui da Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pela nossa companheira Ângela Portela, à proponente da audiência, Senadora Ana Rita, minha companheira, do meu Partido, do meu Estado e minha amiga pessoal. Quero cumprimentar a Senadora Lídice, que, além de companheira de luta, mulher, nós já fomos Deputadas juntas.

Nós temos muito orgulho de a Lídice já ter sido prefeita de uma capital importante; foi constituinte. Então, com uma ampla folha de serviços prestada ao povo brasileiro e ao povo da Bahia. É a história, a confirmação e o testemunho da mulher na política..

(*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

A SRª IRINY LOPES – Cumprimento a Natália, também nossa companheira de muitas jornadas, a partir do seu campo de atuação e da sua militância feminista; cumprimento as Deputadas Carmen e Rosane, nas pessoas de quem cumprimento as Deputadas que já passaram por aqui, Elcione e Luciana.

Não gostaria de fazer uma fala longa, porque estamos com um problema de tempo, mas há algumas coisas que são necessárias serem afirmadas e reafirmadas e que, nesse debate, precisamos ter muito foco, porque a situação brasileira, no que tange à participação política das mulheres, é uma situação ruim. Nosso posicionamento no *ranking* internacional de presença feminina na política tem um dos piores resultados. Nas Américas, estamos em penúltimo lugar, mesmo que, contraditoriamente, tenhamos eleito uma Presidenta da República. Não só elegemos uma mulher presidente, mas uma mulher que se confirma cada vez mais como uma grande liderança dentro e fora do Brasil, derrubando qualquer tese de incompatibilidade das mulheres com a política ou de falta de aptidão das mulheres para com a política e derrubando, inclusive, para nós, mulheres, independente de que partido estejamos, uma tese bastante desonrosa para as mulheres que foi o debate, ano passado, de que a popularidade do ex-Presidente Lula elegeria postes. Popularidade de ninguém, mesmo do ex-Presidente Lula, elege poste. O povo brasileiro tem capacidade de discernimento para fazer as suas escolhas políticas, se movimenta em torno de projetos e propostas. É claro que o apoio de lideranças é muito importante, mas as pessoas não elegem postes.

Acho que isso foi dito porque tínhamos, naquele momento, uma mulher candidata, e essa mulher não só venceu as eleições pelo seu mérito, para além dos apoios que conseguiu, pela sua experiência no Executivo, já provada e comprovada desde a instância do Município de Porto Alegre, onde ela foi secretária, como hoje se confirma como uma grande líder e presidente na integralidade da palavra, não só uma gestora pública, mas alguém que faça política. Dentro e fora do Brasil, como quando da sua passagem pela ONU agora, toca de maneira explícita, clara, em temas considerados espinhosos na política internacional, deixando bastante clara a posição do Brasil como um País que assume, cada vez mais, um papel de liderança no mundo.

Nesse contexto, o debate da reforma política se torna, para todas nós, um tema cada vez mais estratégico.

Nós, mulheres, queremos ampliar a nossa presença na política, mas temos opinião sobre o conjunto da política e não exclusivamente sobre aquilo que nos diz respeito. A primeira coisa a marcar é que o Brasil não pode mais, sob pena de prejuízo no seu avanço democrático e da conquista de liberdades e de políticas públicas que possam crescer sua população, conviver nos marcos legais da política atual, que são restritivos, que privilegiam o poder econômico, portanto, são marcos legais que diminuem a ampliação da democracia. Acho que esses marcos que temos hoje nos levaram ao limite. Não vamos ampliar a democracia para além do que conquistamos com os atuais marcos – não tem como! Na minha opinião, sou Deputada, no meu terceiro mandato, estou licenciada para o exercício do Ministério, mas faço parte deste Parlamento e não acredito que a gente possa avançar mais, alargar o processo democrático brasileiro nos marcos atuais. Nós chegamos ao limite, e tenho a exata dimensão do quanto é difícil um poder se autorreformar.

O ideal, para nós, é que tivéssemos uma revisão constitucional ou uma Constituinte para tratar das reformas necessárias, inclusive da reforma política. Por não termos essa Constituinte ou essa revisão constitucional convocada, nós precisamos ampliar ao máximo as possibilidades, mas esse máximo, para mim, chega ao limite do que é aprovação de uma reforma política.

Portanto, assim como a Natália, reforço a ideia do financiamento público de campanha, não apenas como instrumento regulador da corrupção. Para muito além disso, poderá ser, se aprovado for, um poderoso instrumento de democratizar o acesso à política, acesso de candidaturas do meio rural, em especial as candidaturas do campo popular, para homens, mulheres, negros, negras, índios, índias. Então, isso se torna um instrumento importante, isso se torna um instrumento fundamental para a presença, na política, dos setores que não têm retaguarda financeira para entrar nessa onda das campanhas caríssimas e absurdamente caras que vemos no Brasil e que chamamos de "americanizar" as campanhas, porque as campanhas perdem o eixo do debate político e privilegiam o *show*, o *business,* o *showbiz*.

Fui relatora da minirreforma política que acabou com *outdoor,* camiseta, brinde etc., mas esses recursos foram utilizados de outra maneira. Então, não pode mais *outdoor,* não pode isso, não pode aquilo, mas pode contratação....

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Que é pior do que o *outdoor.*

A SRª IRINY LOPES – Exatamente.

Então, a igualdade nas condições de campanha garante o processo democrático no Brasil. E, para além da importância do controle da corrupção, nós precisamos de instrumentos que possam colocar condições mínimas de igualdade de campanha entre os diversos setores que representam o pensamento

político brasileiro; e, mais que isso, a gente retorne as campanhas ao palco de debate de projetos e ideias e menos recursos financeiros, que determinam, ao fim e ao cabo, os resultados eleitorais.

No método que estamos hoje, não é verdade que começamos todo mundo em igualdade e, no final, se elege. Sabemos, pelo volume, pelo tamanho das campanhas, quem vai conseguir chegar e quem não vai conseguir chegar, e nós somos as exceções – nós da esquerda, nós do campo democrático e popular e nós, mulheres. E por quê? Porque, a prevalecer o método atual, nós continuaremos em desvantagem, porque enquanto um homem consegue R$40 mil para financiamento de campanha através de uma empresa, como hoje a lei prevê, nós ganhamos R$4 mil. Posso falar de cadeira porque cumpri a lei e fui pedir o financiamento, como a lei me faculta, e sei muito bem que os homens ganham mais recursos das empresas dos que nós.

Por que isso? Porque vivemos numa sociedade desigual. A base da compreensão e das mudanças é admitir essa desigualdade e buscar, a partir daí, superá-la.

O fato positivo de termos eleito uma mulher, o fato positivo de que a eleição da Presidenta Dilma força a sociedade a discutir o tema das mulheres, mais do que no período anterior, passa uma falsa impressão de que a igualdade já está atingida, e isso é extremamente perigoso. O fato de discutirmos mais a questão das mulheres, o fato de ampliar mais e de ter mais espaço para esse debate não nos garantiu nenhuma condição de igualdade, porque elegemos uma mulher Presidente a República mas não elegemos metade das governadoras, não elegemos 30%, não vou mais do que isso, do Congresso brasileiro e estamos às portas de uma nova eleição. Não ampliamos o número de deputadas estaduais. Então, não é automático.

Por isso, essa reforma política para nós é fundamental. Nós discutimos com o Relator, meu amigo e companheiro, meu ex-líder Henrique Fontana, a questão da paridade e a necessidade da alternância na lista. Ele tem as opiniões de relator, e o que ele expressa é: "Precisamos aprovar, e vou buscar uma construção para a aprovação, porque considero um passo fundamental na política brasileira aprovar uma etapa da reforma".

Nós continuamos com nossa opinião. Achamos que esta Casa, o Congresso brasileiro, primeiro, precisa aprovar uma reforma política; segundo, precisa suprimir da legislação toda e qualquer possibilidade de discriminação e de condições desiguais na disputa política eleitoral; terceiro, precisamos levar em consideração que as mulheres brasileiras são a maioria da população e do eleitorado, e não há democracia real onde a maioria da população está sub-representada. Por isso, apoiamos emendas no sentido da busca da alternância e da paridade. Isso não significa um confronto com a opinião do Relator; isso significa uma opinião que nós construímos ao longo da nossa militância política e significa...

Senador Suplicy, um grande abraço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ministra Iriny Lopes, seja muito bem-vinda ao Senado.

A SRª IRINY LOPES – Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco PT – SP) – Estão aqui 36 Pataxós-Hã-Hã-Hães que vieram a meu gabinete e até conversei com o Presidente Paulo Paim, da CDH, que achou por bem convidá-los a estarem aqui presentes. Entre eles há 11 mulheres. E seria a oportunidade de a senhora mencionar que também as mulheres indígenas têm direitos iguais em nosso País, porque esse é o objetivo da Presidenta Dilma Rousseff e de V. Exª.

As mulheres podem entrar logo e chegar aqui perto. (*Pausa.*)

Eles vieram em função de um julgamento que iria haver sobre a questão lá do Sul da Bahia. Queriam inclusive falar com a Senadora Lídice da Mata. Portanto, essa é a oportunidade, pois vieram para o julgamento que o Supremo Tribunal Federal faria hoje a respeito da questão deles. Mas foi adiado o julgamento; então, eles vieram ao Senado visitar a Senadora Lídice da Mata, o Senador Walter Pinheiro, e procuraram a mim também e a Comissão de Direitos Humanos, para então...

É por essa razão que peço desculpas por tê-la interrompido.

A SRª IRINY LOPES – Não, os pataxós são sempre muito bem-vindos. Eu quero cumprimentá-los e cumprimentá-las, a todos e a todas. Eu já estou encerrando a minha intervenção. Deputada Rosinha...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª IRINY LOPES – Cadeira de rodas, temporariamente... Estou aqui com meu pezinho fraturado.

Então, quero concluir dizendo que nós precisamos, até para que possamos sinalizar a ampliação da presença das mulheres em outros aspectos da vida pública e privada do País, mais um passo decisivo para a superação da sociedade patriarcal, onde predomina esse preconceito e essa desigualdade, conquistar um novo espaço na política, com condições de igualdade na campanha, e atingir aquilo que, na minha opinião, é necessário atingir: superar a marca da obrigatoriedade de percentual na composição das chapas e passar a ter, definitivamente, a obrigatoriedade de um percentual de cadeiras no Parlamento brasileiro e ampliar as condições também da disputa das mulheres no campo não só das eleições proporcionais, mas das eleições majoritárias e nos níveis dos executivos.

Então, acho que temos que intensificar a mobilização das mulheres. Mobilização nem sempre é a presença física. Hoje nós temos outros instrumentos de mobilização, de opinião. Acho que nós deveríamos procurar espaço em todos os meios de comunicação, e que todas as lideranças, sejam as lideranças políticas, populares, religiosas, possam expressar que este Congresso não pode faltar a esse compromisso com a democracia ao votar a reforma e, na reforma, criar as condições de igualdade de gênero, raça, bem como em outros casos de desigualdades que ainda vivenciamos.

Eu novamente agradeço a oportunidade de estar presente. Infelizmente, não terei condições de permanecer na reunião, porque eu já havia dito que estava fazendo um esforço muito grande, uma vez que estou no meio de um seminário e preciso retornar a ele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª permitiria, Ministra Iriny, apenas que, representando as mulheres indígenas aqui, a Sirlene pudesse dizer uma breve palavra de saudação, em nome dos Pataxós-Hã-Hã-Hães.

A SRª IRINY LOPES – Pois não.

A SRª SIRLENE – É uma satisfação estar aqui. Bom dia. Para mim, eu estar aqui junto com vocês é uma honra, e vocês terem nos recebido. Eu sou uma líder da coordenação de mulheres na minha aldeia indígena, e é onde lutamos pela questão da terra, da educação e da saúde.

Nós discutimos, porque sempre nós, mulheres, temos nosso jeito, nossos filhos, que necessitam, e estamos aqui pedindo o apoio do Senado e de todos os nossos parceiros, que estão aqui para nos ajudar.

Nós estávamos hoje com uma ação de nulidade de título, que estava no Supremo, fomos pegos de surpresa, e estamos aqui, viemos da aldeia e estamos aqui buscando a ajuda dos nossos parceiros.

Agradeço primeiramente a Deus e aos outros parceiros que estão aqui e nos receberam, que eu espero que... Sempre, nós, Pataxós-Hã-Hã-Hães, acreditamos na justiça dos nossos parceiros e espero que nossos parceiros voltem a conversar com a Ministra e voltem a colocar de novo o julgamento na pauta.

Nós estávamos num encontro muito grande, regional, de mulheres indígenas, no povo Xacriabá, em Minas Gerais. Quando soubemos disso aí, viemos imediatamente, às pressas. Estamos aqui já há 15 dias. Estávamos lá nos Xacriabás, de lá viemos para cá e estamos aqui pedindo o apoio de vocês.

Como mulher, peço muito apoio às ministras, que venham nos ajudar, que o povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe, e não só o povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe, mas todos os povos precisam viver livres, sem ser matados, sem ser caçados pelas mãos dos fazendeiros.

E nós, sem a nossa terra, não poderemos viver.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Ok. Eu quero dar as boas vindas a todos os representantes dos Pataxós-Hã-Hã-Hães. Nós já estivemos ontem com alguns dos representantes lá na Bahia, na Assembleia Legislativa da Bahia, na discussão do plano plurianual, com representantes de 14 etnias que estavam lá, e nos comunicaram – acho que tinha alguns, estou vendo aqui, que estavam lá – que estariam aqui hoje.

Nós, além de recebê-los com muita alegria, sabemos que tiveram certa dificuldade de entrar no Senado, mas estão aqui, e o Presidente da Comissão ofereceu a Comissão para que vocês pudessem participar, estar aqui presentes, ficar por algum tempo.

Nós estamos realizando, para que vocês saibam, um debate a respeito da reforma política que está sendo votada na Câmara dos Deputados, com entidades de mulheres, para discutir uma reforma que permita a participação das mulheres, de forma especial, para que nós possamos superar a desigualdade existente no nosso País, no nosso Parlamento, diferente das aldeias indígenas, onde há muitas caciques mulheres. Mas nós, aqui, temos muita dificuldade de eleger mulheres para nos representar, representar as mulheres indígenas, negras, brancas, mestiças do Brasil.

E há um debate sobre esse tema. Nós temos a participação da Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que já vai sair, porque acabou de falar e está participando de outro evento.

Quero aqui, ao saudar a Ministra, libera-la, ela que sequer almoçou para estar aqui conosco, dando a sua contribuição.

Quero registrar a presença da Deputada Rosinha da Adefal, do PTdoB de Alagoas, que também participa com muita intensidade...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco; PT – SP) – (*Intervenção fora do microfone*.) Parabéns à Ministra.

(*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – E quero dizer que a presença de vocês, portanto, que estavam num encontro de mulheres, é muito bem-vinda. Para que vocês possam acompanhar esta discussão aqui, falou a socióloga Natalia Mori Cruz, representante do Centro Feminista, e vou pedir licença a vocês para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

Muita gente pensa que político não trabalha, mas vocês são testemunhas do esforço nosso. Começamos nossa audiência ao meio dia, porque não havia outro tempo para usarmos esta sala da Comissão. Nenhuma

de nós almoçou e estamos aqui nos revezando para dar continuidade a este trabalho.

Então, eu vou passar a palavra à Deputada Rosinha, para fazer algumas considerações sobre o encontro. E, enquanto ela se organiza, quero dizer que parabenizo a Ministra pelo posicionamento que tem.

E quero aproveitar, como se trata aqui da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para comunicar ao povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe, que luta há muitos anos no Estado da Bahia pela garantia das suas terras – e me lembro de que era Vereadora de Salvador quando acompanhava, há 26 anos, a luta dos Pataxós-Hã-Hã-Hães, já naquela oportunidade, por essas mesmas terras –, que, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Ângela Portela apresentou um requerimento, já aprovado, para trazer aqui o Sr. Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Alves de Souza, para que S. Sª exponha as atividades dessa nova secretaria.

Antigamente, isso era tratado na Funai. Agora, a saúde indígena é tratada no Ministério da Saúde. E, hoje, foi aprovada aqui a presença do Dr. Antônio, numa audiência pública, para tratar, Sirlene, da saúde da mulher indígena, devido justamente a essa situação nova.

A nossa Subcomissão só trata de assuntos relacionados à mulher. Por isso, aprovamos esse requerimento para trazer aqui o representante do Ministério da Saúde que trata da saúde indígena, a partir de agora, para discutir quais são as medidas que o Ministério da Saúde e essa Secretaria vão tomar no sentido de proteger e no sentido de acolher e dar condições à população indígena de proteger a saúde das mulheres indígenas adultas e crianças e adolescentes, portanto, de todo o sexo feminino dentro das comunidades indígenas.

Posteriormente, quando ele for convidado, nós trataremos de dar conhecimento aos representantes das diversas nações indígenas e das diversas etnias para que aqui possam ser representadas para acompanhar e participar desse debate.

A Senadora Ângela Portela é representante do Estado de Roraima, portanto um Estado onde há uma presença indígena muito grande.

Vou passar a palavra à Deputada Rosinha.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes, este plenário ficou mais bonito e colorido com a presença dos nossos queridos indígenas. Mais cheio de vida, com certeza.

Srª Presidente desta Mesa, eu vim, na verdade, só acompanhar o andamento dessa Subcomissão, o que fazemos lá da Câmara, meio que de longe, mas sempre perto, porque nós somos poucas aqui no Parlamento, mas uma bancada, dizem, barulhenta. Eu acho que não é o adjetivo mais apropriado para a nossa bancada. Eu tenho certeza de que é uma bancada articulada, fortalecida, apesar de...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Ativa.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Ativa, apesar do número pequeno, mas de muitas conquistas.

Então eu vim, na verdade, só acompanhar um pouco a audiência pública. Daqui a pouco terei reunião na Comissão de Direitos Humanos, e gostaria que vocês, os indígenas aqui presentes, dessem uma passada lá também, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Com certeza, a Presidenta da Comissão, a Deputada Manuela D'Ávila, também dará a palavra a vocês.

Senador, se V. Exª puder fazer esse encaminhamento, será, com certeza, bem recebido. Acho que o tema é bem apropriado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só será necessário que haja um aviso à Presidência da CDH, por parte de V. Exª, para que a segurança permita que para lá se dirijam, assim como aconteceu para eles virem aqui.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Eu saio daqui, já vou até a Comissão, já faço esse contato, e retorno para vocês, com as informações necessárias. Com certeza.

E aí quero deixar realmente esta saudação. Eu já cheguei bem tarde, não sei se as companheiras da bancada feminina da Câmara conseguiram chegar aqui. Quarta-feira é um dia muito disputado, com reuniões de comissões.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Conseguiram. Muitas Deputadas estiveram por aqui, já cinco ou seis Deputadas passaram por aqui. Saíram há pouco a Deputada Carmen Zanotto e a Deputada Rosane Ferreira. Mas esteve também aqui a Deputada Luciana Santos e a Elcione Barbalho.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – E a importância dessa discussão que toma conta do Parlamento brasileiro, agora, com a reforma, e nossa mobilização para ampliar nossa participação na política, nós, que defendemos a paridade – e aí falo de uma maneira pessoal. Acho que ela vai acontecer, essa participação nossa, de uma maneira mais efetiva, quando também começarmos a ter financiamento mais apropriado. E por isso eu defendo o financiamento público, porque acho que isso vai trazer uma igualdade, uma isonomia de participação maior.

Eu não vou me alongar, porque eu sei que...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Foi exatamente isto que nós estávamos deba-

tendo: o relatório do Deputado Henrique Fontana, que conseguiu abordar algumas questões colocadas pelo movimento social, e outras não conseguiu.

A Ministra Iriny deu sua posição, dizendo que acha que só uma constituinte exclusiva para tratar essa questão poderia alcançar os resultados que nós queríamos.

E eu sou defensora desta posição: acho que nós deveríamos ter um movimento social pressionado no sentido de termos a convocação de uma constituinte. É impossível... Quem vive o Congresso Nacional sabe que as maiorias que aqui se colocam não terão condição para que uma modificação dessa ocorra nesse sentido...

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Mas isso é posição pessoal de cada um. Eu sou uma defensora disso, juntamente com o Presidente Lula. Coincidentemente eu ouvi uma exposição de opinião dele recentemente na Bahia favorável a esse assunto.

No Congresso Nacional, nós vivemos a legislatura passada para conseguir uma mudança naquilo que se pretendia reforma política, que não aconteceu. Virou uma mínima mudança eleitoral, micromudança eleitoral com muito pouco resultado. Aliás, o resultado, em algum sentido, acho que piorou, quando nós permitimos... Proibimos o *outdoor* de um lado, que era um espaço distribuído de forma proporcional para todos os partidos, e permitimos, liberamos as placas com determinado tamanho de forma que cada candidato terá quantas forem possíveis os seus recursos pagarem. Portanto, continuará ou piorou a desigualdade de concorrência da propaganda.

Permitimos um tipo de contratação na campanha que é possível. Todo mundo desejava que pudesse existir contratação em campanha, senão ia ficar essa ilegalidade permanente, mas o tipo de contratação que se permitiu livremente faz com que um candidato tenha condição de contratar duas mil pessoas na última semana da campanha para distribuir folhetos. Ora isso é quase a formatação da compra de voto de forma disfarçada.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Legalizada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Qual é a justificativa de uma coisa dessas? Contratar cinco mil pessoas.

Então, o que era antes a disputa por colocar camiseta para fazer boca de urna se transformou, em vez da compra e distribuição de camiseta, em compra direta através da contratação direta do serviço de um ou dois dias para a participação na eleição.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – É quase uma legalização...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Portanto, se vocês querem eleger um índio para representar os índios do Brasil no Congresso Nacional, estaremos muito distantes disso nas condições que hoje a legislação eleitoral exige.

Eu acho que, para enfrentarmos a legislação eleitoral atual, temos que ir fundo. E isso exige a mobilização constante do povo brasileiro, que deveria ter um Congresso tratando especialmente e somente desse assunto, existindo debate com a comunidade negra, com a comunidade indígena, com as mulheres no Brasil inteiro, com a juventude, com as diversas representações empresariais e de trabalhadores para formatarmos um projeto que realmente fizesse uma reforma política.

O que se tem no Senado, com as PECs que são discutidas por esta Casa, é apenas a reforma eleitoral com mudanças na Constituição para dizer que um Senador não deve nem pode colocar como seu suplente a mulher, o filho, o pai, irmãos, como fazem todos, quase todos os que estão aqui no Senado. Se formos ver, a maioria não tem a formatação de uma composição de uma chapa política.

Então o que estamos mudando é mínimo; é aquilo que já está rejeitado pela maioria do povo, enquanto nós deveríamos fazer uma mudança muito maior. Acho que o relatório...

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – A sociedade está evoluindo e a gente não está conseguindo acompanhar, em termos de legislação, essa evolução política que estamos conseguindo alcançar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Até porque o que a mídia faz hoje no Brasil e diversos outros segmentos também fazem é desmoralizar a política, desqualificar a política. Então, o povo vai se afastando disso que é a representação, deixando sempre que os que podem mais, que a elite possa ocupar mais a política, porque o povo vai se afastando, achando que é uma coisa suja da qual ele não deve participar e que ele não consegue compreender.

Então eu acho que o financiamento público que está anunciado no relatório de Henrique Fontana é realmente um grande marco, se nós conseguirmos aprová-lo aqui no Congresso Nacional, não apenas pelo combate à corrupção, como disse a Iriny Lopes, mas, principalmente, pelo acesso que poderá dar aos indígenas, aos negros, às mulheres, aos representantes das comunidades, às associações comunitárias, a

todos aqueles que representam o povo na sua instância primeira de organização popular.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Perfeito. Eu peço licença para me retirar. Concluo dizendo que também é esse o meu raciocínio. Concordo plenamente com essas ideias, mas peço licença para me retirar para tentar articular a participação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Quero comunicar que já estava aqui na nossa porta, se a senhora puder verificar, a Deputada Manuela D'Ávila, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e, creio, já deve estar intermediando aqui junto à Secretaria da Comissão para que vocês possam para lá se dirigir.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Então já está encaminhado?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Já está encaminhado.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Que ótimo! Foi bom. Então até daqui a pouco.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata, eu quero aqui aproveitar estes minutos finais, porque eu acho que nós já estamos caminhando para o encerramento desta audiência, para, como propositora desta, dizer que nós temos que fazer um trabalho, nestes últimos dias, mais intenso.

Acredito muito que a sociedade civil, os movimento sociais, particularmente os movimentos de mulheres, podem ter um papel extremamente importante no diálogo com os Parlamentares tanto da Câmara quanto do Senado, mas principalmente da Câmara. Eu digo isso porque aquilo que nós conseguimos conquistar na Comissão Especial do Senado nós não conseguimos garantir na Comissão de Constituição e Justiça.

O financiamento público de campanha eu penso que é um dos pontos prioritários. E aí eu acho que, neste momento, nós temos que focar de fato naquilo que é prioritário. Então financiamento público de campanha é importantíssimo não só para nós mulheres, mas também para que nós tenhamos um processo eleitoral mais transparente, democrático e que evite a corrupção. Então o financiamento público de campanha é essencial.

No nosso caso aqui do Senado, embora nós não tenhamos conseguido aprovar na Comissão de Constituição e Justiça, há um recurso que será apreciado no plenário para que essa decisão da CCJ seja revista. Então ainda temos uma expectativa de o Senado aprovar o financiamento público de campanha.

E acredito muito que a Câmara dos Deputados, pelo menos essa é a minha esperança, é isso que eu tenho dito, inclusive nas reuniões que tenho ido no Estado do Espírito Santo e em outros locais, poderá avançar mais, até porque nós temos um número maior de mulheres parlamentares, embora ainda sejamos minoria...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Proporcionalmente não.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Proporcionalmente temos maior número no Senado, mas a Câmara tem 45 mulheres. Aqui, no Senado, nós somos apenas doze – é claro que, dentro de uma proporção, nós somos maioria. Mas acredito que as 45 Deputadas têm condição de fazer um movimento que dê visibilidade à questão naquela Casa em defesa desses pontos que são importantes para nós mulheres e para democratizar mais o processo eleitoral e a nossa presença na política.

Eu quero dizer que estamos aqui fazendo a nossa parte. Não é suficiente. A presença da sociedade civil aqui é fundamental. Então eu acho que, dentro do possível, tentamos dar a nossa contribuição.

Eu estou com o Governador do Estado do Espírito Santo no meu gabinete. Eu preciso descer, porque agendamos uma reunião com ele agora, às 14 horas, e preciso descer.

Como signatária desta audiência, Senadora Lídice da Mata, entendo que podemos já encerrar os trabalhos, com certeza após ouvir a palavra final da nossa convidada; e, ao mesmo tempo, quero aqui me solidarizar com todas as mulheres indígenas que estão aqui.

Não é a primeira vez que a Comissão de Direitos Humanos recebe a população indígena aqui no Senado. Hoje estamos recebendo os Pataxós. Quero dizer da nossa satisfação, da nossa alegria por ver esta sala da Comissão de Direitos Humanos colorida, colorida no bom sentido porque traz aqui a força, a alegria, a energia, mas também traz a luta e os desafios por que toda a comunidade indígena hoje passa, particularmente, neste momento, os Pataxós, tanto os homens como as mulheres, os jovens e crianças, que vocês estão aqui representando. Estamos solidários à luta de vocês.

Com certeza, no espaço oferecido pela Deputada Rosinha, com a intervenção da Deputada Manuela, vocês terão oportunidade de se manifestar também na Câmara dos Deputados.

Parabéns a vocês! Força na luta, e toda a nossa solidariedade à luta de vocês!

Preciso sair, porque já estou atrasada.

Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senadora Ana, o Senador Casagrande, atual Governador, teve também uma reunião com a nossa bancada de Senadores, de que não pude par-

ticipar, por estar aqui e na outra comissão. Peço que lhe transmita um abraço.

Considero extremamente positiva a proposição da Senadora Ana Rita em trazer esse debate para cá. Ele não se acaba, não se acabará nem com a votação quando terminarmos, porque certamente, mesmo com essa votação, teremos ainda muita luta a travar para que as mulheres possam ampliar seu espaço de participação política.

Peço a vocês a compreensão. Nós já estávamos praticamente acabando nossa audiência, e a Senadora propositora terá que sair. Recebo um pedido de pronunciamento do nosso cacique Naílton para fazer uma explanação e temos também de dar a palavra para...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Natalia está abrindo mão para que vocês possam se expressar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode ser muito breve, quem sabe o cacique Naílton e a cacique Ilza...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu pediria ao cacique Naílton que pudesse falar brevemente. E, em função de que quem requereu a reunião já se retirou e já disse que a reunião deveria ser encerrada, e eu não sou Presidente da reunião, eu sou presidente *ad hoc*, além de saber que, começando uma outra reunião com a comissão cheia de Deputados, seria importante que vocês pudessem participar; Por isso, eu pediria um depoimento do cacique Naílton de forma breve para que pudéssemos encerrar nossos trabalhos.

O SR. NAÍLTON MUNIZ – Eu gostaria de agradecer por essa oportunidade.

Estamos agora, em relação aos Pataxós-Hã-Hã-Hães, com dois caciques, e, como foi relatado bastante o nome das mulheres, eu gostaria de dar uma pequena oportunidade, dividindo meu tempo, para a cacique Ilza, e, após a palavra da cacique Ilza, eu faço a explanação final.

A SRª ILZA RODRIGUES DA SILVA – Eu queria agradecer a oportunidade e dizer para vocês que a luta dos Pataxós-Hã-Hã-Hães e a luta de todos os índios do Brasil é muito árdua.

Quando acabei de chegar, a Marilene, a irmã de Galdino, tinha acabado de colocar uma situação em que hoje nos encontramos. Pedimos também o apoio de vocês e a mobilização, politicamente, de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – *Ok*.

A SRª ILZA RODRIGUES DA SILVA – Estamos necessitando, porque tinha ido para a pauta, foi tirado da pauta, e a gente precisa de estar com esse apoio de vocês. E eu conto que a força da mulher, politicamente, é muito forte, porque, quando está a bancada sentada, de mulheres, é claro que ela entende a necessidade, o que é uma mãe, aquela mesma que não é mãe sabe a necessidade e a dor de quem está em busca de uma sobrevivência de vida, e uma vida digna, de podermos pisar no nosso território.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito bem.

A SRª ILZA RODRIGUES DA SILVA – Então é isso. Tenho aqui um documento que quero passar para vocês, pedindo esse momento de apoio de vocês e dizer que hoje estamos aqui porque precisamos retornar à nossa terra, o nosso território de volta. Foi assim que a morte de Galdino foi em busca desse território. Quero passar o documento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Agradecemos e apoiamos integralmente a luta de vocês. Certamente faremos gestões para que possam voltar a ter a questão colocada na pauta, para que se tenha uma resolução o mais breve possível desse grave problema, Senador Suplicy.

Acompanho a luta dos Pataxós-Hã-Hã-Hães. Quando comecei a acompanhar essa luta, eu era vereadora de Salvador. Já faz 26 anos que isso aconteceu. É uma luta histórica do povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe no Estado da Bahia.

Com a palavra o cacique Naílton.

O SR. NAÍLTON MUNIZ – Eu gostaria de agradecer, dar boa tarde a todos que se encontram aqui presentes e dizer que fomos realmente – como a cacique Ilza acabou de relatar – surpreendidos na sexta-feira à noite, quando fomos informados de que estava agendado julgamento da Ação Cível nº 312, de nulidade de título dos invasores do território Pataxó-Hã-Hã-Hãe. Lutamos, corremos atrás no dia de sábado em busca de soluções para chegar aqui e conseguimos pequenas condições. Viemos num pequeno grupo. E, quando chegamos aqui, fomos surpreendidos novamente de que tinha saído de pauta o julgamento da ação.

Só estamos recebendo surpresa e estamos muito preocupados com a surpresa que estamos recebendo. A gente sabe que os fazendeiros tiveram aproximadamente trinta reuniões com a Ministra Carmen Lúcia. Nessas reuniões trouxeram os títulos que eles possuem e foram doados ao Governo da Bahia. Estamos informados com toda a consciência de que muitos dos títulos que estão nessa ação são títulos fora do nosso território. Muitos fazendeiros pegaram os títulos das fazendas que têm no Estado, por não ter um título dentro do nosso território, e entraram. Têm só a fazenda sem os títulos e os títulos estão para serem julgados. Se forem julgados, vão ser títulos nulos no Estado da Bahia.

A gente fica preocupado e pede ao Senado o apoio para articular os Ministros que votam essa ação, porque sabemos que existem muitos Ministros que não são simpáticos ao apoio aos índios Pataxós-Hã-Hã-Hães.

Gostaria de dizer que estamos preocupados e que estamos precisando bastante do apoio de todos. Dizer que nós hoje somos, na área do Posto Indígena Caramuru, quase mil e quatrocentos eleitores entre homens e mulheres e que lutamos muito tempo para termos o Partido dos Trabalhadores à frente da representação do nosso País. A gente vem conseguindo esse espaço aos poucos. Hoje temos a Presidente da República do Partido dos Trabalhadores, temos bastantes Senadores, temos bastantes Deputados, temos bastantes Governadores, Prefeitos e a gente faz parte dessa ajuda para botar vocês aqui dentro desta Casa, mas contando com o apoio de vocês.

Viemos nessa luta porque sabemos que é através de vocês, através de políticos que escrevem leis, confirmam as leis, que vão ajudar a defender a nossa causa. Por isso quero agradecer a oportunidade de estar aqui desabafando na frente de vocês. Com certeza esse apoio vamos receber, porque sabemos que existe muita gente boa, nem todos são ruins. E a gente sabe que com gente boa a gente pode contar, e teremos uma resposta que venha a nos satisfazer e a defender a vida de nossos filhos, netos e bisnetos para ter o nosso território garantido e viver em paz.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Muito obrigada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 12 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 17 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia quatorze de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza, Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Valdir Raupp**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Bauer**, **Fernando Collor**, **Delcídio do Amaral, Pedro Taques**, **Ana Amélia, Roberto Requião, Cyro Miranda** e **Mozarildo Cavalcanti**. Justifica ausência o Senhor Senador **Luiz Henrique**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 31ª e 32ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2012**, de autoria do Deputado **Marco Maia**, que *"inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional".* Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. O Senador **Pedro Simon** faz uso da palavra. Resultado: aprovado. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)".* Relator *ad hoc*: Senador **Pedro Simon**. Resultado: aprovado. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 4 de agosto de 2010".* Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Co-

missão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 31ª e 32ª reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a aprovação das atas das 31ª e 32 reuniões permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A Presidência desta Comissão recebeu ofício de S. Exª o Senador Luiz Henrique da Silveira em que ele comunica que, no próximo dia 14 de junho, portanto hoje, no Rio de Janeiro, será realizado o Encontro da Indústria para a Sustentabilidade, evento de grandes dimensões, promovido pela Confederação Nacional da Indústria.

"Esse evento é parte das atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, de cuja Mesa farei parte, assim, não poderei participar da reunião desta Comissão agendada por V. Exª para esta quinta-feira. Desse modo, peço que considere justificada a minha ausência."

Assinado: Senador da República Luiz Henrique da Silveira.

Comunicados.

Concessão de Asilo. Em aditamento ao comunicado desta Presidência, realizado no dia 31 de maio deste ano, em que informei sobre o pedido de asilo formulado pelo Senador Roger Pinto Molina, chegou ao nosso conhecimento a Nota à Imprensa nº 141, de 8 de junho, da assessoria do gabinete do Ministro das Relações Exteriores.

Diz a nota: "O Governo brasileiro decidiu conceder asilo ao nacional boliviano Roger Pinto Molina, à luz das normas e da prática do Direito Internacional Latino-Americano e com base no artigo 4º, inciso X, da Constituição Federal."

Em resposta à decisão brasileira, o Vice-Presidente da Bolívia, no exercício da Presidência, Alvaro Garcia Linera, com sua habitual destemperança verbal, desclassificou a decisão do Governo brasileiro de dar asilo político ao Senador boliviano Roger Pinto, ao afirmar – declarações do Sr. Vice-Presidente da Bolívia, Alvaro Garcia Linera: "Considero desatinada a decisão do Brasil de dar asilo a uma pessoa que, aqui na Bolívia, não é acusada por suas ideias, e sim por crimes comuns."

O Sr. Garcia Linera ocupa interinamente a Presidência boliviana, enquanto o Presidente Evo Morales realiza visita à Europa.

Desde que Evo Morales assumiu a Presidência, em 2006, empresários e políticos da oposição se mudaram para países como...

Muito obrigado, aqui, à Secretaria da Comissão pela organização dos papéis.

Mudaram-se para países como o Brasil, Estados Unidos, Paraguai, Peru e Espanha, alegando perseguição política e dizendo que não teriam um julgamento justo na Bolívia.

A saída do Sr. Roger Pinto da Embaixada ainda depende de que o Governo de La Paz conceda salvo-conduto para que ele venha ao Brasil. Por sua vez, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou, nesta quarta-feira, que o Brasil está – expressão dele – equivocado por ter concedido asilo político ao Senador Roger Pinto da oposição conservadora e anunciou que enviará a Brasília documentos sobre as denúncias de suposta corrupção desse parlamentar. Morales declarou que não acredita que o asilo possa proteger Pinto, acusado por seu governo de violação de direitos humanos e corrupção.

Declaração do Sr. Presidente Evo Morales: "Vamos passar a documentação ao Brasil para avaliarem essa situação que envolve muitos temas judiciais e penais", disse o Presidente em entrevista coletiva dada em La Paz.

Na Bolívia, a oposição e organismos de direitos humanos acusam Morales de manipular a maioria dos juízes e promotores, o que impede processos justos e imparciais. Diante disso, dezenas de políticos e empresários buscaram refúgio no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Paraguai e Peru.

Segundo o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, Embaixador Tovar Nunes, o Itamaraty não costuma comentar esse tipo de declaração. De acordo com o Embaixador Nunes, conceder asilo ao Senador não implica nenhum tipo de julgamento sobre assuntos internos da Bolívia. O porta-voz aduziu: "ele corresponde ao substrato da nossa Constituição e às normas do direito internacional."

Segundo comunicado, sobre a 6ª Reunião da Comissão Nacional Rio+20, realizada no Riocentro, antes de ontem, dia 12 de junho de 2012. Foi a 6ª Reunião da Comissão Nacional Organizadora, que foi a última da série. Copresidida pelos Ministros Antônio Patriota e Izabella Teixeira, contou com a presença, no total, de dez Ministros de Estado.

O Ministro Patriota lembrou ser esse exercício único e inovador na preparação da presença brasileira em grandes eventos internacionais, ao reunir os três Poderes da República, a sociedade civil, trabalhadores, empresariado e a Academia.

Referiu-se à realização dos diálogos para o desenvolvimento, instando os presentes a votar nas recomendações dos dez temas no site: vote.riodialogues.org. Lembrou igualmente que as recomendações mais

votadas que foram envidas para esse sítio, em cada uma das categorias, serão levadas aos chefes de Estado e ou de governo durante o segmento de alto nível, que será realizado entre os dias 20 e 22 de junho próximos.

A Ministra Izabella Teixeira, ao congratular-se com os integrantes pelo êxito dos trabalhos, com a inclusão no documento de diversas das preocupações suscitadas pelos integrantes da Comissão Nacional Organizadora, disse que a Rio+20 era beneficiária direta da Eco 92, pois, a partir dessa, se cristalizara no espírito nacional a consciência ambiental. Disse, finalmente, da emoção de retornar ao Riocentro 20 anos depois da realização daquela que pautou a discussão internacional até os dias de hoje. Lembrou que, à época, somente 3% da população se dizia conhecedora da Eco 92, enquanto hoje esse índice supera os 70%.

Afirmou, por fim, que o momento é de convencimento das teses e esse é o esforço negociador, que se iniciou no dia 13 de junho, portanto ontem, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

A Ministra Gleisi Hoffmann afirmou ser a Rio+20 o maior evento sobre o futuro da humanidade desde a Eco 92, evento que deu início ao processo de discussão do desenvolvimento sustentável. Aduziu que a própria realização da Rio+20 já traduz um sucesso pelo simples fato de acontecer. Espera que alcancemos compromissos programáticos, acatados por todos os países e que signifiquem mudanças profundas de comportamento pessoal e coletivo no referente aos padrões de produção e de consumo.

O Ministro Gilberto Carvalho lembrou a intensa participação da sociedade civil na Rio+20, qualificando-a de inovadora, enriquecedora e nunca tratada como questão lateral.

Em sua apresentação, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado relatou as duas rodadas de negociação, que ele chefiou juntamente com a Ministra Izabella Teixeira e com o Ministro Patriota, em Nova Iorque, no dia 23 de abril até o dia 4 de maio, e do dia 29 de maio ao dia 2 de junho, realizadas após a 5ª Reunião da Comissão Nacional Organizadora. Informou – isso é muito importante – o Embaixador Figueiredo que 70 parágrafos do documento final já estão acordados, mas ainda restam 200 parágrafos para concluir. Ponderou ele que, desses 200 que ainda faltam concluir, boa parte está em fase final de conclusão, mas restam divergências mais profundas nas seguintes áreas, a saber:

Meios de implementação. Os mecanismos de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação são historicamente pontos contenciosos entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Na conjuntura atual da crise financeira e econômica nas economias centrais, o debate acirrou-se, com uma retração significativa da vontade política dos países doadores, mesmo daqueles tradicionalmente mais empenhados. Os europeus, por exemplo, ambicionam impor regras aos países emergentes que eles mesmos não desejam impor a si próprios. Ou seja, eles querem reeditar aquele ditado: faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Mas acredito que eles não conseguirão o seu intento.

O segundo ponto em que há divergências consideráveis: a questão da governança global. Há resistência em imprimir coerência sistêmica ao complexo das Nações Unidas. Pretende-se que os pilares do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico e social) façam parte integral de todas as ações da ONU, ou seja, permeiem todas as ações da ONU, e não fiquem compartimentadas e apartadas do conjunto das decisões das Nações Unidas.

Assim, se um órgão é, preferencialmente, de cunho econômico, como é a Unctad, que trata do comércio, deverá ter em conta os outros dois pilares em suas deliberações. Do mesmo modo, o Pnuma, centrado no tema ambiental, e a Unicef, devotada à questão social, também deverão fazê-lo.

O terceiro ponto em que está havendo muitas dificuldades para um consenso é a questão do princípio do não retrocesso.

Para que possamos entender a relevância desse tema, basta sabermos ser este princípio, o princípio do não retrocesso, originário do conjunto de regra do direito humanitário. Esse princípio do não retrocesso significa que nenhum novo tratado poderá fazer voltar atrás objetivos, metas ou direitos acordados anteriormente. Trata-se do único instrumento capaz de garantir a permanência dos compromissos assumidos, originalmente, pelos países signatários das diversas convenções, há 20 anos, e de outros acordos que foram assinados posteriormente nas diversas conferências havidas.

Esse tema, o princípio do não retrocesso, foi incluído no Rascunho Zero, ou Zero Draft, por iniciativa brasileira, por decisão da Comissão Nacional Organizadora. Ele enfrenta a inclusão do princípio do não retrocesso no documento final. Ele encontra resistência dos países desenvolvidos, em especial, dos Estados Unidos da América, da União Europeia, do Canadá – que patrocinou um retrocesso nunca antes visto, recentemente, quando, logo após a reunião de Durban, denunciou o Protocolo de Kyoto –, do Japão e também, surpreendentemente, da Suíça. Ou seja, são estes países que colocam mais resistência à inclusão do princípio do não retrocesso no documento: Estados

Unidos da América, o conjunto dos países que formam a União Europeia, o Canadá, o Japão e a Suíça.

Devemos estar especialmente atentos para que não se perpetre esse crime de lesa-humanidade.

Outro ponto em que há discordâncias: fortalecimento do Pnuma. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente deve sair da Rio+20 com o maior relevo, com maiores recursos e mais ambição institucional.

Outro ponto – e estou citando aqueles cinco ou seis em que há uma maior resistência por parte dos países desenvolvidos de chegarem a um acordo com os países em desenvolvimento.

Objetivos do desenvolvimento sustentável.

Apesar de consolidado no âmbito do documento final, não há convergência quanto à quantificação das metas. O resultado esperado é consignar um processo negociador a ser definido no Rio e levado à frente em Nova Iorque nos próximos anos.

A representação parlamentar, nesta última reunião da Comissão Coordenadora, fez-se por S. Exª o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, e pelos Deputados Alfredo Sirkis e Deputada Perpétua Almeida, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

O Senador Rodrigo Rollemberg fez referência aos trabalhos das Comissões do Senado, das expectativas por um resultado positivo e a importância da Comissão Nacional Organizadora.

O Deputado Sirkis tratou da iniciativa que teve, da chamada *Climate Challenge,* e da importância de não deixar de tratar do tema da mudança climática na Rio+20.

Por sua vez, a Deputada Perpétua Almeida considera que os chefes de Estado que não comparecerem à Conferência estarão dando demonstração cabal de sua falta de compromisso com a sustentabilidade.

Diante ainda da importância da delegação brasileira, ou melhor dizendo, disse ainda S. Exª, a Srª Deputada Perpétua Almeida, que a importância da delegação brasileira é de estar atenta à possibilidade de retrocessos em relação a 92 e da necessidade de superarmos o índice de desenvolvimento humano e o PIB como fatores de mensuração do desenvolvimento.

Informações Gerais da Rio+20.

Foi constituída, no Senado Federal, por S. Exª o Presidente da Casa, Senador José Sarney, uma comissão externa composta por 24 Srs. Senadores – 24 titulares, 24 suplentes –, com o fito de acompanharem os debates oferecidos pela Conferência das Nações Unidas Rio+20.

Alguns Senadores chegam a mim perguntando como isso se dará, como isso será feito, a participação dos Srs. Senadores, como poderá ser organizada.

Então, vou repassar aqui, em linhas gerais, o que nos espera, a todos nós Senadores que acorrermos ao Riocentro, o que lá nos espera desde o ingresso, no Riocentro, que hoje é "território" das Nações Unidas e comandada pelas Nações Unidas, com regras muitos específicas, as quais nós devemos acatar, e também dizer aos Srs. Senadores que não há nenhuma agenda fixa para os Srs. parlamentares. A agenda é absolutamente flexível, porque, por dia, estarão sendo realizados uma média de 100 a 150 fóruns, mesas-redondas e debates dos mais diversos temas, nas mais diversas áreas de atividade humana.

Então, a essas mesas-redondas, debates, simpósios, enfim, os Srs. Senadores poderão comparecer. Serão distribuídas a cada um de nós, com antecedência de um dia, o que vai acontecer no dia seguinte, e os Srs. Senadores poderão ali escolher de que painéis gostariam de participar e poderão para lá se dirigir, haverá condução para isso, haverá meios de transporte para levá-los aonde desejarem.

Então, vou repassar aqui mais algumas informações gerais sobre a realização da Rio+20.

A organização dos trabalhos.

A Rio+20 está composta por três momentos. Desde ontem, dia 13, quando foi aberta oficialmente por S. Exª a Presidenta Dilma Rousseff, até amanhã, dia 15 de junho, está sendo realizada a 3ª Reunião do Comitê Preparatório, que dá continuidade às negociações do documento final da conferência.

Alguns Senadores também – fazendo aqui um adendo – me falaram da preocupação do pouco tempo que temos, até o dia 22, para chegarmos a um consenso em torno desses pontos que ainda estão por obter convergência dos países que participam da conferência, mas eu sempre digo a eles que isso é normal acontecer. Em todos esses grandes eventos as decisões mais importantes são deixadas sempre para o final e, às vezes, as decisões que nós imaginamos que seria impossível obter um acordo em torno delas são conseguidas e conquistadas na undécima hora do final da Conferência. Isso foi agora visto também em Dublin, quando a delegação brasileira, coordenada pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e pela Srª Ministra Izabella Teixeira, chefiando a delegação brasileira, conseguiram literalmente salvar o Protocolo de Kyoto, protocolo este cujos países mais desenvolvidos estavam querendo sepultar de uma vez por todas. O que não aconteceu, graças à interferência exitosa da comitiva brasileira.

Então, voltando. Do dia 13 até o dia 15 está sendo realizada a 3ª Reunião do Comitê Preparatório, dando continuidade às negociações do documento final da conferência.

Entre 16 e 19 de junho terão lugar os diálogos para o desenvolvimento sustentável.

E, por fim, de 20 a 22 de junho ocorrerá o segmento de alto nível da Conferência, que contará com a presença de mais de 100 chefes de Estado e de Governo.

Durante todo o período da Conferência deverão ocorrer, no Riocentro, mais de 500 eventos paralelos ligados ao tema do desenvolvimento sustentável; 500 eventos paralelos somente ligados ao tema desenvolvimento sustentável, fora os outros temas que estarão sendo também levados a debate paralelamente pelas organizações não governamentais e por organismos da sociedade civil.

Quanto ao acesso ao Riocentro.

O credenciamento, como delegação brasileira, dará acesso às dependências do Riocentro, exceto ao Pavilhão 5, durante o segmento de alto nível, cujo ingresso será limitado pelas Nações Unidas, tendo em vista a presença de mais de 100 chefes de Estado e de Governo.

Outros espaços de eventos, fora do Riocentro, terão entrada livre ou credenciamento específico a critério dos seus organizadores, e não estão relacionados ao credenciamento como delegação brasileira.

Durante o período da Conferência, o Riocentro estará sob a administração da ONU, das Nações Unidas. Assim, conforme o estabelecido pelo acordo de sede firmado com o Brasil, a segurança do local estará sob a supervisão direta e controle das Nações Unidas. Nesse sentido, todos os participantes, inclusive nós, Senadores da República, e outras autoridades, estaremos também submetidos a essas regras. A exceção dos chefes de Estado e de Governo, todos nós deveremos passar pela checagem de segurança na entrada do Riocentro. E eu pediria a compreensão de S. Exªs os Srs. Senadores, dos Srs. e Srªs Parlamentares para este fato, que não é muito agradável, mas, enfim, a questão da segurança fala mais alta e nós devemos entender que é uma medida necessária.

As credenciais, que são pessoais e intransferíveis, estão sendo confeccionadas e entregues no Rio de Janeiro.

A Coordenação do Senado para a Rio+20 está providenciando o credenciamento. Parte das credenciais já foi entregue entre ontem e hoje. Aqueles que ainda não tiveram acesso a sua credencial, eu solicitaria às Srªs e Srs. Senadores que não obtiveram ainda a sua credencial, que por favor peçam as suas assessorias para que procurem a Coordenação do Senado para o evento e a secretaria desta Comissão, que também está preparada para prover a orientação necessária.

O estacionamento de veículos merece atenção especial. Eventos no Riocentro e no entorno são locais de estacionamento restrito, por limitações de espaço e questões de segurança. Encoraja-se, assim, o uso de transportes coletivos e solidários, o que contribuirá para o perfil sustentável da conferência.

Estão sendo disponibilizados os serviços de *shadow*, que é o serviço de transporte rotativo dos principais hotéis da cidade para o Riocentro, exclusivamente para os participantes credenciados. Membros integrantes da delegação brasileira que cheguem ao Riocentro em automóveis previamente credenciados deverão utilizar a entrada E, que dá acesso ao Riocentro pelo Pavilhão 4. O estacionamento dos veículos dependerá da disponibilidade de vagas. É importante mencionar que a credencial do veículo não garante o acesso dos passageiros, que já deverão estar credenciados individualmente.

Quero informar também a S. Exªs, Srªs e Srs. Senadores, que essas informações, bem mais alentadas do que esse rápido relatório que aqui faço, já foram repassadas aos gabinetes de S. Exªs, com todos os dados, com mapas e com todas as informações de que necessitem para melhor desfrutar e de maneira mais efetiva poder participar dos eventos da Rio+20.

Um último comunicado, a situação na Síria.

O Governo brasileiro vê com crescente preocupação a escalada da violência na Síria.

O Brasil repudiou, de maneira veemente, os atos de agressão contra dezenas de mulheres, homens e crianças em Houla, nos termos da declaração da presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que considera extremamente graves as alegações de continuada violência contra a população civil síria.

Em conformidade com o apoio brasileiro às resoluções anteriores do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o Governo brasileiro copatrocinou a convocação de sessão especial, em 1º de junho último, que aprovou resolução sobre a deterioração da situação dos direitos humanos na Síria e sobre os assassinatos em Houla.

O Ministro Patriota transmitiu pessoalmente ao coordenador da Comissão Internacional de Inquérito para a Síria, Paulo Sérgio Pinheiro, apoio à condução de processo, independentemente de investigação dos crimes ocorridos em território sírio, de modo a identificar e responsabilizar os culpados.

Em contato telefônico, no último dia 5 de junho, o enviado especial ao conjunto da Nações Unidas e da Liga Árabe para a crise de Síria, Kofi Annan, e o

Ministro Patriota coincidiram sobre a necessidade de intensificação de mobilização diplomática internacional que vise evitar a deflagração de um conflito civil, assim como encontrar solução negociada para a Síria, plenamente respaldada pelo sistema multilateral.

No debate informal da assembléia geral de ontem... Esta nota está com algum retardo, porque não foi de ontem, e sim do dia 7, o debate informal que houve na Assembléia Geral das Nações Unidas. Portanto, no debate informal da Assembléia Geral no dia 7 deste mês junho, o Governo brasileiro condenou por meio de sua representante permanente junto às Nações Unidas, Maria Luiza Ribeiro Viotti, o uso da força contra a população desarmada, e instou o governo sírio, principal responsável pela integridade de seus cidadãos, a honrar o compromisso com o Plano Annan e criar as condições necessárias para que esse esforço internacional de mediação possa prosperar.

O Governo brasileiro insta o governo sírio a cooperar com a missão de supervisão das Nações Unidas na Síria, integrada por observadores brasileiros, permitindo-lhes acesso irrestrito aos locais conflagrados por conflitos, conforme mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da Resolução 2042, que prevê o envio de 30 observadores militares não armados para estabelecer as bases de um cessar-fogo, e a Resolução 2043, que cria a Unidet Nations Supervision Mission in Syria. As Nações Unidas criaram essa missão para supervisionar as atividades na Síria, dessas conversações sobre o cessar-fogo. E essa missão tem um prazo de 90 dias para a conclusão dos seus trabalhos e conta com um contingente de 300 observadores militares não armados para fazer a observação do cessar-fogo negociado pelo enviado especial Kofi Annan, ex-secretário-geral das Nações Unidas. Vale lembrar que esse contingente ainda não foi enviado à Síria em função do recrudescimento da praticamente guerra civil em que aquele país está envolvido.

Antes de iniciar a nossa pauta do dia de hoje, eu gostaria de registrar a presença, muito honrosa para nós, de S. Exª o Senador Euclides Mello, e de S. Exª, o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Maceió, Vereador Galba Novaes. Sejam muito bem-vindos a esta Comissão.

Nossa pauta do dia de hoje, Item nº1, não-terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2012
– Não Terminativo –

Inclui artigo ao Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, a fim de autorizar a instalação de Lojas Francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras; e institui o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional.

Autoria: Deputado Marco Maia
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, como V. Exª, já lendo a ementa, praticamente historiou todo o objetivo deste projeto que beneficia 28 cidades de nove Estados, como o Rio Grande do Sul, Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rondônia e Santa Catarina, que vivem um paradoxo. Do outro lado da fronteira existem lojas francas, ou até zonas francas; e do lado de cá, o lado brasileiro, existe a severidade tributária. Com isso, nós perdemos mão de obra e terminando também divisas, porque o povo dessas cidades vai comprar do lado de lá.

Portanto, o projeto é meritório e o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela apreciação e consideração do seu relatório, que coloco agora em discussão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Sr. Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, sou totalmente favorável ao projeto e totalmente favorável ao parecer dado pelo Relator. É um argumento muito positivo, muito concreto. Eu falo, por exemplo, do caso do Rio Grande do Sul. No caso do Rio Grande do Sul chega a ser uma tragédia.

Aquela região de fronteira do Rio Grande do Sul, V. Exª conhece, foi talvez a região a mais rica do Brasil, das mais prósperas do Brasil. Depois, inventaram regiões de segurança na inevitabilidade de uma guerra entre o Brasil e a Argentina e aí se fechou a fronteira.

A bitola do trem no Brasil é larga de Santa Catarina para o resto do Brasil; bitola estreita no Rio Grande do Sul, e bitola larga de Uruguaia até Buenos Aires.

Durante 100 anos houve a proibição de indústrias na fronteira.

Uruguaiana, durante muito tempo, foi a maior produtora de lã do mundo e durante a vida inteira teve que mandar a lã de trem para São Paulo, não podendo fazer lavar a lã, ela seguia com a sujeira; não podia ter nem lavatório para lavar a lã em Uruguaiana, porque era proibido. Então, essa região foi se deteriorando, se deteriorando...

Agora, como diz o Senador, do lado de lá os *free shops* com vantagens enormes, com condições as melhores possíveis, e do lado de cá nós não tendo como fazer. Então, isso vai trazer justiça para as cidades gêmeas.

Portanto, sou inteiramente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Pedro Simon.

Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento de sua tramitação.

O Item 2, não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Simon, para fazer a leitura do relatório do Item 2, Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2012.

Com a palavra S. Exª, o Sr. Senador Pedro Simon, como relator *ad hoc* da matéria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Relator é o Sr. Senador Paulo Bauer.

Diz S. Exª:

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2012, que aprova o texto de duas emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O texto das referidas emendas foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 705, de 2010, do Poder Executivo, acompanhado da Exposição de Motivos Interministerial nº 15/2010 – MF/MRE, dos Ministros de Estado da Fazenda e das Relações Exteriores, datada de 4 de março de 2010.

Na Câmara dos Deputados, transformou-se no Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2011, tendo sido submetido, naquela Casa, às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A matéria foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 11 de maio de 2011, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em 2 de agosto de 2011, e pela Comissão de Finanças e Tributação em 7 de outubro de 2011, tendo sido encaminhada à votação em Plenário em 1º de março de 2012. Aprovado o Projeto na Câmara dos Deputados, foi remetido ao exame do Senado Federal.

No Senado, a Proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial, a primeira emenda, aprovada pela Resolução nº 417, de 1987, da Junta Governativa do BIRD, modificou a letra (a) do Artigo VIII, que regulamenta a apresentação de emendas à Convenção. O artigo foi modificado para que as propostas de modificação da Convenção, oriundas de qualquer país-membro, de um governador ou dos diretores-executivos, sejam comunicadas ao presidente da Junta Governativa, que a submeterá à consideração daquele colegiado. Pela nova sistemática, quando uma emenda proposta for aprovada pela Junta, todos os países-membros serão consultados, sendo considerada aprovada a proposta aceita por três quintos deles, com oitenta e cinco por cento do total dos votos possíveis. A seguir, o Banco dará conhecimento desse fato, por meio de uma comunicação oficial dirigida a todos os países-membros.

A segunda emenda, por sua vez, aprovada pela Resolução nº 596, de 2009, da Junta Governativa do BIRD, modificou o Artigo V, Seção 3, estabelecendo que o poder de voto de cada membro deverá ser igual à soma de seus votos básicos e acionários, sendo que:

(a) os votos básicos são representados pelo número inteiro de votos que resulta da igual distribuição, entre todos os membros, de 5,55% da soma agregada do poder de votos de todos os membros; e

(b) os votos acionários são calculados pela alocação de um voto para cada ação do capital em seu poder do respectivo membro.

II – Análise

As emendas ora em exame representam aperfeiçoamento da Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou o Banco

Mundial, organismo multilateral de crédito, do qual o Brasil é membro fundador.

A exposição de motivos interministerial ressalta que a antiga Superintendência da Moeda e do Crédito, com base em parecer de 1964, entendia ser desnecessário o encaminhamento das alterações do texto da Convenção do BIRD ao Congresso Nacional. Durante vários anos, tal entendimento foi seguido pelo Banco Central do Brasil. Posteriormente, o Banco Central e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional reexaminaram o procedimento e emitiram parecer determinando que as alterações nas convenções constitutivas de organismos internacionais dos quais o Brasil participe deveriam ser submetidas à apreciação do Congresso. Desse modo, a primeira emenda aqui examinada, embora adotada em 1987, ainda não havia sido submetida ao Congresso Nacional .

A exposição de motivos interministerial alerta, ainda, que a segunda alteração, adotada em 2009, ainda não se tornou efetiva por não ter sido aprovada por 3/5 dos membros com 85% do poder de voto total na instituição.

Em face de um novo entendimento, a concordância do Poder Legislativo é imprescindível para que o Brasil expresse sua concordância com a alteração.

Quanto ao mérito, a emenda de 1987 aumentou o número de votos necessários para modificar a convenção com o intuito de maior legitimidade das medidas já adotadas

A emenda de 2009 tem por objetivo aumentar, no âmbito do Banco Mundial, a voz e a participação dos países em desenvolvimento. As mudanças são consideras positivas pelo Governo brasileiro por beneficiar os países em desenvolvimento, em conjunto, os quais constituem a maioria entre os membros do BIRD.

Por outro lado, a mudança também atende a uma demanda histórica desses países, do qual o Brasil é um dos mais importantes defensores.

No envio da emenda constante da Resolução nº 596 da Junta Governativa do BIRD, adotada em 30 de janeiro de 2009, ocorreu dentro de um intervalo de tempo aceitável, porém, tendo em vista que o art. 49, I, da Constituição Federal é claro ao determinar que a competência privativa do Congresso Nacional para aprovar definitivamente os acordos internacionais assinados pelo Brasil, é de se lamentar o longo período de tempo transcorrido entre a adoção da Emenda constante na Resolução 416 daquela Junta Governativa, ocorrido em 30 de junho de 1987, e seu envio ao Congresso Nacional, ocorrido apenas em 21 de dezembro de 2010.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é favorável á aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2012, que aprova o texto de emenda da Convenção do Banco Internacional.

É o voto, Sr. Presidente, de S. Exª o Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENETE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Simon pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa)*.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 3, não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 215, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Em vista da justificada ausência de S. Exª o Senador Henrique, quando do início de nossa reunião, designo como relator *ad hoc* da matéria S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo-lhe a palavra para a leitura do relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o preâmbulo do Tratado em análise indica que ele objetiva estabelecer diretrizes no sentido de orientar atividade remunerada por parte de dependente dos agentes diplomáticos, consulares, administrativos e técnico de cada uma das partes.

Nesse sentido, foi celebrado o acordo em apreço, que é composto de 14 artigos e segue o padrão dos documentos dessa natureza.

A par de dispositivo do diploma internacional, adota, em linhas gerais, o que prescreve instrumento sobre a mesma temática assinados pelo Brasil com mais de cinqüenta países.

O texto acordado, de resto, reproduz tendência verificada no plano internacional de estender aos dependentes do pessoal das missões diplomáticas e consulares a oportunidade de trabalhar no exterior.

Esse modo de proceder favorece, entre outras coisas: ampliação da experiência profissional dos interessados e assegura o direito de cada indivíduo ao trabalho.

O acordo estimula também o fortalecimento da confiança entre os dois países.

Merece ressalva ainda, a circunstância de o acordo afastar, nos casos em que o dependente é autorizado a exercer atividade remunerada, gozar de imunidade e da jurisdição no território do Estado acreditado, a imunidade da jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada – art. 5º.

No tocante à imunidade penal, o texto estabelece que o Estado acreditante deve considerar seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade da jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada – art. 6º

O acordo em análise é, assim, conveniente aos interesses nacionais e aos reclamos do relacionamento bilateral nesse campo.

III – Voto

Portanto, pelo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela leitura do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria–Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 28 de junho, porque na próxima semana, em função da realização da Rio+20, não teremos sessões deliberativas no Senado da República em função do interesse da participação que os Srs. Senadores desejam ter na Conferência.

Então, convoco S. Exªs para nossa próxima reunião, a ser realizada ano dia 28 de junho, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 20ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia sete de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Jorge Viana, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira** e **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: discussão e apreciação do Relatório sobre as reuniões referentes ao Tema VI – *Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira*, do Ciclo de Audiências Públicas da CREPAFF, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011. O Relatório é lido, discutido e aprovado. Nada mais

havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 20ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião administrativa tem por finalidade discutir e apreciar o relatório produzido sobre o 6º Tema: Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira, do Ciclo de Debates da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011, de autoria desta Presidência, aprovado em 03 de maio de 2011.

I – Relatório

Tema 6º: Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira

Realizada no dia 29 de novembro de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 01, de 2011, de minha autoria, com a finalidade de debater as "RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM OS PAÍSES DA FAIXA DE FRONTEIRA". Para tanto, foram convidados os seguintes palestrantes: Sr. Alejandro Gordillo, Secretário Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento de América do Sul – II, do Ministério das Relações Exteriores; e Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul – I, do Ministério das Relações Exteriores.

O Sr. Alejandro Gordillo primeiro lembrou que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é composta de oito países-membros (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e tem como base o Tratado de Cooperação Amazônica, firmado por esses países em 1978.

O convidado revelou que o interesse sobre a entidade cresceu muito a partir de 2009. Desde então, houve uma reorganização de sua estrutura interna e um aumento de seu escopo. O organismo passou também a se ocupar das questões relacionadas às mudanças climáticas, à energia e ao desenvolvimento regional, ao lado dos temas já estabelecidos: meio ambiente, populações indígenas, saúde da população local, turismo amazônico e conhecimento científico das riquezas da região.

O palestrante destacou também a agenda estratégica de cooperação amazônica, documento estratégico elaborado pela OTCA, a ser executado nos próximos oito anos, por meio de acordos unânimes, direcionados ao uso sustentável das riquezas naturais da Amazônia e ao desenvolvimento sustentável da região em benefício da população autóctone.

Mencionou que, recentemente, os países-membros assumiram o compromisso de Manaus, pelo qual se comprometeram a enfocar o aspecto social do crescimento econômico e a promover o desenvolvimento científico da região. Além disso, na mesma reunião, elaboraram declaração de organização para a Conferência Rio+20, na qual descrevem uma visão consensual para o desenvolvimento da Amazônia.

O Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto explicou que também existe um órgão internacional de cooperação para a Bacia do Prata – o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CICPRATA) – e deu notícias de recentes entendimentos entre esse organismo e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O convidado diz que o Brasil possui acordos bilaterais de cooperação para beneficiar as populações fronteiriças com Uruguai, Argentina e Bolívia. Revelou que a cooperação é mais consolidada e avançada com o Uruguai. Quanto à Argentina, destacou que o acordo só entrou em vigor este ano e que ainda é desconhecido pela população beneficiada. Em relação à Bolívia, afirmou que o Brasil tem com o país acordos de igual teor aos firmados com o Uruguai, mas encontra dificuldades de implantá-los, em razão, principalmente, da volatilidade das instituições domésticas bolivianas.

Sobre o Paraguai, o palestrante destacou a criação de um grupo de desenvolvimento conjunto para a região da fronteira, que, no entanto, ainda não iniciou seus trabalhos. Explicou que, apesar disso, medidas do Estado paraguaio têm melhorado a situação fronteiriça, como a incorporação do acordo de residência do Mercosul e a aprovação de uma lei de anistia migratória. Além disso, destacou a cooperação paraguaia na forma de campanha de regularização da população fronteiriça, que já beneficiou mais de 20 mil brasileiros nos últimos dois anos. Por fim, destacou a cooperação entre os dois países para a execução do censo para-

guaio, que resultará na medição da população brasileira residente no Paraguai.

O Ministro Clemente Baena Soares afirmou que o Brasil possui comissão de integração fronteiriça com todos os países da fronteira amazônica, salvo o Suriname. Essas comissões tratam de assuntos como saúde, populações indígenas, comércio e trânsito de pessoas e mercadorias.

Destacou a relação do Brasil com a Venezuela, mais integrada e de alcance maior do que apenas a região da fronteira. Mencionou a presença de escritórios internacionais naquele país do IPEA, da Caixa Econômica Federal e da Embrapa. O convidado salientou a evolução positiva recente com a Guiana, desde a inauguração, em 2009, da ponte sobre o rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países. Por fim, mencionou que há cerca de 20 mil brasileiros trabalhando com garimpo no Suriname, aos quais o Brasil oferece assistência consular.

É o relatório.

Coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outra questão que julgo oportuna, nesta sessão, é dar conhecimento às Srªs e aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, do relatório de nossas atividades durante todo o ano de 2011.

Realizamos, incluindo esta sessão, 20 reuniões, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, sendo 11 reuniões para a realização de audiências públicas organizadas em seis ciclos e temas:

1º – Fronteira e Segurança Nacional (realizadas três audiências públicas);

2º – Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira (realizadas três audiências públicas);

3º – Infraestrutura na Faixa de Fronteira (realizadas duas audiências públicas);

4º – Plano Estratégico de Fronteiras (realizada uma audiência pública)

5º – Questão Indígena e Fundiária na Faixa de Fronteira (realizada uma audiência pública); e

6º – Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira (realizada uma audiência pública).

Ao final de cada ciclo, foi apresentado relatório circunstanciado das referidas audiências públicas e, posteriormente, aprovados por este colegiado.

Acrescento que tivemos ainda duas reuniões conjuntas:

1ª – Audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente da Amazônia – Cdram, pertencente ao âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para *discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar in loco os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos Estados do Pará e Rondônia*; e

2ª – Audiência pública conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e com a Subcomissão Permanente da Amazônia, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal, aprovado ontem, com a presença de representantes do Parlamento amazônico, que são os deputados estaduais da região amazônica. Portanto, tivemos a oportunidade de dar chance aos deputados estaduais para que pudessem também mostrar sua visão sobre o problema do Código Florestal.

Outra informação que julgo pertinente trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores é que, para a realização das 13 audiências públicas, contamos com a participação de 47 autoridades convidadas.

As seis reuniões restantes foram deliberativas, nas quais foram aprovados os referidos relatórios e cinco requerimentos.

Finalmente, gostaria de agradecer aos membros desta Subcomissão e também à Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, à qual esta está vinculada, aos assessores parlamentares e aos técnicos da TV Senado e da Rádio Senado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das Srªs e Srs. Senadores, desejando a todos boas festas, concluindo os nossos trabalhos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

Edição de hoje: 402 páginas

(OS: 14366/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL